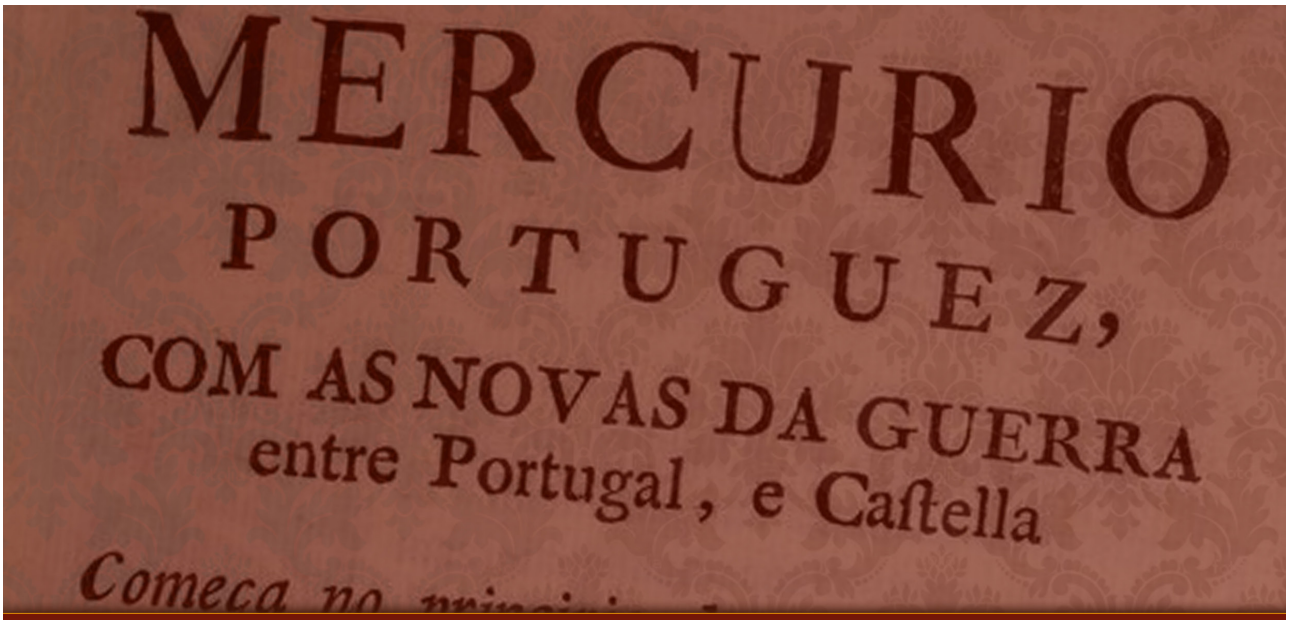


ESTUDOS SOBRE O MERCÚRIO PORTUGUÊS (1663-1667). Discurso e Contexto.

Jorge Pedro Sousa (Org.), Maria do Carmo Castelo-Branco, Mário Pinto, Cláudio Moreira, Duarte Pernes, Eduardo Zilles Borba e Patrícia Teixeira

LabCom 2012

Livro produzido no âmbito do projecto "A génese do jornalismo: Periódicos noticiosos do século XVII em Portugal e na Europa", referência PTDC/CCI-JOR/110038/2009, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de Apoio III, comparticipado pelo fundo europeu FEDER.

Estudos sobre o *Mercúrio Português* (1663-1667).
Discurso e Contexto.

Jorge Pedro Sousa (Org.), Maria do Carmo Castelo-Branco, Mário Pinto,
Cláudio Moreira, Duarte Pernes, Eduardo Zilles Borba e Patrícia Teixeira.

LabCom 2012

Livros LabCom
www.livroslabcom.ubi.pt

Série: Estudos em Comunicação
Direcção: António Fidalgo
Coordenação e Edição: Jorge Pedro Sousa
Design da Capa: Eduardo Zilles Borba
Paginação: Jorge Pedro Sousa e Eduardo Zilles Borba
Covilhã, Portugal, 2013.

ISBN: 978-989-654-099-9.

Título: *Estudos sobre o Mercúrio Português (1663-1667). Discurso e Contexto.*

Copyright ® Jorge Pedro Sousa (Coord.), Maria do Carmo Castelo-Branco, Mário Pinto, Cláudio Moreira, Duarte Pernes, Eduardo Zilles Borba e Patrícia Teixeira.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação deve ser reproduzida, alojada em sistemas de troca de dados, ou transmitida, em qualquer formato ou por qualquer motivo, eletrónica, mecânica, fotocópia, gravação, e demais, sem a autorização dos autores.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Fernando Pessoa e à Universidade Fernando Pessoa
pelo apoio logístico e financeiro concedido a este projecto.

Ao CIMJ, pelo enquadramento.
Ao LabCom da UBI, pela colaboração e pela confiança.

Índice

PRÓLOGO **1**
Jorge Pedro Sousa

CAPÍTULO 1: Conjuntura nacional e internacional no século XVII (1640-1667) **5**
Patrícia Teixeira

CAPÍTULO 2: Jornalismo e cultura impressa na segunda metade do século XVII **107**
Jorge Pedro Sousa (coolaboração de Eduardo Zilles Borba)

CAPÍTULO 3: Análise formal e do discurso do *Mercúrio Português* (1663-1667) **199**
Cláudio Moreira e Duarte Pernes

CAPÍTULO 4: Análise formal do *Mercúrio Português* **359**
Mário Pinto

CAPÍTULO 5: Para o estudo da recepção a'o *Mercúrio Português* (1663-1667) **491**
Maria do Carmo Castelo-Branco

APÊNDICES **523**

Apêndice 1: Índices-resumo do *Mercúrio Português* **524**
Duarte Pernes e Cláudio Moreira

Apêndice 2: Cronologia 1663-1667 **568**
Patrícia Teixeira

PRÓLOGO

Publicado mensal e ininterruptamente entre 1663 e 1667, o *Mercúrio Português* foi o segundo periódico que, ao que se sabe, surgiu em território nacional. Sucedeu, por iniciativa do secretário de estado António de Sousa de Macedo, à *Gazeta* alcunhada "da Restauração", cuja publicação tinha cessado em 1647. Redigido por ele até 1666, conseguiu ser publicado com rigorosa periodicidade mensal, um feito que a *Gazeta* só tinha logrado durante os primeiros meses de publicação (embora, em certos meses, tivesse sido quinzenal).

Embora ambos fossem o resultado da iniciativa privada de particulares, o *Mercúrio* apresenta como novidade em relação à *Gazeta* – que publicava abundante informação do estrangeiro (na sua segunda fase, denominou-se mesmo *Gazeta de Novas Fora do Reino*), traduzida, sobretudo, dos periódicos franceses – o enfoque informativo no país. A guerra da restauração da independência de Portugal, o governo de Castelo Melhor e o reinado do incapaz D. Afonso VI, ameaçado interna e externamente, foram temas incontornáveis. Mas à semelhança da *Gazeta*, e tal como esta inspirado no modelo da *Gazette* de Renaudot, o *Mercúrio* colocou a informação ao serviço da propaganda. Nesse sentido, o *Mercúrio* foi um jornal de combate político, trabalhando simbolicamente para legitimar o rei e o seu governo e a guerra independentista travada contra Castela.

Uma das razões para esse facto encontra-se nas figuras dos promotores e redatores de ambos os periódicos. A *Gazeta* foi promovida e redigida por iniciativa de clérigos letrados envolvidos na causa da restauração da independência do reino; o *Mercúrio* resultou da iniciativa de um homem político que lutava, na corte e no país, pelo triunfo do

partido que defendia o soberano, a guerra e o governo de Castelo Melhor – António de Sousa de Macedo.

Este livro, o segundo a ser publicado no âmbito do projeto "A Génese do Jornalismo: Periódicos Noticiosos em Portugal e na Europa" (PTDC/CCI-JOR/110038/2009), tem por finalidade analisar formal e simbolicamente o discurso do *Mercúrio Português*, inserindo ao mesmo tempo o periódico no seu contexto. O primeiro capítulo descreve, assim, o contexto histórico em que o *Mercúrio* surgiu e evoluiu; o segundo capítulo relembra o contexto comunicacional seiscentista; o terceiro, o quarto e o quinto capítulos são aqueles que se debruçam especificamente sobre o discurso do periódico.

Espera-se que esta obra agora publicada possa contribuir para o desvelamento da génese do jornalismo – ou, pelo menos, do periodismo – em Portugal, situando devidamente o fenómeno no seu contexto nacional e europeu.

Este livro – registe-se, finalmente, em tom de alerta – é assumidamente uma obra coletiva, elaborada por autores com diferentes backgrounds. O leitor encontrará, aqui, várias formas de olhar para uma mesma realidade; vários modos de a descrever e interpretar; várias maneiras de reduzir as descrições e interpretações a escrito; vários estilos, enfim. Trata-se, no entanto, de uma obra unida pelo tema central que a motiva – o *Mercúrio Português*. A pluralidade de abordagens e estilos apenas a enriquece.

Jorge Pedro Sousa
Investigador-responsável
Projeto PTDC/CCI-JOR/110038/2009.

CAPÍTULO 1

Conjuntura nacional e internacional no século XVII (1640-1667)

Patrícia Oliveira Teixeira[1]

O século XVII viu surgir, em Portugal, a *Gazeta da Restauração* e o *Mercúrio Português*, publicações que marcam o início da imprensa periódica neste país. Durante grande parte deste século, Portugal viveu sob o domínio de Espanha, tendo tido, neste período[2], três reis espanhóis, Filipe I, Filipe II e Filipe III. Durante os três reinados dos monarcas espanhóis, a realidade política portuguesa sofreu modificações decisivas.

Só em 1640, com a ascensão ao trono de D. João I, se restaurou a independência e o país voltou a ser governado por um rei português. A Restauração da Independência, encabeçada pela Casa de Bragança, só foi, no entanto, possível, entre outras coisas, porque a Espanha, envolvida directamente na Guerra dos Trinta Anos, não teve capacidade de resposta imediata à conspiração dos aristocratas portugueses que acabaria por repor o meio ibérico, anterior a 1580, e porque Filipe III se vinha mostrando incapaz de defender e manter o seu império comercial, o que, para os portugueses, era motivo suficiente para passar a considerar desnecessária a união das duas Coroas (Labourdette, 2003, p. 290).

Assim que foi instaurado, o regime português independentista, saído da Restauração, logo procedeu à consolidação da sua posição. Para tal,

[1] Doutoranda em Ciência da Informação – Jornalismo, na Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal). Bolseira de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Investigadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ). Email: patriciaoliveirateixeira@gmail.com

[2] 1580-1640.

procurou reorganizar administrativa, económica e militarmente o Reino, bem como desenvolver alianças com os principais inimigos da Espanha (França, Holanda, Suécia, Grã-Bretanha, etc.), de forma a ter, em caso de necessidade, apoios. Ao mesmo tempo, o novo regime iniciou várias ofensivas diplomáticas para legitimar o novo ocupante do trono, D. João IV. Tentou, também, retomar o controlo perdido de alguns dos territórios ultramarinos portugueses e conservar os que possuía. De qualquer forma, numa Europa em acentuada transformação, adivinhava-se, já na primeira metade do século XVII, que os anos áureos de Portugal tinham ficado para trás. A Guerra da Restauração, que se seguiu ao golpe de Estado, veio contribuir de forma decisiva para enfraquecer o país, após mais de um século de descobrimentos e conquistas que haviam feito a grandiosidade da nação.

A Europa seiscentista também viveu tempos de mudança, marcados por vários conflitos, como a Guerra dos Trinta Anos ou a Guerra Civil Inglesa. No século em que o jornalismo lusófono começou a dar os primeiros passos, século XVII, a história da Europa acabou por marcar, também, de forma particular, a história do jornalismo.

1. Portugal no século XVII

1.1. A Restauração da Independência

A Restauração da Independência, em 1640, veio colocar no trono de Portugal um rei português, D. João IV, depois de sessenta anos (1580-1640) de regime de monarquia dualista, em que as coroas dos dois países couberam ambas a Filipe II, Filipe III e Filipe IV[3], todos eles espanhóis[4].

[3] Filipe I, Filipe II e Filipe III de Portugal

[4] Saraiva (1983, pp. 19 e 20) afirma que durante os três reinados dos monarcas espanhóis, a realidade política portuguesa sofrera modificações decisivas, sendo as mais salientes o distanciamento da corte e o enfraquecimento do poder real que desse facto resultou. A essa "situação material de ausência acresciam os limites voluntariamente estabelecidos por Filipe II ao arbítrio da autoridade no reino de Portugal (…) [sendo que] tal situação [viria a ter] a maior importância na evolução política portuguesa, porque a primeira metade do século XVII, durante o qual se desenvolveu nas monarquias europeias o absolutismo, foi marcada em Portugal por uma espécie de congelamento dessa tendência.".

Nos seus primórdios, o 1.º de Dezembro foi, nas palavras de Ramos (2009, p. 296), "um típico golpe palaciano, perpetrado por um grupo de algumas dezenas de fidalgos", mas rapidamente se assumiu como algo mais, que viria a alterar definitivamente o rumo da nação. Lousada (2012, p. 29) corrobora esta ideia mas acrescenta que é necessário recuar a 1580, altura em que Filipe II agrega Portugal a Espanha, para melhor compreender a génese deste golpe. Oliveira Marques (1973, p. 440) salienta que proclamar a separação fora, realmente, fácil, e que o mais difícil acabou por ser mantê-la, "o que custou vinte e oito anos de luta e provou ser tarefa muito mais árdua", até porque a Espanha[5] estava decidida a "defender a legitimidade do seu poder" (Labourdette, 2003, p. 328). Mas esta separação tornara-se inevitável, não só devido ao descontentamento que se vinha acentuando para com a governação espanhola, que Silva e Hespanha (1993, p. 24) apelidam de "sentimento anticastelhano", mas também pelo exacerbar do sentido de nacionalidade que se vinha a fazer sentir e crescer, por entre os portugueses (Bourdon, 1973; Labourdette, 2003; Oliveira Marques, 1973; Veríssimo Serrão, 1983).Valladares (2006, p. 33) acrescenta que "a chamada Restauração de Portugal começou no mesmo dia em que Filipe II, cabeça dos Habsburgos espanhóis, decidiu reclamar os seus direitos ao trono vago do Portugal dos Avis.".

De facto, Oliveira Marques (1973, p. 436) refere que parece não haver dúvidas de que "a ideia de nacionalidade esteve por trás da Restauração da Independência plena de Portugal." O autor acrescenta que os cinco séculos de governo próprio permitiram que se fosse forjando e fortalecendo uma nação que rejeitava qualquer espécie de união com o país vizinho, até porque, para a maioria dos portugueses, os monarcas Habsburgos mais não eram que usurpadores, que vieram adquirir Portugal através de conquista e não de união (Oliveira Marques, 1973, p. 436). Veloso (1933, p. 273) acrescenta que "aliciante ou autoritária, a dominação castelhana nunca conseguiu apagar totalmente em Portugal a saudade da independência.". Labourdette (2003, p. 313) adita que

[5] O termo Espanha é usado nesta obra para referir, de forma comum, o país vizinho de Portugal, embora se saiba que, nesta época, a Espanha ainda não existia como unidade política.

> o sentimento nacional era demasiado forte na alma lusitana para que um movimento favorável à independência não surgisse contra aqueles que sempre haviam considerado seus inimigos hereditários.

Não obstante a justificação pelo seu enquadramento nacional[6], a Restauração da Independência portuguesa não deixa de ser explicada por várias outras razões. Algumas dessas razões são culturais. Durante os sessenta anos de domínio espanhol, a castelhanização cultural do país avançou depressa. Muitos artistas e autores portugueses fixavam residência em Espanha, aceitando trabalhar segundo os padrões espanhóis e escrevendo na sua língua. Isto levou a que se considere, erroneamente, segundo Oliveira Marques (1973, p. 437), que houve uma grande decadência cultural, a partir de 1580, quando, na verdade, os melhores valores portugueses contribuíam para a riqueza do mundo das artes e das letras do país vizinho, Espanha, e "para a magnificência do século de ouro espanhol" (Labourdette, 2003, p. 313). Além do mais, muito do espólio cultural que existia em Portugal fora levado pelos reis espanhóis para fora do país, passando a residir nos diversos palácios de Espanha (Oliveira Marques, 1973, p. 437). O esquecimento votado à cultura levou a que muitos intelectuais e escritores portugueses, como, por exemplo, Francisco Rodrigues Lobo ou frei Luís de Sousa, "sabendo com pertinência que os seus esforços seriam vãos sem a restauração da independência política", começassem a reagir contra a perda de identidade nacional (Labourdette, 2003, p. 313).

Assim, tornava-se evidente que a falta de uma corte régia, de acordo com o que conta Oliveira Marques (1973, p. 437),

[6] Ramos (2009, p. 297) faz notar que "em detrimento de uma leitura nacionalista dominante até há alguns anos, a historiografia recente tem acentuado em relação à Restauração de 1640, especialmente quanto aos seus motivos e às suas etapas iniciais, a sua dimensão de restauração constitucional. Mais do que o argumento de carácter nacional – até porque não eram as "nações" que então conferiam legitimidade aos reis –, no golpe de Estado de 1640 terá pesado primacialmente a defesa das instituições tradicionais do reino, atacadas pelo reformismo do conde-duque de Olivares durante o reinado de Filipe IV (III de Portugal, 1621-1640), o qual teria posto em causa o estatuto do reino reconhecido na carta patente de 1582.".

> prejudicou a expansão cultural dentro das fronteiras nacionais, desencorajou o florescimento de talentos, localizou e ruralizou a cultura, confinando-a a pequenos núcleos em redor de alguns bispos e nobres mais abastados.

Também existiram razões económicas a ladear a Restauração da Independência. Desde o início do século XVII, que a situação portuguesa se vinha deteriorando, remando em sentido contrário ao que era apregoado aquando da união das duas nações[7]. Silva e Hespanha (1993, p. 22) relembram que a época de ouro do país já ia longe e que o período de dominação filipina havia sido um período de provação, a vários níveis. A Rota do Cabo, que era o eixo da estrutura económica do país, deixou de constituir a fonte principal da prosperidade e das receitas e o tráfico português entre Lisboa e a Índia reduzira-se a menos de um terço, desde 1580 (Oliveira Marques, 1973, p. 438). Explica o autor que as especiarias asiáticas, o ouro africano e muitos outros produtos chegavam agora à Europa também a bordo dos navios ingleses e, especialmente, holandeses (Oliveira Marques, 1973, p. 438). Aliás, de 1580 a 1663, os portugueses (e também espanhóis) estiveram em permanente conflito com a Holanda. Refere Labourdette (2003, p. 293) que

> esta guerra era muito moderna, pois os seus desafios eram antes de mais económicos: o cravo-da-índia e a noz-moscada das Molucas, a canela de Ceilão, a pimenta do Malabar, a prata do México, do Peru e do Japão, o ouro da Guiné e do Monomotapa, o açúcar do Brasil e os escravos negros da África Ocidental.

Os holandeses queriam, segundo Labourdette (2003, p. 294) fundar um império comercial à custa dos portugueses. Em 1602, criaram a Companhia Holandesa das Índias Orientais[8] e conseguiram, assim, me-

[7] Labourdette (2003, p. 290) menciona que, nos primeiros anos de união ibérica, os mercadores portugueses conheceram algumas vantagens, nomeadamente a possibilidade de negociarem nas Índias de Castela.

[8] Afirma Rodrigues (1996, p. 231) que a fundação tanto desta companhia como, mais tarde, da sua congénere ocidental provocou uma perigosa "inflexão" no Atlântico português, com todas as consequências daí resultantes.

lhorar a sua posição no Oriente e no negócio com os portugueses, mas provocaram desagrado nos espanhóis que tentaram, de várias formas, acabar com as relações comerciais entre Portugal e a Holanda e outras províncias dos Países Baixos (Labourdette, 2003, p. 295). Ao mesmo tempo, foram ocupando e tentando conquistar várias dependências portuguesas no Oriente e na África Oriental, nomeadamente as que lhes traziam mais vantagens comercias[9]. Chegaram mesmo a ocupar, durante algum tempo, parte do Brasil, o que valeu duras críticas dos portugueses à coroa, que acusavam de não estar a fazer o suficiente para defender esta possessão, alargando, assim, o fosso que se ia cavando entre as duas nações (Labourdette, 2003, p. 299).

Já os ingleses consideravam Portugal, o seu comércio e as suas possessões "um adversário e uma presa de monta" (Labourdette, 2003, p. 294), daí que tenham empreendido vários ataques, nomeadamente a navios portugueses, destinados a interceptar as suas linhas de comércio. Os tratados de paz que foram sendo assinados, iam garantindo alguma tranquilidade, mas sabia-se que as possessões do Oriente nunca estavam seguras[10].

Portugal via, assim, fugir-lhe o monopólio comercial, particularmente a partir de 1620, com graves consequências económicas para todas as classes sociais. Mesmo o tráfico atlântico (de escravos, açúcar e tabaco) declinara, devido aos ataques de estrangeiros ao Brasil, às Índias Ocidentais, à costa ocidental africana e às rotas de navegação. Uma das diligências tomadas para fazer frente àqueles que procuravam apoderar-se do império português, foi criar uma sociedade de comércio que protegesse, essencialmente as colónias e o comércio lá realizado, tendo sido, então,

[9] Labourdette (2003, pp. 299 e 300) explica que as vitórias dos holandeses foram-se sucedendo pelo facto de, por um lado, estes terem recursos abundantes em dinheiro e em homens e um poder naval predominante e, por outro, porque os portugueses foram passivos e negligentes na defesa dos seus domínios. O autor diz ainda que "Em tais condições de inferioridade, pode-se ficar quase espantado que os portugueses tenham conseguido conservar tantos domínios no ultramar.". Mas depois acrescenta que "[os portugueses] tinham sobre os holandeses uma superioridade fundamental, a de uma presença secular e de um enraizamento dos seus nacionais." (2003, p. 300).

[10] Em 1622, Portugal perde Ormuz para os Persas, que conseguiram apoderar-se desta possessão graças à ajuda dos ingleses (Labourdette, 2003, p. 295).

fundada, a Companhia das Índias, em 1628. No entanto, conta Labourdette (2003, p. 298) que "a insuficiência de capitais concedidos pela Coroa e a ausência de importantes investimentos privados fizeram-na ter um começo incerto e condenaram-na a uma actividade algo decepcionante.". Valladares (2006, p. 43) remata, acrescentando que

> a sabotagem política sofrida por esta Companhia, por parte do Conselho da Fazenda português – que temia perder o controlo sobre o tráfico no Índico – e por parte de Goa – cujos mercadores se queixavam do regime de monopólio imposto por Madrid –, aliada à escassez de capitais privados, acabou por ditar o fracasso da iniciativa.

Valladares (2006, p. 41) refere que "todos os territórios da coroa portuguesa tinham motivos de queixa contra Madrid" e que, desde o início do século XVII vários factores tinham vindo a contribuir para tal. Cortesão (1933, p. 319), avaliando a situação do império português do Oriente, durante o período de governação espanhola, relata que este "desaba subitamente, teatralmente, entre os anos de 1637 e 1641." E explica que esta

> repentina catástrofe – o desabamento quase global do edifício gigantesco que havíamos levantado sobre as plagas do Índico, acompanhado, aliás, dum desmoronamento parcial, mas não menos temeroso, das colónias do Atlântico – esta, sim, abre fosso largo entre o período do domínio castelhano e o da Restauração, que se lhe segue.

Mas o autor assegura, também, e ao contrário do que muitas vezes se pensa, que, durante o período filipino, não se deu uma decadência total do Império ultramarino português, pois "o que perdemos no Oriente, e mais concretamente no Índico oriental, ganhámos no Atlântico e em África." (Cortesão, 1933, p. 461).

No país, as coisas não corriam melhor. Os produtores sofriam com a queda dos preços do trigo, do azeite, do carvão, etc. Esta crise, agravada com o aumento constante dos impostos, afectava essencialmente as classes mais baixas, cuja pobreza aumentava, aumentando, também, consecutivamente, o descontentamento com a situação[11]. Segundo La-

[11] Labourdette (2003, pp. 307 e 308) faz referência a uma série de motins que foram

bourdette (2003, p. 301) e Oliveira Marques (1973, p. 439), para a grande maioria dos portugueses da época, a causa de todos estes males era única e exclusivamente a Espanha, daí que clamassem por uma solução rapidamente[12]. A própria Espanha entrara numa crise económica, no início do século XVII (crise esta que se repercutia em Portugal), manifestando-se, nomeadamente, na quebra da produção da prata americana, a partir de 1620 (Labourdette, 2003, p. 293). O descontentamento sentido deu origem a vários motins populares, um pouco por todo o país, facilmente cobrados pelas autoridades, mas servindo para demonstrar às classes superiores que as populações estavam dispostas e preparadas para um "movimento mais amplo contra o governo espanhol." (Oliveira Marques, 1973, p. 439). Um desses motins aconteceu em Évora, em 1637, tendo sido motivado pela cobrança de uma carga fiscal suplementar. Explica Saraiva (1983, p. 20) que, tendo sido o motivo directo da insurreição o agravamento da carga tributária, o que realmente provocou o descontentamento e posterior revolta foi mesmo a injustiça que reconheciam a este imposto. A revolta depressa se estendeu a outros pontos do país, o que foi compreendido por Labourdette (2003, pp. 317 e 318) como um sinal de alarme para Filipe IV, uma vez que o autor observa este acontecimento não apenas como uma revolta anti-fiscal ou um motim provocado pela fome, mas um movimento para a defesa dos privilégios e das liberdades

acontecendo sempre que se dava novo aumento de imposto. E questiona-se: "seriam estes motins manifestações de um sentimento patriótico? Ou tratava-se simplesmente de revoltas fiscais que se inscreviam no movimento geral que atingiu toda a Europa ocidental nesta primeira metade do século XVII?" (Labourdette, 2003, p. 308). E, logo de seguida, responde: "Que o exaspero fiscal tenha desencadeado perturbações sociais, isso é inegável. As populações, tendo a liderá-las os párocos, e gozando talvez da simpatia da fidalguia, acantonada nos seus solares de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, atacaram acima de tudo os cobradores de impostos, e mesmo a grande nobreza, pois alguns dos seus membros procuravam fugir a esses impostos. Por outro lado, é também evidente que em Portugal era uma autoridade estrangeira, ou considerada como tal, que exercia essa pressão fiscal insuportável. E essa pressão exasperava o sentimento nacional, que alimentava ele próprio a revolta." (Labourdette, 2003, pp. 308 e 309).

[12] No entanto, Labourdette (2003, p. 301) assinala que "com ou sem união com a Espanha, as duas potências comerciais protestantes teriam infalivelmente atacado as linhas de navegação e feitorias portuguesas" e que "as perdas maiores foram aliás infligidas a Portugal depois da separação em 1640.".

de Portugal. Também Valladares (2006, p. 35) alude a este descontentamento geral que se ia sentindo. Costa (2004, p. 14) acrescenta que, tendo tido origem na revolta dos populares, o descontentamento não era apenas destes, mas também de vários ilustres portugueses. Aliás, Veloso (1933, p. 274) afirma que foi desde 1637 que "a aspiração de independência [começou] a corporizar[-se] em atitudes bem definidas." Mas o duque de Bragança, D. João, achara o momento "inoportuno para arriscadas aventuras: não havia plano maduramente pensado, nem suficientes elementos de luta. A prudência, aliás justificada, ordenava-lhe que se alheasse do movimento.".

Houve também, da parte da França, um apelo a que os portugueses se rebelassem contra os espanhóis, com a promessa de que, se isso acontecesse, eles ofereceriam apoio diplomático e militar a Portugal (Bourdon, 1973, p. 84; Oliveira Marques, 1973, p. 439; Ramos, 2009, p. 304; Veloso, 1933, p. 274). Veloso (1933, pp. 274 e 275) descreve como seria o apoio francês:

> 1.ª) o apoio francês consistiria simplesmente na conquista de todos os fortes que defendem a entrada do Tejo; 2.ª) a França enviaria forças de terra e mar – um exército de 13.000 homens de infantaria e cavalaria e uma esquadra de 50 navios –, que cooperariam com os portugueses no restabelecimento da independência, nada exigindo o governo francês por este auxílio; 3.ª) a França auxiliaria Portugal na conquista de toda a Espanha, se os portugueses resolvessem empreendê-la, e ficariam pertencendo a Portugal as terras conquistadas, mesmo as que fossem exclusivamente por franceses.

Diz Veloso (1933, p. 279) que o momento se mostrava propício "a qualquer ousada tentativa." As coisas corriam mal para a Espanha e o número de conjurados era já tão elevado que tornava muito difícil manter em inviolável segredo o que se tramava. De facto, estes estavam já organizados, segundo palavras de Veloso (1933, p. 273) num verdadeiro "partido nacional"[13]. Lousada (2012, p. 160), por sua vez, assevera que

[13] O autor acrescenta que os principais orientadores deste "partido nacional" foram os jesuítas. Consequentemente, "certos acontecimentos, meramente fortuitos, alguns até insignificantes e ridículos, foram interpretados como proféticos avisos de futura liberta-

o acontecimento decisivo que impeliu os conjurados à acção e tornou irreversível o movimento que conduziria à Restauração da soberania portuguesa foi a sublevação da Catalunha, ocorrida em Junho de 1640.

Por todos estes motivos, a Restauração da Independência tornava-se, então, inevitável e bastava (ou bastou) "uma faísca para que tudo incendiasse." (Labourdette, 2003, p. 321). O duque de Bragança, D. João, surgiu como chefe natural do conluio[14], por cumprir com perfeição o papel de "rei natural" dos portugueses (Costa, 2004, p. 14). No entanto, e apesar de o duque representar, nas palavras de Labourdette (2003, p. 322), toda a "legitimidade dinástica violada por Filipe II em 1580", a coroa de Espanha considerava-o "uma personagem insignificante, que jamais arriscaria a sua tranquilidade numa conspiração contra o poder espanhol", ideia que saía reforçada pelo facto de este estar casado com uma espanhola, D. Luísa de Gusmão (Labourdette, 2003, p. 322). No entanto, Veloso (1933, p. 280) afirma que esta terá tido grande influência na resolução do duque, uma vez que desejava, acima de tudo, ser rainha. O autor acrescenta que todos aqueles que cercavam o duque eram partidários da Restauração (Veloso, 1933, p. 281).

Apesar de toda a agitação à sua volta, D. João foi sempre agindo com alguma prudência[15], o que não encorajava os conspiradores e só em No-

ção; aproveitaram-se, com o mesmo fim, juízos de astrólogos, nacionais e estrangeiros. Assim se foi formando um corpo de doutrina, uma corrente ideológica dia a dia mais caudalosa." (Veloso, 1933, p. 273).

[14] D. João era neto de D. Catarina, filha do infante D. Duarte, sua legítima herdeira e candidata em 1580 e, pelo lado paterno, estava ligado por bastardia à dinastia de Avis, visto que descendia, em linha directa varonil, de D. Afonso, conde de Barcelos e primeiro duque de Bragança, filho natural do mestre de Avis, D. João I, e, mais importante, de sua esposa, filha do herói nacional, o condestável D. Nuno Álvares Pereira (Labourdette, 2003, p. 322).

[15] Labourdette (2003, pp. 322 e 323) menciona que a historiografia liberal foi severa na apreciação que fez de D. João IV, pelo facto de este ter agido com prudência e indecisão, acusando-o, até, de cobardia e mesmo de ter sido rei contra vontade, e que ele só terá cedido com a ameaça da proclamação de uma república aristocrática. Lousada (2012, p. 156) acrescenta que, no entanto, D. João IV nunca deixou de perceber a conjuntura peninsular, "medindo o pulsar dos constrangimentos populares, ouvindo os anseios do descontentamento nobiliárquico ou dando esperança à pregação dos Jesuítas. A ponderação foi a atitude primordial do Duque, que soube acompanhar o evoluir dos acontecimentos internos e da conjuntura externa para, no momento certo, tomar conta

vembro de 1640 é que o duque dá o seu apoio formal. Na manhã de 1 de Dezembro desse mesmo ano, "dia de sol, claro e sereno", parecendo que "a própria Natureza queria associar-se à façanha que ia ser praticada" (Veloso, 1933, p. 284), um grupo de nobres, dos quais Labourdette (2003, p. 323) destaca, por ter sido o mais activo, João Pinto Ribeiro, antigo juiz de fora, atacou o palácio real de Lisboa, prendeu a duquesa de Mântua[16], e aclamou D. João como D. João IV, pondo fim a uma união ibérica que durou sessenta anos[17]. O 1.º de Dezembro resume-se assim, nas palavras de Costa (2004, p. 14) a "uma revolta sem componente militar significativa, sendo as poucas forças que poderiam resistir anuladas pela surpresa e pela falta de orientação.". Veloso (1933, p. 286) menciona que a revolução triunfante "substituíra os governantes", mas todos os que desempenhavam funções públicas de importância acabaram por aderir à nova ordem política.

D. João viria a entrar em Lisboa, dias mais tarde, a 5 de Dezembro e mesmo ainda antes da cerimónia de aclamação, conta Labourdette (2003, pp. 325 e 326) que começou a trabalhar, tomando algumas medidas de maior urgência: procurou assegurar a segurança militar do reino; criou um Conselho de Guerra, um Conselho da Fazenda; e procedeu à recon-

dos destinos políticos do Reino, numa conduta algo contranatura à secular tradição da Casa de Bragança.".

[16] A duquesa de Mântua, ou Margarida de Sabóia, era prima direita de Filipe IV e neta de Filipe II (logo descendente da dinastia de Avis), tendo exercido funções de vice-rainha, em Portugal. No entanto, segundo o estatuto de Tomar, esta teria de ser parente próxima (filha, irmã ou sobrinha) do soberano reinante, para o poder representar, o que não acontecia. Mesmo assim, Filipe IV tornou-a encarregue do reino de Portugal, posição que ocupava, aquando da Restauração da Independência, no ano de 1640 (Labourdette, 2003, p. 307).

[17] Labourdette (2003, p. 309) refere que, para grande parte da historiografia portuguesa do século XIX, "a união ibérica foi apenas uma longa noite de sessenta anos à qual sucedeu a clara manhã de 1640", mas que é preciso atenuar essa opinião, pois, se até se pode julgar com certa severidade os últimos vintes anos da dinastia filipina, é preciso não esquecer que, a partir de finais do século XVI, Portugal conheceu um desenvolvimento acentuado em todos os sectores, bem como uma supremacia impressionante do Brasil. No entanto, Labourdette (2003, p. 309), citando Oliveira Marques (1986, p.), afirma que "quaisquer que [fossem] os benefícios que o reino tenha [tido] devido àquele governo, não eram suficientes para fazer desaparecer a tradição de independência a que 1580 pusera um fim, para muitos, não definitivo.".

ciliação nacional, permitindo que os nobres portugueses instalados na corte de Madrid regressassem à pátria[18]. Lousada (2012, p. 173) acrescenta que, assim que subiu ao poder, D. João IV procurou governar com o apoio da Nação, concedendo privilégios e mercês aos vários estratos sociais: "a concessão de distinção de títulos nobiliárquicos; manutenção da garantia da acção inquisitória; a possibilidade de o povo manifestar opinião através das Cortes; a permissão da actividade financeira dos cristãos-novos." No entanto, Costa (2004, p. 23) refere que, aclamado D. João IV, a guerra era mesmo inevitável.

São vários os autores que referem que, provavelmente, Portugal só conseguiu a independência, porque a Espanha se encontrava envolvida na Guerra dos Trinta Anos, levando a que Filipe IV tivesse em mãos várias empreitadas, nomeadamente a conservação dos seus domínios europeus e ultramarinos e o controlo do comércio marítimo no Atlântico e no Índico, a juntar ao conflito bélico já referido e ainda a uma disputa interna, na Catalunha (Costa, 2004, p. 23; Oliveira Marques, 1973, p. 445; Ramos, 2009, pp. 299 e 300;Ribeiro, 1934b, p. 25; Valladares, 2006, p. 48). Assim, diz Costa (2004, p. 23), a questão da separação de Portugal pôde ser adiada, pois problemas maiores e mais perigosos existiam e precisavam de ser resolvidos primeiramente.

1.2. Portugal restaurado

Perpetrado o golpe palaciano que restaurou a independência, o país viu-se a braços com a árdua tarefa de conseguir apoios para a sua causa e para legitimar a dinastia de Bragança. Referem Oliveira Marques (1973, p. 440) e Ramos (2009, p. 296) que, duas semanas após a conspiração, toda a nação já sabia do sucedido e aceitavam com prontidão o novo rei e a nova situação do país. Prova de um assinalável esforço de legitimação

[18] Valladares (2006, p, 114) faz notar que, no entanto, a situação contrária também acontecia e que foram alguns os portugueses que estiveram exilados em Madrid ou que para lá se mudaram, voluntariamente, sendo que há a registar duas grandes vagas: uma entre o final de 1640 e o princípio de 1641, em plena fase da consolidação da conjura dos Bragança; e depois de 1659, quando, na sequência da paz dos Pirenéus, Filipe IV ficou em posição para concentrar os seus exércitos na luta contra Portugal.

e difusão foi a grande campanha propagandística que, logo em 1640, se começou a fazer, tanto em púlpitos, como em impressos (Ramos, 2009, p. 298). Um desses impressos foi a *Gazeta da Restauração* (1640-1648) e, mais tarde, também o *Mercúrio Português* (1663-1667). Valladares (2006, p. 275), no entanto, ressalva que apesar desta campanha que de imediato fez surgir uma legião de letrados que pôs a sua pena ao serviço da Restauração, houve, também, muitos outros que se posicionaram ao lado de Filipe IV.

Era, também, necessário mostrar a todos o novo monarca como alguém que apenas reivindicara aquilo que lhe pertencia por direito legítimo e, igualmente para isso, foram precisos vários anos e várias jogadas políticas[19]. Nogueira (1983, p. 369) refere que

> A aclamação de D. João IV, mais do que simples mudança política no titular da coroa, representara a escolha ou eleição do monarca por parte do povo, justificada teoricamente por argumentos antigos, como a quebra do juramento régio em que os monarcas espanhóis haviam incorrido mercê da sua actuação, pelo acentuar do papel da nação na ideia de acordo com o governante, donde lhe adviria legitimidade para intervir na sua escolha, ou, em formulações mais acabadas, acentuando-se a pertença do poder ao povo, que o poderia transmitir e igualmente recuperar, se assim o entendesse.

No entanto, as opiniões não eram unânimes relativamente a D. João IV (Labourdette, 2003, pp. 326 e 327; Oliveira Marques, 1973, p. 441 e 442; Peres, 1934a, p. 14). Refere Oliveira Marques (1973, p. 441 e 442) que as classes inferiores conservavam intacta a fé nacionalista e aderiram ao novo monarca sem qualquer hesitação, mas que a nobreza se mostrava mais hesitante e só parte dela (nomeadamente aquela de onde provera o núcleo revolucionário) alinhava firmemente com o duque de Bragança. Entre os outros, alguns continuaram a servir o rei espanhol, outros esperaram para perceber qual seria o melhor lado, acabando por

[19] Valladares (2006, p. 276) refere que os protagonistas do golpe, apesar de terem à sua disposição um vasto arsenal de recursos para justificar acções de resistência," sentiram alguma dificuldade em apresentar a sua revolta como um acto legítimo e honrado, pois o seu gesto, com as irregularidades de que enfermava, tornava-se difícil de encaixar num dos modelos então correntes.".

ficar do lado de D. João IV. Peres (1934a, p. 14) menciona que alguns destes outros interpretavam "talvez como sintoma de fraqueza a política de tolerância adaptada por D. João IV". Porém, se assim pensavam, o futuro encarregar-se-ia de lhes mostrar que o monarca "pronto a facilitar a via da reconciliação aos dúbios, e até aos inimigos, não seria indeciso quando chegasse a hora de punir actos de rebeldia ou de traição". Já os burgueses, a grande maioria apanhada de surpresa pela Restauração da Independência (Oliveira Marques, 1973, p. 442), ficaram expectantes, tendo acabado, a maior parte deles, por apoiar a causa portuguesa e até por financiá-la. O clero também se encontrava dividido, nomeadamente as mais altas hierarquias. E este era um grupo com muita importância, uma vez que, na época, tinha enorme peso político (Hespanha, 1993a, p. 287). Mas de dentro deste grupo veio um forte apoio para a causa nacionalista, da parte dos Jesuítas, tendo este servido, também, para o futuro poder e prestígio (Oliveira Marques, 1973, p. 442).

Mas não era apenas a nível interno que a legitimação tinha de ser feita. Também importava que os outros países reconhecessem D. João IV como o novo monarca de Portugal[20]. Ramos (2009, p. 306) resume a acção dos diplomatas portugueses nas diversas cortes europeias como tendo sido marcadas por "mil e uma peripécias rocambolescas". Contudo, prossegue o autor,

> é difícil fazer um balanço negativo da actuação destes improvisados diplomatas, visto que alcançaram o que era indiscutivelmente o seu principal objectivo, ou seja, o reconhecimento internacional da autonomia portuguesa (Ramos, 2009, p. 306).

[20] Lousada (2012, p. 218) divide a "diplomacia da Restauração" em três ciclos: "«embaixadas da Restauração (1641-42)», com as quais se iniciaram os primeiros contactos nas chancelarias europeias inimigas da Monarquia Hispânica, com vista à legitimação da Dinastia de Bragança, antes que uma nova ordem saída do fim da Guerra dos Trinta Anos o inviabilizasse; «formação da rede diplomática portuguesa (1642-57)», sobressaindo uma diplomacia de guerra, as missões especiais de dominicanos e jesuítas e os acordos falhados ou mitigados em Inglaterra, Holanda, Suécia e Roma; «redução da rede diplomática em tempo de guerra (1658-67)», centrando o esforço na Holanda e, mais particularmente, em Inglaterra e na França."

Veríssimo Serrão (1983, p. 4) aponta que a defesa da Restauração foi feita em dois sentidos: a protecção militar das fronteiras e o envio de embaixadores para as principais cortes europeias.

> Por um lado, impunha-se reparar os castelos, organizar as tropas e obter armas para enfrentar a iminente invasão da País. Por outro lado, carecia D. João IV do reconhecimento das outras nações, solicitando os inimigos da Espanha (como a França e os Países Baixos) para a assinatura de tratados de comércio e de amizade. Tão importante como o papel dos militares foi o dos diplomatas, que, em circunstâncias muitas vezes adversas, sustentaram nas capitais da Europa os direitos da Casa de Bragança ao trono. (Veríssimo Serrão, 1983, p. 4).

Saraiva (1983, p. 23), indo ao encontro do que escreveu Veríssimo Serrão (1983, p. 4), resume que a primeira década do Portugal restaurado se preencheu com a

> organização para a guerra, a busca de apoio nas potências inimigas de Espanha, as diligências para conseguir que a Santa Sé reconhecesse a legitimidade da situação dinástica portuguesa e a luta entre as facções políticas desavindas.

Labourdette (2003, p. 332) vem reforçar estas ideias, pois, segundo o autor, a par da legitimação do novo monarca, era também necessário e importante

> reconstruir a defesa de uma fronteira que sessenta anos de união ibérica haviam deixado amplamente aberta, e constituir um exército que detivesse a invasão, porque a hora de uma ofensiva espanhola havia de soar infalivelmente (Labourdette, 2003, p. 332).

E essa hora não demorou a chegar. Durante mais de um quarto de século, os portugueses, conduzidos por D. João IV, D. Luísa de Gusmão (que, após a morte do marido, iria ficar como regente, dada a menoridade do filho herdeiro) e pelo conde de Castelo Melhor (que viria a ser conselheiro do futuro rei, D. Afonso VI), tiveram de efectuar contra a Espanha uma verdadeira guerra de independência. Assim, a nova administração do rei brigantino teve urgência em criar uma "superestrutura militar", em

gerar meios de financiamento, em recrutar soldados e em inovar institucionalmente[21] (Costa, 2004, p. 24).

1.3. A Guerra da Restauração (1640/1641-1668)

A Guerra da Restauração percorreu os reinados de D. João IV e D. Afonso VI (este, com as regências de D. Luísa de Gusmão e de D. Pedro II, pelo meio) e foi "o mais prolongado conflito militar da história portuguesa" No entanto, "esteve longe de se traduzir a maior parte do tempo num efectivo e sistemático confronto bélico no cenário europeu." (Ramos, 2009, p. 302). Teve início praticamente logo que se restaurou a independência de Portugal e só terminou em 1668[22]. Esta guerra mobilizou todos os esforços que o país podia despender e absorveu enormes somas de dinheiro, acabando por levar a que a ajuda concedida às possessões ultramarinas fosse diminuta e insuficiente (Oliveira Marques, 1983, p. 445; Ramos, 2009, p. 300). Ramos (2009, p. 300) esclarece que, provavelmente, "sem a conjuntura internacional excepcionalmente favorável e sem o apoio em técnica e em força militar do estrangeiro, a guerra nunca tivesse sido vencida pelos portugueses" mas que, mesmo assim, "a resposta portuguesa [se] debateu (…) com enormes problemas." O autor completa que

[21] Costa (2004, pp. 24 e 25) refere que uma das principais inovações institucionais foi a criação do Conselho de Guerra, cuja principal função era "elaborar, por solicitação régia, pareceres sobre os mais variados assuntos relacionados com a guerra, fazendo-os chegar, através das chamadas consultas, ao rei para resolução", pois o Conselho não deliberava. O autor refere, também, o governo das armas como uma inovação institucional (Costa, 2004, p. 26). Os governadores de armas governavam a unidade territorial das províncias, entretanto criadas (Costa, 2004, p. 27). A Junta dos Três Estados surge, igualmente, nesta época, e era composta por indivíduos eleitos ou designados como representantes dos três estados, nobreza, clero e povo, e procurava superintender nas cobranças e gestão dos tributos para a guerra (Costa, 2004, p. 27; Costa *et al*, 2011, p. 152). Subtil (1993, pp. 180 e 181) refere a existência de outros órgãos da administração central, como o Conselho de Estado ou a Junta da Bula Cruzada, mas ambos foram criados antes da Restauração da Independência.

[22] Ribeiro (1934f, p. 41) refere que "tinham decorrido seis meses após a revolução vitoriosa de Dezembro quando se trocaram os primeiros tiros entre portugueses e espanhóis, na fronteira do Alentejo".

> O peso das condicionantes externas no conflito foi, sem dúvida, decisivo no despoletar da iniciativa restauracionista e em toda a sua evolução ulterior, porque limitou drasticamente a capacidade de manobra da monarquia dos Habsburgos. (…) A disputa pela hegemonia entre a França dos Bourbon e a Espanha dos Habsburgos (…) constitui o pano de fundo internacional que condicionou directa e decididamente o curso dos acontecimentos em Portugal na sua fase inicial (Ramos, 2009, pp. 303 e 304).

Oliveira Marques (1973, p. 445), conta que, do lado português, a guerra se limitou "a operações fronteiriças de pouca envergadura, baseadas no ataque a aldeias desprotegidas, à captura de gado e vitualhas, à queima de searas ou ao corte de árvores." Isto porque Portugal não dispunha de um exército moderno, as suas fortificações eram escassas, as suas coudelarias haviam sido extintas e os seus melhores generais lutavam pela Espanha, algures na Europa (Oliveira Marques, 1973, p. 445). Ainda assim, ao longo do período que durou a guerra, alguns portugueses que se encontravam fora do país, regressaram e foram importantes para a formação do exército de Portugal (Costa, 2004, p. 51). Mesmo com um número de forças militares inferior, estas eram mais motivadas que as espanholas, uma vez que lutavam para impedir uma invasão à sua pátria, e eram, também, melhor comandadas (Labourdette, 2003, p. 335). Ribeiro (1934d, p. 99) diz mesmo que "Portugal afirmava os seus direitos de nação livre. E cada soldado português sabia que defendia o solo pátrio.".

Do lado espanhol, as ofensivas eram algo reprimidas e demoradas, uma vez que o país se encontrava envolvido na Guerra dos Trinta Anos e a resolver a questão da Catalunha. Até à resolução desta questão, as armas mais importantes dos espanhóis, na condução da guerra contra os portugueses, foram, segundo Ramos (2009, p. 305), o bloqueio comercial e, sobretudo, o isolamento diplomático[23]. Enquanto o primeiro teve uma eficácia limi-

[23] Esta situação de isolamento diplomático leva a que Ramos (2009, p. 34) discorra sobre a forma como Portugal dirigiu os seus esforços diplomáticos para conquistar apoios e reconhecimento no exterior. Diz o autor que neste particular há duas perspectivas históricas: uma onde se encontram os historiadores que salientam a eficácia da acção da diplomacia portuguesa; do outro, os que destacam a série de acordos e tratados, nem sempre favoráveis ao país, com que os Bragança brindaram algumas nações europeias, na senda de um reconhecimento da sua Casa (destacam-se, aqui, as concessões económicas feitas sobretudo à Inglaterra).

tada, uma vez que fora furado por várias potências europeias, em função das suas necessidades, já o isolamento diplomático, "apoiado numa intensa actividade propagandística", revelou-se bastante dramático nos seus efeitos (Ramos, 2009, p. 304). Depois de estabilizada a situação na Catalunha, a monarquia dos Habsburgos canalizou esforços redobrados para a frente ocidental dos seus conflitos (Ramos, 2009, pp. 302 e 303).

Assim, esta guerra teve altos e baixos para os dois lados, tendo algumas das batalhas dado a vitória aos exércitos portugueses (Montijo, 1655, e Linhas de Elvas, 1659, por exemplo) e outras aos espanhóis. Oliveira Marques (1973, p. 446) afirma que, no entanto, costumavam ser os portugueses a actuar como defensores, enquanto os espanhóis actuavam como invasores. Ramos (2009, p. 303) confirma e acrescenta que, a última década da guerra, entre 1656 e 1668, se caracterizou por sucessivas ofensivas espanholas e pelas correspondentes e vitoriosas respostas portuguesas, "configurando-se como o período mais marcante e decisivo do conflito.". Os principais combates foram: Olivença, entre 1641 e 1657; Ouguela, 1644; Montijo[24] (Espanha), 1644; Badajoz, 1657; Elvas, entre 1658 e 1659; Ameixial [25], 1663; Évora, 1663; Sobradillo (Espanha), 1664; Castelo Rodrigo, 1664; Almeida, 1664; Vila Viçosa, 1665; Montes Claros [26], 1665 (Costa, 2004; Oliveira Marques, 1973). Costa (2004, p. 95) afirma que os anos decisivos da guerra terão sido os de 1662 a 1665, com o ano de 1663 a ter um papel preponderante[27].

[24] Ribeiro (1934f, p. 57) menciona que esta foi uma famosa batalha uma vez que, tendo-se iniciado por uma quase derrota dos soldados portugueses e em completo desbarato da nossa cavalaria, terminou, mercê duma rápida decisão do general em chefe, por um triunfo das armas de Portugal.

[25] Ramos (2009, p. 314) refere que a vitória no Ameixial teve um enorme impacto político, em ambos os países.

[26] Batalha onde a vitória fora completa e decisiva para o desfecho da guerra (Ribeiro, 1934d, p. 99). O autor acrescenta que apesar das vitórias deste período, a luta ainda se arrastou por mais dois anos e tanto, tendo recaído no regime de escaramuças sem importância (Ribeiro, 1934d, p. 100).

[27] Costa (2004, pp. 95-99) afirma que o ano de 1662 "é aquele que melhor traduz as dificuldades dos portugueses face à nova ofensiva inimiga."; que o ano de 1663 "pode provavelmente ser considerado o ano determinante da Guerra da Restauração", tendo-se assistido a algumas inovações tácticas; o ano de 1664 teria sido "um ano peculiar já que do lado português era realizada uma mobilização numa escala sem precedentes

Em 1665, Filipe IV morreu, deixando um herdeiro ainda menor, o que enfraqueceu a monarquia dos Habsburgos. Ao mesmo tempo, Luís XIV de França decidira reclamar a parte da herança da sua mulher, filha mais velha do falecido soberano, o que viria acrescentar conflitos para resolver aos espanhóis. O país estava, assim, fragilizado e parecia mesmo compreender que, em relação a Portugal, tinha de se resignar ao inevitável, ou seja, aceitar que, pelo menos no plano militar, a guerra havia chegado ao fim (Ramos, 2009, p. 315) e que tinha de reconhecer a dinastia de Bragança (Labourdette, 2003, p. 336). Castelo Melhor, valido de D. Afonso VI, percebeu isso e considerou que estavam reunidas as condições para obter esses reconhecimentos nos melhores termos. Assim, entrou em negociações[28] com a regente, Mariana de Áustria e, a 5 de Janeiro de 1668, conclui-se o tratado de Madrid, onde se determinava que a monarquia de Filipe IV reconhecia a independência de Portugal e a dinastia de Bragança[29]. As principais cláusulas do tratado determinavam o seguinte:

> restituição mútua de todas as praças conquistadas, com excepção de Ceuta, que ficara em poder dos castelhanos; libertação imediata de todos os prisioneiros; restabelecimento das relações comerciais entre os súbditos dos dois países, tais como se efectuavam no tempo de D. Sebastião; reparação dos danos sofridos pelos particulares, em razão da guerra (Peres, 1934b, p. 120).

A vitória portuguesa na Guerra da Restauração é explicada por Ramos (2009, p. 315) da seguinte forma:

– o governo do conde de Castelo Melhor divulgaria a presença de 28 mil homens no Alentejo, número que, a ser efectivo, constituiria uma exuberante vitória da sua acção disciplinadora – e que não teria qualquer correspondência no campo adversário (…).”; em 1665, organizar-se-ia, em Madrid, “a derradeira tentativa de fazer o reino regressar aos domínios de Filipe IV”, tentativa essa que saiu gorada.

[28] Ramos (2009, p. 315) menciona que as negociações foram feitas com intermediação inglesa.

[29] Valladares (2006, p. 268) conta que houve quem, em Portugal, considerasse os termos do tratado muito decepcionantes e criticasse D. Pedro por tê-lo assinado. No entanto, o autor ressalva que Portugal se encontrava de tal modo debilitado que “o facto de ter alcançado a sua independência resumia toda a glória a que, naquela altura, podia aspirar (…).” (Valladares, 2006, p. 268).

> Sem que se possa excluir outros factores, bem como algum êxito português na criação de uma força armada na última fase do conflito, não oferece dúvidas que a vitória portuguesa se deveu, em larga medida, à incapacidade "castelhana" para organizar um exército com a dimensão suficiente para vencer a guerra. A monarquia dos Habsburgos, para além de se encontrar esgotada, não fora, ao que tudo indica, capaz de prosseguir com as inovações militares que no século XVI lhe tinham granjeado assinaláveis êxitos.

Conta Costa (2004, p. 104) que logo que foi sabida a paz, houve sinais de grande contentamento. Aos poucos, o reino foi sendo desmantelado "de toda a superestrutura militar criada durante a guerra", tornando-se Portugal um país sem exército permanente (Costa, 2004, p. 106). A França, de Luís XIV, ainda procurou colocar entraves à celebração da paz (pois o estado de guerra entre Portugal e a Espanha convinha-lhe) e encetou algumas iniciativas para tal, mas não foi bem-sucedido (Peres, 1934b, p. 120; Ribeiro, 1934c, p. 111).

1.4. O reinado de D. João IV

O reinado de D. João IV não foi, nomeadamente numa fase inicial, um reinado fácil. Foram urdidas algumas conjuras para destituir o novo rei e mesmo para assassiná-lo (Costa, 2004, p. 49; Labourdette, 2003, p. 327; Oliveira Marques, 1983, p. 444; Peres, 1934a, pp. 15-19; Ramos, 2009, p. 325; Veríssimo Serrão, 1983, p. 4). Assim, dentro do país, a estabilidade do regime dependeu do aniquilamento de toda a discórdia a favor da Espanha. Logo em 1641, foi descoberta uma conspiração, onde, de acordo com Oliveira Marques (1973, p. 444), participavam algumas das melhores famílias da aristocracia, membros da alta burguesia e do alto clero. O castigo aplicado por D. João IV fora, nas palavras de Labourdette (2003, p. 327) de uma "dureza exemplar" e, segundo Veríssimo Serrão (1983, p. 4) tornaram o monarca implacável com os seus inimigos. O autor diz também que o direito exerceu um contributo notável para a defesa da nova dinastia e que, por esta razão, se compreende que os secretários das embaixadas fossem sempre juristas consagrados (Veríssimo Serrão, 1983, p. 5-6).

De forma a conseguir impor a independência, depois do golpe de Estado, e a reconquistar um império que fora, nas palavras de Labourdette (2003, p. 328), "gravemente mutilado pelos holandeses", D. João IV precisava do apoio de potências estrangeiras. E era pois, natural, que o governo procurasse estas entre as nações rivais da Espanha e, em primeiro lugar, na França (Ribeiro, 1934b, pp. 25-27). Ora, a conjuntura internacional, apresentava-se-lhe, como já foi referido, bastante favorável, uma vez que a Espanha, envolvida na Guerra dos Trinta Anos, lutava em diversas frentes e acabava por não poder "castigar e reconquistar (…) [a] nação rebelde" como desejaria (Labourdette, 2003, p. 328). Neste campo, Labourdette (2003, p. 328) refere que

> D. João IV teve inicialmente a sorte de beneficiar da passividade da Espanha, depois a habilidade de congregar alianças na Europa, e finalmente a capacidade de organizar uma defesa do reino contra a qual a Espanha nada poderia.

No campo diplomático, D. João IV contou com "embaixadores e agentes de alta craveira" (Veríssimo Serrão, 1983, p. 5). Oliveira Marques (1973, p. 443) informa que, relativamente à política externa, um dos principais objectivos de Portugal era fazer a paz com a Holanda e conseguir apoio militar e diplomático dos inimigos da Espanha. Logo em 1641, D. João IV concedeu aos holandeses a liberdade de comércio, de que gozavam antes da união ibérica, e os holandeses proibiram os seus compatriotas de fazer a guerra contra Portugal, apesar de tal não os impedir de "continuar a atacar descaradamente os domínios portugueses" (Labourdette, 2003, p. 331). No entanto, um tratado de paz demorou a ser assinado, uma vez que, para isso, a Holanda teria que renunciar à sua política de conquista na Ásia e no Atlântico e isso não lhes interessava, e só em 1661 é que chegaram a um acordo de paz, que, de acordo com Ramos (2009, p. 307), acabou por não resolver todas as questões pendentes. O tratado de paz com as Províncias Unidas proclamava que, em troca da renúncia ao Brasil, a Angola e a São Tomé, Portugal reconhecia a possessão holandesa das suas conquistas no Oriente e concedia-lhes as mesmas facilidades que já eram concedidas aos ingleses no comércio do

sal de Setúbal. Para além disto, comprometia-se a pagar-lhes, no prazo de dezasseis anos, uma avultada indemnização (Labourdette, 2003, pp. 339 e 340). Ou seja, Portugal acabou por acordar um tratado algo desvantajoso (segundo os portugueses da época), mas, dadas as circunstâncias, foi o possível (Ribeiro, 1934b, p. 28).

No que às possessões ultramarinas diz respeito, Portugal havia sido expulso da maioria das que ainda lhe restavam no oceano Índico[30] e era também expelido da Arábia e do Golfo Pérsico pelos árabes, ajudados pelos ingleses e pelos holandeses. Restou-lhe Moçambique, que reconheceu D. João IV como rei, em 1641; Goa, no mesmo ano; e Macau, onde a notícia da Restauração só chegara em 1642, sendo o novo monarca logo aclamado (Labourdette, 2003, p. 338). No Atlântico, Portugal perdeu parte de Angola e de São Tomé, em 1641, mas acabou por recobrar estes territórios, em 1648. Já na Madeira e nos Açores, a aclamação de D. João IV aconteceu logo em 1641 e 1642, respectivamente, o que se revelou deveras importante, uma vez que estes arquipélagos comandavam a navegação e a defesa do Atlântico e, consequentemente, a restauração portuguesa em África e no Brasil (Labourdette, 2003, p. 338). Marrocos reconheceu o soberano, logo em 1640; Tânger fez o mesmo em 1643; Ceuta permaneceu fiel a Espanha. No Brasil, a notícia da proclamação da independência foi chegando de forma faseada às diversas cidades e o reconhecimento do novo monarca ia sendo aceite assim que se sabia do sucedido. Devido à ocupação holandesa no país (nordeste) e às tréguas que Portugal tinha negociado na Europa, a situação foi mais complicada, o que também fez com que, finalizado, viesse a ser o capítulo mais glorioso da fidelidade a D. João IV (Veríssimo Serrão, 1983, p. 16). Os holandeses não queriam abandonar o local e os portugueses não queriam guerras, mas os luso-brasileiros pretendiam, nas palavras de Labourdette (2003, p. 338), ver-se "livres dos heréticos abominados" (os holandeses) e insurgiram-se, levando a que estes, aos poucos, fossem abandonando o país, tendo a última vaga de holandeses abandonado o Brasil em 1654. Portugal vê, assim, a sua soberania completamente restabelecida em terras de Vera Cruz. Veríssimo Serrão (1983, p. 16) diz mesmo que

[30] Oliveira Marques enumera as seguintes perdas, por parte de Portugal: Malaca (1641), Ceilão (1644/1656), Coulão (1658), Negapatão (1660), etc.

a restauração no Brasil "foi porventura o capítulo mais glorioso da fidelidade a D. João IV das parcelas ultramarinas" e Cortesão (1934, p. 639) acrescenta que "em seu conjunto, a história do Brasil [no século XVII] é uma epopeia, que, só por si, resgata o nome português do vergonhoso declínios que noutras partes manifesta".

As perdas de territórios são entendidas por Labourdette (2003, p. 337) como um preço a pagar para garantir a Restauração da Independência. No sentido de manter a paz com holandeses e ingleses, duas potências marítimas em ascensão, D. João IV acabou, como já se viu, por ter de renunciar a algumas das possessões que haviam feito a fortuna e a grandeza de Portugal, ao longo do século XVI, pois o seu realismo político permitia-lhe perceber que a reconquista, por esses motivos e pela falta de meios, só poderia vir a ser parcial (Labourdette, 2003, p. 337). O novo eixo da política colonial giraria em torno do Atlântico e, segundo Labourdette (2003, p. 337), a fundação da Companhia Geral do Comércio do Brasil foi disso a melhor prova. O autor refere, também, que, apesar da prioridade dada a esta rota, os assuntos da Índia não foram totalmente esquecidos, mas, uma vez que era o rendimento do açúcar brasileiro que financiava a independência portuguesa, a sua exploração e comercialização tornava-se primordial (Labourdette, 2003, p. 337). Apesar destas privações, Xavier e Hespanha (1993b, p. 408) referem que a construção modular e descentralizada do país, "permitiu-lhe ultrapassar a perda do controle de qualquer rota marítima fundamental.". Para Boxer (1977, p. 133), e de uma forma global, este conjunto de perdas, conquistas e reconquistas podem sintetizar-se da seguinte forma: "vitória para os holandeses na Ásia, um empate na África Ocidental e vitória para os portugueses no Brasil.".

Uma aliança francesa também foi procurada. No entanto, no que toca a este país, Oliveira Marques (1973, p. 444) refere que o apoio acabou por ser mais verbal, que outra coisa qualquer. Assim, depois de ter encorajado os portugueses a revoltar-se (mesmo não tendo tido papel directo nos acontecimentos do 1º de Dezembro), a França prometeu uma aliança com Portugal, no sentido de as duas potências se manterem unidas e em que se comprometiam a não estabelecer uma paz separada com a Espanha. No entanto, a intenção da França não era cumprir o acordado e D. João IV, apercebendo-se disso e também da intenção deste país de tornar Portugal

num seu peão, recuou e as duas nações acabaram por não entrar em acordos (Labourdette, 2003, p. 331)[31]. O autor vai mais longe ao afirmar que "a aliança francesa não passara, afinal, de uma aliança de circunstância", uma vez que, "após o reconhecimento da dinastia de Bragança por parte da Espanha, ela era muito menos necessária a Portugal" e poderia, até, tornar-se nefasta "se arrastasse o país na esteira da política de Luís XIV" (Labourdette, 2003, p. 357). Só no reinado de Afonso VI (estando já o monarca casado com uma princesa francesa) é que se assinou um tratado de aliança, do qual fazia parte ajuda miliar a Portugal.

Com a Inglaterra, a princípio, as negociações decorreram com rapidez e bom entendimento entre os contratantes. Mas, entretanto, surgiram algumas dificuldades que lá se resolveram (Ribeiro, 1934b, pp. 32-34). O monarca português conseguiu, em 1642, um tratado de amizade e de navegação (Labourdette, 2003, p. 330). Anos depois, entre 1650 e 1654, Portugal esteve em guerra aberta com os britânicos, mas estes facilmente se mostraram superiores, levando a que os portugueses tivessem que assinar um tratado de paz que abria o império ao tráfico inglês (Ramos, 2009, p. 308). Em 1661, a filha de D. João IV, D. Catarina, veio a casar com Carlos II de Inglaterra, tendo este obtido, em dote, a cedência de Bombaim e Tânger. Nesta altura, foi assinado novo tratado de paz e aliança que ratificava todos os anteriores e segundo o qual Portugal tinha de cumprir uma série de cláusulas. Valladares (2006, p. 213) afirma que "este acordo representou um indiscutível triunfo britânico, se bem que o regime dos Bragança tivesse alcançado o que mais necessitava: apoio militar e diplomático contra Madrid.".

Labourdette (2003, p. 330) refere, ainda, que ajuda militar, tanto na forma de contingentes mercenários, como na de armas e abastecimentos, Portugal recebeu da parte da Europa setentrional, nomeadamente da Suécia. Ribeiro (1934b, pp. 34-36) acrescenta que Portugal conseguiu, tanto da Suécia como da Dinamarca, apoio e estabeleceram-se, desde aí, com estes países, boas relações, "afectuosas e confiantes", tendo-se Francisco de Sousa Coutinho mostrado, aqui, um "hábil diplomata".

[31] No fundo, e apesar de a França querer a paz europeia, não desejava assistir ao renascer do poderio ibérico, daí que evitassem até onde pudessem as alianças e tratados entre portugueses e espanhóis (Saraiva, 1983, p. 27).

Um fracasso diplomático vivido por D. João IV teve a ver com a permanente recusa da Santa Sé em reconhecer a secessão de Portugal, negando, também, "todas as súplicas de confirmação de bispos para as dioceses que iam vagando." (Oliveira Marques, 1973, p. 444). Roma considerava o rei de Espanha o chefe da causa católica contra os protestantes e não queria, de forma alguma, enfraquecê-lo (Labourdette, 2003, p. 331). Ramos (2009, p. 308) acrescenta que a influência da coroa espanhola na corte pontifícia era muita e que mesmo com os insistentes esforços diplomáticos portugueses, o resultado nunca foi o esperado. Só em 1669, no pontificado de Clemente IX, e já depois de firmada a paz entre Portugal e a Espanha é que se mudou a atitude romana para com Portugal (Veríssimo Serrão, 1983, p. 5). Ribeiro (1934b, p. 37) ressalva que a embaixada a Roma foi mesmo a última a ser enviada, talvez já imaginando as dificuldades com que se iria deparar. Diz o autor que

> o governo português ligava importância ao reconhecimento da independência portuguesa pelo pontífice, e que logo de princípio pensou em restabelecer as relações com a cúria romana. Mas, desde o princípio também, antevira todas as dificuldades que oferecia semelhante missão (Ribeiro, 1934b, p. 38).

De facto, se em Paris, Londres, Amesterdão, etc., "os plenipotenciários haviam conseguido firmar tratados de aliança, ou simplesmente de amizade e comércio", o que significava o reconhecimento de Portugal como estado independente, em Roma, contudo, a diplomacia espanhola tinha vencido (Ribeiro, 1934b, p. 40).

Ramos (2009, p. 306) resume a acção dos diplomatas portugueses nas diversas cortes europeias como tendo sido marcadas por "mil e uma peripécias rocambolescas". Contudo, prossegue o autor,

> é difícil fazer um balanço negativo da actuação destes improvisados diplomatas, visto que alcançaram o que era indiscutivelmente o seu principal objectivo, ou seja, o reconhecimento internacional da autonomia portuguesa (2009, p. 306).

Cortesão (1934, p. 641) chama a atenção para o facto de a história da

administração colonial portuguesa dever ser considerada em "globo e não província a província", de modo a que melhor se compreenda o esforço que representou. Quando olhada assim, assegura o autor, na totalidade do Império, "averigua-se, é certo, que abandonámos aos inimigos muitos territórios; mas reconquistámos e dilatámos, em proporções mais sólidas a parte melhor daqueles que nos haviam sido arrebatados." (Cortesão, 1934, p. 641). Cortesão (1934, p. 642) alerta, ainda, para um facto capital que costuma escapar aos historiadores, quando julgam os esforços da Nação e dos seus governantes em relação aos nossos domínios ultramarinos depois da Restauração: a insuficiência demográfica de Portugal para levar a cabo a defesa eficaz de territórios mais vastos que nunca, e sobre os quais se estendia com frequência uma soberania apenas nominal. Explica o autor que a população existente em Portugal era insuficiente para, ao mesmo tempo, defender o reino dum inimigo mais poderoso que o invadia com frequência por todas as fronteiras e para defender e reconquistar parte duma província já nesse tempo tão vasta como o Brasil mais as costas de dois continentes, a África e a Ásia, dos ataques das nações marítimas mais fortes daquela época (Cortesão, 1934, p. 642). "Quando se compara a grandeza desmesurada da tarefa com a insignificância dos meios humanos, espanta que ainda pudéssemos conservar tanto", afirma Cortesão (1934, p. 642). O autor acrescenta, também, que esta desproporção aumenta, "se à insignificância demográfica juntarmos a mísera escassez dos instrumentos de defesa" (Cortesão, 1934, p. 642).

A nível económico, D. João IV procurou obter dinheiro de qualquer maneira, principalmente para conseguir defender o país de Espanha. Oliveira Marques (1973, pp. 444 e 445) refere que as cortes votaram subsídios mas o governo, actuando de forma prudente, tentou o mais que pôde não aumentar os impostos, conseguindo obter proveitos através da cobrança de somas avultadas aos mercadores a quem, em troca, concedia privilégios. O desenvolvimento do comércio com os países da Europa do norte favoreceu numerosos mercadores, levando-os, segundo Oliveira Marques (1973, p. 445), a apoiar a causa da independência. Já a produção de açúcar, no Brasil, veio a tornar-se a principal fonte de rendimentos da nova dinastia (Saraiva, 1983, p. 42). A situação viria a alterar-se, na segunda metade do século XVII, devido à concorrência das

Antilhas inglesas, francesas e holandesas, tendo levado a uma crise de anos no comércio português (Labourdette, 2003, pp. 354 e 355; Saraiva, 1983, pp. 42 e 43).

De facto, e contrariamente ao que se verificava em Portugal, no Brasil assistia-se a um desenvolvimento e crescimento económico. Uma riqueza surgida durante este século foi o tabaco. Saraiva (1983, p. 43) refere que a sua rápida expansão levou a que as autoridades tivessem de proibir o seu cultivo, uma vez que os agricultores, atraídos pelos preços e lucros, deixassem de plantar bens essenciais, para a alimentação, como, por exemplo, a mandioca (essencial para alimentar os trabalhadores oriundos da África). A criação de gado, o comércio dos couros, os negócios de escravos levados de África ao Brasil, para trabalhar nos engenhos de açúcar, eram as outras bases da economia brasileira que, segundo Saraiva (1983, p. 43) rendiam ao Estado e a particulares alguns lucros. No entanto, o autor alerta que "os índices de prosperidade [contrastavam] com as queixas de penúria e [com] as dificuldades do Estado para satisfazer compromissos", uma vez que "os mecanismos de organização do Estado não se tinham modernizado", tendo levado a que, ao longo deste período, se observasse "um erário público, em défice permanente, e uma riqueza particular em constante desenvolvimento." (Saraiva, 1983, p. 43).

Quem, economicamente e não só, beneficiou de toda esta situação foram os cristãos-novos que ajudaram, com capitais judaicos, a causa da independência[32] e auxiliaram-se a si mesmos em operações rendosas. Além disto, por mais que uma vez, nos períodos de maior aperto, "os representantes dos cristãos-novos ofereceram à coroa vultosos recursos financeiros, em troca de atenuações ao estatuto inquisitorial." (Saraiva, 1983, p. 43). Conta Oliveira Marques (1973, p. 445) que, com estes capitais, os portugueses conseguiram comprar navios, munições e soldados para a defesa da sua pátria. Além do mais, a administração dos bens anteriormente confiscados passou da Inquisição para o Estado, o que constituía uma mais-valia. No entanto, a situação dos cristãos-novos viria a

[32] Logo em 1643, o padre António Vieira percebeu que sem a colaboração dos judeus não era possível manter a independência de Portugal (Saraiva, 1983, p. 43). Portugal, na verdade, não nadava em dinheiro e as dificuldades financeiras aumentavam. Refere Ribeiro (1934e, p. 72) que, no orçamento da guerra, todos os anos se produzia um deficit.

alterar-se, nos reinados seguintes. Labourdette (2003, p. 350) conta que a nova dinastia trouxe um certo sossego aos cristãos-novos, graças, essencialmente, à acção dos jesuítas e ao facto de o seu maior inimigo, o inquisidor-mor D. Francisco de Castro, ter sido afastado. Refere ainda que o mais influente dos jesuítas da Restauração fora o padre António Vieira, simultaneamente "orador, missionário, escritor, diplomata, homem de Estado e economista." (Labourdette, 2003, p. 350). Tinha grande ascendente sobre D. João IV, ao qual demonstrara que a riqueza e actividade comercial dos cristãos-novos "eram indispensáveis à salvaguarda e ao desenvolvimento do império colonial." (Labourdette, 2003, p. 351). Ribeiro (1934e, p. 69) refere que o monarca o encarregou, até, de várias missões diplomáticas. Por sua vez, o padre convenceu-o a criar a Companhia do Brasil[33], com o contributo daqueles. No entanto, durante a regência de D. Luísa de Gusmão e a governação de Castelo Melhor, a Inquisição recuperou a sua actividade e o Santo Ofício mandou prender o padre. Com o golpe de estado de D. Pedro, em 1667, os cristãos-novos voltaram a encontrar protectores entre os conselheiros do príncipe regente e o padre António Vieira passa, novamente, a actuar na corte e a defender a sua causa (Labourdette, 2003, p. 351; Saraiva, 1983, p. 40). Anos mais tarde, a Inquisição volta a recuperar alguma da sua força[34] e, em finais dos anos setenta do século XVII, pelas mais variadas razões, D. Pedro, de forma algo inesperada, passa a apoiar o Santo Ofício, tendo este recuperado todos os seus poderes (Labourdette, 2003, p. 353)[35].

Em 1656, D. João IV morre. Em jeito de resumo, Oliveira Marques

[33] Que tinha algumas obrigações de carácter militar, nomeadamente de defesa da independência (Peres, 1934c, p. 394).

[34] Na época, o anti-semitismo popular era geral e atingira níveis de violência muito altos. Saraiva (1983, p. 41) refere alguns motivos possíveis para tal: "a insistente doutrinação, as grandes manifestações populares que acompanharam os autos-de-fé, a luta das classes tradicionalmente privilegiadas contra uma nascente classe média enriquecida pelos negócios do Brasil, quase todos nas mãos dos cristãos-novos, o patriotismo exacerbado por muitos anos de guerra e a desconfiança nos homens de negócios, ligados à guerra e às nações por vários motivos."

[35] Em Roma, algumas das medidas adoptadas pelo Santo Ofício não eram bem vistas, o que acabou por causar quezílias entre as duas nações. Saraiva (1983, p. 42) refere que a Inquisição Portuguesa acabou por sair vencedora da confrontação, tendo celebrado a vitória com a realização de vários autos-de-fé.

(1973, p. 443) afirma que o reinado de D. João IV (1640-1656), numa fase inicial,

> foi uma sucessão de desastres para o Império, uma série de desaires na diplomacia europeia e uma situação pouco próspera na economia interna, só compensada por meia dúzia de triunfos militares em Portugal que impediram uma invasão espanhola em larga escala.

No entanto, o autor ressalva que, no geral, o governo do rei restaurador ficou marcado por ter sido prudente, com uma série de medidas acertadas na administração (Oliveira Marques, 1973, p. 446). O autor continua, dizendo que este nunca fora um monarca de absolutismos extremos, tendo partilhado a tarefa governativa com alguns conselhos e tribunais e acrescenta, ainda, que D. João mostrou ter tento ao conservar os seus ministros durante longos períodos, pois assim assegurava a estabilidade e continuidade (Oliveira Marques, 1973, p. 446). Veríssimo Serrão (1983, p. 3) confirma este lado prudente de D. João IV e acrescenta que ele soube manifestar, ao longo de dezasseis anos, essa prudência, muitas vezes concretizada em firmeza, o que tornou o seu papel, à frente dos destinos de Portugal, notável. Diz, ainda, o autor que o monarca

> soube estar à altura da confiança que nele depositaram os conjurados, identificando-se com os ideais da pátria, tornada senhora do seu destino (Veríssimo Serrão, 1983, p. 3).

O esforço do Restaurador não foi apenas político e militar, mas também legislativo e financeiro. Diz Veríssimo Serrão (1983, p. 8) que ele havia promulgado uma série de leis necessárias à boa administração do país, ao mesmo tempo que empenhara o seu nome e fortuna pessoal ao serviço do movimento. O autor continua, afirmando que D. João IV fora sempre fiel ao princípio de que a salvação do reino devia ser obtida pelo esforço colectivo da nação e que jamais traíra a confiança que haviam depositado nele (Veríssimo Serrão, 1983, p. 8). Bourdon (1973, p. 87) afirma, simplesmente, que tanto do ponto de vista militar, como diplomático, a obra de D. João IV fora "capital", apesar de "inacabada", e que pode ser considerado "um dos soberanos mais importantes do seu tempo", não só porque teve o mérito de restaurar a independência do seu reino, mas

também "porque era um príncipe cultivado, amigo das artes e da música" (Bourdon, 1973, p. 89).

1.5. A regência de D. Luísa de Gusmão

Com a morte de D. João IV, sobe ao trono o seu filho Afonso VI[36], mas, enquanto este não atingiu a maioridade (na altura, catorze anos), D. Luísa de Gusmão, sua mãe, mulher "inteligente e dotada de forte personalidade" (Labourdette, 2003, p. 342), ficou como regente do reino[37]. No entanto, mesmo depois de D. Afonso ter feito catorze anos, em 1657, a regência de D. Luísa foi-se mantendo, indefinidamente, devido à incapacidade física e mental que todos reconheciam ao rei em governar (Oliveira Marques, 1973, p. 446). Oliveira Marques (1973, p. 446) afirma que neste período compreendido entre 1656 e 1662 não ocorreram grandes mudanças comparativamente ao reinado de D. João IV. Veríssimo Serrão (1983, p. 8) afirma que, de uma forma geral, D. Luísa soube reger o país "com o maior tacto político, sabendo congraçar as duas facções palacianas que se tinham reunido em torno dos condes de Odemira e de Cantanhede.". De facto, depois da morte de D. João IV e durante a regência

[36] A subida ao trono de D. Afonso VI (que não havia sido preparado para reinar) deu-se, porque o filho primogénito do rei, D. Teodósio, morrera prematuramente, aos 19 anos, corria o ano de 1653. Sobre D. Teodósio, diz D. António Caetano de Sousa (1740, p. 265) que era liberal para com os pobres, magnânimo, de uma sensatez admirável, muito corajoso, e sobretudo muito respeitador da Lei de Deus e que desde a mais tenra idade, sabia e falava a língua latina, tendo chegado a compor alguns tratados curiosos e eruditos sobre diversas matérias. Veríssimo Serrão (1991 p. 36) acrescenta que o príncipe "recebera uma boa educação literária, científica e militar, contribuindo para a sua formação o padre António Vieira, que lhe moldou o espírito religioso na consciência do grande papel que o destino lhe reservava. (…) O impulso da juventude o fez visitar em 1651 os castelos do Alentejo, onde animou os soldados e as populações; e, no regresso a Lisboa, viu-se nomeado capitão-general das armas do Reino. Referem os cronistas que era muito devoto e, ao mesmo tempo, impregnado de ideal guerreiro.". Também Labourdette (2003, pp. 341 e 342) se refere ao jovem Teodósio como "um príncipe perfeito em quem depositavam as maiores esperanças".

[37] À data da morte de D. João IV, D. Afonso contava apenas treze anos de idade. Segundo o testamento de seu pai, a rainha D. Luísa de Gusmão, sua mãe, ficaria como regente, até este atingir a maioridade (Saraiva, 1983, p. 24; Veríssimo Serrão, 1983, p. 8).

de D. Luísa, a nobreza encontrava-se dividida em facções inimigas que, constantemente, se batiam entre si (Saraiva, 1983, p. 24).

Durante os anos de regência, Portugal enviou a princesa Catarina de Bragança[38] para Inglaterra, em 1661, a fim de casar com Carlos II e assim criar uma união e conseguir alianças entre as duas nações (Costa, 2004, p. 87; Oliveira Marques, 1973, p. 446). Conforme já foi referido, para que tal união se realizasse, foi preciso entregar Tânger e Bombaim, como dote, aos ingleses. Diz Veríssimo Serrão (1983, p. 9) que a coroa inglesa recebia, assim, "pontos fundamentais para alicerçar o seu império ultramarino", mas a verdade é que, sem o apoio da Inglaterra, Portugal não teria sobrevivido à força das armas espanholas, nem a independência teria resistido à aliança franco-espanhola, decorrente da Guerra dos Trinta Anos (Veríssimo Serrão, 1983, pp. 9 e 10). Este casamento (e esta aliança) foi negociado numa altura em que a Guerra da Restauração entrara numa fase perigosa para Portugal – a Paz dos Pirenéus era celebrada entre as coroas de França e a dos Habsburgos de Madrid – e os espanhóis podiam agora dedicar-se de forma exclusiva à guerra com os portugueses. Daí que fosse importantíssimo conseguir fortes alianças (Costa, 2004, pp. 86-87). E, de facto, Valladares (2006, pp. 214 e 215) afirma que o casamento da princesa com o monarca inglês representou a mais séria ameaça para Madrid, desde o levantamento de 1640, uma vez que um membro dos Bragança conseguia, pela primeira vez, entrar no círculo das famílias reais europeias, assegurando, desse modo, o respeito pela nova dinastia reinante em Portugal.

Foi também durante este período de regência que ocorreram a maior parte das batalhas com a Espanha, o que desagradava a maioria da população, que começava a questionar a governação de D. Luísa de Gusmão. Este descontentamento era também causado pelo facto de, neste período, Portugal ter tido de pagar o primeiro dote da infanta Catarina (referente ao casamento), o que obrigou a grandes sacrifícios (Saraiva, 1983, p. 29). O autor refere que D. Luísa viu-se até obrigada a vender algumas das suas

[38] Inicialmente, pensava-se em casar D. Catarina com o rei de França, Luís XIV, e assim obter uma aliança com este país. No entanto, o acordo não se realizou, devido ao elevado dote exigido pelos franceses e a infanta acabou por ir parar a Inglaterra, onde casou com Carlos II (Saraiva, 1983, p. 26).

jóias pessoais, de forma a fazer face a esta despesa (Saraiva, 1983, p. 29). Além do mais, o ano fora de fome. Saraiva (1983, p. 29) menciona que foi este ambiente que tornou possível o êxito do golpe que se preparava.

Em jeito de resumo, Ribeiro (1934d, p. 77) descreve desta forma a regência de D. Luísa:

> As circunstâncias em que a animosa princesa tomava conta do governo eram particularmente difíceis. Sobrava-lhe energia, mas, em sua volta, os políticos e os militares ambiciosos engendravam aquela rede de dificuldades que é peculiar a todas as regências pela menoridade do reinante: dissídios por questões de precedência, rebeldias por apetites insatisfeitos, orgulhos que podem finalmente extravasar, quando a morte gelou para sempre a mão que costumava firmar os decretos de cargos, as cartas impondo exílios e abrindo prisões.

Assim, em 1662, um golpe de estado palaciano transferiu o poder para D. Afonso VI e D. Luísa decide afastar-se da corte.

1.6. O reinado de D. Afonso VI

No ano em que o *Mercúrio Português* veio a lume, 1663, D. Afonso VI era rei de Portugal e o país encontrava-se dividido entre aqueles que apoiavam o monarca e a governação do conde de Castelo Melhor e os que desejavam a continuação da regência de D. Luísa de Gusmão, ou mesmo a abdicação do rei em favor do seu irmão, o infante D. Pedro. Ramos (2009, p. 328) menciona que foi "um período de intensa luta facciosa entre grupos aristocráticos da corte (…)", onde já se anunciavam as tensões que iriam surgir, mais tarde. Após a morte de D. João IV, em 1656, e depois do período de regência de D. Luísa de Gusmão (que assumira a governação devido à menoridade do filho e a mantivera por mais cinco anos), D. Afonso, auxiliado pelo conde de Castelo Melhor, passa, a partir de 1662, a comandar os destinos da nação, após um golpe de estado perpetuado por si próprio e pelos seus conselheiros, contra a sua mãe e os seus apoiantes.

D. Afonso vai governar Portugal entre 1662 e 1667. No entanto, este rei apresentava alguns problemas mentais e motores e são vários os auto-

res que descrevem a sua incapacidade de assumir as responsabilidades do poder. Labourdette (2003, p. 342) baseando-se num relato de um cronista daquele tempo, conta que, em criança, D. Afonso fora afectado por aquilo a que os médicos da época chamavam uma "febre maligna" que o deixara hemiplégico do lado direito: "Não via daquele olho, nem ouvia daquele ouvido, e só com grande dificuldade movia a mão e o pé direitos". Oliveira Marques (1973, p. 446) refere que o monarca era física e mentalmente diminuído. Ramos (2009, p. 327) diz que o jovem era, de facto, hemiplégico e reforça as dúvidas que a sua saúde física e mental suscitavam na altura. Bourdon (1973, p. 91) afirma que o monarca era "violento" e "depravado" e que dava, frequentemente, provas de um "desregramento precoce dos sentidos e do espírito". Ribeiro (1934c, p. 1010) salienta que o príncipe, quando contrariado, tinha acessos de furor e que tentava bater nos que se lhe aproximavam, lançando, mesmo, mão a uma qualquer arma para os atingir. O autor acrescenta que "a esses acessos violentos, sucedia um estado de apatia, em que sofria sem reacção tudo o que se lhe pudesse fazer ou dizer." (Ribeiro, 1934c, p. 101). Apesar de todos estes problemas, Ribeiro (1934c, pp. 101-102) afirma que D. Afonso era dono de uma memória prodigiosa, "mas [demonstrava] impossibilidade de fixar a atenção, ideação claudicante, debilidade de intelecto, que faziam do moço/rei uma eterna criança – e criança de pouco sizo" que, desde pequena, dera sérios trabalhos à mãe regente, ao aio e aos perceptores, "cujos esforços se inutilizavam contra a resistência duma índole rebelde.". As suas graves diminuições mentais e motoras e a incapacidade que quase todos lhe reconheciam em reinar fizeram com que, neste período, a luta pelo poder estivesse mais intensa que nunca (Saraiva, 1983, p. 28). Havia quem defendesse que D. Luísa deveria voltar a ser regente; havia quem considerasse o infante D. Pedro como um possível sucessor da coroa; mas havia também, como explica Saraiva (1983, p. 28) quem não se preocupasse em explorar "a semidemência do rei, captando-lhe a simpatia para governar em seu nome.".

Na verdade, durante o tempo em que foi rei, D. Afonso esteve rodeado de pessoas que não agradavam nem à corte, nem à população em geral. Conta Saraiva (1993, pp. 28 e 29) que um dos que esteve mais próximo do rei, numa fase em que ainda era D. Luísa quem governava, foi Antó-

nio Conti, um "aventureiro italiano" que começou por ser companheiro de arruaças do monarca. Labourdette (2003, p. 343) acrescenta que este rapidamente adquiriu uma influência preponderante "no espírito fraco e na falta de vontade do infeliz soberano que o chamou, como a qualquer fidalgo, para junto de si no palácio", tendo o rei ficado "sob a sua total dominação" e enchendo de benesses Conti e os seus familiares (Labourdette, 2003, p. 343). Mas D. Luísa de Gusmão, ciente da perigosa conjuntura externa em que Portugal se encontrava e prevendo que tal situação em nada iria ajudar, acabou por conseguir mandar prender Conti, em 1662, e, mais tarde, embarcá-lo para o Brasil (Labourdette, 2003, p. 343). Com Conti, foram também presos outros companheiros do rei e igualmente enviados para o degredo, no Brasil (Saraiva, 1983, p. 29). O rei não reagiu bem a esta situação e caiu num estado de "abatimento completo" e só "a presença de espírito e a ambição" de um dos seus fidalgos de câmara, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor, o conseguiram animar e convencer a tomar as rédeas do governo, o que acabou por acontecer nesse mesmo ano (Labourdette, 2003, p. 344).

Desta situação de debilitação do rei, também se aproveitou um grupo de nobres que, em segredo, preparou o fim da regência de D. Luísa e o início do reinado efectivo de D. Afonso VI (Saraiva, 1983, p. 29). O autor refere que esta ainda procurou contrariar a situação, mas, como já foi dito, o descontentamento com a conjuntura que se vivia era acentuado e ela não teve outra hipótese senão entregar os destinos da nação ao filho (Saraiva, 1983, p. 29).

Assim, em 1662, um golpe de estado palaciano transferiu o poder para D. Afonso VI. Labourdette (2003, p. 342) relata que D. Afonso, dono de uma personalidade muito controversa, "soube tomar medidas que se impunham no plano militar, financeiro e institucional", apoiando-se nos seus conselheiros e nas cortes. Conta Labourdette (2003, p. 344) que, feito primeiro-ministro, o conde de Castelo Melhor [39] foi quem, no

[39] Em 1662, o conde de Castelo Melhor, Luís Vasconcelos de Sousa, de seu nome, tinha 26 anos. Labourdette (2003, p. 344) menciona que o conde de Castelo Melhor era um patriota autêntico e "queria consagrar definitivamente a independência do país. Possuía todas as qualidades de um homem de Estado, exercendo uma hábil diplomacia e revigorando um exército esgotado por vinte e três anos de combates.". De acordo com as palavras de Ribeiro (1934d, p. 91), "Luís de Vasconcelos, de inteligência viva, visão

fundo, governou, deixando que o rei se "entregasse aos seus excessos e loucuras", completamente desinteressado dos assuntos políticos, que deixava ao cuidado do seu valido. Saraiva (1983, p. 30) corrobora, apelidando Castelo Melhor de "único árbitro da política portuguesa", tal como Veríssimo Serrão (1983, p. 10) que o considerou o verdadeiro governante do país. Esta concentração de poder nas mãos de uma só pessoa leva a que Saraiva (1983, p. 30) fale na adopção do modelo de governo baseado no absolutismo francês, opção bem vista pelo autor que considera que a concentração de poderes nas mãos de um homem enérgico e organizado como em vez de com o conde de Castelo Melhor aconteceu na hora certa, uma vez que a guerra com a Espanha havia entrado numa fase perigosa.

Ribeiro (1934c, p. 106) elogia a governação do conde, considerando que os sete anos que durou o seu consulado foram felizes e que,

> apesar das dissensões que dividiam a corte, a sua acção inteligente, enérgica e competente preparou o País para resistir com eficácia às invasões estrangeiras, e levou os exércitos portugueses, pela excelente orientação do governo central, às vitórias sucessivas de Elvas, Castelo Rodrigo e Montes-Claros.

Num escrito da época, atribuído a Alexandre da Paixão[40] dizia-se o seguinte sobre o conde:

> de nenhuma consulta fazia caso, despachando tudo por cima, sendo ele o datário dos postos, comendas, ofícios e tenças, e sua vontade era toda a razão de dar e tirar despachos, que, como cega, ou do ódio ou do amor, nem via serviços nem incapacidades, regulando tudo pelo seu querer. (*Mons-*

rápida, energia serena, conhecimento dos homens, sabendo aproveitar-lhes as qualidades como os defeitos, era o homem que mais convinha ao momento e ao pobre monarca, débil e maleável como cera, e que, sem um mentor dessa têmpera resvalaria fatalmente na desgraça da deposição, como de facto resvalou, quando lhe faltou o amparo desse braço forte e dessa tão lúcida inteligência.". O autor acrescenta que foi Castelo Melhor o "dirigente supremo da política" neste período e "quem orientou a guerra e organizou a vitória, começando por pôr em ordem as finanças públicas, pagando os soldos em dívida, dominando as intrigas dos generais, que não haviam cessado em vinte anos de guerra, exigindo disciplina, fazendo vibrar o patriotismo por hábeis jogos políticos.".

[40] *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, vol. I (1662-1669). A autoria da obra não está, porém, confirmada.

truosidades do Tempo e da Fortuna, p. 23).

Este instalou no governo um pequeno grupo de jovens nobres, impôs um governo de ministério aos conselhos e tribunais e rodeou-se de alguns dos mais notáveis portugueses da época, como D. António de Sousa de Macedo (o redactor do *Mercúrio Português*), que viria a tomar conta da secretaria de estado (Oliveira Marques, 1973, p. 448). Ramos (2009, p. 329) acrescenta que para legitimarem o seu poder, fizeram publicar o regimento do "escrivão da puridade", estatuto que Castelo Melhor passou a adoptar.

Segundo Oliveira Marques (1973, p. 448), neste período, assistiu-se a uma série de vitórias para as armas portuguesas, graças a um renovado esforço militar, a uma melhor chefia e a um governo mais eficiente. O autor realça, ainda, que vários técnicos militares franceses e alemães ajudaram a reorganizar as forças nacionais e que avultados contingentes de mercenários estrangeiros vieram para Portugal (Oliveira Marques, 1973, p. 448). Tudo isto, aliado ao facto de a Espanha se mostrar fatigada de batalhas, acabou por colocar, em "termos práticos" (Oliveira Marques, 1973, p. 448), um termo à guerra, após a batalha decisiva de Montes Claros, em 1665, durante o reinado de D. Afonso VI. Ramos (2009, p. 331) acrescenta que o governo do valido de D. Afonso VI decorrera num contexto de intensas lutas entre as várias facções existentes na corte e que, por isso, compreendeu alguns desterros e prisões.

A fim de assegurar a sucessão ao trono e, ao mesmo tempo, neutralizar aqueles que queriam que se substituísse D. Afonso VI pelo irmão, D. Pedro, Castelo Melhor fez casar, em 1666, Afonso VI com uma princesa francesa, Maria Francisca de Nemours[41], mulher formosíssima, inteligente e ambiciosa e que desde que chegara dera indícios de estar disposta a tomar conhecimento dos negócios e a neles intervir (Ribeiro, 1934c, p. 108). Um ano depois, assinou-se um tratado de aliança com a França, de

[41] Ramos (2009, pp. 333 e 334) faz notar que o casamento de D. Afonso VI foi largamente discutido entre os seus principais conselheiros. Diz o autor que "Castelo Melhor e o seu braço-direito, o doutor António de Sousa de Macedo, representariam, apesar de algumas alegações em contrário, o «partido inglês», sendo o duque de Cadaval a figura mais destacada do «partido francês»." (2009, pp. 333 e 334). A opção matrimonial francesa acabou por ser a adoptada.

forma a obter aliados para o lado de Portugal. Valladares (2006, pp. 257 e 258) entende esta aproximação a França, por parte de Portugal, durante a governação de Castelo Melhor, e mesmo o casamento do rei, como uma "batalha pessoal" que o próprio travou e que pretendia "pôr fim à submissão de Portugal face às demais potências.". O autor assegura que, desde o golpe de 1640,

> a Restauração praticaria uma diplomacia sem rumo, submetida à superioridade dos seus vizinhos, os quais tiraram muito proveito dessa situação. Castelo Melhor pretendia acabar com isso e colocar Portugal numa posição mais forte – ou menos fraca –, a partir da qual tivesse condições para defender os seus interesses (Valladares, 2006, p. 257).

No entanto, os planos do conde não correram como ele desejava, uma vez que, por um lado, o rei se mostrou "incapaz de se comportar como marido, originando-se um *flirt* amoroso entre a nova rainha e o príncipe D. Pedro" (Oliveira Marques, 1973, p. 448) e "rodeando-se da escória da sociedade, em correrias nocturnas pelas ruas e comportando-se como um autêntico salteador e até assassino" e, por outro, porque as intrigas contra Castelo Melhor eram cada vez maiores. A crescente violência da guerra exigiu maiores sacrifícios, mas tal também fez crescer o descontentamento contra o valido real (Saraiva, 1983, p. 31). O autor continua, dizendo que

> Todos compreendiam que o único suporte de Castelo Melhor era a vontade pueril do rei, e a ideia de que aquele rei não tinha condições para ocupar o trono fazia cada vez mais adeptos. Os descendentes agrupavam-se em volta do irmão do rei, infante D. Pedro, que depressa se tornou o chefe da oposição ao governo do conde (Saraiva, 1983, p. 31).

Esta oposição emergente manifestou-se numa confusão e oscilação das linhas fundamentais da política portuguesa. Assim, de um lado, estava D. Pedro e os nobres que como ele defendiam a paz com a Espanha, a demissão do valido do rei, o regresso à oligarquia dos tempos de D. João IV e o apoio da Inglaterra; do outro estava o conde de Castelo Melhor, que defendia a continuação da guerra, até que a Espanha reconhecesse a independência portuguesa, o absolutismo e o governo pessoal e a aproximação com a França para obter os meios militares necessários e indispen-

sáveis para uma guerra ofensiva (Saraiva, 1983, p. 31).

Ramos (2009, p. 334) e Saraiva (1983, p. 32) referem que à oposição crescente ao valido se acrescentava a hostilidade da rainha para com este. Também se verificava uma certa animosidade da parte da soberana para com o secretário de Estado António de Sousa de Macedo, sendo que esta exigia sua demissão. Esta situação contribuiu para que a luta entre as duas facções se intensificasse, estando a maior parte da nobreza do lado do infante D. Pedro (Saraiva, 1983, p. 32). Ribeiro (1934c, pp. 112-113) não hesita em afirmar que "os principais factores da sua desgraça política, mais do que os inimigos declarados – os generais e os cortesãos – foram a rainha e o infante" e como o valido via que o rei vacilava, decidiu afastar-se do governo e da corte, sendo que, a partir desta altura, o partido da Rainha e do infante passou a dominar.

Oliveira Marques (1973, p. 449) diz que, perante este cenário, a França, de forma algo paradoxal, preferiu ver cair o conde e, consequentemente D. Afonso VI, pois assim levava com ele Sousa de Macedo, de quem eles *não gostavam* por ser amigo dos ingleses, tendo, para tal, aliciado alguns nobres portugueses a insurgirem-se. Labourdette (2003, p. 346) acrescenta que também o facto de Portugal pretender negociar a paz com a Espanha desagradou aos franceses. A Inglaterra, por seu lado, propunha-se a apoiar esta iniciativa e a coroa inglesa desaprovou, mesmo, o afastamento do conde e a deposição de D. Afonso VI (Ramos, 2009, p. 334). Saraiva (1983, p. 32) remata, referindo que a "perspectiva de continuação de uma guerra que durava havia vinte e sete anos e que absorvia todos os recursos do País" foi o que desencadeou em Portugal a "vigorosa oposição". No entanto, o autor acrescenta que a perspectiva do fim da guerra não recolhia opinião favorável de todas as classes:

> Nas cortes, o braço da nobreza pronunciava-se pela continuação da guerra até que nos refizéssemos dos prejuízos sofridos desde 1580; mas o braço popular e eclesiástico defenderam com energia a paz (Saraiva, 1983, p. 35).

No âmbito deste cenário, dá-se, em Setembro de 1667, um golpe de estado dirigido pelo infante D. Pedro, apoiado, segundo Labourdette (2003, p. 347), por quase toda a totalidade do reino, que levou ao afastamento

de Castelo Melhor[42] (que abandonou a corte, só voltando em 1685), dos seus partidários e, pouco depois, à deposição e ao aprisionamento do próprio rei [43] (Oliveira Marques, 1973, p. 449). D. Afonso VI vai permanecer aprisionado, entre os Açores e o Paço de Sintra, até à sua morte, em 1683[44]. D. Pedro assumiu o título de príncipe regente [45] (confirmado, mais

[42] Ramos (2009, p. 332) explica que os argumentos usados contra o conde de Castelo Melhor foram muito semelhantes aos invocados contra outros favoritos políticos ou primeiros-ministros no resto da Europa. Diz o autor que "Por um lado, considerava-se que usurpavam a função do rei (…). Por outro, acreditava-se que tendiam a estabelecer mecanismos de decisão e consulta sobre as principais matérias políticas que violavam a jurisdição e competências dos conselhos e tribunais. No caso de Castelo Melhor, houve ainda a suspeita de que acrescentara a sua Casa e as daqueles que lhe eram fiéis com mercês injustamente distribuídas." (2009, p. 332).

[43] Fonte da época relata, na obra *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, a forma como se comunicou a D. Afonso VI que seria deposto. O discurso, atribuído ao marquês de Cascais, foi, supostamente, o seguinte: "Senhor, vós nascestes tolo, e o achaque que depois tivestes vos fez mais incapaz; sois doente e cheio de enfermidades; não tendes (…), nem sois para casado, e assim estais incapaz de terdes geração, razões todas pelas quais hão-de vir os Procuradores das Cortes, e vos hão-de privar do Reino, e dar o governo dele a vosso irmão." (*Monstruosidades do Tempo e da Fortuna,* vol. I (1662-1669), p. 46).

[44] Saraiva (1983, p. 33) faz referência a um documento que D. Afonso VI assinara onde declarava que "de seu moto próprio, poder real e absoluto, há por bem fazer desistência destes seus reinos, assim e da maneira que os possui, de hoje em diante e para todo o sempre, em a pessoa do Senhor Infante D. Pedro seu irmão e em seus legítimos descendentes, com declaração que do melhor parado das rendas dele reserva 100 000 cruzados de renda em cada ano, dos quais poderá testar por sua morte por tempo de dez anos.". No decurso dos quinze anos que ainda viveu, o rei não passou de um pobre prisioneiro, pois receava-se que "dum entendimento secreto do sequestrado com os seus velhos servidores, resultasse alguma conspiração feliz ou quaisquer tumultos que perturbassem o sossego do reino." (Ribeiro, 1934c, p. 117).

[45] No entanto, era preciso que o rei, D. Afonso VI, permanecesse rei e que a atitude de D. Pedro não fosse vista como um "apoderar-se" da coroa, mas apenas o exercício de uma regência, mantendo-se, desta forma, a legitimidade (Labourdette, 2003, p. 347; Ramos, 2009, p. 335). A questão de como D. Pedro deveria governar e com que título foi motivo de acesa discussão nas cortes, onde não houve unanimidade na decisão. O príncipe acabou por se confirmar com a opinião dominante entre as classes privilegiadas, uma vez que fora com o seu apoio que chegara ao poder (Saraiva, 1983, p. 34).

tarde, nas cortes[46]), "em virtude da incapacidade em governar"[47] do seu irmão (Labourdette, 2003, p. 347), "restaurou os nobres como classe ao seu primitivo poder"[48] (Oliveira Marques, 1973, p. 449) e casou com a cunhada, D. Maria Francisca[49], em 1668, após se ter provado a impotência do seu irmão, o rei D. Afonso VI, e se ter dissolvido o casamento deste[50]. Depois da morte desta, volta a contrair matrimónio com D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, em 1687. Afirma Oliveira Marques (1973, p. 449) que se preenchiam, assim, todas as condições para ser firmada a paz, que todos desejavam. O tratado foi assinado em 1668 e nele reconhecia-se a independência plena de Portugal, mantendo inalteráveis as suas fronteiras e possessões, à excepção de Ceuta que, como já foi referido, permaneceu em poder da Espanha. Saraiva (1983, p. 36) acrescenta que o tratado estipulava, também, que se devolvessem as conquistas e prisioneiros de Portugal, bem como se desistisse, mutuamente, de reparações.

Saraiva (1983, p. 36) diz que é comum designar-se a época de D. Pedro II como o início do absolutismo real no nosso país, pelo facto de as cortes

[46] Nas cortes de Janeiro de 1668, em que D. Pedro é aclamado príncipe regente, explica-se que a deposição de D. Afonso VI se funda nos seguintes factos: "a sua incapacidade governativa e impossibilidade de sucessão, os abusos do poder por ele ou em seu nome cometidos, e a dissipação dos bens e fazenda régia verificada durante o seu governo." (Ribeiro, 1934c, p. 117). Nestas mesmas cortes, D. Pedro declarou que não pretendia usurpar a coroa do seu irmão, mas simplesmente salvar o reino dos perigos que esta correra e continuava a correr e trabalhar pelo bem público, contentando-se com o título de Príncipe Regente, que efectivamente usou até à morte de Afonso VI (Ribeiro, 1934c, p. 117).

[47] Esta incapacidade para exercer o governo atribuída, na época, a D. Afonso VI estava longe de ser pacífica. Saraiva (1983, p. 36) menciona que muitos "atribuíam a manejos políticos o que se dizia sobre as deficiências do rei recluso", daí que a o perigo de uma restauração houvesse sempre pairado no ar enquanto este fora vivo.

[48] Labourdette (2003, p. 349) acrescenta que "as grandes linhagens, unidas entre si por laços familiares muito estreitos, monopolizavam as presidências dos conselhos, os cargos de vice-rei do Brasil e das Índias, os altos cargos militares e os da Corte, bem como as embaixadas.".

[49] Saraiva (1983, p. 32) refere que D. Maria Francisca, sendo francesa e desejando servir o seu país, acabou por dar prioridade à sua paixão por reinar, estando disposta a assentir isso a qualquer preço, mesmo que esse preço fosse o aceitar a paz entre Portugal e Espanha, algo que não agradava ao governo francês.

[50] Oliveira Marques (1973, p. 449) refere que o inquérito que levou à dissolução do matrimónio entre D. Afonso VI e D. Maria Francisca foi escandaloso.

terem reunido muito poucas vezes[51]. No entanto, o autor defende que se ajusta mais "o conceito tradicionalmente enraizado em Portugal do que o da monarquia absoluta tal como a pensavam os políticos do século XVII." (Saraiva, 1983, p. 36)[52].

Também Labourdette (2003, p. 349) qualifica o reinado de D. Pedro como tendo sido marcado por uma decadência das cortes (sem que isso pusesse em causa o governo dos nobres), uma vez que, durante os seus quarenta anos de governação, só as reuniu três vezes, para além da vez em que nelas foi reconhecido como regente, o que leva Bourdon (1973, p. 92) a falar de um "reforçamento do poder monárquico", neste período (1668-1706). Ramos (2009, p. 336) acrescenta que, neste período, se criaram inúmeros títulos, o que levou a uma cristalização da elite aristocrática. Na política externa, Peres (1934b, p. 125) refere que D. Pedro II tentou manter uma certa neutralidade de Portugal em relação aos conflitos europeus da época [53], mas não conseguiu ou não quis evitar o envolvimento na guerra da sucessão de Espanha.

De forma global, Ramos (2009, p. 336) considera que o ciclo político

[51] Xavier e Hespanha (1993a, p. 149) afirmam que, durante o século XVII, as cortes, em Portugal, reuniram quase sempre num ambiente de questão constitucional.

[52] Diz Saraiva (1983, p. 36) acerca da tentativa de "imitar" e "adoptar" modelos políticos absolutistas: "(…) entre nós não se verificavam os pressupostos que noutras regiões conduziram ao absolutismo. Pelo contrário, contra a «certa ciência e saber absoluto» dos monarcas conjugava-se as forças da nobreza, coisa de privilégios que os Filipes tinham fortalecido e três décadas de guerra haviam ajudado a consolidar, do clero, que defendia a sua independência em relação ao rei e que, através da Inquisição, levantava obstáculos muito sérios ao enraizamento de um burguesia mercantil e capitalista (formada obviamente por cristãos-novos), e, enfim, do povo, ávido de paz numa época de constantes ameaças de guerra, e espiritualmente mobilizado para a luta contra os cristãos-novos. A guerra reforçava por um lado o poder dos grandes e limitava a autoridade real, visto que o rei não podia dispensar a frequente audiência dos três estados para o lançamento de contribuições que a defesa exigia. A todas essas condições acrescia ainda que a crise da destronização abalara perigosamente o prestígio da instituição monárquica."

[53] Saraiva (1983, p. 37) refere que, neste assunto, havia, por um lado, quem defendesse uma política de paz e reconstrução interna e, por outro, quem preconizasse a intervenção nos conflitos europeus, com o inevitável preço da guerra. Diz o autor que, "Pela paz estavam os populares, com algum peso político (…), os velhos burocratas dos ofícios dos palácios, alguns fidalgos. Pela guerra, os partidários da rainha, os velhos capitães, a maioria da nobreza." (Saraiva, 1983, p. 38).

iniciado com os episódios do afastamento de Castelo Melhor e da deposição de D. Afonso VI possui algumas características de conjunto que claramente o diferenciam das décadas anteriores. Diz o autor:

> Em primeiro lugar, abriu-se uma conjuntura de acalmia bélica, com o estabelecimento da paz definitiva com a Espanha (1668), que só viria a ser interrompida precisamente poucos anos antes da morte do infante e depois rei D. Pedro II (1703). (…) parece certo que durante a maior parte da regência (1668-1683) e reinado (1683-1703) se adoptou uma política de relativo distanciamento face aos conflitos continentais e de alguma oscilação nas aproximações em relação à França e à Inglaterra. (…) Em seguida, a disputa política e as facções de corte, embora sempre presentes, deixaram de se revestir da dimensão fortemente polarizada que assumiram na fase anterior. Decisiva foi a consolidação da dinastia, conseguida não apenas através da paz externa e do restabelecimento do domínio sobre as suas possessões coloniais, mas também por via das várias disposições que asseguraram a definição dos mecanismos de sucessão à coroa (Ramos, 2009, p. 336).

D. Pedro II garantiu, assim, uma certa estabilidade governativa, tanto a nível interno[54] como externo, que nem as dificuldades financeiras conseguiram perturbar, e rodeou-se de homens que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a prosperidade do país (Ramos, 2009, p. 337). O facto de ter tido uma larga descendência (principalmente do segundo casamento) ajudou a assegurar a necessária segurança que a Coroa e a casa de Bragança precisavam.

Diz Ramos (2009, pp. 337 e 338) que a política seguida por D. Pedro, tanto na sua regência como reinado, corresponderam ao retorno a um modelo de funcionamento da administração central onde o centro das decisões era o Conselho de Estado. E que a governação deste monarca foi muito marcada pelos interesses dos nobres que mais perto se encontravam de si, nomeadamente o duque do Cadaval, o conde da Ericeira e o marquês da Fronteira.

António Caetano de Sousa (1741, pp. 201e 202), historiador que viveu entre 1674 e 1759, descreve o período que se seguiu à assinatura da

[54] Houve, no entanto, a registar algumas intrigas e mesmo uma conspiração, em 1673 (Saraiva, 1983, p. 38).

paz com a Espanha da seguinte forma:

> Com a publicação da paz começaram os povos a gozar uma tranquila felicidade, porque não só se viram livres das inevitáveis vexações, que consigo traz a guerra, mas logo foram levantados mutos tributos, correndo o comércio livre e gozando do mais suave domínio, recebendo a república do vigilante cuidado do seu soberano leis muito proveitosas (…).

Alguns historiadores, como por exemplo Saraiva (1983, p. 20) referem que, no século XVII, o país progrediu, a nível social. Diz o autor que, sendo de todo arriscado emitir juízos globais sobre qualquer época, se aventura a afirmar que a evolução social ao longo do século XVII, "beneficiando da estabilidade política, da abertura das fronteiras, do comércio com o Brasil, se registaram reais progressos" acabou por ser positiva (Saraiva, 1983, p. 20).

1.7. A vida económica portuguesa no século XVII

Costa *et al.* (2011, p. 144) referem que "a inserção de Portugal na monarquia hispânica implicou a sua participação numa frente generalizada de choques militares, na Europa, África, Ásia e no Novo Mundo." Depois de readquirida a autonomia, Portugal enfrentou despesas crescentes com a guerra e, para as suportar, teve de buscar receitas em bases alternativas de execução fiscal (Costa *et al.,* 2011, p. 145).

Assim, a nível económico, o século XVII foi fortemente marcado, pelo menos até à assinatura do tratado de paz com a Espanha, em 13 de Fevereiro de 1668, pela Guerra da Restauração. Afirma Castro (1983a, p. 195) que esta contenda influenciava a situação económica do país, situação que já se vinha a degradar, particularmente nos últimos quinze a vinte anos da união das duas cortes "como consequência directa do agravamento progressivo das actividades produtivas e comerciais do país, combinado com as exacções crescentes das autoridades centrais espanholas.". O autor acrescenta que estas exacções foram um dos factores directos que mais contribuíram para a explosão de revoltas populares que levaram à Restauração da Independência (Castro, 1983a, p. 195).

Costa *et al.* (2011, p. 154) referem que, entre 1643 e 1666, Portugal

terá aumentado para o dobro as suas despesas com a guerra, bem como duplicado o número de soldados mobilizados. Os autores justificam este aumento com o recrudescer de violência que a contenda assumiu na sua fase final, que se espelha na necessidade de reforçar o recrutamento (Costa *et al.,* 2011, p. 144).

A queda das receitas ordinárias de tipo fiscal e o crescimento das necessidades da defesa afectaram a vida económica e financeira portuguesa seiscentista. Para arrecadar recursos, procurou-se, por um lado, desvalorizar a moeda e, por outro, intensificar a carga tributária, "quer em impostos ordinários, quer em impostos extraordinários (…), bem como através de empréstimos internos" (Castro, 1983a, p. 196). Hespanha (1993b, p. 217) refere que a Guerra da Restauração foi mesmo a principal causa da criação de novos impostos.

Aquilo que, segundo Castro (1983a, p. 198),vai acontecer na economia portuguesa da segunda metade do século XVII, enquadrado neste contexto geral, é uma

> persistência de sérias dificuldades de abastecimento em produtos alimentares de origem agrícola, sobretudo de cereais, e dentre eles o trigo, base da alimentação de massa, e pelo estrangulamento das indústrias, ao mesmo tempo que (…), sob o pano de fundo da contracção do Império Ultramarino, a sua estrutura sofre algumas modificações básicas; emerge a importância central da economia brasileira, assente na economia do pau-brasil, do açúcar e de um produto novo – o tabaco –, até que na viragem para o século XVIII é a grande corrida ao ouro e (com menos projecção económica) aos diamantes.

No entanto, sensivelmente a partir de meados deste século, a despeito destas dificuldades, Portugal conheceu também algum crescimento, nomeadamente com a expansão da importância do vinho do Porto que, conforme relata Castro (1983a, p. 198),

> cedo ocupará o primeiro plano nas exportações portuguesas, ao lado dos vinhos comuns, do azeite, do sal, completados por outros produtos de alcance menor, como frutas, nomeadamente citrinos (laranjas, limões), frutos secos algarvios e amêndoa.

Serrão (1983, p. 71) classifica a economia portuguesa de seiscentos como uma economia "de base colonial, complementada pela actividade económica metropolitana". Acrescenta o autor que este era um modelo deveras singular na Europa, uma vez que, para os outros países, mesmo para aqueles que já se dedicavam à exploração colonial, "esta constituía um recurso complementar e não o núcleo central das suas economias." (Serrão, 1993, p. 71). Ora, esta dependência do vector colonial provocava, segundo conta Serrão (1993, p. 71) "certas tendências distorcivas nas estruturas económicas da metrópole", sendo que estas podiam ser geográficas ou sectoriais:

> As geográficas consubstanciavam-se na acentuação dos contrastes de desenvolvimento entre as regiões que tinham capacidade de participação na actividade mercantil ultramarina (sobretudo Lisboa, Porto e algumas áreas dependentes) e aquelas que dela estavam alheadas por razões várias. As sectoriais traduziam-se na importância excessiva do sector comercial (colonial e externo) e na subalternização dos sectores produtivos, dado que estes tinham poucas ligações como o sector mais dinâmico e só indirectamente podiam beneficiar das oportunidades criadas pela expansão deste.

Foi com esta estrutura económica genérica, apresentada por Serrão (1993, p. 71), que Portugal de seiscentos enfrentou o século XVII. O autor concorda que, em meados do século XVII, a economia portuguesa atravessava uma conjuntura difícil, em parte provocada pela Restauração e, numa outra parte, relacionada com a conjuntura económica internacional, que também atravessava uma fase crítica em alguns sectores, nomeadamente no ligado ao tráfico colonial, aquele de que Portugal estava mais dependente[55]. Em finais de seiscentos, assiste-se a uma viragem na conjuntura, com a economia a sair do estado depressivo anterior, sendo vários os factores que contribuíram para tal (Serrão, 1993, pp. 71 e 72).

Relativamente às actividades produtivas puramente nacionais, estas sofreram alguns revezes durante o século XVII. Conta Castro (1983a, p. 199) que a agricultura continuou a padecer de problemas estruturais que

[55] Serrão (1983, p. 72) afirma que foi durante este século que se deu uma viragem do império do Índico para o Atlântico e um reforço das relações de dependência em relação à Inglaterra.

vinham de trás e que "se teriam agravado até durante a dominação castelhana.". A agricultura portuguesa permaneceu, tecnicamente, mais atrasada, em confronto com a Europa mais evoluída. Assim, ainda se assistia à prática de queimadas e a afolhamentos muito deficientes e com fracos resultados (Castro, 1983a, p. 200). Costa *et al.* (2011, p. 156) acrescentam que a guerra que se disputava contribuía para acentuar os problemas de que a agricultura portuguesa padecia. Por sua vez, Peres (1934c, p. 399) afirma que "a agricultura jazia num abatimento profundo desde o início do século XVII e não conheceu grandes mudanças com o avançar do século". O autor identifica como principais problemas o abandono do cultivo por parte de muitos proprietários de terras e a carência de mão-de-obra com que lutavam aqueles que persistiam em fazê-las produzir e diz ainda que a existência de um longo período de lutas contribuiu para aumentar as dificuldades da solução destes problemas (Peres, 1934c, p. 399).

Serrão (1993, pp. 74-77) informa que, de entre as actividades produtivas em destaque neste período, a agricultura era a que ocupava o primeiro lugar, nomeadamente o cultivo de cereais, da vinha e de oliveiras, levando o autor a afirmar que "os cereais, a vinha e a oliveira eram os elementos dominantes da paisagem rural cultivada" (Serrão, 1993, p. 77). Em menor escala, também se viam árvores de fruto, tipicamente mediterrânicas (figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras), pomares de maçãs e de pêras, e de caroço e de espinho; e depois havia as hortas, que também ocupavam espaço agrícola e eram importantes, porque satisfaziam as assistências alimentares quotidianas (Serrão, 1993, p. 77). No que diz respeito ao cultivo de cereais, aqueles que dominavam a superfície cultivada eram o trigo (cultivado essencialmente no Ribatejo, Estremadura e Alentejo), o centeio (com maior destaque no interior do país – Trás-os-Montes e zonas montanhosas do centro, até à cordilheira central – e Algarve) e o milho maís (no noroeste do país) (Serrão, 1993, p. 74).

Ao chegar ao final do século, a agricultura começou a contornar os problemas de que padecia e que já foram referidos e a dar mostras de um maior dinamismo e vitalidade, devido, principalmente, à introdução e difusão de novas culturas (por exemplo, o tabaco), à expansão da área cultivada e à alteração dos equilíbrios culturais tradicionais (Serrão, 1993, p. 77). Aumentaram as vinhas e a produção de milho maís; cresceram as

plantações de olivais, a fruticultura, as hortas, as culturas de suporte industrial (amoreiras, linho) e a pecuária. No entanto, deu-se, também, uma regressão na cerealicultura (Serrão, 1993, p. 82).

Já Azevedo (1933, p. 311) acrescenta que a pesca, que fora durante muitos anos uma indústria florescente em Portugal, "encontrava-se, como as demais, em decadência.". Costa *et al.* (2011, p. 191) falam num aumento das importações de pescado, nomeadamente a partir de finais dos anos oitenta de seiscentos.

No plano industrial, e depois de uma dedicação quase exclusiva às actividades relacionadas com a guerra, que eram apoiadas pelo Estado, nomeadamente a mineração do estanho e as ferrarias (Peres, 1934c, p. 397), Serrão (1983, p. 89) afirma que no último quartel do século XVII, nomeadamente a partir de 1675, se verificou "um primeiro impulso industrializado" e que a este surto se associam, normalmente, os nomes de Duarte Ribeiro de Macedo, autor de alvitres doutrinários, e os do conde da Ericeira e do marquês da Fronteira, como responsáveis pela formulação e execução da política económica concreta. Esta política surgiu como resposta à crescente importação de artigos industriais estrangeiros e visava "diminuir e susbtituir importações que o país não estava em condições de pagar", tendo tido, no entanto, um "fracasso relativo" (Serrão, 1993, p. 90).

Castro (1983a, p. 201) refere que, além das indústrias de transformação de produtos vegetais, como o linho, observava-se que "neste sector a insuficiência se manifestava no fabrico de lonas para as velas e de cordame a partir do cânhamo", sendo necessário recorrer a exportações, nomeadamente da Holanda, "num ramo tão importante para a construção naval.".

Uma outra indústria que, ao longo do século XVII, se manteve atrasada e insuficiente para acorrer ao consumo interno foi a do papel. Já a indústria das porcelanas, incluindo os famosos e característicos azulejos portugueses, conheceu algum desenvolvimento nesta época (Castro, 1983a, pp. 201 e 202). Castro (1983a, p. 202) refere que poderá até falar-se de um certo avanço[56] "a partir da estrutura básica fornecida pela

[56] O autor menciona que é no século XVII que as manufacturas se começam a desenhar, para depois, nos primeiros decénios do século seguinte, se ampliarem (Castro, 1983a, p. 202).

constituição de sucessivos ramos autónomos, visto que a divisão social no trabalho de tipo artesanal constitui um bom sinal desse avanço.".

No entanto, o panorama da indústria portuguesa, na segunda metade do século XVII, era, no geral, "desolador" (Castro, 1983a, p. 202). Por exemplo, no ramo industrial mais importante de então, a têxtil de lanifícios, a dependência de exportações era completa. Mesmo assim, Costa *et al.* (2011, p. 184) mencionam que os têxteis eram uma indústria fortemente disseminada e com uma forte inserção nos meios rurais. Como conta Castro (1983a, p. 203), alguns governantes da altura tentaram inverter esta situação, com a publicação de legislação repressiva contra consumos externos ou com a difusão de algumas medidas mercantilistas[57], tendo em vista o equilíbrio da balança comercial portuguesa, "substituindo a importação de produtos industriais do estrangeiro por artigos de fabricação nacional" (Castro, 1983a, p. 203). Esta medida incidiu, não só, mas sobretudo sobre a indústria têxtil e

> dirigiu-se no sentido de criar unidades industriais de tipo manufactureiro para substituir as importações ou até para exportar, procurando ao mesmo tempo reorganizar sectores da actividade artesanal por sua natureza dispersas. (Castro, 1983a, p. 203).

Apesar dos esforços despendidos, Castro (1983a, p. 204) indica que estas políticas não viriam a produzir grandes alterações na estrutura da economia portuguesa, uma vez que "não ultrapassavam um conjunto de providências circunstanciais, sem tocar nas bases do sistema português" e também "porque novos aspectos da realidade iriam travar as preocupações com o equilíbrio da balança comercial através da produção interna de artigos industriais": o ouro descoberto no Brasil e a expansão do vinho do Porto, ambos com destaque a partir dos inícios do século XVIII. No entanto, Costa *et al.* (2011, p. 180) revelam que, a partir de 1670 se registou, por parte do governo, um incentivo para que se aumentasse o produto das indústrias e realçam que esta acção governativa coincidiu com o período em que se assinalaram "indicadores positivos na evolução do produto agrícola e das rendas reais, bem como uma fase de recompo-

[57] As chamadas *pragmáticas*, no fundo leis de protecção à indústria nacional (Peres, 1934, p. 401).

sição demográfica, apesar das balanças comerciais negativas." (Costa *et al.*, 2011, p. 180). Ao mesmo tempo, associam-se estes aspectos com as manipulações monetárias e suas implicações nos preços que "afectaram a distribuição social do rendimento pelos diferentes estratos sociais, favorecendo os detentores de direitos sobre a terra e penalizando a população dependente de um salário." (Costa *et al.*, 2011, p. 180).

Outras actividades produtivas portuguesas que tiveram destaque no século XVII, quer pela sua importância interna, quer pelo seu lugar nas exportações, foram a pecuária e a salicultura . Em relação à salicultura[58], Costa *et al.* (2011, p. 193) referem que os valores da exportação de sal, no século XVII, eram bastante relevantes. O gado era, por exemplo, objecto de importantes feiras periódicas e a produção e exportação de sal constituía uma das principais actividades económicas nacionais, já desde a "Alta Idade Média" (Castro, 1983a, p. 208). Em menor escala, o autor refere outras actividades industriais que se destacaram, tais como a produção de couros, a produção e exportação de cortiça em bruto, a indústria do sabão, a existência de alguns artesãos especializados no fabrico e reparação de relógios e de outros aparelhos de precisão, a metalúrgica do ferro, a pesca, etc. (Castro, 1983a, pp. 209 e 210).

Peres (1934c, p. 401) explica que na entrada para o terceiro quartel do século XVII o nacionalismo económico vai ensaiar os seus primeiros passos em Portugal, tendo-se promovido o progresso das actividades industriais, preferindo-se inteligentemente aquelas para cuja elaboração havia matéria-prima nacional.

O sistema das relações económicas entre Portugal, as nações ultramarinas e a Europa, durante o século XVII, também apresenta algumas particularidades. Peres (1934c, pp. 391-392) menciona que, em matéria de actividade comercial, "o nosso País, porque precisava instantaneamente de alcançar a neutralidade ou, se possível fosse, o apoio das principais nações europeias, não podia pensar em hostilizar ou limitar a acção dos mercadores dessas nações"; se o fizesse, transformaria em seus inimigos os possíveis aliados de que tanto necessitava. Precisamente por isto mesmo, entre 1641 e 1642, Portugal celebrou tratados com as principais

[58] Rodrigues (1996, p. 331) refere que o sal contribuiu sobremaneira para pagar a ajuda holandesa na Guerra da Restauração.

potências europeias, tendo em particular atenção o interesse dos seus mercadores.

Serrão (1993, p. 97) refere que o comércio externo foi mesmo "o sector mais dinâmico da economia e o principal responsável pela criação de riqueza, pública ou privada, apropriada internamente ou transferida para o estrangeiro" e que este comércio externo era constituído, essencialmente, pelos tráficos ultramarinos. Castro (1983b, p. 217) afirma que

> A partir de começos do século XVII, sob o impacto da concorrência temível das Províncias Unidas (correspondendo sensivelmente à moderna Holanda), as posições mercantis de Portugal no Oriente e no Extremo Oriente vão sendo demolidas. (…) este processo prosseguiu após 1640, ao mesmo tempo que aquém de meados do século de Seiscentos vai aparecer outra potência que será a sucessora da Holanda no domínio mundial – a Inglaterra.

O autor fala da actividade mercantil feita pela rota do Cabo e diz que, depois de um período áureo, esta acaba por cair verticalmente, já no século XVII, sendo substituída pelo "espectacular desenvolvimento da economia colonial no Brasil"[59], ao mesmo tempo que se mantinha o controlo sob pontos dispersos do litoral angolano e do litoral moçambicano, para além do controlo nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe (Castro, 1983b, pp. 217 e 218).[60]

Apesar de menos intenso, o comércio com o Oriente continuava a fazer-se. Conta Serrão (1993, pp. 97-98) que, de lá, continuavam a vir

> as mais variadas especiarias, drogas e madeiras ricas do arquipélago malaico-indonésico (pimenta, cravo, noz-moscada, gengibre, canela, cânfo-

[59] A economia brasileira, antes de finais do século XVII, assentava na produção de açúcar, de tabaco, de algodão, madeiras para a construção naval, as peles, os couros e o cravo do Maranhão, etc. (Castro, 1983b, p. 219).

[60] Conforme já se referiu neste trabalho, a manutenção do Brasil custou pesados sacrifícios a Portugal. Castro (1983b, p. 218) explica que a manutenção desta colónia só foi possível, entre outras coisas, porque os holandeses não conseguiram controlar as actividades de implantação colonial fundamentais, "como sucedeu na produção de açúcar" e porque, ao mesmo tempo, se depararam com uma forte resistência por parte da população luso-brasileira.

> ra, sândalo, …), além do anil, âmbar, diamantes e pedras preciosas, panarias de algodão indianas, sedas, porcelanas e mobiliários chineses. (…)
> No sentido inverso, seguiam principalmente ouro e prata, patacas espanholas, tecidos, linho, lã, vinhos, cobre e outros metais, armas, algum coral, esmeraldas e, mais tarde, tabaco e açúcar carregados no Brasil.

Depois de chegadas a Lisboa, e, de acordo com Serrão (1993, p. 98), "Lisboa era indiscutivelmente a cidade portuguesa que absorvia e centralizava o comércio oriental", as mercadorias asiáticas eram, ma sua maior parte, redistribuídas na Europa, cuja procura sempre fora, segundo o mesmo autor, a principal razão de ser do comércio da Rota do Cabo (Serrão, 1993, p. 98).

Porém, se no século XVII, estes tráficos ainda eram rendosos, a sua decadência já se tornava por demais evidente e, face a esta decadência, começa, então, a assistir-se, ainda no decurso do século de seiscentos, "a um fenómeno de *atlântização* da economia ultramarina portuguesa. O Brasil ascende então ao primeiro plano dos interesses portugueses (…)" (Serrão, 1993, p. 98). Os principais produtos que vinham do Brasil eram o açúcar, o pau-brasil e o tabaco. O tabaco foi a grande novidade do século XVII. Servia de pagamento para comprar escravos em África e para trocas no Oriente. Para as possessões no Atlântico, também seguiam muitos produtos: vinho e azeite do reino; cereais, bacalhau, têxteis e produtos manufacturados da Europa. Segundo Serrão (1993, p. 100), todos estes produtos iriam servir para satisfazer os consumos locais. O autor afirma, ainda, que "quer a rede de tráficos do Atlântico, quer o que restava do comércio oriental, estavam, no século XVII, organizados e comandados em função da procura europeia de géneros coloniais." (Serrão, 1993, p. 100).

Costa *et al.* (2011, p. 190) também falam deste último quartel do século XVII português, no que ao comércio ultramarino diz respeito. Os autores assinalam que, nesta altura, um novo contexto internacional desafiou a função de Portugal "como entreposto europeu de produtos coloniais americanos." Referem uma descida dos preços do açúcar e do tabaco e uma protecção aduaneira dos mercados europeus, que viria a prejudicar a balança comercial portuguesa, fazendo com que as exportações viessem a adquirir uma ponderação superior face às reexportações (Costa *et al.,* 2011, p.190). Dizem ainda que:

> O último quartel do século XVII emerge, portanto, como uma conjuntura especial, na qual os actores e decisores políticos visionaram a vulnerabilidade de Portugal no sistema internacional, quando entraram em cena outras potências europeias a disputar a sua função de entreposto (Costa *et al.*, 2011, pp. 195 e 196).

Os mercados europeus registavam, assim, uma menor abertura às reexportações portuguesas. Nos finais da década de 1670, quase todo o sistema comercial português entra em crise: os holandeses, franceses e ingleses iniciam produção de açúcar e tabaco nas Antilhas; o afluxo de prata americana de Sevilha diminuiu nesta década e na seguinte, o que levou a que os holandeses viessem menos a Espanha e, consequentemente, Portugal; o vinho e o sal enfrentam concorrência dos seus congéneres espanhóis (Serrão, 1993, pp. 101e 102). No entanto, continua o autor, já mesmo no final do século XVII e início do século XVIII, a situação veio a inverter-se devido a um conjunto de factores (Serrão, 1993, p. 102). Hespanha (1993b, p. 232) fala mesmo de um reequilíbrio orçamental.

Os parceiros do comércio externo português foram variando, mas houve alguns que se foram mantendo ao longo de todo o século. Afirma Godinho que

> embora o leque tenha sofrido variações – em função das interdependências económicas, das vicissitudes da diplomacia e da guerra, e das redes de solidariedade mercantil, financeira e até étnico-religiosa estabelecidas entre os homens de negócios envolvidos nestes tráficos – verifica-se que as mercadorias portuguesas, metropolitanas ou comerciais, eram exportadas para Amesterdão (talvez o seu principal centro de redistribuição no século XVII), Londres, Hamburgo, LaRochelle, Ruão, Nantes, Galiza, Sevilha, Marselha, Génova e outros mais (Godinho, 1978, pp. 428 e 429).

Ainda numa perspectiva económica, há a referir que, durante o século XVII, a moeda portuguesa conheceu alguns aspectos particulares. Após se ter restaurado a independência, D. João IV tratou de mandar cunhar moedas em seu nome, uma vez que, a grande maioria das que circulavam ostentavam os nomes dos soberanos espanhóis (Magro, 1983, pp. 273 e 274). Entretanto, esta foi sofrendo algumas desvalorizações que atingi-

ram, por exemplo, 56% em 1646 e, em 1668, os 80% (Barata, 1983, p. 305).

Data deste século, a abertura de muitas casas de cunho, que Magro (1983, p. 274) justifica pela necessidade de carimbar o maior número possível de moedas e pela impossibilidade de as pessoas se deslocarem às Casas da Moeda de Lisboa. A cunhagem de novas moedas foi acontecendo frequentemente, ao longo de todo o século XVII, sendo que, em 1677 se dá um acontecimento de alguma relevância técnica no capítulo da produção da moeda, conforme relata Magro (1983, p. 279): "é introduzida definitivamente a cunhagem mecânica, utilizando-se, para tal, balancés manualmente operados, a qual vem substituir a cunhagem manual – a martelo – tradicional entre nós desde os princípios da nacionalidade.".

Manuel Severim de Faria, homem do século XVII, dedicou alguns dos seus escritos à situação económica do seu país. O autor procurou expor uma série de medidas a adoptar no combate ao decrescimento da população, segundo ele, um dos maiores problemas que o país enfrentava e que concorria para a má situação económica que o país enfrentou (Peres, 1934c, p. 389).

1.8. Vida social no século XVII

A acompanhar esta evolução da economia portuguesa do século XVII, que Castro (1983a, p. 198) apelida de "complexa em ziguezague", Portugal conheceu, na época, uma importante expansão demográfica, sendo que a população portuguesa crescera, atingindo a casa dos dois milhões, na viragem para o século XVIII. No entanto, durante o século XVII, os saldos populacionais eram negativos. Conta Vicente (1933, p. 51) que por volta de 1620, ter-se-á atingido um valor de 475 mil fogos; no entanto, ao chegar a 1640, esse valor descera para os 466 mil. Peres (1934c, p. 363) informa que, no momento em que Portugal recobrou a independência a sua população seria de 1.300.000 a 1.500.000 habitantes e que, desde então até os princípios do século XIX, a população portuguesa duplicou, atingindo cerca de três milhões de indivíduos. O autor explica estes números da seguinte forma:

> Durante a Guerra da Restauração a população de Portugal decerto não aumentou sensivelmente. A perda de muitas vidas em pleno vigor, resultado da luta, e a depressão económica do País contribuíram para impedir o crescimento da população. A esses males veio ainda somar-se uma epidemia de peste que assolou o Algarve de 1646 a 1650. Feita porém a paz e reanimada a economia nacional, o progresso do País acentuou-se (Peres, 1934c, p. 363).

Por sua vez, Costa *et al.* (2011, p. 167) dão conta que, a época da aclamação se inseriu num período de estagnação demográfica, comum a outras regiões da bacia mediterrânica, sendo que, globalmente, entre 1600 e 1650, "a população europeia perdeu cerca de 9% dos seus efectivos, perda só compensada na segunda metade do mesmo século.". Portugal não ficou indiferente a esta situação e também registou uma interrupção do crescimento até à fase final da guerra. Os autores referem que os vinte e oito anos de conflito terão sacrificado um total de 19217 vidas de soldados (Costa *et al.*, 2011, p. 167). Assim, pode resumir-se o comportamento demográfico português seiscentista da seguinte forma: abrandamento até 1620, estagnação de 1620 a 1660 e, entre 1660 e o fim do século, um ligeiro crescimento. Costa *et al.* (2011, p. 168) relatam que, neste último período (1660-1700) "a população portuguesa teve um crescimento só comparável com o da Alemanha, região europeia que nesta segunda metade do século XVII recuperava igualmente de um conflito.". Os autores, ao avaliar as tendências demográficas registadas na época de seiscentos, encontram causalidades múltiplas que as explicam: para a estagnação e recessão, os factores são os já referidos, efeitos da guerra e as crises agrárias, mas também as condições climáticas adversas que se registaram e surtos epidémicos que ocorreram nesta altura; para o crescimento, contribuiu, principalmente, o fim da guerra (Costa *et al.,* 2011, pp. 169 e 170).

Peres (1934c, pp. 370-373) faz também referência à existência de bastantes estrangeiros em Portugal, no século XVII, nomeadamente ingleses e franceses, que se dedicavam, na sua maioria, ao comércio ou, mais tarde, à indústria. Fala também da existência de muitos ciganos, que os governantes foram sempre tentando expulsar. No entanto, em 1689, já eram tantos os que haviam nascido em Portugal que se optou por nacionalizá-los. O autor fala ainda da existência de muitos escravos, vindos das co-

lónias, que por terem atingido um número tão numeroso já se tornavam um "grave elemento de perturbação" (Peres, 1934c, p. 373).

Num outro prisma da vida social seiscentista e no que à assistência aos mais necessitados diz respeito, no início do século XVII, fundaram-se vários recolhimentos para órfão e viúvas e difundiram-se as Misericórdias, que passaram a administrar os hospitais. Ribeiro (1934a, p. 625) menciona que, no século XVII, se assiste ao desaparecimento de algumas instituições de assistência que haviam tido a sua fase de predomínio em outros períodos precedentes, como as albergarias, os leprosários e os recolhimentos de merceeiros, e de muitas instituições, que nem tendo fim exclusivo de beneficência, exerciam largamente funções de assistência, como as confrarias ou irmandades de artífices, que chegavam a sustentar pequenos hospitais em que eram tratados os seus associados, mas que deixaram de aplicar a esses fins os fundos que anteriormente lhe eram consignados. Isto sucedeu porque outras instituições mais prósperas, de mais amplos recursos e oficializadas haviam tomado a seu cargo, com maior eficiência, os serviços de hospitalização e de assistência aos desemparados – enjeitados, órfãos e viúvas. Foi assim que surgiram as Misericórdias, que

> tanto se difundiram no País e tal incremento tomaram, que as inúmeras confrarias de menor envergadura então existentes, vendo-se assim libertas dos encargos de assistência, passaram a aplicar os seus rendimentos exclusivamente a actos de culto e a festas.

Neste século, surgem, em 1651, o Colégio dos Órfãos, no Porto e, em 1674, o Colégio dos Órfãos, em Coimbra (Ribeiro, 1933, pp. 465 e 466).

1.9. As artes e a cultura em Portugal, no século XVII

Macedo (1934, pp. 421-422) afirma o seguinte, em relação à cultura portuguesa do século XVII:

> Se no domínio político o que importara fora cerrar as fronteiras às ambições dum vizinho incómodo, no domínio espiritual, o que urgia era abrir essas fronteiras aos novos ideais da cultura europeia, arejar a consciência

> nacional, despertar nela o gosto pelas novas formas de saber numa palavra, integrá-la na corrente europeia de conhecimentos e de ideias.

De facto, o país precisava de abrir portas às novas ideias e aos novos ideias que circulavam pela Europa, mas, na realidade, as novidades demoraram a chegar e a enraizar-se. Em Portugal, as poucas achegas à ciência conhecidas devem-se sobretudo aos padres da Companhia de Jesus (Pina, 1934, p. 512). Pina (1934, p. 512) declara que neste século XVII a decadência do espírito científico é mesmo notória e justifica tal declínio da seguinte forma:

> Não lhe foram alheios o domínio espanhol, certa intolerância religiosa, o cansaço posterior às grandes empresas históricas, como foram as do século XV e XVI, etc.; mas acima de tudo isso, entendemos serem graves causas a própria falta de espíritos como os que brilharam no século anterior e a decadente intelectualidade universitária.

Esta decadência científica tinha expressão, por exemplo, na prática médica. Mais por deficiência intelectual dos mestres e estudantes, que por causas alheias, este declínio médico traduzia-se nos seguintes números: em 1620, existiam sessenta médicos em Lisboa, quarenta cirurgiões, 153 barbeiros flebótomos e 200 cristeleiras (Pina, 1934, p. 516).

Em relação às artes portuguesas do século XVII, há, primeiramente, que referir que a actividade arquitectónica nesta época foi um tanto ou quanto reduzida e, na primeira metade do século fora, até, marcada por um período de estagnação, fruto da forte depressão económica que atravessou quase todo o século. Barata (1983, p. 305) enumera as razões para esta situação: até 1640, essas razões foram a Guerra da Restauração, a concorrência nos mares dos países do norte da Europa, a falta de estruturas a que o afluxo de riquezas do período anterior não dera origem e a própria situação interna da Espanha, à qual Portugal se achara ligado; a partir da Restauração da Independência, as razões para a estagnação registada prenderam-se com as lutas pela manutenção da independência, com as dificuldades diplomáticas com a Holanda, a Suécia ou a França e com a contínua desvalorização da moeda.

Saraiva (1983, p. 20) afirma, no entanto, que, dentro da modéstia do

património monumental português, a escassa construção seiscentista assume particular importância. Alguns dos grandes edifícios, anteriores ao terramoto de 1755, foram construídos no século XVII. Saraiva (1983, p. 20) adianta que esta época ficou marcada por um estilo muito próprio, quer na arquitectura, quer no mobiliário, sendo deste tempo muitos dos solares nobres que ainda hoje existem. Barata (1983, p. 306) corrobora esta ideia de a arquitectura portuguesa possuir uma identidade muito própria, traduzindo uma "tendência racional para a unidade e simplicidade.". Ramos (2009, p. 343) acrescenta que foi apenas após o fim da Guerra da Restauração que se deu, em Portugal, a explosão do barroco arquitectónico e artístico, um pouco mais tarde que na maioria dos outros países europeus. Diz o autor que o primeiro, "porventura mais relevante do que o segundo", ficará associado, "para além das infindáveis expressões ditadas pelas encomendas régias e eclesiásticas, (…)" às casas nobres (despojadas já de qualquer função militar), tanto na capital como nas províncias, sendo que esta profusão de casas fidalgas barrocas nas províncias do reino constitui o reflexo simultâneo da "vitalidade económica dos seus detentores e da impossibilidade de alcançarem os espaços sociais quase inacessíveis da corte régia." (Ramos, 2009, p. 343). No entanto, apesar de chegar com algum atraso, vai impor-se, a partir de meados do século XVII, na arquitectura dos templos e dos solares (Rodrigues, 1996, p. 341). Lacerda (1934a, p. 562) acrescenta em relação à arquitectura seiscentista, que esta, na sua vertente civil, fixou, durante o século XVII, as disposições básicas da casa portuguesa, nos tempos modernos, atingindo uma das suas mais características fases e tendo-se generalizado por todo o país.

Barata (1983, p. 312) e Lacerda (1934a, pp. 552-560) enumeram algumas das principais construções deste século:

1579-1652 – Igreja de Santo Antão – Lisboa;
1582-1627 – Templo de S. Vicente de Fora – Lisboa;
1619-1628 – Igreja dos Extintos Carmelitas – Porto;
1649-1696 – Santa Clara-a-Nova de João Turriano (Coimbra);
1649-? – Convento de Santa Clara – Coimbra;
1662-1663 – Igreja dos Agostinhos (Vila Viçosa);
1665- ? – Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Évora);
1673-1687 – Igreja do Espírito Santo (Évora);

1679-1682 – Igreja do Colégio São Salvador (Elvas);
1682 – Projecto de Santa Engrácia, por João Antunes (Lisboa);
1691-? - Igreja dos Franciscanos – Braga;
?-1705 Templo do Bom Jesus da Cruz – Barcelos;
Igreja de S. Vicente de Fora – Lisboa;
Igreja de São Bento da Vitória – Porto;
Igreja dos Grilos – Porto;
Mosteiro da Serra do Pilar;
Sé Nova de Coimbra.

No campo da escultura, o século XVII deu a conhecer um escultor portuense, Manuel Pereira. Foi autor das imagens de S. Bruno, Cristo, S. Plácido, S. Bernardo, S. Pedro e S. Paulo, S. Inácio de Loyola. Manuel Delgado foi seu discípulo e seu seguidor. Deste século ficaram também algumas obras assinadas pelos barristas do mosteiro de Alcobaça (Lacerda, 1934b, pp. 601-607).

No que à pintura diz respeito, há a destacar a segunda metade do século XVII, que, no seu conjunto, se apresentou marcada pelos mesmos problemas e condicionalismos já referidos para a arquitectura do período que se seguiu à Restauração. Barata (1983, p. 318) menciona que o contacto com os maiores nomes da pintura europeia do tempo e com as grandes correntes a que pertenciam era "escasso ou quase nulo, o que não deixa de se reflectir, naturalmente, tanto no volume como na qualidade das obras produzidas.". O autor afirma, também, que mesmo o número de artistas foi reduzido, destacando, apenas, o nome de José Avelar Rebelo, pintor que exerceu ainda no tempo de D. João IV, de Domingos Vieira Serrão, da mesma altura, e de Josefa de Óbidos (1630-1684) e Bento Coelho da Silveira (1630-1708), os nomes mais representativos da pintura portuguesa da segunda metade do século XVII (Barata, 1983, p. 318). Lacerda (1934b, p. 615) acrescenta os de Domingos da Cunha, Marcos da Cruz, Luís Álvaro, Diogo Pereira, Simão Rodrigues e Domingos Barbosa.

Numa outra extensão das artes, a iluminura e as artes decorativas (olaria e cerâmicas), Lacerda (1934b, pp. 619-621) destaca os nomes de Estêvão Gonçalves Neto (iluminura) e o de António de Oliveira Bernardes e seu filho Policarpo (cerâmicas).

Em relação à cultura na época de seiscentos, nomeadamente após a Restauração da Independência, Pereira (1983, p. 324) alerta que para se elaborar uma "história da cultura" deste período, é necessário ter em conta a situação do país que, na altura, se preocupava, principalmente, em garantir a manutenção da independência, sendo que, por tal razão, todos os recursos eram drenados "no sentido de opor tenaz resistência ao regresso ao status quo filipino.". O autor acrescenta que

> É a actividade bélica e a sua congénere diplomática que podem conservar o trono nas mãos dum príncipe português e é essa preocupação que é manifestamente visível na profusão da literatura jurídica da época, tentando justificar o golpe do 1.º de Dezembro como a recuperação de algo ilegalmente usurpado, chegando ao ponto de fabricar os documentos que deveriam servir de base às teses que se pretendia fundamentar (…) (Pereira, 1983, p. 324).

Uma das obras que viria a ser publicada nesta altura foi o *Quinto Império*, do padre António Vieira. Nela, o padre jesuíta transforma as profecias do Bandarra[61] numa crença messiânica na ressuscitação de D. João IV. Através de um exercício silogístico, o padre vaticina que Portugal seria "a nação propulsionadora dum quinto império, que espalharia uma nova ordem no mundo, sob o comando do falecido monarca D. João IV" (Pereira, 1983, p. 324). Pereira (1983, p. 325) chama a atenção para a última parte da obra, onde se fala numa reconciliação entre católicos e judeus, precisamente porque veio despertar o reparo do Santo Ofício na figura do seu autor, que acabou por mandar encarcerá-lo (situação que viria a acontecer mais vezes). No entanto, o padre António Vieira continuou a explorar o assunto tendo, mais tarde, a ele voltado, na obra *História do Futuro*, e sucessivamente foi transpondo as suas previsões messiânicas para D. Afonso VI e D. Pedro II. Pereira (1983, p. 326) justifica o envolvimento

[61] As profecias de Bandarra são um conjunto de trovas compostas por um sapateiro de Trancoso (1500?-1556) – também trovador e profeta –, onde este vaticina sobre Portugal e os portugueses. Celebrizou-se entre os seus conterrâneos por uma memória prodigiosa e pelo imenso conhecimento que demonstrava ter das escrituras sagradas (Pereira, 1983, p. 324). O padre António Vieira vai utilizar as suas trovas, nomeadamente as que abordavam o culto messiânico do sebastianismo, para provar alguns dos seus raciocínios.

de um espírito tão esclarecido como o do padre António Vieira nas "teias pouco sólidas dos sinais pronunciadores e das profecias ambíguas dos prodígios futuros" pela "necessidade que os homens da época sentiam de ultrapassar a crise, nem que fosse através do recurso a quiméricas antevisões do devir.".

Uma outra figura da cultura da época foi Manuel Severim de Faria. Em 1655, dissertou sobre os problemas populacionais, na obra *Remédios para a Falta de Gente.* Pereira (1983, p. 327) afirma que o autor seiscentista analisou bem aquilo que se passava com o país em termos populacionais, pois, de facto, era na

> má estruturação do País (comércio longínquo e de entreposto, acarretando perdas em vidas e numerário, apenas lucrativo enquanto possuidor do monopólio das rotas; indústria ou manufactura praticamente inexistentes, obrigando os oficiais mecânicos à emigração; agricultura mal dimensionada, com vastas terras de cultivo abandonadas; divisão incorrecta das propriedades e excessiva prodigalidade nos dotes, lançando filhos segundos para os mosteiros) que se [deviam] procurar os motivos para que a nação lusíada, que na época do humanismo e do experimentalismo se situara numa posição de primeiríssimo plano no conjunto dos Estados europeus, se visse então relegada para lugares secundários e fosse apelidada extramuros de «reino de cafres».

Fora isto que Severim de Faria havia feito notar na sua obra, tal como D. Luís da Cunha, anos depois, na obra *Testamento Político*, viera reforçar.

Pereira (1983, p. 328) menciona que o facto de não existir, na época, "uma burguesia nacional suficientemente coesa para implantar e impor um projecto próprio ao todo da população" leva a que se acople ao século XVII uma "sensação de vazio", pois as classes possidentes (clero e nobreza) apresentavam-se com um projecto ideológico "anacrónico, conservador e situacionista", refugiado na "escolástica regressiva e estiolante e no barroco formalista e oco" e a classe popular, "mais crente que opinante", havia sido afastada dos mecanismos do poder, após intervenção activa, mas episódica, no caso da deposição de D. Afonso VI.". De facto, as forças burguesas portuguesas levaram mais de um século para começar a impor os seus pensamentos, ao contrário das suas congéneres inglesas ou holandesas que, desde cedo, assumiram um peso relativo na condução

dos destinos das respectivas pátrias (Pereira, 1983, p. 329).

Pereira (1983, p. 329) fala também do papel do Santo Ofício neste vazio intelectual, cultural e científico. O autor afirma que a actuação inibidora da instituição incidiu essencialmente na criação de um ambiente hostil a qualquer inovação e no índex dos livros proibidos, "que colocava uma intransponibilidade de contacto entre os Portugueses e aquilo que de moderno se produzia para lá das nossas fronteiras". E desenvolve:

> Desta forma, o racionalismo, o cartesianismo e o empirismo só clandestinamente poderiam procurar prosélitos entre nós. Locke, Descartes, Newton, Gassendi, eram nomes banidos da familiaridade dos nacionais, cujas *élites* espirituais se conformavam com a filosofia peripatética e a física aristotélica (Pereira, 1983, p. 329).

Às escolas da altura, todas elas sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, estes nomes e outros de igual valor, responsáveis pelos processos de transformação que a Europa evoluída vinha a sofrer, estavam expressamente interditos. Diz Pereira (1983, p. 329) que a dinâmica, o cálculo infinitesimal ou o microscópio, eram desconhecidos aos estudantes portugueses, "encerrados nos conteúdos de velhas sebentas de fórmulas inalteráveis durante séculos.".

Macedo (1934, p. 422) afirma que o reinado de D. João IV, bem como o dos seus dois sucessores, D. Afonso VI e D. Pedro II, foi escasso em providências governativas sobre assuntos da instrução pública. Gouveia (1993, p. 438) refere que foram os Estatutos de 1653 que regulamentaram o ensino, durante grande parte do século. Estes procuravam compartimentar os saberes, os professores e os alunos, por forma a manter as hierarquias e as opiniões distintas entre si e sem confusões. A sua organização era simples e Gouveia (1993, p. 438) descreve-a da seguinte forma:

> Formalmente, dividem-se em quatro livros, cada livro em títulos e estes em números variáveis. Quanto aos conteúdos, logo no início a matéria é arrumada e são ditas "as horas, as matérias, tipos de exame, cerimoniais, autores a ler, a comentar e a explicar, atitudes perante o saber, definição dos esquemas do saber, defesa e controle da verdade, tudo se estatui e determina com força de lei. O ensino estatuário tornou-se repetitivo a partir da monotonia que propositadamente se propunha e os Estatutos velhos

> apareceram como o monumento gerador da imbecilidade que os jesuítas cultivavam. Para as gentes do saber racional, a sobrevivência dentro dos parâmetros aí definidos tornou-se, a pouco e pouco, impossível.

Em relação à literatura de seiscentos[62], Cidade (1934, pp.450-452) conta que esta,

> além de aristocrática, como por toda a Europa culta, há-de ser, como a

[62] Cidade (1934, pp. 451-463) dá alguns exemplos de obras publicadas no século XVII, por entre poesias, romances, éclogas, obras de historiografia, obras religiosas, literatura de viagens, epistolografia, etc., e dos seus respectivos autores: *Apólogos Dialogaes – Hospital das Lettras, Epanaphoras, Carta de Guia de Casados e Auto do Fidalgo Aprendiz,* de D. Francisco Manuel de Melo; *Éclogas*, de Francisco Rodrigues Lobo; *A España Libertada,* de Bernarda Ferreira de Lacerda; *Condestabre,* de Rodrigues Lobo; *Destruição de Espanha,* de André da Silva Mascarenhas; *Laura de Anfriso*, de Manuel da Veiga Tagarro; poema *Malaca Conquistada*, de Francisco de Sá de Meneses; *Viriato Trágico,* de Braz Garcia de Mascarenhas; *Affonso Africano,* de Vasco Mousinho de Quevedo; *Corte na Aldeia, Primavera, Pastor Peregrino, Desenganado,* de Francisco Rodrigues Lobo; *Clarisol da Bretanha,* de Baltazar Gonçalves Lobato; *Ribeiras do Mondego,* de Eloi de Sá Souto Maior; *Campos Elysios,* de Padre João Nunes Freire; *Desmaios de Maio em Sombras do Mondego,* de Diogo Ferreira Figueiroa; *Elogios dos Reis de Portugal*, de Bernardo de Brito; *Europa Portuguesa, África Portuguesa e Ásia Portuguesa,* de Manuel Severim de Faria; *Chronica das Companhia de Jesus na Província de Portugal, História Geral da Etiópia o Alta ou Preste João*, de Padre Baltazar Teles; *Vários Discursos Políticos e Biografias de Camões, Barros e Couto,* de Manuel Severim de Faria; *A Jornada de África,* de Jerónimo de Mendonça; *A Nova Lusitania, História da Guerra Brasílica,* de Francisco de Brito Freire; *Vida e Acções delrei D. João I e História de Tanger*, de 2º conde de Ericeira, D. Fernando de Menezes; *História de S. Domingose A vida de Frei Bartolomeu dos Mártires,* de Fr. Luís de Sousa; *Catálogo dos Bispos do Porto, História Eclesiástica de Lisboa, História Eclesiástica do arcebispado de Braga,* de D. Rodrigo da Cunha; *Agiologia Lusitano*, de Jorge Cardoso; *História Seraphica da Ordem doa Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal,* de Fr. Manuel da Esperança; *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* (composta no século XVI mas publicado no XVII, em 1614); *Cartas, Sermão da Sexgéssima e Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda,* do Padre António Vieira; *Relação,* do Padre Manuel Godinho; *Itinerário*, de Fr. Gaspar de S. Benardino; *Casamento Perfeito,* de Diogo de Paiva de Andrade; *O Tempo de Agora,* de Martim Afonso de Miranda; *Arte de Furtar* (autor desconhecido); *Luz e Calor e Nova Floresta*, do Padre Manuel Bernardes; *Obras Espirituais,* de Frei António das Chagas ou capitão António da Fonseca Soares; *Miscelânea,* de Leitão de Andrada; *Judeu,* de António José da Silva e Manuel de Figueiredo.

> filosofia e a ciência, absolutamente "conformista", a própria sátira flagelando sobretudo os desvios do ideal comum. Há-de ser embevecidamente "narcisista", igualmente tomada do receio de que, dos países que nos consideram os "cafres da Europa" venham inovações perturbadoras da ordem espiritual. E nem será preciso dizer que há-de ser, finalmente, "formalista", pois, assim como na esfera do pensamento, as balizas que lhe são postas apenas lhe permitirão uma actividade de comentário ao texto aristotélico, assim, nos domínios da imaginação e da sensibilidade estéticas, o artifício verbal é a natural compensação à superficialidade e monotonia da matéria.

Cidade (1934, pp. 455-456) informa também que, a novelística em voga no século deriva toda da que fazia as delícias da época anterior, entre nós representada por algumas das obras de maior celebridade da Península, como o *Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Morais, e, sobretudo, *Diana*, de Jorge de Montemor mas que, durante esta época e ainda por muito tempo depois dela, o romance será preferido, não porque *pinta* mas porque *idealiza* a realidade. Também a oratória, literatura mística, literatura de crítica de costumes, foram géneros muito em voga no século XVII (Cidade, 1934, p. 461).

Pereira (1983, p. 330) afirma que, paralelamente ao índex expurgatório, o facto de os livros editados terem de ser filtrados pelas malhas da censura inquisitorial

> contribuía para a manutenção de um clima pouco renovador, em que o saber escolástico se comprazia na manutenção de fórmulas centenárias e se refugiava na infalibilidade dogmática para cortar cerce iniciativas destinadas a pôr em causa conhecimentos ultrapassados e, em muitos casos, inequivocamente errados.

Pereira (1983, p. 330) resume a literatura seiscentista como um misto de sabedoria religiosa ortodoxa e literatura formalista que se deleitava em jogos de palavras e rimas pueris e inócuas. O autor refere que a preocupação didáctica do livro religioso era dar exemplos morais e em nome desse objectivo construía-se toda a estrutura narrativa das obras, sendo exemplo disso os trabalhos do padre Manuel Soares, do padre Francisco Saraiva de Sousa, de Soror Maria do Céu ou do padre Manuel Consciência (Pereira, 1983, p. 330).

Mas havia também obras elaboradas à "imagem exuberante dos complicados artifícios e elucubrações dos poetas barrocos", como é exemplo o *Cancioneiro da Fénix Renascida.* Ou as obras *Ao Menino Jesus em Metáfora de Doce* ou *Lampadário de Cristal Que Mandou a Duquesa de Sabóia à Real Majestade da Poderosíssima Rainha de Portugal*, *Sua Irmã,* onde se nota "uma evidente preocupação de engenhosidade estilística em detrimento da substancialidade do conteúdo." (Pereira, 1983, p. 330). Todavia o autor ressalva que, estas mesmas obras salientam

> a sensação de irrealidade, de frustração perante o quadro em que se desenvolve a vida social, de aspiração a uma dialética idealista que aparentemente os coloque (aos poetas) na situação de modificarem a tessitura do universo, nem que seja por meio da ilusão (Pereira, 1983, p. 330).

A vida social seiscentista era frequentemente descrita nas obras desta época. Pereira (1983, p. 332) conta que, por exemplo, em *Arte de Furtar,* do padre Manuel da Costa, se refere que a sociedade assistia a uma dissolução dos costumes, a uma brutalidade dos comportamentos, a uma corrupção generalizada e a constantes intrigas palacianas, que ocasionavam uma vida profana insensível e impenetrável ao talento oratório do sermão de qualquer pregador. Por sua vez, as cidades e vilas eram pouco seguras e o roubo e o assassinato bastante frequentes, "beneficiando da obscuridade de vielas estreitas e sujas" (Pereira, 1983, p. 333).

A forma como os portugueses viviam, os seus hábitos e costumes, as vivências familiares, as relações, a forma como eram vistos pelas outras nações, etc., também apareciam descritas em obras seiscentistas, ao mesmo tempo que eram fruto de análise por parte dos respectivos autores. *O Matrimónio Perfeito,* de Diogo Paiva de Andrade Sobrinho, e *Carta de Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel de Melo, são exemplo disso. Estas obras eram uma espécie de *guia* e destinavam-se a aconselhar os seus leitores, estabelecendo-se, até uma correlação entre o autor e o leitor. A invenção da imprensa, ao substituir o manuscrito de difícil acesso e de preço caro, pelo livro composto por caracteres tipográficos, veio abrir possibilidades para um maior diálogo entre as ideias do autor e o raciocínio do leitor (Pereira, 1983, p. 340).

Gouveia (1993, p. 430) enumera algumas obras de carácter pedagó-

gico, catequético ou de exercícios espirituais que surgiram na época, tais como: *Tratado de Boa Criação e Polícia Cristã em que os Pais Devem Criar os Seus Filhos*, 1633, do Frei Pedro de Santa Maria; *Avisos para o Paço*, 1659, de Luís de Abreu e Melo; e *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade de Puerícia*, 1685, de Alexandre de Gusmão são alguns exemplos.

O mecenato veio a ter muita importância para a divulgação de ideias. E tendo em conta a situação económica do país, o rei parecia ser um excelente pólo de atracção para aqueles seus súbditos que se acolhiam à sua protecção no intuito de levar a pessoa real a financiar as suas iniciativas (Pereira, 1983, p. 340). A família dos Bragança, quando ainda era apenas uma casa ducal, tinha fama de dispensar às artes e às letras o seu auxílio e, por vezes, representava a única alternativa possível a uma ida para Madrid[63], uma vez que Lisboa se encontrava desprovida da presença de um soberano. Pereira (1983, p. 340) recorda, também, um tio de D. João IV, D. Duarte, de Évora, que igualmente "abria as portas do seu palácio ao convívio de fidalgos e literatos". Após ser aclamado rei, D. João IV, com assuntos mais importantes e urgentes para tratar, relegou a cultura para a segundo plano. Pereira (1983, p. 340) comenta esta situação, dizendo

[63] Conforme já foi referido neste trabalho, quer antes do domínio filipino, quer durante o período de união com o vizinho ibérico, foram vários os nacionais que habitaram a Espanha, tendo, também, o inverso acontecido. A Espanha conhecia, no século XVII, um período de apogeu cultural que evidentemente transbordou as fronteiras e permitiu uma miscelânea cultural entre os dois países. Alguns intelectuais portugueses viveram longo tempo em Espanha, escrevendo alternadamente nas duas línguas, como é o caso de D. Francisco Manuel de Melo (Pereira, 1983, p. 326). O teatro espanhol fez furor *fora de portas*, nomeadamente em Portugal, Lisboa, onde quase todas as companhias eram espanholas (Pereira, 1983, p. 326). Quevedo, Lope de Veja e Calderón eram autores representados frequentemente nos palcos portugueses. Na poesia, a personalidade e o estilo de Luís de Gôngora impuseram "uma visão segundo determinado modelo a toda uma geração, que infelizmente não possuía os recursos, em termos de talento, do mestre." (Pereira, 1983, p. 326). *As Meninas,* um dos quadros mais conhecidos do século XVII, é da autoria de Diego Velázquez – pintor espanhol de origem portuguesa. A Restauração veio afrouxar consideravelmente estes laços culturais e, segundo Pereira (1983, p. 326), desde essa altura, "a produção cultural das duas nações caminhou de costas voltadas uma para a outra, exceptuando-se as sempre presentes honrosas excepções.". O autor acrescenta que "o divórcio cultural hispano-português só é compreensível se enquadrado dentro de premissas educacionais e psicológicas, reflexos de uma animosidade secular, alimentada pelas contingências da história." (Pereira, 1983, p. 326).

que "a causa bélica e o seu sustentáculo económico [sobrelevaram] as preocupações de índole diversa." Não obstante, o monarca concedeu o seu apoio a diversas iniciativas culturais, nomeadamente a publicação de tratados jurídicos

> que ensaiavam explicações doutrinárias para a destronização da dinastia espanhola, na procura de convencer a opinião internacional que não estava perante um vassalo rebelde que ilegitimamente punha em causa os direitos inalienáveis do monarca castelhano, mas sim a justíssima recuperação duma independência e dum ceptro que estavam indevidamente usurpados (Pereira, 1983, p. 340).

A produção literária surge aqui, portanto, em apoio às necessidades políticas do trono.

Durante a regência de D. Luísa e no reinado de D. Afonso VI, foram poucos os exemplos de manifestações artísticas. *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna, Anticatástrofe e Catástrofe* foram alguns dos testemunhos escritos que desabrocharam neste tempo, representando um óptimo manancial de informações históricas.

D. Pedro II, sucessor de D. Afonso VI, também não constitui o melhor exemplo de soberano dedicado às artes e à protecção das letras. Pereira (1983, p. 341) explica esta situação, bem como a de D. Afonso VI, com o facto de ambos os infantes não terem recebido a menor preparação para a execução da sua tarefa, pois fora o príncipe herdeiro, D. Teodósio, que recebera educação para tal.

No que à música diz respeito, é conhecido o carinho que a casa ducal de Bragança lhe dispensava, ao ponto de ter criado em Vila Viçosa uma escola destinada ao seu ensino: o Colégio dos Reis. Deste saíram numerosos músicos com valor que tornaram o reinado de D. João IV "um dos mais profícuos no campo da composição e interpretação de trechos musicais, sobretudo de cariz religioso." (Pereira, 1983, p. 323). O próprio monarca, D. João IV, dedicava duas horas diárias à música, uma das suas actividades favoritas, compondo as suas próprias partituras (Pereira, 1983, p. 323). Possuía também uma vasta biblioteca dedicada ao assunto que o terramoto de 1755 fez desaparecer.

A música religiosa dominou o reinado de D. João IV, D. Afonso VI e

D. Pedro II. Executores como José Lourenço Rebelo, os organistas Manuel Rodrigues Coelho e Francisco Correia de Araújo, compositores como Frei Francisco de Santiago ou Marques Lésbio, teóricos como João Álvares Frovo e António Fernandes, são nomes em evidência neste período (Pereira, 1983, p. 357).

1.10. A Restauração nas publicações periódicas do século XVII e noutros escritos

Ramos (2009, p. 342), na sua obra *História de Portugal*, discorre acerca do nascimento da imprensa periódica em Portugal, no século XVII, relacionando este acontecimento com a Restauração. O autor argumenta que é corrente esta associação, uma vez que todo este período (Restauração da Independência; Guerra da Restauração) foi acompanhado pela publicação de impressos, primeiro a *Gazeta da Restauração* e depois o *Mercúrio Português* (Ramos, 2009, p. 342). No entanto, Cruz (1983, p. 181) chama a atenção para outras publicações, de cariz não periódico, que também circularam nesta altura e que também dedicavam as suas temáticas à política portuguesa e às suas extensões.

Ramos (2009, p. 342) também fala também de obras "de cariz político mais ou menos doutrinário", algumas delas atribuídas ao secretário de Estado de D. Afonso VI, António de Sousa de Macedo. Refere, ainda, algumas obras de cariz historiográfico, como a *História do Portugal Restaurado*, escrita pelo conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, e algumas crónicas que forneciam (e ainda hoje fornecem) "relatos críticos detalhados sobre a História política do período", encontrando-se neste caso a obra *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, que registou os acontecimentos mais relevantes do país, entre 1662 e 1680 (Ramos, 2009, p. 342).

A parenética, escrita de sermões, é também destacada por Ramos (2009, p. 342) como uma das formas de expressão literária com maior relevo, tanto nos púlpitos como em forma impressa, no século XVII. Neste campo, o autor realça a figura do padre jesuíta António Vieira (1608-1697), pregador na Capela Real e um destacado actor político do tempo, e de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), autor de uma *Carta de Guia de Casados,* em 1651 (Ramos, 2009, p. 343).

2. A Europa no século XVII

No século em que o jornalismo lusófono começou a dar os primeiros passos, século XVII, a Europa foi palco de alguns acontecimentos que marcaram a história do continente, de forma geral, e a história do jornalismo, de forma particular. Conta Duroselle (1990, p. 217) que

> Aos olhos dos historiadores políticos, os séculos XVII e XVIII surgem como o apogeu da monarquia absoluta (...). Aos olhos dos historiadores da estratégia trata-se, por excelência, de uma época de divisão, de terríveis conflitos, com base no equilíbrio europeu (as guerras franco-espanholas de 1515 a 1713) nas rivalidades comerciais e coloniais (as quatro guerras anglo-holandesas de 1641 a 1647, as oito guerras franco-inglesas de 1689 a 1815), sem falar nas ambições suecas. A Guerra dos Trinta Anos, de 1619 a 1648, prolongada até 1659, entre a França e a Espanha, constitui um resíduo das guerras religiosas que haviam oposto os protestantes aos católicos, mas é também uma manifestação de rivalidades entre a França e os Habsburgos de Espanha e da Áustria. Marca, finalmente, o acesso sucessivo ao poder de dois países do Norte, momentaneamente a Suécia e, em seguida, com mais durabilidade, a Rússia.

Segundo Salvadori (2005, p. 17), a primeira metade do século caracterizou-se por "uma sobreposição de reviravoltas políticas, conflitos religiosos, depressão económica e redução demográfica, criadas por epidemias de impacte devastador". Uma das epidemias mais devastadoras foi a da peste que ocorreu, entre 1665 e 1667, em Inglaterra, particularmente em Londres, onde morreu quase um quarto da população (Salvadori, 2005, p. 18).

Um desses acontecimentos foi, como já se mencionou, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), um complexo conflito de contornos religiosos, políticos, económicos, etc.[64], no qual se envolveram, directa e indirectamente, vários países, nomeadamente a Alemanha (Sacro-Império), a França, a Espanha, a Inglaterra, Itália e Portugal. Também neste século,

[64] Duroselle (1990, p. 217) resume a Guerra dos Trinta Anos como, antes de mais, um resíduo das guerras religiosas que haviam oposto os protestantes aos católicos, mas também uma manifestação da rivalidade entre a França e os Habsburgos de Espanha e da Áustria.

mas especificamente em Inglaterra, viveu-se uma guerra civil, entre 1642 e 1649, tendo esta sido precedida de vários conflitos e rebeliões e sucedida de outras tantas discórdias e revoltas, e que viria a ter repercussões em vários outros países.

Portugal viveu, durante o século XVII, a Restauração da Independência (1640) e a Guerra da Restauração (1641-1668), dois acontecimentos que, segundo Duroselle (1990) e Labourdette (2001), foram influenciados e influídos pelo contexto que se vivia no resto do Velho Continente, nomeadamente a Guerra dos Trinta Anos e a Guerra Civil Inglesa. Há ainda a registar outros conflitos como os que opuseram as Províncias Unidas e a Catalunha à tutela espanhola e lutas religiosas em França desencadeadas contra os huguenotes (Lousada, 2012, p. 40).

Todas estas discórdias fizeram da Europa do século XVII um espaço de conflitualidades, "com as rivalidades externas e as turbulências internas a misturarem-se e os actores em confronto a variarem constantemente", tendo este *status* bélico levado à "centralização do poder real e à consolidação do Estado soberano, pois, acima de tudo, a sobrevivência de ambos passou a ser inexoravelmente questionada." (Lousada, 2012, p. 40). Explica o autor:

> A necessidade obrigou os governantes a acautelar a unidade político-ideológica interna e a sustentar a independência externa, organizando uma coesa máquina administrativa e burocrática, uma política externa agressiva, onde sobressaiu a permanência das embaixadas, a preocupação de colocar em funcionamento uma economia estatal virada para a produção industrial de âmbito militar e a manutenção de um exército permanente e oneroso, assente num complexo sistema de recrutamento (Lousada, 2012, p. 40).

Assim, da necessidade de um Estado forte, que fosse capaz de suprimir os antagonismos que se verificavam, que conseguisse romper com a autoridade arbitral da Igreja e que tivesse a capacidade de negar os "espartilhos feudo-medievais" consolidou-se o Estado soberano, assente no poder secularizado e supremo de um príncipe, que se identificava com o próprio Estado (Lousada, 2012, p. 41)[65]. A conjuntura que se apresentou

[65] Duroselle (1990, p. 221) relembra que, enquanto o movimento generalizado parecia arrastar cada uma das unidades políticas europeias rumo à eficácia do absolutismo,

no século XVII europeu deve-se, assim, "a esta prática governativa dos estadistas, ao deflagrar da era da pólvora, à arte e ciência renascentistas e à mutação da sociedade" (Lousada, 2012, p. 41).

O século XVII revelou-se, assim, um século de contrastes. Rodrigues (1996, p. 337) apelida-o de "grande século" e de "século de ferro": "grande século", porque foi grandioso para o espírito humano (nos domínios literários, artístico, científico); "século de ferro", porque as guerras, as crises económicas, as fomes, as pestes, as revoltas e os motins populares travaram o desenvolvimento pessoal.

2.1. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)

A Guerra dos Trinta Anos ocorreu no século XVII, altura em que a *Gazeta da Restauração* (1640-1648) e o *Mercúrio Português* (1663-1667), as duas publicações que marcaram o início da imprensa periódica portuguesa, foram publicadas, envolveu boa parte dos países da Europa Ocidental e causou sérios problemas económicos e demográficos no continente. Navarro (2005, p. 296) afirma que, entre outras razões, a Guerra dos Trinta Anos foi fruto da rivalidade existente entre as casas reais de Habsburgo – soberanos de Espanha e Áustria – e da França, tal como a política externa dos estados europeus, de finais do século XVII até ao século XVIII, que também foi extremamente influenciada por este antagonismo.

O autor vai mais longe no empreendimento de explicar qual foi a ou qual foram as causas deste conflito. Recua no tempo e diz o seguinte:

> Os factores que motivaram este conflito foram de uma extraordinária complexidade. Além das tensões religiosas que afectaram o Império alemão e que se repercutiram em toda a Europa, atenta à Alemanha que podia surgir desta crise, havia o conflito que durante todo o século anterior tinha enfrentado a Espanha e a França, e, como se isso fosse pouco, os problemas internos nos domínios patrimoniais dos Áustrias tornavam-se gradualmente mais intensos, devido à dificuldade de submeter a uma só coroa os Húngaros e os Boémios, separados por diferentes crenças reli-

o sistema do "estado dos estados" mantinha-se e chegou mesmo a desenvolver-se, mediante golpes violentos e contraditórios, em dois países da Europa Setentrional: os Países Baixos e a Grã-Bretanha.

giosas (Navarro, 2005, pp. 24-25).

Foram precisamente alguns incidentes ocorridos no país checo que desencadearam a guerra. Em Praga, corria o ano de 1618, uma disputa sobre a construção das igrejas protestantes de Branau e Klostergraba, que foi anulada a favor dos interesses católicos graças à intervenção imperial, provocou entre os nobres protestantes uma reacção violenta, cujas primeiras vítimas foram dois católicos, lançados pela janela do Conselho da cidade. A *Defenestração* de Praga foi o primeiro acto de rebeldia de toda a Boémia e o responsável pelo desencadeamento da Guerra dos Trinta Anos, um verdadeiro conflito à escala europeia (Navarro, 2005, p. 25).

Tendo começado por se desencadear na Boémia, rapidamente se alastrou a toda a Alemanha e ao resto da Europa, acabando por contar com a participação, directa ou indirecta, de todas as potências europeias da época. Este conflito que começou por invocar razões religiosas, facilmente permitiu que razões políticas se entrosassem na quezília, uma vez que, na Europa do século XVII, várias nações tinham interesse em ampliar os seus poderes no continente por meio da conquista de novos mercados e territórios, e esta guerra poderia proporcionar-lhes isso. Assim, um conjunto de pequenas rivalidades entre católicos e protestantes, que já vinham desde o século XVI, a luta pela afirmação do poder de algumas monarquias europeias, assuntos constitucionais e políticos germânicos e até disputas sucessórias e territoriais e questões comerciais foram-se transformando, gradualmente, numa luta europeia.[66]

Salvadori (2005, p. 21) realça que

> Ao confronto religioso, que tinha o seu epicentro na Alemanha, sobrepuseram-se outros conflitos – na Holanda, entre as Províncias Unidas e

[66] De facto, inicialmente, estes conflitos estavam enraizados em disputas de cariz religioso entre os germânicos, inseridos no contexto da Reforma Protestante. Porém, estes antagonismos religiosos, em especial entre os adeptos não germânicos das facções em contenda, a católica e a protestante, evoluíram para a guerra. No entanto, à medida que o conflito se desenhava, a luta ia sendo influenciada por muitos outros temas colaterais, tais como as rivalidades e ambições dos príncipes alemães e a teimosia de alguns dirigentes europeus, sobretudo dos franceses e suecos, em abater o poderio do catolicíssimo Sacro Império Romano-Germânico, o instrumento político da família dos Habsburgos.

> Espanha, em Itália, entre Espanha e França, no Báltico, entre Suécia, Dinamarca e Polónia – que se uniram entre si fragmentando a Europa em alianças opostas e estipuladas com base na opção religiosa, com excepção da católica França que alinhou do lado protestante contra o bloco dos Habsburgo.

Esta guerra marcou o início da hegemonia francesa na Europa e o declínio do poder dos Habsburgos[67]. No final, a Alemanha foi o país que saiu mais arruinado e devastado do conflito, pois as suas cidades foram os principais campos de batalha desta guerra e, como tal, sofreram danos muito graves. As consequências, a longo prazo, foram, a contínua fragmentação da Alemanha, além da emergência da França como o poder terrestre dominante na Europa e a formação de novos países.

Este conflito, um dos mais devastadores na história europeia, dividiu-se em quatro períodos distintos, caracterizados pelos soberanos que, sucessivamente, lutaram contra o Imperador, sustentáculo dos católicos: uma primeira fase, dita Palatino-Boémia (1618-1625); depois a fase dinamarquesa (1625-1629); a fase sueca (1630); e, finalmente, o período francês (1635-1648). Mas, a verdade, e como já foi dito, as disputas já vinham de antes[68].

[67] Os Habsburgos eram a família imperial do Sacro-Império Romano-Germânico, no trono desde 1273. O Imperador da Alemanha fazia parte desta casa.

[68] De forma a resolver alguns conflitos religiosos, assinou-se, em 1555, o tratado de Paz de Augsburgo, entre o Sacro-Império católico e a Alemanha luterana. Segundo este tratado, cada príncipe germânico podia impor a sua crença aos habitantes dos seus domínios. O equilíbrio manteve-se enquanto os credos predominantes se restringiam à religião católica e luterana, mas o aparecimento do calvinismo veio complicar o panorama. À medida que o conflito se desenhava, a luta ia sendo influenciada por muitos outros temas colaterais, tais como as rivalidades e ambições dos príncipes alemães e a teimosia de alguns dirigentes europeus, sobretudo dos franceses e suecos, em abater o poderio do catolicíssimo Sacro Império Romano-Germânico, o instrumento político da família dos Habsburgos. Já no decurso do reinado do Imperador Rodolfo II (Imperador entre 1576 e 1612), a acção católica foi bastante agressiva e, como tal, as tensões religiosas agravaram-se, na Alemanha. Foram destruídas muitas igrejas protestantes e as liberdades religiosas destes crentes foram limitadas das mais diversas formas. A fim de se impor contra estas atitudes, é fundada, em 1608, a União Evangélica, uma aliança defensiva protestante dos príncipes e das cidades alemãs, e, no ano seguinte, é criada a Liga Católica, uma organização semelhante mas dos católicos romanos. O conflito tornava-se

As principais batalhas da Guerra dos Trinta Anos foram: Batalha de Pilsen (1618), Batalha de Záblatí (1619), Batalha de Vestonice (1619), Batalha da Montanha Branca (1620), Batalha de Wiesloch (1622), Batalha de Wimpfen (1622), Batalha de Höchst (1622), Batalha de Fleurus (1622), Batalha de Stadtlohn (1623), Batalha da Ponte Dessau (1626), Batalha de LutteramBarenberge (1626), Batalha de Stralsund (1628), Batalha de Wolgast (1628), Batalha de Frankfurt onthe Oder (1631), Batalha de Magdeburgo (1631), Batalha de Werben (1631), Batalha de Breitenfeld (1631), Batalha de Rain (1632), Batalha de Fürth (1632), Batalha de Lützen (1632), Batalha de Oldendorf (1633), Batalha de Nördlingen (1634), Batalha de Wittstock (1636), Batalha de Rheinfelden (1638), Batalha de Breisach (1638), Batalha de Chemnitz (1639), Segunda Batalha de Breitenfeld (1642), Batalha de Rocroi (1643), Batalha de Tuttlingen (1643), Batalha de Freiburg (1644), Batalha de Jüterbog (1644), Batalha de Jankau (1645), Batalha de Mergentheim (1645), Segunda Batalha de Nördlingen (1645), Batalha de Zusmarshausen (1648), Batalha de Pragua (1648), Batalha de Lens (1648), Batalha de Arras (1654), Batalha de Valenciennes (1656), Batalha das Dunas (1658)[69].

O fim da guerra chega em 1948, numa altura em que o desejo de paz já se fazia sentir por todo o lado, sem que, no entanto, alguém tomasse a iniciativa de dar o primeiro passo (Grimberg, 1968a, p. 189). Os tratados de paz de Vestefália vieram colocar um fim à Guerra dos Trinta Anos, ainda que a luta entre a França e a Espanha se tenha arrastado durante outra década, até à paz dos Pirenéus. Refere Navarro (2005, p. 35) que os inúmeros interesses envolvidos no conflito explicam a lentidão das negociações e a sua dispersão entre cidades. O tratado marca o fim da guerra e vem garantir a protestantes e católicos a liberdade de culto.[70]

cada vez mais latente e o recurso à guerra, para o procurar resolver, tornou-se inevitável.

[69] Fonte: http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/guerra-dos-trinta-anos.htm

[70] Lousada (2012, p. 120) conta que as negociações da Paz de Vestefália permitiram que se sentassem à mesmo mesa "actores políticos com códigos de valores diferentes, poder diferenciado e objectivos políticos divergentes, algo a que não se assistia desde os grandes concílios religiosos do século XV" e que as conversações decorressem enquanto estavam em curso operações militares nas várias frentes de batalha, o que levava a que a mesa negocial dependesse da evolução do campo de batalha, onde cada país procurou a melhor posição negocial para o pós-guerra.

As consequências religiosas e políticas decorrentes destes tratados de paz foram muito importantes. Do ponto de vista religioso, o tratado de paz de 1648 era relevante, porque confirmava a cláusula da paz religiosa de Ausburgo (de 1555), pela qual os governantes tinham competência para determinar a pertença dos seus súbditos a uma outra confissão, acrescentando, porém, uma emenda primordial:

> nos territórios que albergassem, desde 1624, súbditos que não tivessem a mesma religião que o chefe de Estado, os citados súbditos viam ser-lhes concedida a liberdade de culto. Os bens católicos secularizados após 1624 deviam ser restituídos (Grimberg, 1968a, p. 189).

Assim, na Alemanha a igualdade religiosa entre católicos, luteranos e calvinistas, ajustou-se ao princípio segundo o qual os súbditos deviam seguir as crenças dos seus príncipes, *cuiús régio, eius religio,* ou emigrar para territórios onde imperasse o seu credo. Desta forma, estabilizaram-se as relações entre o protestantismo e o catolicismo existentes. A Guerra dos Trinta Anos, que para a Alemanha representou uma terrível guerra civil, consagrava a sua divisão por mais de dois séculos (Navarro, 2005, pp. 39-40). O mapa religioso da Europa ficaria, no entanto, imóvel, uma vez que a eventual conversão dos soberanos não acarretaria mudanças religiosas nos respectivos domínios.

Ao mesmo tempo, alterou-se o equilíbrio de poderes no continente europeu: "a supremacia habsburgesa quebrara-se. A França[71] era a pri-

[71] Alguns dos grandes nomes da França do século XVII foram o do cardeal Richelieu, o do cardeal Mazarino e o de Jean-Baptiste Colbert. Diz Navarro (2005, p. 291) sobre os ministros franceses: "A prosperidade material da França borbónica durante o século XVII foi obra de vários ministros inteligentes. Os monarcas tiveram pelo menos a discrição de saber escolhê-los e dar-lhes relativa liberdade." Richelieu foi nomeado aos trinta anos secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Em 1622 é-lhe atribuiu-lhe o título de cardeal. O princípio da centralização encontrou em Richelieu um defensor inigualável. O cardeal personificava a ideia moderna do Estado, em oposição à sociedade feudal da Idade Média. Richelieu fez uma guerra sistemática às veleidades de independência da aristocracia e, nesta luta, não recuou perante nenhum meio. Richelieu demonstrava um profundo interesse pela indústria, comércio e marinha de França. Foi um homem de Estado mas também um economista; nele vemos um dos fundadores desse sistema económico a que se deu o nome de mercantilismo e que ia ser aplicado durante mais de um século na maior parte

meira nação da Europa; a Suécia e a Holanda estavam em condições de enfileirar no grupo das grandes potências" (Grimberg, 1968a, p. 191). De facto, estes três países conseguiram retirar importantes vantagens da guerra (Navarro, 2005, p. 40). Algumas fronteiras foram também redefinidas: a Suécia recebeu a Pomerânia ocidental, ainda que estes territórios continuassem vinculados ao Reich; a França tomou posse de quase toda a Alsácia, bem como de Metz, Toul e Verdun; e várias nações, entre as quais os Países Baixos[72], viram reconhecida a sua independência. O Tratado fortaleceu, também, a importância do poder temporal (político, não religioso) nos Estados e a diminuição da presença de Igreja nas monarquias europeias. A Alemanha viu-se profundamente marcada por todas estas "campanhas e contracampanhas" e "as suas feridas levariam vários séculos a cicatrizar" (Grimberg, 1968a, p. 190). Mesmo assim, os príncipes alemães conseguiram a sua independência em relação ao

das nações europeias. A época de Richelieu salientou-se por uma intensa actividade literária. O Estado controlava a imprensa: desde 1611 que inspirava o *Mercure François*, cuja direcção era parcialmente assegurada pelo Padre Joseph, e quando Théophraste Renaudot fundou, em 1631, a *Gazette de France*, Richelieu forneceu-lhe imediatamente artigos oficiais. O cardeal Mazarino veio substituir Richelieu, no comando dos destinos de França e alcançou dois grandes sucessos: os tratados de paz que selavam definitivamente o declínio dos Habsburgos. Um, o tratado de Vestefália (1648), permitiu à França estender-se até ao Reno e alcançar uma influência decisiva nos negócios do império; o outro, o Tratado dos Pirenéus, assinado onze anos mais tarde, com a outra potência habsburguesa, a Espanha, ofereceu à França alguns territórios importantes na Bélgica Meridional: o Artois, o Sul da Flandres, do Hainaut e do Luxemburgo, assim como as duas praças-fortes de Philippeville e Mariembourg. O Tratado de Vestefália e a paz dos Pirenéus puseram fim a século e meio de guerras e permitiram à França conquistar a hegemonia na Europa. Grimberg (1968b, p. 29) afirma mesmo que "os doze primeiros anos do reinado de Luís XIV foram um período de grande brilho na história da França". Também Jean-Baptiste Colbert teve um papel preponderante na França da segunda metade de seiscentos. Recomendado a Luís XIV por Mazarino, dele, diz Grimberg (1968b, p. 30): "Grande admirador de Richelieu, Colbert trabalhou segundo as regras administrativas do grande cardeal e fez com elas um sistema de mercantilismo estatal. Levou este sistema mais longe do que os outros Estados europeus. O fim desta política era trazer ouro e prata para os cofres do Estado. Uma das mais importantes contribuições de Colbert foi a criação de companhias de comércio, a exemplo da Holanda e da Inglaterra; uma Companhia das Índias Orientais e Ocidentais, uma Companhia do Levante para o Mediterrâneo e uma Companhia do Senegal para o comércio africano.". Foi também Colbert que despertou a França para a ideia da colonização.

[72] Estando, no entanto, sob o domínio espanhol.

imperador e asseguraram o seu direito de estabelecer alianças com príncipes estrangeiros. Desta forma, o "espírito de Vestefália" implicava a neutralização da Alemanha como potência europeia e o fim do poder dos Habsburgos de Viena. A França tinha o caminho livre para enfrentar os Áustrias espanhóis, em primeiro lugar, e para realizar de seguida, a sua intenção hegemónica na Europa (Navarro, 2005, p. 40). Assim, com o fim da Guerra dos Trinta Anos, deu-se, também, uma decisiva viragem nas relações internacionais.

Grimberg (1968a, p. 191) afirma que a Guerra dos Trinta Anos foi a última guerra de religião. Porém, continua o autor, quando terminou, a religião já não exercia a mesma influência decisiva na política, porque entretanto se haviam produzido grandes alterações no poderio (Grimberg, 1968a, p. 191).

Como a história já demonstrou vezes sem conta, quem mais sofre, directa e indirectamente, com as guerras é a população. Tal sucedeu, também, durante os trinta anos do conflito que dominou o cenário europeu na primeira metade do século XVII, a Guerra dos Trinta Anos (apesar de esta crise ter acontecido num período de desenvolvimento económico, fruto da expansão colonial). Milhares de pessoas foram mortas nos campos de batalha, para além de outros tantos milhares de civis, vítimas de doenças, de desnutrição, da ferocidade das tropas, dos grandes êxodos e de deportações em massa.

De realçar que, alguns destes acontecimentos foram relatados na *Gazeta da Restauração*, nomeadamente os ocorridos a partir de 1641.

2.2. A Revolução Inglesa

No século XVII, a Inglaterra viveu um período de conflitos e de transformações sociais e políticas que ficou conhecido por Revolução Inglesa. Este período teve início no princípio dos anos quarenta, com uma série de revoltas camponesas e à rebelião da Escócia contra o governo de Londres (tendo preparado e acompanhado o conflito institucional entre o soberano e o parlamento, que desembocou numa guerra civil de desfecho explosivo – vitória do exército puritano e decapitação do rei Carlos I), conheceu um curto período de "ditadura" cromwelliana e de restauração

monárquica com os filhos de Carlos I, Carlos II e Jaime II, a gloriosa revolução de 1688-1689, que levou ao trono Guilherme de Orange, e terminou em finais dos anos oitenta do século em questão, com as condições para a firmação de uma monarquia temperada de base parlamentar criada (Salvadori, 2005, pp. 22-23). Esta Revolução representou a primeira manifestação de crise do sistema da época moderna, identificado com o absolutismo. O poder monárquico, severamente limitado, cedeu a maior parte das suas prerrogativas ao Parlamento e instaurou-se o regime parlamentarista, que permanece até hoje. O processo começou, então, com a Revolução Puritana de 1640 e terminou com a Revolução Gloriosa de 1688, tendo a Guerra Civil ocorrido nos meandros.

A Guerra Civil Inglesa (1642-1649), que teve lugar durante a Revolução Inglesa, colocou em confronto os partidários do rei de Inglaterra, Carlos I (reinado entre 1625 e 1649), que, à imagem do resto do continente, se esforçou por estabelecer uma monarquia absoluta[73], sendo que estes eram constituídos maioritariamente por anglicanos e católicos, e o Parlamento inglês, liderado por Oliver Cromwell e apoiado por grupos protestantes, também chamados de puritanos (Grimberg, 1968a, p.211). Os defensores do rei combatiam por uma Igreja e um poder tradicional. Os partidários do Parlamento defenderam reformas na religião, na política económica e na repartição dos poderes[74]. Este conflito, conhecido como a Guerra Civil de Inglaterra, teve início em 1642[75] e só terminou em 1649, com a condenação à morte de Carlos I, declarado culpado de traição, tendo este, contudo, antes de morrer, clamado a sua inocência (Grimberg, 1968a, p. 215). Cromwell ainda tentou salvar a vida do rei, mas o exército não o permitiu (Grimberg, 1968a, p. 214).

Afirma Grimberg (1968a, pp. 213-214) que "a causa da liberdade política e religiosa tinha pois triunfado em Inglaterra", não atribuindo, no entanto, esta vitória à habilidade política do Parlamento, mas sim à cora-

[73] Em 1629, mandou dissolver o Parlamento e, desde então, e com o apoio do seu ministro, lorde Strafford, governou de forma tão absoluta como Richelieu, em França.

[74] Antes da revolução, o poder do rei era absolutista e contestá-lo era um sacrilégio. Depois da revolução, o poder do rei foi reduzido, estando a governação nas mãos do Primeiro-Ministro, através do Parlamento.

[75] No entanto, as causas desta Guerra Civil já vinham sendo lavradas ao longo de toda a primeira metade do século XVII e até nas últimas décadas do século XVI.

gem do exército parlamentar[76]. Isto porque, explica o autor,

> O Parlamento queria conservar a monarquia, mas limitando-lhe o poder de maneira antecipadamente acordada. O exército, pelo contrário, era republicano e exigia a cabeça desse rei ímpio que tinha as mãos manchadas de todo o sangue vertido em Inglaterra nos últimos anos (Grimberg, 1968a, p. 214).

Uma vez executado o rei, a Câmara dos Comuns aboliu a monarquia e a Câmara dos Lordes proclamou a República de Inglaterra. O executivo foi confiado a um Conselho de Estado formado por civis e militares. No entanto, quem se torna o verdadeiro senhor de Inglaterra foi Cromwell, nomeadamente a partir de 1651 (Grimberg, 1968a, p. 218).

Durante o período de governação de Cromwell, a Inglaterra envolveu-se em alguns conflitos com a Holanda. Diz Grimberg (1968a, p. 218) que o mar do Norte se começava a tornar "demasiado pequeno para as duas marinhas rivais, Inglaterra e Províncias Unidas, tal como nas Índias Orientais e Ocidentais". Assim, conta Grimberg (1968a, p. 218), para excluir a Holanda dos "frutuosos" transportes marítimos para a Inglaterra, o Parlamento inglês promulga, em 1651, o célebre Acto de Navegação, segundo o qual

> os produtos dos outros continentes não podiam ser conduzidos para Inglaterra senão por navios provenientes desta ou das suas colónias e os artigos europeus só podiam ser importados por navios dos respectivos países de origem ou por navios ingleses.

É certo que os holandeses não estavam directamente nomeados no documento, mas o texto era, com toda a evidência, dirigido contra eles (Grimberg, 1968a, p. 218). Como consequência deste estado das coisas, as duas potências entram em conflito armado, naquela que foi a primeira guerra entre os dois países. Este termina em 1654, com uma espécie de compromisso. Quando este conflito teve desfecho, Cromwell já era o Protector de Inglaterra, distinção conseguida por "proteger tão bem a

[76] Note-se que este exército compunha-se, na sua maior parte, de independentes que reclamavam o direito de honrar o seu Deus sem qualquer intromissão por parte do Estado ou do Parlamento (Grimberg, 1968a, p. 214).

República dos perigos internos e externos" (Grimberg, 1968a, p. 220), detendo poderes ditatoriais, o que contrariava aquilo que o Parlamento exigia – o poder supremo em nome do povo – coisa que Cromwell não permitiu. Sem poder, o Longo Parlamento termina e Cromwell reinou durante algum tempo como um verdadeiro monarca. Estava rodeado por um Conselho de Estado, mas este era composto, na maioria, por amigos e conhecidos seus. O Conselho não passava, nas palavras de Grimberg (1968a, p. 222), "dum utensílio dócil nas mãos do chefe do Estado.". O exército estava, também, do lado de Cromwell e, enquanto assim fosse, este nada tinha a temer.

Grimberg (1968a, p. 224) é da opinião de que Cromwell foi um bom governante, pois "fez da Inglaterra um dos Estados mais poderosos da Europa". Ele foi o primeiro a compreender o interesse de manter uma potente frota no Mediterrâneo, pois era onde a Inglaterra encontraria o meio mais eficaz para impor os seus pontos de vista aos outros países. Também se esforçou por conseguir mais territórios nas Índias Ocidentais, no intuito de arrecadar as vantagens do comércio desta região.

O período em que durou o protectorado de Cromwell foi uma época de governo severo e de reformas salutares. Menciona Grimberg (1968a, p. 226) que uma administração incorruptível trouxe o bem-estar e o progresso. Porém, "a mão de ferro dos puritanos pesava duramente sobre o povo inglês: todos os prazeres, mesmo os mais sãos, estavam proibidos" (Grimberg, 1968a, p. 226). Com o passar dos anos, Cromwell foi-se apercebendo de que as estruturas políticas do protectorado estavam condenadas a morrer com ele. E, de facto, assim aconteceu. O seu filho e sucessor, Richard Cromwell, não possuía a religiosidade do pai, nem os seus severos princípios morais e a revolta não demorou a surgir. O protectorado ainda sobreviveu algum tempo ao seu fundador, mas somente em teoria. Richard Cromwell renunciou ao poder, assim que a contestação surgiu, e até 1660, a Inglaterra viveu numa espécie de anarquia. Na Primavera deste mesmo ano, o novo rei, Carlos II, entra no país e o povo aclama-o sem qualquer dúvida. Deu-se, assim, a restauração da monarquia (Grimberg, 1968a, p. 226).

Carlos II regressou ao seu país decidido a cingir a coroa que fora arrecadada a seu pai e procurou rapidamente fortalecer o seu trono, fosse por

que preço fosse, para não voltar a sofrer de um novo exílio (Grimberg, 1968b, p. 82). Na primeira década do seu reinado, voltaram os conflitos com a Holanda e as duas nações entram novamente em guerra, naquela que é chamada de segunda Guerra Anglo-Holandesa, que durou de 1665 a 1667 e que contou com um envolvimento da França, ainda que indirecto e muito limitado (Grimberg, 1968b, p. 96). Alguns dos acontecimentos deste conflito foram descritos no *Mercúrio Português*.

A Holanda vai estar ainda envolvida em conflitos armados com a França (a Guerra Franco-Holandesa que ocorreu entre 1672 e 1678) e a França, por sua vez, envolvida na Guerra da Devolução, contra a Espanha, entre 1667 e 1668). Por causa destes conflitos, a Inglaterra de Carlos II vai, em Fevereiro de 1668, aliar-se às províncias Unidas e à Suécia, naquela que ficou conhecida como a *Tripla Aliança de Haia,* procurando obrigar a França de Luís XIV a concluir um acordo de paz com a Espanha[77]. Refere Grimberg (1968b, p. 100) que era o começo de coligações contra a França.

2.3. As transformações na Europa do século XVII

Como já foi dito, ao longo do século XVII, a Europa foi palco de várias lutas e as consequências destas lutas foram as mais variadas. A Espanha, esgotada pelas guerras empreendidas pelo seu soberano, entrou em decadência no cenário europeu. A Inglaterra foi governada pelos impopulares Stuart, que provocaram uma guerra civil, a Guerra Civil Inglesa, já referida neste trabalho, acabando por principiar uma viragem no modelo de governação. A França enfrentou situações difíceis após as guerras de religião, mas contou com situações particulares que fizeram deste país a primeira potência entre as nações europeias do século XVII. A Alemanha perdeu a hegemonia e caiu em declínio, após trinta anos envolvida em guerra. A Holanda tornou-se um oásis de tolerância para as minorias alvo de perseguição, tendo sido o primeiro Estado a autorizar o pluralismo religioso, e encabeçou a lista dos países mais profícuos no comércio. A Itália viveu o século XVII mais como um período de sombras do que de luzes. Portugal, por seu lado, assistiu à coroação de D. João IV,

[77] Este acordo chegou em Maio de 1668.

em 1640, restaurando, assim, a independência do país, depois de sessenta anos sob o domínio espanhol. Porém, viveu os anos que se seguiram em conflito, com a Guerra da Restauração (1640-1668).

Ao longo do século XVII, a economia europeia foi-se tornando, de forma crescente, capitalista e industrial, sofrendo várias modificações, sobretudo devido ao contexto político e militar. O mundo urbano foi ganhando terreno ao mundo rural; no entanto, a maioria da população continuava a viver no campo.

Vários factores proporcionaram a ascensão da burguesia, nomeadamente a colonização, a industrialização das manufacturas e o comércio, em todas as suas vertentes. Surgem, nesta altura, as grandes companhias comerciais, os primeiros bancos e a bolsa.

A ascensão da burguesia faz-se sentir também na educação. O Protestantismo já havia instigado as pessoas a instruírem-se, de modo a que pudessem ler a Bíblia, mas as novas exigências comerciais e industriais tornaram a alfabetização mais premente.

Também na política o ascendimento da burguesia se fez sentir. Os Estados viram-se obrigados a recorrer aos burgueses endinheirados para que estes os ajudassem a fazer face às despesas crescentes e aos sucessivos défices orçamentais. Esta transformação na política, nomeadamente a intervenção da burguesia no governo e a aquisição de terras da aristocracia tradicional arruinada, acabou por levar a alguns conflitos, designadamente com os nobres, que se viam a ser suplantados por esta classe.

Foi na Holanda que surgiram pela primeira vez governantes oriundos da burguesia. Em Inglaterra, os burgueses lutaram contra Carlos I (como já foi referido), num conflito que terminou com a imposição do parlamentarismo moderno, com o poder centrado na Câmara dos Comuns. Em França, os parlamentares burgueses desempenharam um papel fundamental na revolta de 1648 contra D. Luís XIV. As revoltas portuguesa e catalã podem também inserir-se neste panorama de revoluções burguesas (Navarro, 2005, p. 17). Ou seja, na Inglaterra e na Holanda, e até mesmo na França, as forças burguesas adquirem um peso muito particular na condução dos destinos das respectivas pátrias. Tal não aconteceu em Portugal, onde a burguesia necessitou de cerca de um século para começar a impor os seus pensamentos.

Apesar de tudo, as transformações políticas e sociais ocorridas no século XVII trouxeram um apaziguamento das formas mais violentas do extremismo religioso que anteriormente tiveram lugar[78]. Proporcionaram, também, um revigorar na produção intelectual e cultural, potenciando as mudanças renascentistas anteriormente ocorridas.

A produção científica e tecnológica da época permitiu que se assistisse a um desenvolvimento em variadas áreas, nomeadamente numa de extrema importância, que era a navegação marítima, uma vez que esta era responsável pelo incremento do comércio e pela colonização ultramarina.

Finalmente, a relativa paz que se conseguiu no terminar do século e, alicerçada a ela, a prosperidade geral alcançada pelos países europeus, permitiu que os Estados investissem na criação de infra-estruturas que iriam ter também influência no crescimento económico, crescimento mais acentuado já em finais do século. Todas estas transformações criaram e alimentaram condições para que o século XVIII viesse a ser o século das luzes.

O século XVII constitui, assim, uma etapa histórica complexa, que está repleta de contradições e que, ao mesmo tempo, procura um constante equilíbrio (Navarro, 2005, p. 20).

A Europa da primeira metade do século XVII, acabada de sair do período do Renascimento, da afirmação das monarquias e dos seus impérios e da crise religiosa que a abalara (com a reforma e a contra-reforma), procurava consolidar a sua modernidade, através de novos caminhos na racionalidade do pensamento, na legitimação do poder real, na estrutura da sociedade, na economia e também nas formas de conduzir a guerra. Diz Navarro (2005, pp. 2-3) que

> Silenciadas as posições conflituosas dos antagonismos religiosos – pelo menos na sua expressão mais evidente e violenta –, o século XVII criaria uma plataforma propícia para um amplo desenvolvimento da vida intelectual e científica, ela própria necessitada de uma indispensável plataforma de tolerância e de liberdade de expressão.
>
> Esta plataforma, favorável à renovação da vida cultural, foi acompanhada pela eclosão de uma série de circunstâncias, muitas delas anunciadas

[78] Isto, apesar de a ciência, em particular a física de Newton, ter colocado em causa muitos dos dogmas religiosos até então não contestados.

> de forma mais ou menos mitigada desde os séculos XIII e XIV (e que são paralelas ao aparecimento do movimento renascentista) e que, em conjunto, tenderão a manifestar-se num facto demográfico que terá grande importância na história mais recente do Ocidente.

De facto, a população europeia aumentou de 95 para 130 milhões de habitantes ao longo do século XVII[79]. Navarro (2005, p. 3) explica que este aumento considerável "corresponderá a uma linha de crescimento de repercussão definitiva no futuro da Europa, ao estabelecer umas bases numéricas de especial magnitude para a sua subsequente expansão por todo o mundo.".

Para além do aumento populacional, o século XVII tendeu também a dar uma importância crescente a outro fenómeno demográfico de repercussões consideráveis na história moderna ocidental. Trata-se do crescente papel dos factores urbanos, da importância cada vez maior das cidades, especialmente em Inglaterra. Navarro (2005, p. 3) conta que

> o fenómeno urbanístico desenvolveu-se de tal maneira [no século XVII] que, ao entrar no século XVIII, a Europa tinha catorze cidades que contavam mais de 100000 habitantes, duas das quais, Paris e Londres, possuíam entre 250000 e 500000.

No entanto, Costa *et al.* (2011, p. 143) referem que, por volta de 1620, se encontram em diferentes espaços europeus "sinais de inversão na tendência de crescimento que pautou o século XVI.". Os autores explicam que

> A variação da população seguiu um padrão menos compatível com crescimento cumulativo e suspeita-se que o produto agrícola foi sensível a essa tendência de recessão ou estagnação demográfica. A relação destas duas variáveis ao longo da primeira metade do século XVII, denotando rutura com a estrutura delineada em mais de um século de prosperidade antecedente, foi um fenómeno extensível a toda a Península Ibérica e a outros espaços mediterrânicos europeus. Em contraste, nas economias do Noroeste, quanto muito, ocorreu uma desaceleração do ritmo de crescimento

[79] Isto apesar de no primeiro quartel do século, se ter assistido a um cessamento da expansão demográfica europeia (Castro, 1983, p. 198). Salvadori (2005, p. 17) corrobora esta afirmação.

da população, aliás só detetável depois de 1650.

Assim, após um período de estagnação e até algum recuo, a população europeia conhece um certo crescimento, nomeadamente a partir da segunda metade de seiscentos.

No século XVII, é desenhada, também, uma linha de transformações que se concretizariam na realização da denominada "revolução intelectual e científica" assim como no impacto dos movimentos burgueses que agitaram países tão importantes como a Holanda e a Inglaterra, e também no desenvolvimento das fórmulas políticas da monarquia absolutista ou de certas formas de capitalismo (Navarro, 2005, p. 4). Neste século assiste-se, pela primeira vez, ao surgimento de governantes do Estado oriundos da burguesia. Conta Navarro (2005, p. 16) que

> Progressivamente e de maneira quase imperceptível, a burguesia – paralelamente ao aumento da sua riqueza – vai ocupando lugares de maior destaque na organização do Estado moderno e, ao mesmo tempo, vai tomando consciência de que o seu poder social é decisivo, entre outras coisas, porque com a sua contribuição económica sustentava toda a máquina e organização política de cada país, que se revelava progressivamente mais complexa. De forma imperceptível, a partir desta classe social ir-se-ão formando as linhas de um pensamento e mesmo de uma acção social que acabariam por se manifestar, de modo claro e decisivo, no período das Luzes e na crise do Antigo Regime.

A denominada "revolução intelectual e científica" do século XVII começara a esboçar-se ainda em finais do século XVI. Diz Navarro (2005, p. 16) que na passagem do século XVI para o século XVII, as novas orientações proporcionadas pelo Renascimento, pela Reforma, pelo capitalismo, etc., tinham já definido uma série de manifestações muito específicas que se aperfeiçoariam ao longo de seiscentos, destacando-se:

> o individualismo, o espírito de iniciativa, a ânsia de investigação, novas inquietações científicas, o requinte progressivo do gosto, o subjectivismo, o criticismo, a ânsia racionalista, etc., as quais, por vezes quase paradoxalmente, se afirmariam paralelamente à consolidação do novo sistema de Estado, a monarquia absoluta, ou, para se ser mais exacto, o absolutismo,

> já que para alguns teóricos o fenómeno do absolutismo não estará necessariamente vinculado à forma monárquica.
> Gradualmente, o convulso mundo das lutas religiosas e das consequências sociais da revolução dos preços conseguiu retomar um fio, uma linha de crescimento estimulada pelo movimento renascentista, e desta forma – depois de serenados os ânimos – foi possível assistir no século XVII a um vertiginoso progresso dos valores definidos pelo Renascimento. (Navarro, 2005, p. 16).

Este progresso, que chegava mais depressa a uns países que a outros, viria a ter repercussões em vários outros fenómenos, alguns deles "transcendentes", como os apelida Navarro (2005, p. 19), referindo, com esta afirmação,

> o triunfo da concepção kepleriana como base de uma moderna sistematização do mundo, o êxito definitivo das ideias de Bacon ou de Galileu relativamente à aplicação do método empírico ao estudo da natureza, o triunfo do racionalismo com Descartes e Espinosa ou as novas linhas de um futuro livre-pensamento (com exemplos como o de Boyle), preludiando o enciclopedismo do século XVII, bem como o maduro desenvolvimento das literaturas e culturas nacionais nos diferentes países ocidentais.

Esta série de progressos conduz, definitivamente, "a uma nova relação com o papel capitalista e burguês que reinava", ao coincidirem "numa afirmação do indivíduo (e dos seus valores concretos e particulares) no contexto da sociedade em que vive", em paralelo "à afirmação da razão como instrumento não só suficiente, mas fundamental, para a compreensão e conhecimento do mundo" (Navarro, 2005, p. 19). Acrescenta o autor que este conhecimento se viria a alimentar da grande revolução intelectual do século e que encontraria uma chave decisiva na obra de Newton, no período de máximo esplendor do absolutismo (Navarro, 2005, p. 19).

Alguns dos nomes da ciência que tiveram destaque neste século XVII foram: Harvey, Malpighi, Bartholin, Rudbeck, Leeuwenhoek, Boyle, Hooke. Alguns destes homens, consagraram toda a sua vida à ciência.

Navarro (2005, p. 69) refere que, também neste século, são criadas algumas academias científicas na Europa, nomeadamente academias dedicadas à biologia:

- 1603 – Roma – Academia del Lincei;
- 1622 – Rostock – SocietasEreunetica;
- 1652 – Viena – Academia NaturaeCuriosorum;
- 1657 – Florença – Academia del Cimento;
- 1660 – Londres – RoyalSociety;
- 1666 – Paris – Académie de Sciences;
- 1697 – Sevilha – Real Academia de Medicina y Cirurgía.

Navarro (2005, p. 84) refere que foi neste século XVII que se desenvolveu o empirismo. De facto, do século XVII ao aparecimento de Kant, os filósofos europeus inscreveram-se em duas grandes correntes: o racionalismo, no qual figuram os pensadores continentais, e o empirismo, representado pelos autores ingleses. Diz Navarro (2005, pp. 94-95) que o racionalismo afirma que o único princípio e fundamento dos conhecimentos verdadeiros é a razão, porque apenas esta produz ideias claras e distintas da realidade, enquanto a experiência não passa do sedimento das sensações ou impressões confusas que o sujeito recebe dos objectos. Assim, o saber constituído com base na razão é necessário, universal e indiscutivelmente certo, enquanto que os dados empíricos caracterizam-se por ser particulares e relativos ao indivíduo que os recebe.

O racionalismo, o empirismo, o experimentalismo, que se desenvolveram paralelamente, e em íntima relação, com o ascenso das forças burguesas na Europa, colocavam em causa todo o quadro mental sobre o qual assentava a predominância das classes aristocráticas, nobreza e clero, na hierarquia social. É inegável o impulso sofrido pela ciência, que se libertou de verdades dogmáticas, concorrendo para o enriquecimento da humanidade e do seu conhecimento dos objectos que a rodeiam (Pereira, 1983, p. 329).

Francis Bacon (1561-1626)[80], Hobbes[81], Bossuet[82], Newton (1642-1727)[83], Descartes (1596-1636)[84], Espinosa[85], Leibnitz (1646-1716)[86], Locke[87], Blaise Pascal (1646-1662) espalharam doutrinas todas elas muito importantes.

As obras de vários destes pensadores foram proibidas em Portugal, pelo que só aqueles que se deslocavam ao estrangeiro podiam entrar em contacto com as novas ideias neles defendidas. A sua difusão em terras lusas fez-se com considerável atraso, o que lhe retirou alguma actualidade, devido ao rápido progresso científico que se fez sentir na Europa do século XVIII (Pereira, 1983, p. 328).

[80] Denunciou a autoridade e propôs o conhecimento da natureza através da experiência.

[81] Teórico inglês do poder absoluto do Estado. Das suas célebres pesquisas no domínio do direito natural deduz que há ente o homem e o animal apenas uma diferença de grau, e não de substância.

[82] Um dos maiores oradores de todos os tempos. Bossuet retoma o ponto de vista de Santo Agostinho: Deus criou o homem para o glorificar e trazer a verdade ao mundo, mas, pelos seus desacordos, a humanidade impediu a realização do plano divino, que queria reuni-la num só Estado e numa só Igreja.

[83] Newton escreveu, entre outras obras, *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, que se abreviou para *Principia*. Aqui, lançam-se as bases matemáticas de vastos sectores das ciências naturais. Expõe de maneira magistral as leis que determinam o movimento.

[84] Descartes nasceu em França e foi um génio da matemática e um grande mestre da sistemática em filosofia. Exerceu, também, influência noutros campos da vida intelectual seiscentista. Entretanto, irá mudar-se para a tolerante Holanda e é lá que publica *Discours de la méthode pour bien conduire sa raison et chercher la vérité dans la science*, ou, simplesmente, *Discours de la Méthode* (*Discurso do Método*). É dele a máxima "penso, logo existo" ("cogito, ergo sum"). Em 1649, faz sair *Tratado das Paixões*, onde apresenta as suas ideias sobre psicologia. O cartesianismo (de Descartes) foi uma pedrada no charco do ancilosado sistema filosófico vigente nos meios intelectuais e académicos. Substituiu a doutrina de Aristóteles por uma nova doutrina universal, baseada na razão e na evidência (Duroselle, 1990, p. 232). A sua importância na história do pensamento filosófico é enorme (Pereira, 1983, p. 328).

[85] Espinosa nasceu em Amesterdão. Tal como Descartes, construiu um sistema filosófico que tinha por base as matemáticas. Escreveu vários tratados.

[86] Leibniz nasceu na Alemanha. Foi o primeiro filósofo moderno deste país. Em 1663, apresenta a sua tese *Sobre o Princípio Individual* e, em 1666-1667 a sua tese doutoral *De Casibus Perplexis in Jure*. Escreve, ainda, em 1670, Teoria do movimento abstracto e do movimento concreto.

[87] Locke é considerado o principal representante do empirismo britânico. Escreveu o Ensaio acerca do *Entendimento Humano.*

Também na literatura o século XVII apresenta grandes nomes[88] Durossele (1990, p. 226) afirma, sobre a literatura europeia seiscentista que "depois do século do Renascimento e antes do século das Luzes, o século XVII surge, primeiro, como uma época fulgurante para o espírito humano, pelo menos nos domínios literário e artístico". A Inglaterra deu a conhecer ao mundo John Milton, escritor que redigiu, entre outras obras, *Areopagitica*, onde defendeu a liberdade de imprensa. Grimberg (1968a, p. 232) apelida-o de "Dante do século XVII", uma vez que, como o grande florentino, tomou parte, com paixão, nas lutas políticas e religiosas da sua época. Milton pôs ao serviço do puritanismo militante uma pena acerada e de largos conhecimentos. O poeta sentia um ódio feroz pela opressão, sob todas as suas formas.

Com a restauração da monarquia, foi obrigado a alguma contenção e, a partir dessa altura, dedicou-se mais à escrita não consagrada a temas políticos. É desta fase da sua vida a obra *Paradise Lost (Pecado Original),* 1967, uma grande epopeia cósmica sobre o pecado original.

Outro grande escritor inglês foi John Bunyan, autor de *The Pilgrim´s Progress,* segundo Grimberg (1968a, p. 238), uma espécie de bíblia do sectarismo inglês, que conseguiu ensinar e apoiar pessoas nem estado de angústia espiritual.

A outra grande potência do século XVII, a França, também deu a conhecer ao mundo excelentes escritores. Grinberg (1968b, p. 40) afirma mesmo que

> Os grandes escritores que fizeram da época do Rei-Sol o período glorioso da literatura francesa contribuíram em larga medida para a expansão do gosto francês pelo mundo. Luís XIV amava as letras e as artes, protegia os artistas e os poetas (sobretudo os dramaturgos e os historiadores) e concedia-lhes generosas pensões.

[88] Duroselle (1990, pp. 226-228) enumera os seguintes autores e algumas obras, por países: França – 1637 - *Cid*, de Corneille e *Discurso do Método*, de Descartes; outros autores: Pascal, Molière, Bossuet, Racine, La Fontaine, LaBruyère. Inglaterra: John Milton, John Bunyan; *Leviata*, de Thomas Hobbes e *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, de John Locke. Alemanha – *Simplicius Simplicissimus* - Grimmelshausen – 1669. Espanha – Miguel de Cervantes y Saavedra, com D. Quixote de la Mancha; outros escritores: Lope de Veja, Tirso de Molina, Calderón. Províncias Unidas – P. C. Hooft.

Nomes como os de Blaise Pascal (*Augustinus, Cartas Provinciais* – escreveu várias), François de La Rochefoucauld (*Máximas*), Jean de La Fontaine (*Contos, Fábulas – Fábulas Escolhidas Postas em Verso* pelo Sr. de La Fontaine), Nicolas Boileau (fundador da crítica literária em França – *Arte Poética,* Sátiras), Pierre Corneille (*Cid* – tragédia, *Rodogune*, *O Mentiroso* – comédia, *Cina, Horácio, Polieucto*), Jean-Baptiste Molière (*Preciosas Ridículas, Escola de Mulheres, Tartufo, O Misantropo, O Avarento, George Dandi, Monsieur de Pourceaugnac, O Doente Imaginário, O Médico à Força*), ou Jean Racine (*Andrómaca, Os Litigantes, Britânico, Berenice, Ester, Atalia)* fizeram parte deste período glorioso. Também Francis Bacon, pensador e filósofo, e escritor de *Novum Organum,* é do século XVII.

Na arte, assiste-se, no século XVII, ao despertar do barroco, sendo Itália o país onde ele se expressou com mais intensidade, nomeadamente nos trabalho de Borromini (1599-1667) e de Bernini (1598-1680) (Duroselle, 1990, p. 226). Segundo Grimberg (1968b, pp. 36-37), a arte barroca caracteriza-se por

> uma vitalidade transbordante que se exprime primeiro pelo *phatos*, a tensão dramática. As formas de expressão artísticas têm então algo de convulsivo; procuram um êxtase que degenera facilmente em afectação e, por fim, condensam-se em requintes artísticos que dão ao estilo aquela qualidade a que os historiadores de arte chamam *maneirismo*. A ornamentação torna-se tão rica que causa uma impressão de excesso e de afectação.
> [O barroco] tem mil faces, muda segundo a personalidade de cada artista, tem o selo da sua nacionalidade e da sua filosofia.

Alguns dos nomes em destaque na arte seiscentista foram os de El Greco, Murillo e Velásquez, Rubens e Rembrandt (pintura). Algumas criações barrocas foram a Praça de São Pedro, a escadaria da Praça de Espanha e a escadaria de Santa Inês, em Roma; o Palácio de Wurzburg e o Zwinger, de Dresda; igreja jesuíta de Jesús de Roma, do arquitecto Vignola; Igreja de Santo Inácio, do arquitecto Grassio.

No século XVII, a economia europeia também, conheceu algumas mudanças e algum desenvolvimento. Segundo Castro (1983, pp. 196-197), aquilo que caracteriza a economia europeia do primeiro quartel do século

XVII até ao período semelhante do século seguinte,

> reside numa adaptação das estruturas económico-sociais às novas relações capitalistas de marca comercial que durante o século de quinhentos se haviam imposto como dominantes, com os desajustamentos resultantes da existência de aspectos que não correspondiam às novas necessidades.

O autor refere a existência de um fenómeno de regressão geral na economia europeia, chegando mesmo a falar de "crise do século XVII", admitindo, porém, que este conceito de crise pode revelar-se muito ambíguo e pode designar fenómenos muito diferentes (Castro, 1983, p. 197). Salvadori (2005, p. 17) também admite este conceito ao reconhecer que "a partir da conjuntura negativa de 1619-1622, se interrompeu o longo ciclo do crescimento do século anterior em muitas áreas da Europa".

Após a época de ouro de Portugal e Espanha com os descobrimentos, o século XVII dá a conhecer novas potências económicas europeias. Castro (1983, p. 197) refere que os Países Baixos assumem um dos lugares de destaque, vindo mais tarde a ser substituídos pela Inglaterra,

> cuja função de substituição nessa dominância se começa a manifestar nos dois últimos decénios do século de seiscentos, com a concomitante decadência da primazia holandesa, ao mesmo tempo que avançam outras potências, a França, a Suécia, a Polónia (ao menos pela sua função no comércio mundial, sobretudo de cereais); mas isto tem uma contrapartida no declínio vertical doutros países, entre os quais a Espanha antes de qualquer outro, Portugal e mesmo, nos limites do seu espaço nacional, a Itália.

Diz Valladares (2006, p. 167) que a Inglaterra vinha a conhecer grandes progressos desde o início do século XVII, sobretudo no Mediterrâneo, e, em meados do século XVII, a sua actividade comercial tinha atingido o máximo do seu desenvolvimento dentro dos rígidos limites das companhias de monopólio. O autor refere que

> a acumulação de capital, a diversificação das áreas de penetração e o desenvolvimento das colónias eram factores que reclamavam uma mudança de rumo que permitisse aos ingleses manter a sua pujança económica (…). (Valladares, 2006, p. 167).

Estas novas potências que se afirmam no comércio intercontinental, para além de virem questionar o predomínio ibérico que havia sido alcançado nos séculos XV e XVI, vêm, segundo Costa *et al.* (2011, p. 143), proporcionar a emergência de centros financeiros, industriais e comerciais no Noroeste da Europa. Os autores acrescentam que esta transferência de centros económicos não foi indiferente às disputas políticas e militares dos Habsburgos espanhóis e austríacos contra as novas potências marítimas, levando a que a história política e militar se cruze com a alteração da geografia económica (Costa *et al.*, 2011, p. 143).

Em termos práticos, aquilo a que se assiste, por volta de 1620, é ao surgimento de algumas dificuldades no que ao comércio diz respeito. Algumas destas dificuldades manifestaram-se na produção agrícola (nomeadamente, na produção de cereais), que vai conhecer uma regressão, fruto dos conflitos já referidos e também de um ciclo de arrefecimento que ocorrera em finais do século XVI (Salvadori, 2005, p. 17). Castro (1983, p. 198) refere que se vai assistir a

> importantes deslocações da estrutura e da geografia industrial do continente, emergindo a têxtil de lanifícios, do algodão (…), de meias, intensifica-se o consumo de tecidos antes de luxo; os seus centros principais deslocam-se nomeadamente para a Inglaterra, progride a indústria de refinação de açúcar, sob o acicate dum enorme aumento da procura, expande-se a manufactura do tabaco, desloca-se e avança a construção naval.

De facto, o comércio internacional conhece um intervalo na sua expansão, o que, segundo Castro (1983, p. 198), não é o mesmo que recuo. Paralelamente a estas deslocações e transformações, vão crescer as necessidades dos estados, que nem com uma intensificação da carga fiscal consegue cobrir as suas necessidades, necessidades estas que, de acordo com Castro (1983, p. 198), se prendiam essencialmente com despesas de guerra que, nesta época, avassalavam a Europa.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a Guerra Civil Inglesa, A Guerra da Restauração (1640-1668), a revolta da Catalunha, a guerra da independência dos Países Baixos do Norte e outros tantos conflitos de âmbito mais local, que implicavam manutenção de trocas e armamento, tiveram grande influência na economia dos respectivos estados

envolvidos, nomeadamente no aumento das despesas com a defesa (Costa *et al.*, 2011, p. 144) relacionam esta monopolização pelo poder central de certas funções públicas, como a defesa, com o advento de um modelo de Estado fiscal, por distinção com o Estado patrimonial financiado por bens próprios das Coroas.

Também a navegação marítima, grande força motriz do impulso capitalista, conheceu neste século, diversos avanços técnicos e uma melhoria na regularidade dos serviços. Explica Navarro (2005, p. 5) que "além dos desenvolvimentos do tráfico marítimo, registaram-se também melhorias consideráveis nas comunicações fluviais através da construção de canais, represas e diques, que alargaram a possibilidade de aproveitamento dos rios para a navegação.".

Ainda neste século, ganham expressão, aperfeiçoam-se e desenvolvem-se certas formas de realização capitalista. Logo no início da centúria, são fundadas duas poderosas companhias comerciais: a Companhia Inglesa das Índias Orientais e a Companhia Holandesa das Índias Orientais. Pela mesma altura, funda-se o Banco de Inglaterra, segundo Navarro (2005, p. 7), "um tipo de instituição constitutivo do centro directivo das finanças mundiais até praticamente à época actual" e, anos depois, nas Províncias Unidas, o Banco de Amesterdão. Refere Navarro (2005, p. 10) que, apesar do impulso inglês, serão os Holandeses a estabelecer as pautas do desenvolvimento capitalista e financeiro e do auge capitalista do século XVII.

Ao longo do século XVII, outros países além da Inglaterra e da Holanda criaram companhias comerciais e desenvolveram as suas actividades de tipo capitalista, sendo que, em finais do século XVII, existiam mais de 135 companhias comerciais (Navarro, 2005, p. 16).

No que à cultura diz respeito, no século XVII, como já fora no XVI, as obras que versavam sobre assuntos religiosos e temas políticos eram as mais lidas. Assim, não foi de estranhar que escritores ou filósofos como Lutero, Calvino, Maquievel, Bodin, Hobbes ou Grotius tivessem tido larga influência nas elites letradas da época, "cuja absorção pelos estadistas influiria sobremaneira na forma de encarar o quotidiano, sentir a sociedade, fazer política e olhar o mundo." (Lousada, 2012, p. 41).

Em alguns países europeus, as transformações culturais e artísticas foram mais intensas que noutros. Em Espanha, o seiscentismo é também, tal como nas letras, um período de grande vitalidade em matéria de criação plástica (Pereira, 1983, p. 327). Cláudio Coelho, pintor espanhol, filho de pai português (o bronzista Francisco Coelho), por exemplo, distinguiu-se pela sua capacidade de retratista e pelo tratamento delicado das indumentárias. O quadro *Carlos II Adorando a Sagrada Família* é uma das suas obras.

Bibliografia

Azevedo, J. Lúcio de (1933). Organização económica. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal*. Volume V. Barcelos, Portucalense Editora, Lda., pp. 287-316.

Barata, Fernando (1983). A arte em Portugal da Restauração ao iluminismo. In: Saraiva, José Bourdon, Albert-Alain. (1973). *História de Portugal.* Coimbra, Livraria Almedina.

Boxer, Charles (1977). *O Império Colonial Português*. Lisboa, Edições 70.

Castro, Armando de (1983a). A dinâmica económica portuguesa de meados do século XVII a meados do século XVIII. In: Saraiva, José Hermano (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, pp. 195-216.

Castro, Armando de (1983b). O sistema de relações económicas Portugal – ultramar – Europa até ao último quartel do século XVIII. In: Saraiva, José Hermano (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa, pp. 217-238.

Cidade, Hernâni (1934). Cultura. Capítulo II – Literatura: a) o seiscentismo. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 449-467.

Cortesão, Jaime (1933). Domínio ultramarino. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal*. Volume V. Barcelos, Portucalense Editora, Lda., pp. 317-462.

Cortesão, Jaime (1934). Domínio Ultramarino. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal.* Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 637-760.

Costa, Fernando Dores (2004). *A Guerra da Restauração1641-1668.* Lisboa. Livros Horizonte.

Costa, Leonor Freire; Lains, Pedro e Miranda, Susana Münch (2011). *História económica de Portugal*. 1143-2010. Lisboa, A Esfera dos Livros.

Cruz, António (1983). As classes e os problemas da sociedade portuguesa. In: Saraiva, José Duroselle, Jean-Baptiste (1990). *História da Europa.* Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Godinho, Vitorino Magalhães (1978). Portugal, as frotas do ouro e as frotas do açúcar (1670-1770). In: *Ensaios II – Sobre a História de Portugal.* 2.ª Edição. Lisboa, Sá da Costa, pp. 423-448.

Gouveia, António Camões (1993). A arquitectura dos poderes. Estratégias de interiorização da disciplina. In: Mattoso, José. (dir.). (1993). *História de Portugal.* Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807). (coord. Hespanha, António Manuel). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 415-449.

Grimberg, Carl (1968a). *História Universal.* Décimo primeiro volume. As lutas europeias nos séculos XVI-XVII. A mentalidade científica. Lisboa, Publicações Europa-América.

Grimberg, Carl (1968b). *História Universal.* Décimo segundo volume. No século de Luís XIV. Lisboa, Publicações Europa-América.

Hespanha, António Manuel (1993a). A arquitectura dos poderes. A Igreja (O poder eclesiástico. Aspectos institucionais). In: Mattoso, José. (dir.). (1993). *História de Portugal.* Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807). (coord. Hespanha, António Manuel). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 287-290.

Hespanha, António Manuel (1993b). A arquitectura dos poderes. Os poderes do centro (A Fazenda). In: Mattoso, José. (dir.). (1993). *História de Portugal.* Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807). (coord. Hespanha, António Manuel). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 203-239.

Labourdette, Jean-François (2001). *História de Portugal.* Lisboa, Publicações D. Quixote.

Lacerda, Aarão de (1934a). Cultura – Capítulo V – Arte: a) Arquitectura. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal.* Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 549-600.

Lacerda, Aarão de (1934b). Cultura. Capítulo VI – Arte: b) Escultura, pintura e artes decorativas. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 601-624.

Lousada, Abílio Pires (2012). *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII.* Lisboa, Fronteira do Caos Editores, Lda.

Macedo, Newton de (1934). Capítulo I – Cultura. A renovação das ideias e das instituições de cultura. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portuga*l. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 421-448.

Magro, Francisco António Mendes (1983). História monetária do período de 1640 a 1820. In: Saraiva, José Hermano (dir.). *História de Portugal.* Lisboa, Publicações Alfa, pp. 273-304.

Mattoso, José (dir.) (1998). *História de Portugal.* Lisboa, Editorial Estampa.

Mattoso, José (dir.) (1993). *História de Portugal.* Quarto volume. O Antigo Regime (1620-1807). (coord. Hespanha, António Manuel). Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores.

Navarro, Francesc (dir.), Pérez, Alicia e Vidal, Marta (coord.) (2005). *História Universal*. Volume 15. As Mudanças da Idade Moderna. Lisboa, Edi-

torial Salvat.

Salvadori, Massimo L. (coord.) (2005). *História Universal. O Século XVII: A era do Absolutismo. A Rússia de Pedro, o Grande.* Volume 9. Lisboa, Planeta DeAgostiniSpA.

Nogueira, J. A (1983). As instituições e o direito. In: Saraiva, José Hermano (dir.). *História de Portugal.* Lisboa, Publicações Alfa, pp. 369-378.

Oliveira Marques, A. H (1973). *História de Portugal*. Das Origens às Revoluções Liberais. Volume I. Lisboa, Edições Ágora.

Pereira, José Costa (1983). Vectores culturais portugueses de Seiscentos e Setecentos. In: Saraiva, José Hermano (dir.). *História de Portugal.* Lisboa, Publicações Alfa, pp. 323-368.

Peres, Damião (ed.) (1938). *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, vol. I (1662-1669). Porto, Companhia Editora do Minho Barcelos.

Peres, Damião (1934a). História Política. Capítulo I – A Restauração: partidários e adversários. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal.* Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 9-22.

Peres, Damião (1934b). História Política. Capítulo VII – Os primeiros nãos do governo de D. Pedro. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 119.

Peres, Damião (1934c). Organização económica. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal*. Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 363-418.

Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério (1933). *História de Portugal.* Volume V. Barcelos, Portucalense Editora, Lda.

Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério (1934). *História de Portugal.* Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda.

Pina, Luiz de (1934). Cultura. Capítulo IV – Ciência. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. História de Portugal. Volume VI. Barcelos, Portuca-

lense Editora, Lda, pp. 493-548.

Ramos, Rui (coord.) *et al.* (2009). História de Portugal. Lisboa, A Esfera dos Livros.

Ribeiro, Ângelo (1933). Assistência e Cultura. Capítulo I – Assistência (1557-1640). In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal*. Volume V. Barcelos, Portucalense Editora, Lda., pp. 465-474.

Ribeiro, Ângelo (1934a). Cultura. Capítulo VII – Assistência. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal.* Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 625-636.

Ribeiro, Ângelo (1934b). História Política. Capítulo II – A actividade diplomática da Restauração. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. (1934). *História de Portugal.* Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, p. 23-40.

Ribeiro, Ângelo (1934c). História Política. Capítulo VI – A deposição de D. Afonso VI. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal.* Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 101-118.

Ribeiro, Ângelo (1934d). História política. Capítulo V – A organização da vitória. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal.* Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 77-100.

Ribeiro, Ângelo (1934e). História Política. Capítulo IV – De Montijo à morte de D. João IV. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal.* Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 60-76.

Ribeiro, Ângelo (1934f). História Política. Capítulo III – Guerra da Restauração: os primeiros anos. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal.* Volume VI. Barcelos, Portucalense Editora, Lda, pp. 41-59.

Rodrigues, António Simões (dir.) (1996). *História Comparada. Portugal. Europa e Mundo. Uma visão cronológica.* Lisboa, Círculo de Leitores.

Salvadori, Massimo L. (coord.) (2005). *História Universal. O Século XVII: A Era do Absolutismo. A Rússia de Pedro, o Grande.* Volume 9.

Lisboa, Planeta DeAgostiniSpA.

Saraiva, José Hermano (dir.) (1983). *História de Portugal*. Lisboa, Publicações Alfa.

Saraiva, José Hermano (1983). Portugal restaurado. In: Saraiva, José Hermano (dir.). *História de Portugal.* Lisboa, Publicações Alfa, pp. 19-54.

Serrão, José Vicente (1993). O ambiente dos poderes – O quadro económico. In: Mattoso, José. (dir.). (1993). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). (*coord. Hespanha, António Manuel*). Quarto volume. Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 71-117.

Serrão, José Vicente (1993). O ambiente dos poderes – O quadro humano. In: Mattoso, José. (dir.). (1993). *História de Portugal.* O Antigo Regime (1620-1807). (*coord. Hespanha, António Manuel*). Quarto volume. Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 49-69.

Silva, Ana Cristina Nogueira da e Hespanha, António Manuel (1993). O ambiente dos poderes – A identidade portuguesa. In: Mattoso, José. (dir.). (1993). *História de Portugal.* O Antigo Regime (1620-1807). *(coord. Hespanha, António Manuel*). Quarto volume. Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 19-37.

Sousa, António Caetano de (1735-1748). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* T. I a XII. Lisboa, Régia Oficina Sylviana e da Academia Real.

Subtil, José (1993). A arquitectura dos poderes. Os poderes do centro (Governo e administração). In: Mattoso, José. (dir.). (1993). *História de Portugal.* O Antigo Regime (1620-1807). (*coord. Hespanha, António Manuel*). Quarto volume. Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 157-193.

Valladares, Rafael (2006). *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração 1640-1680*. Lisboa, A Esfera dos Livros.

Veloso, J. M. de Queiroz (1933). História Política. In: Peres, Damião e Cerdeira, Eleutério. *História de Portugal*. Volume V. Barcelos, Portuca-

lense Editora, Lda., pp. 7-287.

Veríssimo Serrão, Joaquim (1983). A Guerra da Restauração. In: Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal.* Lisboa, Publicações Alfa, pp. 3-18.

Xavier, Ângela Barreto e Hespanha, António Manuel (1993a). A arquitectura dos poderes. A representação da sociedade e do Poder. In: Mattoso, José. (dir.). (1993). *História de Portugal.* O Antigo Regime (1620-1807). (*coord. Hespanha, António Manuel*). Quarto volume. Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 121-155.

Xavier, Ângela Barreto e Hespanha, António Manuel (1993b). A arquitectura dos poderes. As redes clientelares. In: Mattoso, José. (dir.). (1993). *História de Portugal.* O Antigo Regime (1620-1807). (*coord. Hespanha, António Manuel*). Quarto volume. Lisboa, Circulo de Leitores, Lda e Autores, pp. 381-413.

CAPÍTULO 2

Jornalismo e cultura impressa na segunda metade do século XVII

Jorge Pedro Sousa[1] *(coolaboração de Eduardo Zilles Borba*[2])

O surgimento do periodismo, enquanto atividade empresarial permanente de comunicação social de informações e opiniões, não surgiu desinserido de um contexto. Não será, pois, despiciendo afirmar que para se entenderem os jornais e os seus discursos é preciso, primeiro, entender o contexto em que despontaram. Esse contexto foi o do cruzamento entre o Renascimento e a Idade Moderna, esta caracterizada pelo Iluminismo – a Idade da Razão. No dizer de Jesus Timoteo Álvarez (2004, p. 31), essa ocorrência tornou o jornalismo uma atividade social permanentemente aberta à inovação:

> Talvez por ser um produto do Renascimento, o jornalismo está intimamente ligado à inovação. Somente sobrevive nas fronteiras do desenvolvimento e adaptando-se às melhores possibilidades de organização de cada momento. A razão está em que se trata (…) de um produto intangível (informação) pouco fácil de vender e que, portanto, somente pode evoluir nas melhores condições de eficácia, de custo económico e de rentabilidade nos

[1] Professor Catedrático de Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e investigador do Centro de Investigação Media e Jornalismo (Lisboa, Portugal). Email: jorgepedrosousa@gmail.com

[2] Doutorando e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal). Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Licenciado em Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio do Sinos (São Leopoldo, Brasil). Email: ezillesborba@gmail.com

> três espaços que lhe são próprios: o político, o económico e o social. A história do jornalismo é, assim, a história de uma adaptação às inovações de cada momento nos campos da tecnologia, da produção, da distribuição, da venda e do entendimento do mercado.

Três aspetos deverão, consequentemente, ser considerados para a caracterização do contexto de transição do Renascimento para a Modernidade em que o jornalismo ganhou condições para surgir: sociedade e política; infra-estrutura material; e ambiente cultural.

Desde logo, falar-se de Renascimento implica compreenderem-se as circunstâncias sociais e materiais que o alicerçaram. A principal questão a considerar talvez seja a seguinte: Qual foi a estrutura social e material que permitiu o surgimento do movimento renascentista num espaço específico – a Itália? Dietrich Schwanitz (2004, pp. 98-99) responde:

> Porque é este o primeiro sítio onde o feudalismo é substituído pela economia monetária, com o resultado: em vez de se tornar um reino feudal, ela converte-se numa colectânea de cidades-Estado. De onde vem o dinheiro?
> – Através de Itália conduzem as rotas comerciais para o Oriente. O capital que daí advém também alimenta os ramos industriais do artesanato e da indústria têxtil e dá origem a uma burguesia influente.
> – As contribuições eclesiásticas da Europa cristã jorram num fluxo imparável para Roma (…).
> – Devido a esta explosão da economia monetária, a Itália torna-se também o berço das operações bancárias e financeiras (…).

O Renascimento refere-se à redescoberta da cultura greco-romana clássica pelos italianos. Não por acaso. A cultura helénica fundou, em grande medida, a cultura romana. Ora, Roma fica em Itália. Parece pouco mas não é. O Império Romano – e depois o Império Romano do Ocidente – teve sempre a sua sede em Itália. Portanto, nada mais natural do que a sua memória se encontrar mais enraizada no território a partir do qual se expandiu.

Um dos princípios centrais do Renascimento foi o da formação de um *novo homem* que possuísse um conhecimento sólido, estruturado e satisfatório, mas geral (Van Doren, 2007, p. 174). Deve registar-se, no

entanto, que essa pretensão de se adquirir, com *esforço pessoal,* um conhecimento geral e universal já se encontrava, justamente, nos escritos dos antigos filósofos gregos. Neste sentido, também o Renascimento reconheceu a autoridade filosófica dos antigos mestres. Aristóteles (1952, pp. 3-158), nomeadamente, escreveu no seu tratado *Sobre as Partes dos Animais* que para uma pessoa ser considerada instruída deveria dominar os diversos ramos do conhecimento. Se bem que, com o tempo, por causa da sua impossibilidade prática, essa ambição renascentista de formação do homem de conhecimento universal tenha sido abandonada em favor da especialização do conhecimento, durante largos anos subsistiu na escola e mesmo na Universidade, animada por modelos como o de Leonardo da Vinci, o homem que talvez melhor simbolize os ideais renascentistas. Um estudante, até, pelo menos, ao século XIX, precisava, assim, de estudar as sete artes gerais (Gramática, Retórica, Lógica, Aritmética, Geometria, Astronomia e Música) que eram tidas por *artes liberais*, no sentido de serem *libertadoras*, "isto é, libertavam o seu possuidor da ignorância que limitava a pessoa iletrada" (Van Doren, 2007, p. 182).

O ideal do Renascimento foi também um humanismo. Um humanismo que, por um lado, acompanhou a revolução coperniciana que abandonou a concepção heliocêntrica e teocêntrica do universo por uma concepção geocêntrica e homocêntrica – o homem tornou-se centro e medida das coisas; e um humanismo que, por outro lado, propôs a redescoberta – e mesmo a cópia – dos clássicos gregos e latinos, temperada, porém, com o reconhecimento da importância das línguas nacionais como línguas de expressão literária e, sobretudo, com o reconhecimento da importância dos temas populares (Van Doren, 2007, pp. 167-185).

Graças ao enriquecimento dos países europeus e ao espírito capitalista, muito associado à livre iniciativa, ao risco e à inovação, a própria cultura sofreu uma evolução significativa entre os séculos XV e XVIII, tendo contribuído para a erosão da esfera pública feudal:

> A cultura foi transformada de algo que era representacional numa mercadoria que podia ser desejada para benefício individual. A industrialização da cultura começou. Quantos mais objetos artísticos eram produzidos para o mercado, mais escapavam do controlo dos anteriores patronos das artes – a corte, a igreja e os nobres. E quanto mais se tornavam acessíveis a

> todos, mais perdiam a sua aura, o seu caráter sacramental. (…) Um dos sinais desta conjuntura (…) residiu na substituição dos patronos aristocratas pelos editores livreiros que assumiam o papel de agentes comerciais. (Blanning, 2002, p. 9)

Nessa época, Descartes tornou a ciência preocupada com o mundo *material*. É a Descartes que se deve a invenção de um método para lidar eficazmente com o mundo material e o consequente abandono da centralidade da teologia na árvore do conhecimento, em favor da centralidade da matemática.

> (…) a teologia lida com um mundo imaterial onde os matemáticos não podem entrar. Esta é a principal característica da teologia que atraiu o interesse apaixonado dos melhores pensadores ao longo de mil anos. Agora, de repente, deixava de ser atraente. O mundo do imaterial, antes extremamente interessante, perdia, de súbito, todo o interesse. É uma das mais radicais mudanças na história do pensamento. (Van Doren, 2007, p. 254)

As transformações trazidas pelo Renascimento, alargadas, gradualmente, de Itália para toda a Europa, reflectiram-se na organização política de vários países europeus. Por um lado, há a considerar o caso particular dos Países Baixos, que se declararam independentes em 1581, arrancando a ferro e fogo ao império espanhol e aos Habsburgos a sua liberdade, confirmada pela Paz de Vestefália, em 1648, no desfecho da Guerra dos Trinta Anos.

> A Holanda (…) entretanto tinha conquistado o domínio dos mares, o monopólio dos transportes marítimos, tinha ocupado algumas colónias portuguesas (…), tinha retirado aos espanhóis os galeões da prata. Em resumo, tinha monopolizado todo o comércio mundial e tinha transferido o centro de operações bancárias de Antuérpia para Amesterdão. E como sempre, atrás do poder financeiro veio o florescimento da cultura (…).
> Com a liberdade de comércio, chegaram à Holanda a liberdade de pensamento, a ciência, a cultura do livro e a tolerância. Na Holanda passaram a refugiar-se os perseguidos da Europa, os eruditos, os intelectuais e os criativos. E Amesterdão tornou-se a nova Jerusalém dos judeus, que ali podiam praticar a sua fé sem que ninguém os perturbasse. (Schwanitz, 2004, p. 127)

Para Portugal e Espanha, unidos sob o mesmo ceptro desde 1580, a ascensão da Holanda e, seguidamente, de outra grande potência marítima, a Inglaterra, determinou o declínio de ambos os países. Para Portugal, em particular, esse foi um duro golpe. Vendo os portos portugueses fechados ao comércio, por determinação do rei Filipe I (Filipe II de Espanha), os holandeses lançaram-se eles próprios ao mar, conquistando territórios portugueses e aniquilando o domínio português sobre as rotas comerciais com África, com o Oriente e com o Brasil; por outro lado, foi a Holanda a receber um grande número de judeus portugueses, que, por causa da intolerância religiosa ibérica, transferiram para Amesterdão a sua base de operações, o seu *know-how*, os seus contactos, o seu capital, a sua capacidade de assumir riscos e de tomar a iniciativa.

Um outro fator a ter em linha de conta para se compreender historicamente o século XVII é a concentração do poder régio. Se bem que países como a Holanda, desde a sua fundação, e a Inglaterra, a partir de 1688, tivessem seguido outro caminho, foi, em grande medida, o absolutismo a permitir o desenvolvimento do estado-nação, isto é, do estado fundado na nação, numa espécie de "fusão entre cultura e política" (Gellner, 1983, p. 13) que haveria de fundamentar – identitariamente – as várias ideias de *nacionalidade* e *nacionalismo*. Nicolau Maquiavel (1994), n'*O Príncipe,* obra de 1513 publicada postumamente, em 1532, já tinha apontado nessa direção, ao preconizar a "razão de estado" e a autoridade suprema do estado, livre de considerações religiosas e morais, num mundo caraterizado pela anarquia das relações internacionais e pela guerra. Para Maquiavel, é no poder e na força que os estados vão encontrar a base que lhes permite atingir os seus objetivos. Consequentemente, para esse pensador, deve ser preocupação dos governantes garantir a prosperidade dos estados, pois só a prosperidade lhes confere força e poder.

> Se o século XV pertenceu à Itália, o século XVI foi o das outras nações da Europa: Alemanha, Espanha, Inglaterra e França. É que chegou a hora destas se formarem e de construírem, com a excepção da Alemanha, um estado como seu lar.
> Se o Renascimento era o prólogo, no século XVI é que se iniciou o verdadeiro drama da Modernidade (…). Os seus traços fundamentais são (…)

> a expansão da economia monetária e a ascensão da burguesia, que enfraquecem a posição da velha nobreza feudal. Sobretudo, ela perde independência militar. Assumindo o papel de árbitro entre as duas classes, o rei logra impor o seu monopólio do recurso à violência contra a nobreza e concentrar todo o poder na sua corte. Já que se trata de um poder ilimitado, também se lhe chama absolutismo (…).
> Para os países afectados, isso constituiu (…) uma bênção. Antes de mais, o absolutismo põe termo às eternas guerras civis e rixas entre nobres, assegura a paz interna e cria assim as condições para o florescimento da economia e da cultura. Ele unifica os países, desperta sentimentos de comunidade nacional e cria mercados maiores para o desenvolvimento da economia nacional. (Schwanitz, 2004, pp. 108-109)

Uma das consequências da concentração do poder régio foi a transferência da sede do poder para a corte, originando o desenvolvimento de uma cultura cortesã:

> No século XVI, assistimos ao desenvolvimento em direcção ao estado-nação moderno. O estado feudal, baseado em vínculos pessoais, converte-se num Estado territorial em que apenas o príncipe detém o monopólio da violência. O poder concentra-se na sua corte. Se os nobres quiserem continuar a ter o seu quinhão de poder, têm de abandonar os seus castelos e ir para a corte para aí arrebatarem uma função dotada de influência ou de receitas lucrativas. Tal apenas se consegue ganhando a simpatia do monarca ou causando boa impressão. Pelo caminho tem-se de competir com muitos concorrentes, visto todos quererem o mesmo. Só se tem uma hipótese juntando-se a uma camarilha cortesã com vista à obtenção das informações necessárias. Neste processo, os nobres (…) vêem-se pela primeira vez confrontados com a necessidade de terem em conta os interesses e as necessidades de gente ainda mais poderosa e bem colocada do que eles próprios. Isso constitui um fator civilizador (…): a corte construía uma nova estrutura comportamental que era caracterizada por boas maneiras, autocontrolo, dissimulação, intrigas, hipocrisia e auto-encenação. Assim, a corte tornou-se um palco em que eram premiadas as virtudes do ator. (…) Esse teatro de estado era regulamentado por uma elaborada etiqueta [que] (…) ao estabelecer uma hierarquia entre os favores do rei, mantinha viva a concorrência entre os cortesãos. E enquanto estes competiam uns com os outros, o poder do monarca estava a salvo (…) e, assim, aprendem

a fazer política. (Schwanitz, 2004, pp. 112-113)

As transformações na vida política e social originaram aquilo que Jürgen Habermas (1989) designa por uma mudança na esfera pública, assim caraterizada por Melton (2001, p. 5):

> À medida que os estados territoriais consolidavam a sua autoridade durante o período inicial da Modernidade, absorveram muitas das funções políticas previamente exercidas como direito de senhorio por nobres, eclesiásticos e mesmo por corporações urbanas. Estes poderes concentravam-se agora nas mãos de um estado soberano (…). Esta consolidação da autoridade do estado foi mais visível nos regimes absolutistas (…). A pompa e grandeza da corte absolutista procuraram destacar a distância entre o soberano e os súbditos e focar a atenção no primeiro enquanto corporizador da autoridade *pública*. Mas as cerimónias da corte não tinham significado sem uma audiência para as observar, pelo que a demanda da autoridade pública pela monarquia absoluta pressupôs um corpo *privado* de súbditos sujeitos ao poder régio. Ao fazer do estado o *locus* do poder soberano, o absolutismo também criou a *sociedade* como uma esfera privada distinta dele. Foi nesta esfera privada que a forma moderna da "sociedade civil" teve o seu embrião e é a partir dela que a esfera pública burguesa emergiu.

Inglaterra, porém, seguiu um caminho político diferente daquele que foi genericamente seguido na Europa continental, incluindo nas monarquias ibéricas, mas com o seu expoente máximo na França. Se os primeiros decénios do século XVII foram caracterizados pela tentativa de centralização do poder pelo rei e pela cultura cortesã, a guerra civil iniciada, em 1642, entre o rei católico Carlos I, apoiado pela aristocracia, e o parlamento, dominado por protestantes burgueses (comerciantes, artesãos…), terminou, em 1649, com a decapitação do monarca. Foi a primeira vez que na história mundial um soberano morreu na sequência de uma revolução, cenário que se repetiria em França, no século XVIII, e na Rússia, já no século XX. A Inglaterra, algo inspirada pelo modelo holandês, tornou-se, então, uma república – a *Commonwealth*. Dominada pelo ditador Oliver Cromwell, que, apoiado pelo exército, assumiu o título de Lorde Protector, essa república durou apenas dez anos, tendo sido caraterizada pelo crescente antagonismo entre um parlamento moderado e o radicalismo purita-

no dos militares.

> Apesar de tudo, a *Commonwealth* deixou marcas profundas. Primeiro, a experiência de que também se pode viver sem rei. Essa foi uma experiência primordial de democracia. De repente, enquadrada em comissões, milícias e associações, muita gente colaborou na administração e adquiriu experiência política. (Schwanitz, 2004, pp. 141-142)

A centralização do poder no parlamento, em vez de o ser na figura de um rei, instituiu em Inglaterra não uma cultura política assinalada pela vida na corte e pela cultura cortesã, mas sim uma cultura política caracterizada pela cultura parlamentar. A ideia de tolerância solidificou-se, se bem que ainda se vivessem momentos conturbados. Um dos principais sinais da noção de tolerância para com opiniões e crenças diferentes, desde que salvaguardado o *império da lei*, foi a publicação do pioneiro discurso em defesa da liberdade de imprensa – *Areopagítica* – por John Milton (2005), em 1644. O autor estaria animado por um feroz ressentimento contra o controlo que o parlamento inglês exercia sobre o que se podia e não podia imprimir e contra a censura à sua própria obra, pelo que elaborou essa petição, mais tarde publicada sob a forma de livro. Mas mais relevante do que o livro de Milton é a obra de John Locke.

John Locke (2000), um dos pensadores centrais de Seiscentos e certamente um leitor de Maquiavel, escreveu sobre tolerância (*Carta sobre a Tolerância,* 1689) e sobre o governo e o estado (*Dois Tratados do Governo Civil,* 1689). Nesta última obra, o autor tenta conciliar a necessidade de ordem social com a liberdade. Para isso, Locke defendeu que os homens têm direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade e desenvolveu a teoria do contrato social de Thomas Hobbes (mais tarde trabalhada por Jean-Jacques Rosseau), esta última também influenciada pelo pensamento de Maquiavel, ao explicitar que os indivíduos cedem direitos individuais em favor de um governo comum para obterem vantagens de ordem social, nomeadamente a paz interna, a coesão social e a defesa comum. Locke também sustentou, na mesma obra – e é isto que principalmente o distingue de Hobbes – que quando os governantes rompem o contrato social e violam os direitos naturais, os governados têm o direito de derrubá-los. Este conceito revolucionário justificou, a *posteriori*, as revoluções ingle-

sas do século XVII e sustentou, teoricamente, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, em Setecentos.

John Locke salientou, nos *Tratados*, a necessidade de separar os poderes estatais entre o legislativo (parlamento) e o executivo (governo e rei) – poderes aos quais, mais tarde, Montesquieu acrescentaria o judicial. Defendeu, igualmente, a democracia parlamentar, sistema que permitiria a confrontação de opiniões sem a ocorrência de guerras civis, porque a oposição de hoje tem sempre a esperança de ser o governo de amanhã. Justificou, por outro lado, o sistema capitalista, ao salientar que o trabalho é a origem e justificação da acumulação de propriedade e que o desenvolvimento económico se correlaciona com o desenvolvimento tecnológico, assentando ambos, em grande medida na capacidade de iniciativa e de transformação do mundo revelada pelos indivíduos.

Locke (1978), saliente-se, também foi um precursor do empirismo, já que defendeu, na obra *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* (originalmente publicada em 1690), que, embora a capacidade de conhecer seja inata, o homem nasce ignorante, adquirindo conhecimento pela experiência, pela tentativa e pelo erro. Neste aspeto, Locke reafirma, embora criticamente, o empirismo, que Francis Bacon (2007) tinha abordado previamente na obra pioneira *Novum Organum Scientiarium* (de 1620), na qual assegura que o conhecimento científico só pode ser adquirido pelos sentidos. O conhecimento científico seria formulado pela aplicação do método indutivo à observação da realidade concreta.

Um outro elemento fulcral a considerar na caracterização do ambiente cultural europeu nos séculos XVI e XVII é a Reforma Protestante, verdadeira parteira da Modernidade. Iniciada por Martinho Lutero, teve o mérito de ter desencadeado um movimento alfabetizador e de valorização das línguas nacionais e das próprias nações que talvez não tenha paralelo na história humana. Um bom protestante deveria ser capaz de ler e interpretar a palavra de deus, e deveria poder fazê-lo na sua própria língua (já não precisava de saber latim, língua mantida nas celebrações católicas e nas versões católicas da *Bíblia*):

> (…) um dos feitos mais importantes de Lutero foi ter traduzido a *Bíblia* para o alemão. (…) A *Bíblia* de Lutero tornar-se-ia o livro mais importante da literatura.

> Uma vez que os protestantes consideravam que a *Bíblia* era a palavra de deus, o próprio texto era venerado. E ele não era lido apenas na igreja, mas igualmente no círculo familiar (…). Assim, a *Bíblia* de Lutero abasteceu todo o povo com uma reserva comum de locuções, metáforas, comparações, figuras retóricas e ditos e fórmulas citados por toda a gente. Com a sua ajuda, o alemão de Lutero (…) formou (…) a língua literária alemã. Deste modo, a Reforma deu também (…) o impulso decisivo para a formação de uma consciência nacional. (Schwanitz, 2004, pp. 117-118)

Uma das consequências do luteranismo foi a subtração da autoridade sobre as igrejas nacionais ao papa e a separação entre igreja e estado. A igreja preocupava-se com o além, os estados com o presente terreno. Esta circunstância "tornou os luteranos devotos do estado" (Schwanitz, 2004, p. 118). E se Lutero subordinou as igrejas aos estados, outro reformador, Calvino, tornou a religião compatível com o capitalismo. E foi na Suíça, ainda hoje um país-banco, que esse casamento produziu o melhor fruto, conforme o tentou demonstrar Max Weber (2001), no seu célebre livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de 1920.

Os calvinistas acreditam na predestinação. Segundo a doutrina calvinista, deus determinou desde o início da criação quem será salvo e quem não o será. Teoricamente, essa conceção deveria destruir a moral, pois, se a salvação está decidida de antemão, nada que o homem pudesse fazer lhe permite, após a morte, alcançar o paraíso. Mas na realidade aconteceu o contrário. Os crentes queriam mostrar que estavam entre aqueles que deus teria destinado a serem salvos, pelo que desenvolveram uma consciência virtuosa, pontificada pelo "cumprimento do dever, a pureza dos costumes, a caridade e a ascese pelo trabalho" (Schwanitz, 2004, p. 122). Se enriqueciam em consequência de aproveitarem o tempo para o trabalho e não para futilidades, tal seria um sinal de que se encontravam entre o escol dos predestinados para a salvação. Assim, o capitalismo expandiu-se e ganhou uma ética nos países de tradição protestante. Na Inglaterra puritana, essa ética protestante, casada com o capitalismo, guindou a nação a um estatuto de proeminência e esteve na base, mais tarde, do sucesso dos Estados Unidos da América:

> Enquanto durou a *Commonwealth* imperou o rigorismo moral dos puritanos reinantes. O luxo era substituído pela simplicidade, o ócio pelo trabalho permanente (…). Evidentemente, isso criou uma mentalidade de autovigilância por intermédio da má consciência, dando lugar a uma disciplina férrea (…) que (…) se tornou a ética de trabalho no mundo industrial moderno. Sem o puritanismo, o capitalismo seria diferente. Sem o puritanismo, a Inglaterra não se teria convertido na vanguarda da modernização. Sem o puritanismo, a América teria tomado outro rumo. (Schwanitz, 2004, pp. 141-142)

A expansão do capitalismo por toda a Europa foi um dos fatores estruturantes da formação de uma esfera pública burguesa, cuja evocação é essencial para explicar o êxito do jornalismo e, por outro lado, a influência social da informação jornalística:

> A ascensão do capitalismo (…) favoreceu a dissociação entre o estado e a sociedade. A sociedade, apesar de ser um elemento do estado, adquiriu uma autonomia crescente e consciência própria devido às forças integradoras do capitalismo mercantil. A expansão dos mercados nacionais e internacionais acelerou os fluxos de informação tal como a circulação de mercadorias, enquanto as redes de comunicação se ampliavam e densificavam alicerçadas no progresso nos transportes, no desenvolvimento dos serviços de correio e no aumento da circulação de jornais e folhas comerciais, em resposta à alta procura de informação relevante pelos mercados. Apesar de os governos promoverem estas mudanças no interesse do comércio e para aumentarem a receita fiscal, a integração social e económica criada pela expansão das redes de comunicação e troca reforçou a crescente independência da sociedade. (Melton, 2001, pp. 5-6)

Estava pois encontrado um fermento cultural, social, económico e cultural que tornou a inovação possível, abrindo as portas ao surgimento do jornalismo enquanto atividade comunicativa e comercial sistemática e permanente.

1. A tipografia e a cultura do impresso: a Galáxia de Gutenberg

Para a compreensão do século XVII, um outro fator deve destacar-se – a expansão da tipografia e, assim, a ampliação da cultura do impresso e a aparição do "homem tipográfico", na problemática metáfora de McLuhan (1962). Foi o tempo da Galáxia de Gutenberg, nos termos da provocação mcluhaniana. Foi o tempo da "cultura do impresso", na designação talvez menos problemática de Chartier (1993).

A tipografia permitiu fornecer à sociedade europeia a informação de que necessitava e deu resposta à ambição de conhecer – simbolizada pela fundação da Royal Society, em Inglaterra, em 1660 – das gentes de Seiscentos. Permitiu também às fações políticas na Inglaterra parlamentarista e aos estados absolutistas, em processo de centralização do poder, encontrar um dispositivo relevante de propaganda (Pizarroso Quintero, 1990, p. 31; Espejo Cala, 2000, pp. 9-11).

> A imprensa ajudou à construção do estado moderno porque, graças à sua capacidade natural para propagar ideias, ajudou à propagação de novos conceitos, ou seja, fez (…) propaganda de novos ideais. (Espejo Cala, 2000, pp. 9-10)

O incremento que a tipografia deu à circulação de informação tornou algo obsoleta quer as folhas noticiosas manuscritas quer as antigas redes de correspondentes que quase monopolizavam os fluxos informativos nos tempos precedentes:

> À medida que o capitalismo mercantil se estabelecia no alvorecer da Modernidade, a posse de informação extensiva sobre os eventos que ocorriam no mundo contemporâneo tornou-se mais uma questão de estatuto social do que de sobrevivência económica. A tipografia incrementou um crescente fluxo de notícias oficiais e não oficiais. Ambos os tipos de notícias diminuíram a importância das antigas redes de comunicação graças ao aumento do número de vozes em circulação. (…) A aplicação da nova tecnologia tipográfica à disseminação de notícias não só inverteu a hierarquia social de controlo da publicação ao permitir que as considerações comerciais dos impressores se sobrepusessem às considerações políticas das elites governantes como também iniciou um processo de mistura da

> construção textual cuidada que caracterizava a construção das folhas noticiosas manuscritas com o apelo popular que tinha caracterizado a literatura oral. (Conboy, 2010, p. 13)

A tipografia, diga-se, chegou no momento certo – um momento em que o ambiente cultural, social e político era inteiramente favorável à consolidação da cultura impressa, da filosofia, da ciência e da literatura – e, obviamente, também do *jornalismo*.

> O (…) jornalismo, como atividade comercial, ter-se-ia disseminado pela Europa ao mesmo tempo que a tipografia se expandia. Por seu turno, esta técnica expandiu-se rapidamente porque tirou vantagem da densa rede de enclaves que assinalavam as redes comerciais transeuropeias. Foram fundados jornais ou dispositivos que podem ser considerados seus predecessores em todos os lugares a que a tipografia chegou no final do século XV. (Espejo, 2011, p. 190)

A tipografia permitiu que as novas ideias chegassem a mais pessoas e que as pessoas se sintonizassem melhor com o que acontecia no mundo. A "cultura de elite" e a "cultura popular" dos tempos medievos foram-se mesclando numa nova "cultura do impresso" graças à proliferação do impresso e à repetição e ao "prolongamento" dos discursos impressos por meio da oralidade. (Chartier, 1993).

> A invenção técnica [da tipografia] que na sua origem pôde ser considerada pelas suas virtudes *conservadoras* de textos escritos e, a partir daí, conservadoras da cultura, acabou por introduzir uma cunha na estrutura social, ainda que para se observarem os primeiros efeitos políticos desta mudança se tivessem de esperar alguns séculos. (Espejo Cala, 2000, pp. 23-24)

Se há algo a lamentar é, assim, que a incipiência tecnológica do processo de impressão de Gutenberg tenha tido consequências negativas, retardando um processo de transformação social que poderia ter sido mais rápido se as técnicas e as tecnologias de impressão tivessem evoluído mais rapidamente:

> Tipografia e impressão manual apenas mudaram quando bem entrado o

> século XIX. As tiragens estavam condicionadas pelo elevado custo de subscrição, unicamente ao alcance dos setores alfabetizados da nobreza, do clero e dos comerciantes (…). (Guillamet, 2004, p. 72)

De algum modo a invenção da tipografia moderna por Gutenberg resultou da intenção de inovar, arriscar e enriquecer que está subjacente à lógica capitalista e progressista que regulava a vida em sociedade desde o Renascimento. Tornada a tipografia um negócio altamente competitivo, cedo lhe foram sendo introduzidas inovações:

> O carácter comercial altamente competitivo do novo modo de produção de livros encorajou a adoção relativamente rápida de qualquer inovação que tornasse uma nova edição mais atraente para os compradores. Muito antes de 1500, os impressores começaram a experimentar o uso de novos caracteres tipográficos, cabeçalhos, notas de rodapé, tabelas de conteúdo, figuras, referências cruzadas (…). Os títulos tornaram-se cada vez mais comuns, facilitando a produção de (…) catálogos (…). As ilustrações desenhadas à mão foram sendo substituídas por gravuras de madeira – uma revolução que possivelmente ajudou a revolucionar a literatura técnica pela introdução de argumentos visuais reproduzíveis (…). O facto de imagens, mapas e diagramas idênticos puderem ser vistos em simultâneo por uma grande quantidade de leitores diferenciados constituiu uma revolução na comunicação em si mesma. (Eisenstein, 2009, pp. 52-53)

Também a forma de produção de textos foi modificada positivamente pela introdução da tipografia:

> Todo o manuscrito que chegava às mãos do impressor tinha de ser revisto de uma maneira diferente – uma maneira que encorajava mais edição, correção e confrontação com as fontes do que o texto manuscrito. (Eisenstein, 2009, p. 52)

Os impressores de Quinhentos e Seiscentos inventaram, ainda, técnicas de publicidade de si mesmos, dos autores e das suas obras que foram determinantes para o sucesso da atividade editorial mas que, ulteriormente, também proporcionaram uma certa "profissionalização" e agrupamento dos intelectuais numa espécie de comunidade de autores e leitores, a

"república das letras" universal, o que em parte se deve ao incremento das traduções de obras estrangeiras para as línguas nacionais por iniciativa dos editores livreiros[3]:

> Os primeiros impressores (…) colocavam o nome da sua firma, logótipo e endereço na capa dos livros que editavam. O seu uso das capas representa uma mudança significativa (…): eles colocavam-se em primeiro lugar. (…) Eles também alargaram as novas técnicas publicitárias aos autores e artistas cujas obras publicavam, contribuindo para a celebração de heróis culturais que obtinham celebridade pessoal e fama. (Eisenstein, 2009, p. 59)

Alguns setores da sociedade receberam a tipografia com resistência. Briggs e Burke (2004, pp. 27-28) narram que enquanto vários intelectuais gabavam no impresso o estímulo ao progresso, a promoção do conhecimento e o combate ao despotismo através da simples difusão de informação, outros criticavam a tipografia por ter rompido com o ideal de uma vida tranquila e em paz, por ter gerado mais obras impressas do que seria possível ler e, de forma geral, por ter lançado a confusão. Os escribas – escrevem ainda os mesmos autores – criticavam-na por os ter deixado sem negócio (Briggs e Burke, 2004, p. 28).

De qualquer modo, foi graças à tipografia que a Europa descobriu indiretamente que havia outros mundos e muita coisa a descobrir; que o humanismo homocêntrico renascentista se solidificou; que as conceções heliocêntricas de Copérnico, Galileu e Kepler se expandiram; que tiveram acolhimento, no domínio epistemológico e científico, as ideias materialistas, de Descartes, e a conceção mecanicista do mundo, de Newton; que a cultura dos factos, iniciada na nova ciência empírica, se expandiu; que, no domínio da religião e das relações entre religião e estado e entre religião e capital, se expandiram as ideias de Lutero e Calvino; que as novas

[3] Este movimento de tradução estendeu-se rapidamente ao jornalismo. As gazetas traduziam e publicavam notícias umas das outras. Por exemplo, a *Gazeta* "da Restauração", em Portugal, a partir do segundo ano de publicação, tornou-se uma *Gazeta de Novas de Fora do Reino,* com abundante informação internacional, tendo um dos seus redatores prováveis – João Franco Barreto – obtido autorização régia, a 29 de Julho de 1642, para imprimir as relações e gazetas francesas. É pelo menos de colocar por hipótese que o incremento dos fluxos de informação na Europa tenha contribuído para a edificação de uma certa ideia identitária de Europa.

conceções políticas e ideológicas de autores como Maquiavel e Locke, incluindo o ideal da *liberdade de imprensa*, brilhantemente defendido por John Milton, em 1644, se ampliaram. Foi graças à tipografia e à cultura que o mundo pôde tomar contacto com o mago de Stratford, William Shakespeare, que nas suas peças aplica à vida humana ensinamentos da revolução coperniciana: as aparências iludem e as certezas não podem ser consideradas definitivas. Foi graças à tipografia que a opinião pública surgiu e se consolidou (Briggs e Burke, 2004, p. 80) e que a esfera pública burguesa se desmaterializou e se tornou crescentemente simbólica, já que, segundo Habermas (1989), o livre uso da razão pública argumentativa pelos cidadãos privados instruídos e autónomos, revestidos, alguns deles (em especial, em Inglaterra), de um poder político decisório através da possibilidade de votar, se foi transferindo dos espaços de socialização limitados das sociedades de leitura, dos salões, cafés e clubes para o espaço discursivo e desmaterializado dos periódicos. Para Habermas (1989, p. 28), o princípio da *publicidade* (*publizität*) enquanto mecanismo de controlo do poder político pelos cidadãos surge desta convergência de fatores. O conceito de opinião pública, portanto, associou-se à ideia de comunicação "social", tendo surgido a ideia de *público*, que, aliás, antes de se referir a um *público político*, se referia ao *público cultural* dos museus, do teatro e dos concertos (Habermas, 1989, p. 29), que, também ele, encontrou acolhimento nos periódicos de índole cultural, científica e filosófica que foram aparecendo desde o século XVII.

Foi, enfim, graças à cultura do impresso que circularam as ideias que transformaram a sociedade ocidental.

2. A politização da opinião em Inglaterra e as suas consequências

Desde que o parlamento e o rei Carlos I se confrontaram, primeiro politicamente e depois pelas armas, que em Inglaterra se foram formando fações politizadas opostas. Joad Raymond (2002, pp. 125-128), por exemplo, não hesita em dizer que tão cedo como em 1620-1640 já circulavam em Inglaterra periódicos segmentados para públicos politizados definidos e que a década de 1640 "assistiu ao rápido desenvolvimento do debate informado popular" e a uma "expansão da comunicação política

que datava da década de 1620".

Em 1660, deu-se a restauração da monarquia em Inglaterra, sob o católico Carlos II, um monarca tolerante, sem preconceitos e *bon-vivant,* a quem sucedeu o irmão Jaime II, que não apenas procurou voltar a tornar a Inglaterra católica e a centralizar novamente o poder no rei, como também se casou com uma católica, de quem teve um herdeiro católico. Isso despertou a ira dos protestantes, que, em 1688, convidaram o calvinista holandês Guilherme de Orange, casado com uma filha de Carlos II, a estabelecer-se em Inglaterra e assumir o trono, assinando previamente uma *Bill of Rights.* Jaime II foi obrigado a exilar-se. A consequência imediata foi a formação de dois partidos: um partido progressista que aceitava Guilherme como rei (os *whigs*) e um partido conservador que afirmava que Guilherme era apenas o representante de Jaime II (os tories). Estava inventada a democracia bipartidária parlamentar, já que ambos os partidos, escaldados pelos anos de conflito civil, estabeleceram a arte parlamentar do confronto puramente político e da negociação, até porque qualquer um dos partidos tinha legitimamente, por via eleitoral, a possibilidade de se alternar com o outro no governo.

> Esta *Bill of Rights* tornou-se o fundamento da constituição da Grã-Bretanha. Nela são garantidas a livre eleição do parlamento, a liberdade de expressão, a liberdade de debate dos parlamentares e a sua imunidade judicial; nenhum imposto pode ser introduzido sem a autorização do parlamento; o rei não pode revogar nem suspender qualquer lei do parlamento, não pode ser católico e não pode manter um exército permanente sem a autorização do parlamento.
>
> Em seguida foi decretada liberdade de culto (…). Deste modo, a política de estado foi separada da religião. O estado prescindiu de assegurar a coesão da sociedade através da unidade da religião. Assim, também a sociedade se separou do estado. Ela pode ser de uma grande diversidade e até conter grandes clivagens internas desde que cumpra as leis. Isso constituiu um salto quantitativo em direcção à civilização política e aos direitos humanos.
>
> Neste enquadramento constituiu-se (…) o aparelho da governação parlamentar. (…) À agitação pública e à disputa partidária encontrava-se associada a liberdade de imprensa. Esta, na prática, foi declarada em 1694, com a expiração da *Licencing Act.* Imediatamente (…) algo voltou a existir

> desde os tempos gloriosos de Atenas: a opinião pública. (…) Ao mesmo tempo, a Inglaterra é percorrida (…) por um surto de modernização (…): a bolsa e o Banco de Inglaterra são fundados, as sociedades anónimas nascem como cogumelos, tornam-se populares a especulação e a lotaria, é inventado o papel-moeda, o conceito de milionário torna-se corrente e o seguro de vida, acabado de inventar, torna possível tratar-se dos descendentes sem ter de comprar terras. (Schwanitz, 2004, pp. 143-144)

A aparição de uma opinião pública politizada desde meados do século XVII – especialmente na Inglaterra parlamentarista – é fulcral na transformação sociopolítica e cultural que ocorre desde o Renascimento até à Idade Moderna. Tal como Jürgen Habermas (1989) colocava em 1962, ano em que surgiu pela primeira vez a sua obra *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, marcada por uma conceção marxista da burguesia, teria sido graças à emergência do capitalismo e às transformações políticas, e graças, nomeadamente, à crescente separação entre a sociedade civil e o estado, que uma nova esfera pública surgiu: a esfera pública burguesa. Corresponde a emergência da esfera pública burguesa, independente do governo, a uma rotura com a esfera pública medieval. Esta última era fundada na autoridade. Nela, segundo Habermas, os indivíduos participavam passivamente como meros espectadores e recetores. Pelo contrário, na esfera pública burguesa – e também segundo a conceção algo idealizada de Habermas – os indivíduos participariam ativamente, através do uso público da razão, veiculada, a partir de determinado momento, pela imprensa.

> A imprensa foi crucial para a formação e estruturação da esfera pública. A imprensa tornou-se o veículo pelo qual as razões privadas dos indivíduos burgueses se tornavam públicas. A esfera pública emergiu inicialmente como um fórum para o debate cultural. A discussão pública focava-se nas produções literárias e artísticas e em temas derivados destes. Neste espaço, porém, a política surgiu rapidamente. A imprensa criou um novo tipo de comunicação política e, com ela, um novo tipo de política. (Harris, 1996, p. 3)

Essa nova esfera pública, caraterizada, idealisticamente, pelo livre uso da razão argumentativa permitiria a conexão entre a sociedade civil e o estado, cada vez mais separados. Diga-se, em acréscimo, que, na conce-

ção de Habermas, a nova esfera pública burguesa surge como contraponto a uma nova (e verdadeira) esfera privada, íntima, familiar que não existia como tal nos tempos medievos e que também se viria a transformar com o tempo, graças à introdução de novos ideais de liberdade, educação e amor. Neste processo, a imprensa foi central:

> A imprensa foi sempre um símbolo de progresso, um símbolo da difusão de formas mais abertas de governo. (…) Ao encorajar a intervenção pública na política, a imprensa minou as estruturas e formas tradicionais da vida política. Com o impacto da imprensa, a política tornou-se mais aberta. Também se tornou cada vez mais moldada pelas aspirações e desejos de uma classe média em ascensão. (Harris, 1996, pp. 1-6)

C. John Sommerville (1996, pp. 15-16), ao escrever sobre a revolução que o jornalismo noticioso e político trouxe à sociedade seiscentista inglesa, partilha da conceção idealista de Habermas, mas considera que a esfera pública se deteriorou a partir do momento em que os jornais se tornaram vozes de fações políticas:

> Por um breve período, os periódicos do século XVII criaram uma nova forma de sociedade, o público informado, que se responsabilizou pelo seu próprio destino. Os editores providenciaram os ingredientes para as discussões nos cafés que geravam uma autêntica opinião pública. Mas muito cedo os media amadureceram até a um ponto em que podiam *providenciar* opinião. A discussão tornou-se um desporto a que se assiste (…).

Num ensaio crítico sobre o modelo de Habermas, visto como tendo algumas incorreções históricas e ser exacerbadamente centrado nos espaços metropolitanos e até, mais especificamente, londrinos, Joad Raymond (2002, pp. 130-133), contra a posição de Sommerville, explica que o desenvolvimento da esfera pública sob a influência da imprensa foi problemático, mas não necessariamente negativo:

> O desenvolvimento do mercado dos jornais e panfletos, junto com as novas técnicas de reportagem e persuasão, criou novos e aperfeiçoados modelos de manipulação (…). Os jornais (…) jogaram um papel importante na construção do sentido de vizinhança e de identidade nacional dos leitores (…). Mesmo com um enfoque nas notícias do estrangeiro, a imprensa

> periódica contribuiu para a definição de uma "comunidade imaginada". Assim, os jornais construíram a base de uma série de esferas entrelaçadas e sobrepostas de debate político e ação em diferentes comunidades de leitores. (…) Estes leitores nunca foram os produtos passivos das ideologias do capitalismo impresso. Por exemplo, as alterações nas formas de jornalismo foram sempre defletidas por continuidades na receção; tal como as continuidades na retórica seiscentista contra o fenómeno noticioso ocultam e desvalorizam as transformações radicais que os media noticiosos sofreram neste período. Os leitores foram sempre capazes de usar os textos para os seus próprios fins e de aprimorar os argumentos neles expostos. Foi talvez encorajando este processo que os jornais fizeram a sua maior contribuição ao debate informado e racional na Bretanha seiscentista. Os jornais tinham três atributos que cultivaram o debate crítico entre os seus leitores. Primeiro, (…) a publicitação em si mesma. (…) A publicação sob a forma impressa propôs um jogo justo ao julgamento dos leitores. (…) Segundo, a periodicidade (…), a regularidade com que os jornais apareciam garantia a continuidade da informação e, consequentemente, do debate (…). Este fator presumivelmente desenvolveu padrões de recordação e de envolvimento ativo por parte dos leitores e não uma cultura da passividade e do esquecimento (…). O terceiro atributo (…) é a heterogeneidade de assuntos dos jornais. Precisamente porque justapunham assuntos não relacionados os jornais (…) obrigavam o leitor a dar significado, reconhecer e sintetizar a diversidade. (…) É neste sentido que os primeiros jornais (…) dificilmente impuseram instrumentalmente aos seus leitores a aceitação de uma única e simples perspetiva sobre as notícias. (…) Com base nestes fatores, os jornais contribuíram para o desenvolvimento da opinião política.

Que consequências teve a segmentação dos periódicos britânicos e a politização da sociedade inglesa? Ablaster (2008, p. 31) assegura que se assistiu a uma intensificação da politização da opinião um pouco por toda a Europa, devido quer às crises dinásticas e religiosas seiscentistas quer à solidificação das redes informativas que permitiam o incremento da circulação de informações no continente:

> Enquanto o desejo por notícias foi aumentando, foi-se consolidando, nos primeiros decénios do século XVII, um sentimento progressivo de que as notícias políticas têm interesse público geral. Uma causa maior deste fenó-

> meno residiu na polarização da opinião pela Europa, dentro dos estados e entre os estados, e nas expectativas crescentes da ocorrência de uma guerra cataclísmica. A combinação das crises usuais das rivalidades dinásticas com o caráter confessional da política europeia tornou presumíveis essas expectativas. As redes informativas das alianças dinásticas-confessionais permitiam que os acontecimentos ocorridos numa parte da Europa pudessem mais do que nunca ter repercussões profundas noutros lugares. Os conteúdos dos jornais refletem a consciencialização pública deste facto. Apesar de qualquer número de um jornal apresentar um conjunto desconcertante de acontecimentos inexplicados, nomes, sugestões e especulações, os leitores regulares das notícias da Europa foram providos das peças que precisavam para construir um mosaico coerente do que sucedia.

É por isso que Ward (2004, p. 116) considera que um dos traços fundamentais da retórica justificativa e legitimadora do jornalismo que emergiu na Inglaterra seiscentista assenta nas considerações sobre uma ética jornalística construída por cima da ideia de que a disponibilização pública de conhecimento sob a forma de notícias é um *bem público:*

> O legado ético final da imprensa noticiosa do século XVII foi o seu contributo para a formação de uma (…) esfera pública. As publicações noticiosas (…) espalharam a ideia de que a informação e a discussão sobre matérias de estado deveriam ser públicas. O povo teria o direito de debater e de discutir informação. Essa discussão não poderia ser prerrogativa do soberano e do seu conselho privado. A ideia crescente era a de que a sociedade não era necessariamente uma estrutura hierárquica fechada onde cada qual sabia qual era a sua posição. Não era uma ordem divina que os poderosos deveriam ser os únicos que sabiam, debatiam e decidiam. A sociedade deveria ter uma esfera de assuntos públicos onde o povo pudesse tomar posição e seguir acontecimentos. (…) O uso da imprensa estimulou novas práticas comunicativas, como as petições ao soberano ou ao parlamento. (…) Estas práticas comunicativas incrementaram a participação na política e criaram uma esfera pública rudimentar. A participação do público na política ia agora mais além do que assistir às manifestações simbólicas da autoridade.

O caminho para o sucesso do periodismo estava, pois, aberto. A estrutura material e a instabilidade e a mudança provocadas pelas transforma-

ções na sociedade e na cultura, pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e pela efervescência no domínio das ideias conspiraram para o surgimento, sobretudo enquanto atividade comercial, dessa forma organizada e permanente de comunicação em sociedade que é o jornalismo.

3. Contexto seiscentista e jornalismo

Como é que o contexto proporcionou, influenciou e moldou o surgimento e o desenvolvimento, *com determinadas caraterísticas,* do periodismo na Modernidade? Não se andará longe da verdade afirmar que houve uma extraordinária coincidência de fatores que permitiram o surgimento do jornalismo no alvorecer da Idade Moderna. Entre esses fatores, e em jeito de decálogo, estarão os seguintes:

1. Desde Gutenberg, uma nova tecnologia de impressão, que se espalhou por toda a Europa, permitia tirar cópias impressas de textos em quantidade significativa, a um custo por exemplar significativamente mais baixo do que a cópia manuscrita.

2. A alfabetização incrementava-se nos países de tradição protestante, onde o estado se afirmava, tal como a sociedade civil. A alfabetização conjugou-se com o humanismo para detonar uma explosão de interesse pelo mundo, também ele cada vez mais objeto de descoberta.

3. Havia uma atenção renovada ao mundo material imediato (em detrimento do interesse pelo metafísico), ao mesmo tempo que a cultura humanística desenvolvia a vontade de conhecer. Aumentou o interesse pelos temas populares e, assim, também pelas notícias, difundidas nas línguas nacionais (mesmo as notícias do estrangeiro eram traduzidas), o que as colocava à disposição daqueles que não dominavam línguas estrangeiras nem latim (cada vez menos a língua franca da Europa). Novos gostos literários floresciam.

4. Os estados afirmavam-se e procuravam ganhar força e poder no contexto anárquico das relações internacionais. Preocupado com o presente terreno e não com o além, o poder político dentro dos estados (que nas monar-

quias absolutas se centrava na figura do rei), confrontado, inclusivamente, com o fortalecimento da burguesia e com o desenvolvimento da sociedade civil, necessitava de manter um fluxo social de informação e propaganda vigiado e controlado que pudesse servir os seus interesses concentracionários; no parlamentarismo inglês, por seu turno, as fações políticas necessitavam, igualmente, de manter permanentemente um fluxo comunicativo, desta feita para intervir no espaço público e garantir a fidelização dos partidários.

5. Um novo grupo social – a burguesia – progredia e conquistava poder graças à acumulação de capital, o que lhe exigia a posse de informação para poder intervir nos negócios públicos e privados. O seu enriquecimento conferia-lhe, ademais, capacidade de investimento e um crescente poder de compra de bens culturais, nomeadamente de mercadorias editoriais – periódicos, livros e folhetos ocasionais.

6. O capital acumulado pela burguesia, o apelo à iniciativa privada, o sentido da inovação e a capacidade denotada pelos burgueses de correr os riscos próprios do investimento privado criaram condições para o desenvolvimento da indústria editorial, no seio de um sistema capitalista. A burguesia queria fazer investimentos editoriais que lhe garantissem um retorno lucrativo e, ao mesmo tempo, ganhar influência, graças à projeção conferida pelo jornalismo.

7. Diferentes preferências culturais determinaram, pela primeira vez, em alguns países, a aparição de públicos segmentados. A politização desses públicos originou a formação de fações políticas. Surgiu uma esfera pública, eminentemente burguesa, autónoma em relação ao estado, que se alimentava de novas informações e ideias.

8. A sociedade civil, sujeita a um extraordinário processo de mudança, afetada por conflitos e guerras e crescentemente politizada e separada do estado, necessitava de informação para combater a incerteza. Nas monarquias absolutas, os cortesãos necessitavam de informações para poderem agir de acordo com os seus interesses; na Holanda e em Inglaterra, os parlamentares e os demais indivíduos que se envolviam nos assuntos públicos e nos negócios privados também necessitavam de informações.

9. O empirismo e o materialismo originaram uma cultura de valorização dos factos (Shapiro, 2000) que determinou a procura da objetividade nas notícias e a aparição de uma ética jornalística embrionária assente no valor da verdade (Ward, 2004), entendida não como transcendência metafísica mas sim quer como a adequação do que é dito à descrição objetiva do mundo material (no discurso noticioso) quer como a adequação do que é dito à emissão de um ponto de vista sobre a realidade dos factos (no discurso jornalístico opinativo político e crítico).

10. A instituição gradual de serviços de correio permitiu a expansão de redes de correspondentes e de trocas de informação, a nível nacional e internacional. Essas redes foram vitais para acelerar os fluxos de informação e tornar as notícias num bem comum mas sempre apetecível. Sendo a informação apetecível, poderia, facilmente, converter-se em mercadoria – uma mercadoria que poderia ficar ainda mais apetecível pela adição de um pouco de emoção e sensação aos relatos noticiosos. Pelas suas características específicas, a mercadoria noticiosa facultava, ainda, a promoção de outras mercadorias. Sob o pretexto das notícias, cada vez mais entendidas como um bem público, podia vender-se publicidade.

Quando, em Portugal, em pleno século XVII, foram publicados os dois periódicos relevantes deste século – a *Gazeta* "da Restauração" e o *Mercúrio Português* – a cultura impressa já vinha efetivamente beneficiando de condições infraestruturais e estruturais que a consolidavam. Desde logo, podem enumerar-se os sucessivos dispositivos que contribuíram para a sua estabilização e expansão: o livro, em primeiro lugar; mas também, e no que ao jornalismo diz respeito, as folhas ocasionais e os periódicos, entre os quais as gazetas adquirem relevância particular. A aparição dos folhetos ocasionais e dos jornais periódicos noticiosos gerou uma distinção entre ficção e jornalismo, não apenas nos formatos dominantes (o livro, para a ficção; o periódico, para o jornalismo) mas também nas práticas, já que, como salienta Raymond (1993, p. 22), a distinção entre jornalismo e ficção reside mais na diferença de práticas do que na diferença de discurso. Mas, conforme se sustentou, o jornalismo não se deve apenas aos novos dispositivos de comunicação que resultaram da expansão da tipografia. Condições materiais, económicas, culturais, po-

líticas e sociais (em geral) misturaram-se para que o jornalismo surgisse com as caraterísticas de atividade simultaneamente comercial e de difusão pública de informações que hoje lhe atribuímos. Foram essas condições que permitiram que a difusão de notícias por intermédio dos meios jornalísticos se consolidasse, permitindo satisfazer a sede de informações que a sociedade denotava.

> Os homens e as mulheres do início da Modernidade exibiam uma sede inata por informações de todos os tipos e talvez mais por informações sobre os assuntos correntes, mais conhecidas por notícias. Esta sede saciava-se pelo consumo de informações e notícias provenientes de um vasto espectro de disponibilidade – (…) rumor, experiência pessoal, mexericos, documentos oficiais, calúnias, testemunhos, proclamações reais, encenações e fantasia. A sede de notícias era satisfeita através de uma grande variedade de fontes, entre as quais a conversação, as comunicações oficiais, o debate público, a escuta, a correspondência privada, a observação e a palavra impressa e escrita. Todas as faculdades humanas estavam envolvidas na absorção e digestão de notícias. As notícias, então e hoje, eram a moeda corrente das trocas sociais. (…) A disseminação de notícias era uma rota direta para o contacto social, para a estimulação intelectual e para o fermento político. (Dooley, 2001, p. 17)

A proliferação de notícias, a que os periódicos deram grande alento, foi crucial para transformar a sociedade:

> As notícias tiveram um efeito estrutural (…) que redesenhou as sociedades europeias do início da Modernidade, porque permitiu aos recetores imaginarem o seu lugar num mundo muito mais amplo do que o seu predecessor medieval. (Conboy, 2004, p. 8)

O jornalismo tornou-se, ao longo do século XVII, o principal suporte para a difusão das informações e ideias, nomeadamente das notícias, de que as pessoas estavam sequiosas, mas que contribuíram para a transformação da sociedade, tendo incorporado logo na sua génese, na Modernidade, as grandes caraterísticas que o trouxeram até aos dias de hoje, a saber:

1. Opera com informações e comentários (interpretação) às mesmas.

> 2. Deve ter elementos chamativos, inclusivamente escandalosos, para suscitar o interesse do público, de compradores e de patrocinadores.
> 3. Afeta a vida pública, os jogos de poder e a sua repartição, e tem a capacidade de intrometer-se nestes interesses e de aproveitar-se deles.
> 4. Elabora-se (…) sob a forma de produtos concretos e em suportes tecnologicamente viáveis.
> 6. Tem a capacidade de promover ideias, pessoas, serviços e bens. (Timoteo Álvarez, 2004, p. 27)

Se há algo que se pode estabelecer no tocante à génese do jornalismo é que o aparecimento de periódicos noticiosos, *jornalísticos*, no século XVII se tornou possível graças à convergência de condições culturais, políticas e económicas que, em Portugal, até certo ponto, replicaram e tiraram vantagem da forma como o fenómeno jornalístico emergiu e se espalhou pela Europa:

> As notícias circulavam de Itália e da Europa Central – fundamentalmente – para a Holanda e para a Alemanha e daqui (…) para o resto da Europa. As razões que explicam a centralidade da Holanda e da Alemanha enquanto forças liderantes na consolidação do jornalismo na Europa estão indissociavelmente ligadas ao seu estatuto enquanto potências económicas desse tempo. Mestres impressores influentes, como os de Antuérpia, primeiro, e depois os de Amesterdão, tornaram-se capazes de obter lucro da febre de notícias que grassava por toda a Europa. No final do século XVII, o centro desta atividade comercial deslocou-se definitivamente da Itália para a Europa Central – especialmente Amesterdão e Hamburgo – e para a Inglaterra. (Espejo, 2011, p. 192)

Portanto, em síntese, pode dizer-se que o jornalismo seiscentista teve origem no ambiente que desde o Renascimento impulsionou a abertura mental dos europeus e a sua recetividade às notícias, que circulavam crescentemente por toda a Europa, bem como nas condições materiais e infraestruturais, entre as quais:

> 1) Capital disponível no seio de um sistema capitalista;
>
> 2) Processos de impressão sofisticados (para o tempo) e baratos;

> 3) Serviços postais regulares, que, ainda que demorados, permitiram o desenvolvimento de redes informativas entre os letrados europeus e a circulação de periódicos entre os países da Europa. (Arblaster, 2008)

Capital e capitalismo ligam-se indissociavelmente a uma "classe" social, a burguesia, que ao longo do século XVII consolidou a sua marcha para a obtenção do controlo do poder nos estados europeus. O surgimento do jornalismo está, assim, também indissociavelmente associado ao crescente protagonismo desse ator social coletivo.

> A imprensa periódica criou interesse em fazer dinheiro a partir da difusão de conhecimento, incluindo notícias. Socialmente, os editores de periódicos noticiosos eram parte da burguesia urbana em ascensão. Eram homens de negócios (…). (Ward, 2004, p. 114)

Há que salientar, porém, que variam as interpretações sobre a natureza dos laços entre a burguesia, a informação e o jornalismo. Historiadores de diferentes ideologias dão diferentes interpretações à relação entre a burguesia e a informação jornalística. Porém, conforme Espejo (2011, p. 192) muito bem salienta, quer as interpretações marxistas quer as não marxistas da génese do jornalismo colocam em evidência o papel da burguesia e do capital, se bem que as primeiras critiquem a alegada apropriação do mercado informativo por esta classe social, "com a consequente alienação de qualquer aspiração comunicativa de outras classes sociais", e as segundas celebrem "a vitória das aspirações políticas liberais que eventualmente impuseram um modelo de jornalismo livre da supervisão do estado".

> A burguesia da Europa central, fundada no pilar dual do capitalismo e do protestantismo, capitalizou com a liberdade económica, política e moral que lhe permitiu reunir práticas jornalísticas anteriormente dispersas num negócio lucrativo, movido, como muitos outros, através de redes europeias. (Espejo, 2011, p. 192)

Carmen Espejo (2011, p. 189) sustenta que, efetivamente, o surgimento do jornalismo e a ascensão da burguesia estiveram ligados, apesar das divergências entre os historiadores sobre qual foi o fator mais determinante entre os fatores que se podem associar à génese do jornalismo, quando se

encara esta atividade de comunicação em sociedade como um produto da Modernidade:

> Qual é o fator histórico decisivo que explica a aparição (…) do jornalismo: a emergência da burguesia ou (…) a consolidação dos estados absolutistas? Para a maioria dos historiadores culturais, o jornalismo e a tipografia, o jornalismo e a burguesia, aparecem como fatores históricos estreitamente ligados. O jornalismo nasceu na Europa com o despertar da burguesia no final do século XV, que usava a imprensa para atacar o poder político – ainda que este processo tenha durado três longos séculos – ao mesmo tempo que enriquecia do comércio de um produto cuja procura crescia entre os leitores urbanos.

O movimento do jornalismo na Modernidade é, assim, numa determinada forma de ver as coisas, um produto tardio da Renascença, quando esta já encontra, ou até já confronta, os ideais iluministas. De qualquer modo, o estímulo que o Renascimento deu, nos seus aspetos culturais e materiais, à reorganização da sociedade e da cultura europeias foi fundamental para que, posteriormente, os periódicos vissem a luz do dia e o jornalismo tivesse aceitação.

A noção de cultura é fundamental para se compreender o surgimento e desenvolvimento do jornalismo moderno ao longo do século XVII. Cultura e jornalismo estão ligados desde que surgiram os primeiros periódicos. O jornalismo faz parte da cultura, pelo que o seu estudo tem de atender ao contexto cultural em que os jornais são produzidos (Dahlgren e Sparks, 1991, p. 8). Aliás, a noção de discurso – e, portanto, a noção correlata de análise do discurso – implica a noção de que existe texto e contexto (Crystal, 1991, p. 106). Neste sentido, a cultura de um povo pode até revelar-se nos seus textos, desvelar-se nos *discursos*, incluindo-se aqui, necessariamente, os discursos jornalísticos (Conboy, 2002, p. 8).

Em certo sentido, o aparecimento dos primeiros jornais responde a um dos princípios centrais do Renascimento – a formação de um *novo homem* que possuísse um conhecimento sólido, estruturado e satisfatório, mas geral, sobre o mundo (Van Doren, 2007, p. 174). Na realidade, o jornalismo pode ler-se como uma resposta socialmente organizada à *ambição de conhecimento do homem*, à aspiração – quiçá, *necessidade* – humana de *sin-*

tonização com o mundo, de consciencialização do homem de que a realidade existe, desde logo para assegurar a sobrevivência. Porém, de alguma forma, tal como regista, criticamente, Sommerville (1996), o jornalismo, de alguma maneira, também propõe uma espécie de substituição do conhecimento estruturado da sociedade, da cultura, da literatura, da ciência, da filosofia pelo mero consumo de notícias genéricas sobre esses tópicos.

Por outro lado, o *jornalismo* – o de ontem, o de hoje – é um *humanismo*. Nada mais renascentista do que o valor do humanismo, a centralização da mundividência na figura do Homem. E se há algo que é centrado no Homem, na vida humana à superfície do planeta, são as notícias. As notícias, escritas nas mais diferentes línguas, como também foi timbre do movimento renascentista e, posteriormente da Reforma, versavam – como ainda versam – sobre a forma como os acontecimentos que se sucedem no mundo são provocados pelos seres humanos nas suas interações e sobre a forma como estes acontecimentos se refletem e influenciam as vidas das pessoas em geral, mesmo a vidas das pessoas comuns.

Quando os periódicos noticiosos surgiram – e com eles o jornalismo enquanto atividade comercial e comunicativa sistemática – vivia-se num tempo em que não estava clara a distinção entre o campo da literatura e o campo do jornalismo e em que se mantinham, inclusivamente, semelhanças formais entre periódicos e livros. Porém, os primeiros jornais já apresentavam algumas das características específicas e identitárias que se manteriam por séculos:

> Esses periódicos noticiosos foram pioneiros de práticas jornalísticas, como os títulos na primeira página, as histórias sensacionais de interesse humano, o artigo de fundo (editorial), a publicação de anúncios e o uso de correspondentes no terreno, especialmente correspondentes de guerra. Os semanários noticiosos começaram a separar as notícias dos comentários e iniciaram práticas que contribuíram para tornar os conteúdos mais factuais, balanceados, rigorosos e fiáveis. Os editores questionavam as suas fontes pelos desvios na informação (…), preferiam correspondentes e testemunhas reputados e indicavam a data, o tempo e o lugar das histórias. Hoje em dia, essas práticas continuam a ser (…) estruturantes para se obter uma notícia objetiva. (Ward, 2004, p. 115)

Os primeiros redatores de jornais, jornalistas por ofício, começaram

mesmo a cultivar géneros jornalísticos específicos, embora, na Europa continental, se mantivessem enfeudados ao poder régio:

> A notícia política e militar foi o único género específico desta primeira hora informativa: um período em que frequentemente impressor e editor coincidiam numa mesma pessoa, e mesmo o redator (…). As fontes informativas de maior credibilidade eram as oficiais e, em segundo lugar, os demais periódicos, de forma que os resumos baseados na receção da imprensa estrangeira se converteram numa cadeia de repetição e expansão de notícias. As notícias do interior eram escassas e tal como as do exterior tinham de corresponder aos interesses oficiais. Os gazeteiros eram colaboradores pessoais dos ministros reais (…) ou empregados públicos. (…) Dado que a causa da aparição dos periódicos radicava tanto na curiosidade humana como no afã de lucro, esse duplo imperativo desculpava os redatores tanto do risco de imprecisões nos factos informados como da inclusão entre eles de coisas de pouca importância. (Guillamet, 2004, pp. 72-73)

A ligação entre jornalismo e literatura é estreita. A forma das notícias foi, aliás, influenciada pelas narrativas populares que caraterizaram a literatura oral:

> A linguagem das publicações noticiosas impressas, mesmo antes do advento dos livros e dos jornais periódicos noticiosos esteve envolvida numa troca dialógica com a cultura não-literária. Os modos orais de comunicação desenharam a estrutura dos modos impressos de comunicação; por outro lado, os textos impressos disseminados boca a boca transformaram a cultura dos "iletrados". Isto significa que as notícias impressas puderam, gradualmente, começar a combinar aspetos sociais e estéticos na sua apresentação, assegurando a promessa de uma audiência crescente e asseverando um atrativo potencial de lucro aos que conseguissem corresponder a este duplo apelo. (Conboy, 2010, p. 13)

O jornalismo adotou desde o seu início um discurso factual, influenciado pela preponderância crescente que esta modalidade discursiva tinha em áreas como a ciência, a geografia (relatos de viagem), a historiografia, o direito e a jurisprudência – separação entre "facto", "matéria de facto" e "matéria de direito" (Shapiro, 2000). A filosofia também terá tido a sua

influência no ambiente cultural que contribuiu para impulsionar o jornalismo. Desde logo, Descartes tornou a ciência preocupada com o mundo *material*, de que se ocupa, predominantemente, o jornalismo. O jornalismo emergente do século XVII também corresponde de alguma forma ao *saber experimental* defendido por filósofos seiscentistas como Francis Bacon, o pioneiro teorizador da ciência moderna, e John Locke. Se a escolástica e a utilização do puro método dedutivo e do raciocínio silogístico em que se baseava a "ciência" da época medieval não permitiam a obtenção de conhecimento novo e verdadeiro – assegurava Bacon – então seria necessário usar um método indutivo, empírico, experimental, que partisse da observação da realidade concreta. Embora não tivesse a ambição de ser ciência, o jornalismo emergente correspondia, efetivamente, em espírito, ao que Bacon ou Locke defendiam para a ciência. De facto, o jornalismo tem a ver com a produção de um conhecimento empírico específico sobre o mundo – o *conhecimento jornalístico* (Meditsch, 2008, pp. 7-12). Não propõe um conhecimento científico do mundo, mas também tende a afastar-se do senso-comum. Não é mera dedução, nem metafísica, nem teologia. O jornalismo reflete – como em Seiscentos refletia – a necessidade de se saber quais os factos notáveis que acontecem, de se estar sintonizado com a realidade, de se saber, enfim, o que se passa e qual o sentido daquilo que se passa. E em Seiscentos, num mundo em mudança acentuada, havia cada vez mais acontecimentos dignos de tornarem notícia que alimentavam fluxos de informação sempre crescentes. É por isso que Sommerville (1996, p. 13) regista a tendência do jornalismo para a adoção de um discurso factual logo ao longo do século XVII, realçando a sua influência na substituição da mundivisão medieval:

> O discurso factual, tal como foi desenvolvido nas notícias, na ciência e na história durante o século XVII, substituiu uma cultura fundamentalmente religiosa cujo texto – mesmo para os literatos – tinha sido Escritura. Um mundo inteiro de histórias, metáforas, práticas, valores, papéis e funções cessou de dar sentido à vida (…), enquanto novas formas de ser e pensar eram forjadas na imprensa.

Outros autores também insistem na focalização das gazetas nos "factos" e nos "acontecimentos". Retat (1978, p. 24), por exemplo, salienta

que as gazetas seiscentistas se orientavam para o acontecimento, situando-se no cruzamento confuso de uma "exaustividade (aparente)" nos relatos sobre a realidade com uma "singularidade seletiva", na intersecção entre "repetição" e a "novidade".

> Do murmúrio infinito do mundo, as gazetas não retêm mais do que alguns ecos, quase sempre os mesmos, e não oferecem senão, geralmente, mais do que um tipo de factos, integráveis (…): os acontecimentos (…), as deslocações do rei e da corte, a comunhão da rainha, os nascimentos e as mortes entre a nobreza, os movimentos de tropas, a chegada dos navios aos portos… (…) o excecional, o extraordinário (…). (Retat, 1978, p. 24)

O discurso factual adotado pelo jornalismo em função da conjuntura cultural – sobretudo filosófica – da época de alguma forma converteu-se num padrão para o desenvolvimento da ética jornalística em torno da ideia da objetividade:

> As histórias do jornalismo (…) começam usualmente com a criação da imprensa periódica noticiosa no século XVII (…). Foi no jornal semanal que se plasmou um embrião da ética jornalística, incluindo uma primeira articulação de uma "proto-objetividade" – um compromisso com a factualidade e com a imparcialidade. O falar de imparcialidade no jornalismo começou no momento em que a cultura ocidental de questionamento racional foi enriquecida com uma forma científica de objetividade empírica (…). Na primeira metade do século XVII os semanários ingleses proclamavam que os seus registos eram relatos imparciais da verdade e baseados em matéria de facto. (…) As normas da imparcialidade e factualidade não se originaram no jornalismo, mas nos discursos e ciências dos factos (…). A cultura do facto teve grande impacto nos gazeteiros. A linguagem ética deu aos editores de periódicos um instrumento de conceptualização e de justificação da sua atividade face ao nervosismo que o governo inglês denotava face à publicitação das matérias de estado. Além disso, uma cultura interessada na troca de informação e de matérias de facto era possivelmente mais recetiva às reivindicações dos editores sobre a legitimidade das suas atividades orientadas para os factos. (…) Os periódicos noticiosos clamavam, em efeito, serem um novo discurso de factos orientado para a informação da população em geral. (…) Apesar disso, só marginalmente os periódicos noticiosos seiscentistas apresentavam um

> discurso de factos respeitável. (…) O jornalismo era ainda um empreendimento comercial precário que não tinha um método rigoroso para verificar as histórias e que se comprometia com uma sempre presente tentação de sensacionalismo. (Ward, 2004, pp. 90-91)

Além do contexto cultural, um outro fator pode ser invocado para explicar a invenção daquela que constituiria a matriz da ética jornalística ao longo de Seiscentos. Na verdade, a invenção da ética jornalística ocorre não por vontade específica dos editores de jornais noticiosos, ou porque a sua ideologia os levasse a privilegiar a imparcialidade ou a "verdade dos factos", mas porque uma linguagem noticiosa factual e "objetiva", imparcial (pelo menos, na aparência), era essencial para que estes editores se pudessem defender das críticas, enfrentar a censura e legitimar e justificar o seu crescente protagonismo social enquanto provedores de informação selecionada ao público:

> A origem da ética jornalística é social e reside no relacionamento complexo entre o jornalismo e a sociedade. (…) Os editores adotaram um discurso ético em resposta às mudanças no jornalismo e às condições económicas, políticas e sociais que os rodeavam. O impulso para falar eticamente, ou para usar linguagem normativa, proveio de fatores culturais e das constrições específicas à atividade editorial. (…) O clima cultural do século XVII encorajou uma insistência imparcial nas matérias de facto. Mas houve outros fatores, incluindo o uso de uma linguagem ética para aplacar os leitores e cativar leitores céticos (…), persuadindo os nervosos funcionários do estado de que as suas publicações eram "seguras" para a sociedade. Frequentemente, as reivindicações de verdade eram somente um "código" para afirmar que o registo dos acontecimentos era feito de acordo com o ponto de vista das autoridades. A linguagem normativa de verdade e imparcialidade ajudou o jornalista a racionalizar o papel do periódico noticioso. (Ward, 2004, p. 101)

Uma conclusão extraída das palavras de Stephen J. A. Ward afigura-se, pois, relevante: a ligação entre notícias e sociedade é de facto estreita, já que, se a sociedade afeta a forma e o conteúdo das notícias, estas últimas fomentam a compreensão dos processos de mudança social e a perceção que a audiência tem dela mesma:

> O dispositivo comunicacional das notícias impressas transmitia à audiência não apenas o estado do mundo num formato periódico e temporário mas também o seu estatuto enquanto recetores destas notícias. Em acréscimo, permitiu que a audiência compreendesse as implicações das mudanças na composição social num mundo que era cada vez mais estruturado pela compreensão crescente dos assuntos públicos que podia ser adquirida regularmente por um modesto dispêndio financeiro. (Conboy, 2010, p. 14)

No mesmo registo, escreve Robert Darnton (1996, p. 15):

> A prensa tipográfica ajudou a dar forma aos eventos que registrava. Foi uma força ativa na história, especialmente (…) quando a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública.

É neste ponto que interessa recordar o contributo de Bourdieu para a compreensão do jornalismo. Para Pierre Bourdieu (1998), um campo social é o espaço estruturado onde os agentes sociais interagem, concorrem entre si, marcam posições, dominam e são dominados. Segundo o autor, é precisamente nesse tempo de transição entre Renascimento e Modernidade que se começa a desenhar o que ele designa por "campo jornalístico". A formação de redes sociais e políticas articuladas em função da troca de correspondência, primeiro, e dos jornais, depois, constituem a base sobre a qual se consolidará historicamente esse campo. Com o tempo, segundo aquele autor, as notícias, cada vez mais e mais diversificadas, ao oferecerem perspetivas diferentes e novas sobre a realidade, começaram a desafiar os parâmetros da experiência social vivida pelos indivíduos de então. Embora os discursos dos primeiros periódicos se tivessem de encaixar pragmaticamente nos modelos políticos e económicos existentes, também não deixavam, sob a pressão da audiência e perante a perspetiva de lucro, de procurar constantemente testar e dilatar os limites do que era permitido dizer. É assim que, com o tempo, o campo jornalístico se tornou uma estrutura social que se consolidou ao longo da história graças ao desenvolvimento de dispositivos discursivos reconhecidos como sendo próprios e específicos, que oscilavam, como ainda hoje oscilam, entre os polos que geram tensão no campo: o polo *comercial* e o polo *intelectual*. São polos

que se legitimavam – e legitimam – de forma diferente, já que o primeiro se associa ao lucro e o segundo se associa à emancipação cultural. Jesus Timoteo Álvarez (2004, pp. 27-28) coloca a questão da seguinte maneira:

> A informação (…) foi-se introduzindo como fator de poder político, social e económico na sociedade ocidental de forma lenta mas iniludível (…). Essa penetração e ocupação de espaço social e de poder evolui paralelamente desde objetivos e interesse complementares nas sucessivas eras históricas que ocorrem no Ocidente desde o Renascimento até aos nossos dias. Por uma parte, os interesses dos governantes, que têm por objetivo o controlo social e ideológico e a justificação (…) do poder. Por outra parte, os interesses dos agentes económicos, que necessitam da informação para as suas atividades, transações e comércio, que necessitam dos meios de informação para a apresentação e promoção dos seus produtos ou serviços e (…) para se posicionarem e pressionarem o poder político. Em terceiro lugar, os interesses de atores e ativistas ideológicos que viram na imprensa e nas suas produções, desde os tempos da Reforma luterana, um instrumento imprescindível de identificação e promoção das suas crenças e ideias. Finalmente, os interesses de leitores e seguidores dos meios, que encontravam neles um instrumento às vezes de educação e aprendizagem e mais frequentemente de ócio e de entretenimento. É assim que a informação gera (…) produtos (…) que afetam e interessam a múltiplos setores da população e segmentos políticos, económicos e sociais.

O aparecimento do periodismo noticioso trouxe consigo, em síntese, uma revolução na forma de ver o mundo:

> As notícias diárias são um elemento em que estamos imersos, pelo que as encaramos como parte da natureza. Para muitos de nós, ter notícias diariamente aparenta ser necessário para se ser socialmente *consciente*, embora muito menos "informado". É difícil imaginarmos um tempo, há pouco mais de três séculos, em que não se tinha acesso a um conjunto diário de notícias impressas provenientes de todos os lugares. É difícil imaginarmos como as mentes das pessoas trabalhavam nesse tempo. As notícias periódicas são um elemento tão relevante no nosso pensamento que nós nem sequer pensamos como são uma forma estranha de compreendermos a política, a ciência, a religião, a história, a sociedade, os valores. (…) Quando as notícias eram apenas uma *parte* do que as pessoas liam, não tinham um

> efeito tão drástico. (Sommerville, 1996, p. 3)

Os jornais seiscentistas também tiveram consequências negativas. Asa Briggs e Peter Burke (2004, p. 80) escrevem:

> Os jornais incentivaram o ceticismo. As discrepâncias entre relatos dos mesmos eventos em diferentes jornais (…) geraram desconfiança sobre a imprensa. Mesmo os que liam um só jornal ficavam impressionados com a regularidade com que relatos posteriores contradiziam os primeiros escritos. No fim do século XVII, as discussões sobre a confiabilidade de escritos históricos em geral citam as gazetas como caso-padrão de relatos não confiáveis de eventos. Para aqueles que participavam neles – ou simplesmente os testemunhavam – os textos impressos nos jornais muitas vezes pareciam totalmente falsos (…).

Embora para autores como Sommerville (1996, p. 4) o surgimento do periodismo noticioso semanal e, depois, diário tenha correspondido menos a uma *necessidade* social do que a uma estratégia comercial e de marketing da indústria da impressão, que ansiava vender o novo produto constituído pelo jornal, não é menos certo que os jornais noticiosos periódicos transformaram a mundividência e a mundivivência. Os jornais refletem, aliás, aquela que foi uma das transformações centrais no pensamento na transição do Renascimento para a Idade Moderna: a mudança no sentido de tempo. Por um lado, as notícias criaram, nas palavras de Woolf (2001, p. 109), uma "zona fora do tempo entre o passado e o futuro, uma zona que oferecia espaço para a discussão dos assuntos correntes". Por outro lado, se durante a Idade Média "a relação básica entre passado e presente permaneceu constante", não será menos verdade que "a mudança abrupta causada pela mundividência moderna sugere que o tempo está cheio de novidade e se move para um futuro, mais do que repete um passado" (Dupré, 2004, p. 187). Mais, "Esta nova orientação é suportada por uma filosofia que vê a pessoa como (…) capaz de transformar o curso da história" (Dupré, 2004, p. 187). E que produto cultural melhor representará esse sentimento de que o mundo tem constantemente novidades para apresentar e que a ação humana é capaz de alterar o curso da história do que um jornal de notícias?

Num contexto compassado pela vida na corte e caracterizado pela emergência de uma cultura cortesã, os periódicos tornaram-se importantes quer como veículos de notícias, quer como instrumentos de propaganda régia ou fação, quer como dispositivos de uso da razão argumentativa capazes de representar correntes de opinião (Habermas, 1989). O movimento jornalístico constituiu, assim, uma resposta socialmente organizada à necessidade de ao mesmo tempo (1) sintonizar cada vez mais homens – e em particular os cortesãos – com um mundo em instável, acentuado e rápido processo de mudança, (2) refutar ou apoiar as novas ideias políticas e as novas doutrinas religiosas, (3) propagandear os poderes, nomeadamente o poder régio concentracionário que se desenvolveu, em geral, na Europa Continental (incluindo em Portugal), e (4) de alavancar o processo de formação dos estados-nação, para o qual concorreu decisivamente a Guerra dos Trinta Anos.

> A reportação (…) dos acontecimentos (…) criou leitores. (…) A imprensa criou, por outras palavras, uma narrativa (…) contínua, uma narrativa com a qual indivíduos em diferentes contextos e em diferentes locais se podiam sentir parte e identificar. Neste sentido, a imprensa suportou a criação de uma nova coletividade de cidadãos que prestavam atenção à política. (…) A imprensa (…) foi uma força poderosa para a integração nacional aos níveis social, cultural e político. (Harris, 1996, pp. 55-82)

As notícias impressas, tal como aponta Sommerville (1996), geraram efetivamente uma *fratura epistemológica* na Europa Ocidental à medida que conquistavam novos públicos, graças a um estilo que misturava características da literatura popular e da estética literária e retórica das elites. Atherton (1999, p. 48) comunga desta visão ao realçar o quanto o jornalismo, caraterizado por misturar notícias e opiniões, estilhaçou a epistemologia do conhecimento e provocou mudanças no campo do próprio discurso:

> As notícias eram uma forma problemática de conhecimento no século XVII, causando problemas de escrita e problemas de audiência e promovendo o medo do discurso licencioso. (…) A relação entre facto e ficção constituiu um problema central do século XVII e o desenvolvimento dos jornais tem de ser posto no contexto do colapso da barreira epistemológica entre conhecimento e opinião.

Porém, a crescente difusão das notícias e o facto de corresponderem cada vez mais às expetativas sociais de uma audiência sucessivamente alargada (Swales, 1990) desafiavam o controlo político sobre os fluxos de informação. Assim, tal como asseguram, por exemplo, Siebert, Peterson e Schramm (1963, pp. 2-3), cedo um modelo autoritário descambou sobre a imprensa em grande parte da Europa:

> A mais antiga das teorias [da imprensa] é a autoritária. Surgiu durante o clima autoritário do Renascimento tardio, logo após a invenção da tipografia. Nessa sociedade, a verdade era concebida não como o produto da grande massa de pessoas mas apenas como o produto de uns poucos homens sábios que estavam numa posição de guiar e dirigir os seus companheiros. Assim a verdade tinha de ser centralizada perto do centro do poder, A imprensa (…) funcionava *do topo para a base*. Os governantes desse tempo usavam a imprensa para informarem as pessoas daquilo que os governantes pensavam que elas deviam saber e das políticas que os governantes pensavam que elas deviam apoiar. (…) A propriedade privada da imprensa exigia permissão especial e esta permissão podia ser retirada em qualquer momento em que a obrigação de apoio ao poder régio fosse desonrada. A atividade de edição resultava, pois, de uma espécie de acordo entre a fonte de poder e o editor, em que este último garantia um direito frequentemente monopolista e a primeira apoiava. Mas a fonte de poder conservava o direito a organizar e alterar as políticas, o direito de licenciamento e, em vários casos, o direito de censurar. É óbvio que este conceito de imprensa eliminava o que no nosso tempo se considera ser uma das mais comuns funções da imprensa atual: o controlo da governação. Esta teoria da imprensa – a imprensa sendo uma servidora dos responsáveis pela governação num determinado momento – foi quase universalmente aceite no século XVI e durante quase todo o século XVII.

Igualmente Jaume Guillamet (2004, p. 72) o confirma:

> Durante os seus dois primeiros séculos, mas com desenvolvimento desigual segundo os países, o jornalismo assentou as suas primeiras formas e modelos sob a vigilância do poder. Os conceitos de interesse público e de serviço público, mais adiante reinterpretados desde a teoria liberal, foram intimamente ligados à reserva por parte dos estados da tripla prerrogati-

> va de controlo da difusão de notícias, de autorização dos periódicos e da censura prévia.

Um bom exemplo pode ser dado pela *Gazeta* "da Restauração", publicada entre 1641 e 1647, transcrita e indexada por Eurico Gomes Dias (2006) e estudada, entre outros, por Jorge Pedro Sousa, coord., *et al.* (2011). Este periódico politicamente controlado (tanto assim que foi suspenso ao fim de um ano de publicação, ressurgindo com outro título – *Gazeta de Novas de Fora do Reino* – e conteúdos quase restritos à informação internacional) foi fundamental para propagandear a causa da restauração da independência portuguesa, ocorrida em 1640, sob a égide da dinastia de Bragança, e que em si mesma representou, essencialmente, um episódio da Guerra dos Trinta Anos e do processo de formação dos estados-nação na Europa. Inclusivamente, um dos argumentos esgrimidos pelos independentistas portugueses para sustentar a ascensão da dinastia brigantina ao trono e da aclamação de D. João IV foi a insistência no direito da nação portuguesa a aclamar um "rei natural". O próprio *Mercúrio Português* foi um dispositivo relevante no apoio à continuação da guerra pela restauração da independência de Portugal e de propaganda dos partidários do rei D. Afonso VI e do "primeiro-ministro", o conde de Castelo Melhor (Sousa, 2011). Mas sempre se afigurou difícil para os estados controlar a prolífera atividade editora, potencialmente prejudicial para as elites governantes. Uma atividade editora que fazia circular não só periódicos noticiosos mas também folhetos políticos e religiosos ocasionais, clandestinos ou legais, que se misturavam, no cenário da imprensa da época, com relações de batalhas, acontecimentos insólitos, crimes, festas religiosas e outros assuntos. Em conjunto, sustenta Conboy (2010, p. 15), esses impressos minavam a autoridade da Igreja e a conceção do poder divino do monarca. Sommerville (1996, pp. 135-145) atesta-o pertinentemente:

> A religião providenciava o enquadramento através do qual os eventos da vida diária adquiriam significado. Depois da revolução noticiosa, a religião tornou-se somente uma *parte* do mundo das notícias. As notícias diárias substituíram a religião como o texto mestre de uma sociedade em modernização (…).

Convém relembrar, contudo, que, politicamente, dois modelos de governação estavam instituídos na Europa dessa época. A monarquia absolutista de direito divino, esplendidamente simbolizada pelo rei francês Luís XIV, tinha por contraponto a Inglaterra parlamentarista saída da guerra civil (1643-1648), do relativamente tolerante reinado de Carlos II (1660-1685) e da Revolução Gloriosa de 1688. Ambos necessitavam, porém, de instrumentos de informação, de legitimação e de propaganda, que encontraram nos periódicos. Na Inglaterra parlamentarista, as fações políticas precisavam, também, de periódicos que lhes dessem voz pública.

Por outro lado, a conjuntura militar europeia do século XVII era perigosa. A esta conjuntura acresce que o Velho Continente estava religiosamente dividido entre católicos e protestantes e mesmo entre estes últimos a divisão também reinava (calvinistas, luteranos, anglicanos, puritanos...). A Guerra dos Trinta Anos, as guerras religiosas e as lutas de libertação e independência que se faziam sentir em países como Portugal e Holanda sangraram a Europa ao longo de Seiscentos. Mas esta conjuntura aumentou o interesse pelos periódicos noticiosos. As pessoas queriam saber o que se passava, até porque disso poderia, em última análise, depender a sua sobrevivência. Instrumentos capazes de levar às pessoas notícias do que se passava – e também das descobertas que se faziam devido ao incremento do colonialismo –, as gazetas foram, com alguma naturalidade, bem acolhidas.

Por seu turno, o capitalismo, compatibilizado por Calvino com a religião e por Locke com a política, permitia a acumulação de capital e de propriedade e criava um clima propício à inovação e ao risco que foi fundamental para o lançamento da indústria tipográfica e, a partir desta, para o lançamento da indústria cultural e jornalística ligada à cultura impressa, à medida que o comércio se intensificava, agregando-se à volta das Bolsas de Valores, de empresas e das companhias de comércio internacional e colonial, transcontinental. C. John Sommerville (1996, p. 14) é um dos pensadores da génese do jornalismo que atenta nesta realidade, embora desde uma perspetiva crítica:

> Muitos editores foram impulsionados por uma visão de informação ao público, mas outros moveram-se por motivos puramente económicos (…) e lucro. (…) Muitos dos primeiros editores eram livreiros que (…) cedo

> perceberam que a publicidade lhes poderia aumentar a margem de lucro. Assim, as notícias tornaram-se o invólucro da publicidade (…). Também ocorreu a alguns dos primeiros donos de periódicos que a maximização das vendas diárias demandava uma apresentação pública de *imparcialidade* (…). A dinâmica da periodicidade surge da necessidade de atrair e lisonjear os leitores e isto foi reconhecido cedo. Os editores ostensivamente dirigiam-se à inteligência, conhecimento e bom juízo dos seus clientes e até pediam respostas. Vários dos primeiros jornais consistiam *primariamente* em cartas dos leitores, dando-lhes a emoção de se verem eles mesmos na imprensa (…). Os primeiros jornais eram um meio verdadeiramente interativo.

Ao longo do século XVII, a alfabetização nas línguas nacionais, fomentada pela Reforma, incrementava-se (ainda que pouco nos países de tradição católica, como Portugal), até porque era obrigatória para o ingresso em determinadas corporações de ofícios. A separação entre religião e estado, princípio fundamental dos estados laicos contemporâneos, dava passos relevantes nos países onde o luteranismo se afirmava. Estas circunstâncias também contribuíram para o aparecimento e sucesso das gazetas enquanto produto cultural de interesse para um mercado em expansão.

4. Os sistemas jornalísticos na Europa seiscentista

A sociedade europeia de Seiscentos, sujeita a grandes transformações, instabilidade e mudanças, necessitava de informação. Por isso, havia não só receptividade para as notícias, mas também infraestrutura material, capital e matéria-prima informativa suficiente para sustentar o aparecimento dos primeiros periódicos informativos, correntemente denominados em Portugal por relações, gazetas e mercúrios. Representam eles o resultado de um processo que transformou as folhas ocasionais – noticiosas ou panfletárias – e os anuários noticiosos em publicações impressas mais frequentes ou mesmo periódicas, menos volumosas, de menor custo e com informações mais atuais. Com estes dispositivos, "o consumo de notícias aumentou não apenas porque estas potenciavam a mudança social ou facilitavam o comportamento racional, mas como um fim em si mesmo"

(Raymond, 1996, p. 2).

A crescente popularização das notícias, que deixaram de estar limitadas a uma audiência formada pelas elites políticas, religiosas e sociais, deveu-se, conforme já se assinalou, a uma feliz conjugação de fatores, no âmbito dos quais o capitalismo foi determinante:

> O que energizou esta forma social de comunicação foi o facto de poder ser vendida como mercadoria, para obtenção de lucro, pelo que a ampliação da base dos consumidores de notícias, pelo estilo e pelo apelo popular, significava que os impressores ganhavam mais dinheiro. (Conboy, 2010, p. 14)

Porém, a atração da atividade editorial pelo lucro cedo tornou as notícias objetos de crítica. Os leitores queixavam-se da sua falta de rigor e do desrespeito pela verdade (Espejo, 2011, p. 198). Woolf (2001, p. 101) sustenta que os críticos da época desconfiavam da veracidade das informações e criticavam a orientação dos editores para o lucro e, consequentemente, para as notícias exageradas e sensacionais. Também criticavam a dependência dos jornais por novidades. Sommerville (1996, p. 15) associa o desejo de lucro dos editores de jornais ao surgimento do sensacionalismo noticioso, mas também ao surgimento da figura do repórter:

> Não é surpreendente que o sensacionalismo tenha despontado cedo na imprensa (…). As controvérsias eram criadas para entreter o público e estabilizar as vendas. (…) Finalmente, por volta de 1720 os jornais já tinham aprendido a manterem a procura recorrendo ao que poderíamos chamar "repórteres" que iam à procura das notícias em vez de esperarem que elas chegassem ao editor. E assim os seres humanos transformaram-se de coletores de notícias em produtores de notícias.

Sommerville (1996, pp. 14-15) vai mesmo mais longe na crítica aos mecanismos de sedução cultivados pelos editores para cativarem os seus públicos:

> Cuidados constantes eram requeridos aos editores para manterem o seu público, e isto era feito muitas vezes sugerindo identidades que os leitores podiam adotar. Os jornais criavam imagens em que os leitores se podiam reconhecer (…). Este fator incrementou-se (…) com a intensificação da

> privatização da vida (…). Assim, a participação contínua em algo como uma esfera pública era indiretamente mantida através dos jornais, mas apenas como um simulacro de discussão. Durante o século XVII (…) os jornais falavam *para* o seu público e não *por* ele. Mas desenvolvimentos posteriores levaram os jornais a *dizer* às pessoas como pensar. Este processo reforçou-se com a adoção do anonimato pela imprensa. No início, as notícias surgiam com o nome de um editor que se podia assumir que as tinha escrito ou copiado do jornal estrangeiro que constituía a sua fonte, mas por volta de 1700 já era usual os jornais (…) assumirem a voz da sociedade (…). Os livros e os panfletos não detinham esta autoridade, pois podiam ser refutados. Um periódico, porém, podia fazer seguir as notícias de correções subtis, pelo que a sua autoridade anónima era institucional (…). Os periódicos eram mais difíceis de refutar do que os livros.

De qualquer modo, a ideia de *reportagem* e, portanto, o conceito associado de *repórter* foram-se gradualmente imiscuindo na cultura jornalística, mas tiveram também efeitos ao nível da própria configuração de alguns acontecimentos:

> A revolução na tecnologia da informação do meio do século XVII expandiu radicalmente as possibilidades do jornalismo de reportagem, mudando irrevogavelmente as expectativas dos leitores sobre novos relatos noticiosos – e até certo ponto foram também mudando os próprios acontecimentos, à medida que os participantes os registavam para leitura imediata fora das fronteiras do acontecimento em si e para a posteridade. (Mendle, 2001, p. 63)

São várias as publicações que, surgidas nos finais de Quinhentos e início de Seiscentos, disputam entre si a condição de "primeira gazeta periódica" e de "primeiro diário". Sendo algo estéril a polémica, importa vincar, no entanto, que é nessa época que aparecem as publicações que instituíram, na Europa, o modelo por que se guiariam os periódicos subsequentes. Entre essas publicações encontram-se, por exemplo:

1) *La Gazette Française*, da autoria de Marcellin Allard e impressa por Pierre Chevalier, que data de 1604 ou 1605, embora deva ter sido escrita anteriormente (Blanchard, 1976, p. 66);

2) A *Nieuwe Tijdinghen*, publicação periódica principiada em 1605 por Abraham Verhoven, em Anvers, e que, iniciada como uma celebração propagandística dos feitos militares do arquiduque Alberto, governador dos Países Baixos, contra as tropas das Províncias Unidas, se diversificou e tornou, essencialmente (já que não abandonou a função propagandística), um periódico noticioso, até desaparecer, em 1631 (já sob a denominação *Wekelijke Tijdinghen*), sendo referenciada por várias histórias do jornalismo como o primeiro periódico a "ter" características de "jornal" (Sánchez Alarcón,, 1994, p. 364; Braojos Garrido, 1999, p. 24; Jeanneney, 2003, p. 21; Gürtler, 2005, pp. 37-38; Sousa, 2008, p. 34);

3) A importante *La Gazette,* de Théophraste Renaudot (1631), que solidifica um modelo de jornalismo monopolista, noticioso e reportativo, licenciado e censurado, misturado com propaganda (Haffermayer, 2002), que Tengarrinha (1989, p. 38) considera ter servido de exemplo ao primeiro periódico português, a *Gazeta* "da Restauração" (1641-1647);

Quais as principais características dessas novas publicações que entravam intempestivamente nos hábitos dos europeus?

1) Atitude eminentemente informativa, ainda que por vezes também propagandística, revelada pela inclusão de uma autêntica miscelânea de peças, sobretudo de notícias sobre temas variados, sob a forma de textos simples, normalmente datados e geograficamente localizados, dispostos uns a seguir aos outros sem grandes preocupações de ordem ou hierarquia, dominando o género da narração reportativa (Conboy, 2010, p. 14).

2) Produção própria de informações associada à tradução e reprodução de notícias de outras gazetas, do país e do estrangeiro, opção que acelera e aumenta os fluxos de notícias, tornando comuns as notícias internacionais ("o mundo encolhe").

3) Periodicidade (mesmo que irregular) normalmente semanal e depois bi e tri-semanal, até chegar a diária, havendo alguma discordância entre os historiadores sobre qual terá sido o primeiro jornal diário digno do nome: o *Courante uyt Italien, Duytsland,* etc. (Amesterdão, 1618);

o *Einkommende Zeitung* (Leipzig, 1635); o *Neueinlauffende Nachricht von Kriegs-und Welt-Händeln* (Leipzig, Alemanha, 1660), o *Leipziger Post-Und Ordinari Zeitung* (Leipzig, Alemanha, 1662) ou o *Daily Courant* (Inglaterra, 1702).

4) Título unificador que se mantém ao longo da vida da publicação.

5) Indicação (habitual) da data e do local de publicação e, por vezes, do editor.

6) Publicação de notícias do dia anterior, o que reconstrói a noção de *atualidade − muda o horizonte de atualidade da humanidade.*

7) Existência de profissionais (normalmente um ou dois) dedicados em exclusivo à redação, paginação e impressão.

8) Inclusão de anúncios pagos (principalmente a partir de meados do século XVII, com o pioneirismo a pertencer, provavelmente, à *Gazeta de Veneza*). A inclusão de publicidade, além de ser fonte de lucro, diminuirá o preço por exemplar, tornando as gazetas acessíveis a mais pessoas.

É de referir, complementando o que se afirmou acima, que algumas gazetas não se resumiam a um conteúdo unicamente noticioso neutral. Incluíam também notícias "orientadas" e "selecionadas" para servirem determinadas causas, excertos argumentativos, opinativos e persuasivos, por vezes simplesmente propagandísticos, que prefiguraram a *imprensa política* de partido que haveria de animar os séculos XVIII e XIX. Como exemplos, podem referir-se as gazetas holandesas e mesmo a *Gazeta* "da Restauração" e o *Mercúrio Português*, todos engajados na luta contra a dominação espanhola. Noutros casos ainda, as gazetas perseguiam objectivos religiosos e moralistas, sendo que, por vezes, numa única gazeta se misturavam textos com características noticiosas, propagandísticas, argumentativas e moralistas. As *newsletters* das casas comerciais europeias, cujo rigor informativo era essencial para o negócio, contribuíram, por seu turno, para formatar gazetas mais "sérias" e contaminaram positivamente as restantes gazetas.

Utilitariamente, ou até mesmo com pertinência, pode dizer-se que,

ao longo de Seiscentos, a Europa viu surgir dois modelos normativos e funcionais de jornalismo: o inglês e o francês. O primeiro consagra, em tese, a *liberdade de imprensa* e assenta, sobretudo, na iniciativa privada de publicação de jornais, independente do estado; o segundo, impõe o *controlo sobre a imprensa* e assenta num *modelo propagandístico de jornalismo,* subserviente ao estado e dependente dele, ainda que a publicação de periódicos possa resultar da iniciativa privada. O modelo francês – adotado, entre outros países, em Portugal – resulta do monopólio real do poder dentro do estado; o modelo inglês alimenta-se do parlamentarismo e da existência de fações políticas. O primeiro *alicerça a forma de fazer jornalismo em ditadura*; o segundo propõe o *paradigma em que se fundará o jornalismo ocidental contemporâneo.*

Esta tese de destrinça entre um modelo francês e continental e um modelo inglês de jornalismo tem, porém, opositores entre alguns historiadores do jornalismo. Autores como Carmen Espejo (2011) encaram a génese do jornalismo como um processo global e transeuropeu e sustentam que não se pode falar de modelos seiscentistas de jornalismo de caraterísticas rígidas.

> À luz do nosso conhecimento corrente dos cenários históricos (…), não parece que essa categorização possa ser mantida (…). Vários estudos (…) diminuíram o impacto da censura e de outras formas de controlo nos estados sujeitos a um ideal absolutista. O sucesso do modelo continental de monopólio monárquico da comunicação foi colocado em questão pelas ocasiões em que ocorreram revoltas políticas, que tiveram sempre expressão através da imprensa (…). Quer em Espanha quer na França, o estado só se tornou proprietário legalmente reconhecido de jornais no século XVIII, pelo que, no século precedente, estes moveram-se no seio do contexto ambíguo de um estatuto oficioso (…). O cenário mediático francês foi enriquecido por numerosas reproduções autorizadas dos jornais do regime nas províncias, tal como pela circulação de gazetas estrangeiras (…) publicadas em francês para o povo de França. (…) O jornalismo francês tem sido tradicionalmente entendido como um exemplo de *absolutismo* mesmo na esfera da comunicação, mas alguns académicos contemporâneos preferem falar na "contenção da opinião" mais do que na ausência de opinião pública. (…) A informação política tornou-se, assim, parte de uma negociação complexa entre o rei e o povo

> francês (…). Um número ainda maior de estudos (…) tendeu a moderar o suposto clima de liberdade de expressão permitida à imprensa dos estados protestantes do Norte da Europa (…). Nesta perspetiva, não há uma *Europa dos Mercadores* – a Norte – e uma *Europa dos Propagandistas*, no Sul (…). Em ambos os lados da fronteira (…), pode identificar-se a mesma necessidade de recurso a esta nova e poderosa arma [do jornalismo] por parte das fações políticas (…). O jornalismo, sempre e por toda a Europa, envolveu-se profundamente na criação de estruturas políticas, mas em compensação a sua natureza enquanto discurso público dependeu das condições do mercado. (Espejo, 2011, pp. 193-197)

No entanto, mesmo seguindo-se a via utilitária – ou mesmo pertinente – de separação entre um modelo francês e um modelo inglês de jornalismo, é possível afirmar que, em termos formais, o jornalismo, em ambos os modelos (britânico e francês) foi marcado pela periodicidade e pela conjugação de informação, de opinião e de entretenimento, tendo-se alimentado, essencialmente, de notícias, embora no modelo inglês da "imprensa de partido" o artigo de cariz opinativo tenha tido uma importância crescente, tendência que, de resto, alastrou, no século seguinte, à imprensa de todo o continente europeu.

No final do século, em 1690, o jornalismo chegou às colónias britânicas na América, fundadas por colonos profundamente religiosos e bastante alfabetizados. Nesse mesmo ano, foi apresentada, em Leipzig, na Alemanha, a primeira tese doutoral sobre jornalismo, por Tobias Peucer, sinal do impacto que esta actividade estava a ter na Europa.

Há que dizer que as gazetas tinham uma circulação relativamente restrita, quer por causa dos baixos índices de alfabetização, quer por causa do preço (por exemplo, a *Gazeta* "da Restauração" portuguesa custaria seis réis, em média, quantia bastante elevada para a época, variando o preço em função do número de páginas). Entre os leitores directos das gazetas contar-se-iam, assim, os burgueses endinheirados, a aristocracia rica e o clero instruído, embora, como se saiba, as gazetas tivessem também muitos "leitores indirectos", pois eram lidas publicamente em feiras e noutros ajuntamentos, por vezes a troco de um pequeno pagamento por parte de quem escutava.

4.1 O modelo francês normativo e funcional de jornalismo no século XVII

Propaganda e censura, que, antes de serem políticas, foram religiosas (Briggs e Burke, 2004, p. 90), são os elementos estruturantes do modelo normativo e funcional de jornalismo erigido na França seiscentista por homens de estado como o genial cardeal Richelieu.

O modelo normativo e funcional erigido em França para regular o movimento da imprensa e do livro em geral e das gazetas em particular fez escola por toda a Europa continental. No modelo francês, as gazetas estavam ao serviço do absolutismo régio, intolerante para com os "estados dentro do estado", as heterodoxias, as críticas, os protestos e as rebeliões, mas, apesar do controlo régio, alcançaram enorme sucesso, em particular no seio das minorias cultas. Por isso, os governos absolutistas promulgaram leis que instituíam a censura prévia (por funcionários da Coroa e às vezes também por eclesiásticos, como sucedeu em Portugal), reforçavam as proibições de publicar determinados conteúdos, estabeleciam um regime compulsório de licenças de impressão e instituíam formas de repressão contra os prevaricadores (multa, prisão, desterro e serviço nas galés). Por outro lado, pela primeira vez o próprio estado financiou gazetas ao seu serviço, empregando redatores ("jornalistas") convertidos em funcionários leais, a quem eram dadas instruções sobre o que redigir e como redigir, como aconteceu, a partir de 30 de Maio de 1631, na monopolista *Gazette*, dirigida por Théophraste Renaudot, celebrado pelos franceses como o seu primeiro jornalista. A denominação desta última gazeta seria alterada, em 1762, para *La Gazette de France,* o que permitia melhor vender a marca da França na competição simbólica com as restantes gazetas europeias.

O semanário *La Gazette*, publicado sob os auspícios do cardeal Richelieu, homem-forte de França durante o reinado de Luís XIII, tinha, normalmente, quatro páginas, de 23 x 15 cm, e difundia, essencialmente, notícias da corte, de Paris, das províncias francesas e do estrangeiro. Foi concebido para poder ser encadernado, sendo também vendido sob a forma de coleção anual. Era subscrito pelas repartições oficiais e por particulares, o que assegurava a sua estabilidade financeira, passando também a ser vendido nas ruas a partir de 1650, mas, ao contrário dos

periódicos britânicos, cada vez mais lidos pela pequena burguesia, o seu público restringia-se, sobretudo, às elites aristocráticas e clericais e à grande burguesia (Harris, 1996). Esporadicamente, incluía suplementos, os *Extraordinaires*, que relatavam em profundidade acontecimentos singulares de relevo. Em 1642, a *Gazette* alcançou uma tiragem de 800 exemplares e aumentou para oito o número de páginas. Foi atravessando os tempos, sofrendo várias transformações (tamanho, design, periodicidade, conteúdo), tendo perdurado como jornal oficioso ou oficial até 1915.

Foi a França a ver surgir o primeiro jornal cultural: o *Journal des Savants,* de 1665. Tratava-se de um semanário de doze páginas e com um formato um pouco maior do que o de *La Gazette*, que difundia resenhas e comentários de livros bem como artigos sobre temas científicos, históricos e artísticos. É um dos melhores exemplos de como o jornalismo emergente ensaiava já *uma segmentação dos públicos* (observável também no aparecimento do mundano *Mercure Galant*, em 1672, o primeiro periódico a falar, por exemplo, de moda) e correspondia *ao espírito iluminista da Ilustração,* mas também representa um exemplo do que sustentaram autores como Habermas (1989) e Harris (1996): as discussões literárias, científicas, artísticas e das ideias foram o solo fértil em que germinaram as discussões políticas que estruturaram a esfera pública burguesa. Com isso, conforme sustenta Baker (1989), a imprensa teve um papel vital na transformação da vida política e na construção de uma nova noção de legitimidade política, ligada à noção de opinião pública. A legitimidade das políticas, em teoria, tornou-se dependente do apoio da *opinião pública,* embora esta, como muito bem Luhman (1992) relembrava, fosse (e seja) muitas vezes ficcionalmente confundida com a opinião mediatizada.

4. 2 O modelo inglês normativo e funcional de jornalismo no século XVII

Inglaterra entrou no século XVII sob a tentativa monárquica de instituir o absolutismo régio, enquanto os adeptos do parlamentarismo (essencialmente a burguesia comercial rica e puritana) se lhe opunham. Os confrontos civis ensanguentaram o país entre 1643 e 1648, tendo a repú-

blica (*Commonwealth*) sido implantada, em 1649, por Oliver Cromwell, durando até 1660, ano da restauração monárquica. Após a restauração da monarquia, a governação passou a ser repartida entre o rei e o parlamento. Esta opção política foi definitivamente consolidada com a destituição de James II e a oferta da coroa a Guilherme de Orange, em 1688 (Revolução Gloriosa). Um ano depois, em 1689, foi aprovada a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*), segundo a qual haveria tolerância política e religiosa e o parlamento era a sede de governo. Por isso, enquanto na maioria dos países europeus o absolutismo régio imperava, favorecendo um apertado controlo da imprensa, em Inglaterra a revolta contra o absolutismo régio e pelo parlamentarismo, sobretudo após o triunfo da Revolução Gloriosa de 1688, propiciava uma acolhedora atmosfera de liberdade de pensamento e expressão bem como de confronto político. O resultado desta conjuntura foi a adoção final de um modelo de jornalismo baseado na independência dos jornais, quer em termos políticos, já que não só as várias fações políticas podiam ter os seus periódicos como também havia periódicos independentes de todas as fações, quer em termos económicos, já que a publicação de jornais resultava da iniciativa privada e não do apoio do estado. A viabilidade dos jornais, no modelo inglês, só podia ser assegurada pelo sucesso comercial ou pelas assinaturas e apoios particulares, ou seja, pela conivência entre o mercado e a política (Conboy, 2004, p. 46).

> Há (…) ligações estreitas entre as estratégias políticas e o jornalismo, mesmo num contexto como o inglês no qual a tradição historiográfica atribui o desenvolvimento do jornalismo quase exclusivamente a motivos comerciais, apesar da escassa representação da monarquia inglesa nos jornais desse tempo, o que constituiu uma exceção no contexto europeu. (Espejo, 2011, p. 197)

O percurso para a instituição de um modelo normativo e formal de jornalismo assente no princípio da independência e da liberdade da imprensa não foi rápido e muito menos simples. A Inglaterra também passou por períodos de controlo da imprensa, sob o regime das licenças (até mesmo do monopólio) e da censura, antes de chegar a um modelo normativo e funcional de jornalismo acalentador da liberdade de pensamento e de ex-

pressão e da argumentação jornalística persuasiva, um modelo jornalístico – diga-se – que haveria de contribuir para fundar os valores do jornalismo ocidental e dos seus profissionais. Há, portanto, que considerar várias fases na implantação do modelo inglês de imprensa, pois foram diversas as tentativas de controlo do jornalismo incipiente antes de se chegar ao paradigma da *liberdade de imprensa.*

O primeiro periódico em língua inglesa difundido em Inglaterra foi publicado em Amesterdão por George Veseler, em 1620, em grande medida provocado pela avidez de informação suscitada pela deflagração da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), sendo intitulado *Current* [Corrant] *Out of Italy, France, Germany, the Palatinate...* Era enviado por barco para Inglaterra.

A primeira publicação noticiosa genuinamente inglesa (publicada e difundida em Inglaterra) foi o *Corrant or Weekly News [Newes] from Italy, Germany, Bohemia, the Palatinate, France and the Low Countries,* vulgarmente conhecido por *A Current of General News*, editado por Nathaniel Butter, Nicholas Bourne e Thomas Archer a partir de 1622, com periodicidade semanal. Ambos tinham uma política editorial eminentemente noticiosa e cedo foram imitados por outros jornais. Interessantemente, todos foram acusados de difundir notícias falsas, tardias e contraditórias (Braojos Garrido, 1999, p. 29) e continham poucas notícias domésticas (Conboy, 2010, p. 22). Em Inglaterra, os jornais foram apelidados de "corantos" devido, precisamente, à quantidade de periódicos que traziam a palavra "current" (de "current news") no título.

> Os *corantos* geralmente evitavam aspetos controversos da política doméstica, pois os editores podiam perder as suas lucrativas licenças ou sofrer perseguições mais draconianas. De qualquer modo, o material impresso nas Províncias Unidas ou nos estados alemães e depois importado providenciava matéria controversa suficiente para manter os *corantos* interessantes para os leitores. Matérias muito controversas, como os relatos das discussões parlamentares, podiam ser incluídas como separatas nas folhas noticiosas. Foi uma separata, por exemplo, que providenciou o primeiro relato impresso dos debates parlamentares, em 1628. Todavia, o nível de censura não explica por si só a ausência de notícias domésticas nos *corantos*. Em termos gerais, as notícias domésticas eram menos interessantes porque eram geralmente obtidas através de contatos pessoais e não pela

> compra de uma mercadoria atraente e exótica. Além disso, as notícias do exterior eram implicitamente críticas da política estrangeira conduzida pelo rei (…) e tendiam a ser (…) sensacionais (…). (Conboy, 2010, p. 22)

O rei Carlos I procurou controlar a impressão de jornais, mas, por força da acção dos parlamentares, não o conseguiu. Aliás, a própria imprensa noticiou o confronto do Rei com o Parlamento em publicações noticiosas como o *Diurnall Ocurrences or The Head of Several Proceedings in this Present Parliament,* em 1641. Este periódico distinguiu-se por reportar cronologicamente, com rigor e imparcialidade, os debates parlamentares (Conboy, 2010, p. 24). Mas mais importante do que isso, a sua aparição representou uma nova atitude escrutinadora e fiscalizadora dos cidadãos que ampliou os limites da experiência política (Raymond, 1996, p. 122), que trouxe a política para o quotidiano dos cidadãos (Briggs e Burke, 2004, p. 99) e que dilatou os circuitos restritos em que se difundia a informação política, algo que, conforme Conboy (2010, p. 25) salienta, é político em si mesmo:

> Os jornais eram caraterizados por serem relativamente baratos, semanais (periódicos), por conterem registos rigorosos dos debates parlamentares (…), dos quais tentavam a capturar a natureza falada, para que o seu conteúdo fosse reconhecido como sendo composto de notícias. A difusão pública de registos sobre o mundo e de opiniões sobre os acontecimentos políticos e as personalidades políticas envolvidas constituem em si mesmas uma quebra radical com o uso tradicional da linguagem e ilustram o início de uma relação reconfigurada entre a comunicação pública e o mundo social e político. O que distinguia esta nova linguagem (…) era a concentração no contemporâneo e o forte sentido da existência de uma audiência. Este último ponto é profundamente político enquanto representativo do desafio às hierarquias de comunicação estabelecidas, mesmo quando a informação não respeitava estritamente à política (…).

Em 1643, ano em que se desencadeia o confronto civil entre o parlamento e o rei, surge o *Perfect Diurnall*, de Samuel Pecke, um periódico diferente, já que cruzava fontes e procurava persuadir os leitores, simbólica e discursivamente representados ao mesmo nível do redator, com argumentos políticos racionais, assentes em exemplos (Conboy, 2010, p. 25).

O *Perfect Diurnall* talvez possa ser considerado o primeiro bom exemplo de jornal político, no sentido de ser mais um *jornal sobre política* do que um jornal representativo de uma fação política, tendo, segundo Braojos Garrido (1999, p. 29), alcançado uma tiragem de três mil exemplares.

Com o tempo, o impacto e a influência dos periódicos noticiosos e políticos aumentos, mas "a sua reputação de justiça e equilíbrio declinou" e tornaram-se órgãos das fações políticas que os sustentavam (Conboy, 2010, p. 26).

Em 1643, por causa da guerra civil, aparecem jornais realistas pró-absolutistas (*Mercurius Aulicus*) e pró-parlamentares (*Mercurius Britannicus*, onde iniciou carreira o jornalista político independente Marchamont Needham), que se criticavam entre si. Este "diálogo" entre jornais de fações políticas opostas é o primeiro indício de que a esfera pública se estava tendencialmente a deslocalizar para o espaço simbólico e desmaterializado dos jornais. Os jornais "ao distribuírem informação (…) encorajavam os leitores a assumir uma posição sobre os assuntos"; "os conflitos entre os jornais alimentavam o conflito político" (Raymond, 1993, p. 7).

Entre 1643 e 1644, o número de jornais aumentou exponencialmente, mas, na sua maioria, tiveram tiragens reduzidas e vida efémera, sendo que alguns pouco mais eram do que opúsculos políticos ou satíricos.

Em 1644, John Milton apresentou, perante o Parlamento britânico, sob a forma de petição, aquele que se considera ser o primeiro grande discurso moderno pela liberdade de imprensa (entendida como liberdade de impressão ou de prelo), denominado *Areopagítica*. Esse poeta puritano defendeu a "liberdade de imprimir sem licença" e criticou a censura a todos os níveis, quer porque os homens deveriam ter liberdade de escolha sobre o que queriam ler quer porque a verdade – e aqui Milton assume uma posição sofista – poderia emergir das discussões. No discurso, Milton, dando como exemplo a promulgação do *Índex* de livros proibidos, associa a censura ao catolicismo, cujos papas quereriam obter o domínio sobre os homens a todo o custo.

Apesar da polifonia jornalística instalada durante o período da confrontação civil, as tentativas de controlo sobre a imprensa, por força de leis que impunham a censura, as licenças prévias para a impressão e outros mecanismos, repuseram-se durante a ditadura de Cromwell (1649-1658),

mas, de acordo com Braojos Garrido (1999, p. 30), pelo menos nos primeiros tempos dessa ditadura houve uma certa permissividade no respeitante à imprensa política e de humor, subsistindo jornais realistas (*The Royal Diurnall*) e pró-Commonwealth (*Mercurius Politicus*, dirigido por Marchamont Needham e autorizado por John Milton), entre outros menos combativos e mais noticiosos, como o *Brief Relation*, semelhante às gazetas continentais. Porém, em 1655, Cromwell proibiu todos os jornais, à excepção do *Mercurius Politicus*, de Needham, e do semanário *The Public Intelligencer,* mas autorizou, em 1657, o lançamento do *Public Advertiser,* também propriedade de Needham, primeiro jornal exclusivamente de anúncios publicitários. "Desta maneira, aquela Inglaterra, de ampla experiência nas técnicas do debate e da propaganda pela acção da imprensa política e que inclusivamente tinha ensaiado a imprensa humorística e a de temas escabrosos, inaugurava igualmente a imprensa publicitária" (Braojos Garrido, 1999, p. 31).

A restauração monárquica, em 1659, reforçou o controlo régio sobre a imprensa, tendo o rei Carlos II apenas permitido dois periódicos. Esse controlo seria reforçado com a monopolização da imprensa por uma única empresa regiamente licenciada, embora o Parlamento tenha aprovado uma lei de *habeas corpus* que permitiu o aparecimento de jornais politizados. "A liberdade de expressão teve de refugiar-se nas *newsletters* clandestinas e nos cafés", diz Braojos Garrido (1999, p. 31). Os cafés, aliás, configuravam-se crescentemente como *espaços públicos* de discussão racional sobre a política, a economia e o mundo em geral, conforme sustenta Habermas (1989). As pretensões absolutistas e intolerantes de um novo rei, James II, mais uma vez levaram à proibição dos jornais, com excepção do *Public Occurrences Truely Stated* (1688), periódico ao serviço da monarquia. Contudo, a destituição de James II, a sua substituição por Guilherme de Orange (1688) e a proclamação da Declaração de Direitos (1689) lançaram as bases constitucionais que tornaram a Inglaterra um farol da democracia parlamentar e da liberdade de pensamento e de expressão, vistas como sendo "um direito natural" dos cidadãos. Assim, a partir de 1688, rapidamente surgiram, de forma imparável, jornais noticiosos, jornais especializados em informação comercial e económica, jornais culturais e científicos, jornais para cavalheiros, revistas magazines, publica-

ções humorísticas, periódicos mundanos e, obviamente, jornais políticos (ou politizados): a *party press* (imprensa política de partido). Neste último tipo de imprensa, o artigo equiparou-se ou terá mesmo superado a notícia em importância enquanto género jornalístico estruturante da informação. A linguagem dos periódicos:

> desenvolveu-se no quadro de uma negociação pragmática entre as demandas dos leitores, em primeiro lugar, que crescentemente se percebiam quer como indivíduos privados quer como parte de um público vasto; segundo, as demandas dos impressores e anunciantes, que desejavam lucrar com uma circulação crescente dos jornais; terceiro, as demandas dos políticos, que evidenciavam uma atitude ambivalente à exposição pública através das notícias, receosos da crítica mas dependentes da legitimação popular que os jornais lhes podiam dar. (Conboy, 2010, p. 33)

Assim, o modelo inglês de imprensa saído das convulsões que Inglaterra conheceu durante o século XVII apresenta as seguintes características:

1) *Liberdades formais*, alicerçadas nas propostas do racionalismo, nomeadamente liberdade de pensamento, liberdade de expressão e, consequentemente, liberdade de imprensa;

2) *Sistema jornalístico* alicerçado em jornais de vários tipos, entre os quais os jornais noticiosos, generalistas ou especializados, os jornais culturais e científicos e os jornais políticos "de partido" (*party press*). Assim, pela primeira vez os jornais deixam de ser entendidos como meros veículos de notícias ou mesmo de propaganda, passando a ser encarados como *instrumentos a usar na arena pública e na luta política pelo poder*, no quadro de discussões racionais e livres sobre os problemas. Alguns jornais adquiriam, assim, uma dupla finalidade, noticiosa e política, que baseará a construção de um novo e simbólico *espaço público;*

3) Edição de jornais dependente, sobretudo, da iniciativa privada e do sucesso comercial e não de subvenções estatais.

Tendo em conta as características atrás enumeradas, é bom de ver que o modelo normativo e funcional de jornalismo, existente na maioria dos

estados democráticos de direito, se baseia, estruturalmente, no modelo britânico de jornalismo que nasceu no século XVII, o primeiro a garantir a liberdade (formal) de imprensa e de expressão. O modelo britânico de jornalismo, de resto, era mais ou menos replicado na Holanda. Alguns outros regimes, como o sueco, também eram relativamente tolerantes para com a imprensa. Aliás, a Suécia viria a ser, já no século XVIII (1766), o primeiro país a consagrar legalmente o princípio da liberdade de imprensa, logo seguido pelo Estado da Virgínia (Declaração de Direitos do Estado da Virgínia, 1776) e pelos emergentes Estados Unidos (primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos, 1791). A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789, no calor da Revolução Francesa, estabelecia, identicamente, o direito à liberdade de opinião e publicação, mas foi sol de pouca dura, já que os governos revolucionários, primeiro, e Napoleão, depois, se encarregaram de asfixiar a liberdade de imprensa em França.

4.3 Periodismo em Portugal no século XVII

A imprensa portuguesa teve a sua génese entre os séculos XVI e XVII, acompanhando o intenso movimento tipográfico e editorial europeu que se verificava nessa época. Tal como noutros países europeus, foram surgindo, por meio da iniciativa privada, a partir da segunda metade do século XVI, publicações ocasionais manuscritas e impressas, todas elas consagradas a um único tema, que relatavam descobertas relacionadas com da expansão portuguesa, naufrágios, ocorrências na corte, batalhas e outros acontecimentos[4].

Terá sido em 1626 que pela primeira vez foi impresso um anuário

[4] Tengarrinha (1989: 29) fez um levantamento das publicações noticiosas ocasionais portuguesas de que se tem conhecimento ou que ainda se conservam, publicadas entre 1555 e 1641 (ano em que surge a *Gazeta*, primeiro periódico português estável), tendo chegado ao número de 32, abarcando as seguintes temáticas: (1) Expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso: 14 (43,7%); (2) Assuntos religiosos: 6 (18,8%); (3) Notícias da Corte: 6 (18,8%); (4) Acontecimentos gerais do País e o estrangeiro: 3 (9,4%); (4) Batalhas: 2 (6,2%); (5) Descrição de Lisboa: 1 (3,1%).

noticioso em Portugal[5]. Trata-se da *Relação Universal do que Sucedeu em Portugal e Mais Províncias do Ocidente e Oriente, desde o mês de Março de [1]625 até todo Setembro de [1]626,* redigido por um clérigo de nome Manuel Severim de Faria e extraído de um conjunto de anuários noticiosos manuscritos do mesmo autor[6], um dos mais importantes analistas do Portugal da sua época[7]. Com 32 páginas, foi reimpresso em 1627, sinal do sucesso que obteve. Um segundo anuário noticioso do mesmo autor, com 18 páginas, foi impresso em 1628. Ambos misturam arcaísmos com novidade. O formato (*in-quarto*), o design (com frontispício na primeira página, a lembrar um *livro*) e a disposição das notícias é similar à das publicações noticiosas europeias da época (cf. Finberg e Itule, 1990, pp. 13-24 et passim; Canga Larequi, 1994, p. 19; Lester, 1995, pp. 138-148 et passim; Gürtler, 2005, pp. 17-58), mas, na realidade, são "cartas de novas" – o início e o final revelam que o seu intuito era o de fornecer notícias a determinados correspondentes. Deste ponto de vista, demonstram que em Portugal, tal como na Europa, os eruditos estabeleciam redes de correspondentes que promoviam o intercâmbio noticioso e, com ele, o interesse e a expectativa pela informação (cf. Lisboa, Miranda e Olival, 2002, p. 15), facto que deu um contributo notório ao desenvolvimento do jornalismo (Espejo, 2011, pp. 189-202).

O conteúdo das *Relações* é, todo ele, noticioso, embora o discurso

[5] Uma carta régia, datada de 26 de Janeiro de 1627 e dirigida por Filipe III ao chanceler-mor do reino, Cristóvão Soares, conservada na Torre do Tombo (maço da correspondência do Desembargador do Paço, fol. 19) regista, no entanto, que, nessa data, já existiam *relações de notícias* há alguns anos em Portugal: "De alguns anos a esta parte se tem introduzido nesta cidade escrever e imprimir relações de "novas gerais"; e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes, ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias e que antes de as dar se revejam e examinem com especial cuidado."

[6] O conjunto de anuários manuscritos foi intitulado *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d'El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações.*

[7] Escreveu dois importantes livros sobre o Portugal da sua época: *Discursos Vários Políticos* (1624), no qual advoga, por exemplo, a transferência da corte de Madrid para Lisboa, e *Notícias de Portugal* (1655), no qual se debruça sobre personalidades civis e religiosas do seu tempo, a milícia, a nobreza, a moeda, as universidades, a evangelização e a carreira das naus da Índia e do Brasil, entre outros assuntos.

oscile entre o propagandístico (havia que propagandear o poder real, *constantemente presente nas notícias*), o analítico e o factual:

> Em Castela, foi promovido no Conselho de Estado de Espanha (...) Dom Duarte, irmão do Duque de Bragança (...), *demonstração grande do amor que Sua Majestade tem aos portugueses, pois não só os escolhe para o governo de sua Real Casa mas ainda para o supremo de sua Monarquia.*
>
> A fertilidades destes dois anos mostrou claramente que sem vir de fora pão se podia sustentar o Reino, e porque o cuidado da sua agricultura é grande parte da abundância, mandou Sua Majestade renovar a lei de El-Rei Dom Fernando, ordenando aos corregedores que, por conta das câmaras, fizessem lavrar todas as herdades que estivessem sem lavrador, para que a avareza dos donos não fosse causa da esterilidade da terra.

RELACAM
VNIVERSAL DO
QVE SVCCEDEO EM PORTV-
gal, & mais Prouincias do Occidente & Oriente,
de Março de 625. até todo Setembro de 626.
Contem muitas particularidades &
curiosidades.
Ordenada por Francisco de Abreu natural
deita Cidade de Lisboa.
Manoel Severim de Faria.
Com todas as licenças necessarias.
EM LISBOA.
Impressa por Geraldo da Vinha. 1626.

RELACAM
DO QVE SVCCE
DEO EM PORTVGVAL, E NAS
mais prouincias do Occidente, & Oriente
desde Março de 1626. ate Agosto
de 1627.
Ordenada por Francisco de Abreu natural da
cidade de Lisboa.
Manoel Severim de Faria.
A GIL DE NICOLA CAVALEIRO
Frances.
Com todas as licenças necessarias.
EM EVORA.
Impresso por Manoel Carualho, impressor da Vni-
uersidade. Anno 1628.

Fig. 1 – Os dois números impressos dos anuários noticiosos conhecidos por *Relações*, da autoria do clérigo e analista político e económico Manuel Severim de Faria, apresentavam frontispício (incluindo-se nele a referência à sujeição das publicações a "todas as licenças necessárias"). No interior, paginado a uma coluna, as notícias sucediam-se umas às outras, sendo antecedidas e seguidas por uma fórmula retórica epistolar, pois são transcrições impressas de cartas de novas, destinadas a alimentar a rede de correspondentes do referido autor.

Percentualmente, as peças das *Relações* podem dividir-se pelas seguintes categorias: (1) Assuntos políticos, administrativos e diplomáticos: 23%; (2) Assuntos sociais e religiosos: 29%; (3) Assuntos económi-

cos: 3%; (4) Assuntos militares, guerras e batalhas: 36%; (5) Catástrofes naturais e acidentes: 7%; (6) Doenças e fome: 1%; (7) Acontecimentos insólitos: 1% (Sousa, coord. *et al.*, 2007). Curiosamente, não incluíam quaisquer notícias sobre crime. No geral, no que respeita aos temas das informações, as *Relações* não se afastam muito daquilo que hoje é notícia nos jornais generalistas, pois os padrões de noticiabilidade, conforme argumentam Nelson Traquina (2002, p. 276) e Mitchell Stephens (1988, pp. 33-35), têm sido relativamente estáveis ao longo do tempo. Ontem como hoje, a política e a administração dos países, a guerra e os acontecimentos relevantes da vida em comunidade ocupam grande parte das notícias. A elevada percentagem de notícias bélicas deve-se à participação portuguesa, com Espanha, na guerra dos Trinta Anos e aos conflitos travados contra holandeses, franceses e ingleses nas colónias e entrepostos comerciais do Brasil, África e Oriente[8]. Aliás, somente 27% das notícias das *Relações* são sobre Portugal; as restantes têm por tema as colónias portuguesas (15,4%) ou o estrangeiro (57,6%).

As notícias das *Relações* são transcritas de publicações europeias congéneres (várias delas resultantes das cartas trocadas entre as redes europeias de correspondentes e das cartas diplomáticas), outras resultam de cartas enviadas pelos correspondentes de Severim de Faria e outras ainda advêm da recolha direta de informação junto de determinadas fontes pelo autor (Sousa, coord. *et al.,* 2007, pp. 117-118), replicando os métodos de recolha e processamento de informações prevalecentes nas publicações noticiosas europeias do século XVII (cf. Dooley, 2001, p. 8; Espejo, 2011, p. 189-202; Woolf, 2001, pp. 88-94). Seria sempre esse, além do mais, o padrão de recolha de informações para as publicações noticiosas portuguesas até meados do século XIX.

As primeiras publicações portuguesas que possuíam características que

[8] Entre 1580 e 1640, Portugal e Espanha, embora juridicamente fossem reinos independentes, estiveram unidos sob a mesma coroa do ramo espanhol dos Habsburgo. Em consequência, tropas portuguesas lutaram na Europa, durante parte da guerra dos Trinta Anos, ao lado dos espanhóis e das tropas do imperador do Sacro Império Romano-Germânico, e tiveram de enfrentar as nações adversárias dos Habsburgo nas colónias e entrepostos comerciais, devido à expansão colonial francesa, holandesa e inglesa, esta última motivada, em parte, pelo bloqueio dos portos portugueses ao comércio com estes povos após a queda do país sob domínio dos Habsburgo, em 1580.

se podem considerar jornalísticas (cf. Groth, 1960) foram a *Gazeta* "da Restauração" (o epíteto "da Restauração" refere-se ao facto de ter sido publicada no contexto do processo que conduziu à independência de Portugal, em 1640) e o *Mercúrio Português*. Ambos os jornais *publicitavam* (no sentido de *tornarem pública*) a informação, apresentavam periodicidade, tiveram um *carácter noticioso*, publicavam um *noticiário universal* (no sentido de ser um noticiário *generalista* capaz de interessar a uma *universalidade* de destinatários) e disponibilizavam informação de *atualidade*. Tiveram, também, um título unificador ao longo do tempo, característica suscetível de conferir identidade a um jornal (Stephens, 1988, p. 150).

Tabela 1
Algumas publicações seiscentistas portugueses com características de jornal

Título	Datas	Características	Redactores prováveis
Gazeta	1641-1647	Noticioso	Manuel de Galhegos, João Franco Barreto e frei Francisco Brandão (clérigos)
Mercúrio Português	1663-1667	Noticioso	António de Sousa de Macedo
Notícias de Constantinopla	1688	Noticioso (só terão saído três números), traz essencialmente notícias do conflito entre otomanos e a Santa Liga.	Anónimo (N. N.)
Mercúrio da Europa	1689	Noticioso (só terão saído três números), traz essencialmente notícias do estrangeiro.	Anónimo
Publicações ocasionais similares a jornais			
Relação Universal (...) + Relação do que Sucedeu em Portugal (...)	1626 (1º número, reeditado em 1627) e 1628	Anuários de valor historiográfico e noticioso.	Manuel Severim de Faria, sob o pseudónimo de Francisco de Abreu

Mercurius Ibernicus Que Relata Algunos Casis Notables Que Sucedieran en Irlanda Después Que Tomó las Armas por Defender la Religión Católica	1645	Mistura de historiográfico e noticioso, escrito em espanhol, procura propagandear a causa independentista irlandesa em Portugal, associando-a à defesa do catolicismo. Só terá saído um número.	Anónimo
Continuação Histórica	1684 e 1685	Anuário de valor historiográfico e noticioso. Terão saído dois números.	Anónimo
Notícias Católicas e Políticas de Inglaterra	1687	Folha noticiosa combativa defensora dos direitos de Jaime II Stuart ao trono inglês e do catolicismo. Conhece-se um número, mas possivelmente houve outro precedente.	Anónimo
Outras publicações			
Le Mercure Portugais ou Relations Politiques de la Fameuse Révolution d´Etat Arrivée en Portugal Depuis la Mort de D. Sebastien Jusque au Coronnement de D. Jean IV	1643	Obra historiográfica em fascículos periódicos dedicada à causa da restauração da independência, não possui, porém, características jornalísticas. Foi editado em Paris, para propagandear a justiça da causa independentista portuguesa na Europa. Por ter sido uma publicação periódica, é mencionada algo equivocadamente nas histórias do jornalismo português.	François de Chastonniers de Grenaille, sob patrocínio e a pedido do nobre restauracionista conde da Vidigueira.
Gazeta do Parnaso Prologetica	1649 (?)	Publicação obscura escrita em espanhol, com 164 páginas e de que terá sido publicado um único número. Não se localizaram quaisquer exemplares.	Anónimo

A *Gazeta*, primeiro periódico português de que se tem conhecimento, foi publicada, comprovadamente, entre 1641 e 1647, num contexto dominado pela guerra com Castela, desencadeada pela restauração da independência do reino, a 1 de Dezembro de 1640, após 60 anos de união monárquica entre os dois principais países ibéricos. O momento era de crise, não somente política, mas também económica – a economia do reino estava em recessão e era afetada por uma fiscalidade agressiva que havia que mudar em proveito do financiamento do processo civil e militar de restauração da independência (Costa, Lains e Miranda, 2011, pp. 143-207). A nova dinastia de Bragança, que ascendeu ao trono português na sequência da revolução, necessitava de meios de informação e propaganda suscetíveis de contribuir para o esforço de guerra, para a legitimação da nova Casa Real e para o combate à propaganda castelhana. A *Gazeta* acompanhou, assim, os primeiros anos de reinado de D. João IV. Não se sabe, porém, se a *Gazeta* foi um projeto do novo regime ou se foi um projeto que, embora resultante da iniciativa privada, foi acolhido pelo poder régio, que necessitava de se legitimar e propagandear. Este não deixou, contudo, de vigiar a publicação – relembre-se que a ordem jurídica portuguesa previa, até 1820, a censura de publicações e o licenciamento prévio não apenas de publicações mas também de tipografias.

O primeiro editor da *Gazeta* foi, provavelmente, o clérigo Manuel de Galhegos (o "primeiro jornalista português"), a quem foi concedido o primeiro alvará para publicar um periódico em Portugal. O primeiro número da *Gazeta* foi lançado em Novembro de 1641, sob o título *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*. No mês seguinte já surgia apenas sob o título *Gazeta*. Mas menos de um ano depois, em Julho de 1642, a *Gazeta* suspendeu a publicação por força de uma lei promulgada a 19 de Agosto de 1642, que proibia as gazetas "com notícias do reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas". Na realidade, conforme diagnosticam Sousa, coord. *et al.* (2011, pp. 66-67), a *Gazeta* terá sido suspensa pelo poder régio devido ao "excesso de verdade", designadamente devido à possibilidade de, inadvertidamente, a providenciar informações passíveis de serem usadas pelo inimigo castelhano.

Uma segunda série da *Gazeta* foi publicada entre Outubro de 1642 e Setembro de 1647, tendo o alvará sido concedido a João Franco Barreto, que teve licença régia para "traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas". Mas o periódico passou a ostentar a designação "*de Novas de Fora do Reino*", embora também tivesse publicado informações sobre Portugal. Nele também terá colaborado, presumivelmente, frei Francisco Brandão (Cunha, 1941, pp. 52-58; Sousa, coord. *et al.*, 2011, pp. 54-57). Tal como Manuel de Galhegos, eram ambos clérigos afetos à causa da restauração da independência.

GAZETA, EM QVE SE RELATAM AS NOVAS TODAS, QVE OVVE NESTA CORTE, E QVE VIERAM DE varias partes no mes de Novembro de 1641.

Com todas as licenças necessarias. E priuilegio Real. EM LISBOA. Na Officina de Lourenço de Anueres,

GAZETA PRIMEIRA DO MES DE OVTVBRO DE NOVAS fora do Reyno,

GAZETA DO MES DE IANEIRO DE 1645. DE NOVAS FORA DO REYNO. COM A DESCRIPC, AM DAS CERIMONIAS, que se fizeraõ antes, & depois da criaçaõ do nosso S.P.o Papa.

Fig. 2 – Formalmente, a *Gazeta* apresentava-se em formato de *quarto* (sensivelmente 13,5 x 19 cm). Somente o primeiro número apresentava frontispício (e referia-se, tal como as *Relações*, a ser impressa "com todas as licenças necessárias"). Os restantes não o têm, sendo a primeira página ocupada pelo título da publicação, que incluía o mês (*Gazeta do Mês de Y de 16XX*), o que acentuava a ideia de *periodicidade*; por uma chamada relativa ao tema forte, a partir de 1643 (no número de Janeiro de 1645, que serve de exemplo, a chamada focalizava-se nas cerimónias de entronização de um novo papa); e por informações. As informações sucediam-se umas às outras sem grandes preocupações com a ordem ou a hierarquia, sendo possível que fossem redigidas à medida que fossem sendo recolhidas. Toda a *Gazeta* era paginada a uma coluna, em fonte similar à Elzevir, da família romana. O número de páginas oscilou entre dez e dezoito.

Embora nem sempre tenha tido uma periodicidade regular, a *Gazeta* pode considerar-se uma publicação periódica, pois foram publicados su-

cessivamente (pelo menos) 37 números, entre Novembro de 1641 e Setembro de 1647, possibilitando ao público o consumo cíclico de novas informações com regularidade.

Em plena guerra pela restauração da independência do Reino de Portugal, o conteúdo da *Gazeta* – classificado por Sousa, coord. *et al.* (2011, pp. 316-324) – é, quase todo ele, noticioso (99% das peças), versando, principalmente, temas que podem ser agrupados nas seguintes categorias: (1) Vida militar e conflitos bélicos (46%); (2) Vida social e religiosa (21%); e (3) Vida política, administrativa e diplomática (20%). As restantes peças dizem respeito a questões económicas (3%), acontecimentos insólitos (2%), crimes e justiça (2%), catástrofes naturais e acidentes (1%) e outros assuntos (4%). O discurso oscila, tal como nas *Relações* de Severim de Faria, entre o enaltecimento do rei, presença constante nas notícias domésticas, e o factual ou, às vezes, mesmo o fantasioso (havia que provar ao leitor o favor divino à causa da restauração da independência de Portugal):

> O conde da Castanheira, que estava preso numa torre de Setúbal pediu a el-rei nosso senhor que lhe mudasse a prisão por quanto estava indisposto e el-rei nosso senhor usando sua natural benignidade o mandou trazer para o castelo de Lisboa. (*Gazeta* de Novembro de 1641)

> Na comarca de Miranda falou um menino mudo e disse: "viva el-rei D. João IV". Isto se sabe de certo e agora se está fazendo um instrumento de testemunhas por ordem da sé de Miranda. (*Gazeta* de Fevereiro de 1642)

Apenas 15% das matérias da *Gazeta* são referentes a Portugal, podendo a esta percentagem ser adicionado o valor de 2% de peças sobre as colónias portuguesas, o que perfaz um total de cerca de 17% de peças sobre o reino e as suas possessões ultramarinas. Depois de Portugal, França (15%), Espanha e Catalunha (15%), Inglaterra (14%), Sacro-Império (9%), Península Itálica (10%) e Vaticano (3%) são os estados ou territórios mais representados nas notícias da *Gazeta*. As fontes das notícias são as cartas, os relatos orais e, na maioria das notícias do estrangeiro, os periódicos e os folhetos ocasionais europeus – recorde-se que o provável primeiro editor da segunda série da *Gazeta* – iniciada em 1642 e devotada às "novas de fora do reino" – teve, especificamente,

autorização régia para "traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas". Não por acaso, a França era o país que Portugal queria ter por aliado nos seus esforços independentistas.

Em alguns momentos, a *Gazeta* procurava corrigir informações, fosse porque as que tinha difundido não tinham agradado ao poder, fosse por ambição de rigor e verdade:

> O que na *Gazeta* do mês passado se disse de França que com as presentes guerras se passavam muitas necessidades *é falso* e parece que foi informação de pessoa mal intencionada e pouco afeta às coisas deste e daquele Reino. (*Gazeta* de Julho de 1643)

Após o término da publicação da *Gazeta* "da Restauração", Portugal esteve dezasseis anos sem publicações periódicas. A situação só se inverteria com o surgimento d'*O Mercúrio Português*, em 1663, pela mão de António de Sousa de Macedo (1606-1682), diplomata afeto à causa da restauração e estadista, secretário de estado do rei. O jornal duraria até 1667, cobrindo um período de intensa intriga palaciana[9] e de intensificação do conflito independentista com Castela[10], embora o seu fundador apenas o tenha redigido até Dezembro de 1666, ano em que foi forçado a afastar-se da corte devido a um desentendimento com a rainha. Permanecem no anonimato o redator, ou redatores, dos últimos sete números do *Mercúrio Português*, editados em 1667.

Com o *Mercúrio Português*, relançou-se o periodismo em Portugal. Ao longo da sua existência saíram, com rigorosa periodicidade mensal (algo

[9] O Rei D. Afonso VI, um indivíduo impotente, mentalmente débil e de carácter violento, tinha-se emancipado como monarca na sequência de um golpe palaciano orquestrado, em 1662, pelo conde de Castelo Melhor, contra a regente, a rainha-mãe, Dona Luísa de Gusmão. As rédeas do poder régio transitaram para Castelo Melhor e os seus partidários, entre os quais António de Sousa de Macedo, redator do *Mercúrio*. Mas o poder real era minado pelos que queriam levar à regência o príncipe D. Pedro, irmão do Rei. O *Mercúrio* pode, assim, inserir-se dentro da estratégia governamental de enaltecimento da figura do rei, de ocultação dos defeitos do monarca e de apoio à política governamental e à guerra contra Castela pela independência do reino (Sousa e Lima, 2011).

[10] Duas das mais importantes – senão as mais importantes – batalhas da Guerra da Restauração ocorreram no dia 8 de Junho de 1663 (Ameixial) e no dia 17 de Junho de 1665 (Montes Claros), com vitórias portuguesas.

que a *Gazeta* de 1641-1647 não tinha conseguido manter), 48 números e dois suplementos (o jornal foi o primeiro a publicar em Portugal números especiais, em Junho de 1664 e em Junho de 1665). O discurso, conforme foi timbre nos periódicos portugueses seiscentistas e posteriores, também oscilava entre o noticioso e o propagandístico:

> As coisas maiores se vêm e propõem a el-rei em Conselho de Estado (…). Todas as noites, ainda que sejam dias santos, assina el-rei os papéis que deve assinar, no que, por serem muitos, gasta horas (…).Além destas horas de ocupação ordinária, em todas as do dia e da noite, sendo necessário, acode e despacha extraordinariamente (…). De modo que repartidas as horas (…) poucas ficam para se entreter (…), sendo admirável num rei tão moço tão repentina mudança a tanto trabalho (…). Esta é, em suma, a forma de governo presente de Portugal, que parece deve esperar-se todo o acerto que podem prometer as disposições humanas com o favor de Deus. (*Mercúrio Português,* Janeiro de 1663)

Fig. 3 – O escritor, governante e diplomata António de Sousa de Macedo, fundador e redator do *Mercúrio Português,* tido por historiadores da imprensa como José Tengarrinha (1989, p. 41) como "o primeiro jornalista português" (ainda que não cronologicamente), por ter sido o primeiro a apresentar "uma verdadeira constituição de jornalista". Foi, dos conhecidos introdutores do jornalismo em Portugal no século XVII, o único que não era clérigo, mas sim um político envolvido com uma fação da corte, o que teve consequências no discurso do *Mercúrio Português,* panegírico da guerra pela restauração da independência e do rei D. Afonso VI.

Periódico noticioso (55% das matérias são notícias factuais e 44% são notícias com comentários) criado, conforme o anúncio de intenções do frontispício do primeiro número, para anunciar "as novas da guerra entre Portugal e Castela", o *Mercúrio Português* não deixou de, em sintonia com a conjuntura, destacar os acontecimentos bélicos entre os seus conteúdos – de acordo com Sousa e Lima (2011), 67% das matérias que publicou centram-se na guerra, em particular na guerra contra Espanha pela restauração da independência e nas guerras travadas contra potências estrangeiras, designadamente contra as Províncias Unidas, nas possessões coloniais portuguesas. As restantes matérias do *Mercúrio Português* repartem-se por categorias como a vida política, administrativa e diplomática (14%), a vida social e religiosa (7%), a vida económica (5%) e, residualmente, catástrofes naturais e acidentes (1%), doenças e fome (1%), crimes e justiça (2%) e acontecimentos insólitos (2%). É de destacar, neste pormenor, a relativa importância das notícias de economia no *Mercúrio*, devido, particularmente, à intensificação do comércio entre Portugal e o Brasil após a restauração da independência e aos movimentos pendulares das frotas.

Realce-se que somente 5% das matérias do *Mercúrio Português* dizem respeito a realidades externas à Península Ibérica, o que revela um extraordinário esforço de produção própria de informação, através do recurso a fontes como os relatos orais, as cartas de correspondentes do periódico (militares, religiosos e diplomatas) e outra correspondência e documentos recebidos no Palácio Real (não se olvide que António de Sousa de Macedo era secretário de estado do reino). Outras peças terão resultado da observação direta dos acontecimentos por parte de António de Sousa de Macedo, que ocupava um lugar-chave na corte e no governo do país. Contrariamente ao que tinha ocorrido na *Gazeta* "da Restauração" e mesmo nas *Relações* de Severim de Faria, não há, no *Mercúrio Português*, recurso relevante à tradução de matérias dos jornais estrangeiros (apesar destes circularem em Portugal, conforme se nota pelos registos de Sousa de Macedo). Muitas vezes estes são referidos apenas no contexto da guerra independentista, para correção de informações propagadas/propagandeadas através dos periódicos espanhóis ou para contrapropaganda:

> No princípio deste mês de Abril, chegaram a esta corte relações impressas em castelhano e gazetas em francês com a substância delas, referindo haver entrado na cidade do Porto socorro de oito mil soldados ingleses; haver os castelhanos pela Galiza alcançado sobre Lapella grandes vitórias, e no Alentejo uma muito notável sobre um exército português em 21 deste Janeiro passado sobre Jurumenha e outras patranhas nunca imaginadas e sem qualquer fundamento. (*Mercúrio Português,* Abril de 1663)

> Contudo vemos impressas gazetas de Veneza, Liorne, Génova e outras partes de Itália com patranhas dos sucessos determinações e avisos de Castela tão disparatados que resulta em grande descrédito daquelas nações dar-se ouvidos a coisas semelhantes, sem se desenganarem de que tudo quanto vai de Castela é mera ficção. (*Mercúrio Português,* Setembro de 1665)

O desaparecimento do *Mercúrio Português* levou Portugal, num quadro de intensificação do absolutismo, a ficar sem publicações periódicas consistentes até ao surgimento do jornal oficioso *Gazeta de Lisboa,* em 1715. O fim da guerra pela independência de Portugal (formalmente, no início de 1668, apesar de o conflito ter esmorecido a partir da derrota espanhola na batalha de Montes Claros, travada em 1665) também esfumou um dos pretextos da publicação do *Mercúrio*, pois este, no seu primeiro número, propunha-se, no próprio título, oferecer "as novas da guerra entre Portugal e Castela".

O que pode dizer-se, em síntese, sobre a génese do jornalismo em Portugal no alvorecer da Idade Moderna?

1. Em alguns pormenores, Portugal replicou o processo genético do jornalismo observado noutros países europeus. Havia uma indústria tipográfica ativa, havia uma burguesia em ascensão e, apesar da crise, a burguesia teria algum capital para investir na indústria tipográfica. As informações circulavam através de correspondência, de viajantes ou através do recebimento de jornais estrangeiros. Mas, ao contrário do que sucedeu noutros países, os promotores dos periódicos de seiscentos em Portugal não eram simultaneamente impressores ou livreiros nem eram empresários burgueses. Os primeiros periodistas portugueses – isto é, os vários

promotores, editores e redatores da *Gazeta* – eram clérigos afetos à causa da restauração da independência; o editor e redator do *Mercúrio* era um político e governante, o secretário de estado do reino em pessoa. Dificilmente se pode conjeturar, a esta distância temporal, sobre a plenitude das suas intenções, mas dificilmente teriam sido movidos, pelo menos em exclusivo, pela ideia de lucro, pois também havia necessidades políticas – de informação e propaganda – a satisfazer com a *Gazeta* e com o *Mercúrio Português*. Não se sabe, também, com toda a clareza, qual o modelo de financiamento dessas publicações, mas é possível imaginar que, para além do investimento pessoal que possivelmente os seus promotores efetuaram, também tiveram apoio direto ou indireto do poder régio e das fações que representavam (no tempo da *Gazeta*, a causa independentista, representada pela nova dinastia de Bragança, não era unânime no país; no tempo do *Mercúrio*, a corte dividia-se entre os partidos de D. Afonso VI e de D. Pedro e a causa independentista também não se podia considerar ganha).

2. Os primeiros periódicos portugueses, de fraca tiragem, eram direcionados, principalmente, para elites de poder em Portugal, nomeadamente para os cortesãos e outros indivíduos envolvidos ou com interesse nos negócios públicos e privados, embora certamente as notícias se propagassem graças à sua leitura em voz alta em ajuntamentos e à "voz pública". Oficiosamente, os periódicos seiscentistas portugueses também tiveram funções propagandísticas, fosse por convicção dos editores, fosse para contornar a censura e provar que as autoridades nada teriam a recear dos mesmos. As relações e gazetas oficiosas portuguesas de Seiscentos foram, portanto, um excelente dispositivo de propaganda de estado, à semelhança da gazeta de Renaudot, em França, e de periódicos semelhantes. Mas mesmo difundindo informações e comentários de forma controlada, representaram sempre uma voz que poderia tornar-se incómoda. Portugal reproduziu, por isso, o modelo francês de censura e licenciamento para a imprensa.

3. Em termos discursivos, os primeiros periódicos noticiosos seiscentistas portugueses não se afastam muito dos seus congéneres europeus (cf. Harris, 1996; Haffemayer, 2002; Conboy, 2010; Brownless, 2011…). Vivem de notícias, cultivam os factos (*cf.* Shapiro, 2000). As *Relações* e a *Gazeta* têm abundantes notícias internacionais, provenientes das tradu-

ções de gazetas estrangeiras, à semelhança do que ocorria no estrangeiro (cf. Harris, 1996; Haffemayer, 2002; Conboy, 2010; Brownless, 2011…). Mas não o *Mercúrio Português*, que apostou decisivamente na produção própria de informação sobre o reino e as suas possessões e sobre os portugueses. O modelo do *Mercúrio Português* afasta-se, neste pormenor, do modelo seguido por outros periódicos europeus e do modelo dos periódicos que o antecederam em Portugal.

MERCURIO
PORTUGUEZ,
COM AS NOVAS DA GUERRA
entre Portugal, e Caſtella
Começa no principio do anno de 1663.
Por ANTONIO DE SOUZA DE MACEDO.

LISBOA,
Com todas as licenças neceſſarias.
Na officina de Henrique Valente de Oliveira,
Impreſſor delRey N. S. *Anno* 1663.

MERCVRIO
PORTVGVEZ,
COM AS NOVAS DO MEZ
DE
FEVEREIRO
do Anno de 1664.

A Rellação que no mez paſſado ſe fez da jornada delRey N. S. a Santarem faltou dizer, q̃ no dia em q̃ S. Mag. viſitou os Santuarios q̃ ſe nomeárão, o fez tambem ao Conuento dos Religioſos deS. Domingos, aonde ſe conſerua a myſterioſa toalha q̃ ainda moſtra o Sangue Santiſſimo do prodigioſo milagre da Sagrada Hoſtia; & ſe vê a imagẽ do Minino IESVS, de q̃ ſe diz a marauilha de q̃ inuiſiuelmẽte crece. Faz Mercurio reſtituição daquella falta; para q̃ fique em ſilencio a multiplicada gloria daquella illuſtre Villa em tantos theſouros, nẽ a deſaquelle nobiliſſimo Conuento em guardar eſtes, nem a deuação do noſſo Principe em ir peſſoalmente veneralos.

Naquelle mez diſſemos que ſe ficauão lendo as cartas do Correo ordinario q̃ ſe tomou indo para Madrid, & q̃ neſte ſe referiria o q̃ ſe não reſeruaſſe na Secretaria. Reſeruarão-ſe algũas de grande importancia; as

A

outras

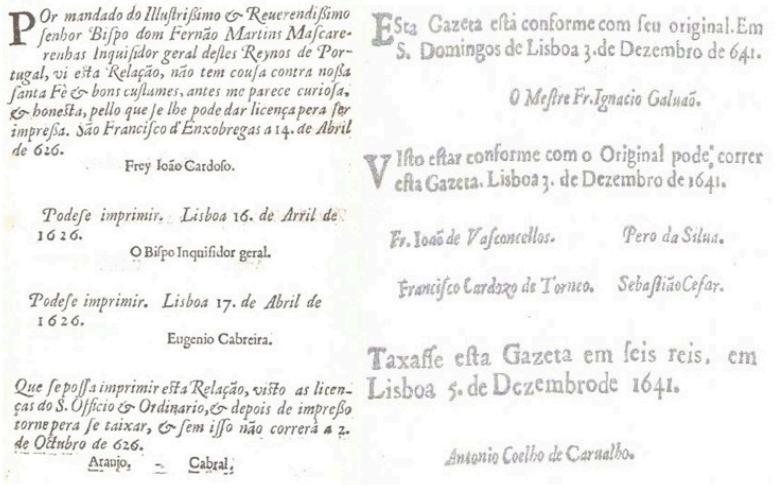
Fig. 4 – Formalmente, o *Mercúrio* é muito semelhante aos seus antecessores. Como os demais, tinha formato de "quarto" ou *in-quarto*, sensivelmente o atual formato A5. As páginas impressas variaram entre as oito e as 32. Os primeiros três números apresentavam frontispício (onde se mencionava o facto de o periódico possuir "todas as licenças necessárias"), mas a partir do quarto número o frontispício só volta a ser usado em Janeiro de 1664, num número que relata uma visita real a Santarém. Neste caso, no frontispício surge, alusivamente, o escudo real português. A partir do quarto número, o *Mercúrio* passa, à semelhança da *Gazeta*, a abrir cada número com o título, no qual se incluía a alusão ao mês (por exemplo, *Mercúrio Português Com as Novas do Mês de Fevereiro do Ano de 1664*). Tal como na *Gazeta*, em certos casos, como no referido número de Janeiro de 1664, ao título sucede-se uma chamada, em jeito de "manchete". E também tal como na *Gazeta*, as matérias do *Mercúrio* sucediam-se umas às outras sem grandes preocupações com a ordem ou a hierarquia, a uma coluna, em fonte similar à Elzevir, da família romana.

Pode, finalmente, colocar-se a questão: quem lia periódicos como a *Gazeta* e o *Mercúrio Português*? Num país onde mais de 90% da população era analfabeta (Carvalho, 2001, pp. 548-549), situação que se prolongaria até ao início do século XX, pode afirmar-se, com alguma segurança, que os jornais eram lidos somente por uma minoria pertencente à elite letrada e culta – nobres, clérigos e membros da alta burguesia – que orbitava em torno da corte e tinha interesse pelos assuntos públicos, ainda que as notícias pudessem ser difundidas oralmente, graças à sua leitura em voz alta em tabernas, feiras, festas e outros ajuntamentos populares.

4.3.1 A reprodução do modelo normativo e funcional de jornalismo francês em Portugal no século XVII

Reproduzindo os constrangimentos à liberdade de imprensa então existentes na generalidade dos países europeus (cf. Braojos Garrido, 1999, pp. 29-31; Guillamet, 2004, p. 53; Pizarroso Quintero, 1994, pp. 43-45…), Portugal não escapou aos mecanismos da censura (civil e eclesiástica) à imprensa e do licenciamento prévio de tipografias e editores. As Ordenações do Reino então em vigor impunham a censura civil, eclesiástica e inquisitorial:

> Por se evitarem os inconvenientes que se podem seguir de se imprimirem em nossos Reinos e Senhorios ou de se mandarem imprimir fora deles livros ou obras feitas por nossos vassalos, sem primeiro serem vistas e examinadas, mandamos que nenhum morador nestes reinos imprima, nem mande imprimir neles nem fora deles obra alguma, de qualquer matéria que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço, depois de ser vista e aprovada pelos oficiais do Santo Ofício da Inquisição. E achando os ditos desembargadores do Paço que a obra é útil para se dever imprimir, darão por seu despacho licença que se imprima, e não o sendo, a negarão. E qualquer impressor livreiro ou pessoa que sem a dita licença imprimir ou mandar imprimir algum livro ou obra, perderá todos os volumes que se acharem impressos e pagará cinquenta cruzados, a metade para os cativos e a outra para o acusador. (*Ordenações do Reino*, livro 5º, título 102).



POr mandado do Illuſtriſſimo & Reuerendiſſimo ſenhor Biſpo dom Fernão Martins Maſcarenhas Inquiſidor geral deſtes Reynos de Portugal, vi eſta Relação, não tem couſa contra noſſa ſanta Fè & bons cuſtumes, antes me parece curioſa, & honeſta, pello que ſe lhe pode dar licença pera ſer impreſſa. São Franciſco d'Enxobregas a 14. de Abril de 626.

Frey João Cardoſo.

Podeſe imprimir. Lisboa 16. de Arril de 1626.

O Biſpo Inquiſidor geral.

Podeſe imprimir. Lisboa 17. de Abril de 1626.

Eugenio Cabreira.

Que ſe poſſa imprimir eſta Relação, viſto as licenças do S. Officio & Ordinario, & depois de impreſſo torne pera ſe taixar, & ſem iſſo não correrá a 2. de Outubro de 626.

Araujo, Cabral.

ESta Gazeta eſtá conforme com ſeu original. Em S. Domingos de Lisboa 3. de Dezembro de 641.

O Meſtre Fr. Ignacio Galuão.

VIſto eſtar conforme com o Original pode correr eſta Gazeta. Lisboa 3. de Dezembro de 1641.

Fr. João de Vaſconcellos. Pero da Silua.

Franciſco Cardozo de Torneo. Sebaſtião Ceſar.

Taxaſſe eſta Gazeta em ſeis reis, em Lisboa 5. de Dezembrode 1641.

Antonio Coelho de Carualho.

Fig. 5 – Os periódicos portugueses foram sujeitos à censura tripartida civil, eclesiástica e inquisitorial até 1820 (pese embora entre 1768 e 1787 a censura ter sido centralizada na Real Mesa Censória). Estas referências inseridas nas *Relações* de Manuel Severim de Faria e na *Gazeta* "da Restauração" documentam a submissão das publicações aos censores e o pagamento das taxas de circulação, que encareciam o jornal enquanto mercadoria e contribuíam para o tornar um produto de luxo.

Uma carta régia, datada de 26 de Janeiro de 1627[11], reforça o prescrito nas *Ordenações do Reino:*

> De alguns anos a esta parte se tem introduzido nesta cidade escrever e imprimir relações de "novas gerais"; e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes, ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias e que antes de as dar se revejam e examinem com especial cuidado.

A restauração da independência de Portugal, a 1 de Dezembro de 1640, e a consequente ascensão da dinastia de Bragança ao trono português, não trouxe mudanças no regime jurídico a que a imprensa estava sujeita. Aliás, devido a uma lei de 19 de Agosto de 1642, que proibia

[11] Maço da correspondência do Desembargador do Paço, fol. 19, dirigida por Filipe III ao chanceler-mor do reino, Cristóvão Soares.

a publicação de gazetas "com notícias do reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas"[12], a *Gazeta* "da Restauração", primeiro periódico português, não foi publicada em Agosto e Setembro de 1642. Quando ressurgiu, em Outubro de 1642, provavelmente já com outro redator responsável, começou a publicar unicamente notícias do estrangeiro, passando, por isso, a ostentar a designação "de Novas Fora do Reino".

A 29 de Janeiro de 1643, nova lei, promulgada pelo rei D. João IV, reforçou o sistema de licenças prévias e censura ("que não se imprimam livros sem licença de el-rei"), revigoradas por um decreto de 14 de Agosto de 1663, no qual se lia: "não se dê licença sem consulta a obras em que se envolvam as coisas do Estado ou reputação pública". A 2 de Novembro de 1663, novo decreto impunha especial cuidado à publicação de notícias sobre o reino.

De uma forma geral, o sistema de censura e licenciamento – civil, eclesiástico e inquisitorial – manteve-se até à revolução liberal de 1820, com alguns aperfeiçoamentos. Um deles foi a instituição da Real Mesa Censória, por iniciativa do "primeiro-ministro" do rei D. José I, o marquês de Pombal, em 5 de Abril de 1768, no âmbito da sua política de centralização administrativa e de subjugação do país à doutrina do direito divino dos reis. Esta entidade jurídica, que juntava, pela primeira vez, censores civis e eclesiásticos, passou a centralizar toda a censura, podendo, de acordo com o seu regimento, datado de 18 de Maio desse mesmo ano, inspecionar livrarias, bibliotecas, tipografias e todas as obras impressas. O mesmo documento proibia, nomeadamente, as obras que veiculassem ideias "supersticiosas, ateias e hereges".

Através de uma Carta de Lei de 21 de Junho de 1787, a rainha D. Maria I substituiu a Real Mesa Censória pela Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, cuja atuação se estenderia a todo o império português. A partir de 17 de Dezembro de 1793, por força de nova legislação, a censura voltou, porém, a ser tripartida, como era

[12] Por algum motivo, a *Gazeta* "da Restauração", o periódico que então se publicava, terá perdido a confiança do poder régio. Lendo-se a publicação, poder-se-á colocar por hipótese que a suspensão se poderá dever à publicitação de notícias que revelavam informações sobre o dispositivo militar português na guerra pela independência que travava com Castela.

antes da instituição da Real Mesa Censória, repartindo-se pela Inquisição, pelas autoridades civis e pelas autoridades eclesiásticas nacionais. Contudo, a partir do início do século XIX, a publicação de periódicos portugueses no estrangeiro permitiu a chegada regular ao país de publicações (liberais) não censuradas.

5. A reflexão sobre jornalismo e o movimento periodístico europeu seiscentista

A tradição literária e narrativa e as histórias que fixaram as ideias e os mitos fundadores das civilizações elencaram as grandes inquietações humanas que são quotidianamente exploradas pelo jornalismo. É nas grandes preocupações com a sobrevivência e com o significado da existência que radica o *sentido* da informação e dos enquadramentos com que a informação é apresentada. É à luz dessas preocupações que faz sentido o jornalismo. No global, essa é, talvez, uma das ideias trazidas por sucessivas reflexões sobre o jornalismo e as notícias que, desde uma perspectiva histórica, foram sendo produzidas ao longo do tempo.

Excluindo as críticas dos pensadores romanos (como Séneca) aos conteúdos das *Actas Diurnas* ou as advertências medievais às notícias que atentavam contra a religião ou o sistema, pode dizer-se que a pesquisa e reflexão sobre o jornalismo começaram no século XVII, no alvorecer da Modernidade. No século em que o jornalismo entrava de rompante na vida pública, é natural que alguns intelectuais, políticos e académicos tenham reparado no fenómeno e considerado que merecia estudo e reflexão. Isso aconteceu, em particular, na Alemanha e em Inglaterra, pois, como Thomas Kuhn (1962) advertiu, o trabalho intelectual é uma atividade humana situada num espaço e tempo específicos. Na Alemanha surgiram os primeiros diários; em Inglaterra surgiram os primeiros periódicos políticos.

Provavelmente não chegaram até nós todas as obras do século XVII em que se refletiu sobre o jornalismo emergente e a sua articulação com a sociedade, os estados, a religião e os valores, mas existe conhecimento de um número suficiente de trabalhos que permitem localizar nesse século – o século da *Gazeta* "da Restauração" e do *Mercúrio Português* – o

nascimento dos Estudos Jornalísticos.

Uma das primeiras tentativas de definir o que são o jornalismo e as notícias, seu produto, datará de 1629, ano em que o académico alemão Christophorus Besoldus tentou caraterizá-las sob o ponto de vista jurídico, na sua obra *Thesaurus Practicus.* Foi nela que pela primeira vez se usou a expressão "Neue Zeitungen" ("periódico de novidades") para referir os jornais (Kurth, 1944; Casasús e Ladevéze, 1991, p.52). A associação da ideia de jornalismo ao aparecimento *periódico de notícias* é um contributo relevante para o entendimento do jornalismo.

Em 1630, o jurista Ahasver Fritsch (*cit. in* Kurth, 1944) abordou a problemática do uso e abuso nas notícias no livro *Discursus de Novellarum Quas Vocant Neue Zeitung Hodierno Uso et Abusu.* Adotou, então, caso se recorra à contemporânea metáfora de Umberto Eco, um discurso mais apocalítico do que integrado em relação aos efeitos alegadamente perversos do jornalismo, tendo aconselhado as pessoas a não crerem em tudo o que liam. Pela primeira vez, foi esboçada uma crítica ao jornalismo nascente.

Em 1644, em Inglaterra, John Milton elaborou, no quadro de uma reflexão humanista e cristã, o primeiro discurso moderno a favor da liberdade de imprensa (*Areopagítica*), considerando que havia vantagens em que os cidadãos pudessem editar e tivessem acesso aos jornais (bem como aos livros), um trabalho já aqui evocado.

Em 1685, Christian Weise (*cit. in* Kurth, 1944) publicou, em Leipzig, a primeira análise de conteúdo da história sobre jornais, neste caso sobre os periódicos surgidos na Alemanha entre 1660 e 1676, intitulada *Nucleus novellarum ab anno 1660 usque 1676,* apêndice do livro *Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum* (parece ter sido também publicada autonomamente, em 1676). No texto, Weise assumiu uma visão mais integrada do que apocalítica e mostrou acreditar no valor formativo, informativo, utilitário e pedagógico do jornal diário.

Também na Alemanha do século XVII, apareceram reflexões sobre o papel do jornal desenvolvidas por Kaspar Von Stieler, Daniel Hartnack, Joham Peter von Ludewig e Adam Rechenberg. São pequenos ensaios, que nem sempre têm como referente central a imprensa, mas nos quais os autores refletem sobre aspetos tão diversos como se a leitura de perió-

dicos noticiosos é agradável ou desagradável (e o que se deveria fazer para a tornar agradável), se essa leitura é boa ou má para as pessoas, a sociedade e os costumes, e ainda sobre a natureza das notícias, etc. (Kurth, 1944).

No ano em que John Locke apresentou o seu *Ensaio Sobre o Governo Civil,* 1690, foi apresentada na Universidade de Leipzig a primeira tese de doutoramento sobre jornalismo, por Tobias Peucer, orientado por Adam Rechenberg. Embora não tenha tido a repercussão das ideias de John Milton, John Locke ou Thomas Hobbes, provavelmente por não estar escrita em inglês nem ter sido apresentada numa universidade anglófona, essa tese inaugura, simbolicamente, a história das Ciências da Comunicação e representa, simultaneamente, a consagração académica do jornalismo como objeto de estudo.

A pioneira tese de Tobias Peucer, datada de uma fase em que a produção e consumo de periódicos informativos se consolidava, já apontava para o facto de que os temas das notícias encontravam razão de ser – leia-se, *adquiririam significado* – em determinados fatores como a sua *importância histórica*, a *negatividade* da informação (as catástrofes, as guerras, as epidemias e outros acontecimentos que ameaçam a sobrevivência deveriam ser noticiados), o *insólito, o interesse cívico* (há coisas que as pessoas, por dever cívico, devem conhecer) ou os *atos das pessoas ilustres*, principalmente dos governantes que têm poder de decisão sobre a forma de vida daqueles que por eles são governados.

Peucer (1690) sustentou, ainda, a proximidade entre jornalismo e história. Para ele, não existia uma distinção clara – provavelmente nem sequer na mente dos gazeteiros – entre o *escrever história e o escrever notícias.* Segundo se infere das palavras do autor, "jornalismo" e historiografia seriam, de certa forma, sinónimos e a redação da história – assente em critérios de verdade, factualidade e crítica das fontes – é o grande referente de que Peucer se serve para aconselhar os "jornalistas" na sua actividade emergente. Em parte, tinha, certamente, razão. Em textos anteriores (Sousa, 2008), sustenta-se que o jornalismo é o resultado de um processo histórico longo e complexo, devendo muito à historiografia e à retórica desde a Antiguidade. De facto, tal como Peucer (1690) de algum modo salientou, numa perspectiva corroborada por autores contemporâ-

neos (Sousa, 2008…), a historiografia terá impregnado o jornalismo de valores como a factualidade, a objetividade, o respeito pela verdade ou o princípio da crítica das fontes; por seu turno, a retórica terá dado ao jornalismo os formatos em que as narrativas se encaixam: o modelo de relato da força decrescente ("pirâmide invertida"), o modelo de relato da força crescente, o modelo diacrónico ou cronológico, o modelo síncrono e mesmo a estrutura clássica de respostas a perguntas no enunciado noticioso. Veja-se, sobre isso, o que dizia Peucer: o enunciado noticioso deve "ater-se àquelas circunstâncias já conhecidas que se costuma ter sempre em conta em uma ação tais como a pessoa, o objecto, a causa, o modo, o local e o tempo" (cap. XXI), como muito bem recordava Quintiliano nas suas *Instituições*. Isto não é mais do que responder a "quem? ", "o quê?", "porquê?", "como?", "onde?" e "quando? ". Esta sugestão de Peucer, importada da retórica clássica da Antiga Grécia e da Antiga Roma[13], conforme se torna explícito pela leitura das *Instituições de Quintiliano*, mostra bem que a fórmula dominante para a construção de uma notícia está muito longe de ser uma invenção anglo-saxónica do século XIX. Dito por outras palavras, a notícia pode ser uma reinvenção das formas de contar novidades dos antigos gregos e romanos, mas não é, seguramente, uma forma inteiramente nova de contar o que é novo, e muito menos uma invenção do jornalismo norte-americano.

Foi também no século XVII que surgiram as primeiras críticas ao jornalismo em Portugal. Na verdade, foi no contexto das guerras da Restauração da Independência, que opunham, desde Dezembro de 1640, Portugal a Castela, que o capitão português Luís Marinho de Azevedo, destacado no

[13] Veja-se por exemplo como a seguinte notícia de uma *ata diurna* (*Acta Diurna Populi Romani,* ano 601 da Fundação de Roma) já tinha uma construção bem moderna:
[Lead]
A 3 de Abril [quando?], Caio Popílio Lenas, Caio Décimo e Caio Hostílio [quem?] foram enviados como embaixadores aos reis da Síria e do Egipto [o quê?], com a missão de preparar a guerra entre eles [porquê?]. [Onde? Em Roma… está subentendido]
[Corpo]
À primeira hora da manhã, em presença de numerosos clientes e amigos, sacrificaram um touro no templo de Castor aos deuses do Povo Romano e obtiveram presságios favoráveis. O Sumo Pontífice, no Templo de Vesta, ofereceu um voto de felicidades.

Alentejo, refletiu, num opúsculo publicado em 1644, sobre a verdade e a mentira jornalísticas, a propósito das alegadas falsidades propagandeadas pelas "relações de Castela" e pela *Gazeta de Génova* (veja-se como as notícias circulavam por toda a Europa graças às traduções sucessivas), que classificavam o resultado da batalha do Montijo (Espanha), travada entre os exércitos de Portugal e de Castela, como uma vitória espanhola. Escreve Luís Marinho de Azevedo (1644):

> Não há coisa no mundo mais poderosa do que a verdade. (...) Querer obscurecê-la com uma mentira é como tapar a luz do sol com uma pequena nuvem. (...) Mas quis a política humana que fosse mais sustentável colorir uma mentira do que acreditar numa verdade (...), apesar de contra esta não prevalecerem, na opinião de Séneca, artifícios retóricos, palavras artificiais nem relações sofísticas. Destas usou sempre Castela para vulgarizar as mentiras que publica e as verdades que oculta com dialogismos e admoestações loquazes (...).
>
> Nasceu a verdade nua (...) e os vestidos com que a quiseram adornar (...) só servem de remendos (...), como sucedeu com as *relações* [itálico nosso] que imprimiu Castela. (...) Publicou Castela que se havia levantado o sítio (...) como sempre faz quando toma alguma praça, mas procura sempre desmentir as perdas consideráveis (...), distraindo o povo com *relações* ridículas para que este não sinta [essas perdas]. E ainda que um político tenha dito que não há ofensas que mais se devam ignorar do que as da língua, penas e imprecisões, para nos podermos empenhar em defendermo-nos de outras maiores, por justiça se antepõem as nossas verdades às suas [de Castela] mentiras; nossa sinceridade aos seus enganos; nossa circunspeção aos seus embustes. (...) Querem os castelhanos torcer e adulterar a verdade como sempre fizeram (...). E ainda que o sargento-mor Dom António Pardo, que foi autor da *relação* que se imprimiu em Sevilha, [tenha dito algumas verdades], ocultou a maior parte, para não deslustrar a reputação de Castela. (...) E que assombração provocou António Pardo ao que escreve gazetas em Génova (...) para este dizer disparates sem pés nem cabeça e escrever mentiras (...), falseando (...) a verdade. Porque tudo (...) o (...) gazeteiro genovês escreve ao contrário. (...) Poderiam os senhores genoveses manter a neutralidade. (...) Se o autor da gazeta [genovesa] dissesse o seu nome poder-se-lhe-iam esgrimir os nossos argumentos (...). Gastem muita arrogância os castelhanos nas suas *relações* e deem os genoveses muitas falsidades nas suas *gazetas* que apesar disso do dito ao

> feito vai grande distância (...) apesar das relações caluniosas escritas com penas mendigantes.

Podemos observar pelo excerto de texto de Azevedo como já estavam, de facto, fortemente vinculados ao jornalismo seiscentista os valores da *verdade* e da *fidelidade aos factos* que provinham da Grécia Antiga, desde que os primeiros historiadores, nomeadamente Tucídides e Xenofonte, começaram a escrever uma história descontaminada de mitos e lendas.

Luís Marinho Azevedo denuncia ainda, indiretamente, quanto o jornalismo emergente servia para *propaganda*[14], tornando evidente o crescente impacto do jornalismo nas sociedades seiscentistas europeias.

Curiosa também é a designação "*gazeteiro*" para apelidar o "escritor de gazetas" ou "autor de gazetas". Os gazeteiros eram já, de certa forma, profissionais à parte. O seu aparecimento e autonomização no seio das classes *profissionais* contribuiu para que o *jornalismo se fosse formatando como profissão.*

Indiretamente, o texto de Luís Marinho de Azevedo confirma, também, que as gazetas seiscentistas circulavam por toda a Europa, contribuindo para a formatação de um espaço europeu de informação internacional – muitas das notícias publicadas nesses periódicos eram internacionais. Luís Marinho de Azevedo lia e conhecia, de facto, não apenas as relações publicadas em Espanha, país com o qual Portugal estava em guerra, mas também a *Gazeta de Génova.*

Em resumo, pode concluir-se que *a reflexão sobre jornalismo em Portugal nasce com a crítica à imprensa*. A crítica do jornalismo é, assim, a primeira linha de pesquisa e reflexão sobre jornalismo que surge em Portugal, continuando até aos dias de hoje.

[14] Tengarrinha (1989, pp.38-39; 2006, pp.28-30) esclarece, por exemplo, que o primeiro periódico português, a *Gazeta* "da Restauração", propagandeava a causa independentista da Casa de Bragança. Segundo o principal historiador da imprensa portuguesa, essa *Gazeta* visava "contrariar o efeito negativo dos boatos postos a circular pelos espanhóis (...), destacar as vantagens militares e diplomáticas alcançadas sobre a Espanha, exagerar as dificuldades que estava a experimentar a monarquia espanhola, animar os que duvidavam do bom desfecho da iniciativa restauradora, influenciar as cortes europeias sobre a legitimidade da nova monarquia e a possibilidade de esta dominar o conflito. Tratava-se, pois, de um empreendimento jornalístico com um objetivo político circunstancial e bem determinado".

6. Bibliografia

Alves, J. A. S. (2005). *O Poder da Comunicação*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

Aristóteles e Thompson, D. H. (Ed.) (1952): History of Animals, in *The Works of Aristotle.* Chicago: Encyclopedia Britannica.

Atherton, I. (1999). The itch grown a disease: Manuscript transmission of news in the seventeenth century. In: Raymond, J. (ed.): *News, Newspapers and Society in Early Modern Britain*. London: Frank Cass.

Autor Anónimo (1889). *Colecção Completa da Legislação Sobre Liberdade de Imprensa Desde 1834 Até Hoje. Acompanhada dos Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça Proferidos por Abuso de Liberdade de Imprensa.* Lisboa: A. G. Vieira Paiva.

Azevedo, Luís Marinho (1644). *Apologia militar en defensa de la victoria de Montijo contra las relaciones de Castilla, y gazeta de Genoba, que la calumniaron mordaces, y la usurpan maliciosas.* Lisboa: Imprensa de Lourenço de Anvers.

Bacon, F. (2007). *Ensaios de Francis Bacon.* São Paulo: Vozes.

Baker, K. M. (1989): *Inventing the French Revolution: Essays on French Culture in the Eighteenth Century.* Cambridge: Cambridge University Press.

Barrera, C. (Coord.) (2004). *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona: Ariel.

Belo, A. (2001). *As Gazetas e os Livros. A "Gazeta de Lisboa" e a Vulgarização do Impresso (1715-1760).* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Bessa, A. (1904). *O Jornalismo. Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias.* Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares de Castro.

Black, Jeremy (2001). *The English Press 1621-1861*. Stroud, Gloucestershire: Sutton Publishing.

Blanchard, G. (1973). Marcelin Allard: La première gazette française. *Communication et Languages,* vol. 17, n.º 17, pp. 66-81.

Blanning, T. C. W. (2002). *The Culture of Power and the Power of Culture. Old Regime Europe 1660-1789*. Oxford: Oxford University Press.

Borderia Ortiz, E.; Laguna Platero, A. e Martínez Gallego, F. A. (1996). *Historia de la Comunicación Social. Voces, Registros y Conciencias*. Madrid: Síntesis.

Bourdieu, p. (1998). *On Television and Journalism.* London: Pluto.

Braojos Garrido, A. (1999): De los antecedentes a la conquista de la libertad de expressión. In: Gómez Mompart, Josep L. e Marín Otto, Enric (Eds.). *Historia del Periodismo Universal.* Madrid: Síntesis, pp. 13-48.

Briggs, A. e Burke, P. (2004). *Uma História Social da Mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Brownless, N. (2011). *The Language of Periodical News in Seventeenth--Century England.* Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.

Cádima, F. R. (1996). *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa: Século XXI.

Canga Larequi, J. (1994). *El Diseño Periodístico en Prensa Diaria.* Barcelona: Bosch.

Carvalho, R. de (2001). *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime Salazar-Caetano.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Casasús, J. M. e Ladevéze, L. N. (1991). *Estilo y Géneros Periodísticos*. Barcelona: Ariel.

Castro, J. L. (1859). *Colecção da Legislação Reguladora da Liberdade de Imprensa Seguida de Vários Acórdãos dos Tribunais Superiores e Precedida de Uma Introdução.* Porto: Tipografia F. Gomes da Fonseca.

Chartier, R. (1993). *Libros, Lecturas y Lectores en la Edad Moderna*. Madrid: Alianza.

Coelho, E. (1880). N*otice Présentée au Congrès Littéraire International de Lisbonne, Avec Fac-simile de la Première Gazette Publiée en Portugal, Offert au Congrès Littéraire International de Lisbonne*, Lisboa: s/e.

Conboy, M. (2002). *The Press and Popular Culture.* London: Sage.

Conboy, M. (2004). *Journalism: A Critical History.* London: Sage.

Conboy, M. (2010). *The Language of Newspapers: Socio-Historical Perspectives.* London: Continuum.

Copeland, D. A. (2006). *The Idea of a Free Press*. Evanston: Northwestern University Press.

Costa, L. F.; Lains, P. e Miranda, S. M. (2011). *História Económica de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Crystal, D. (1991). *Dictionary of Linguistics and Phonetics.* Oxford: Basil Blackwell.

Cunha, A. (1898). *La Presse Périodique en Portugal. Bref Mémoire Présenté au Cinquième Congrès International de la Presse, à Lisbonne*. Comunicação ao V Congresso Internacional da Imprensa, Lisboa. Lisboa: *Diário de Notícias,* Setembro de 1898.

Cunha, A. (1941). *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Dahlgren, P. e Sparks, C. (Eds.) (1991). *Communication and Citizenship.* London: Routledge.

Darnton, R. (1996). Introdução. In: Darnton, R. e Roche, D. (Orgs.): *Revolução Impressa.* A Imprensa na França 1775-1800. São Paulo: Edusp.

Dias, E. G. (2006). *As Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma Revisão das Estratégias Diplomático-Militares Portuguesas [Edição Transcrita]*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Dias, E. G. (2010). *Olhares sobre o Mercúrio Português [1663-1667]. Transcrição e Comentários*. 2 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Dooley, B. (2001). Introduction, The English model. In: Dooley, B. e Baron, S. (Eds.): *The Politics of Information in Early Modern Europe*, London: Routledge, pp.1-21.

Dooley, B., ed. (2010). *The Dissemination of News and the Emergence of Contemporaneity in Early Modern Europe.* Burlington: Ashgate.

Dupré, L. (2004). *The Enlightenment & the Intellectual Foundations of Modern Culture*. London: Yale University Press.

Eisenstein, E. L. (2009). *The Printing Press as an Agent of Change. 14ª edição*. Cambridge: Cambridge University Press.

Espejo Cala, C. (2000). La cultura del impreso: Un Nuevo espacio cultural para el desarrollo propagandístico de la Alta Edad Moderna. In: Espejo Cala, C. (Coordenación): *Propaganda Impresa y Construcción del Estado Moderno y Contemporáneo*. Sevilla: Alfar, pp. 9-26.
Espejo Cala, C. (2011). European communication networks in the Early Modern Age: A new framework of interpretation for the birth of journalism. *Media History*, vol. 17, n. 2, May 2011, pp. 189-202.

Finberg, H. I. e Itule, B. D. (1990). *Visual Editing. A Graphic Guide for Journalists.* Belmont: Wadsworth.

Gellner, E. (1983). *Nations and Nationalism.* Oxford: The Oxford University Press.

Gómez Mompart, J. L. e Marín Otto, E. (Eds.) (1999). *Historia del Periodismo Universal.* Madrid: Síntesis.

Groth, O. (1960). *Die Unerkannte Kulturmacht : Grundlegung der Zeitungswissenschaft.* 6 volumes + 1 inacabado. Berlin: Walter de Gruyter.

Guillamet, J. (2004). De las gacetas del siglo XVII a la libertad de imprenta del XIX. In: Barrera, C. (coord.). *Historia del Periodismo Universal.* Barcelona: Ariel, pp. 43-76.

Guillamet, J. (2004). De las gacetas del siglo XVII a la libertad de imprenta del XIX. In: Barrera, C., coord., *Historia del Periodismo Universal.* Barcelona: Ariel, pp. 43-76.

Gürtler, A. (2005). *Historia del periódico y su evolución tipográfica.* Valencia: Campgràfic.

Habermas, J. (1989). The Structural Transformation of the Public Sphere: *An Inquiry into a Category of Bourgeois Society.* Cambridge: The University of Cambridge Press.

Haffemayer, S. (2002). *L'Information dans la France du XVII Siècle*. Paris: Honoré Champion.

Harris, B. (1996). *Politics and the Rise of the Press.* Britain and France 1620-1800. London: Routledge.

Jeanneney, J.-N. (2003). *Uma História da Comunicação Social.* 2ª edição revista. Lisboa: Terramar.

Kuhn, T. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions.* 2nd edition. Chicago: The University of Chicago Press.

Kurth, K. (1944). *Die Ältesten Schriften Für und Wider die Zeitung: Die Urteile des Christophorus Besoldus (1629), Ahasver Fritsch (1676), Christian Weise (1676) und Tobias Peucer (1690) Über der Gebrauch und Missbrauch der Nachrichten.* München: Rohrer.

Lester, P. M. (1995). *Visual Communication. Images With Messages.* New York: Wadsworth Publishing Company.

Lisboa, J. L.; Miranda, T. C. P. dos Reis e Olival, F. (2002). *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1729-1731).* 2 volumes. Lisboa: Edições Colibri.

Locke, J. (1978). *Ensaio Acerca do Entendimento Humano.* São Paulo: Abril.

Locke, J. (2000). *Carta Sobre a Tolerância.* Lisboa: Edições 70.

Locke, J. (2006). *Dois Tratados do Governo Civil.* Lisboa: Edições 70.

Lousada, A. P. (2012). *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII.* 2ª edição. Lisboa: Fronteira do Caos.

Luhmann, N. (1992). *A Improbabilidade da Comunicação*. Lisboa: Veja.

Maquiavel, N. (1994). *O Príncipe.* 6ª edição. Lisboa: Guimarães Editores (obra editada originalmente em 1532).

Marques de Melo, J. (2003). *História Social da Imprensa.* Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

Martins, R. (1942). *Pequena História da Imprensa Portuguesa.* Cadernos Inquérito, Série G − Crítica e História Literária, vol. XV. Lisboa: Editorial Inquérito.

Matos, G. de M. de (1944). O sentido da crise política de 1667. In: AA. VV. *Anais da Academia Portuguesa de História – Ciclo da Restauração de Portugal.* V. VIII. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg Galaxy. The Making of Typographic Man*. Toronto: The University of Toronto Press.

Meditsch, E. (2008). O jornalismo como forma de conhecimento: Uma abordagem qualitativa. In: Sousa, Jorge Pedro (Org.). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp 7-12.

Melton, James Van Horn (2001). *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mendle, M. (2001). News and the pamphlet culture of mid-seventeenth--century England. In: Dooley, B. e Baron, S. (Eds.): *The Politics of Information in Early Modern Europe,* London: Routledge, pp. 57-79.

Milton, John (2005). *Areopagítica.* México: Fondo de Cultura Económica.

Pena Rodríguez, A. (1994). *Historia del periodismo portugués.* In: Pizarroso Quintero, A. Historia de la Prensa, Madrid: Editorial Centro de Estúdios Ramón Areces.

Pereira, A. X. S. (1895). *Dicionário Jornalístico Português.* Manuscrito inédito conservado na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. 12 vols. Reservados, série azul, n.º 445 a 457. Lisboa: Academia Real das Ciências e autor.

Pereira, A. X. S. (1896). *O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português.* Lisboa: Tipografia Soares.

Pereira, A. X. S. (1897). *Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada.* Lisboa: Imprensa de Libano da Silva.

Pereira, A. X. S. (1901). *As Leis de Imprensa. Memória Oferecida ao Ex.mo Senhor Conselheiro Bernardino Machado*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Peucer, T. (2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de *De Relationibus Novellis*, Leipzig: Tese (Doutorado em Periodística) – Universidade de Leipzig, 1690.)

Pizarroso Quintero, A. (1994). La revolución de la imprenta. In: Pizarroso Quintero, A. (Coord.) et al. (1994): *Historia de la Prensa.* Madrid: Editorial Centro de Estudos Ramón Areces, pp. 29-54.

Pizarroso Quintero, A. (Coord.) et al. (1994): *Historia de la Prensa*. Madrid: Editorial Centro de Estudos Ramón Areces.

Raymond, J. (1993). *Making the News: An Anthology of the Newsbooks of Revolutionary England 1641-1660.* Gloucestershire: The Windrush Press.

Raymond, J. (1996). *The Invention of the Newspaper: English Newsbooks 1641-1649.* Oxford: Oxford University Press.

Raymond, J. (2002). The newspaper, public opinion, and the public sphere in the Seventeenth century. In: Raymond, J. (ed.): *News, Newspapers and Society in Early Modern Britain.* Reprinted. London: Frank Cass, pp. 109-140.

Rétat, P. (1978). Les gazettes : De l'évènement a l'histoire. In: AA. VV. *Etudes Sur la Presse au XVIIIe. Siècle.* Lyons: Presses Universitaires de Lyon, pp. 23-38.

Rétat, P. (Dir.) *et al.* (1981). *Le Journalisme d'Ancien Régime*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

Rocha, J. L. M. (1998). *O Essencial Sobre a Imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Rosado, N. (1966). *A Imprensa.* Lisboa: Ministério da Educação Nacional.

Sánchez Alarcón, I. (1994). Evolución de la prensa en otros países europeos occidentales. In: Pizarroso Quintero, A. *Historia de la Prensa.* Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, pp. 363-391.

Saraiva, A. J. e Lopes, Ó. (1979). *História da Literatura Portuguesa.* 11ª edição. Porto: Porto Editora.

Schudson, M. (1978). *Discovering the News. A Social History of American Newspapers.* New York: Basic Books.

Schudson, M. (1996). *The Power of News.* Cambridge: Harvard University Press.

Schwanitz, Dietrich (2004). *Cultura. Tudo o Que é Preciso Saber.* Lisboa: Dom Quixote.

Shapiro, B. J. (2000). *A Culture of Fact.* England 1550-1720. London: Cornell University Press.
Siebert, F. S.; Peterson, T. e Schramm, W. (1963). *Four Theories of the Press.* Chicago: Illini Books.

Silva, I. F. .e Aranha, P. V. B. (1858/1958). *Dicionário Bibliográfico Português.* 23 volumes, sendo os volumes 10 a 23 da autoria de Pedro Ven-

ceslau de Brito Aranha. Lisboa: Imprensa Nacional [edição original de 1858].

Sommerville, J. (1996). *The News Revolution.* Oxford: Oxford University Press.

Sousa, J. P. (2008). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: Sousa, Jorge Pedro (Org.). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa.* Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 12-93.

Sousa, J. P. (Coord.) *et al.* (2011). *A Gazeta "da Restauração", Primeiro Periódico Português: Uma Análise do Discurso*. Covilhã: Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.

Sousa, J. P. e Lima, M. É. (2011). Propaganda e informação no Mercúrio Português (1663-1667): Representações discursivas do poder régio e do governo de Castelo Melhor. Comunicação inédita apresentada ao IX LUSOCOM – Congresso Lusófono de Ciências da Comunicação (evento científico arbitrado). Universidade Paulista, São Paulo, Brasil.

Sousa, J. P. (Coord.) *et al.* (2007). *A Génese do Jornalismo Lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628).* Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Starr, P. (2004). *The Creation of the Media. Political Origins of Modern Communications.* Cambridge: Basic Books.

Stephens, M. (1988). *A History of News*. New York: Penguin Books, 1988.

Swales, J. (1990). *Genre Analysis.* Cambridge: Cambridge University Press.

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho.

Timoteo Álvarez, J. (2004). Los medios y el desarrollo de la sociedad occidental. In: Barrera, C., coord.., *Historia del Periodismo Universal.* Barcelona: Ariel, pp. 21-42.

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Van Doren, C. (2007). *Breve História do Saber.* Lisboa: Caderno.

Ward, S. J. A. (2004). *The Invention of Journalism Ethics. The Path to Objectivity and Beyond.* London: McGill-Queen's University Press.

Weber, Max (2001). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.* Lisboa: Presença.

Woolf, D. (2001). News, history and the construction of the present in Early modern England. In: Dooley, B. e Baron, S. (Eds.): *The Politics of Information in Early Modern Europe*. London: Routledge, pp. 80-118.

CAPÍTULO 3

Análise formal e do discurso do *Mercúrio Português* (1663-1667)

Cláudio Moreira[1] *e Duarte Pernes*[2]

O *Mercúrio Português* surge em Janeiro de 1663, em Lisboa, na oficina de Henrique Valente de Oliveira, com uma periodicidade mensal e uma taxa que variava entre 5 e 15 reis. Para além dos números normais de cada mês, o periódico inclui três números extraordinários: um de Julho de 1664, em português, e outros dois, ambos em Julho de 1665, em castelhano. Todos relatam vitórias obtidas pelos portugueses sobre os castelhanos. Embora cronologicamente não o seja, António de Sousa de Macedo é considerado "o primeiro jornalista português" porque, na opinião de Tengarrinha (1989, p. 41):

> (…) foi na verdade ele o primeiro quem pela versatilidade da sua cultura e pelo seu estilo directo e conciso, apresentou uma verdadeira constituição de jornalista, ainda não visível em Manuel Galhegos.

Aliás, o próprio autor do *Mercúrio* demonstra ter consciência disso, pois no último número redigido por ele afirma:

[1] Mestre em Ciência da Comunicação – Jornalismo, na Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal). Bolseiro de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Email: claudiojorgemoreira@gmail.com

[2] Mestre em Ciência da Comunicação – Jornalismo, na Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal). Bolseiro de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Email: duartep1988@hotmail.com

> *Mercúrio Português*, Dezembro de 1666
> Simples e corrente foi o estilo de *Mercúrio*, ajustando-se sempre com a maior certeza que pôde alcançar, sem afectar locuções altas que desdissessem a sinceridade de uma pura narração.

Para além das notícias sobre a guerra entre Portugal e Castela, o jornal incluía outras informações sobre outras temáticas, tanto de Portugal como do estrangeiro, e, no dizer de Artur Anselmo (1988, pp. 5 e 15):

> (…) ocupava-se de assuntos triviais da vida quotidiana, como mas partidas e as chegadas, as notícias da Corte ou das obras públicas (em Maio de 1665 descreve-se a inauguração da Rua Nova do Almada em Lisboa).

No entanto, ia mais longe do que fora a *Gazeta*, pois manifestava uma clara intenção política e propagandística. Na opinião de Eurico Gomes Dias (2010, p. XLV):

> (…) o Mercurio Portuguez foi, na sua essência, um "tributo" ao Soldado português, esse elemento anónimo que constitui o suporte cimeiro da portugalidade.

O periódico foi elaborado de acordo com as normas formais da primeira *Gazeta* portuguesa e, tal como esta, representou os primeiros esforços para fazer vingar a causa restauradora, aquele traduziu a expressão política oficial dos últimos anos da Guerra da Restauração. Ambos os jornais são óptimas fontes históricas para quem quiser estudar esse período da História de Portugal.

Embora com fortes marcas panegíricas – uma vez que a questão fulcral do periódico era "a salvaguarda e continuidade de Portugal na História, por desígnio da divina Providência" (Dias, 2010, p. XLIX) – o *Mercúrio Português* manteve sempre critérios de objectividade e respeito pela verdade. Aliás, essa preocupação é claramente expressa pelo seu autor no texto que serve de introdução ao primeiro número.

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1663
> (…) nem pelo ser ficará suspeito no que relatar, como não ficarão Júlio César, e outros no que de si escreveram; antes o receio desta suspeita

> o fará mais acautelado para que, seguindo a natureza do seu Planeta, se não desvie dos raios de sol da verdade sob pena de perder o crédito, pois se esta se pode por breve espaço eclipsar, em fim não se pode escurecer.

António de Sousa de Macedo recorria a várias fontes históricas para fundamentar os acontecimentos narrados e, nas últimas palavras do primeiro número, reitera a veracidade do que narra:

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1663
> Neste mês de Janeiro não houve outra facção ou recontro, e porque não pareça que só se hão de referir os de vantagem para Portugal, promete *Mercúrio* debaixo da verdade, que tem protestado, que sempre irá referindo todos os que forem de consideração, posto que algum (o que Deus não permita) suceda contrário; e com esta promessa, pede que se não dê crédito aos que ele não relatar, como a supostos, e inventados.

Cada número procurava oferecer notícias, organizadas cronologicamente, dos principais acontecimentos que tinham lugar durante um mês inteiro, embora sem preocupações de encadeamento (Sousa, 2010, p. 10). Tais notícias permitiam retratar a sociedade contemporânea e tornavam a leitura do jornal mais agradável do que se nele apenas se referissem episódios políticos e militares.

Depois de 1667, e durante os sete últimos números, o redactor e a equipa editorial passaram a ser outros que ainda não puderam ser identificados. Nas palavras de Eurico Gomes Dias (2010, p. L):

> Quanto ao redactor anónimo poder-se-á afiançar que, sem dúvida, terá sido alguém da confiança do primeiro redactor e por ele instruído, sem deixar de ser alguém próximo do poder régio, apesar das crescentes divergências de D. António de Sousa de Macedo com o "partido" do infante D. Pedro e que conduziriam ao estiolar abrupto da publicação de *Mercurio Portuguez.*

No entanto, e apesar das diferenças de estilo – mais cheio de ornamentos, ao gosto da época barroca –, as notícias permaneceram fluentes e dignas de crédito.

Tendo em conta que este jornal é o objecto de estudo desta investi-

gação, é de todo o interesse apresentar algumas informações genéricas sobre o seu progresso ao longo dos anos. Tais informações estão patenteadas no Quadro 1, inspirado num outro quadro de uma obra (Sousa *et al.*, 2009, pp. 59-64) que estudou o conteúdo da *Gazeta* da "Restauração", servindo de base a uma apresentação.

Quadro 1
*Mercúrio*s publicados, impressores e taxas

Mês e ano de publicação	Correu em	Título e eventual "manchete"	Impressor	Taxa (em réis)	Nº de páginas
Janeiro de 1663	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas da guerra entre Portugal, e Castela – Novas do mês de Janeiro de 1663*	Henrique Valente de Oliveira	10	8
Fevereiro de 1663	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas da guerra entre Portugal, e Castela – Novas do mês de Fevereiro de 1663*	Henrique Valente de Oliveira	5	8
Março de 1663	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Março de 1663*	Omisso	5	6
Abril de 1663	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Abril de 1663*	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	8
Maio de 1663	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Maio de 1663 – Satisfazendo Mercúrio Português à sua natureza, e à sua promessa de falar verdade, ainda que fosse com sucessos contrários, refere os do Mês de Maio na forma seguinte*	Omisso	Omisso	6
Junho de 1663	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1663 – em que se alcançou a vitória da Batalha que se deu no Canal, e em que foi restaurada a cidade de Évora pelos portugueses*	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	16
Julho de 1663	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1663 – E o glorioso sucesso na Praça de Almeida*	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	8
Agosto de 1663	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Agosto de 1663*	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	8

Setembro de 1663	20 de Outubro de 1663	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Setembro de 1663*	Omisso	5	8
Outubro de 1663	14 de Novembro de 1663	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Outubro de 1663 – Relação da guerra que o Conde de São João Governador das Armas da Província de Trás os Montes fez por aquela província em Galiza, até Castela a Velha, entrando, saqueando, e destruindo por muitos dias, e muitas léguas de terra, mais de cento e setenta vilas, e lugares do inimigo, sem lho impedir o exército d'El-Rei de Castela, e socorro com que o mesmo Conde passou logo ao Minho.* *E de como o conde do Prado Governador das Armas de Entre o Douro e Minho passou o Rio Minho, pelejou com o inimigo, ganhou à escala o forte de Gaião, destruiu, assombrou e sujeitou à obediência d'El-Rei Nosso Senhor muitas terras de Galiza.* *Correrias que se fizeram pelas outras província e saída que S. Majestade fez ao Campo da Junqueira com a gente da guerra desta Cidade.*	Omisso	15	20
Novembro de 1663	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Novembro de 1663. E Relação de como valerosamente se tomou a Praça de Lindoso*	Omisso	Omisso	16
Dezembro de 1663	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Dezembro de 1663*	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	12
Janeiro de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Janeiro do Ano de 1664.* *Entrada de S. Majestade em Santarém, e sucessos na guerra muito notáveis*	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	24
Fevereiro de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Fevereiro do Ano de 1664*	Omisso	Omisso	8

Março de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Março do Ano de 1664*	Omisso	Omisso	6
Abril de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Abril do Ano de 1664*	Omisso	Omisso	8
Maio de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Maio do Ano de 1664*	Omisso	Omisso	8
Junho de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1664 – Em que se refere a tomada da Praça de Valença pelo Exército de S. Majestade, de que é Capitão General o Marquês de Marialva Conde de Cantanhede; e o mais que neste mês obrou o exército de Alentejo*	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	30
1.º Número extraordinário (Julho de 1664)	*7 de Julho de 1664*	*Mercúrio Extraordinário. Com a cópia da carta de Pedro Jacques de Magalhães Governador das Armas da Província da Beira no Partido de Almeida em que se deu conta a S. Majestade que Deus guarde, da milagrosa vitória que alcançou do Inimigo, sobre a Praça de Castelo Rodrigo, em 7 do presente mês de Julho de 1664. O Mercúrio ordinário referirá no fim deste mês as mais particularidades, de que ainda não chegou notícia.*	Henrique Valente de Oliveira	*Omisso*	8
Julho de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, Com as novas do mês de Julho Ano 1664. – Com a gloriosa e maravilhosa vitória que alcançou Pedro Jaques de Magalhães, governador das armas no partido de Almeida, contra o Duque de Osuna, em Castelo Rodrigo.*	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	24
Agosto de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Agosto Do Ano de 1664*	Omisso	Omisso	20
Setembro de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, com a recuperação da Praça de Arronches. E os mais sucessos deste Mês de Setembro Do Ano de 1664*	Omisso	Omisso	16

Outubro de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, do mês de Outubro Do Ano de 1664. Com a cópia da carta de Pedro Jacques de Magalhães Governador das Armas da Província da Beira no Partido de Almeida em que se deu conta a S. Majestade que Deus guarde, da milagrosa vitória que alcançou do Inimigo, sobre a Praça de Castelo Rodrigo, em 7 do presente mês de Julho de 1664.* *De como o inimigo voou a sua Praça de Erecera em Estremadura. E entrada e deslocação da Vila de Freixinela , por Pedro Jacques de Magalhães, Governador das Armas do Partido de Almeida, na Província da Beira.* *E a Grande, e Notável destruição, que o Conde de S. João Governador das Armas da Província de Trás os Montes fez no Reino de Galiza, entrando, e saqueando mais de trinta vilas, e lugares, de que se tiraram despojos riquíssimos, e ficou arruinada toda aquela parte.*	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	12
Novembro de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Novembro, Do Ano de 1664. Rota da Cavalaria de Badajoz, Ruina do forte de Vale de la Mula, chegada da frota do Brasil, e Embarcações da índia, e outros diferentes sucessos.*	Omisso	Omisso	16
Dezembro de 1664	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Dezembro, Do Ano de 1664*	Omisso	Omisso	8
Janeiro de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Janeiro Do Ano de 1665*	Omisso	Omisso	12
Fevereiro de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Fevereiro Do Ano de 1665*	Omisso	Omisso	4
Março de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Março Do Ano de 1665*	Omisso	Omisso	24
Abril de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Abril Do Ano de 1665*	Omisso	Omisso	6

Maio de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Maio Do Ano de 1665*	Omisso	Omisso	8
Junho de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho Do Ano de 1665.* *A Valerosa defesa de Viçosa, a famosa vitória da batalha de Montes Claros, A importante assolação das praças de Zarza, e Ferreira, com outras particularidades*	Omisso	Omisso	20
2.º Número extraordinário (Julho de 1665)	Omisso	*Mercúrio Português extraordinario.* *De como fueron assoladas la Plaça de Sarça, y la villa de Ferrera en Castilla por las Armas Portuguesas, gobernadas por Alfonso Furtado de Castro Rio y Mendoça.* *Refierelo en Castellano, para los que no quieren entender outra lengua.*	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	12
3.º Número extraordinário (Julho de 1665)	Omisso	*Relacion verdadeira, y pontual, de la gloriosíssima victoria que en la famosa batalla de Montes Calros alcançò el Exercito delRey de Portugal, de que es Capitan General Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva, Conde de Cantañede, contra el Exercito delRey de Castilla, el Marquez de Caracena, El dia diez de Junio de 1665.* *Con la admirable defensa de la plaça de Villa Viciosa*	Omisso	Omisso	54
Julho de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1665.*	Omisso	Omisso	12
Agosto de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Agosto do Ano de 1665.*	Omisso	Omisso	6
Setembro de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Setembro do Ano de 1665.*	Omisso	Omisso	10
Outubro de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Outubro do Ano de 1665.*	Omisso	Omisso	12
Novembro de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Novembro do Ano de 1665.*	Omisso	Omisso	16

Dezembro de 1665	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Dezembro do Ano de 1665.*	Omisso	Omisso	12
Janeiro de 1666	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Janeiro do Ano de 1666.*	Domingos Carneiro	Omisso	12
Fevereiro de 1666	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Fevereiro do Ano de 1666.* *E se refere o funeral da Rainha nossa Senhora que Deus tem.*	Omisso	Omisso	24
Março de 1666	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Março do Ano de 1666.*	Omisso	Omisso	8
Abril de 1666	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Abril do Ano de 1666.*	Omisso	Omisso	6
Maio de 1666	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Maio do Ano de 1666. E tomada da praça de Sanlúcar del Guadiana.*	Omisso	Omisso	12
Junho de 1666	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1666.*	Omisso	Omisso	12
Julho de 1666	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1666.* *Refere-se a vergonhosa fugida do Exército de Castela em Galiza.* *E a milagrosa vitória que as armas Portuguesas alcançaram nas partes de Angola, do poderoso Rei de Congo, que foi morto em uma batalha.*	Omisso	Omisso	28
Agosto de 1666	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1666.* *Refere-se a vinda de França, e famosa entrada em Lisboa da Rainha Nossa Senhora.*	Omisso	Omisso	38
Setembro de 1666	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Setembro do Ano de 1666*	Omisso	Omisso	4
Outubro de 1666	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1666.* *E resumo breve das festas que se fizeram em Lisboa pelo casamento de Suas Majestades.*	Omisso	Omisso	24

Novembro de 1666	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Novembro do Ano de 1666*	Omisso	Omisso	12
Dezembro de 1666	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1666*	Omisso	Omisso	4
Janeiro de 1667	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Janeiro do Ano de 1667.*	João da Costa	Omisso	26
Fevereiro de 1667	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Fevereiro do Ano de 1667.*	António Creasbeeck de Melo	Omisso	8
Março de 1667	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Março do Ano de 1667.*	António Creasbeeck de Melo	Omisso	22
Abril de 1667	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Abril do Ano de 1667.*	António Creasbeeck de Melo (à custa de André Godinho)	Omisso	4
Maio de 1667	Omisso	*Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1667.*	António Creasbeeck de Melo (à custa de André Godinho)	Omisso	6
Junho de 1667	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1667.*	Omisso	Omisso	8
Julho de 1667	Omisso	*Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1667.*	Omisso	Omisso	12

Escalpelizando este quadro, podem-se estabelecer seis pontos de análise, um para cada coluna.

Primeiramente, olhando para o mês e ano de publicação, constata-se que não houve qualquer intervalo entre cada número, cumprindo-se escrupulosamente o princípio da periodicidade. A juntar a todos estes números impressos mês a mês está a existência de três números extraordinários: o primeiro publicado em Julho de 1664 e os restantes, escritos na língua de Cervantes, foram difundidos um ano depois, em Julho de 1665. Ao todo, o jornal compilou 55 números regulares e acrescentou ainda três números excepcionais, o que perfaz um total de 58 números, distribuídos por 795 páginas.

Depois, observando a segunda coluna, o ponto que mais se salienta é o facto de em apenas três números (Setembro e Outubro de 1663 e no primeiro número extraordinário) haver registo para o dia exacto em que o *Mercúrio* foi impresso. Em Setembro de 1663, diz-se que o número começou a correr a partir do dia 20 do mês seguinte e o número de Outubro, de acordo com a publicação, correu em 14 de Novembro; o número extraordinário correu, então, a 7 de Julho de 1664. Coincidentemente, os meses de Setembro e Outubro do primeiro ano de publicação são os únicos que contemplam uma menção ao presumível censor que avaliava os conteúdos antes da consequente disseminação – esta tarefa esteve a cargo, pelo menos nos números indicados, de D. Rodrigo P. Monteiro Velho Silva.

No que toca aos títulos dos jornais, não houve uma clara regularidade. O título que identificava cada número respeitava o mesmo princípio, porém, em alguns casos era acrescentada uma manchete, que remetia o leitor para os temas principais que estariam descritos nas páginas subsequentes. Geralmente, quando o título ganha uma extensão para além daquilo que era normal, o motivo reside em vitórias nos campos de batalha, que eram importantes discriminar no próprio frontispício. A título de exemplo, o número referente ao mês de Outubro de 1663 aborda o processo de conquista do forte de Gaião e o número alusivo a Junho de 1665 menciona uma das vitórias mais importantes alcançadas pelo contingente português: a batalha de Montes Claros; os números extraordinários, uma vez que fugiam da periodicidade mensal, exibiram sempre títulos vastos.

A quarta coluna, concernente aos impressores, também apresenta algumas nuances que merecem ser esmiuçadas. Em primeiro lugar, o privilégio real concedido passou em grande medida pela oficina de Henrique Valente de Oliveira, que imprimiu a maioria dos *Mercúrio*s. Analisando atentamente a cronologia das impressões, salta à vista o vasto número de publicações que omitem a oficina onde se desencadeou o seu processamento; sobre essas omissões, é crível que Henrique Valente de Oliveira tenha sido o responsável pelas publicações que não especificam o impressor. Desta maneira, até Dezembro de 1666, exceptuando o mês de Janeiro de 1666, em que a oficina de Domingos Carneiro teve a incumbência, é altamente provável que a oficina de Henrique Valente de Oliveira tenha detido todas as impressões. Depois, em Janeiro de 1667, João da Costa foi

quem teve as licenças necessárias para imprimir e a partir de Fevereiro até Julho de 1667 o encargo esteve nas mãos da oficina de António Craesbeek de Melo.

O próximo ponto diz respeito à taxa que acrescia à aquisição do *Mercúrio*. Em apenas quatro números é possível descortinar a taxa que vigorava: o primeiro exemplar de Janeiro de 1663 teve uma taxa exorbitante, cerca de 10 réis; os dois números ulteriores, Fevereiro e Março de 1663, registaram outro valor, 5 réis, metade do que custara o primeiro número; este valor é depois reiterado unicamente no *Mercúrio* de Setembro de 1663. A taxa mais cara foi fixada em Outubro de 1663, atingindo um valor de 15 réis. De resto, todos os outros exemplares não têm qualquer indicação de quanto custaram. Estas ausências devem significar que a taxa de 5 réis foi aplicada até ao término do periódico.

Por último, o número de páginas ou fólios que compuseram o jornal. Não há qualquer regularidade neste particular, o que denota uma postura impremeditada desta publicação. Por exemplo, números como os de Dezembro de 1666 e Abril de 1667 possuem apenas 4 páginas cada, ao contrário do terceiro número extraordinário (o segundo em língua castelhana), de Julho de 1665, o maior de todos, que congrega cerca de 54 fólios. Julgando os dados presentes na sexta coluna, é notório que a densidade ou a escassez de matérias não eram uma situação preocupante nem condicionavam o que se pretendia lá inscrever.

1.1. Apresentação gráfica

As publicações informativas seiscentistas mostraram já uma certa preocupação com o seu aspecto físico. Nada que pudesse comparar-se com os cuidados tipográficos que os séculos seguintes evidenciaram, designadamente o XVIII que marcou um avanço considerável na produção tipográfica:

> O século XVIII, o século das Luzes, posicionou o livro impresso como um dos elementos para o avanço intelectual social. Não é portanto de estranhar que esta época seja também a idade de ouro da tipografia (Heitlinger, 2006, p. 89).

Ainda assim, já no século XVII se denotava, pelo menos, uma tentativa de uniformização das publicações.

O *Mercúrio Português* ajudou, de algum modo, a materializar esta consciencialização seiscentista de um design mais cuidado e atractivo e que, por outro lado, facilitasse a correcta compreensão da mensagem da parte dos leitores. Em suma, começou a entender-se a tipografia não apenas no sentido estético, mas também enquanto actividade comunicativa (Heitlinger, 2006, p.11).

O quadro seguinte procura referir e chamar a atenção para alguns dos pontos mais em evidência do estilo tipográfico do *Mercúrio*. O design não foi sempre homogéneo durante os quatro anos de publicação, mas também não apresentou discrepâncias gritantes. Pode até afirmar-se que houve um certo esforço para que a aparência gráfica não sofresse mudanças bruscas e radicais. De seguida, passar-se-á então a escalpelizar as várias especificidades de design que o *Mercúrio Português* apresentou, segundo pressupostos estabelecidos que procuram ajudar a detectar e a interpretar essas mesmas particularidades.

Quadro 2

Aspectos relevantes do design do *Mercúrio Português*

Papel	Linho
Formato	Quarto
Primeira página	O primeiro número apresenta um frontispício, tal como aqueles que foram publicados em Março de 1663 e em Janeiro de 1664, 1665 e 1667. Nenhum outro número contém frontispício. O jornal alterna também números em que nas primeiras páginas de cada edição são apresentados títulos, com outros onde apenas são mencionados o mês e o ano de publicação. No primeiro número é possível ler-se como título, *Mercúrio Português*, com as novas da guerra entre Portugal e Castela.
Indicação de página	No periódico, a paginação ocorreu de um modo intermitente. O número de páginas não era mencionado de uma maneira regular, inclusive dentro de uma mesma publicação. Quando tal ocorria, a referência à numeração da página aparecia centrada e em baixo do texto noticioso.
Margens	As margens do periódico encontram-se bem delimitadas. O jornal tinha cerca de 19/20 centímetros de altura e 14/15 de largura. O rodapé das páginas é geralmente pequeno.

Entrelinhado	O espaço entre linhas é algo denso, mas sem que a percepção do conteúdo textual por parte do leitor saia afectada.
Parágrafo	Os parágrafos estão assinalados por uma margem descaída ligeiramente para a direita, sendo por isso de fácil percepção.
Colunas	Frequentemente os textos apareciam escritos numa coluna. Por razões excepcionais, como a colocação da listagem de prisioneiros ou dos danos causados ao adversário, estes poderiam conter duas colunas.
Estilos	O estilo tipográfico utilizado no *Mercúrio Português* foi, predominantemente, o Elzevir, de recorte gótico. Ainda assim, o tipo de letra do jornal não se manteve constante, havendo uma variação estilística que se podia verificar mesmo ao longo de uma só publicação. O tamanho do tipo de letra não se manteve uniforme em todas as publicações. A partir do mês de Março de 1667 é utilizada a letra V no meio das palavras, substituindo a letra U empregue até então com valor de V. O itálico era utilizado geralmente na transcrição de cartas ou outro tipo de documentos.
Letras capitulares	Presença constante deste tipo de letra na primeira palavra do início de cada publicação. Por vezes, aparecia também a meio do texto, geralmente quando era feita a transcrição de alguma carta ou comunicado.
Vinhetas decorativas	Apareceram a partir do mês de Junho de 1666, sempre no final de cada publicação.
Filetes	Inexistentes.
Secções	Não há uma divisão física das notícias. Tal pode ser explicado pela homogeneidade temática existente, que fez com que o teor das novas raramente saísse fora do âmbito da Guerra da Restauração e do movimento político que lhe estava adjacente.
Publicidade	Inexistente.
Referências administrativas (taxas, licenças, impressores, etc)	As taxas apenas foram publicadas no primeiro ano de existência do jornal. Concretamente nos meses de Janeiro (10 réis), Fevereiro (5 réis), Março (5 réis), Setembro (5 réis) e Outubro (15 réis). Os impressores do *Mercúrio* foram Henrique Valente de Oliveira (desde Janeiro de 1663 até Dezembro de 1665); Domingos Carneiro (durante 1666, pese embora o seu nome só aparecer referenciado em Janeiro desse ano); João da Costa (Janeiro de 1667) e António Craesbeeck de Melo (de Fevereiro de 1667 em diante). Nota ainda para uma referência, no frontispício, a António de Sousa de Macedo, em que este é apresentado como o redactor do jornal. Esta menção ocorreu apenas no primeiro número do periódico.

O *Mercúrio Português* não destoou muito de outras publicações informativas do século XVII no que à sua tipologia física diz respeito. Desde logo, o seu formato obedece aos cânones tradicionais de então, apresentando-se "em quarto". As páginas nem sempre eram numeradas, nem parecia haver uma norma estabelecida para a numeração. O mesmo se pode dizer em relação à inclusão de frontispícios nas publicações. Curiosamente, estes surgiam, de uma maneira geral, no início de cada ano, não se encontrando presentes em mais nenhum mês, com excepção de Março do ano de 1663.

Para lá da referência ao nome do periódico e do mês e ano de publicação, não era frequente a utilização de títulos informativos. O primeiro mês – como a tabela ilustra – foi um dos casos em que o periódico titulou a sua publicação (*Mercúrio Português, com as novas da guerra entre Portugal e Castela*), algo que aconteceu também, a título exemplificativo, em Setembro de 1664, onde se pode ler "*Mercúrio Português*, com a recuperação da praça de Arronches". Seja como for, denota-se uma certa inconstância a este respeito, dando até a ideia de uma relativa aleatoriedade em função, possivelmente, da relevância atribuída pelo redactor do jornal aos acontecimentos que cada mês tinha registado.

A preocupação com o aspecto gráfico do periódico foi bem patente, o que é revelador da atenção que as publicações seiscentistas davam já à sua vertente formal. A atestar esta ideia no *Mercúrio Português* está a presença regular de letras capitulares, geralmente no início de cada edição, e que primavam pelo cuidadoso trabalho com que eram exibidas. De igual modo, as margens laterais encontravam-se bem definidas, o que facilitava a leitura, além de permitir uma maior organização informativa. O *Mercúrio Português* media cerca de 20 centímetros de altura e 15 centímetros de largura. Os parágrafos estão indentados, marcando uma margem descaída um pouco para a direita.

Ainda nesta linha de uma aproximação ao que se pode encontrar nos jornais hodiernos, o espaço existente entre linhas é algo curto, apresentando alguma densidade textual. No entanto, tal não é impeditivo de uma leitura tranquila e repousada. O texto informativo vinha geralmente numa coluna, podendo conter duas no caso de ser publicada algum tipo de listagem (prisioneiros, mortos durante a batalha ou danos causados nos exércitos).

A apresentação visual do *Mercúrio Português* transparecia, por conseguinte, uma preocupação evidente com a organização das ideias expostas, proporcionando aos seus leitores uma facilidade de leitura e apreensão da mensagem informativa. O estilo de letra utilizado no periódico foi variável, ainda que as diferenças gráficas não fossem assinaláveis. Esta variável ocorria provavelmente devido à mudança nos impressores que foram existindo ao longo da publicação do *Mercúrio*, muito embora o registo de estilo pudesse mesmo sofrer alterações durante uma mesma edição. Contudo, aquele que predominou foi o Elzevir, um tipo de letra de recorte gótico muito em voga nas publicações seiscentistas. Actualmente, o estilo que mais fielmente se assemelha ao que era utilizado durante o século XVII é o "Garamond Pro". De resto, foi esta a fonte tipográfica utilizada por Eurico Gomes Dias para a transcrição integral do *Mercúrio Português* na sua obra *Olhares sobre o Mercurio Portuguez* (Dias, 2010, p. CCVII).

O tamanho do tipo de letra também variava (atente-se, por exemplo, na diferença da publicação de Janeiro de 1666, bastante maior do que o habitual, para Fevereiro desse mesmo ano) mas, em todo caso, permitiu sempre uma fácil percepção do conteúdo escrito para o leitor. O itálico era utilizado por vezes quando, a título de exemplo, era exposto algo que não fosse não redigido pelo autor do jornal.

Por outro lado, é de salientar a ausência de filetes ou de outras marcas tipográficas que permitissem a separação física das diferentes notícias apresentadas. Esta divisão não acontecia mesmo que não houvesse nenhum tipo de encadeamento temático entre elas. A desorganização do ponto de vista da exposição conteudística pode ser explicada pela grande uniformidade temática, que poucas vezes desviou as atenções para assuntos que fugissem ao conflito que visava repor a independência de Portugal em relação a Castela.

2. Estudos sobre o *Mercúrio Português*

O *Mercúrio Português*, ao longo dos séculos, tem sido alvo de diversas abordagens. Com maior ou menor incidência, o periódico mereceu análise em dezenas de obras, designadamente em livros especializados em jornalismo e história da imprensa em Portugal, em enciclopédias e di-

cionários e até mesmo em correspondências entre o padre António Vieira (Azevedo, 1926) e altas figuras da esfera política seiscentista, que, aliás, foram as primeiras a tecer um juízo crítico do *Mercúrio*.

Entre as múltiplas obras que fazem questão de destacar este periódico do século XVII, uma quota-parte delas fá-lo por via do elenco dos dados bibliográficos de António de Sousa Macedo, o que é desde logo revelador da importância do jornalista enquanto homem culto da época e, da mesma forma, deixa antever que o *Mercúrio Português* foi uma das produções mais emblemáticas de Macedo. Devido a este factor, bastantes publicações limitam as suas observações ao período em que Sousa de Macedo era o responsável pelo jornal, ocultando os meses sucedâneos, cuja autoria dos artigos é ainda hoje desconhecida.

Se se exceptuarem os estudos formulados por Rocha (1990) e, mais recentemente, por Dias (2010), pode constatar-se um traço similar entre as restantes obras no que ao ângulo de abordagem diz respeito. Os dados contidos na maioria das análises não foram suficientes para aprofundar devidamente esta temática, por forma a descodificar os aspectos mais relevantes do discurso produzido.

Sendo assim, realizaram-se somente algumas pesquisas exploratórias do *Mercúrio Português*, sem que se pudesse aferir com exactidão os efeitos provocados na sociedade de então. Aliás, a esmagadora maioria dos estudos que tratam este periódico seiscentista fazem-no numa perspectiva muito superficial, não analisando as principais características dos artigos publicados ao longo dos cinco anos de existência, mas tecendo algumas considerações gerais, sem que daí se possam fazer juízos abundantes.

Em termos cronológicos, esta foi a sequência de estudos que teve como incumbência dissecar algumas das particularidades do *Mercúrio Português*:

1) O Padre António Vieira foi o primeiro (e único?) indivíduo a elaborar e propagar um raciocínio crítico para com o jornal ainda durante a sua publicação, ao trocar correspondência com altas figuras da época, como D. Rodrigo de Meneses, o marquês de Gouveia e o duque do Cadaval. Na compilação de cartas levada a cabo por João Lúcio de Azevedo (1926), é possível descortinar um total de onze missivas que fazem alusão directa ao *Mercúrio Português*. Entre 1664 e 1665, o padre António Vieira não

se coibiu de expressar àquelas figuras do escol português de então aquilo que pensava sobre o jornal, tecendo comentários nada abonatórios para com os princípios editoriais que norteavam a publicação e o próprio autor, António de Sousa de Macedo, com quem mantinha diferendos de ordem política.

Na carta IX, o padre António Vieira manifesta o desiderato de que o *Mercúrio* tenha o sucesso que prometeu nas suas publicações, para que "tenha larga matéria de espraiar a eloquência, e nos dar neste Janeiro bons princípios de ano novo". Aqui, ainda não era possível denotar qualquer desagrado em torno do periódico. Aliás, é visível um sinal de expectativa em redor do *Mercúrio Português*, a fonte de informação mais importante sobre a Guerra da Restauração.

Na Carta XI, começam a alvitrar-se os primeiros sintomas de desgosto. O padre demonstra alguma apreensão pelas novidades que o marquês de Gouveia lhe fornece sobre o estado da guerra na Beira e revela que as notícias sobre esta matéria introduzidas no *Mercúrio* tratarão de não revelar o que realmente se passa, pois "haverão mister toda a sua eloquência para que não façam o Janeiro funesto".

Mais tarde, o padre usa da ironia para menosprezar o trabalho de Sousa de Macedo à frente do periódico. Na carta XVII, numa referência a uma epístola de pêsames que António de Sousa de Macedo escreveu, na qualidade de secretário de estado, ao marquês de Gouveia pela morte do conde de Soure, o padre regozija-se pelo facto de a correspondência não ser semelhante ao que o *Mercúrio* preconiza: "Folguei de ver a epístola consolatória, sem o estilo de *Mercúrio*; (…) devem de andar mais correntes na nossa secretaria de Estado os decretos de pesares que as cartas de pêsames".

Na carta XXIII, no contexto de um Conselho de Guerra em que se discutia uma hipotética investida portuguesa sobre as forças de D. João de Áustria, o padre era a favor de uma atitude mais contida, ao contrário de Sousa de Macedo. Aproveitando este extremar de posições, o padre António Vieira criticou o jornal: "Enfim, senhor, eu tomara ver este discurso de V. Sª impresso com letras de ouro, e que falaram pelo estilo dele os do nosso desgraçado *Mercúrio*, tão pouco ponderado no que diz, como no que não diz. Ele é da opinião que façamos alguma coisa: (…) há ocasiões

em que no não fazer consiste tudo; e que os conselhos dos grandes generais se não desprezem, e que os rumores do vulgo nem são grandes nem são conselhos". Neste excerto, fica bem evidente que as discordâncias entre o padre e Sousa de Macedo advinham das matérias de índole política que, posteriormente, eram plasmadas para a esfera jornalística, em que o padre era um acérrimo crítico do *Mercúrio Português*.

O estilo que se impregnava no periódico não deixava o sacerdote indiferente e chegou mesmo a desconsiderá-lo na carta L: "A oração de *Mercúrio* também deve de sair este mês: temos muito e bom latim para os estudantes das classes menores". Apesar das reconhecidas qualidades que caracterizavam a sua prosa e poesia, a escrita jornalística de Sousa de Macedo era pouco apreciada pelo padre António Vieira, que a recomendava a estudantes de baixa estirpe.

Na carta LXIII é feita nova crítica ao jornal, desta feita visando o excesso de detalhes que o *Mercúrio* fornecia e que podiam servir os interesses do inimigo: "(…) mas bom é sempre não largar o fio ao novelo. Se não for quaresma, bem pudera o nosso *Mercúrio*, deste mês casar este novelo com aquela novela. Antigamente era coisa muito prezada ter um conselheiro de estado para saber um segredo; agora se compra tudo isto com um vintém. Muito sentirão os castelhanos ver públicos seus segredos; mas consolar-se-ão com saber os nossos".

Apesar de todas as análises depreciativas feitas até ao momento, o padre António Vieira foi capaz de reconhecer o cariz intrépido do jornal, que não temia as retaliações vindas de Castela. Pode ler-se na carta LXIV: "Mas o nosso *Mercúrio* nos segura de todos estes temores com o pouco medo que tem às prevenções de Castela. Quererá Deus que assim seja". Neste particular, o padre mostra-se satisfeito pela audácia patenteada pelo jornal, que não se verga perante o poderio do inimigo castelhano, apesar da inimizade que tolhia a relação entre Sousa de Macedo e o padre António Vieira.

Mais à frente, na carta LXIX, o sacerdote reitera a ideia da falta de rigor do *Mercúrio Português*, uma vez que a escrita que corporizava o periódico já caíra em desuso: "Eu me persuado que não haverá quem não se conforme com ele, e terá *Mercúrio* mui pouco que trabalhar, pois até os termos com que há-de escrever se lhe mostram prescritos".

Na carta XCVI, é feita uma outra crítica ao jornal, que aparentemente não exaltava de forma conveniente os triunfos que os portugueses iam alcançando nos campos de batalha e, ao mesmo tempo, ocultava a glória que Portugal devia mostrar à Europa e ao mundo: "Agora se espera com grande alvoroço a relação de todo o sucesso, em que costumamos ser menos venturosos que na campanha. Queira Deus encaminhar a pena do nosso *Mercúrio*, de maneira que a glória de tamanho caso não fique escurecida, e que acabe de conhecer a Europa e o mundo o que é Portugal, enquanto não chega brevemente o tempo do que há-de ser".

O fecho do jornal chegou a ser equacionado por volta de 1665, segundo o relato feito na carta CXVI. Esta posição é baseada numa carta da Corte, que dá conta de algumas insatisfações para com o periódico, à excepção da impressão, e é anunciado que o *Mercúrio* não será mais publicado: "Da Corte há carta em que se escreve a notícia de descontentamentos vários, afora os da impressão; nesta última se despede *Mercúrio*, mandando que não se escreva mais. Eu lhe sofrera o estilo, com que Deus nos desse ocasiões de escrever vitórias".

A derradeira carta que alude ao *Mercúrio* é a CXXI e vem no seguimento da CXVI, que prenunciava o fim de ciclo do jornal. Ora, esta carta é demonstrativa do contentamento pela continuação do *Mercúrio*, que passaria a ser publicado com mais três licenças, ou seja, seria alvo de um maior controlo: "Muito é para estimar que o nosso *Mercúrio* tenha licença dos queixosos para continuar; correrão seus papéis com três licenças, com que ficarão mais qualificados que todos, mas ainda lhe aconselhava que se não metesse a avaliar merecimentos". Esta posição pode significar que o padre não era contra a publicação do *Mercúrio*, mas contra o estilo que patenteava, que não estaria de acordo com os preceitos que defendia.

2) No século XVIII, há somente o registo de uma fonte. Diogo Barbosa Machado (1741), na sua *Biblioteca Lusitana*, a primeira grande obra colectora de dados bibliográficos em Portugal, faz uma simbólica anotação do *Mercúrio Português*, classificando o jornal como um conjunto de "*relações de sucessos militares* (…) *resumidos a cada mês*" até ao fim de 1666, omitindo os números de 1667. Para além disso, menciona a cidade de publicação, Lisboa, e o impressor que mais números fez imprimir, Henrique Valente de Oliveira.

3) No século subsequente, pôde assistir-se a um fomento de ideias em torno do *Mercúrio Português*. A revista *Panorama* inaugurou as abordagens oitocentistas, num artigo atribuído a Alexandre Herculano, denominado Origem das *Gazetas*, de 1838: nele, o autor diz que a partir da introdução ao primeiro número do *Mercúrio* se pode constatar que nenhum outro periódico se publicava em Portugal após o desaparecimento da *Gazeta* da "Restauração"; diz também, a propósito de Sousa de Macedo, que o jornal foi escrito "por um homem tão hábil, por um político tão consumado, que (…) teve grande voga", apesar de o padre António Vieira o considerar pouco verídico, impolítico e mal escrito. Ainda neste particular, Alexandre Herculano aventa que esse diferendo entre o padre António Vieira e Sousa de Macedo se devia ao facto de ambos estarem em pólos opostos no imbróglio entre D. Afonso VI e o irmão, o infante D. Pedro, algo que faz todo o sentido se se atentar à carta XXIII escrita pelo sacerdote.

Quatro anos volvidos, a mesma revista *Panorama*, desta feita num artigo atribuído à *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis,* volta a dedicar um artigo cujo tema envolve o *Mercúrio Português*, mais precisamente o seu autor, António de Sousa Macedo. Pode ler-se, numa alusão às obras mais marcantes de Sousa de Macedo, uma menção simbólica ao jornal que redigiu entre 1663 e 1666.

4) Outros autores ancestrais também se debruçaram sobre esta matéria, ainda que de forma tímida. Figaniére (1850) e Silva (1859), nas suas compilações bibliográficas, indicam a cidade de publicação, a oficina onde o jornal fora impresso e a sua longevidade, ressalvando que os últimos sete números foram da autoria "de outra mão". Silva (1859), nos Tomos III e VI do seu *Dicionário Bibliográfico Português*, acrescenta que o jornal veio colmatar uma carência sentida desde o desaparecimento da *Gazeta* da "Restauração" e que ao longo da sua publicação houve uma certa coerência, pois os números foram "sempre redigidos como os antecedentes".

Também Silva Túlio (1866), Pinto de Matos (1878) e Carvalho (1976) deram algumas achegas sobre o *Mercúrio Português*. O primeiro fornece uma nota sucinta sobre o facto de o *Mercúrio* ter aparecido 16 anos depois do último número da *Gazeta*, ter uma periodicidade mensal e duração até Julho de 1667; Pinto de Matos (1878), por seu turno, aborda o *Mercúrio* na perspectiva de constituir uma das obras mais notáveis de António de Sou-

sa de Macedo. Conta que começou em Janeiro de 1663, foi impresso na oficina Henrique Valente de Oliveira, em Lisboa, formato 4.º de frontispício e 3 folhas de texto, com a menção final de que fora taxado em 10 réis e faz alusão ao número seguinte (Fevereiro de 1663), taxado em 5 réis. Posteriormente, menciona que se cumpriram de forma escrupulosa os anos de 1663 e 1664, incluindo um número extraordinário[3] com a cópia de uma carta de Pedro Jacques de Magalhães, que houve continuidade em 1665 e 1666 e que actividade findou em Junho de 1667[4]; já Francisco Augusto Martins de Carvalho (1976), cuja edição original da obra remonta a 1891, faz conter no seu *Dicionário Bibliográfico Militar Português* informações já reproduzidas em obras anteriores, aditando ainda que um dos números extraordinários foi escrito em castelhano e que o redactor dos números escritos em 1667 permanecia incógnito até àquela data.

5) Nos finais do século XVIII e primórdios do século XIX destacaram-se dois autores como estudiosos dedicados à actividade jornalística portuguesa: A. X. da Silva Pereira e Alfredo da Cunha.

Silva Pereira, n' *Os Jornais Portugueses* (1897), faz uma simbólica alusão ao título mais extenso do jornal e detalha a sua duração (Janeiro de 1663 até Julho de 1667) .

Alfredo Cunha foi mais expansivo e dedicou mais publicações ao *Mercúrio Português*. Em duas ocasiões, Cunha (1898 e 1914) evidenciou a "feição noticiosa" da imprensa periódica do século XVII, referindo-se não só ao *Mercúrio*, mas também à *Gazeta* da "Restauração" e declarou que o *Mercúrio* prometia para cada mês "uma *relação*, ou mais das *cousas dignas de saberem-se*". Mais tarde, Cunha (1932) cita as primeiras linhas do *Mercúrio*, que segundo ele definem o carácter e a finalidade do jornal, ao mesmo tempo que assevera que o *Mercúrio Português*, assim como a

[3] A quantidade de números extraordinários que compõem o periódico não tem gerado consenso entre os teóricos – a maioria das correntes, aliás, defende que houve apenas dois números suplementares. Contudo, a análise mais verosímil é a de que o Mercúrio Português tenha abarcado um total de três números não-ordinários. A julgar pela catalogação feita por Dias (2010), o mais correcto é dizer-se, tal como preconiza Rocha (1990), que foram dados à estampa três números suplementares: dois extraordinários e uma relação.

[4] Esta sentença acaba por estar errada, uma vez que só em Julho desse mesmo ano é que a actividade do jornal cessou.

Gazeta da "Restauração", são as principais, quiçá únicas, publicações periódicas portuguesas do século XVII. Volvidos alguns anos, Alfredo Cunha (1939) retoma a temática e reputa o *Mercúrio Português* como um dos três patriarcas do jornalismo português, a par da *Gazeta* da "Restauração" e da *Gazeta* de Lisboa. Uma das últimas obras de Cunha (1941) referentes ao *Mercúrio Português* começa por anunciar que Sousa de Macedo não é considerado o primeiro jornalista do ponto de vista cronológico, mas foi-o nas "aptidões e méritos periodísticos". Depois, menciona os objectivos da publicação e a sua orientação, complementando com alguns exemplos, e salienta que, não obstante as inscrições nos frontispícios, o *Mercúrio* também informava sobre outros âmbitos. O último tópico reporta-se à saída de Sousa de Macedo da direcção do jornal, "desgostoso (…) com os atritos que desta sua obra lhe advieram", dirigindo-se aos leitores na despedida em Dezembro de 1666.

6) Uma outra enciclopédia, no dealbar do século XX, faz a referência de que o jornal apareceu em 1663 e findou em 1667, não especificando os meses do seu prelúdio e do seu desfecho. Lemos (1900), que dirigiu a *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada – Dicionário Universal,* alega ainda que os números da publicação ocupavam-se exclusivamente das guerras que então se combatiam, "não dando outra espécie de informações", chegando a considerar o *Mercúrio* como um conjunto de "boletins especiais" em vez de jornal propriamente dito.

7) Alberto Bessa (1904) foi também um dos autores que mais impulsionaram o estudo do jornalismo em Portugal. No entanto, pouco acrescentou ao que já era conhecido sobre o *Mercúrio Português*: inscreve uma breve anotação de que o jornal principiou a sua actividade em Janeiro de 1663, em Lisboa, pelo secretário de Estado António de Sousa de Macedo, que esteve incumbido da sua redacção até Dezembro de 1666 e que autoria dos números de 1667, cessados no mês de Julho, é anónima.

8) Até meados do século XX, recolheram-se alguns parcos contributos que ajudaram a compreender o fenómeno que o jornal criara na época em que foi editado. Remédios (1914) realça a consideração de que o jornal teve "grande voga", apesar do padre António Vieira "o apodasse de pouco verídico, (…) impolítico (…) e até de mal escrito", algo que vai ao encon-

tro daquilo que foi supramencionado e Fonseca (1927) faz a catalogação de todos os títulos dos números publicados.

9) Rocha Martins (1941), na sua *Pequena História da Imprensa Portuguesa,* vai mais além e procura definir os motivos que levaram António de Sousa de Macedo a projectar o *Mercúrio Português*, bem como as razões que ditaram o seu abandono. De acordo com este teórico, Macedo desejou que se criasse em Portugal uma imitação dos órgãos de publicidade que grassavam no estrangeiro e pretendeu dar uma feição mais europeia a Portugal, pois existiam já nos outros países publicações semelhantes, ainda que sem periodicidade definida como o *Mercúrio*; além disto, não fosse esta tentativa, o âmbito informativo português não teria sido tão rico no século XVII. Martins defende, igualmente, que o *Mercúrio* e Sousa de Macedo foram alvo de algumas hostilizações: o padre António Vieira não gostava do periódico, considerando-o pouco verídico, e Maria Francisca Isabel de Sabóia, rainha de Portugal, pressionou o jornalista até que este abandonasse a tarefa de redigir o jornal.

10) O Sindicato dos Jornalistas, num dos seus boletins, também fomentou o interesse por esta matéria e vários autores debruçaram-se sobre ela: Araújo (1941) fala do *Mercúrio* ter sido o sucessor da *Gazeta* e que nada mais houve no século XVII em matéria de jornalismo, para depois acrescentar que Sousa de Macedo foi o redactor do jornal, tarefa correspondente ao que hoje é um director; Sousa (1941) indica que Sousa de Macedo, através do seu "claro espírito (…), presidiu à redacção do periódico que saía no fim de cada mês e dava notícias" e diferencia a *Gazeta*, "estritamente noticiosa", do *Mercúrio*, "de feição política"; por seu turno, Cunha (1941 b) destaca que ainda no século XVII, mais precisamente no reinado de D. Afonso VI, apareceu o "único periódico digno de registo nessa época", pormenoriza que foi redigido por António de Sousa de Macedo, "escritor e diplomata dos mais altos méritos", desde 1663 até ao final de 1666, e, em anexo, reproduz o frontispício do primeiro número, assim como o primeiro fólio.

11) Fernando Castelo-Branco (1956), num artigo para a *Revista Municipal*, visa retratar o *Mercúrio da Europa*, outro dos jornais seiscentistas portugueses, embora teça algumas considerações sobre o *Mercúrio Portu-*

guês. Apresenta, em primeiro lugar, uma súmula de apreciações de outros autores sobre o jornalismo português do século XVII, em que a opinião geral é a de que a *Gazeta* da "Restauração" e o *Mercúrio Português* são tidos como os únicos jornais portugueses desse século; por último, ressalta o carácter regular do *Mercúrio Português*, que apenas se modificava quando algum acontecimento mais importante da guerra com Espanha justificava e se materializava em números extraordinários.

Uns anos mais tarde, Castelo-Branco (1990) acrescenta alguns dados à sua pesquisa pessoal. Defende, em primeiro lugar, que desde 1647, ano em que findou a *Gazeta* da "Restauração", até ao aparecimento do *Mercúrio*, não houve conhecimento de qualquer jornal, pelo que havia a necessidade de se propagar uma nova publicação. Enfatiza igualmente as semelhanças com a *Gazeta* da "Restauração" em vários domínios: no noticiário de luta contra Espanha e no pendor propagandístico. Além disso, tem também parecenças nos aspectos jornalísticos: tem um temário diversificado (necrologia, festas, vida religiosa, espectáculos públicos, touradas, melhoramentos urbanos e cultura). Desta forma, Lisboa teve uma imprensa periódica (*Gazeta* da "Restauração", *Mercúrio Português* e *Mercúrio da Europa*) que lhe fornecia abundantes informações e propaganda de luta com os castelhanos e um noticiário do país e do estrangeiro que, embora de proporções reduzidas, era, na sua essência, idêntico ao da actual imprensa.

12) Depois, são lançados alguns manuais de iniciação ao jornalismo que contemplam algumas achegas sobre o *Mercúrio Português*. O primeiro deles é da autoria de Nuno Rosado (1966): começa por dizer que o aparecimento do *Mercúrio* apenas se dá no reinado de D. Afonso VI e que foi publicado entre 1663-1666, não fazendo referência aos sete números de 1667; refere que a redacção esteve a cargo de António de Sousa de Macedo, escritor e diplomata e que o objectivo do jornal era servir o público da Europa «com novas certas da guerra entre portugueses e castelhanos»; nota que o temário do *Mercúrio* não se confinou aos assuntos entre Portugal e Castela e discrimina uma notícia de Maio de 1655, que fala da abertura da Rua Nova do Almada, em Lisboa, para no fim realçar que o *Mercúrio* era "bem redigido e bem conceituado" e dá o padre António

Vieira como exemplo[5], já que "manifestava o seu apreço pelo estilo dos «*Mercúrio*s», que sabiam divulgar com elegância e fidelidade os venturosos sucessos das armas portuguesas".

Na obra *Iniciação ao Jornalismo*, Silva Lopes (1980) alega que a cessação da *Gazeta* da "Restauração" fez emergir mais periódicos e o mais conhecido foi o *Mercúrio Português*, cuja redacção pertenceu a Sousa de Macedo até Dezembro de 1666, sendo, portanto, o primeiro jornalista português. Mais à frente, detém-se em alguns aspectos da publicação, para depois considerar o *Mercúrio* como o "antecessor mais remoto" do *Diário da República* que hoje conhecemos, devido ao conteúdo oficial que publicava.

Também Nuno Crato (1982) se aventurou no desbravamento da actividade jornalística e da história do jornalismo em concreto: arguiu que a regularidade da *Gazeta* da "Restauração" criou hábitos nas pessoas, que passavam a aguardar em determinadas datas a publicação de novas matérias; os públicos que liam os jornais eram constituídos por elementos instruídos da burguesia e da aristocracia. Neste sentido, o *Mercúrio* surgiu devido ao interesse que a guerra com Castela suscitava, mas, erradamente, Nuno Crato informa que o periódico iniciou a sua actividade sete anos após a *Gazeta* da "Restauração" – a *Gazeta* cessou em 1647 e o *Mercúrio* principiou em 1663. No final da sua análise, compara o jornalismo português seiscentista com o europeu e faz vários reparos: o jornalismo português era atrasado, havia desprezo pela actualidade e rigor, o tipo de informação era vago, sem consulta de fontes, "fiando-se muitas vezes no que se ouvia dizer", a linguagem "era medíocre e pouco cuidada", não havendo eruditos que quisessem colaborar nos jornais; em suma, "o jornalismo era baço, sem vigor nem preocupações de qualidade".

Em *Vamos falar de Jornalismo*, Araújo (1986) regista uma breve anotação sobre o jornal, que fora escrito desde 1663 até 1666 por Sousa de Macedo, considerado o primeiro jornalista português, cujo assunto principal eram as guerras entre Portugal e Castela e, além de noticioso, o jornal

[5] Esta afirmação é absolutamente descabida e infundada. O padre António Vieira jamais manifestou qualquer sentimento de apreço pelo jornal ou pelo seu redactor. Aliás, tal como se pôde verificar, o sacerdote tinha uma postura bastante cáustica para com o conteúdo do periódico, pelo que se afigura incompreensível esta posição de Nuno Rosado.

tinha uma "acentuada intenção política".

Mais tarde, em finais do século XX, Rocha (1998) revela, de forma errónea, que o *Mercúrio* surgiu no reinado de D. João IV, quando, na verdade, foi sob a alçada de D. Afonso VI que o periódico foi erigido. De resto, informa que o jornal foi redigido por António de Sousa de Macedo, entre Janeiro de 1663 e Julho de 1667, em Lisboa, inserindo eventos do país e do estrangeiro.

Ernesto Rodrigues (1998) fornece detalhes genéricos sobre o jornal (número de edições e suplementos, o formato e a longevidade) e afirma que o *Mercúrio* de Sousa de Macedo sucedeu aos legados de Manuel Severim de Faria, com as suas *Relações*, e Manuel de Galhegos, com a *Gazeta*, e que "animou os nossos na fase final da Restauração".

13) Pelo meio destes manuais de jornalismo, foram publicadas algumas obras de realce, que tiveram o condão de ampliar o interesse e o conhecimento por esta matéria. Moreirinhas Pinheiro (1971) foi um dos que mais dados forneceram: refere desde logo que Sousa de Macedo merece o epíteto de primeiro jornalista português e apresenta os objectivos a que o periódico se propôs no primeiro número; este autor faz menção à primeira notícia que o jornal difunde, respeitante ao abandono da rainha D. Luísa de Gusmão e consequente entrega do governo a D. Afonso VI, que já se via com idade para liderar os destinos do país; destaca, também, a última notícia, de Julho de 1667, atinente às *Academias* literárias dos *Generosos de Lisboa,* dos Singulares e a *Scalabitana*. Em jeito de sentença, o teórico conta que o foco temático foi a Guerra da Restauração, mas nem por isso deixou de abordar "uma vasta galeria de personagens e de acontecimentos que são, afinal, de todos os tempos e de todos os lugares": procissões, notícias da Corte, destas, inaugurações, partidas e chegadas de navios, crimes, moedeiros falsos, actos de traição, espectáculos, modas, expurgação de vadios e notícias literárias; a missão informativa foi bem conseguida e António de Sousa de Macedo patenteou um estilo jornalístico, através de uma "linguagem viva e pitoresca, que muitos jornalistas modernos não desdenhariam assinar".

Também o historiador Joel Serrão (1975) deu algumas pistas interessantes para se entender a realidade do *Mercúrio* – considera-o como o "segundo jornal português" e argumenta que Sousa de Macedo inaugurou

o "estilo jornalístico" através da "elegância e concisão" que implementou. Estas qualidades permitiram que "a expansão e o prestígio notáveis" que o *Mercúrio* granjeou se traduzissem no interesse crescente da burguesia e da camada média da aristocracia em redor dos problemas internos da governação pública.

14) A primeira publicação respeitante em exclusivo ao *Mercúrio Português* surgiu pelas mãos de Faria e Faria (1975), numa obra que congrega o conjunto de localidades e personalidades – e a sua frequência – que percorreu os textos do periódico. A elaboração destes índices permite uma pesquisa mais célere no texto sobre aquilo que está à procura. Para além desta inventariação, as autoras falam de algumas das características formais do jornal, "partidário naturalmente de apologia e de combate", que era um "um abundante repositório noticioso, estimável como fonte histórica"; diz também quais foram os propósitos que estiveram na base do nascimento do jornal, os assuntos mais relevantes do primeiro número, datado de Janeiro de 1663, ao mesmo tempo que esclarece que a situação portuguesa de então carecia de um jornal e que o *Mercúrio* veio colmatar essa ausência e tornar-se num "órgão oficioso da nova política".

15) Joaquim Veríssimo Serrão (1980), reputado historiador, não se alheou da génese do jornalismo em Portugal e relacionou os aspectos respeitantes ao jornal com a história do país. Primeiramente, minucia as entidades que estavam mais familiarizadas com a actividade jornalística que principiou em Portugal: "os políticos, os diplomatas, os militares, os letrados e os comerciantes, sobretudo os que já haviam sulcado as estradas do velho continente, tomavam consciência dos sucessos alheios, o que lhes permitia encurtar a distância geográfica e estabelecer novos elos com os seus confrades de outros países. O nascimento da imprensa periódica tornou-se assim um meio transmissor de notícias históricas, graças aos primeiros jornais que surgiram em Portugal."

O jornal, segundo Serrão, tinha influência francesa e, assim que foi assinada a Paz nos Pirenéus, a intenção de Sousa de Macedo era a de que as outras nações, em especial a França, exercessem pressão para que Espanha deixasse de hostilizar Portugal. Outro objectivo era o de que Portugal não ignorasse o que ia acontecendo nos países estrangeiros, uma vez que

existia já uma "opinião pública com os olhos voltados para além-Pirenéus.

Últimas notas neste particular para revelar que os noticiários do *Mercúrio* se tornavam mais extensos à medida que a posição de Portugal se ia fortalecendo na Guerra da Restauração e que assim que se deu a queda de Castelo Melhor, Sousa de Macedo também caiu, o que precipitou o fim do jornal.

16) Até finais da década de 1990, foram dados à estampa alguns dicionários que, de uma maneira ou de outra, ajudaram a aflorar algumas questões do *Mercúrio Português*. Coelho (1984) aborda o periódico como sendo uma das obras de Sousa de Macedo, cuja publicação foi influenciada pelas suas "experiências duma vida variada" que "aguçaram nele dotes de observação e crítica"; além de mais algumas informações genéricas sobre o início da publicação, este autor faz questão de sublinhar que os *Mercúrio*s foram publicados sem o nome de Sousa de Macedo.

Posteriormente, no *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, Silva e Aranha (1987) elaboram a catalogação de todos os números publicados desde Janeiro de 1663 até Julho de 1667, incluindo os extraordinários, e acrescentam em cada número os temas principais que os compõem. Segundo esta organização, são congregados, no total, 60 números (55 números + 5 extraordinários)[6].

Já no *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal,* Cruz (1990) menciona que o jornal foi redigido pelo jurisconsulto, alta figura de escritor, estadista e diplomata António de Sousa Macedo, principiado em Janeiro de 1663. Posteriormente, o autor comete algumas gafes: diz que ao fim de sete números Sousa de Macedo abandonou a sua redacção e que o *Mercúrio* foi suspenso vinte e sete anos após o seu aparecimento.

17) Quem também se debruçou sobre este assunto foi José Tengarrinha, um dos autores que mais se detiveram na história do jornalismo português. Ora, Tengarrinha (1989) salienta que o jornal foi escrito pelo "notável escritor e diplomata" António de Sousa de Macedo, considerado por alguns

[6] Na verdade, dois desses cinco extraordinários fazem parte, de acordo com a compilação de Eurico Gomes Dias (2010), de outros tantos números mensais, pelo que se reitera a posição de que o Mercúrio teve somente três números suplementares.

autores como "o primeiro jornalista português". Tengarrinha realça que cronologicamente Sousa de Macedo não tenha sido pioneiro, mas que foi ele que em primeiro lugar, "pela versatilidade da sua cultura e pelo seu estilo directo e conciso, apresentou uma verdadeira constituição de jornalista", algo que Manuel de Galhegos, um dos autores da *Gazeta* da "Restauração", ainda não demonstrava. Este historiador relata, igualmente, as intenções que nortearam o rumo do jornal, ressalvando a pureza do estilo jornalístico, e alerta para os factos de o *Mercúrio Português* inserir informação de Portugal e do estrangeiro e ter um carácter predominantemente noticioso tal como a *Gazeta* da "Restauração", embora padecendo de uma acentuada intenção política.

18) A tese de mestrado de Rocha (1990) foi a segunda – e a mais completa – obra a ter como único objecto de estudo o *Mercúrio Português*, tendo como pano de fundo as imagens do reinado de D. Afonso VI e do governo de Castelo Melhor.

Primeiramente, a autora classifica o *Mercúrio* como "um periódico singular, pela força que transmite, pela habilidade que exala, pela ironia fina", sendo "um terreno de exploração fascinante" e apresenta as características, objectivo e intenções propostas no primeiro número do jornal.

No tocante à comparação com outras publicações, defende que o *Mercúrio* é "o herdeiro tanto da *Gazeta* como das preocupações informativas e métodos de propaganda das Relações", pelo que "existem claras semelhanças entre os dois periódicos na estruturação das notícias e no enunciado conciso dos acontecimentos, assim como uma certa constância temática; apesar das semelhanças, representa igualmente um avanço em relação à *Gazeta*, devido à "qualidade e clareza do estilo", assim como à "reflexão que deixa transparecer sobre si próprio e os meios de ser tornar simultaneamente credível e eficaz do ponto de vista da propaganda política"

A teórica faz também uma panorâmica sobre o contexto político que viu nascer o *Mercúrio*, evidenciando que o jornal surge numa altura em que havia a necessidade "de captar os favores da opinião pública para a causa do rei, além de continuar a ser necessário um acompanhamento ideológico e de acção psicológica à guerra contra Castela".

O terceiro capítulo é dedicado à vida e obra de António de Sousa de Macedo, que ao longo dos tempos realizou múltiplas tarefas. Entre elas,

destaque para a nomeação para Secretário de Estado, em substituição de Pedro Vieira da Silva, na sequência do golpe palaciano perpetrado pelo Conde de Castelo Melhor em favor de D. Afonso VI e para cargo de jornalista que ocupou entre 1663 e 1666; refere que a imagem de Sousa de Macedo não foi consensual, colhendo elogios e críticas de diversos autores, ao longo dos tempos, sobretudo nas actividades da área das letras. Mais a mais, são raros os testemunhos do próprio Sousa de Macedo no *Mercúrio*, surgindo geralmente como "o Secretário de Estado". O último aspecto referente ao redactor do jornal prende-se com o facto de António de Sousa de Macedo espelhar "um antepassado dos jornalistas de hoje" devido à "preocupação com o rigor na informação que transmite, pela curiosidade e pelo estilo claro e despojado"

No que concerne à audiência do *Mercúrio*, ela é difícil de determinar com exactidão, embora se possam supor três grupos de pessoas a quem o conteúdo do jornal chegava: i) aos indivíduos que efectivamente o compravam, ii) aos que escutavam a sua leitura e iii) àqueles a quem somente os ecos das notícias chegavam.

O quinto capítulo deste trabalho reporta-se à caracterização dos aspectos formais e temas dominantes do jornal. Neste sentido, menciona que do ponto de vista gráfico, o periódico sofre poucas modificações no decurso da sua publicação: por exemplo, em alguns números é possível constatar que a folha de rosto tem um escudo, e noutros aparece esse mesmo escudo amparado por anjos. Já outros "limitam-se a apresentar dizeres nas folhas de rosto, sem gravuras e com tipos de letra de tamanho desigual, publicitando o conteúdo das principais notícias".

No que diz respeito à política editorial, a autora destaca o facto de Sousa de Macedo, a partir de Junho de 1665, deixar de nomear qualquer personalidade abaixo dos comandantes principais. Esta orientação editorial foi imposta ao jornalista e aplicada a contragosto, dado que Sousa de Macedo não raras vezes manifestou o seu desagrado por estar impossibilitado "de nomear quem merece (…) pois também eles são ignorados, quando deviam ser exaltados". De qualquer das formas, é possível descortinar alguma falta de isenção e objectividade neste particular, uma vez que Sousa de Macedo esforça-se para equiparar heróis da guerra afectos ao partido do infante D. Pedro a figuras militares de menor relevo queridas ao gover-

no de D. Afonso VI – aspecto que vai ao encontro da carta CXVI do padre António Vieira.

Em termos de fontes de informação, o principal meio para a recolha de dados eram os relatórios de campanha enviados ao rei pelos comandantes da regiões militares – um dos números extraordinários é a publicação de uma carta de Pedro Jacques de Magalhães. Nas notícias que não se referiam às guerras, as fontes seriam o próprio Sousa de Macedo, que era secretário de estado, a "conversa quotidiana nos próprios paços do rei".

A autora contabiliza cerca de 451 notícias na análise dos 55 números ordinários. Em termos de percentagens, 65% falam directa ou indirectamente da guerra, 10% sobre o rei e o governo, 7,7% sobre a Corte e a família real, 9% sobre frota e movimento portuário (11,6% se se contabilizar a guerra no mar), 3,5% sobre diplomacia e 1,6% sobre referências a milagres.

Sobre o primeiro e o segundo períodos do jornal foram consagradas três importantes diferenças: i) o estilo "menos claro, mais rebuscado e pomposo, menos jornalístico e mais de acordo com as normas de gosto da época"; ii) introdução de novos conteúdos, como as notícias do estrangeiro e outras de carácter cultural; iii) as parcas referências a Castelo-Melhor.

Discorrendo sobre algumas particularidade do *Mercúrio*, a autora arroga que, apesar das características propagandísticas do jornal, houve uma intenção de verdade. Houve, acima de tudo, uma predisposição, ao longo de todos os anos para rebaixar as qualidades dos castelhanos, troçar do inimigo e fazer contrapropaganda àquilo que era veiculado no país vizinho; estava também vincado pendor divino no jornal, numa dupla perspectiva: por um lado, o favor de Deus estava do lado dos portugueses e, por outro, "Deus quer castigar os castelhanos pelos seus pecados e as suas pretensões injustas"; o fim do jornal ficou a dever-se provavelmente à "repressão de uma orientação que não era desejada pelo Governo" e "aprofundamento do mal-estar na Corte".

Uma das partes mais importantes deste trabalho centra-se na imagem de D. Afonso VI reproduzida pelo jornal, que não corresponde àquela que nos é fornecida pelos historiadores. Nas páginas do *Mercúrio*, a representação do rei é feita em grande medida como o representante da nação (35,1%) e como governador (22,9%). A condução da guerra, as vassa-

lagens, o apoio popular, os actos diplomáticos e a representação da sua linhagem eram outros aspectos. As virtudes de D. Afonso VI apontadas com mais insistência no *Mercúrio* são a devoção e piedade (25,4%), a diligência (23,2%) e a magnanimidade e generosidade (19,6%). Com menos referências, há as qualidade da benevolência e afabilidade, a coragem, a justiça, a sensatez e ponderação e, finalmente, a clemência. Em termos de virtudes familiares, há um total de 12 menções (11 em 1666) a respeito de ser um bom filho; como bom marido, há 9 referências (7 em 1666) e 5 como bom irmão.

O último ponto, respeitante à imagem do governo (82,1%), faz-se sobretudo através da promoção das disposições do governo, do elogio aos governantes e elogio do próprio governo. Castelo Melhor (17,9%) é citado poucas vezes no *Mercúrio Português* e não merece qualquer referência no ano de 1667.

19) No livro *História da Imprensa,* uma das publicações com mais substância sobre a cronologia do jornalismo, coordenada por Pizarroso Quintero, Pena Rodriguez (1996) atribui uma série de qualidade a António de Sousa de Macedo no que à função de primeiro jornalista português diz respeito, devido ao "estilo conciso", à "ampla cultura" e "vontade de dar informação de vários pontos de vista – Macedo aproveitou a sua estadia nos Países Baixos para ler de forma atenta as publicações europeias e, tirando proveito dessas leituras, fundou à chegada a Portugal o *Mercúrio*.

Em dois aspectos sintetizadores, o autor tece algumas críticas ao "acentuado tom político dos escritos" que tirou brilho ao "carácter predominantemente noticioso" que o *Mercúrio* emanava e defende que o *Mercúrio Português* foi o precursor de uma longa série de *mercúrios* que foram surgindo até ao primeiro terço do século XIX.

20) Já em pleno século XXI, Veloso (2005) refere que *Mercúrio* é um título "muito vulgar" no que toca à história dos jornais. Sobre o redactor do jornal, é dito que Sousa de Macedo foi cuidadoso em apresentar os factos com verdade, embora eles tivessem duas faces diferentes, e o abandono da função de jornalista foi feita com alguns ressentimentos, sensação exposta no último número que redigiu, o de Dezembro de 1666. A título de curiosidade, estão, numa das páginas desta obra, supostamente

três imagens relativas ao periódico, com a legenda "*Mercurio Portuguez com as Novas entre Portugal e Castela*" – no entanto, as 3 imagens dizem respeito ao *Mercúrio Histórico de Lisboa.*

21) Jorge Pedro Sousa (2008), por seu turno, considera o *Mercúrio* como a "segunda publicação periódica estável" em Portugal e que em cada edição procurava fazer-se uma cronologia noticiosa dos principais acontecimentos ao longo de cada mês, "sem preocupações de encadeamento".

22) A obra *Olhares Sobre o Mercúrio Português [1663-1667] – Transcrição e Comentários* é a mais recente a abordar em exclusivo o *Mercúrio Português*, editada por um autor que se tem debruçado sobre o jornalismo seiscentista português, Eurico Gomes Dias (2010).

No intróito deste livro, intitulado "O *Mercúrio Português*: mais um instrumento da *Grande Estratégia* de Portugal na Restauração", o General do Exército G. do Espírito Santo apelida o jornal como "o mais importante órgão de divulgação de notícias sobre a Europa e Portugal" daquela época.

Na apresentação, feita por Carlos Ziller Camenietzki, intitulada "O Brasil no *Mercurio Portuguez* de António de Sousa de Macedo", discorre-se sobre os temas mais importantes, e que foram alvo de relato no *Mercúrio*, envolvendo o Brasil.

O autor desta publicação destaca que o *Mercúrio* era um "órgão periódico", mas ao mesmo tempo um "tributo ao Soldado português, esse elemento anónimo que constituiu o suporte cimeiro da portugalidade. Glorificou-se a Guerra (…) oferecendo ao velho e abatido país a fama da Vitória – cumpria-se assim Portugal e, por esse tempo, foi o *Mercurio Portuguez* o seu mais incontestado Arauto". Além destas características, afiança que foi "um instrumento informativo amplamente politizado e (…) dócil, subserviente e útil órgão de propaganda estratégica ao serviço da casa de Bragança".

Quanto ao enigma que ainda hoje subsiste sobre o compositor anónimo que escreveu os números correspondentes ao ano de 1667, "terá sido alguém da confiança do primeiro redactor e por ele instruído, sem deixar de ser alguém próximo do poder régio".

Ainda nesta obra, são expostos os temas principais e os enfoques que moldam os números mensais, incluindo os dos números extraordinários; além disso, uma parte significativa da publicação diz respeito à transcrição literal de todos os números do *Mercúrio*, se bem que com caracteres mais inteligíveis, e, por último, oferece ao leitor o índice analítico (contendo pessoas, instituições e monumentos) e o índice toponímico.

23) Convém ainda ressaltar que outras obras fizeram com que o *Mercúrio Português* tivesse ainda mais divulgação, embora o conteúdo que preconizam não acrescente um avanço significativo na compreensão do periódico; antes pelo contrário, repetem algumas das informações contidas em publicações ancestrais. Contudo, é de todo o interesse referenciá-las e reconhecer a importante função de disseminar a existência de um dos mais pertinentes legados do século XVII.

Bompiani (1979) aborda a vida e obra de Sousa de Macedo, elabora uma mera referência ao segundo número editado, de Fevereiro de 1663, e constata que os números do *Mercúrio* foram coleccionados e impressos já no século XVIII.

Na *História da Literatura Portuguesa,* Saraiva e Lopes (1982) fazem uma pequena menção de que o *Mercúrio* fora escrito mensalmente pelo secretário de Estado António de Sousa de Macedo entre 1663 e 1667 e que o jornal aliava a função noticiosa à de órgão oficial. As *Publicações Periódicas Existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra* (1641-1910) (1983) produzem um pequeno detalhe referente à delimitação da data de difusão (Janeiro de 1663 – Julho de 1667), redactor e cidade onde foi publicada; o Instituto Português do Livro e da Literatura (1991) nota o espírito multifacetado do autor do *Mercúrio*, que se entregou ao sonho do Quinto Império, à diplomacia, à governação e à fundação do jornalismo português, enquanto na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* é afiançado que Sousa de Macedo cumpriu a função de jornalista, elaborando 50 números (48+2 extraordinários) do *Mercúrio* que "tiveram grande voga". É destacado o pessimismo do padre António Vieira, que considerava a publicação "pouco verídica, impolítica e mal escrita" – os dois tinham divergências noutras áreas – entrega de Pernambuco e o Santo Ofício.

Neves (1989) também se lançou à descoberta do *Mercúrio Português* e refere que o jornal explanou sobretudo notícias da guerra entre Espanha

e Portugal, ao passo que Arouca (2003) faz uma descrição dos elementos visuais que podem ser observados no primeiro número de Janeiro de 1663.

Outras obras gerais que contemplam menções ao *Mercúrio* podem ser encontradas na *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa* de Bernardes *et al.* (1995), no *Dicionário de Literatura Portuguesa* de Machado (1996) e na *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura* da autoria de Bigotte Chorão (1999). Os dois primeiros livros referenciam o periódico por via de Sousa de Macedo e expõem algumas particularidades do jornal, enquanto o terceiro enfatiza a periodicidade mensal – embora acrescente que quando um acontecimento o justificava, como por exemplo a Batalha de Castelo Rodrigo, era publicado um número extraordinário – e assevera que o *Mercúrio* privilegiava as informações da guerra, conquanto tivesse inserido um variado noticiário da vida nacional, com realce para Lisboa, e, ao mesmo tempo, era, tal como a *Gazeta* da "Restauração", um órgão de propaganda.

3. O promotor e primeiro redactor do *Mercúrio Português*: António de Sousa de Macedo

António de Sousa de Macedo nasceu no Porto, a 15 de Dezembro de 1606, filho de Gonçalo de Sousa de Macedo – fidalgo da Casa Real, Desembargador de Agravos na Casa da Suplicação, Juiz da Coroa e da Fazenda e Contador-mor do reino – e de D. Margarida Moreira. Os pais eram descendentes de famílias ilustres, naturais de Amarante.

Ainda criança, veio estudar para Lisboa, para o colégio de Santo Antão, dos Padres Jesuítas, onde aprendeu latim, humanidades e filosofia peripatética. Fazia grandes progressos nos estudos e, do colégio jesuíta, passou à Universidade de Coimbra onde se doutorou, com brilhantismo, em direito civil. Regressou a Lisboa onde foi nomeado desembargador de agravos na Casa da Suplicação, tendo-se distinguido pela sua imparcialidade, justiça e rectidão. É precisamente durante a sua juventude que escreve o livro *Flores de Espanha*. Já aí Sousa de Macedo deixava transparecer ideais nacionalistas e uma crítica mordaz e irónica que, de resto, não se coibiria de patentear no *Mercúrio Português*. (*Grande Enciclopédia Portuguesa*

e Brasileira, p.861).

Em 1641, tendo sido D. Antão de Almada escolhido como embaixador de Portugal na corte de Inglaterra, António de Macedo é nomeado secretário da embaixada. O embaixador e o seu secretário defenderam afincadamente a causa de D. João IV e como o rei inglês Carlos I exigia um documento em que se explicassem as causas e as razões da revolução restauradora, António de Sousa de Macedo enviou, a 12 de Março, uma carta ao secretário de estado do rei inglês. Nessa carta, expunha, detalhadamente e com grande clareza, todos os acontecimentos que tinham conduzido à restauração da independência de Portugal. Publica, ainda, em defesa do direito de D. João IV ao trono português, a obra *Lusitania Liberata ab Injusta Castellanorum Dominio, Restituto Legitimo Principi Serenissimo Joanni IV,* Londres, 1645, e uma Carta ao papa Urbano VIII. O cronista de Filipe IV, Don José Pellizer y Tobar, publicou, em 1641, um manifesto a favor do rei espanhol. Em castelhano, com erudição e lógica, mas também com ironia, o redactor do *Mercúrio* responde a Pellizer. O livro teve duas edições, uma em Lisboa e outra em Paris.

Ainda no mesmo ano, publica, em Londres, o opúsculo *Publico Sentimento da Injustiça de Allemanha a El Rei de Hungria* sobre a prisão do infante D. Duarte, irmão de D. João IV, na Alemanha. O infante D. Duarte tinha ido, em 1634, pôr-se ao serviço do imperador Fernando III da Alemanha e distinguira-se na Guerra dos 30 anos. Quando, em 12 de Janeiro de 1641, recebeu a notícia da Restauração, escreveu ao irmão dizendo-lhe que ia regressar ao reino. Mas o rei espanhol, por via diplomática, conseguiu que o imperador alemão mandasse prender o infante na fortaleza de Passaw, transferindo-o, depois, para Gratz, no sul da Áustria. Daí, D. Duarte escreve a D. João IV, lamentando-se da prisão injusta. O rei português ordena aos seus embaixadores que tudo façam pela via diplomática para libertar o irmão, mas tudo é em vão, porque a diplomacia castelhana conseguiu que o infante fosse entregue aos espanhóis que o prenderam no castelo de Milão, onde viria a morrer em 3 de Setembro de 1649 (Serrão, 1980, p. 35).

Quando Portugal e Inglaterra assinaram, a 29 de Janeiro de 1642, um tratado de aliança, D. Antão de Almada regressa a Lisboa, ficando António de Macedo em Londres como ministro residente. Entretanto rebentara forte luta entre o monarca Carlos I e o Parlamento e o novo embaixador

português, além de se ocupar dos assuntos de interesse para Portugal, auxiliou o mais que pôde o rei inglês. Este escreveu-lhe uma carta, datada de 27 de Fevereiro de 1645, em que lamentava a sua próxima partida para Portugal e declarava que lhe devia muitos favores. Afirmava que a sua gratidão seria eterna e que os reis que lhe sucedessem deviam ter em conta esses serviços, prestando honras aos seus descendentes, quando estivessem em Inglaterra. A lealdade do nosso embaixador para com o rei inglês manifesta-se também no seu protesto contra a lei, promulgada pelo parlamento em 1644, em que se proibia entrada nos portos ingleses a qualquer navio que reconhecesse a realeza de Carlos I.

Após o seu regresso a Portugal, António de Sousa de Macedo foi nomeado embaixador na Holanda, em 1650. A missão era muito difícil porque a Holanda queria manter amizade com todas as nações da Europa e receava a inimizade da Espanha, se tivesse um bom relacionamento com Portugal. Macedo agiu como um excelente diplomata, conseguindo que a Holanda se desembaraçasse habilmente da posição delicada em que se encontrava (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,* p.863).

Regressou a Portugal em 1652, tendo conseguido que se continuasse a recuperação de Pernambuco sem se correr o risco de uma guerra marítima com a Holanda. Nesse mesmo ano é publicada a *Arte de Furtar*, uma obra de apologia às convicções brigantinas e que foi atribuída durante muito tempo a Sousa de Macedo (Coelho, 1984, p. 69). No entanto, Veríssimo Serrão exprime uma opinião contrária, atribuindo ao padre Manuel da Costa a autoria deste livro (Serrão, 1980, pp. 177-180). Nos dez anos seguintes, Sousa de Macedo prosseguiu a sua carreira de jurista e descansou da política e da diplomacia. Em 1656 assistiu ao juramento do príncipe D. Afonso, proclamado rei com o título de D. Afonso VI. Quando o jovem monarca assumiu o governo do reino, Castelo Melhor aconselhou-o a nomear António de Sousa de Macedo seu secretário das Mercês.

A carreira política do autor do *Mercúrio* vai-se afirmando cada vez mais, tendo sido nomeado, em 1663, secretário de estado e agraciado com as comendas de S. Tiago de Souselas, na ordem de Cristo, e de Santa Eufémia de Penela, na ordem de Avis. Como ministro, teve um trabalho meritório do qual restam dois documentos: a *Proposta que Vocalmente fez por Mandado de Sua Majestade à Junta dos Eclesiásticos, Catedráticos e*

Outras Pessoas Doutas e Ministros de Tribunais no Convento de S. Francisco de Lisboa em 8 de Março de 1653 e a *Relação Sumária que Tinham Passado Sob a Protecção de se Confirmarem por Sua Santidade os Bispos de Portugal e suas Conquistas Nomeados por El-Rei* (António de Sousa de Macedo. *In Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico,* 1904–1915).

Com a redacção do *Mercúrio Português*, António de Macedo torna-se jornalista. No artigo que serve de introdução ao primeiro número do jornal, o seu autor queixa-se da falta de escritos sobre as obras dos portugueses:

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1663
> Saber os sucessos de outros reinos e províncias não é só curiosidade, mas necessidade aos políticos; (…). Este serviço puderam fazer ao bem comum os Castelhanos melhor que os Portugueses; porque os seus engenhos sempre se aplicaram mais a escrever como os Portugueses só a obrar o que deu matéria aos escritores mais insignes.

O jornal teve uma boa recepção, mas não pôde escapar às críticas. O Padre António Vieira considerava-o pouco verdadeiro, impolítico e mal escrito. Há referências, nem sempre elogiosas, ao *Mercúrio Português* nas Cartas que o Pe. António Vieira escreveu a vários destinatários. Por exemplo, na carta que em 26 de Maio de 1664 dirige a D. Rodrigo de Meneses, em resposta a uma carta do irmão do 1º Marquês de Marialva, referindo-se às palavras do seu correspondente a propósito da campanha contra Castela, diz:

> Enfim, Senhor, eu tomara ver este discurso de V. Senhoria impresso com letras de ouro, e que falarão pelo estilo dele os do nosso desgraçado *Mercúrio* tão pouco ponderado no que diz, como no que não diz. (tomo I, p. 158)

Em carta ao Duque de Cadaval, datada de 22 de Agosto de 1665, diz ainda António Vieira:

> Da corte há carta em que se escreve a notícia de descontentamentos vários, afora os da impressão, nesta última se despede o *Mercúrio*, mandado que não se escreva mais. Eu lhe sofrera o estilo, com que Deus nos desse muitas ocasiões de escrever vitórias. (tomo II, pp. 132-133)

A má vontade de Vieira reflecte as posições defendidas por ambos nas intrigas políticas e palacianas entre D. Afonso VI, o infante D. Pedro, seu irmão, e a rainha D. Maria Francisca. O Padre António Vieira defendia os interesses do infante, enquanto António de Macedo era fiel secretário do rei. Na sequência das intrigas que levariam à abdicação de D. Afonso VI, o seu secretário é afastado e termina a sua escrita do *Mercúrio*.

Mas nem sempre as referências do Padre Vieira ao *Mercúrio Português* são desprestigiantes. Assim, na carta de 2 de Janeiro de 1664, ao Marquês de Gouveia, o jesuíta, referindo-se às notícias que o marquês lhe transmitia sobre a superioridade dos generais e exército portugueses sobre os castelhanos, na campanha do Alentejo, escrevia, algo ironicamente:

> Quererá Nosso Senhor dar-lhe o bom sucesso que prometem, para que *Mercúrio* tenha larga matéria de espraiar a eloquência (tomo II, p. 52).

Em 1660, sobe ao trono de Inglaterra o rei Carlos II. Macedo escreve-lhe uma carta de felicitações, em latim, que o rei muito agradece. Foi, também, o cronista dos festejos que se fizeram aquando do casamento da infanta D. Catarina, irmã de D. Afonso VI e de D. Pedro, com o rei inglês: publicou, sob anonimato e em castelhano, a *Relacion de las Fiestas que se Hizieron em Lisboa com la Nueva del Casamiento de la Serenissima Infanta de Portugal Dona Catalina com El-Rei de la Gran-Bretanha.*

António de Sousa de Macedo morreu, a 1 de Novembro de 1682, no seu palácio no largo do Poço Novo e foi sepultado na igreja do convento de Jesus, na capela do Senhor Jesus da Misericórdia, que ele mesmo fundou.

4. Metodologia para uma análise do discurso do *Mercúrio Português*

Este estudo pretende conciliar dois tipos de análises distintas: a qualitativa e a quantitativa. Num primeiro momento, procurou-se dar uma visão mais interpretativa e subjectiva do discurso produzido no *Mercúrio Português*; depois, tendo em perspectiva um estudo mais completo, optou-se igualmente por uma abordagem quantitativa, que reforçasse as ideias preconizadas pela vertente qualitativa.

Antes de se dar início à exposição das diversas variantes de análise do *Mercúrio Português*, importa estabelecer as premissas pelas quais se partiu para o estudo em causa. Assim, este tópico é dedicado à explanação do método de análise qualitativa utilizado e que permitiu extrair considerações múltiplas sobre diversos parâmetros analíticos do periódico.

A escolha deveu-se essencialmente à possibilidade de uma análise mais consentânea com os pressupostos interpretativos do jornalismo, uma área vinculada às ciências sociais. Isto mesmo é referido por Isabel Ferin que afirma:

> Teoricamente, a pesquisa qualitativa incide em dados não métricos (palavras, textos, imagens, gráficos), utiliza procedimentos indutivo-exploratórios visando a conceptualização e a especulação e fundamentando-se nas correntes interpretativas das Ciências Sociais e Humanas. (Ferin, 2004, p. 8)

Partindo deste pensamento, foram definidas linhas de estudo. Estas linhas procuraram conciliar as particularidades idiossincráticas do jornal com algumas ideias dos estudos jornalísticos da contemporaneidade. A partir destas premissas, efectuou-se o estudo discursivo propriamente dito, que principiou com a reflexão sobre a diversidade temática (para além dos assuntos da Restauração) nos relatos do periódico, por forma a dar uma imagem mais ampla da sua função informativa. A isto foi dada sequência com a definição dos valores-notícia pelos quais o *Mercúrio* regeu a sua publicação informativa, tendo por base os preceitos estabelecidos por Galtung e Ruge, complementados posteriormente por alguns dos critérios notados por Nelson Traquina. O ponto seguinte foi destinado ao enquadramento do mundo oferecido pelo *Mercúrio Português*, onde acaba por ser realizado um breve resumo de toda a acção do jornal e das suas especificidades informativas. Para fundamentar a perspectiva de enquadramento, ou framing, usou-se a conceptualização histórica de Joaquim Veríssimo Serrão (1980), A. H. de Oliveira Marques (2006) e Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2010). De seguida, foi feita uma análise em relação à diversidade textual que o jornal patenteou e na qual fez assentar o conteúdo das suas notícias. Procurou entender-se o modo como o jornal apresentava as suas fontes e, fundamentalmente, de

que tipo elas eram. Por último discorreu-se ainda sobre outras questões de índole jornalística ainda não devidamente aprofundadas.

De forma a consubstanciar e sustentar as ideias manifestadas, foram retiradas transcrições do periódico. Estes excertos visam legitimar e exemplificar aquilo que, a cada momento e em cada área de análise, é afirmado. Importa referir que devido ao facto do jornal apresentar caracteres tipográficos em desuso, foram adoptados aqueles tidos como convencionais. Pretende-se com isto facilitar a apreensão das mensagens passadas pelo *Mercúrio*, ainda que se tenha procurado manter, sempre que possível, o estilo original do periódico.

Para uma análise aprofundada ao periódico e às suas especificidades, foram consultados alguns autores cujas ideias notadas se ligam directa ou indirectamente à mensagem que o *Mercúrio* transmitiu. O facto de não existirem muitas pesquisas directamente relacionadas com a temática em estudo dificultou a recolha de uma bibliografia que estivesse, também ela, ligada ao *Mercúrio Português*. A obra de Eurico Gomes Dias, intitulada *Olhares* sobre o *Mercúrio Português*, marcou uma excepção e, por isso também, a sua importância para a realização desta investigação foi fulcral. Para além de o livro fazer a transcrição integral do jornal, traz considerações gerais importantes e que foram úteis num primeiro contacto com as especificidades do periódico.

É justo que se refira também os estudos elaborados por Jorge Pedro Sousa *et al.,* nomeadamente a sua obra *Gazeta da Restauração* (2011) que, pese embora tratar de um estudo sobre outro periódico, foi de uma extrema utilidade para que fosse tomado o contacto com a realidade da imprensa seiscentista.

Não foram despiciendos igualmente os estudos de autores como Galtung e Ruge (1973), Nelson Traquina (1993) e Gaye Tuchman (1978). Nos três primeiros casos, graças aos critérios de noticiabilidade que fizeram notar, no último, devido à sua reflexão sobre a problemática da objectividade em jornalismo. Traquina foi igualmente importante na abordagem feita em relação ao estudo das fontes no periódico analisado.

Visto por um outro prisma, a feitura de uma análise de conteúdo, ancorada em pressupostos quantitativos, é um instrumento científico que permite averiguar com relativa segurança determinadas deduções legíti-

mas sobre as mensagens que um analista esteja a estudar. Nas palavras de Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo é vista como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objectivos em termos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que possibilitem a inferência de conhecimentos que decorrem das condições de produção e recepção dessas mensagens.

Os objectivos inerentes a uma análise de conteúdo passam por explanar a matéria de um discurso, isto é, descortinar as invariáveis, as qualidades e estruturas que são independentes dos sujeitos que lêem esse mesmo discurso. Além disso, deve tornar explícita a substância de um discurso, por forma a permitir a elaboração de inferências válidas e justificadas sobre as relações promovidas entre esse discurso e os fenómenos que lhe deram origem. Por fim, permite perspectivar os fenómenos que objectivamente produziu (Sousa *et al.,* 2009, p. 304).

Esta metodologia é recorrente em estudos preconizados pelas ciências da comunicação. Aliás, é bastante empregue em pesquisas que têm por objectivo analisar, tal como esta pesquisa, os conteúdos de jornais ou revistas, pois consegue conferir rigor à investigação aquando da recolha de dados quantificáveis. (Sousa, 2006, p. 334). A capacidade de ser rigorosa é, em boa verdade, uma das principais qualidades desta metodologia:

> Ao invés de entrevistar o leitor sobre os seus hábitos de leitura, utiliza-se o processo inverso ou seja, analisar aquilo que é oferecido ao leitor, assumindo que aquilo que o leitor lê no jornal da sua escolha reflecte suas atitudes e valores em relação ao facto noticiado (...)
>
> Outra vantagem deste tipo de pesquisa é o facto de trabalhar com valores essencialmente quantificáveis, definidos por categorias estabelecidas e comprovadas em estudos similares. Desta forma, a colecta de dados é baseada na mensuração de textos e as conclusões expressas em forma numérica, o que facilita o cruzamento de informações e a elaboração de tabelas e gráficos explicativos, além de permitir com facilidade a reavaliação e comprovação de todo o projecto ou parte dele." (Marques de Melo, *cit. in* Sousa, 2006, pp. 344-345).

Mas o rigor, por si só, não é razão suficiente para validar a análise de conteúdo como uma metodologia pertinente. Ou seja, há que mencionar

outras vantagens deste tipo de pesquisa para se perceber a sua importância em estudos deste género. De acordo com Bryman (2008, p. 144), o acto de medição ao nível textual, sugerido pela análise de conteúdo, comporta desde logo três benefícios: i) uma maior facilidade em detectar diferenças entre categorias mais subtis; ii) uma consistência ao longo do tempo dos resultados, apesar de as medições irem ganhando novos significados consoante as mudanças sociais operadas e, finalmente, iii) fornece a base para estimativas mais precisas, no que toca ao grau de relação entre os conceitos da pesquisa. Já Quivy e Campenhoudt (1992, p. 230) apontam que a análise de conteúdo permite ao investigador manter uma distância assinalável em relação a interpretações extemporâneas e às suas próprias interpretações. Neste sentido, o pesquisador não recorre às suas referências ideológicas para julgar as dos outros, mas analisa-as a partir de critérios que incidem com mais intensidade sobre a organização externa do discurso, ao invés de incidirem sobre o conteúdo explícito.

Quando se recorre à análise conteudística para estudar um fenómeno, pode muitas vezes confundir-se com uma análise linguística, pois teoricamente partilham o mesmo objecto: a linguagem. Contudo, Bardin (1977, pp. 43-44) faz questão de elucidar sobre os antagonismos que separam uma e outra análises. Ora, o objecto da linguagem é a língua, o aspecto virtual da linguagem, ao passo que o objecto da análise de conteúdo é a palavra, a prática da língua efectuada pelos emissores; enquanto a linguística estuda a língua para descrever o seu funcionamento, a análise de conteúdo procura conhecer o que está por trás dos vocábulos sobre os quais de debruça e visa o conhecimento de variáveis a vários níveis por meio de mecanismos de dedução baseados em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens.

A análise de conteúdo pressupõe a obediência a vários critérios, que têm de ser seguidos para a formulação de uma pesquisa assertiva e assente em desígnios científicos válidos. Para Sousa (2006, pp. 343-344), independentemente de se tratar de uma investigação quantitativa ou qualitativa, a análise de conteúdo compreende três fases de contextualização que antecedem a formulação de conclusões. São elas a contextualização do órgão de comunicação que se pretende analisar, a contex-

tualização do fenómeno em estudo e o conhecimento científico anterior.

Por seu turno, Boudon (1989, pp. 24-54) sistematiza os procedimentos de análise quantitativa em quatro passos fundamentais: i) a formulação de hipóteses; ii) a construção de um projecto de observação; iii) construção das variáveis e iv) análise das relações entre as variáveis.

Wimmer e Dominick (*cit. in* Sousa, 2006, pp. 345-351) propõem uma sequência de nove passos a ser seguidos para a realização de uma análise de conteúdo: i) formulação de hipóteses e/ou perguntas de investigação; ii) definição do universo de análise; iii) selecção da amostra; iv) selecção da unidade de análise; v) definição de categorias de análise; vi) estabelecimento de um sistema de quantificação; vii) categorização ou codificação de conteúdo; viii) análise de dados e ix) interpretação dos resultados.

Olhando para as sugestões metodológicas apresentadas, destaca-se a importância que a formulação de hipóteses acarreta. Resumidamente, a hipótese é "uma maneira de apresentar a relação entre variáveis" (Huot, 2002, p. 55). O processo de elaboração de uma hipótese abrange três etapas – num primeiro momento, deve realizar-se uma hipótese de trabalho, que norteie o rumo do investigador; depois, passa-se para um segundo patamar, para a hipótese de investigação, após um trabalho de reflexão, leitura e análise, em que se deverá mostrar qualidades como o rigor, a previsibilidade, a refutabilidade, entre outras; a derradeira etapa, a hipótese estatística, sugere que o analista deva verificar a hipótese de investigação, ou, por outras palavras, determinar se aquilo que se observou confirma ou não a hipótese aventada (Huot, 2002, pp. 56-57).

Este tipo de análises já foi feito em trabalhos anteriores, pelo que se diluem eventuais dúvidas sobre a sua fiabilidade. As obras de Sousa *et al.* (2006) e Sousa *et al.* (2009) referentes, respectivamente, ao estudo aturado das Relações de Manuel Severim de Faria e à *Gazeta* da "Restauração", reflectem o êxito alcançado pela análise conteudística na pesquisa de publicações de âmbito jornalístico. Por isso, estando esta pesquisa direccionada para o estudo de uma outra publicação jornalística portuguesa do século XVII, o *Mercúrio Português*, entende-se que o background legitima a aplicação desta metodologia como forma de analisar o discurso produzido para posteriormente formular inferências sobre este segundo periódico português.

Convém acrescentar que não foi procedida à definição da amostra, pelo facto de todo o jornal, desde o início da sua publicação até ao seu fim, ter sido objecto de estudo. Aquilo que apenas se poderá considerar para efeitos amostrais são as transcrições do *Mercúrio*, escolhidas como forma de sustentação para as ideias que foram sendo veiculadas.

5. Análise qualitativa do discurso do *Mercúrio Português*

5.1. Os temas do *Mercúrio Português*

O conflito que visou restaurar a independência de Portugal do domínio filipino foi o tema forte deste periódico do século XVII, como por diversas vezes foi referido. No entanto, existiram casos pontuais em que a matéria temática destoou dos desenvolvimentos do movimento que levaria a cabo a restauração da independência de Portugal.

De seguida, serão expostos mais detalhadamente alguns pontos que pretendem sustentar o que foi afirmado nos dois últimos parágrafos. Ver-se-á o que foi abordado e, concomitantemente, de que forma foi feita essa abordagem.

5.1.1. A Restauração e a política

Aliado aos relatos da Guerra da Restauração no *Mercúrio Português*, vinha com uma certa frequência uma análise ou referência a factos e acontecimentos políticos que influíam na corte, bem como no decorrer do conflito.

O *Mercúrio* caracterizou-se, de um modo geral, por referências e descrições minuciosas (já citadas anteriormente) de batalhas e das suas consequências a nível humano (mortes, número de soldados presentes) e estratégico (derrotas e conquistas ou reconquistas de território). Para lá disto, há a destacar um outro aspecto que se pode considerar como um subtema – ainda que a sua importância não seja de somenos para o desenrolar do movimento restaurador – a política.

Procurando manter a mesma linha do tópico anterior ligado à noticiabilidade, seguem-se algumas das transcrições em que são feitas, do jornal

em que são feitas alusões à conjuntura e acção políticas:

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1663
> Foi a primeira acção do rei deliberar a experiência na contínua assistência de seis conselheiros de estado, entre os quais, por anos, erudição, manejo de negócios e vista de terras estrangeiras, se acham todas as notícias do militar e político, no secular e no eclesiástico. As coisas maiores se vêem e propõem ao rei em Conselho de Estado pleno, quando se oferece: o despacho ordinário de consultas e petições faz o rei com seis dos mesmos conselheiros de estado deputados para isto e com os dois secretários, a que repartidamente tocam as matérias, todos os dias que não são santos à tarde, assistindo pelo menos hora e meia por relógio de área; como o Secretário de Estado, nas segundas, quartas e sextas-feiras; com o expediente e mercês nas terças, quintas e sábados, sendo as quintas-feiras destinadas particularmente para mercês em recompensa de serviços; mas nestas assistem de presente dos dois ditos conselheiros.

Por esta transcrição torna-se visível o destaque político no periódico. No caso em análise, é descrita a tomada de posse do rei que teria, como afirma o *Mercúrio*, atingido a idade para tal.

Saliente-se também as primeiras deliberações tomadas por este em Conselho de Estado. Estas visavam, como se pode ler, a nomeação de conselheiros de estado cuja experiência, sabedoria e conhecimento da realidade estrangeira fosse vasta.

> *Mercúrio Português*, Fevereiro de 1663
> Em consequência disto assim acertado, o rei de Castela nomeou por seus plenipotenciários o arcebispo de S. Tiago e D. Baltasar de Rojas Pantoja, Governador das Armas de Galiza e o dito D. Luís de Menezes. E logo o rei de Portugal nomeou por seus plenipotenciários o conde de Prado, Governador das armas de Entre Douro e Minho, o Conde de S. João, Governador das Armas de Trás-os-Montes, e João Nunes da Cunha.

No contexto em que ocorre este excerto – um mês após a última transcrição apresentada – o *Mercúrio* dá conta de uma tentativa de paz entre as duas facções. Concretamente, este breve trecho relata a nomeação por parte dos reis de Portugal e Castela daqueles que representariam ambas as coroas nas negociações de paz que ocorreriam sob mediação do rei de Inglaterra.

Avançando no tempo um pouco mais, encontra-se no *Mercúrio* uma passagem também ela reveladora do peso da política como uma das unidades temáticas fulcrais do periódico:

> *Mercúrio Português*, Julho de 1665
> Disse um bom juízo que sucedeu aos maiores ministros o que sucede aos malfeitores que contraem amizade para se unirem a cometer os delitos e ficam inimigos quando vem o castigo sobre si, lançando a culpa uns aos outros. Porque aqueles que, por se comprazerem ao rei e por seus interesses, se conciliaram a fomentar a guerra, supondo tesouros, descrevendo exércitos, maquinando traças, dando conselhos e facilitando a empresa, já se despedaçavam entre si como os filhos de Cadmo, acusando-se reciprocamente de que haviam faltado no que tocava a cada um, já por descuido, já por engano, já pelo que se furtava; e os mais atiravam ao alvo de Castriilho, dizendo que com embustes divertira o intento da paz, em que os entendidos e zelosos do em público começavam a falhar.

No caso, são dados a conhecer alguns desentendimentos no seio da corte castelhana. Relatos de acusações mútuas entre ministros, jogos de interesse por parte de pessoas influentes no reino e complôs entre altos responsáveis da coroa espanhola em prol dos seus interesses pessoais. No fundo, a exposição do mal-estar e dos meandros da corte na perspectiva do *Mercúrio Português* e do seu redactor António de Sousa de Macedo.

Fica assim demonstrada a presença de assuntos políticos no *Mercúrio* e de como a sua interferência condicionava os acontecimentos da guerra.

5.1.2. As colónias e o comércio

Além das referências à guerra, o *Mercúrio Português* fez, por várias vezes, menção às colónias portuguesas e a assuntos ligados ao comércio com essas mesmas colónias. O Brasil e a Índia, principalmente, monopolizaram este capítulo temático. Atente-se, a título exemplificativo, nas seguintes transcrições:

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1663
> Este aperto dava maior cuidado ao Conde de Castelo Melhor, a quem Sua Majestade encarregou o principal manejo dos negócios; até que re-

> duzida a melhor forma a Companhia geral do Comércio do Brasil, Deus, que visivelmente encaminha as coisas de Portugal, parece que inspirou ao Conde, que se podiam escusar aqueles assentos, administrando a mesma Companhia o dito provimento por conta de Sua Majestade, antecipando ela o dinheiro, não levando interesses e satisfazendo-se de consignação proporcionada; com o que cessariam os lucros dos Assentistas, ficariam livres as consignações que sobejassem, seria o pão e cevada por conta de Sua Majestade, na qual convinha e não haveria a murmuração de que se comprava por taxa para revender sem ela.
>
> *Mercúrio Português*, Novembro de 1663
> Em 14 aportou em Lisboa o Governador do Brasil Francisco Barreto, Restaurador de Pernambuco, deixando o governo ao Viso Rei Conde de Óbidos; veio com cinco naus carregadas de açúcar, tabaco, pão e outras fazendas do Brasil.
>
> *Mercúrio Português*, Setembro de 1664
> Neste mês conseguiu-se o que há muitos anos pediram os três Estados juntos em Cortes e aconselhavam todos os Conselhos e Tribunais; que foi tomar Sua Majestade por sua conta os efeitos e administração da companhia do Comércio geral do Brasil. Aos interessados em grandes quantias, deu Sua Majestade satisfação em juros de vinte o milhar, assentados nos direitos do tabaco, obrigando também os direitos do comboy da mesma companhia. Aos outros interessados em partidas pequenas se compram a dinheiro as acções; uns e outros se acomodam com muito boa vontade.

Nos casos expostos é ilustrada a importância que no *Mercúrio* se deu às relações comerciais com o Brasil. Tomando por base estes três excertos, é possível entender-se a menção feita pelo periódico relativamente aos negócios com o Brasil a dois níveis fundamentais: o comercial e o administrativo.

Primeiramente, o *Mercúrio Português* dá conta da delegação de poderes no conde de Castelo Melhor por parte do rei no que confere à liderança da Companhia Geral do Comércio do Brasil (nível administrativo). O jornal destaca, de novo, a acção de Castelo Melhor e ilustra o poder que este foi obtendo após a ascendência de Afonso VI ao trono. No exemplo seguinte, é feita uma breve descrição dos produtos trazidos desta colónia (nível comercial) e que poderiam representar dividendos na luta pela restauração da independência. Por fim, um ano depois de Castelo Melhor

ter assumido o controlo da Companhia Geral do Comércio do Brasil, o *Mercúrio* informa os leitores de que o rei Afonso VI passara a controlar a companhia (nível administrativo).

No âmbito da Guerra da Restauração, o Brasil marcou a sua presença no cardápio noticioso também por questões extra comerciais e mercantis:

> *Mercúrio Português*, Março de 1665
> Aos 30 deste mês partiu de Lisboa a capitânia da Companhia do Comércio com vinte e tantos navios marchantes para o Brasil e um dia destes partirá outro de guerra e do Brasil virá também o galeão chamado Padre Eterno que se faz no Rio de Janeiro e é o mais famoso baxel e guerra que os mares já mais viram e comboiaram em frota os navios que houver naquele estado com o favor de Deus.

Assim, a menção informativa ao território brasileiro revelou também a existência de construção naval realizada naquele local. Uma particularidade importante e que em muito poderia auxiliar os interesses portugueses no conflito mantido com Castela.

Acrescente-se também a referência a tempestade e ataques piratas que por vezes assolavam as frotas que para lá e de lá saíam:

> *Mercúrio Português*, Março de 1665
> Tomou quatro embarcações maiores, uma carregada de trigo, as três das mercadorias que costumam comerciar-se entre aqueles portos e os vizinhos, mas todos perdeu com várias tormentas que neste ano continuaram com maior força que em outros. (…) Ficou atrás um navio português, que levavam consigo desarvorado, que por uma tormenta o haver posto naquele estado, o haviam tomado piratas, sendo ele da frota que nos chegou do Brasil, mas já sem carga.

Veja-se agora o caso da Índia – um outro local fulcral a nível comercial para os interesses portugueses – e algumas das alusões que o *Mercúrio Português* fez a este respeito:

> *Mercúrio Português*, Abril de 1664
> Aos 19 pela manhã saíram deste Porto um galeão e um bom navio para a Índia com o Capitão-mor Bernardo de Miranda Henriques; levam mais de seiscentos homens; mais de trezentos mil cruzados de mercadores e

quererá Deus dar-lhes boa viagem.

Aos 20 entraram no Porto de Lisboa dez navios estrangeiros na mesma maré; quatro deles de Itália, carregados de sedas e outras fazendas riquíssimas.

> *Mercúrio Português*, Dezembro de 1664
> Finalmente recolhemos a nossa frota do Brasil e o que nos veio da Índia Oriental, fugindo à Armada inimiga e desistindo com a notícia da nossa, do intento com que saiu a esperar a dita Frota do Brasil.

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1665
> Acha-se Portugal opulento no comércio, com a frota que lhe chegou do Brasil e princípio das riquezas da Índia já pacificada.

A ida de embarcações portuguesas à Índia e a chegada de bens provenientes desse mesmo local ao Porto de Lisboa foi, por isso, outro dos temas referidos pelo *Mercúrio Português*, como se pode ler nas duas primeiras passagens apresentadas. A propósito disto, o *Mercúrio* relata ainda que também de Itália chegaram outros produtos mercantis.

É relevante, porém, salientar que, pela leitura de algumas edições do *Mercúrio Português*, se dá conta de que o caso da Índia diferia um pouco do do Brasil. Se a conjuntura política no Brasil era estável, nas colónias portuguesas na Índia a situação era distinta. Pelo que se concluiu do curto excerto aqui apresentado, datado de Janeiro de 1665, Portugal encontrava-se ainda a aguardar pelos proveitos do território indiano, algo que não se antevia fácil dado o conflito com o estado holandês naquela região.

Enquanto a Guerra da Restauração prosseguia, o *Mercúrio Português* dava conta de que na Índia se vivia um estado algo conflituoso. De um modo mais concreto, na cidade de Cochim:

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1663
> E porque digamos de uma vez, antes de passar adiante, o que neste mês tivemos contrário (cumprindo com a obrigação de relatar todas as novas prósperas ou adversas) neste mesmo tempo chegou por cartas do Norte, certeza da perda da Cidade de Cochim na Índia Oriental.

Por isto se compreende que Portugal não tenha tido o usufruto dos bens provenientes do oriente. Os confrontos em Cochim, em que as forças portuguesas se envolveram com as holandesas, levaram tempo até atingir a pacificação. Algo que prejudicou, como reconhece o *Mercúrio*, os interesses portugueses na Índia e fez do Brasil o principal atractivo comercial para Portugal.

O *Mercúrio Português* fez também referência às colónias africanas, embora aí estas sejam citadas não apenas por razões meramente comerciais:

> *Mercúrio Português*, Julho de 1666
> Neste mês chegaram-nos novas da grande e importante vitória que em Angola alcançaram as Armas Portuguesas do poderoso Rei do Congo, para que em todas as partes do mundo experimentemos os particulares favores do céu.
> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1667
> E outros se queixam que os Estados depois de fazerem grandes instâncias para que os Ingleses não mandassem a frota que tinham destinado para a Guiné mandavam recolher a sua, com esperança de acomodamento, pedindo juntamente ao rei que mandasse juntar os seus navios de guerra com os dos Estados, contra os piratas de Alger; passaram uma ordem a Ruyter para ir à Guiné fazer hostilidades aos Ingleses, tomar-lhes os navios que encontrasse e que tudo se fizera antes da guerra ser declarada, por onde claramente se via que os holandeses tinham sido os agressores.

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1667
> Em terceiro lugar justificam-se os ingleses de um Capitão inglês tomar um forte que os holandeses tem em Cabo Verde, dizendo haviam condenado a acção, com palavra dada de ser castigado o Capitão, se se achasse culpado, e que para esse efeito fora mandado vir e que tanto chegara, o prenderam na torre de Londres, até a declaração da guerra e que tem todo este tempo não alegara o Embaixador da Holanda coisa bastante para se lhe fazer em processo, antes alegara por sua parte do Capitão, que primeiro que tomasse o forte, havia entrependido as ordens, que os Estados mandavam os seus Cabos para se apoderarem do castelo Cermantino, pertencente aos Ingleses, o qual pouco depois fora acometido.

Como se percebe por estas transcrições, as alusões aos territórios portugueses em África divergiam a nível temático do Brasil e até da Índia.

Das colónias africanas os relatos remetiam-se para situações de confrontos bélicos.

O primeiro excerto menciona justamente um conflito em Angola, no qual as tropas portuguesas saíram vencedoras. Nas duas transcrições seguintes, o *Mercúrio* limita-se a fazer eco de uma carta escrita pelo rei de Inglaterra na qual este respondia ao seu homólogo holandês sobre a proposta que este lhe havia feito. Os conflitos ingleses com a Holanda estendiam-se, como dão conta ambas as transcrições, aos territórios portugueses na Guiné e Cabo Verde.

Também Moçambique aparece referenciado no *Mercúrio*, embora tal só aconteça por uma vez e num contexto em que apenas é descrito como passagem portuária:

> *Mercúrio Português*, Outubro de 1664
> Veio mais repartida pelos navios de guerra a fazenda, que à mesmo Baía chegou de Moçambique da nau de Dom Fernando Manuel, que vindo da Índia há anos, tinha ficado no dito Porto de Moçambique, e veio também a fazenda de outra nau, em que da Índia chegou ao Brasil o Capitão Mor Luís de Mendonça Furtado, que ultimamente foi um dos Governadores da Índia por sucessão.

Deste modo, fica patenteada a presença de outra unidade temática privilegiada pelo *Mercúrio Português*. Os assuntos que dissessem respeito às colónias, em particular ao Brasil e a alguns territórios portugueses na Índia, foram invariavelmente transmitidos pelo periódico. Para além da Guerra da Restauração, impunha-se que, de quando em vez, o jornal fosse publicando também as *novas* dos territórios ultramarinos portugueses.

5.1.3. As festas

No *Mercúrio Português* eram por vezes mencionadas algumas festas que ocorriam normalmente num contexto de cerimónias religiosas. Mesmo numa conjuntura de cariz marcadamente bélico, houve espaço no periódico para uma ou outra alusão a momentos festivos ou celebrações.

De seguida, serão apresentadas duas transcrições do *Mercúrio Português* que consubstanciam o que atrás foi referido:

> *Mercúrio Português*, Março de 1664
> Em nove, que era domingo, foi o baptizado do filho do Conde de Castelo Melhor do Conselho de Estado do rei nosso Senhor, seu Escrivão da Puridade; no qual sua Majestade quis ser o padrinho. Às três horas da tarde saiu sua Majestade do seu quarto acompanhado do Senhor Infante, do Conde e mais Senhores, e Fidalgos da Corte, vestidos de gala com muitas jóias, que todos à saída da câmara beijaram a mão a S. Majestade, e S.Alt. por aquela mercê.
>
> *Mercúrio Português*, Outubro de 1666
> As festas ordenadas na Corte de Lisboa pelo casamento do rei nosso Senhor se dilataram até 15 deste Outubro. Na noite deste dia, que foi sexta-feira, se lhes deu princípio com luminárias no Paço e em toda a Cidade.
>
> Na noite do dia seguinte houve no terreiro do mesmo Paço grandes invenções de fogo: fabricou-se madeira pintada, num bizarro castelo, com seus baluartes e tudo o mais que pede a arte de fortificação: contra eles fingiu uma investida e dele uma defesa com cargas contrafeitas da mosquetaria e artifícios abrazados, tão continuados e horríveis que naturalmente se representou em mais um combate; estava para sair de dentro uma serpente a pelejar com um leão, ambos de fogo, acendeu-se ele por desastre mais cedo do que mandava a traça, mas ainda assim foi muito para ver como o leão se desfez em cinza, depois de haver despedido de si furiosos raios, brigando com homens armados de espadas e rodelas de fogo, que de si lançavam outros semelhantes; houve algumas girândolas, muitas, e montantes e grande número de foguetes de várias sortes, todas bem vistosas e os melhores que se viram até então. Com isto e com os muitos ternos de charamelas e trombetas, que soavam nos cantos da praça, foi aquela noite bem alegre.

No *Mercúrio* de Março de 1664 é feito o relato do baptizado do filho do Conde de Castelo Melhor que contou com a presença do rei. Já na edição de Outubro de 1666, o jornal faz alusão ao casamento do rei e das festas que por este motivo se realizaram.

No primeiro caso, os relatos do baptizado são justificáveis pela importância associada à família de Castelo Melhor. No segundo, o do casamento do rei, a mesma justificação pode ser dada. O destaque dado pelo *Mercúrio* ao casamento e às festas a ele associadas serve para sustentar

não apenas a natural relevância que a figura do rei despertava junto do público, como a evidência de que não só de *novas* de cariz bélico se fez o reportório noticioso do jornal. O evento teve de resto honras tais por parte do *Mercúrio Português*, que marcou toda a edição do mês de Outubro de 1666. A transcrição acima apresentada corresponde apenas a um breve trecho de uma minuciosa descrição dos preparativos e divertimentos do casamento real.

Por outro lado, isto reforça a ideia de privilégio e propaganda noticiosa em torno das figuras de Afonso VI e Castelo Melhor. Muitas outras festas e eventos sociais deverão ter ocorrido, inclusive no seio da corte, no entanto foram estas as mais enfatizadas pelo *Mercúrio Português*.

Tanto a alusão ao baptizado do filho de Castelo Melhor como o casamento do rei, fortalecem a ideia expressada quando se abordou o relevo social dos indivíduos envolvidas nos acontecimentos. A preponderância destas duas figuras na vida do reino e na causa da Restauração em particular, levou ao relato dos momentos festivos mencionados, algo que não aconteceria no caso de indivíduos com uma proeminência social menor.

5.1.4. As obras públicas

No *Mercúrio Português* houve igualmente espaço para uma referência à construção de uma rua em Lisboa, a Rua Nova de Almada:

> *Mercúrio Português*, Maio de 1665
> E porque o cuidado da guerra não embaraça o do governo político, em treze deste mês começou-se em Lisboa a abrir uma formosa rua de 30 e 35 palmos de largo, que começa da calcetaria e sai ao Espírito Santo, muito conveniente para formusura e serventia do bairro baixo para o alto da cidade e sobe tão invisível e invisivelmente que quase parece que tudo fica plano. Por esta razão, há muitos anos que era desejada e tentou-se, mas nunca se conseguiu, porque era necessário comprar e derrubar muitas casas que naquele lugar faziam vários becos estreitos, conforme a fábrica antiga das cidades. Pode consegui-lo com a resolução que tomou Rui Fernandes de Almada, que entrou a ser Presidente do Senado da Câmara e por memória do autor de obra tão útil, quis o senado que a rua ficasse com seu nome e se chamasse a Rua Nova de Almada.

A temática relacionada com as obras públicas que sucederam em Portugal durante a publicação do *Mercúrio Português*, cingiu-se a esta pequena e discreta passagem. Em mais nenhuma edição do jornal vem referida qualquer alusão a algum tipo de construção pública efectuada durante o período em que o *Mercúrio* foi publicado, algo que também reforça, uma vez mais, a ideia subjacente a uma homogeneidade temática do periódico.

5.1.5. A religiosidade

O *Mercúrio Português* fez perpassar, na totalidade das suas publicações, uma ideia associada à influência e até interveniência directa da religião na vida quotidiana das populações e nos acontecimentos militares. A tendência para uma não laicização informativa foi explícita em muitos dos relatos noticiosos do periódico.

Não raras vezes, o redactor do *Mercúrio* atribuiu a Deus o desfecho de determinadas ocorrências e acções. Mesmo a restauração da independência de Portugal em relação a Espanha ficou a dever-se, no entender do jornal, não só ao brio e coragem das forças lusas e sagacidade e inteligência do rei, como à vontade de Deus, condição *si ne qua non* para que o conflito fosse ganho.

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1663
> Entrando el rei nosso senhor no governo com este estilo de provimento, começaram os ministros que lhe assistem a experimentar os danos referidos e como todos os meios de dinheiro estavam esgotados e as necessidades de uma guerra são de cada dia, chegou-se quase a desesperar do remédio e verdadeiramente concorreu Deus com favor muito especial para as prevenções de campanha passada.

> *Mercúrio Português*, Novembro de 1663
> No mesmo tempo tocou o inimigo arma ao nosso exército rijamente por duas vezes e o Conde de Prado ouvindo as peças entendeu que aquela arma era diversão para alguma facção intentada por mar; pelo que, ainda que já de antes, com antecipada prevenção tinha enviado o mestre de campo Rodrigo Pereira Souto Maior com alguns infantes para aquela parte, agora mandou sem dilação quatro companhia de cavalos e um terço de infantaria acudir a toda a costa. Porém Deus o nosso senhor com superior

> poder atalhou qualquer intento do inimigo; porque estando até àquela hora em que atirou a Fortaleza da Insua, o mar sem vento e a noite muito serena e clara, como se fora em Agosto, subitamente se levantou uma furiosa tormenta do Sul, com que se perderam alguns barcos e a gente deles e os mais arribaram à Vila da Guarda, dando-se por perdidos e logo no dia seguinte, que foram treze, dois mil homens, que neles escaparam, voltaram para o exército.
>
> *Mercúrio Português*, Junho de 1665
> Es muy de notar que entre los castigos que Dios da a Castilla en esta guerra se comienza ver el de los primogénitos, con que ya castigo a otro rey que no queria dejar su pueblo.
>
> *Mercúrio Português*, Julho de 1665
> Ao que se vê sobre um monte e à luz que a todos ilumina, comparou Cristo Senhor nosso o que não se pode esconder. Sobre Montes se deu a famosa batalha que vimos em Junho passado, sobre eles alcançaram os portugueses aquela insigne vitória, foram destruídos os castelhanos e nos mostrou Deus a sua glória.

Os excertos apresentados são sintomáticos da referida relevância e presença da vertente religiosa no periódico. De destacar particularmente o segundo trecho, no qual o *Mercúrio* atribui à vontade de Deus o levantamento de uma tempestade marítima que fez com que as forças castelhanas saíssem derrotadas de um ataque que haviam efectuado às tropas portuguesas. Ou seja, para além de funcionar como unidade temática, a religiosidade marcou também a narrativa do *Mercúrio*, mesmo dentro de outros assuntos, como por exemplo a guerra.

A presença do elemento religioso nas informações noticiadas não tinha apenas um cariz bélico associado – embora fosse este o predominante. O caso transcrito de seguida atesta isto mesmo:

> *Mercúrio Português*, Agosto de 1663
> A estas e a outras disposições humanas para a guerra, juntaram-se este mês novas esperanças de Deus nos continuar seu favor Divino, com o que se escreveu de Braga, que pela intercessão do seu grande Arcebispo Dom Lourenço da Lourinhã, fizera o Senhor algumas maravilhas; entre as quais foi, que dia de São Lourenço, dez deste mês de Agosto, foram

duas mulheres cegas pedir-lhe vista e logo a alcançaram.

Das inúmeras alusões a Deus e à sua acção, este é provavelmente o caso mais paradigmático de um relato onde a alegada intervenção divina está presente. A passagem conta a história de duas mulheres invisuais que terão sido curadas, do ponto de vista do *Mercúrio Português*, graças à intercessão do arcebispo Lourenço da Lourinhã junto de Deus.

Em suma, o *Mercúrio* patenteou aquilo a que se poderá apelidar de tendência religiosa. A forma recorrente e submissa com que o jornal se reportou ao elemento religioso é mais um exemplo da sua falta de objectividade nalgumas passagens. De algum modo, esta abordagem serve como complemento à parte em que se faz a reflexão sobre o carácter objectivo do jornal.

5.2. A noticiabilidade no *Mercúrio Português*

Uma das vertentes jornalísticas em análise prende-se com o conceito de valor-notícia introduzido por Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge. No entender de Ruge e Galtung (Galtung e Ruge, *cit. in* Traquina *et al.*, 1993, p.63-67), os principais critérios para que uma determinada ocorrência ou acontecimento ganhem o estatuto de notícia são:

> - Frequência do acontecimento: se um dado acontecimento ocorrer num momento recente e de forma recorrente, mais facilmente ganhará relevância noticiosa.
> - Força e amplitude de um acontecimento: quanto mais forte for um acontecimento maiores são também as hipóteses de se tornar notícia.
> - Transparência: se um acontecimento for, ou pelo menos parecer, claro e o seu significado não deixar lugar a dúvidas de interpretação, também aí as suas probabilidades de serem foco de atenção jornalística aumenta.
> - Correspondência com as expectativas: se uma determinada mensagem entra em consonância com aquilo que é expectável pelos receptores, também aí poderá tornar-se notícia.
> - Proximidade: um acontecimento que ocorra num local próximo do emissor informativo, ou que culturalmente se aproxime do padronizado faz com que o seu carácter noticioso ganhe força.
> - Importância social dos indivíduos: quanto mais o acontecimento diga

> respeito e envolva directamente pessoas tidas como indivíduos de elite, mais provável se torna a sua publicação noticiosa.
> - Referência a nações de elite: neste caso, a única variação para o ponto anterior é a relevância, não das personalidades envolvidas, mas dos países intervenientes que quanto mais importantes forem, mais propiciarão o surgimento de notícias sobre eles relacionada.
> - Diversidade temática do noticiário: um acontecimento relativo a um tema que não tenha sido noticiado, mas que acrescente algo em termos temático ao noticiário poderá ser privilegiado.
> - Continuidade noticiosa: algo que tenha ganho previamente carácter noticioso, continuará a tê-lo, ainda que o seu impacto e intensidade sejam menores.
> - Inesperado: algo que esteja fora do expectável, que seja insólito e fuja a esquemas mentais pré-concebidos, quer pelos jornalistas quer pelo público, será em princípio realçado a nível noticioso.
> - Personificação: tende a ser noticiada uma história que seja pessoalizada, que se centre na acção de um ou mais indivíduos.
> - Negativismo: uma ocorrência cujas consequências sejam negativas tem tendencialmente mais relevo que uma com contornos positivos.

Para lá destes aspectos, interessa frisar outro dos pontos sacramentais do jornalismo e cuja intemporalidade é patenteada no *Mercúrio Português*: a actualidade, que de algum modo se poderá inserir no primeiro factor de noticiabilidade mencionado, o da frequência dos acontecimentos. É segundo estes pressupostos, incluídos nos estudos de Galtung e Ruge, que se passará em seguida a estabelecer uma análise, cruzando-os com o conteúdo noticioso do *Mercúrio Português*.

Assim, e numa primeira abordagem mais superficial, parece ser pacífico afirmar que o conteúdo informativo do *Mercúrio* se encaixa nos pontos avançados pelos dois autores noruegueses. Algo que só ajuda a sustentar a ideia de que os relatos noticiosos do século XVII continham marcas estilísticas que ainda hoje permanecem válidas.

Esta ideia associada à intemporalidade dos critérios de noticiabilidade foi notada por Mitchell Stephens e teve eco através de outros autores, como Jorge Pedro Sousa:

> A linha de critérios de noticiabilidade proposta por Galtung e Ruge, em traços gerais, mantém a sua actualidade e pertinência, talvez porque, como

> Stephens (1988) notou, os valores notícia são historicamente estáveis (…) (Sousa, 2008, p.19).

5.2.1. Frequência do acontecimento

Relativamente a marcas de actualidade, o *Mercúrio Português* foi, mais uma vez, ao encontro de um dos principais cânones do jornalismo moderno, embora, naturalmente, a imediaticidade das *novas* aí reportadas não tivesse paralelo com casos contemporâneos, até devido à periodicidade do periódico – publicado uma vez por mês, como foi já mencionado.

De resto, Maria Fernanda Casaca Ferreira dá conta desse mesmo facto:

> O tema principal do jornal era, como vinha apresentado no próprio título, "as novas da guerra entre Portugal e Castela". Este tema, de grande actualidade e de importância decisiva para o país, empenhou totalmente António de Sousa de Macedo que nele utilizou as suas grandes qualidades literárias. (Ferreira, *Mercúrio Português*)

A Guerra da Restauração, que marcou indubitavelmente o século XVII português, foi o centro das atenções do *Mercúrio*. Por isto se percebe que o *Mercúrio Português* cumpriu totalmente com a função de actualidade que é hoje imputado a qualquer meio de comunicação jornalístico. A transcrição em baixo apresentada ajuda a entender esta realidade de um modo mais concreto.

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1663
> Em 22 deste mês de Janeiro o Conde de S. João Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes, sabendo que o inimigo havia alojado por aquelas partes muita gente do exército que retirara de Entre Douro e Minho e que estava com pouca prevenção, entrou em Castela com setecentos cavalos e quatrocentos infantes escolhidos, pela parte de Monforte, para amanhecer entre aqueles alojamentos, como sucedeu, e investindo os quartéis de Soutochão, Berrande e Arsoa, escaparam muito poucos inimigos de mortos, ou prisioneiros principalmente do regimento de D. Diogo Dense; e entre os mortos foram cinco Capitães de infantaria, & sete ou oito oficiais reformados e vieram prisioneiros, além do grande número dos soldados um Capitão e cinco Alferes; sem que da nossa parte houves-

> se morto ou ferido, porque o descuido com que estavam não fez resistência; e se naquela manhã não houvera uma grande névoa, fora muito maior o dano do inimigo.

Neste excerto, publicado logo no primeiro número do periódico em Janeiro de 1663, é possível verificar a minuciosidade da informação veiculada, o que de algum modo contribui para justificar a presença constante da actualidade no *Mercúrio*. No presente caso, a preocupação em referenciar a data exacta em que os factos relatados sucederam – 22 de Janeiro, como se pode ler logo na primeira linha – é igualmente ilustrativo da importância que uma narrativa actual constituiu para o jornal.

5.2.2 Força e amplitude de um acontecimento

Naturalmente que, no decorrer da guerra, os momentos cuja intensidade fosse maior eram noticiados pelo *Mercúrio Português*, à semelhança do que se passa com os jornais de hoje.

No caso deste periódico, os momentos de confrontos e de guerrilha entre as tropas portuguesas e castelhanas, ganhavam uma importância que fazia com que fossem mais facilmente mencionados. Vejam-se os seguintes casos:

> *Mercúrio Português*, Maio de 1665
> Na Província do Minho, em onze deste mês de Maio, sabendo o sargento-mor Manuel Pereira da Fonseca (que está governando a nossa Praça da Conceição em Galiza) que os da guarnição do forte de Santiago Carrilho costumavam ferragear na Veiga, que chamam da Atalaia; mandou de madrugada meter 8 cavalos em parte donde saíssem a tomar alguns. Vieram vinte soldados do inimigo a ferragear, com guarda de vinte mosqueteiros; deram sobre eles nos nossos oito cavalos, tomaram catorze dos soldados, escapando os mais com algumas feridas e fugiram os vinte mosqueteiros, havendo alguns disparado, sem os nossos receberem dano.

> *Mercúrio Português*, Junho de 1665
> De nove à tarde até dezassete pela manhã não cessou o inimigo de dia, & de noite com bombas, baterias e assaltos furiosos por várias partes, sucedendo uns aos outros, sem embargo dos que muitos morriam; porque a

> maior parte do exercito era de, e não reparava o General em os perder a troco de que não descansassem os poucos sitiados.

Em ambos os exemplos são mencionados momentos de conflito e confrontação, cuja carga dramática é elevada. Algo que demonstra o privilégio que estes acontecimentos tinham no conteúdo noticioso do *Mercúrio Português*.

As notícias em que a "morte" está presente, como é o caso da última transcrição, contribuem para que o tal dramatismo e intensidade aumentem e, portanto, também no *Mercúrio* ganham maior probabilidade de assumir forma noticiosa. Mais adiante será focada a presença noticiosa da morte, à luz dos critérios de noticiabilidade expostos por Nelson Traquina.

5.2.3. Transparência

Como foi referido, a transparência de um acontecimento é fundamental para que dele haja a percepção correcta e a sua divulgação jornalística ocorra. No caso do *Mercúrio Português*, esta questão não é tão pacífica devido ao facto do jornal e do seu escritor, – secretário de estado do governo do conde de Castelo Melhor, como já foi referido – estarem conectados com a Casa Real de Bragança.

Seja como for, logo no primeiro número, pode ler-se uma espécie de compromisso com a veracidade dos factos expostos:

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1663
> Neste mês de Janeiro não houve outra facção, ou recontro e porque não pareça que só se hão-de referir os de vantagem para Portugal, promete *Mercúrio* debaixo da verdade, que tem protestado, que sempre irá referindo todos os que forem de consideração, posto que algum (o que Deus não permita) suceda contrario e com esta promessa, pede que não dê crédito aos que lhe não relatar, como supostos e inventados.

Tal como nos tempos contemporâneos, também o *Mercúrio Português* sentiu, pelo menos, a necessidade de apregoar a clareza interpretativa dos acontecimentos. Mesmo pela forma como estes são relatados, se percebe o esforço por uma escrita factual, narrando apenas os acontecimentos cujas

interpretações não sofressem enviesamentos substanciais, a ponto de serem confusos para o público. Leia-se a este propósito a seguinte passagem:

> *Mercúrio Português*, Agosto de 1665
> Aos vinte e dois deste mês cem cavalos nossos, e quarenta infantes do mesmo Partido foram esperar a recolha que costuma vir da Serra de Gata para Ciudad Rodrigo. Toda a tomaram; e constava de cento e trinta e uma cavalgaduras carregadas de vinhos, azeites e refrescos, com cem homens armados de escopetas, dos quais nenhum escapou morto, ou prisioneiro.

Como pelo excerto se pode perceber, a escrita era na maior parte das vezes descritiva. Isto também ajudava a que o conteúdo dos acontecimentos fosse transmitido de um modo entendível e de fácil apreensão.

5.2.4. Correspondência com as expectativas

Neste aspecto, todos os dados que estivessem ligados aos acontecimentos da Guerra da Restauração eram susceptíveis de serem noticiados pelo *Mercúrio Português*.

Os avanços e recuos do exército português e castelhano, a acção dos intervenientes, as tréguas no conflito, a acção da corte, ou o número de baixas, armas e prisioneiros noticiados no *Mercúrio* vinham ao encontro do que os seus leitores esperavam. Por isso, o *Mercúrio Português* raramente fazia oscilar a sua tipologia de temas noticiosos.

> *Mercúrio Português*, Maio de 1663
> Já neste tempo marchava o nosso exército com dez para onze mil infantes e perto de quatro mil cavalos a socorrer a praça e sabendo no caminho a entrega dela, tomou sitio acomodado a impedir os com bois e a retirada do inimigo, pois não era factível ir pelejar com ele dentro da cidade, como pedia a impaciência dos soldados.

> *Mercúrio Português*, Junho de 1663
> Morreram do nosso exército coisa de trezentos homens, em que entrou um mestre de campo dos auxiliares, um coronel inglês cinco capitães de cavalos, um deles francês, seis capitães de infantaria, saíram feridos quase quatrocentos dos quais morreu daí a quatro dias com sentimento geral de

> todo o reino o general da cavalaria da província da beira Manuel Freire de Andrade, valoroso e bizarro soldado.

5.2.5. Proximidade

O factor de proximidade é também uma presença incontornável na justificação da publicação de determinados acontecimentos no *Mercúrio*. De algum modo, este relaciona-se de forma directa com a relevância que a nação, ou as nações envolvidas têm no *Mercúrio Português*. A sua causa é igualmente explícita e perfeitamente entendível, já que o facto dos acontecimentos relatados no jornal – nomeadamente a Guerra da Restauração – terem decorrido em Portugal ou as suas implicações envolverem o país em causa, levou a um maior realce dessas ocorrências.

Eurico Gomes Dias fez eco do destaque que desde o início da sua publicação foi dado pelo *Mercúrio Português* ao conflito entre Portugal e Castela:

> O 2.º número do *Mercúrio Português* aponta, mais uma vez, as últimas novas das lutas fronteiriças entre Portugal e Espanha, nomeadamente entre o Alto Alentejo e Extremadura espanhola (Dias, 2010, p. LIII).

O *Mercúrio Português* deu sempre um destaque primordial a tudo aquilo que ocorresse dentro do território português, relegando normalmente para segundo plano novas provenientes de outros locais. Ao longo de todas as publicações do periódico, as alusões a locais e cidades portuguesas são numerosas, o que se explica pelo facto do jornal ser dirigido e distribuído em território português. Os seguintes trechos ilustram esta constante menção a localidades e lugares portugueses:

> *Mercúrio Português*, Março de 1663
> Pela província do Alentejo se licenciava tanto a cavalaria que o inimigo tem em Arronches, que pareceu necessário ao Conde de Vila Flor Governador das armas, refrear aquela ousadia. Ordenou ao Tenente-general Dom João da Silva, que com aquela cavalaria de Elvas e algumas tropas de Campo Maior fosse pela parte de Barbacena a busca-la e que em saindo da praça, a carregasse quanto fosse possível.

> *Mercúrio Português*, Maio de 1663
> Em 24 deste mês de Maio à tarde chegou a esta corte de Lisboa a nova da

> entrega de Évora e divulgando-se no dia 25 pela manhã, foi tal o fervor do povo para a defesa de sua pátria que concorreu tumultuosamente ao Terreiro do Paço clamando todos que queriam ir pelejar com o Castelhano.

5.2.6. Referência a nações de elite

A intervenção directa de Portugal e Castela na Guerra da Restauração fez com que esta, e todas as suas principais incidências, ganhassem um destaque claro nos relatos expostos. Ou seja, o envolvimento do país ao qual o jornal pertencia e a sua ligação à Casa Real de Bragança foram fundamentais para que este conflito, e os acontecimentos que nele iam decorrendo, tivessem uma divulgação acentuada no periódico.

Seguidamente apresenta-se um trecho do jornal que visa materializar o que acima foi exposto:

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1663
> Saber os sucessos de outros Reinos e Províncias, não é só curiosidade, mas necessidade aos Políticos; porque de mais do que se aprende pelos exemplos (que sendo do mesmo tempo, são melhores Mestres) o estado em que acham os outros, principalmente se são vizinhos, ou interessados, e medida por que se regulam, e encaminham os meios de conservação, e vitalidade própria.

Como se pode perceber por esta transcrição, é logo no início do jornal – em Janeiro de 1663 – que é feita uma espécie de declaração de interesses. Algo que pode ser visto como a correspondência para a definição de alguns dos principais critérios de noticiabilidade do *Mercúrio Português*.

Neste caso, é feita a apologia, não apenas da necessidade da informação se centrar em aspectos actuais, como o da importância que determinadas nações constituíam para o público. Uma evidência de que a relevância das nações envolvidas influi, também no *Mercúrio*, no destaque dado aos acontecimentos.

Outro exemplo desta realidade pode encontrar-se no excerto de um relato feito no mês de Fevereiro de 1663:

> *Mercúrio Português*, Fevereiro de 1663
> Fazia Castela entender às nações estrangeiras, que feita paz com França,

> acabaria com Portugal em poucos meses; há três anos que a celebrou e desocupada de todas as outras partes, se vê tão embaraçada só com esta, que é sem dúvida, que ainda que os Portugueses sofrem os trabalhos ordinários, a guerra tão continuada, os Castelhanos padecem muito mais sem comparação; do que só em duas coisas (havendo outras) daremos demonstração evidente.

Uma vez mais, é destacado o papel que outros países assumiam na noticiabilidade do jornal, concretamente, o acordo de paz por parte de Castela com a França e as implicações que tal poderia ter para Portugal, sob o ponto de vista castelhano.

Portanto, a importância de países cuja acção interferisse com os interesses da Casa Real de Bragança e, consequentemente, com os intentos portugueses de restaurar a independência, fazia com que os acontecimentos a eles ligados fossem destacados no *Mercúrio*. Neste caso, para além de Espanha, o *Mercúrio Português* fez menção a França, que implicitamente assumia um papel preponderante neste conflito. Tudo porque, como foi salientado no primeiro capítulo, Portugal procurava o apoio francês que, por seu turno, aspirava à restauração da independência portuguesa com a esperança de que tal enfraquecesse Castela.

Apesar disto, os relatos político-militares do *Mercúrio Português* centraram-se, regra geral, quase exclusivamente na realidade portuguesa e castelhana. Assim, estas duas nações foram as mais destacadas pelo jornal. Nomeadamente em razão das implicações que os acontecimentos neles vividos tinham para as pessoas – não apenas para aquelas que viviam nos locais que eram palco das maiores batalhas, como também para o povo português. O reconhecimento disso é feito pelo próprio *Mercúrio*:

> *Mercúrio Português*, Fevereiro de 1664
> Chegaram neste mês novas de Roma muito modernas; e ainda que *Mercúrio Português* não costuma dar as de outras nações, contudo, por ser a que se segue de algumas consequências para Portugal, diz que entre as que se avisam daquela parte é meter el rei cristianíssimo em Itália quinze mil infantes e seis mil cavalos e ele estava de caminho para Leão e se entendia que passaria a Pinherol.

Para além de ser fulcral perceber a posição estratégica, a nível militar

e político de Portugal, o *Mercúrio* não se coibiu de fazer referências à posição interna de Castela relativamente ao conflito armado:

> *Mercúrio Português*, Fevereiro de 1663
> E uma, bater Castela certa moeda de cobre, em que há valor intrínseco, acrescentou sete partes de valor extrínseco, para a fazenda Real, sem reparar em que se distribui o Reino, e os vassalos com a muita desta moeda que metem os estrangeiros, pelo ganho excessivo. Outra é que, por Castela estar despovoada de gente, forma seus exércitos pela maior parte de Estrangeiros; os quais, além das grandes despesas com que são conduzidos, fazem guerra a Portugal só três meses da Primavera (que é só o tempo capaz de campear) e os outros nove meses do ano que se fazem aos Castelhanos com seus alojamentos tão rigorosos que não se contentando com ocupar as casas, obrigam os donos a que lhes dê de comer com regalos; com o que os naturais as deixam, e se despovoam lugares inteiros.

Este pequeno trecho, datado de Fevereiro de 1663, demonstra justamente as constantes referências à realidade castelhana. Ao longo de todo o jornal, os acontecimentos ligados a Espanha, principalmente aquelas que se prendessem de forma directa à acção do exército, mereceram destaque por parte do *Mercúrio Português*. Outro excerto que exemplifica isto pode encontrar-se logo no início da publicação de Maio de 1663:

> *Mercúrio Português*, Maio de 1663
> Em 6 deste mês saiu de Badajoz o exército Castelhano prevenido em todo o Inverno com grande cuidado, de seis para sete mil cavalos, & doze mil Infantes, a maior parte estrangeiros (trazidos de Alemanha, e principalmente de Itália, não obstante o receio das guerra dela) vinte peças de artilharia de até doze de libra, e um número de carruagem excessivo.

Como se pode ler, a descrição pormenorizada do exército castelhano e da sua estratégia atesta o destaque noticioso que este merecia pela sua importância, proximidade e intervenção na vida dos portugueses.

A grande excepção feita pelo jornal nesta lógica de colocar o enfoque na conjuntura política social e bélica de Portugal e Espanha é feita na edição do periódico relativa a Março de 1667. Neste mês, o *Mercúrio Português* apresenta, de modo sumário, algumas notícias do que mais relevante sucedeu nalgumas nações europeias. As duas transcrições abaixo atestam

e comprovam algumas das referências feitas a países estrangeiros:

> *Mercúrio Português*, Março de 1667
> A República de Veneza, vendo a grande prevenção do turco, tem mandado embaixadores a todos os príncipes da cristandade, o que chegou a França, foi logo despedido porque a paz que o rei cristianíssimo tem feito com o grão turco, impediu que em público se tratasse dos socorros de França, mas afirmam por certo que com soma considerável de dinheiro socorre este rei aquela república.

> *Mercúrio Português*, Março de 1667
> As tropas suecas, que alojavam no Ducado de Breme, não tão-somente persistem ainda nele, como vão crescendo e por não ser o país capaz de tanto, o general Vvrangel quis alojar algumas tropas na Pomerania; este excesso com que crescem as tropas suecas, fez armar o rei da Dinamarca e prevenir aos eleitores de Brandeburgo e Colónia aos duques de Bronzui e Luxemburgo e aos Lansgrave de Hassia, que todos mandaram seus deputados a Brumzvvick, para tratar ou do acomodamento, ou da defesa e o general maior Frederico Alefelt saiu de Copenhaga a visitar as praças marítimas da Noruega.

Talvez não seja despiciendo notar que esta publicação foi efectuada já sem a participação de António de Sousa de Macedo. Por esta altura já o redactor anónimo tinha assumido a chefia do jornal. O maior privilégio de notícias sobre ocorrências de fora do reino é uma das mudanças que se podem imputar ao *Mercúrio* com a transição de redactor. Seja como for, a ausência de informações internacionais no jornal foi quase constante.

5.2.7. Importância social dos indivíduos

Exemplificada que está a presença de determinadas nações – não apenas Portugal – no reportório noticioso do *Mercúrio Português*, importa agora mencionar o destaque dado pelo periódico a determinadas individualidades. O *Mercúrio* destacou, ao longo das suas publicações, aqueles cuja intervenção se revelava importante para o desenrolar dos confrontos entre Portugal e Castela.

Nas seguintes transcrições serão, uma vez mais, referidos alguns exem-

plos de personalidades que, pelo seu estatuto e influência nos acontecimentos, mereceram um enfoque do periódico. Naturalmente, dado o número vasto de pessoas mencionadas, serão apenas focadas algumas a título exemplificativo.

> *Mercúrio Português*, Julho de 1663
> Pela Província da Beira tinha determinado o Duque de Osuna, que governa as Armas daquela fronteira por Castela, fazer diversão a favor de D. João de Áustria; mas, ou a pouca diligência, ou a falta de gente, lhe não permitiu ajuntar poder considerável, se não depois de Dom João de Áustria estar vencido e em Alentejo haverem cessado as Armas.

A acção do duque de Ossuna e de D. João de Áustria foi preponderante no decorrer da guerra, personificando ambos parte da resistência de Castela à investida da Casa Real de Bragança. Neste excerto, publicado em Julho de 1663, o *Mercúrio* realça justamente a intervenção destas duas personalidades na tentativa de retomar o controlo de Portugal.

Já no mês anterior, a intervenção de D. João de Áustria – que liderava a resistência castelhana – havia sido focada. Desta feita, o *Mercúrio Português* deu conta do desaire que o nobre espanhol havia sofrido em Évora e da sua retirada para Badajoz, onde procurou reunir reforços de modo a resistir aos avanços das tropas portuguesas.

Meses mais tarde, em Dezembro de 1663, o *Mercúrio* volta a relatar a acção do duque de Ossuna.

> *Mercúrio Português*, Dezembro de 1663
> Chegaram ao exército inimigo mil & setecentos homens em dois terços que de Flandes conduzirão o Marquez de Respur, e o Conde Philipe, destinados para a Estremadura e apontado em Galiza com temporal, ordenou el Rey de Castela que ficassem ali; não se achando ainda com forças para fazer oposição aos nossos por aquela parte; mandou ao Duque de Ossuna Governador das Armas de Castela a velha, que entrasse pela Província da Beira, para chamar em socorro dela alguma gente do Minho.

Uma vez mais, a tentativa de Castela em recuperar o domínio sobre Portugal e a acção do duque de Ossuna é referida e enfatizada pelo jornal em análise. Nesta situação, também a intervenção do rei espanhol é

mencionada. Nesta altura, o duque de Ossuna encontrava a resistência portuguesa na zona de entre Douro e Minho. Para lá da acção do duque espanhol, foi relevada pelo *Mercúrio* a interveniência de Pedro Jacques de Magalhães. O então Governador da Beira desempenhou, como é descrito pelo jornal, um papel importante de modo a evitar que o exército castelhano comandado por Ossuna, recuperasse o controlo do território português. Por isso mesmo mereceu realce noticioso neste mês.

> *Mercúrio Português*, Dezembro de 1663
> Continuaram os socorros da Estremadura, Leão e outras partes ao Duque, com que fez mais de mil e setecentos cavalos e cinco mil infantes. Então se atreveu a formar um corpo de seiscentos cavalos, e quatrocentos infantes, com que em vinte e cinco deste mês, foi ao lugar da Reygada distante duas lagoas de Almeida ao pé de Castelo Rodrigo, imaginando acha-lo sem oposição, como naqueles dias havia estado, mas como os Castelhanos andam tão desgraciados por todas as partes, sucedeu que na noite antecedente, por ordem do Governador das Armas Pedro Jaques de Magalhães, lhe havia entrado a metade de hum Terço auxiliar de Trás-os-Montes. Este ousadamente saiu a esperá-los em umas paredes que junto do lugar querem imitar um mau reduto; dali se pelejou de sorte, que em algumas avançadas que o inimigo fez, perdeu três Capitães de Infantaria, que levou mortos e alguns soldados e finalmente com grande descompostura se retirou demasiadamente apressado, deixando seis escadas que trazia, alguns cavalos, e prisioneiros. Apressou os mais o sair da praça de Almeida Afonso Furtado (Governador das Armas do partido de Penamacor que tinha vindo ajudar a Pedro Jaques) acompanhado do Tenente general Dom Martinho da Ribera com pouca cavalaria, com que fez frente a todo o exército do inimigo e o obrigou a recolher tudo a si.

No trecho acima exposto há ainda a destacar a menção a Afonso Furtado e Martinho da Ribeira que prestaram – como refere a transcrição em cima exposta – auxílio a Pedro Jacques de Magalhães, evitando o avanço do duque de Ossuna por território português e justificando por isso a menção noticiosa do *Mercúrio*.

A figura de D. Afonso é, possivelmente, o melhor exemplo de como a posição social e a influência no desenrolar da guerra conferia a possibilidade de mais facilmente uma determinada personalidade ver conferida a

sua acção em notícia. O rei português foi, em diversas ocasiões, referido no jornal.

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1663
> Em vinte e três dias de Junho passado do ano de mil seiscentos e sessenta e dois e achando-se o sereníssimo rei dom Afonso VI com idade competente, a rainha regente sua mãe, presentes os tribunais, títulos e fidalgos da corte, lhe entregou solenemente o governo do reino, que havia governado seis anos, sete meses e dezasseis dias com grande amor, prudência e fortaleza varonil.

Neste caso, o *Mercúrio* põe em evidência o facto de D. Afonso VI ter sido coroado rei devido à cedência do poder por parte da rainha. Um acontecimento de uma relevância extrema e que marcou um dos episódios mais relevantes do movimento da Restauração. As capacidades governativas de Afonso VI não eram consensuais, mas a sua ascensão ao trono era fundamental para os interesses de Portugal na guerra e, sobretudo, para Castelo Melhor. Deste modo, não é de estranhar que o *Mercúrio Português* tenha acentuado e relevado este acontecimento, o que é também sintomático do carácter propagandístico do jornal em relação ao poder régio de Bragança.

Ainda dentro deste ponto é pertinente notar o pouco destaque dado às mulheres pelo *Mercúrio*. As publicações deste jornal por poucas vezes se referiram à acção de figuras femininas. No entanto, também aqui a sua relevância e estatuto eram levados em linha de conta. A probabilidade de as mulheres serem aludidas informativamente no periódico era baixa, mas as excepções poderiam ocorrer em função do seu grau de importância na sociedade:

> *Mercúrio Português*, Fevereiro de 1666
> Na câmara onde a rainha nossa senhora faleceu foi seu corpo composto por senhoras que a serviam e algumas que a haviam servido e estavam já fora do paço, mas acudiram ali naquela ocasião e elas o meteram num caixão forrado de tela branca (…)

Esta passagem é um excerto do relato efectuado pelo *Mercúrio Português* sobre o funeral da rainha Dona Luísa de Gusmão. O estatuto da

pessoa em causa e a sua importância para o reino são justificativos desta menção. No entanto, nem mesmo a rainha teve uma repercussão noticiosa grande neste periódico, as alusões à sua figura foram raras e praticamente só a notícia do seu falecimento fez com que tivesse tido um realce grande nesta publicação.

O enfoque dado a elementos do sexo feminino foi reduzido, o que pode ser explicado pelas características da sociedade seiscentista. Porém, à semelhança do que acontecia com os homens, só as mulheres pertencentes a uma elite social considerada relevante eram mencionadas no *Mercúrio*. De resto, no trecho de cima, é referida a presença de mais mulheres que haviam servido a rainha, mas a sua falta de estatuto social terá levado a que não fossem sequer nomeadas pelo jornal.

5.2.8. Diversidade temática do noticiário

O *Mercúrio Português* marcou a sua estrutura noticiosa por uma grande univocidade temática. O próprio subtítulo do jornal (*Com as Novas da Guerra Entre Portugal e Castela*) é indiciativo desta uniformidade nos temas trazidos à colação por António de Sousa de Macedo no periódico. O jornal não sofreu, por isso, uma grande oscilação a nível temático ao longo das suas publicações, apresentando a Guerra da Restauração como assunto central.

Importa deste modo reforçar a ideia de homogeneidade temática patente no *Mercúrio Português*, com poucas excepções que se pudessem enquadrar fora do âmbito da Guerra da Restauração. Tal justifica-se pela conjuntura de Portugal no século XVII, referida no primeiro capítulo.

No entanto, e apesar dos jornais contemporâneos apresentarem normalmente uma certa diversidade temática nos seus conteúdos, é possível ligar a acção noticiosa do *Mercúrio Português*, neste aspecto, com algumas das normativas do jornalismo da actualidade. Tomando como válida a ideia de que o jornalismo corresponde ao contexto social e político em que se insere e por ele é influenciado, o *Mercúrio* mais não fez do que reflectir este pensamento.

Ao centrar a maior parte dos seus relatos na Guerra da Restauração e nos assuntos de estado a ela ligados, o periódico vai ao encontro não só do

tema mais importante para o público de então, como a preceitos ligados a estudos teóricos de jornalismo e de que alguns autores fazem referência, como é o caso de Jorge Pedro Sousa:

> A teorização sobre jornalismo que se desenvolveu em Portugal reflecte a evolução do contexto histórico. Aliás, o que se disse sobre Portugal seria válido para qualquer outro país do mundo. (Sousa, *et al.*, 2010, p.4)

A diversidade é, entre todos os pontos citados, a única que não tem uma correspondência directa com os conteúdos noticiosos do *Mercúrio Português*. É possível afirmar-se, como conclusão, que dada a homogeneidade do cariz temático, a composição do noticiário do *Mercúrio* foi também ela bastante regular, raramente desviante no que toca à Guerra da Restauração.

Adiante será dedicada atenção a outros tópicos temáticos do *Mercúrio Português*, para além dos que se prenderam com assuntos bélicos. No entanto, foram excepcionais os números em que este jornal privilegiou outro tipo de assuntos em detrimento dos acontecimentos ligados à restauração da independência portuguesa.

5.2.9. Continuidade noticiosa

Dada a especificidade da natureza temática já abordada, o *Mercúrio Português* privilegiou no seu destaque noticioso, os acontecimentos que estivessem ligados às novidades provenientes da Guerra da Restauração.

Deste modo, os assuntos que reforçassem ou dessem sequência ao que já havia sido noticiado, eram mencionados e relevados pelo jornal.

> *Mercúrio Português*, Fevereiro de 1663
> Havendo dado notícia no mês de Janeiro próximo passado (em que principiamos esta relação) do modo de governo com que Portugal se acha, parecia conveniente que também a déssemos do estado da guerra; mas porque por menor fora escritura larga, basta dizer, que trabalhando as armas portuguesas e castelhanas há mais de 22 anos estão hoje tão furiosas, como se este fora o primeiro.

Na transcrição de cima é dado um exemplo do modo sequencial como

o *Mercúrio* apresenta as *novas* da Restauração. Como é relatado, a partir do que tinha sido escrito no mês anterior ao desta publicação, o jornal continua a sua linha informativa acrescentando dados novos ao que tinha noticiado anteriormente. Neste caso, partindo da situação governamental e financeira de Portugal, passa-se ao retrato da guerra, mas com a preocupação, patente no texto, de não incorrer num desfasamento temático que comprometesse a sua coerência e reduzisse à superficialidade as ocorrências referidas em publicações anteriores. Um exemplo mais claro desta preocupação em dar seguimento aos acontecimentos noticiados pode encontrar-se nos seguintes excertos:

> *Mercúrio Português*, Agosto de 1663
> As calmas no mês de Julho (como nele dissemos) obrigaram a que o exército de Alentejo se aquartelasse, não permitiram neste de Agosto outras facções, mais que algumas pequenas correrias, numa das quais se tomaram junto de Jurumenha setenta infantes e alguns cavalos e outros em diversas partes.

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1663
> No fim de Agosto passado acabou o assento de pão de munição, palha e cevada que os assentistas provinham ao exército e Praças de Alentejo. Do primeiro dia do mês de Setembro em diante, começou a correr pela junta geral do comércio. E porque nesta matéria se fez ao reino o serviço mais importante para a guerra, será bem declarar o que até agora houve e o que de novo se conseguiu neste provimento.

Uma vez mais se percebe o cuidado no encadeamento dos acontecimentos de umas publicações para as outras. Da parte do *Mercúrio Português*, existiu sempre uma tentativa de manter um fio condutor em relação às mensagens divulgadas. Repare-se como, em dois meses consecutivos, os relatos começam justamente por fazer um breve apanhado do que tinha sido escrito no mês imediatamente anterior. Em seguida é efectuado um acréscimo de informação sobre as matérias abordadas precedentemente.

De um modo geral, o *Mercúrio* preocupou-se sempre em relevar tudo aquilo que viesse no seguimento de informações já veiculadas. Algo que pode igualmente constatar-se com os episódios da tomada da cidade de

Évora, por parte do exército português, que se deu no mês de Junho de 1663. Neste caso, os vários relatos deste mês incidiram justamente no desenvolvimento dos acontecimentos que permitiram a Portugal restaurar o domínio sobre aquela cidade alentejana. Em Julho do mesmo ano, o *Mercúrio Português* começa com uma menção à principal ocorrência do mês anterior – a vitória em Évora – fazendo eco das implicações que esta reconquista trouxe para as forças portuguesas.

Assim, torna-se perceptível a tentativa deste jornal de dar primazia aos assuntos que trouxessem algo de novo ao que já tinha sido abordado anteriormente.

5.2.10. Inesperado

No *Mercúrio Português*, situações que possam ser consideradas como inesperadas, não abundam grandemente.

Sabendo que os relatos versavam fundamentalmente os acontecimentos ligados à Guerra da Restauração, factores que noutras circunstâncias poderiam constituir-se como algo que fugisse à regra são apresentados aqui como situações comuns. Alusões a mortes, batalhas e conflitos que seriam, em princípio, realçados noutros jornais − inseridos noutras conjunturas que não as de um conflito bélico − são tidas pelo *Mercúrio* como normais. Ou seja, apesar de serem noticiados acontecimentos ligados a confrontos, estes são vistos como algo de expectável, dado o contexto político e social do país, de resto já mencionado.

No entanto, nem sempre tudo correspondeu àquilo que se poderia esperar. Disso mesmo deu conta o *Mercúrio Português*:

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1663
> Sábado, vinte e dois deste mês de Setembro há uma para as suas horas depois do meio-dia, quis fugir o Marquês de Eliche prisioneiro castelhano no Castelo de Lisboa; disse a um dos guardas que tinha, que no dia antecedente ficara com ele uma mulher, que queria sair sem ser conhecida e que lhe pedia que a deixasse ir, sem a destapar. E como os guardas, porque a assistência não cause trato familiar, se lhe mudam vezes cada dia, cuidou este que do passado ficaria a mulher e concedeu-lhe a petição.

Segundo conta o jornal, o Marquês de Eliche terá tentado fugir da prisão, vestindo-se de mulher para passar de um modo discreto e aproveitando as mordomias que o seu estatuto lhe conferia, mesmo sendo prisioneiro. Adiante, o *Mercúrio* acrescenta que o marquês acabou por ser reconhecido mais tarde, sendo novamente capturado e vendo, por isso, gorada a sua tentativa de fuga. A título de curiosidade, o periódico refere também que as pessoas que lhe providenciaram as condições para a saída, assim como o guarda que por ele foi enganado, foram presas.

Este trecho é um exemplo de algo que foge ao normal. Para além disso, traz uma situação excepcional e imponderável, já que não estaria, decerto, nas previsões dos guardas prisionais que algum prisioneiro utilizasse uma vestimenta feminina para tentar disfarçar a sua real identidade e, com isso, tentar a fuga. Três anos após o sucedido com o Marquês de Eliche, deu-se um outro acontecimento que fugiu ao expectável e que foi também noticiado pelo jornal:

> *Mercúrio Português*, Dezembro de 1666
> As chuvas que houve neste mês de Dezembro, fizeram cessação de armas nas fronteiras, só temos notícias de que no Partido de Almeida na província da Beira o capitão António Fernandes do Carvalho e o tenente da companhia do general da cavalaria com cem cavalos, foram pelo partido de Sega-verde correr os campos da Inojosa e Lumbrales e trouxeram oitenta boys, quinhentas ovelhas e vinte e cinco cavalgaduras.

No caso acima transcrito, é feita referência à interferência que um factor natural teve nos avanços da Guerra da Restauração. A força com que a chuva se fez sentir naquele mês, como se entende pelo excerto, parou os avanços da guerra. Esta situação não estava nas previsões de nenhum dos exércitos e as suas consequências – o interregno do conflito – tiveram impacto noticioso no *Mercúrio Português* que mencionou o sucedido logo no primeiro parágrafo (exposto em cima) de Dezembro de 1666.

De resto, esta ocorrência imprevista teve um efeito relevante não só no decurso da Guerra da Restauração, como na própria publicação do *Mercúrio* naquele mês. O curto reportório temático do jornal fez com que, com a guerra estagnada, este tivesse uma dimensão mais reduzida

do que o habitual, fruto possivelmente das intempéries que se fizeram sentir durante aquela altura.

Novamente em 1663, no mês de Agosto, António de Sousa de Macedo narra um episódio de um alegado milagre ocorrido na cidade de Braga. Segundo o redactor do *Mercúrio*, duas mulheres invisuais, a 10 do referido mês, dia de S. Lourenço, terão recuperado a visão, na sequência de orações feitas em honra deste santo. A transcrição encontra-se exposta em baixo no ponto dedicado à religiosidade patente no *Mercúrio Português*. Aí serão também tecidas mais algumas considerações sobre a ocorrência em si, razão pela qual a análise aqui feita é mais curta e superficial. Seja como for, também no caso referido no parágrafo de cima se verifica algo excepcional e inabitual e que, graças a isso, foi noticiado pelo periódico seiscentista.

Outro caso inesperado e insólito deu-se em Dezembro de 1664, quando o jornal noticiou o aparecimento de um cometa:

> *Mercúrio Português*, Dezembro de 1664
> Aos sete ou oito deste mês, começou a aparecer no nosso horizonte, ou a notar-se que aparecia um cometa, de que não fazemos descrição, porque se deixa ver na maior parte do mundo. *Asignis caeli nolite metuere*; que não temamos os sinais do céu; com recorrer a Deus evitou Ninive aquele ameaço que era mais certo. Os astrólogos farão seus juízos; o nosso Mercurio tira agora o seu de não vermos, ou notarmos este cometa (que é uma grande estrela barbada de luzes) senão na véspera, dia oitavo da melhor estrela N. Senhora da Conceição Padroeira de Portugal, onde já se infere o que dela se nos pode prognosticar (…)

O *Mercúrio* interpretou este acontecimento de modo positivo para os interesses portugueses na Restauração. O episódio do cometa foi visto pelo periódico como uma espécie de bom presságio para o desenrolar da guerra. Isto contrariamente à conotação feita na altura a acontecimentos deste género, que eram vistos pelas pessoas como um mau agouro. A intenção do *Mercúrio Português* terá sido por isso a de desdramatizar a situação, invertendo mesmo a interpretação popular predominante.

5.2.11. Personalização

Ao falar-se da proeminência social de pessoas envolvidas no *Mercúrio Português*, está-se já, de algum modo, a salientar a importância noticiosa que a acção de determinados indivíduos assume na publicação do periódico.

São variados os exemplos de acontecimentos que ocorreram pela acção de uma ou mais pessoas e que foram mencionados no *Mercúrio*. Seguem-se três transcrições que confirmam o que atrás foi afirmado:

> *Mercúrio Português*, Julho de 1666
> Enquanto o exército castelhano fugia na parte do Minho, o mestre de campo general dom Baltazar Pantoja, a quem ficara a mão folgada na entrada passada por Trás-os-Montes, fez outra em vinte e um pela mesma província, mas não lhe sucedeu como cuidava.

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1666
> Dom Manuel Lobo fez presa em duzentos e cinquenta boys; vieram seguindo a presa oitenta paisanos montados em éguas e cavalos, voltou dom Manuel, e os derrotou, tomando quarenta e tantos e os cavalos e éguas em que vinham.
> Manuel Travassos recolheu-se com trezentas e cinquenta rezes e trezentos porcos, havendo pegado em mais de oitocentos, mas a maior parte lhe morreu pelo caminho pela grande calma que houve e trouxe mais quarenta e três éguas.

> *Mercúrio Português*, Novembro de 1666
> E aos 14, o general da artilharia António Soares da Costa que ali governava, entrou com 440 infantes pagos e mil auxiliares da Guarda e Viseu e 350 cavalos por Val de Polvora passou o Elge e por junto de Trevilho passou a Serra da Gata e aos 15 amanheceu sobre a Vila de Hoyos, que é de mais de setecentos vizinhos em sítio aprazível com muitos pomares; grande número deles de frutas de espinho muito curiosos e regados de abundância de agoas; sem ser sentido mais do que sentinelas da fortificação.

Em todas as situações são noticiadas e destacadas as acções de determinadas individualidades. No primeiro caso, o *Mercúrio Português* faz referência ao general castelhano Baltazar Pantoja e à sua disputa por Trás-os-Montes. Na segunda transcrição são Manuel Lobo e Manuel Travassos os nomes mencionados pelo periódico como merecendo realce no-

ticioso, dada a sua envolvência nos acontecimentos. Por fim, no último excerto, o *Mercúrio Português* refere a acção de António Soares da Costa e dos seus homens na Guerra da Restauração.

5.2.12. Negativismo

Tendo conhecimento das ligações de António de Sousa Macedo à Casa Real de Bragança e ao conde de Castelo Melhor, aquilo que correspondia a um acontecimento negativo para os interesses portugueses não era revelado com o mesmo entusiasmo e destaque de um positivo. Isto pese embora o facto de também ter havido ocorrências negativas do lado português a serem noticiadas.

No entanto, quando a negatividade das situações sucedidas envolvia as forças castelhanas, a sua noticiabilidade no *Mercúrio* constituiu-se sempre como um dado adquirido. Atente-se às seguintes transcrições:

> *Mercúrio Português*, Outubro de 1663
> A grande derrota que os castelhanos padeceram em oito do mês de Junho passado, na famosa batalha do Canal e o muito que poucos dias depois perderam na restauração da cidade de Évora, não lhes deixou para defesa da Estremadura tanto como tinham nas outras províncias. Mas suposto que as calmas e doenças que elas costumam causar em Alentejo e Estremadura no Estio e Outono, impediam que se continuasse por ali a guerra, determinaram os portugueses a seguir à vitória contra o reino de Galiza e parte de Castela que confina com Trás-os-Montes; porque ainda que o inimigo se achava ali com o mesmo poder que nos anos passados, com tudo o clima dá lugar a campear em todo o tempo que não seja no Inverno.

> *Mercúrio Português*, Novembro de 1663
> No fim do mês passado deixamos as terras do inimigo destruídas pela parte de Trás-os-Montes e o conde de S. João governador daquela província passado à de Entre Douro e Minho e junto já em Galiza com o conde de Prado governador desta e reduzido, ou devastado todo aquele circuito, se achava defronte do exército inimigo.

> *Mercúrio Português*, Maio de 1664
> O inimigo arruinado pela batalha do ano passado não tem infantaria de substância, porque sete mil homens com que se acha são estrangeiros mal

> seguros e milicianos violentados. Também está falto no trem da artilharia. O nervo de seu poder são sete mil cavalos, os três mil de pouco serviço, por serem de idade de três anos; que tudo lhe vai falando.

Como se pode inferir pelas expressões apresentadas, expressões a que normalmente se aplica uma conotação negativa como "derrota", "arruinado", "devastado" ou "terras destruídas" eram utilizadas de forma a retratar as perdas do lado espanhol.

No mês de Outubro do ano de 1663, é feita ainda referência à derrota castelhana em Évora que havia acontecido, como se pode ler, em Junho de 1662. Além do mais, o *Mercúrio Português* destaca ainda as consequências dessa derrota, referindo pelo meio as doenças que entretanto grassavam abater e as suas implicações. Um mês depois, em Novembro, novamente a menção daquilo que havia sucedido em Outubro com o exército da coroa espanhola.

Por fim, no que toca aos excertos escolhidos, em Maio de 1664, nova referência à crise castelhana. Desta feita, segundo é relatado, as forças espanholas encontravam-se afectadas e desprovidas de homens capazes em número e em qualidade para fazer frente ao movimento de restauração português.

Não faltam por todo o *Mercúrio Português* casos como os que acima foram expostos. Aquilo que de negativo houvesse para os lados de Castela, tinha não apenas uma menção noticiosa, como também um enfoque bem visível.

A velha máxima jornalística de que as más notícias são as boas notícias, do ponto de vista informativo, é aplicável também no *Mercúrio*, principalmente se essas más *novas* fossem para o lado da nação vizinha.

5.3. A noticiabilidade no *Mercúrio Português*, segundo Nelson Traquina

Para lá dos critérios de noticiabilidade notados por Galtung e Ruge, também Nelson Traquina se debruçou sobre as razões que dão azo a que algo mereça tratamento noticioso. Mauro Wolf (1995, pp.175-180) estabeleceu normas pelas quais, no seu entender e à luz de um contexto contemporâneo, um dado acontecimento se torna noticiável ou ganha, pelo

menos, uma maior probabilidade de ver o seu conteúdo mencionado e retratado pelos meios de comunicação social.

Wolf definiu dois grandes grupos de valores-notícia: os de selecção e os de construção. Os valores-notícia de selecção encontram-se subdivididos em critérios substantivos e contextuais. Os critérios substantivos relacionam-se com a avaliação das características de uma dada ocorrência e qual a sua importância valorativa. Os critérios contextuais dizem respeito ao espaço e à conjuntura temporal em que o acontecimento que dá lugar à notícia se dá. Para além disto, como foi referido, existem os valores-notícia de construção que se prendem com o modo como uma determinada notícia é elaborada. Wolf (1995, pp.190-192) faz sugestões sobre o modo como o jornalista deve construir uma notícia, explicando que tipos de factos devem ser empolados ou ocultados acerca de um acontecimento para uma maior adesão dos leitores à peça noticiosa. Estas ideias são também aproveitadas por Nelson Traquina (2002, pp.186-201) nos seus estudos relacionados com os critérios de noticiabilidade.

No seguimento da análise que foi efectuada acima, para os critérios referidos nos estudos jornalísticos por Galtung e Ruge e da sua repercussão na tipologia noticiosa no *Mercúrio*, far-se-á, de seguida, algo semelhante para alguns dos pontos relevados por Traquina. Os princípios que foram seguidos manter-se-ão e consistem, no essencial, em aferir quais os valores-notícia introduzidos por Nelson Traquina que se reflectem no processo de selecção e produção informativa do periódico em estudo.

Alguns dos valores-notícia salientados por Traquina coincidem com aqueles que Galtung e Ruge também estabeleceram e, por isso, já encontram efectuada nesta investigação a sua relação com o *Mercúrio Português*. Assim, apenas aqueles critérios que constituam algo de novo ao anteriormente escrito serão abordados de seguida.

5.3.1. Morte

No campo dos critérios substantivos de selecção, Nelson Traquina relevou a presença da morte nos acontecimentos como um factor de noticiabilidade. De algum modo, o valor-notícia ligado à morte vai ao encontro do tópico associado à negatividade noticiosa por Galtung e Ruge.

No entanto, Traquina é mais específico e faz notar que aquelas ocorrências que, mais do que aportarem ocorrências negativas, relatem a existência de mortos, têm uma probabilidade maior de serem noticiadas pelos órgãos de informação.

A morte surge, nos estudos deste autor, como ligada aos critérios substantivos dos valores-notícia de selecção (Traquina, 2002, p.187).

No *Mercúrio Português*, a referência ao número de mortos foi uma constante em muitas das edições do periódico. O facto de o jornal ter existido num período de grande agitação bélica, com a Guerra da Restauração como pano de fundo, propiciou naturalmente a que não faltassem situações envolvendo mortos e feridos e que tal fosse encarado com naturalidade. Se a isto se juntar o facto de alguns desses mortos serem pessoas proeminentes no contexto do conflito ibérico, melhor se entenderá a menção recorrente à temática da morte.

Vejam-se, a propósito disto, os seguintes exemplos:

> *Mercúrio Português*, Novembro de 1663
> De um castelo forte que a Vila tinha atiraram-se arcos que feriram três homens levemente, porém foi morto Inácio Arnaut, capitão pago de infantaria, que mal convalescido das feridas que recebeu de balas na batalha do canal se quis achar nesta ocasião e era soldado tão bizarro que nos fez menos festejado este sucesso.

> *Mercúrio Português*, Abril de 1664
> Então rebentou o inimigo das emboscadas, mas sendo batido da nossa artilharia e mosquetaria e vendo que não podia cortar a nossa gente se retirou com muita perda; viram-se cair alguns de casacas de veludo, que eles retiraram e entre outros foi morto o tenente do Conde de Aguilar, chamado Castilho, soldado de valor, ao qual matou o alferes Domingos Martins da companhia do capitão de cavalos Alexandre de Sousa, que era cabo dos batedores, e se houve muito valorosamente, matando-se-lhe o cavalo entre os inimigos; porém, como tinha bons companheiros, livrou com duas feridas.

> *Mercúrio Português*, Maio de 1665
> No mesmo dia nove deste Maio vieram quarenta infantes castelhanos da guarnição de Frexeneda ao nosso Forte de Escalhão. O capitão António de Araújo, que o governava, saiu com parte da sua companhia e alguns

> moradores: matou cinco e de entre eles dois traidores; trouxe alguns prisioneiros e os mais, deixando as armas, escaparam pelas asperezas de junto ao rio Águeda.

Os três excertos, datados de anos diferentes, convergem no que à presença da morte como unidade temática noticiosa diz respeito.

No primeiro trecho apresentado, é noticiada a morte do capitão Inácio Arnaut, na sequência das confrontações com as forças castelhanas. Tal sucedido foi suficiente, segundo é relatado pelo *Mercúrio*, para que a vitória que o exército português havia logrado tivesse festejos menos retumbantes. Na transcrição de Abril de 1664 é referida a morte do tenente Castilho, que se encontrava às ordens do Conde de Aguilar. No último excerto é feito o balanço do ataque realizado pelos espanhóis ao Forte de Escalhão. Mais uma vez, destaque para a menção às mortes, neste caso, sem nomear quais os defuntos, provavelmente devido à sua irrelevância social e militar.

Em resumo, o factor morte marcou de um modo transversal toda a actividade informativa do *Mercúrio Português*. As transcrições acima são apenas uma pequena parte de uma múltipla alusão feita pelo periódico a esta matéria durante toda a sua publicação.

5.3.2. Conflito

Nelson Traquina refere que as ocorrências que contenham conflitos – sejam eles de carácter militar ou político – têm uma probabilidade elevada de serem noticiadas pelos meios informativos de comunicação (Traquina, 2002, p. 192).

O *Mercúrio Português* fez incidir quase todo o seu reportório noticioso na Guerra da Restauração. Partindo deste princípio, já mencionado em tópicos anteriores, não é difícil perceber que os acontecimentos que denotassem situações de turbulência e frenesim eram noticiados pelo periódico.

> *Mercúrio Português*, Novembro de 1663
> Naquela mesma tarde de treze houve uma escaramuça de cavalos nossos com o inimigo e nela muitos feridos de ambas as partes; mas os nossos

> ficaram no campo e o inimigo se retirou deixando prisioneiro o barão de Buz (…)
>
> *Mercúrio Português*, número extraordinário
> Hasta que el enemigo juntando una gran multitud determino esforzarse más: y con obstinación persevero en nuevo y terrible combate; ofreciendo desesperadamente los pechos de los cavallos al bote de las picas de nuestros tercios por romperlas.

No *Mercúrio* os conflitos bélicos e políticos foram sempre mencionados de um modo minucioso e contínuo. A própria temática central do jornal (a Guerra da Restauração) mais não foi – como se percebe pela própria conjuntura de Portugal, apresentada no primeiro capítulo − do que um momento histórico de grande alvoroço militar e político. Por um lado vivia-se a confrontação entre as forças portuguesas e castelhanas, por outro existia a disputa política inevitavelmente associada ao movimento independentista português contra o domínio da realeza castelhana.

Conclui-se, portanto, que o *Mercúrio Português* fez deste critério de noticiabilidade, realçado por Traquina, o seu principal factor de abordagem e publicação noticiosa. Nesta pesquisa podem encontrar-se diversas transcrições, retiradas de publicações do periódico, que atestam este facto. Nos pontos respeitantes aos valores-notícia de Galtung e Ruge no *Mercúrio*, bem como no associado às questões políticas e administrativas (exposto em baixo), estão expostos mais alguns excertos que correspondem ao que foi escrito e que dão conta de algumas das disputas existentes.

5.3.3. Disponibilidade

No campo dos critérios contextuais, associados aos valores-notícia de selecção, a disponibilidade e a sua relação com o *Mercúrio Português* é um tópico cuja reflexão é merecedora de uma análise mais cuidada.

Nelson Traquina entende que disponibilidade, neste contexto, se afere pela facilidade com que é feita a cobertura de um dado acontecimento. No caso do *Mercúrio*, importa entender como foram conseguidas as

informações publicadas (Traquina, 2002, p.196).

Os condicionalismos, criados pela época histórica em que se deu a publicação do periódico, fizeram com que a cobertura dos assuntos principais – a Guerra da Restauração – não fosse possível in loco. Isto ao contrário do que acontece no presente, em que as novas tecnologias de informação facilitam o acesso a fontes de informação e proporcionam a presença dos jornalistas nos locais nevrálgicos.

Para que se entenda a razão da minúcia dos relatos da Restauração no *Mercúrio Português*, não é despiciendo que se olhe para o estatuto de António de Sousa Macedo. Como foi referido, o redactor do *Mercúrio* manteve uma estreita relação com a casa real e o governo portugueses, designadamente com o conde de Castelo Melhor.

Com efeito, é possível estabelecer-se uma causa directa entre a facilidade que Sousa Macedo parece ter tido para aceder às informações que publicou e a sua posição no seio do governo. Não estando presente nos palcos de guerra, onde se deram as batalhas, o redactor apenas poderia ter conhecimento do que se passava graças aos relatos que lhe eram prestados a posteriori.

Por outro lado, o *Mercúrio* recorreu por diversas vezes a gazetas de outros países para poder, entre outras coisas, aceder a informações sobre o que se sucedia noutros reinos. Exemplo disto é a publicação de Março 1667 em que são dadas várias notícias sobre as diferentes realidades de diversas nações estrangeiras.

Por saber fica que tipo de disponibilidade informativa terá havido, nesta matéria, durante os últimos sete números deste jornal que foram publicados. Como já foi explicado, António de Sousa Macedo já não era o redactor e não se soube nunca com exactidão quem lhe sucedeu no cargo.

5.3.4. Concorrência

Ainda nos valores-notícia de selecção há a realçar o factor da concorrência entre meios de informação. A este propósito, Traquina enalteceu o seguinte:

> Todas as empresas são concorrentes, mas cada empresa jornalística tem

> os seus concorrentes de estimação, isto é, os seus concorrentes directos, como, por exemplo, o Jornal Público em relação ao Diário de notícias e vice-versa. (Traquina, 2002, p.197)

Também o *Mercúrio Português* viveu numa relação de concorrência constante. No caso, os concorrentes de estimação eram as *Gazeta*s oriundas de Castela. Sem nunca nomear nenhuma em particular, o periódico português procurou constantemente desvalorizar tudo o que nos jornais castelhanos era publicado.

Já nos pontos dedicados à objectividade e às fontes no *Mercúrio* se deu conta da recorrente crítica por parte deste órgão de informação àquilo que os periódicos espanhóis afirmavam. Nomeadamente, a tudo o que tivesse a ver com os acontecimentos acerca da Guerra da Restauração.

Para além dos já referidos excertos, expostos na temática que levanta a questão da objectividade e das fontes no *Mercúrio Português*, é interessante que se repare nas seguintes transcrições:

> *Mercúrio Português*, Abril de 1663
> Entre outro se chegou um português velho de presença venerável a saber a causa daquele ajuntamento e quando viu o que era disse com algum enrado: *Guides que se liam algumas novas; inventaram os castelhanos comédia e relações semelhantes não são novas, é já coisa muito ordinária e velha*. Respondeu-lhe o cônsul de Inglaterra: *Antes há muito que ver nisto, porque nunca se viu tanta mentira em tão pouco papel*. Acudiu um gentil homem francês que milita em Portugal: *Entendo que não foi tenção dos autores mentir tanto; isto foi sonho, porque os castelhanos sonham (e têm razão) com o conde de Cantanhede que ali nomeiam por general daquele exército*. Replicou-lhes um moço português de muito engenho vivo: *Sim senhores estrangeiros, mas os castelhanos sabem mais que vossas mercês, imprimem estes papéis para os enganar e o conseguem, sustentando-se na opinião do que metem em cabeça às nações estranhas, sem elas se desenganarem com tantas experiências. Disse então o cônsul dos estados de Holanda muito pausado: Vossa mercê e eles são os que se enganam, porque estamos tão firmes que nunca falam verdade, que ainda que alguma vez a queiram falar, não lhe daremos crédito. Ora senhores* (tornou um cavaleiro do hábito de Cristo) *daqui me fica grande consolação em que depois de ver estas relações, não hei-de crer as que vir de seus*

> *bons sucessos em outras partes, cujas novas me poderiam dar pena. E que lhe parece a v.m.* (acrescentou um capitão reformado) *da ignorância com que falam das pessoas, sítios e distância das nossas praças? Parece-lhe a vossa mercê que quem sabe tão pouco delas nos há-de conquistar?*

Esta é talvez a passagem do *Mercúrio Português* em que o ataque à imprensa castelhana é maior. António de Sousa de Macedo faz o relato de um diálogo resultante de um ajuntamento entre dois cônsules e outras pessoas. Em toda a conversa perpassa o tom jocoso com que os indivíduos envolvidos se referem ao que as *Gazeta*s espanholas publicavam. Com ironia, e até troça, as pessoas iam comentando os relatos castelhanos. Saliente-se aqui a intervenção do cônsul holandês, ao afirmar que mesmo que dos jornais castelhanos saíssem informações verdadeiras, estas não teriam crédito da parte dos portugueses.

Seguem-se mais três exemplos destas menções depreciativas aos órgãos de informação espanhóis:

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1664
> Chegou-nos impressa uma relação de Castela, intitulada: *Noticias de los años de 1663 y 1664, omitense por este año los sucesos particulares de la guerra por la brevedad del despacho.* Bom expediente para não referir suas misérias; famosos são os castelhanos nisto e se lhes podem perdoar algumas coisas, por outras tem galantíssimas. A brevidade do despacho impediu de dar notícias dos sucessos de guerra e a relação, por brevidade, é de quatro folhas de papel de letra miúda, que só contém impertinências.

> *Mercúrio Português*, Dezembro de 1666
> Conseguiu o intento que o incitou a escrever, que foi tapar a boca aos castelhanos, que vendo-nos mudos, imprimiam licenciosamente relações fantásticas do que desejavam, fiados em que os estrangeiros lhes davam crédito, parecendo-lhes que em calarmos consentíamos e que depois *Mercúrio* escreveu não se atreveram a prosseguir; certo que se estivermos no tempo daquela cega gentilidade se reputara por milagre deste seu Deus o haver posto silêncio (bem necessário para o nosso século) a tais faladores, sobre os mais porque era venerado.

Na primeira transcrição, a mensagem veiculada é novamente de menosprezo em relação aos conteúdos das *Gazeta*s castelhanas. Neste caso,

Sousa de Macedo torna a acusar explicitamente a imprensa espanhola de desviar as atenções das derrotas sofridas na guerra com outras temáticas, no entender do redactor do *Mercúrio*, irrelevantes.

O segundo excerto retirado traz um conteúdo diferente acerca desta matéria comparativamente aos que foram já apresentados. Aqui é feita a revelação de uma das intenções primaciais do *Mercúrio Português*: estabelecer uma concorrência directa com Castela, também a nível comunicacional.

As transcrições feitas acima são fundamentais para que se possa perceber com clareza e de um modo inequívoco, que a concorrência entre as *Gazeta*s portuguesas e espanholas era real. Assim, torna-se indesmentível a ideia de que não só nos campos de batalha e nas cortes se fez o conflito luso-espanhol. A rivalidade ia para lá da esfera política e militar e também nos jornais a concorrência se fez sentir com intensidade.

5.3.5. Dramatização

A respeito dos valores-notícia de construção, Traquina fez notar um critério cuja especificidade se encontra espelhada no *Mercúrio Português* por diversas ocasiões, o da dramatização. Para lá das temáticas presumivelmente interessantes para o público, o autor enaltece o papel da escrita e a forma como a exposição do conteúdo influi no interesse dos leitores:

> Por dramatização entendemos o reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, a natureza conflitual. Na sua discussão sobre as notícias da imprensa e as notícias televisivas, Paul Weaver defende que são semelhantes pelo facto de «serem relatados melodramáticos de assuntos actuais». Acrescenta Weaver: «Os modos e o sensacionalismo são tendências de ambos os media actuais». (Traquina, 2002, p.199)

No *Mercúrio*, o papel de uma escrita apelativa e hiperbólica foi fundamental para que a mensagem de apologia da restauração fosse passada com eficácia. Por outro lado, a emotividade e dramatismo empregues nalgumas passagens contribui para uma certa falta de objectividade nos relatos. Um exemplo disto pode ser encontrado na seguinte transcrição:

> *Mercúrio Português*, Junho de 1665
> Foi verdadeiramente gloriosíssima para Portugal esta defesa pela fraqueza da praça com tão poucos soldados, pelo grande poder e furiosa obstinação dos inimigos, que envergonhados da resistência pelejavam já pela reputação. Sempre viverá a memória de tais defensores, cujos nomes pregoará a fama, ainda que, ou forçada, ou mal cortada, os cale a pena.

Aqui é feito um elogio rasgado às forças portuguesas e ao seu heroísmo ao conseguir resistir, mesmo em inferioridade numérica, a um ataque espanhol a Vila Viçosa. Saliente-se a ideia subjacente de exaltação dos valores associados aos soldados portugueses contra a fúria do exército castelhano.

A dramatização literária no *Mercúrio* foi algo que marcou toda a publicação do jornal. No entanto, nem sempre esta hiperbolização discursiva tinha por objectivo o louvor da pátria. O seguinte trecho é disto um bom exemplar:

> *Mercúrio Português*, Junho de 1667
> Era impossível poder-se presidiar e sustentar dos nossos, pela muita distância de nossas praças: pois não pode o coração fomentar os membros desproporcionalmente distantes e menos os desunidos e assim passando ainda a maior miséria, foi toda entregue aos incêndios do fogo que brevemente voraz a converteu em funestas cinzas metamorfoses cruéis e porém filhos de uma inexorável guerra. Acompanharam sua desgraçada sorte as povoações súbditas e circunvizinhas e como se fossem tantas, que por muitas lhe ignoram os nomes, ainda os mais práticos em aqueles países: tais e tão crescidas eram as labaredas que a seu horror e estrondo pareceu que o mesmo inferno e havia desafogado por alguma abertura da Galiza. Oh! Se tantas hórridas luminárias, quanto o céu mostra nas terras de Castela a conduzissem já ao dia aprazível do desengano! À contemplação do leitor deixa o *Mercúrio* o amargo pranto dos vencidos e o doce contentamento dos vencedores.

O trecho acima exposto difere a nível de conteúdo em relação ao de Julho de 1665. No entanto, a tipologia de escrita mantém o mesmo registo. Neste caso, o *Mercúrio* põe em evidência os horrores e as consequências nefastas da guerra. Concretamente, o incêndio de uma vila que

havia sido submetida às confrontações luso-espanholas. O uso de uma interjeição, bem como de uma exclamação e de uma narrativa emotiva, contribuiu para marcar e dramatizar ainda mais um acontecimento que já por si continha uma carga emocional elevada.

Convém que se refira que passagens como a segunda, em que de algum modo é feita uma alusão aos malefícios da guerra, foram uma excepção. A primeira transcrição deste ponto é bem mais exemplificativa da forma como o *Mercúrio* usou o estilo dramático em benefício das forças portuguesas. Por todo o periódico estão presentes menções a acontecimentos onde a valentia e a determinação dos soldados lusos são exaltadas, por oposição às forças castelhanas, por diversas vezes apelidadas de "inimigo". O objectivo seria o de sensibilizar os leitores para a virtude da causa restauradora.

5.4. Enquadramentos no *Mercúrio Português*

Ao relatar diversos acontecimentos de uma dada maneira e ao valorizar determinados assuntos e matérias em detrimento de outros, o *Mercúrio Português* exerceu não só uma função informativa como interpretativa. Uma interpretação que se pode definir pelo enquadramento que o jornal e aqueles que contribuíram para a sua publicação, designadamente António de Sousa de Macedo, estabeleceram em relação ao mundo que os rodeava.

Quando no presente trabalho se interrogou a objectividade do jornal e se pôs em causa o seu distanciamento relativamente aos factos sobre os quais produziu matéria de índole noticiosa, foi feita implicitamente uma primeira aproximação da concepção do mundo por parte do *Mercúrio*. O ataque cerrado às gazetas castelhanas, assim como o estilo hiperbólico e dramático, que tantas vezes marcou a narrativa do jornal, são também ilustrativos de um determinado posicionamento em relação a uma certa conjuntura social e política. Uma realidade específica que, por sua vez, condicionou e definiu a maneira do periódico se posicionar perante o mundo.

O próprio aparecimento de periódicos como o *Mercúrio Português*, mais não foi do que uma tomada de consciência por parte do poder

régio da importância que uma propaganda massificadora assumia para o controlo da opinião pública. Pode concluir-se que a fronteira entre o discurso informativo e o propagandístico no *Mercúrio* foi sempre ténue, o que por si só ajuda a entender a maneira enviesada como o periódico projectou o mundo para o seu público.

Nos pontos de análise seguintes, será exposto o enquadramento que o *Mercúrio Português* evidenciou e ofereceu aos seus leitores. Seria possível discorrer sobre vertentes diversas como a pouca valorização da vida humana, numa época em que a guerra proliferava, ou a vincada estratificação social existente. No entanto, optou-se por aclarar temáticas mais abrangentes e com uma preponderância política e histórica maior para o jornal.

5.4.1. A dualidade discursiva entre Portugal e Espanha

A leitura integral do jornal *Mercúrio Português* oferece uma visão dualista do mundo aos seus leitores, em função da conjuntura social e política já retratada. Este é, de resto, um aspecto já abordado em parte nalguns pontos deste trabalho. Este periódico seiscentista faz transparecer uma percepção informativa dicotómica, que surgiu devido ao conflito de interesses que a Guerra da Restauração impôs. Esta dicotomia, como é perceptível e entendível, reportava-se ao conflito Portugal/Espanha. Foi este o enquadramento do *Mercúrio Português* no que se relaciona com a mensagem passada para o exterior e, portanto, com o que se pretendia que os seus leitores apreendessem.

Contudo, mais do que estabelecer a dita dualidade perceptiva, o jornal reflecte por diversas vezes uma propensão maniqueísta assente em ideais nacionalistas que se materializavam no elogio desmesurado do povo português e aos seus ideais restauradores, em oposição à crítica feroz a Castela. Algumas das transcrições retiradas do *Mercúrio* expostas ao longo desta investigação, onde o periódico faz um ataque cerrado a tudo o que de Espanha viesse (forças militares, cortes, imprensa, etc), evidenciam isso mesmo. Ainda assim, é útil que se complete esta ideia com as seguintes transcrições:

> *Mercúrio Português*, Novembro de 1663
> Aos vinte e três o tenente da Vila de Aroche com setenta cavalos, levava uma

> boa presa dos nossos campos de Moura, saiu-lhe o capitão Luís de Saldanha em sessenta cavalos e foi tal o medo dos castelhanos que em sabendo que vinha largaram a presa. Foi Luís de Saldanha até à mesma praça de Aroche, que entrou e saqueou muito devagar e aos vinte e quatro (tornando-se os castelhanos de autores réus) se recolheu, trazendo daqueles campos uma presa considerável; da qual, desencaminhando-se a maior parte, como é ordinário, apareceram em Moura trinta e seis boys e dezanove cavalgaduras, quatrocentos carneiros, duzentas cabras, sessenta porcos; nomeia-se isto com tanta miudeza, por querer *Mercúrio* ser pontual em tudo e não parecer castelhano.
>
> *Mercúrio Português*, Outubro de 1664
> Conclui a relação querendo diminuir a perda, mas muitos prisioneiros, que ainda hoje estão em Portugal, desmentem o número que ela quer insinuar e o desamparo que as nossas tropas acham naquela parte de Castela, mostra bem o que ficou desta rota.

O bem estava do lado português, o mal pendia para Castela. De um modo sintético, esta visão simplista estava na génese do *Mercúrio*.

Um pensamento ainda mais abstracto e redutor que o *Mercúrio Português* também apresentou ainda nesta linha, foi o de uma centralização discursiva na realidade ibérica. Esta é uma ideia que também se encontra exemplificada no ponto referente ao destaque dado às nações mais relevantes numa dada conjuntura. Eurico Gomes Dias espelha esta mesma realidade:

> Dado que D. António de Sousa Macedo era profundamente conhecedor das problemáticas da sua actualidade, o Mercurio Portuguez recorreu a numerosos conhecimentos históricos directamente relacionados com a História de Portugal, optando por fazer referências quase inexistentes ao conjunto da História europeia. Opção eivada de patriotismo, como se poderá calcular. (Dias, 2010, p. L)

A falta de referência quase constante a notícias relativas a outros reinos, que não os de Portugal e Castela, atesta a ideia simplificadora que o *Mercúrio* transmitiu. Para lá da realidade vivida na Península Ibérica, muito pouco constituía matéria de interesse noticioso para o jornal.

5.4.2. Legitimidade real aos olhos do *Mercúrio Português*

Retomando a ideia de uma visão universal demasiado simplificada por parte do *Mercúrio*, importa reforçar o posicionamento do periódico a propósito da identificação do poder real. Uma vez mais, o *Mercúrio Português* denota uma posição partidária em favor dos interesses da Casa Real de Bragança.

O historiador Oliveira Marques (Marques, 2006) refere o seguinte:

> A necessidade de fortalecer novamente a autoridade central tornou-se numa das maiores preocupações do novo governo. Para mais, D. João IV era apenas o Duque de Bragança, «eleito» rei pelos seus pares. (p. 264)

Quando em 1640 o movimento de restauração da independência de Portugal estalou, nem todos os portugueses aderiram e se mostraram entusiasmados com o sucedido. Se o povo, fruto do seu nacionalismo inabalável, apoiava incondicionalmente a causa restauradora, na nobreza houve quem continuasse a prestar fidelidade a Filipe III (Filipe IV de Espanha). A burguesia, por seu turno, adoptou uma posição neutral, assim como o clero (Marques, 2006, p. 300). Esta foi uma conjuntura que se manteve até à assinatura do tratado de paz de 1668, algo que ajuda a entender a luta que o *Mercúrio* levou a cabo pela união entre os portugueses e contra possíveis divergências internas. Isso mesmo é constatado por Eurico Gomes Dias:

> Direccionado e fomentado pelas modernas directivas decorrentes do desenvolvimento da actividade tipográfica e periodista, o Mercurio Portuguez travou ferozmente qualquer cisão na unidade portuguesa. Movido pela sua alma patriótica, impôs um estilo discursivo imbuído de uma vernaculidade combativa (…) (Dias, 2010, p. XLVIII)

A proclamação da separação do poder régio espanhol foi algo que não se afigurou difícil para Portugal. Já a sua manutenção constituía uma tarefa mais delicada, não só pela força militar espanhola, como pelo seu poderio diplomático:

> Do ponto de vista teórico, tornava-se necessário justificar a secessão, mostrar a todos que o novo monarca, longe de figurar como usurpador,

> reavera simplesmente aquilo que por direito legítimo lhe pertencia. (Marques, 2006, p.299)

Urgia, portanto, conseguir apoios externos que sustentassem e legitimassem a independência portuguesa. Isto não se revelou fácil, pois a relutância de algumas nações e instituições proeminentes em reconhecerem e auxiliarem os intentos de Portugal foi grande.

Para esta indefinição de uma opinião transversal e unânime sobre quem teria legitimidade ao trono do território português, muito contribuiu a Santa Sé. O posicionamento do Papa em relação a esta matéria foi de apoio a Filipe III e às suas pretensões. A influência de Espanha junto daquela instituição clerical foi fundamental nesta tomada de posição a favor dos interesses castelhanos. Durante o tempo de D. João IV foram enviados a Roma vários emissários com o objectivo de sensibilizar a Santa Sé para a causa restauradora. Uma intenção que foi sempre recusada pela Igreja. Com D. Afonso VI a situação também não sofreu quaisquer alterações. As tentativas de Portugal, por intermédio de várias pessoas influentes, de obter o apoio espiritual por parte de Roma saíram sempre frustradas. Só mesmo a restituição da paz viria a alterar a posição da Igreja, com esta a assumir a independência de Portugal (Ramos, Monteiro e Sousa, 2010, p. 308).

A propósito desta matéria, é interessante acrescentar a colocação das nações escandinavas perante o conflito restaurador. Portugal enviou diplomatas à Dinamarca e à Suécia com o intuito de obter o apoio destas duas nações. Na Dinamarca, esta iniciativa não se revelou profícua, devido aos interesses deste reino para com Espanha. Com a Suécia, começou por haver um entendimento favorável aos desígnios portugueses, graças às facilidades comerciais prometidas por Portugal, que colocava os suecos em igualdade com os holandeses nos portos lusos. Porém, como argumenta Joaquim Veríssimo Serrão, os diplomatas espanhóis fizeram valer o seu poder e influência e "a coroa sueca entendeu reconhecer Filipe IV como rei de Portugal" (Serrão, 1980, p. 71-72).

O *Mercúrio Português* mostrou-se sempre indiferente às posições dissonantes para com o movimento restaurador assumidas pela Igreja e por outros reinos. Para o *Mercúrio*, D. João IV – que havia já falecido aquando da publicação do periódico – tinha exercido com total direito a

regência de Portugal. Isto conclui-se pelas passagens em que o jornal se referiu a D. João como rei português:

> *Mercúrio Português*, Junho de 1665
> É verdade o sucesso se deveu principalmente a favor particular de Nossa Senhora da Conceição, cuja igreja, a primeira desta invocação em Espanha, está naquela Vila. O senhor rei Dom João IV em cortes lhe fez tributário e tomou Nossa Senhora da Conceição por protectora do reino.

> *Mercúrio Português*, Julho de 1666
> Também soube isto el rei D. João IV e se contentou com impedir que religiosos da dita nação passassem naquelas partes, permitindo contudo que fossem os de outras e tornou a aceitar as cartas de negação e satisfaçam o rei do Congo.

E se D. João IV tinha, no entender do *Mercúrio*, destituído Filipe III do trono, Afonso VI – o rei vigente, do ponto de vista português, durante a existência do jornal − era o seu herdeiro natural:

> *Mercúrio Português*, Abril de 1664
> Aos 17, também à tarde, à vista de sua majestade e alteza fez outra semelhante mostra e exercício no mesmo terreiro o terço novo da guarnição desta cidade de Lisboa, de que é mestre de campo Roque da Costa (…)

> *Mercúrio Português*, Junho de 1664
> Aos 27 sexta-feira foi sua majestade e o senhor infante D. Pedro dar graças a Deus à igreja da Sé; ouviram a Te Deum e a missa cantada, assistidos por toda a corte e de todos os tribunais que estiveram sem precedências.

> *Mercúrio Português*, Fevereiro de 1665
> Na relação que no mês passado se fez da jornada de el rei nosso senhor a Santarém faltou dizer que, no dia em que sua majestade visitou os santuários que se nomearão, o fez também ao convento dos religiosos de São Domingos (…)

Foi sempre do modo que as três transcrições de cima atestam, e das inúmeras vezes que tal sucedeu, que o *Mercúrio* se referiu a D. Afonso VI. O uso de vocábulos como "alteza", "majestade" e "el rei", próprios de figura máxima de uma realeza, foi uma constante. Faça-se agora a

comparação com a forma como o jornal aludia a Filipe III:

> *Mercúrio Português*, Março de 1663
> Representando com grande eloquência e elegância e razões muito vivas o que padece Portugal e suas conquistas pela falta de pastorais espirituais: as continuadas diligências que se tem feito para os alcançar: a resistência que el rei de Castela faz em Roma a se acudir com o remédio.

> *Mercúrio Português*, Maio de 1663
> (…) Pode-se ter por certo que muitas terras de Castela se irão levantando pelas opressões que padecem, assim nos alojamentos, como nas contribuições para a guerra, não reparando aquele rei e seus ministros, em destruir o próprio para usurpar o alheio.

Fica assim exemplificada a orientação do *Mercúrio* respeitante a esta temática. D. Filipe III era "el rei de Castela", o ilegítimo rei de Portugal. De um modo inverso, D. Afonso VI, à semelhança do que tinha sido D. João IV, era o rei de Portugal. Aquele cujo nascimento havia ocorrido em solo português – D. Afonso VI – era por isso reconhecido como rei, o líder natural. A atestar isto mesmo estão passagens como esta:

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1664
> Quanto aos ânimos, os portugueses sabem que não só pelejam pela pátria e rei natural, mas juntamente pela fazenda própria, pela liberdade, honra e vidas de que tudo o inimigo quer despojá-los.

A Filipe III cabia-lhe o papel de "estrangeiro", sem legitimidade para reinar nas terras lusas. Na óptica do *Mercúrio Português*, D. Filipe III de Portugal, não passava, afinal, de Filipe IV de Espanha, mesmo que, no limite, tal não fosse pacífico, nem sequer entre as hostes portuguesas.

Assim, o *Mercúrio* procurou contribuir para a legitimação de Afonso VI como rei português por direito natural. António de Sousa de Macedo não hesitou em instrumentalizar o periódico, partidarizando-o no sentido de apoiar o movimento de restauração da independência de Portugal e, consequentemente, o governo do Conde de Castelo Melhor. Ao mesmo tempo, procurava minimizar ideias ou acontecimentos que pudessem ser dissonantes dos intentos restauradores.

O jornal seiscentista acentua assim o carácter nacionalista e dicotómico já descrito.

5.5. Questões jornalísticas no *Mercúrio Português*

Uma vez referidos os critérios de noticiabilidade que nortearam a produção noticiosa do *Mercúrio Português*, optou-se por centrar atenções noutro tipo de especificidades jornalísticas a que o periódico também correspondeu. Por forma a manter uma linha de uniformidade com o que foi efectuado anteriormente, foram definidos alguns pontos de estudo com que posteriormente se procurou estabelecer uma relação com o conteúdo informativo do *Mercúrio*.

Em primeiro lugar, será feita uma análise com o intuito de perceber qual ou quais as tipologias textuais que o jornal utilizou (ver tópico seguinte). Concretamente, irão aferir-se quais os estilos textuais predominantes no *Mercúrio Português*. Como se poderá constatar, assistiu-se a um tipo de narrativa muito heterogénea por parte deste periódico seiscentista.

Por fim, será ainda abordada a relação do jornal com as suas fontes informativas. Em síntese, procurará perceber-se quais os tipos de fontes que foram empregues, qual a sua relevância e que razões justificaram a sua utilização.

5.5.1. A organização e a tipologia de textos

A tipologia textual do *Mercúrio Português* esteve longe de obedecer a um critério unívoco. O estilo de escrita que Sousa de Macedo empregou foi bastante variável, o que possibilita diferentes tipos de conclusões relativamente à função informativa do jornal.

Por um lado, o periódico não hesitou em assumir uma postura partidarizada e comprometida, o que prejudicou a sua credibilidade. Estes textos de teor mais interpretativo e argumentativo assumiram uma evidência clara por todo o jornal.

Paradoxalmente, o *Mercúrio* não deixou de produzir e destacar uma narrativa de teor informativo. Um estilo mais sóbrio e semelhante ao reportativo, que se aproxima mais dos pressupostos de objectividade e so-

briedade actuais.

Por último, destaque-se aqueles que podem ser designados de textos doutrinários. Trata-se de um tipo de texto em que o periódico faz como que uma auto-avaliação da sua actividade e antecipa acontecimentos.

5.5.1.1. Textos argumentativos

O *Mercúrio Português* fez denotar, de um modo recorrente, uma tendência que mesclava um tipo de escrita simples e descritivo, com uma narrativa marcadamente interpretativa e até opinativa. Esta fronteira entre o rigoroso e o ambíguo, o sóbrio e o hiperbólico foi sempre ténue.

Ora, este estilo mais ligado ao campo da opinião e da análise pessoal levanta dúvidas relativamente ao compromisso do *Mercúrio* com a função objectiva dos seus relatos noticiosos. A questão da objectividade no *Mercúrio Português* pode ser posta precisamente em função não apenas do conteúdo textual, mas do modo como ele era exposto.

Pese embora Sousa de Macedo ter sentido necessidade de, por diversas vezes, reiterar a actividade informativa do *Mercúrio Português* como função primacial do periódico, nem sempre os temas foram tratados com imparcialidade e distanciamento em relação às ocorrências. A respeito disto, Gaye Tuchman referiu-se à necessidade de invocação da objectividade como garante da credibilidade da actividade informativa. Segundo este autor, a objectividade tende a ser usada como argumento de defesa para uma eventual polémica em volta de uma matéria noticiada e como ritual estratégico (Tuchman, *cit. in* Traquina *et al.,* 1993, p. 74). A ligação já relatada de António de Sousa de Macedo à coroa portuguesa faz com que se levantem questões relativamente à objectividade e fiabilidade das narrações patentes no *Mercúrio*.

Com efeito, foram feitos relatos um tanto exagerados sobre as incidências políticas e militares da Restauração. Invariavelmente, ao longo das publicações do periódico, apareciam alusões ao exército português e ao movimento restaurador hiperbolizadas. Repare-se a título de exemplo nos seguintes casos:

> *Mercúrio Português*, Fevereiro de 1663
> Não houve neste mês de Fevereiro outro reencontro, que já tenho pro-

> metido e torno a prometer que nenhum haverá de substância próspero, ou contrário que não relate e assim torno a pedir que não se dê crédito ao que inventarem as *Gazeta*s castelhanas.
>
> *Mercúrio Português*, Junho de 1663
> Graças a Deus que os sucessos deste mês de Junho foram tais que nem as *Gazeta*s de Castela se podem atrever a disfarçá-los, nem os ânimos pior afectos deixarão de os crer.

É interessante realçar, na primeira transcrição, a preocupação – uma vez mais – do redactor em referir a independência informativa do periódico, procurando demarcá-lo da causa restauradora. No entanto, e posta esta nota introdutória, é feita seguidamente uma tentativa de descredibilização da imprensa castelhana, com o apelo aos leitores para que desvalorizassem as novas provenientes de Castela (algo que sucedeu igualmente noutra passagem que será exposta no tópico seguinte).

No segundo trecho, regista-se novamente a menção aos jornais castelhanos. Desta vez a intenção foi a de exaltar os feitos do exército português que, a julgar pela descrição feita, foram de tal ordem que não restou à imprensa de Castela outra alternativa que não fosse relatá-los, deixando subentendido que essa não era a prática corrente nos jornais espanhóis.

Atente-se agora em mais dois excertos retirados do *Mercúrio*, estes de cariz diferente dos anteriores:

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1663
> Em dezanove, ou vinte, Pedro Jaques de Magalhães Mestre de Campo general da Província da Beira, entrou nos campos de Cidade Rodrigo e trouxe trezentos homens, recolhendo-se sem perda alguma e se o inimigo não tivera notícia da entrada antecipadamente, se fizera uma presa mais considerável.
>
> *Mercúrio Português*, Outubro de 1663
> O inimigo tendo notícia destas preparações, tratou com todo o cuidado da defensiva de Galiza, convocando com exortações toda a sorte de gente e fortificando a cidade de Tui e outras partes que poderiam ser invadidas e como para as fortificações arruinava casas e ruas inteiras, começou-se a sentir com excesso um prejuízo não visto até então naquela parte.

Aqui são efectuados relatos bélicos em ambas as situações. Note-se, no primeiro caso, a menção de Sousa de Macedo ao facto de Pedro Jacques de Magalhães ter entrado em terras castelhanas (Cidade Rodrigo, concretamente) e de lá ter saído sem nenhuma baixa entre os seus homens. Contrariamente, do lado castelhano, segundo o *Mercúrio*, os danos só não foram de maiores proporções graças a um aviso prévio do ataque das tropas portuguesas.

A segunda transcrição começa logo com a utilização do vocábulo "inimigo" que serve como designação para as forças espanholas. É de salientar o uso de uma palavra com uma conotação marcadamente negativa e que não apenas designa como qualifica uma das partes envolvidas na guerra. Neste caso, aquela que se opunha ao movimento de restauração da independência com o qual António de Sousa de Macedo estava identificado.

Ainda na segunda passagem, veja-se a preocupação por parte do autor em referir, à semelhança do que havia feito no primeiro trecho, as dificuldades atravessadas pelos espanhóis que, segundo se pode ler, para garantir a defesa da cidade de Tui tiveram de destruir as suas próprias ruas e casas.

Em ambos os trechos há a destacar a exaltação dos avanços conseguidos pelo exército português, por oposição às derrotas averbadas pelas forças castelhanas, o "inimigo", como por várias vezes a elas se referiu Sousa de Macedo.

Outro momento em que a derrota castelhana é enfatizada foi o seguinte:

> *Mercúrio Português*, Julho de 1663
> Morreram do inimigo, além de outros muitos feridos, quase quatrocentos; entre os quais eram alguns homens de qualidade e passado com sete balas um espia que havia conduzido. Da nossa parte morreu um alferes e dois soldados e houve alguns poucos feridos (…)

> *Mercúrio Português*, Junho de 1665
> Finalmente perdeu o inimigo três mil e quinhentos cavalos, mais de quatro mil homens ficaram logo mortos no campo: teve outros tantos feridos, de que depois morreu a metade, entre os quais foi o marquês de Barca Rota e outras pessoas graves; ficaram mais de outros seis mil prisioneiros, entre eles o general da cavalaria dom Diogo Correia e mais duzentos cabos e oficiais e outros homens e mais de duzentos cabos e oficiais e outros homens de conta (…)

Estas são mais duas das inúmeras transcrições em que o jornal seiscentista exalta o insucesso das forças espanholas, dando conta de um número elevado de mortos e feridos castelhanos. No segundo trecho é ainda mencionado o número de prisioneiros espanhóis na batalha de Vila Viçosa. Do lado português, o registo de baixas foi, segundo o *Mercúrio*, bem mais reduzido:

> *Mercúrio Português*, Junho de 1665
> Dos nossos a praça de Vila Viçosa e na batalha ficaram feridos quase dois mil. Os mortos não chegaram a setecentos, passando à melhor vida que lhes granjeou a virtude com que obraram por sua pátria.

Os portugueses sofriam, por norma, menos perdas do que os espanhóis. Esta era, pelo menos, a realidade que o periódico espelhou de uma maneira constante. O *Mercúrio Português* salientava recorrentemente os elevados danos infligidos pelos soldados lusos aos castelhanos. Por antítese, os portugueses sofriam poucas baixas.

Note-se ainda, no excerto acima, o uso do vocábulo "nossos" como referência às forças portuguesas. Um exemplo mais de como o jornal tomou partido de uma das facções, vendo-a e mencionando-a como sua, num sentimento explícito de pertença.

Por outro lado, se os ataques portugueses eram descritos pelo periódico como valorosos e justificáveis, ignorando a violência dos mesmos, aqueles que eram efectuados pelos castelhanos eram brutais e condenáveis:

> *Mercúrio Português*, Julho de 1664
> À vista desta piedade cristã, fica mais abominável a barbárie com que os castelhanos do Forte de Ferreira, entrando pela parte de Malpica mataram a sangue frio trinta portugueses, que se lhes entregaram. Tudo são maiores motivos para Deus os destruir e para os portugueses conhecerem melhor (se melhor pode ser) qual é o ódio que nos tem aquela nação.

> *Mercúrio Português*, Março de 1666
> Raivosos os castelhanos de tantas entradas que neste mês e nos passados fizemos nas suas terras, vergonhosas para eles, pois nem se atrevem a pelejar; entraram com uma partida de cavalaria em duas herdades junto a Elvas e mataram a sangue frio as pessoas que nelas se acharam e levaram alguns rebanhos de ovelhas.

Como nota de curiosidade, o *Mercúrio Português* publicou um fascículo extraordinário ainda no mês de Junho de 1665. Esta publicação veio toda ela escrita em castelhano para os que, na opinião do periódico, "não querem entender outra língua". Uma maneira irónica de, uma vez mais, atacar as hostes espanholas.

> *Mercúrio Português*, número extraordinário
> Contra el estrevendo de los aprestos del rey de Castilla para esta campanha se hallaron los portugueses tan prevenidos, que entendieron que (demás del exercito de Miño y de las tropas, que assistian en Tras los Montes y otras partes para su defensa) del destinado para el exercito principal de Alem-Tajo, podian divertir un gruesso considerable, que por una parte entrasse la Estremadura de Castilla, mientras por otras haria la guerra el marquez de Caracena capitan general de la misma província, com lo qual veria el mundo quan falidas eran sus amenazas y los vassalos castellanos se desengañarian de las vanas esperanças, com que sus ministros les persuaden a continuar la desesperada empresa.

Por todo o *Mercúrio Português* se encontram excertos como os que acima foram transcritos. O periódico não conseguiu afastar-se por completo das convicções políticas do seu redactor, muito embora a preocupação em afirmar um compromisso total com a veracidade dos factos tenha sido por diversas vezes manifestada. O desígnio informativo do *Mercúrio* foi conseguido, mas tendo em conta a leitura de passagens como as que em cima foram transcritas, o cumprimento da sua função objectiva e imparcial é discutível.

5.5.1.2. Textos reportativos

A contrastar com a escrita opinativa e argumentativa atrás mencionada, está uma narrativa mais descritiva e factual que o *Mercúrio Português* também privilegiou e que lhe conferiu, em certa medida, uma proximidade com a tipologia de textos noticiosos produzidos na actualidade. Esta corrente textual que o jornal espelhou vai mais ao encontro dos ideais de objectividade comungados actualmente.

Com efeito, muitos dos relatos encontrados no *Mercúrio Português*

correspondem a uma aproximação daquilo que, nos dias de hoje, pode ser concebido estrutural e formalmente como a reportagem. Por razões facilmente entendíveis, quando se fala em textos de cariz reportativo não se está a sugerir a existência de uma rede de repórteres que acompanhasse os desenvolvimentos da Restauração nos locais de guerra e fizesse chegar as informações ao *Mercúrio*. De resto, a forma como o jornal seiscentista acedeu às informações que veiculou será explicada no ponto dedicado às fontes e está directamente relacionada com a posição e estatuto de Sousa de Macedo.

No entanto, é possível identificar uma narrativa minuciosa e clara dos acontecimentos, aliada a uma preocupação de contar, sob um determinado ângulo de visão, o que se passava, nomeadamente em situações de teor bélico. Atente-se nos exemplos expostos de seguida:

> *Mercúrio Português*, Outubro de 1663
> No mesmo tempo chegava o mestre de campo Manuel Nunes Leitão com o resto de mil e duzentos infantes escolhidos; e logo em seu seguimento o mestre de campo Baltazar Fagundes da Fonseca com o terço auxiliar; que os auxiliares do Minho são como os melhores soldados pagos da Europa e assim não duvidou o governador de armas encarregar-lhes uma tal facção; investiram logo todos os forte de Gaião, levando o sargento mor Diogo Soares a vanguarda para o escalar, cobrindo o mestre de campo Manuel Nunes, arrimando-se mantas com admirável valor à borda do fosso e pelejando-se sobre ele à mão posta, valendo-se pouco das mantas.

> *Mercúrio Português*, Novembro de 1663
> Esperou-se mais de uma hora que amanhecesse e tanto que começou a sair a luz, investiram todos, servindo-lhes de sinal um mosquetaço que atirou o inimigo. A muralha tinha de alto vinte e sete palmos até ao pentem; doze escadas, das que levaram saíram curtas só chegaram seis enxeridas, que eram as mais que havia.

As transcrições referidas acima ilustram o carácter mais explicativo e reportativo que o *Mercúrio* também patenteou na exposição dos acontecimentos. Note-se aqui uma preocupação maior com o relato, com a factualidade e descrição do conteúdo informativo em detrimento do comentário analítico e opinativo que o jornal também exibiu.

A nível formal, muitos dos relatos assumiam uma construção similar às notícias que hoje são produzidas pelos meios de comunicação social. Os relatos noticiosos no *Mercúrio* eram elaborados de forma a responder às questões sacramentais do enunciado jornalístico contemporâneo: Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê?

A comprovar a ideia de uma construção noticiosa comum com a da actualidade estão os seguintes excertos do *Mercúrio*:

> *Mercúrio Português*, Fevereiro de 1664
> Recolhido o inimigo, começou Pedro Jaques de Magalhães (Quem?) a refazer as pontes (O quê?) e viu chegando a gente que lhe faltava. Aos 16 (Quando?) teve aviso que sessenta cavalos entraram pela parte de Castelo Rodrigo (Onde?); saiu-lhes de Almeida o tenente general D. António Maldonado com 140 e tendo marchado mais de uma légua (Como?), mas ele sem embargo da desigualdade grande no número, se retirou bizarramente, vindo sempre pelejando, com muitas voltas que fez e lhe tomou dez cavalos (Porquê?); nós também perdemos onze, com que nisto ficaram ambas as partes iguais, mas da sua também houve mortos.

> *Mercúrio Português*, Junho de 1664
> Aos 5, que foi quinta-feira (Quando?), saiu o nosso exército (Quem?) de Estremoz (Onde?) e daquele dia em diante se expôs o senhor com grande e devoto concurso cada dia numa igreja de Lisboa (O quê?). Alojou-se aquela noite na Alcaraviça. Na seguinte se alojou na fonte dos sapateiros e ali se acabou de juntar toda a gente (Porquê?) que se concorreu de várias partes (Como?).

> *Mercúrio Português*, Outubro de 1664
> Depois dos castelhanos (Quem?) haverem largado a praça de Arronches (O quê?), obrigados do assédio com que os portugueses a puseram em extrema necessidade (Porquê?), como dissemos no mês de Setembro passado; minaram logo e voaram aos 4 dias deste Outubro (Quando?) a praça da Codecera (Onde?), que era sua em Castela, com temor de que lha tomássemos e que dela lhe fizéssemos maiores danos (Como?).

Deste modo, percebe-se que houve uma preocupação evidente nas notícias publicadas pelo *Mercúrio Português* em identificar e explicar claramente quem era o sujeito, em que altura e de que modo se tinha

desenrolado a acção e as razões pelas quais ela decorreu. O *Mercúrio* foi sempre directo às notícias e os seus textos tentaram retratar com minúcia e fiabilidade os acontecimentos, muito embora por diversas vezes este caísse com facilidade num registo contaminado por ideais políticos e nacionalistas que prejudicavam a sua credibilidade.

Por estas transcrições pode ainda notar-se a presença de uma narração diacrónica no jornal. O *Mercúrio Português* preocupou-se sempre em dar uma sequência temporal aos relatos que efectuou. As notícias obedeciam, por isso, a uma ordem cronológica clara. De resto, o *Mercúrio* tentou de um modo constante identificar os acontecimentos no espaço e no tempo.

5.5.1.3. Textos doutrinários sobre o *Mercúrio Português*

Durante toda a publicação do *Mercúrio Português* foi comum ver o seu redactor fazer, por vezes, uma espécie de introspecção sobre aquilo que o jornal vinha produzindo. Geralmente, este tipo de reflexão ocorria no final de cada ano, em jeito de balanço e de resumo do que de mais relevante o periódico deu conta.

Para além disto, o *Mercúrio* traçava prognósticos - no primeiro mês de cada ano - relativamente ao que pensava poder vir a suceder. Os excertos expostos em seguida visam ilustrar precisamente os vaticínios que o jornal fazia logo no início dos anos.

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1664
> No fim das relações do que em Portugal sucedeu no ano passado prometeu *Mercúrio* fazer no princípio deste um juízo dos que se podiam esperar na campanha seguinte. Na matemática (e que e rei) nos achou facilmente os astros benignos. Mas sabendo que as suas influências obedecem ao arbítrio e disposições humanas e obram segundo o estado das coisas, lhe pareceu mais certo prognóstico o que inferisse destes antecedentes que o que filosofasse de figuras. Levanta, pois, um juízo político por esta maneira.

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1665
> Ao ver saído tão certo o prognóstico que Mercurio fez no mês de Janeiro do ano passado, lhe dá confiança para agora fazer outro do que sucederá no ano que começa. Não o faz por estrelas, sobre que dominam as disposi-

> ções humanas; mas pelos antecedentes de que ordinariamente resultam as consequências. Para este ajamos por repetidas as considerações que propusemos naquele prognóstico e além delas combinemos o estado notório de uma e outra coroa.
>
> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1666
> O acerto com que *Mercúrio* prognosticou nos princípios dos anos passados o que sucederia neles, incita os leitores a desejarem que também faça prognóstico do que começa de 1666 famoso pelos vaticínios. E *Mercúrio* agradecido a esta sua curiosidade se dispôs a indagar com todo o trabalho o que fosse possível; mas confessa que lhe custou menos diligência que nos outros anos, porque com poucas horas de estudo achou demonstrações que parecem infalíveis.

A publicação do mês de Dezembro de 1666 é talvez a mais exemplificativa da reflexão interna que o *Mercúrio Português* fez. Tal facto prende-se provavelmente com a circunstância do abandono de António de Sousa de Macedo da redacção do periódico seiscentista. O então redactor terá sentido necessidade de efectuar um balanço da sua actividade:

> *Mercúrio Português*, Dezembro de 1666
> (…) A pena que destes 4 anos escreveu o que ele lhe ditou, se acha com esta glória, e com a de dar a matéria (que pode ser que sem este trabalho se perderia) a quem escrever nossas histórias, para as quais estas relações hão-de ser o melhor documento, mas acha-se gastada e sem tempo, em razão de outras ocupações, para se aparar. Despede-se dos leitores, agradecida ao aplauso, com que os bem afectos e entendidos liam seus escritos e faz notório que por agora os não prosseguirá e que se houver outrem que o faça por curiosidade, ou zelo da pátria, se lhe deverá o louvor ou repreensão do que escrever; que em nada disto quer mais ter parte; porque nem tem espírito para mártir, nem cobiça para ladrão e também diz aos curiosos que se uma certa pena com quem falou quiser encarregar-se desta ocupação a fará com tanto maior luzimento, que se veja que é pena de águia filha do sol; nem lograram tantas vantagens, que esta antiga se deva mais por desistir que por começar a escrever.

5.5.2. As fontes (referidas e intuídas) no *Mercúrio Português*

As informações trazidas no *Mercúrio Português* são explicadas essencialmente pela privilegiada posição de António de Sousa de Macedo em relação à Casa Real de Bragança, fruto do seu estatuto de secretário de estado de Castelo Melhor. Nalgumas edições do periódico são publicados documentos (cartas, na maioria das vezes), cuja dose de confidencialidade atesta a relevância do estatuto de Sousa de Macedo e a importância dada ao *Mercúrio* (fontes intuídas).

> *Mercúrio Português*, Março de 1665
> Chegou-nos de Madrid um papel intitulado, Voto do Marquês de Carracena, que serve de loa para a guerra desta campanha e representa ao vivo o corpo e a alma de todos os castelhanos em palavras, arrogâncias, vaidade e o ódio, com que destinam a vingança ao desterro e à morte tudo o que de Portugal puderem alcançar.

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1665
> Depois chegou-nos uma cópia da seguinte carta que escreveu a el Rey e dizia assim:
> *Haviendo passado muestra, he hallado, 12 mil 622 infantes y 6484, cavallos, en estos entran los que estavan sobre el Castillo, que se retiraron a su salvo aunque con confusión, pues dejaron la artilleria y carruage, menos las cavalgaduras, sin que el enemigo diese priva por que no quedó para ello; tambien entra la gente que havia llegado a esta plaza despues que yo sali; com que hallo que en muertos y prisioneiros faltan 4 mil infantes y mil cavallos y D. Diego Correa está prisioneiro y sus dos tenientes D. Melchior Puerto a Carrero su sobrinho y Tarriati Torres-Vedras prisioneiro; y los dos inginieros franceses monsieur de la Lalande y monsieur de Langres. De D. Gaspar de Haro no he podido saber hasta ahora. Diós guarde.*

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1667
> *Recompilação do que continha a carta del rei de Inglaterra de 14 de Outubro de 1666 feita em resposta da que havia recebido dos estados de Holanda de 16 de Setembro, sobre a oferta da paz que o mesmo rei lhes havia feito em 14 de Agosto do mesmo ano.*

A primeira transcrição dá conta da chegada de um documento escrito pelo Marquês de Carracena no qual este faz os seus votos para a guerra

entre Portugal e Castela. O manuscrito é depois transcrito na íntegra. No segundo trecho, é também mencionada e reproduzida uma cópia de uma carta − que terá chegado à redacção do *Mercúrio* − dirigida ao rei e escrita também pelo Marquês de Carracena. Por fim, a terceira passagem dá nota da missiva do rei de Inglaterra para o estado da Holanda. O periódico faz uma descrição pormenorizada do seu conteúdo.

Assim se constata que a causa das muitas informações a que o *Mercúrio Português* teve acesso se ficou a dever à posição privilegiada do seu redactor. A defesa do movimento restaurador, inerente às convicções de Sousa de Macedo, é também elucidativa sobre o modo como o jornal acedeu a alguns dos conteúdos publicados. A posição de António Sousa de Macedo fez dele um privilegiado em termos de fontes informativas. Mesmo nos dias de hoje, é reconhecida a importância da posição do informador, como explica Nelson Traquina:

> Também no campo jornalístico opera a convenção da «credibilidade da autoridade», ou seja, «quanto mais alta é a posição do informador melhor é a fonte de credibilidade. Algumas pessoas, pela posição que ocupam, sabem mais que outras pessoas; daí devem ter acesso a mais factos e, então, a sua informação deve ser, em princípio, mais correcta. (Traquina, 1988, p. 172)

Assim, Sousa de Macedo fez uso da sua influência e conhecimentos para aceder a muitas das informações publicadas no *Mercúrio Português*. De outro modo, esses dados estariam vedados a uma qualquer publicação e seriam, decerto, inalcançáveis para outro redactor que não estivesse conectado com a corte, nem ocupasse uma posição de relevo na administração do reino.

Para lá desta realidade, Sousa de Macedo recorre, de um modo explícito, a fontes informativas provenientes de *Gazeta*s de outros países (fontes referidas). Os periódicos internacionais assumem, neste capítulo, uma importância grande, nomeadamente no que diz respeito a notícias sobre acontecimentos além-fronteiras. Alguns desses acontecimentos assumiam mesmo implicações directas no movimento restaurador em que Portugal estava envolvido.

Além do mais, o autor do *Mercúrio Português* socorreu-se, por di-

versas vezes, de textos informativos vindos de outras nações com o propósito de exaltar as vitórias portuguesas ou de desmentir alegadas informações incorrectas transmitidas por *Gazeta*s estrangeiras. Repare-se, de seguida, nas transcrições retiradas do *Mercúrio* que ilustram e sustentam o que nos dois parágrafos anteriores foi referido:

> *Mercúrio Português*, Abril de 1663
> No princípio deste mês de Abril, chegaram a esta corte relações impressas em castelhano e *Gazeta*s em francês com a substância delas, referindo haver entrado na cidade do Porto socorro de oito mil soldados ingleses: haver os castelhanos pela Galiza alcançado sobre Lapella grandes vitórias: em Alentejo uma muito notável de um exército português em 21 deste Janeiro passado sobre Jurumenha e outras patranhas nunca imaginadas e sem qualquer fundamento.

> *Mercúrio Português*, Abril de 1665
> Torna *Mercúrio* a advertir (porque algum tempo tem faltado nesta advertência) que os castelhanos não cessam de espalhar novas erradas. Tal é o que se imprimiu este ano nas *Gazeta*s de Itália, de que o príncipe de Montesarchio havia tirado do rio de Lisboa seis navios portugueses vindos do Brasil, ricamente carregados, e dois navios holandeses e um francês, com fazendas de contrabando. Sendo que o tal príncipe é tão prudente, que não se atreve a aparecer nos nossos mares e a sua fraca bolsa sente bem, que não teve ele a fortuna de fazer presa.

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1665
> Contudo vemos impressas *Gazeta*s de Veneza, Liorne, Génova e outras partes de Itália com patranhas, dos sucessos, determinações e avisos de Castela tão disparatados que resulta em grande descrédito daquelas nações dar-se ouvidos a coisas semelhantes, sem se desenganarem de que tudo quanto vai de Castela é mera ficção.

Estas transcrições retratam com precisão as fontes de que Sousa de Macedo se serviu para expor as informações sobre acontecimentos provenientes de outras nações. No essencial, todas elas tinham dois objectivos: informar por um lado e desacreditar Castela por outro. Se no primeiro trecho exposto a notícia é puramente descritiva e informativa, nos que se lhe seguem o *Mercúrio Português* retoma a desvalorização feita a

tudo aquilo que fosse oriundo de Espanha, aqui com particular incidência para os seus periódicos.

Atente-se, neste contexto, aos excertos retirados de Abril e Setembro de 1665. Ambos fazem o desmentido dos relatos divulgados por periódicos italianos com base em informações transmitidas pelas hostes castelhanas que seriam, no entender de Sousa de Macedo e do *Mercúrio Português*, ficcionadas.

As alusões ao que os periódicos estrangeiros noticiavam, serviam essencialmente como complemento informativo relativamente à Guerra da Restauração. No entanto, elas também aportavam conteúdos noticiosos estritamente ligados a assuntos internos de outras nações. Prova disto é a seguinte passagem datada de Março de 1667:

> *Mercúrio Português*, Março de 1667
> Acabou-se o mês de Março, sem que os aprestos militares dos nossos contrários tivessem maiores operações, das que davam as suas mesmas vozes e nos vieram a desenganar que só contra o vento, onde soavam, se deviam de formar tão numerosos exércitos e tão grandiosa armada. Com mais alguma verdade são os que se preparam na Europa, conforme as *Gazeta*s que vieram impressas assim de Paris, como de Amsterdão; pois não há príncipe, como elas relatam, que não esteja prevenido esta Primavera.

O recurso a fontes internacionais − neste caso, e como vem referido, a *Gazeta*s francesas e holandesas − foi fundamental para que fosse dada a conhecer a realidade vivida além-fronteiras. O excerto transcrito serve como introdução a uma série de relatos sintetizados pelo *Mercúrio* e que dão conta de diversos acontecimentos em vários reinos do continente europeu.

No cômputo geral, é possível afirmar-se que até na relação do periódico em estudo com as fontes utilizadas, houve uma tentativa explícita de contribuir e fomentar a causa de Bragança junto dos leitores. O jornal deixa transparecer o seu apoio às forças portuguesas e à sua coroa. Isto por oposição à crítica e desvalorização quase constantes daquilo que por Castela era transmitido a *Gazeta*s de outros países ou aos seus próprios periódicos.

Como conclusão para este ponto, é importante estabelecer-se a des-

trinça entre fontes referidas e fontes intuídas no *Mercúrio Português*. Por "fontes referidas" podem entender-se as menções explícitas feitas no periódico à proveniência das informações recolhidas, como notícias retiradas a partir de órgãos noticiosos estrangeiros (*Gazeta*s espanholas, frequentemente). As "fontes intuídas" são aquelas não mencionadas directamente (cartas, missivas ou assuntos da corte) e cuja origem se entende pelo posicionamento do redactor do jornal, sendo por isso resultado de uma análise interpretativa que teve como base a descrição biográfica de Sousa de Macedo. Como síntese, as fontes referidas estão bem expressas e facilmente se percebe a sua origem, as fontes intuídas são decifráveis pelo conhecimento prévio do trajecto de António de Sousa de Macedo, estando por isso subentendidas. Foram estes dois tipos de fontes que o autor do *Mercúrio* mais evidenciou.

5.5.3. Outras questões de índole jornalística

Nesta investigação houve já uma reflexão profunda acerca das múltiplas questões que as teorias jornalísticas oferecem e de que forma elas se encontram aplicadas na acção informativa levada a cabo pelo *Mercúrio Português*. No entanto, esta diversidade teórica impõe, por inerência, um leque vasto de áreas de análise que merecem ser afloradas e que não tiveram ainda um enfoque conveniente.

Para lá das idiossincrasias já abordadas, interessa focar agora atenções em mais três tópicos analíticos, também eles, pertinentes para esta investigação discursiva. Desta feita, irá primeiramente discorrer-se sobre as correcções que o *Mercúrio Português* fez ao que o próprio jornal havia publicado. De seguida, procurará ilustrar-se que tipo de posicionamento adoptou o *Mercúrio* relativamente a outras gazetas suas contemporâneas, assim como espelhar o tratamento dado pelo jornal aos oponentes políticos de D. Afonso VI a nível externo e interno.

5.5.3.1. Correcções de informações dadas

Ao longo das edições mensais do *Mercúrio Português* eram feitos por vezes ajustes ao que havia sido publicado anteriormente. Invariavelmen-

te, as publicações começavam com uma menção do que sinteticamente havia sido dito para que depois se completassem essas informações. Tal e qual ocorre nos meios de comunicação informativos contemporâneos, também no *Mercúrio* eram feitas correcções àquilo que o próprio jornal tinha veiculado:

> *Mercúrio Português*, Dezembro de 1664
> Antes de entrarmos nos sucessos do mês presente é razão restituir ao de Novembro passado a relação de alguns que não havia chegado notícia quando se imprimiram os que lhe tocavam e seja lícito não desprezar os pequenos em tempo de Inverno, tão pouco acomodado para a guerra.
>
> *Mercúrio Português*, Fevereiro de 1665
> No princípio deste mês de Fevereiro chegou a nova, que nos últimos dias de Janeiro passado quatro tropas de cavalaria inimiga, governadas por D. Jerónimo de Quiñones com cento e cinquenta infantes e vinte e cinco desmontados, em uma madrugada de muita neve, deram sobre um lugar da raia da província de Trás-os-Montes chamado Pitões (…)
>
> *Mercúrio Português*, Setembro de 1665
> No mês de Julho referimos que o Marquês de Caracena, ou por consolar a seu rei, ou pelo enganar, juntamente com a sua nova perda na batalha de Montes Claros, lhe escreveu, que se ficava aprestando, para logo fazer em Portugal nova entrada, a qual em Madrid se encomendou a Deus com orações públicas, destinando-se para dez do mesmo Julho.

O *Mercúrio Português* foi acrescentando, sempre que necessário, informações relativas a meses passados. Nem sempre era possível ao redactor do jornal ter acesso a todas as informações relevantes e publicá-las em tempo útil. Assim, nos meses de publicação seguintes era feita uma menção do que tinha ficado por dizer, sendo clarificadas algumas imprecisões.

5.5.3.2. Diálogo com outros periódicos

Já num ponto anterior, no tópico dedicado à "concorrência" como critério de noticiabilidade observado por Nelson Traquina, foi notada a re-

lação conflituosa do *Mercúrio Português* com as gazetas provenientes de Castela. As divergências entre Portugal e Espanha fizeram-se sentir mesmo ao nível da imprensa onde, através do *Mercúrio*, tudo era feito para descredibilizar e inferiorizar as informações que os jornais castelhanos divulgavam.

Deste modo, o *Mercúrio Português* procurava servir como contraditório à propaganda perpetrada por Castela, protagonizando também ele uma campanha de ataque cerrado às hostes adversárias:

> *Mercúrio Português*, Dezembro de 1663
> Chegou aviso de Madrid, que D. Jerónimo Mascarenhas está fazendo com grande segredo um papel sem nome, ou com nome suposto, fingindo que é feito em Portugal. E outro papel da mesma laia está fazendo um dom fulano da Cunha (tão incógnito que nem *Mercúrio* lhe sabe o nome) dos quais papéis ambos se prometem os castelhanos em Portugal grandessíssimo fruto e maior que o que esperam das armas: seja assim por muitos anos, que de boa vontade lhes concederemos em todos boa novidade de papéis e fiquem os curiosos advertidos quando chegarem estes supostos ou impostos.

> *Mercúrio Português*, Julho de 1664
> Se *Mercúrio* fora castelhano fizera relações do que não havia sucedido, mas porque é português, nem do que já sucedeu as faz, se não com muito exactas informações.

No primeiro excerto há a destacar a importância propagandística conferida pelas duas facções do conflito. Era importante injectar moral nas tropas e na população de uma maneira geral. Por isso mesmo, tornava-se impreterível que a máquina de propaganda assente em Castela fosse desacreditada, através do recurso a uma contrapropaganda materializada pelo *Mercúrio* e com Sousa de Macedo a servir como "porta-voz" dos interesses portugueses.

A segunda passagem, ainda que curta, refere uma comparação entre a fiabilidade das informações dos jornais espanhóis com os periódicos lusos. A tónica da mensagem é a mesma que já foi mencionada em várias ocasiões: o descrédito das notícias provenientes de Castela, reiterando, em simultâneo, o sentido de verdade e objectividade do jornal seiscentista português.

O "diálogo" estabelecido por intermédio do *Mercúrio Português* com os periódicos espanhóis, mais não foi do que uma tentativa da parte Sousa de Macedo em ganhar argumentos que pudessem sustentar e legitimar os seus ideais políticos. De uma maneira mais abstracta, tornou-se indesmentível a ideia de que não só nos campos de batalha e nas cortes se fez o conflito luso-espanhol. A rivalidade ia para lá da esfera política e militar e também nos jornais a disputa se fez sentir com intensidade. A concorrência entre periódicos portugueses e castelhanos constituiu-se como uma das vertentes da Guerra da Restauração. O confronto entre estas duas nações fazia-se também através da imprensa, com cada uma das partes a tentar inferiorizar a outra.

5.5.3.3. Diálogo com adversários políticos

Por de trás da confrontação bélica, havia igualmente um desafio de poder político e diplomático que Portugal e Castela esgrimiam nos bastidores. Mais uma vez, o *Mercúrio* serviu como instrumento utilitário da corte portuguesa ao privilegiar e dar amplitude informativa aos intentos lusos. Um exemplo desta concertação de interesses entre o jornal e a administração do reino foi o seguinte:

> *Mercúrio Português*, Setembro de 1665
> Permita-se (principalmente para que os religiosos vejam o que devem aos castelhanos) pôr aqui o capítulo de uma carta com data e 4 de Agosto passado, escrita de Roma por um cortesão bem entendido e inteligente naquela corte e diz assim.
> *Os castelhanos parece que perderam o juízo com este sucesso, porque negam a nossa vitória e chorando querem cantar a sua desgraça. O embaixador tem mandado escritos aos cardeais de como tivera de seu rei em que lhe avisa hver tido vitória contra os portugueses, dos quais morreram nove mil em que entravam mil e quinhentos frades. Mas é a nova verdade tão patente, que não lhes serve de estratagema malicioso de outra coisa que de serem reputados de ridículos e fantásticos. Tudo isto fazem a fim de conservar a opinião nesta cúria entre os ignorantes, que os que não o são, bem conhecem o seu intento. Mas alguns dos nossos apertam com eles e lhes oferecem apostar o que quiserem, chegando a este ponto fogem com o corpo, com o*

que tomam ocasião os italianos para zombar deles, dando-lhes apupadas.

Está bem explícita aqui uma chamada de atenção à Igreja, que reconhecia a Filipe IV de Espanha a legitimidade para reinar em Portugal. Como já foi aclarado, a posição assumida pela Santa Sé relativamente ao conflito da Restauração foi de defesa dos interesses espanhóis. A Afonso VI não lhe era reconhecido o poder régio e esta foi uma situação que só se alterou com o final do conflito.

O *Mercúrio Português* assumiu, como era previsível, um posicionamento favorável a D. Afonso VI. Este trecho é comprovativo de uma tentativa do periódico em sensibilizar a Igreja para a causa portuguesa, tentando dissuadir esta instituição do mérito e valor espanhóis e realçando, numa lógica inversa, o seu estilo panfletário. No caso, é feita a transcrição de uma carta alegadamente escrita em Roma por um cortesão, na qual Castela é acusada de mentir aos cardeais com a finalidade de manter o apoio eclesiástico que lhe havia sido concedido. Um ano antes, encontra-se outro trecho onde o *Mercúrio* manifestou desconforto pela influência castelhana junto da Igreja:

> *Mercúrio Português*, Junho de 1664
> Os estrangeiros se persuadiram a isto como costumam por fatalidade; mais os italianos e principalmente os de Roma, onde Castela tem comprado miseravelmente crédito surdo a toda a razão e a toda a experiência.

Além da propaganda política externa, cuja presença no *Mercúrio* é facilmente detectável, interessa também realçar uma partidarização interna do próprio periódico. Como é sabido e já foi explicado, D. Afonso VI estava longe de ser uma personalidade consensual, mesmo entre os portugueses. Assim, assistiu-se a uma tentativa por parte deste jornal seiscentista, ainda que subtil e velada, de procurar relevar as capacidades do rei português, tentando deste modo afastar as muitas dúvidas relativas às suas aptidões para o exercício do poder:

> *Mercúrio Português*, Janeiro de 1663
> Todas as noites, ainda que sejam de dias santos, assina el rey os papéis que deve assinar, no que, por serem muitos, gasta horas inteiras e dizendo-se-lhe que para escusar este grande trabalho podia usar de caixilho, como

> costumam os outros reis, respondeu que o faria quando se achasse cansado e assina tudo de mão própria. Além destas horas de ocupação ordinária em todas as do dia e da noite, sendo necessário e acode e despacha extraordinariamente, ou com os secretários acode e despacha extraordinariamente, ou com os secretários, ou quem convém, os negócios ocorrentes que não sofrem dilação: dá audiências gerais todas as quartas e sextas-feiras pela manhã e aos fidalgos aos sábados às mesmas horas e outras audiências particulares sem dia, nem hora certa.
>
> *Mercúrio Português*, Setembro de 1664
> Aos 4 passou Sua Majestade ordem para se fazerem nesta corte ornamentos convenientes para se celebrarem os ofícios divinos nas duas igrejas paroquiais da praça Valença de Alcântara, que os castelhanos tinham com indecência e era justo que entre portugueses se melhorasse o culto divino.

O *Mercúrio* responde assim indirectamente aos que, dentro do próprio reino, suspeitavam de que seria Castelo Melhor a suprir as eventuais inaptidões de Afonso VI, assumindo a governação de Portugal. Ao exaltar as múltiplas tarefas desempenhadas e deliberações tomadas pelo rei, Sousa de Macedo procura desmistificar a celeuma criada em redor das competências do monarca, respondendo assim aos seus críticos, designadamente aos partidários de D. Pedro II. Por outro lado, também o lado humano de D. Afonso VI era propagandeado:

> *Mercúrio Português*, Novembro de 1663
> Era segunda-feira e indo Sua Majestade a cavalo para a quinta de Alcântara, como costuma, naquele dia encontrou o santíssimo sacramento a paróquia de S. Paulo; apeou-se sua majestade aquela piedade herdada de seus avós e acompanhou o Senhor até à casa da doente que ia visitar e sabendo que era uma mulher muito pobre, lhe mandou dar cinquenta cruzados, deixando ordem para se lhe dar o mais e que necessitasse. E tornando à Igreja, mandou dar mil cruzados de esmola à confraria para um ornamento.

Conclui-se que o posicionamento do *Mercúrio Português* no que respeita aos opositores políticos se manifestou a dois níveis: o externo e o interno. O periódico não poupou nas críticas a Castela, arrasando as suas manobras diplomáticas junto de outras nações e denunciando aquilo que

entendia serem informações mentirosas espalhadas pelos espanhóis. Por outro lado, estão também implícitas considerações que visavam esclarecer os portugueses mais cépticos das capacidades do rei, em especial os apoiantes de D. Pedro II. No entanto, esse tipo de apreciações encontravam-se algo encobertas, possivelmente pela necessidade de o jornal passar uma mensagem de união interna e não dar relevo a fricções que pudessem comprometer a imagem de coesão nacional no exterior.

6. Análise quantitativa do discurso sobre o *Mercúrio Português*

No sentido de averiguar os dados quantitativos do discurso do *Mercúrio Português*, utilizou-se a matéria individual como unidade de análise. Esse desiderato passou pela escalpelização de todas as notícias que se puderam apurar.

Não se contabilizaram como matérias noticiosa avisos a que o jornalista aludia, frases de incitamento propagandístico e tabelas com informação escalonada sobre prisioneiros ou artigos saqueados, assim como a publicação de cartas interceptadas. Decidiu-se, igualmente, não inscrever os números extraordinários, uma vez que estes não seguem a periodicidade mensal contida nesta publicação. Ainda assim, há um ponto neste estudo em que se comparam os três números extraordinários com os números que saíram escrupulosamente em cada mês.

Buscando o essencial da teorização da análise de conteúdo e seguindo o raciocínio patente na obra sobre a *Gazeta* da "Restauração" (Sousa *et al.*, 2009), esta pesquisa percorreu quatro passos essenciais para a recolha de dados: levantamento de hipóteses, formulação de perguntas de pesquisa, identificação das variáveis e categorização das componentes de análise do discurso.

Tabelas de hipóteses, perguntas de pesquisa, variáveis e categorias de análise quantitativa do discurso.

Tabela 1

Hipótese 1: Considerando que as várias publicações do jornal tinham número de páginas irregulares, assim como o facto de haver uma diferença assinalável na duração do primeiro – entre 1663 e 1666 – e do segundo – entre Janeiro e Julho de 1667 – períodos de publicação, podem encontrar-se diferenças significativas.
Pergunta de pesquisa 1: Em média, qual é o número de matérias e de linhas no primeiro – entre 1663 e 1666 – e no segundo – 1667 – períodos de publicação?
Variáveis: Número de matérias, número de linhas e percentagens.
Matéria individual: Decidiu-se recorrer a esta expressão – utilizada por Sousa *et al.* (2009, p. 308) – para traduzir toda a matéria que seja entendida como "uma notícia individualizada sobre um determinado acontecimento" constituída num determinado parágrafo.

Tabela 2

Hipótese 2: Sabendo de antemão o eminente carácter noticioso daquela altura (Sousa *et al.*, 2009, p. 308), o *Mercúrio* não foge à regra e apresenta um maior número de notícias.
Hipótese 3: O parco aprofundamento nas matérias leva a considerar que o número de notícias curtas é vasto.
Hipótese 4: A falta de consolidação da actividade jornalística e distinção entre notícia e comentário faz antever que muitas das matérias tenham o cunho pessoal do autor.
Hipótese 5: O *Mercúrio* possui três números extraordinários. Isto significa que estes três números destoam do restante conteúdo produzido.
Pergunta de pesquisa 2: Qual é a proporção de notícias comparada com outros géneros?
Pergunta de pesquisa 3: Qual é a proporção de notícias curtas?
Pergunta de pesquisa 4: Qual é a proporção de matérias comentadas no *Mercúrio*?
Pergunta de pesquisa 5: Há diferenças significativas no número de matérias e de linhas em relação ao temário mensal?
Variáveis: Número de matérias e percentagens
Categorias de análise do discurso: De acordo com Benetti (cit. in Sousa *et al.*, 2009, p. 308), o género jornalístico é como que uma *moldura* em que diversos textos são susceptíveis de serem classificados. Assim sendo, fez-se a seguinte categorização:

Notícia factual: Enunciado em que são patenteados factos que pretendem ser verdadeiros, sem qualquer tipo de subjectividade. Neste particular, fez-se a divisão entre notícias factuais curtas – até 4 linhas – e longas – com 5 ou mais linhas.
Notícia comentada: Enunciado com carácter noticioso, mas que possui, também, um cariz analítico e interpretativo por parte do autor. Neste particular, fizemos a divisão entre notícias comentadas curtas – até 4 linhas – e longas – com 5 ou mais linhas.
Outro género: Toda a matéria não correspondente às duas outras categorias.

Tabela 3

Hipótese 6: A existência do *Mercúrio* atravessa a segunda fase da Guerra da Restauração, pelo que a temática mais abordada diz respeito às guerras envolvendo Portugal e Espanha.
Hipótese 7: Levando em linha de conta que os valores-notícia se mantiveram até aos dias de hoje (Sousa *et al.*, 2009, p. 309), podemos concluir que o *Mercúrio* contém notícias sobre temas que em pleno século XXI são noticiáveis.
Pergunta de pesquisa 6: Quais os temas mais frequentes, considerando a esfera portuguesa, espanhola e internacional?
Variáveis: Número de matérias, número de linhas e percentagens
Categorias de análise do discurso: As seguintes categorias foram integralmente retiradas da obra sobra a *Gazeta* da "Restauração" (Sousa *et al.*, 2009, pp. 309-311). Assim, torna-se mais fácil fazer uma análise ao discurso, assim como elaborar um cruzamento de dados que estabeleçam uma comparação mais cabal entre ambos os periódicos.
Vida política e administrativa: Matérias que envolvem a política e a administração dos países. Nesta categoria estão comtempladas as seguintes características: nomeações e exonerações para cargos políticos, celebração de Cortes, visitas de Estado e festas de cariz eminentemente político.
Crimes Políticos: Matérias relacionadas com crimes, julgamentos, prisões, condenações por motivos exclusivamente políticos.
Vida diplomática: Nesta categoria, engloba-se tudo o que tenha que ver com diplomacia: nomeações diplomáticas, missões diplomáticas, tratados, recepções de embaixadores e festas de cariz diplomático.
Vida social e religiosa: Aqui contabilizam-se as matérias que abordam acontecimentos sociais, bem como acontecimentos de cariz religioso. Cabem aqui matérias sobre nascimentos e falecimentos (não consumados em guerra) doenças, duelos nomeações e exonerações para cargos religiosos. Além disso, são contemplados também os julgamentos, prisões e execuções por motivos que dizem respeito à religiosidade. Actividades da Inquisição estão também englobadas, como as notícias que contem sobre prisões e fugas de portugueses em Espanha.

Vida económica: Nesta secção, consideram-se as matérias que aludem à actividade económica e/ou financeira. Portanto, serão contabilizadas matérias que tratam a pesca e a agricultura (sob a perspectiva económica), as indústrias, impostos e chegada e partida de navios comerciais.
Vida militar e conflito bélico: Matérias sobre batalhas e guerras, as suas preparações, pequenos conflitos, nomeações para cargos militares, saques de despojos e animais, fortificações de edifícios bélicos e actividades marítimas que visem o ataque e a defesa contra a pirataria.
Catástrofes naturais e acidentes: Nesta categoria, incluem-se as matérias relacionadas com tempestades marítimas, temporais, vendavais e cheias ou fenómenos provocados pelo homem, tais como a navegação deficiente ou a falta de conservação dos navios, que tiveram como corolário a vitimização de seres humanos.
Doenças e fome: Matérias que tratam sobre a fome entre as populações, assim como matérias que abordem a temática de doenças exclusivamente epidémicas.
Crimes não políticos: Aqui aglutinam-se as matérias relacionadas com crimes, prisões, julgamentos, condenações e exílios sem teor político.
Acontecimentos insólitos: Matérias abrangidas pelo cariz invulgar das mesmas: milagres, aberrações da natureza, animais monstruosos, enfim, bizarrias.
Matérias de índole não informativa: Esta categoria engloba as matérias que não possuem um carácter informativo: as matérias de teor propagandístico são um exemplo elucidativo.
Outros temas: Todas as matérias que não condizem com as características aventadas, mas que podem ser classificadas como notícias.

Tabela 4

Hipótese 8: Durante a publicação do *Mercúrio Português* – 1663-1667 – uma parte significativa dos conflitos entre Portugal e Castela ocorreu no Alentejo, pelo que as localidades pertencentes a esta região (Vila Viçosa, Elvas, Évora, Beja, etc.) foram mencionadas com muita insistência.
Hipótese 9: Dado que o *Mercúrio Português* aborda o conflito entre Portugal e Espanha, escasseiam menções a outros países e localidades fora do espaço ibérico.
Pergunta de pesquisa 7: Qual a proporção de matérias envolvendo localidades alentejanas? É significativa se comparada com restantes localidades do país?
Pergunta de pesquisa 8: Qual a proporção de matérias envolvendo o estrangeiro? Que importância é dada a acontecimentos ocorridos fora do âmbito português e espanhol?
Variáveis: Número de referências às localidades e percentagens.

Categorias de análise do discurso:
Portugal e raia fronteiriça: Matérias sobre acontecimentos ocorridos em Portugal continental.
Domínios do Reino de Portugal: Matérias sobre ocorrências sucedidas fora do âmbito continental português, mas que pertenciam, no século XVII, ao Reino de Portugal: incluíram nesta categoria Açores e Madeira, possessões africanas e orientais e Brasil.
Outros países: Após uma leitura prévia dos conteúdos do *Mercúrio Português*, os outros espaços geográficos mais mencionados foram França, Inglaterra, o Sacro-Império e Flandres e Províncias Unidas, pelo que se recorreu a estas áreas para formular comparações.
Outras regiões: Matérias que dizem respeito a uma qualquer localidade não inscrita nas categoriais formalizadas.

Tabela 5

Hipótese 10: Tendo em conta o interesse de D. Pedro II em tomar o lugar de D. Afonso VI como rei de Portugal, há matérias que abordam esta problemática a favor deste último e contra o primeiro.
Pergunta de pesquisa 9: Qual a proporção de matérias envolvendo o engrandecimento dos feitos de D. Afonso VI?
Pergunta de pesquisa 10: Qual a proporção de matérias que visam denegrir a imagem de D. Pedro II?
Variáveis: Número de matérias, número de linhas e percentagens.
Categorias de análise do discurso:
Empobrecimento da imagem de D. Pedro II: Todas as matérias em que é possível vislumbrar um enfraquecimento pessoal e profissional do irmão de D. Afonso VI.
Exaltação da imagem de D. Pedro II: Todas as matérias em que é possível descortinar um enobrecimento pessoal e profissional do irmão de D. Afonso VI.
Exaltação da imagem de D. Afonso VI e empobrecimento da imagem de D. Pedro II: Todas as matérias em que é possível vislumbrar, ao mesmo tempo, o elogio às capacidades do Rei e a crítica ao Infante D. Pedro.

Tabela 6

Hipótese 11: Levando em linha de conta o cariz propagandístico do jornalismo do século XVII, é provável que o *Mercúrio Português* esteja imbuído nesse espírito de propaganda. Por conseguinte, regista-se um número expressivo de matérias a favor da causa independentista portuguesa e contra a monarquia castelhana.

Pergunta de pesquisa 11: Qual a importância das matérias propagandísticas a favor de Portugal e contra Castela, isoladamente, e das matérias que simultaneamente exprimem o fervor pela casa de Bragança e o desprezo para com a coroa castelhana?
Variáveis: Número de matérias, número de linhas e percentagens.
Categorias de análise do discurso:
Menções positivas para Portugal restaurado: Matérias em que é possível descortinar louvores – a vários níveis, desde a capacidade estratégica nas batalhas, capacidade de governação, reconhecimento de outrem – a Portugal.
Menções negativas para Castela: Matérias em que Castela vê a sua reputação manchada – perda de batalhas, má governação, o mau jornalismo que pratica.
Menções concomitantemente positivas para Portugal e negativas para Castela: Matérias que relacionam ambas as coroas: derrotas dos espanhóis frente aos portugueses, regresso de portugueses ao país-natal depois terem estado em Espanha.
Outras situações: Matérias cujas incidências são ao mesmo tempo positivas e negativas para Portugal.

Tabela 7

Hipótese 12: Tendo em consideração os indícios fornecidos pela teoria do jornalismo (Sousa *et al.*, 2009, p. 313), os protagonistas das notícias são os actores sociais dominantes
Pergunta de pesquisa 12: Quais os actores sociais mais em evidência?
Variáveis: Número de referências e percentagens.
Categorias de análise do discurso:
As categorias de análise subdividem-se em seis categorias: Soberanos, Nobres, Clérigos, Soldados, Comerciantes e Povo, tipificando assim a estrutura social daquela altura.

Tabela 8

Hipótese 13: Considerando a estrutura social seiscentista, os protagonistas das notícias são, na sua maioria, masculinos e são referenciados individualmente.
Pergunta de pesquisa 13: Em termos de referências masculinas e femininas, estas tendem a ser individuais ou colectivas?
Variáveis: Número de referências e percentagens.
Categorias de análise do discurso:
Protagonistas femininas individuais: referências em nome individual a todas as pessoas do sexo feminino.
Protagonistas femininas colectivas: referências em nome colectivo a todas as pessoas do sexo feminino. Serão contemplados termos como “mães”, “mulheres”.

Protagonistas masculinos individuais: referências em nome individual a todas as pessoas do sexo masculino.
Protagonistas masculinos colectivos: referências em nome colectivo a todas as pessoas do sexo masculino. Serão contemplados termos como "soldados", "homens". Para além destes, serão consideradas terminologias que se referem a nacionalidades, como "castelhanos" ou "franceses", desde que se refiram a forças do exército.
Protagonistas institucionais colectivos: referências a instituições como a Igreja, o Governo ou o Conselho de Estado.
Outros protagonistas colectivos: referências a actores sociais de ambos os sexos, como "crianças" ou "idosos", seguidores de uma determinada religião, nacionalidades (desde que as expressões não designem forças do exército).

Análise e discussão dos dados recolhidos

Quadro 3
Número de matérias e de linhas do *Mercúrio Português*

Período do *Mercúrio*	**Nº de matérias**	**%**	**Nº de linhas com informação**	**%**
1663-1666	464 (média: 9,7 notícias/ número)	89,4	10760 (média: 224,1 linhas/ número)	87,3
1667	55 (média: 7,8 notícias/ número)	10,6	1560 (média de 222,8 linhas/ número)	12,7
Total*	**519**	**100**	**12320**	**100**
Média de 23,1 linhas por notícia entre 1663-1666				
Média de 28,3 linhas por notícia em 1667				

* Não contempla os números extraordinários, nem matérias de índole não-informativa.

Este quadro permite ver desde logo que, no total, podem ser encontradas no *Mercúrio Português* cerca de 519 matérias estritamente informativas, distribuídas por 12320 linhas.

Os números inscritos possibilitam também vislumbrar uma fractura assinalável entre os dois períodos em análise, tal como seria de esperar: o

primeiro período apresenta 89,4% das matérias noticiosas, ao passo que o segundo apresenta a menor parte, cerca de 10,6%. O número de linhas com informação segue no mesmo sentido: entre 1663 e 1666, foram escritas 87,3% das linhas contendo informação; em 1667, contabilizaram-se apenas 12,7% de linhas informativas, pelo que se corrobora, em parte, a hipótese 1 aventada, isto é, constata-se que há uma disparidade do número de matérias entre os dois períodos. Estes dados não são propriamente uma surpresa, já que o primeiro período abarca quatro anos ininterruptos de matérias mensais, enquanto o segundo período cinge-se somente a sete números publicados no ano de 1667.

Contudo, as médias de notícias e de linhas merecem ser alvo de reflexão. Olhando para o quadro 3, verifica-se que não há diferenças expressivas entre ambos os períodos. Se entre 1663 e 1666 há uma média de 9,7 notícias, a de 1667 é de 7,8 notícias, números que registam um certo equilíbrio entre os dois períodos; no que toca às linhas, as médias também não se distanciam, uma vez que no primeiro período se assiste a uma média de 224,1 linhas por número, enquanto no segundo período o número é aproximado, designadamente 222,8.

Estes parcos distanciamentos em termos de médias mostram que houve uma linha orientadora durante a existência do periódico e que a saída de Sousa de Macedo em 1666 não implicou mudanças significativas na forma como o jornal mostrava os conteúdos ao seu público; apesar da irregularidade patente nos fólios que cada número contemplava, situação que se verificou no antes e depois de Sousa de Macedo, pode afirmar-se que houve uma cadência coerente entre o primeiro e segundo períodos do *Mercúrio*.

Última nota de realce nesta tabela é sobre o número médio de linhas que cada número congrega. Ora, entre 1663 e 1666, houve em média 23,1 linhas por cada matéria noticiosa, ao passo que em 1667 essa média dilatou um pouco, para 28,3 linhas por notícia. A diferença de mais de cinco pontos percentuais deixa antever que no segundo período do jornal as notícias eram mais extensas em comparação com o primeiro.

De facto, a conjectura alvitrada no último parágrafo comprova-se e é uma das ideias a reter do quadro 4.

Os resultados concernentes à Tabela 2 apontam para um número maior

de notícias factuais, apesar do elevado número de notícias comentadas em ambos os períodos. Na fase decorrente entre 1663-1666, pode verificar-se uma predominância das notícias longas factuais (50%) e com alguma distância (30%) encontram-se as notícias comentadas longas. Daqui podem tirar-se desde logo duas ilações: em primeiro lugar, havia a necessidade de escrever notícias com algum detalhe – com cinco ou mais linhas –, mesmo tendo em consideração o cariz embrionário do jornalismo em Portugal; em segundo lugar, houve uma apetência para produzir conteúdos comentados, em que a opinião do jornalista se mesclou com a apresentação dos factos. Ainda neste período, convém sublinhar os 18% de notícias curtas que compuseram o jornal.

No ano de 1667, a situação é semelhante, embora apresente algumas nuances. A mais flagrante é a décalage entre as notícias curtas e as notícias longas factuais (cerca de 4% contra 67%, respectivamente) nos números do *Mercúrio Português*. No que diz respeito às notícias comentadas, o cenário é idêntico ao primeiro período, pois as curtas reflectem-se nuns meros 2% e as longas não ultrapassam os 27%.

Quadro 4

Géneros jornalísticos do *Mercúrio Português*

Período do *Mercúrio*	**Notícias factuais**		**Notícias comentadas**		**Outros géneros**
	Curtas (%)	**Longas (%)**	**Curtas (%)**	**Longas (%)**	**(%)**
1663-1666	17	50	1	30	2
1667	4	67	2	27	0
Total	**15**	**52**	**1**	**30**	**2**

Em termos gerais, temos 16% de notícias curtas (15% factuais e 1% comentadas), 82% de notícias longas (52% factuais e 30% comentadas) e 2% de conteúdos que não pertencem a nenhuma destas catalogações. Deste modo, podemos aceitar parcialmente a segunda hipótese, já que o periódico possui um maior número de notícias factuais. A terceira hipótese, porém, não pode de forma alguma ser aceite, pois não se verificou uma vastidão de notícias curtas; o *Mercúrio* apresenta um maior número de conteúdos longos, o que pode indiciar que os redactores pretendiam intro-

duzir mais pormenores nos episódios a que aludiam, por forma a explicar devidamente os fenómenos que iam ocorrendo. Já a quarta hipótese tem também de ser aceite, pois ao longo dos quase cinco anos de publicação do *Mercúrio Português* 31% das matérias tiveram o cunho pessoal do autor, fosse na exaltação de uma pessoa ou acontecimento, na feitura de juízos de valoração ou na glorificação da ajuda divina para justificar um determinado fenómeno. Atente-se aos seguintes excertos, que comprovam a densidade de algumas notícias, assim como a intervenção opinativa do articulista:

> *Mercúrio Português* de Junho de 1663
> Segunda-feira vinte e cinco deste ao meio dia chegou a Lisboa o aviso da Restauração de Évora, cuja felicidade se duplicou com a da frota do Brasil, que na mesma hora vinha entrando entre a maior alegria; oferecendo-se à vista quarenta e tantos navios mercantis (além dos de guerra) que todos juntos com inchadas velhas, e vários galhardetes, na maior serenidade do tempo, formando um bizarro esquadrão, sabiam o famoso Tejo; soando nos ouvidos sua artilharia, e a correspondência de seus clarins, e deixando-se considerar a riqueza daqueles, e de outros trinta e tantos baixéis, que se ficavam em diferentes portos do Reino, e de suas ilhas, (por ordem especial que queles portos devem a El-rei nosso Senhor, depois de entrar no governo) carregados de açúcar, tabaco, couros, pão do Brasil, e de outras mercadorias, que tudo se avalia em sete ou oito milhões de cruzados.

> *Mercúrio Português* de Janeiro de 1663
> Em 19. deste mês partiu El-rei a fazer exercício na caça das suas coutadas de Salvaterra, e Almeirim, e com ele o Sereníssimo Infante Dom Pedro seu irmão, com quem em todas as saídas, e entretenimentos se acompanha, amando-se tão estreitamente, que se livra de uma das felicidades do Reino nessa conformidade de ambos. Não cessa lá o despacho dos negócios, para o que levou consigo um dos Secretários, e alguns Conselheiros; deixando outro em Lisboa para se comunicarem; e um ou dois dias antes do de Cinza voltará a esta Corte.

Quadro 5
Géneros jornalísticos do *Mercúrio Português* envolvendo os números extraordinários

Período do *Mercúrio*	Notícias factuais		Notícias comentadas		Outros géneros
	Curtas (%)	Longas (%)	Curtas (%)	Longas (%)	(%)
1663-1667	15	52	1	30	2
Números extraordinários	15	46	0	31	7

O quadro representado acima mostra por si só que a hipótese elaborada para este caso – hipótese 5 – não se concretiza, logo, os números extraordinários não introduzem diferenças significativas se os compararmos com os mais de cinquenta números publicados mensalmente.

A desigualdade mais notável situa-se precisamente na componente de outros géneros: entre 1663 e 1667, apenas 2% das notícias não se introduziam nas categorias idealizadas, ao passo que nos números extraordinários essa cifra se eleva até aos 7%. Esta diferença deve-se ao abaixamento das notícias factuais longas, que dos 52% declinam até os 46%

De resto, no tocante às notícias factuais curtas e às notícias comentadas curtas e longas, as percentagens são praticamente idênticas, pelo que não se pode inferir que os números extraordinários tenham destoado das restantes publicações. Portanto, para além de já se ter indicado que houve uma cadência entre os diferentes períodos do *Mercúrio Português*, pode dizer-se que também nos números extraordinários está patenteada essa marca identitária que promove as notícias factuais longas, mas que não descura a vertente opinativa. Para validar esta conclusão, atente-se a estes dois trechos – um respeitante a um número periódico do *Mercúrio* e outro respeitante a um número extraordinário, escrito em castelhano – que pretendem evidenciar as similitudes descritas no quadro:

> *Mercúrio Português* de Janeiro de 1664
> Nos últimos dias deste, mandou João Leite de Oliveira Governador da praça de Campo Maior esperar junto do lugar de Lobão o Correio ordinário para Madrid, tendo sabido por línguas o dia e a hora em que costumava passar por aquela parte. Foi a esta diligência Francisco Galvão Tenente muito valeroso da companhia de cavalos do Capitão Inácio Coelho da

> Silva, com doze soldados escolhidos, e bem armados, em que iam oito cabos de esquadra.
>
> *Mercúrio Português* Extraordinário
> Encargò su Majestad de Portugal la execucion a Alfonso Furtado de Castro Rio y Mendoza de su Consejo de Guerra, Gobernador de las Armas del partido de Castel-Branco en la Provincia de la Beira. Juntó Alfonso Furtado de quatro a cinco mil infantes, cerca de quinientos cavallos, tren de seis pieças de artilleria, con las municiones, carruage, y provision que era necessario. Escogiò para entreprender la placa de Sarça, y la villa de Ferrera, lugares de que los nuestros recebian gran daño, y por esso se desseô siempre su desolacion.

Nesta tabela, pode observar-se com mais clarividência a predominância de temáticas no que à situação portuguesa diz respeito. A primeira ilação a tirar é a supremacia, em ambos os períodos, dos temas relativos à vida militar e conflitos bélicos, com 57% de matérias e 56% de linhas correspondentes aos conteúdos do *Mercúrio Português*. Deste modo, torna-se claro que o objectivo primordial do jornal era o de relatar os conflitos ocorridos na fase final da Guerra da Restauração; mais de metade dos artigos respeitantes à situação portuguesa aborda os conflitos, de maior ou menor envergadura, que opuseram os países ibéricos.

Os exemplos de trechos que abarcam o teor bélico são inúmeros e fáceis de identificar. Cite-se um para se ter uma noção mais aclarada do caminho que António de Sousa de Macedo, neste caso, enveredava quando relatava este tipo de matérias:

> *Mercúrio Português* de Maio de 1666
> Partiu o Conde de Schomberg de Estremoz Domingo, que se contaram vinte e três deste mês, à noite, pouco acompanhado por ir mais oculto. O Vedor geral do exército, e o da artilharia foram com ele para executarem o que fosse necessário nos sues ministérios. Na terça-feira à noite, que foram 25. chegou a Beja, a cuja paragem tinha convocado as tropas que havia de levar, que foram de Portugueses, e Estrangeiros mil e duzentos cavalos, e coisa de três mil infantes; não havendo ainda chegado os terços do Algarve, e de Setúbal, que não quis esperar por não se arriscar às mudanças que na dilação costuma haver.
> Ali se não pode esconder a jornada; mas já não importava o descobrir-se, pela pressa com que ele a fazia, e porque posto que o Marquês de Carace-

na quisesse acudir aquela parte, não poderia consegui-lo, senão depois de muitos dias, por haver de ir pelo largo caminho de circunferência da rota que Portugal mete em Castela, o qual nós atalhamos pelo centro.

Quadro 6

Temário do *Mercúrio Português* em relação a Portugal e respectivos territórios coloniais

Período do *Mercúrio*	Vida Política e administrativa		Crimes Políticos		Vida diplomática		Vida Social e Religiosa	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	4	3	2	1	2	[0,9]	9	18
1667	2	1	0	0	7	7	7	7
Total	**3**	**3**	**2**	**[0,9]**	**2**	**2**	**9**	**17**
	Vida económica		**Vida Militar e conflitos bélicos**		**Catástrofes naturais e acidentes**		**Doenças e fome**	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	6	3	57	55	[0,8]	[0,4]	1	1
1667	0	0	46	62	4	2	0	0
Total	**6**	**3**	**57**	**56**	**1**	**[0,6]**	**1**	**1**
	Crimes não políticos		**Acontecimentos insólitos**		**Matérias de índole não informativa**		**Outros temas/ Vários temas sem um preponderante**	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	1	[0,2]	1	1	9	9	7	6
1667	4	12	0	0	15	6	2	3
Total	**1**	**2**	**1**	**1**	**10**	**9**	**7**	**5**
Total de matérias com envolvimento português: 545								
Total de linhas de matérias com envolvimento português: 12232								

No entanto, o *Mercúrio Português* também privilegiou outras temáticas envolvendo Portugal, ainda que em número bastante reduzido, quando comparadas com o tema da guerra, enobrecendo a carácter noticioso do periódico. A título de exemplo, houve uma preocupação deliberada em transmitir notícias sobre política, economia e vida social e religiosa, estre outros.

Pode-se destacar, em primeiro lugar, a vastidão de linhas, no primeiro período, sobre temas sociais – em que o foco religioso incidia amiúde –, chegando a atingir os 18%. Este número foi possível devido às descrições detalhadas que muitas matérias tinham, como os relatos do casamento entre D. Afonso VI e a princesa Maria Francisca Isabel de Sabóia, e consequente celebração, ou o funeral da Rainha Dona Luísa de Gusmão.

As temáticas políticas – subdividas em duas categorias: vida política e administrativa e vida diplomática – também alcançaram números consideráveis, pois o *Mercúrio* debruçou-se sobre assuntos de reuniões entre notáveis da Corte, nomeações, viagens de responsáveis diplomáticos ou encontros entre portugueses e castelhanos para discutir eventuais hiatos na guerra que durava há mais de duas décadas. A marca de 7% em termos de matérias e de linhas em 1667 sobre temas exclusivamente diplomáticos testemunha o peso que alcançou no temário do jornal envolvendo Portugal.

Outro número que surpreende concerne à elevada percentagem de linhas informativas sobre crimes não políticos na segunda fase do *Mercúrio Português*. Esta subida – de 0,2% para 12% – fundamenta-se nos relatos pormenorizados de alguns julgamentos e delitos que sucederam e que o jornal decidiu que eram passíveis de serem partilhados para os leitores.

O seguinte trecho evidencia que houve a preocupação deliberada de fazer chegar aos leitores outros assuntos que não os da guerra:

> *Mercúrio Português* de Novembro de 1663
> Demais dos sucessos da guerra, o que neste mês houve digno de saber-se, foi que em cinco saíram do porto de Lisboa para Inglaterra as oito fragatas de guerra Inglesas com o seu Almirante João Lauson, que no verão passado andaram nestes mares em serviço de Portugal e hão-de tornar para a primavera. El-rei nosso senhor mandou dar ao sito almirante uma boa rosa de diamantes e um colar de ouro com a sua medalha; e a cada um dos Capitães

> das ditas fragatas uma cadeia também com medalha. E o mesmo se deu ao Capitão da outra fragata, que poucos dias depois chegou da Costa de Cadiz.

Deve ainda realçar-se a percentagem considerável de matérias de índole não informativa. Ou seja, houve o propósito de, muitas vezes, Sousa de Macedo incutir nos seus escritos um cariz opinativo, versando a elevação das qualidades de D. Afonso VI e da Dinastia Nova e menosprezando Espanha e as *Gazeta*s deste país que não estariam a relatar com exactidão o progresso da Guerra da Restauração.

Por conseguinte, a sexta hipótese elaborada é aceitável, na medida em que a temática mais referenciada ao longo dos cinco anos de existência está, sem sombra de dúvida, ligada às batalhas, escaramuças ou simples antevisões de ataques. A sétima hipótese também se pode aceitar, já que o *Mercúrio* dá-nos conta de situações que hoje em dia são noticiáveis. Embora distantes no tempo, a actividade jornalística do século XVII e do século XXI tendem a descrever com relativa exactidão os assuntos mais importantes de cada época.

O temário com envolvimento castelhano vem acentuar duas das principais ideias subjacentes ao quadro 6: por um lado, a maioria das notícias reporta-se à vida militar e conflitos bélicos (73% de matérias e 74% de linhas em termos globais) – nada de surpreendente, já que a grande fatia dos conflitos relatados aludem à Guerra da Restauração; por outro lado, as matérias não informativas continuaram a ter grande visibilidade – chegando aos 19% em 1667 –, daí que os principais tópicos referentes ao quadro sobre Portugal se mantenham no caso castelhano.

Se os dois tópicos mais recorrentes estão identificados e perfazem quase a totalidade do temário, não é de somenos referir que as outras temáticas foram apenas tocadas ao de leve, quer no primeiro e no segundo períodos de publicação do *Mercúrio Português*. Aliás, ao analisar-se a fase de 1667, pode constatar-se que assuntos económicos, políticos ou de sociedade acoplados a Castela pura e simplesmente não existem. Isto leva a crer que i) os conteúdos a abordar sobre o inimigo podiam estar bem definidos e a liberdade para escrever sobre outros assuntos que não a Guerra da Restauração e incitamentos propagandísticos era reduzida, ii) a ignorância sobre temas da esfera castelhana era propositada e o intuito dos jornalistas era o de não dar muitas pistas ao inimigo – o Padre

António Vieira, aliás, critica numa das suas cartas o excesso de detalhes fornecidos – ou iii) diversos mecanismos censórios poderiam estar a vigorar, o que implicaria um controlo daquilo que era noticiado.

Quadro 7
Temário do *Mercúrio Português* em relação a Espanha e respectivos territórios coloniais

Período do *Mercúrio*	**Vida Política e administrativa**		**Crimes Políticos**		**Vida diplomática**		**Vida Social e Religiosa**	
	Matérias (%)	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**
1663-1666	2	2	3	1	2	[0.9]	1	[0,9]
1667	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	2	3	1	1	[0,8]	1	[0,8]
	Vida económica		**Vida Militar e conflitos bélicos**		**Catástrofes naturais e acidentes**		**Doenças e fome**	
	Matérias (%)	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**
1663-1666	[0,3]	[0,1]	73	73	1	[0,5]	2	2
1667	0	0	73	84	5	3	0	0
Total	**[0,2]**	**[0,1]**	**73**	**74**	**1**	**[0,8]**	**1**	**1**
	Crimes não políticos		**Acontecimentos insólitos**		**Matérias de índole não informativa**		**Outros temas/ Vários temas sem um pre-ponderante**	
	Matérias (%)	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**
1663-1666	[0,8]	[0,3]	1	2	11	13	4	5
1667	0	0	0	0	19	8	3	4
Total	**[0,8]**	**[0,3]**	**1**	**1**	**12**	**12**	**4**	**5**
Total de matérias com envolvimento castelhano: 416								
Total de linhas de matérias com envolvimento castelhano: 9055								

Por tudo isto, no que toca a este quadro, tal como se verificou no anterior, ambas as hipóteses aventadas podem ser totalmente validadas.

Último realce neste particular para uma exemplo avulso, a título de curiosidade, de uma matéria informativa envolvendo os espanhóis, cujo foco não se centralizasse num qualquer relato de uma batalha:

> *Mercúrio Português* de Maio de 1665
> Em Galiza ajunta o Castelhano exército. Da nossa parte fez o mesmo o Conde de Prado Governador das Armas, acostumado a vencê-lo. No mês passado dissemos, que tinha o Conde preso um soldado, por dar avisos ao inimigo, resultou da sua prisão prenderem-se outros dois cúmplices pobres, que o eram por dinheiro, com que o inimigo os corrompeu. Convencidos por testemunhas, e por suas mesmas confissões, foram neste mês de Maio em Viana enforcados, e esquartejados, e as cabeças, e quartos levados, e postos em lugares convenientes. A mulher de um deles, também culpada, foi relevada da pena de morte, por estar prenha, mas foi açoitada, e degradada para toda a vida para Angola.

Este trecho demonstra o sentimento de repulsa perante Espanha. Assim, fica patenteado que era também objectivo do *Mercúrio Português* fazer ver ao inimigo a crueldade de que os portugueses padeciam quando eram traídos.

Se as matérias referentes ao envolvimento de Castela são quase exclusivamente decorrentes da Guerra da Restauração e de apelos panfletários, então os assuntos que circundam o âmbito ibérico não podem fugir a esta realidade.

Com efeito, os dados inseridos no quadro 8 revelam que, quando os dois reinos eram concomitantemente abordados, 74% das matérias e das linhas concerniam a notícias sobre combates entre exércitos de cada uma das partes, enquanto 13% das matérias e 12% das linhas destacam-se por cobrir notícias de índole não informativa.

As restantes temáticas consignadas não angariam notícias suficientes para conseguirem números consideráveis. As excepções são as catástrofes naturais e acidentes que, em 1667, adquirem 6% das matérias e 3% das linhas e temáticas que não se perfilham em nenhuma das outras categorias: entre 1663 e 1666, 4% das matérias e 5% das linhas. De restos, todos os outros temas são muito pouco publicados no *Mercúrio Português* quando Portugal e Castela estão simultaneamente arrolados.

Quadro 8
Temário do *Mercúrio Português* em relação a Portugal e Espanha e respectivos territórios coloniais

Período do *Mercúrio*	Vida Política e administrativa		Crimes Políticos		Vida diplomática		Vida Social e Religiosa	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	2	2	3	1	2	[0.9]	1	[0,9]
1667	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	**2**	**2**	**3**	**1**	**1**	**[0,8]**	**1**	**[0,8]**
	Vida económica		**Vida Militar e conflitos bélicos**		**Catástrofes naturais e acidentes**		**Doenças e fome**	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	[0,3]	[0,1]	74	74	[0,8]	[0,4]	1	1
1667	0	0	74	88	6	3	0	0
Total	**[0,2]**	**[0,1]**	**74**	**74**	**1**	**[0,8]**	**1**	**1**
	Crimes não políticos		**Acontecimentos insólitos**		**Matérias de índole não informativa**		**Outros temas/ Vários temas sem um preponderante**	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	[0,5]	[0,2]	1	2	13	13	4	5
1667	0	0	0	0	20	9	0	0
Total	**[0,5]**	**[0,1]**	**1**	**1**	**13**	**12**	**4**	**4**
Total de matérias com envolvimento português e castelhano: 411								
Total de linhas de matérias com envolvimento português e castelhano: 8941								

O último quadro respeitante ao temário do *Mercúrio Português* diz respeito à situação geral. Ora, em termos comparativos com os restantes três quadros que se ocuparam de fornecer dados sobre os índices noticiosos que compilaram este periódico seiscentista, este aproxima-se mais do quadro 6, na medida em que é possível descortinar percentagens mais bem distribuídas pelas categorias, apesar da supremacia

evidente exibida pelas matérias relativas aos diversos conflitos que iam germinando no solo ibérico.

Quadro 9

Temário do *Mercúrio Português*: Situação geral

Período do *Mercúrio*	Vida Política e administrativa		Crimes Políticos		Vida diplomática		Vida Social e Religiosa	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	4	3	2	1	2	[0,8]	9	18
1667	23	12	0	0	6	6	6	6
Total	**6**	**4**	**2**	**[0,9]**	**2**	**2**	**8**	**16**
	Vida económica		**Vida Militar e conflitos bélicos**		**Catástrofes naturais e acidentes**		**Doenças e fome**	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	6	3	56	55	[0,9]	[0,4]	2	1
1667	0	0	44	50	3	2	0	0
Total	**5**	**3**	**55**	**54**	**1**	**[0,7]**	**1**	**1**
	Crimes não políticos		**Acontecimentos insólitos**		**Matérias de índole não informativa**		**Outros temas/ Vários temas sem um preponderante**	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	1	[0,4]	1	1	9	9	8	6
1667	3	10	0	0	11	5	3	10
Total	**1**	**2**	**1**	**1**	**10**	**9**	**7**	**6**
Total de matérias: 566								
Total de linhas de matérias: 13351								

Em termos numéricos, o tópico sobre a vida militar e conflitos bélicos arrecada 55% das matérias e 54% das linhas, o que equivale por dizer que mais de metade dos assuntos e das dezenas de milhares de linhas se ocupam com novidades vindas directamente dos campos de batalha.

Analisando as outras matérias informativas, nota de realce para números sobre as esferas políticas e diplomáticas, que estiveram mais em voga no segundo período do jornal: aglutinando as duas categorias, estas alcançaram as interessantes marcas de 29% das matérias e 19% das linhas; em sentido inverso, registou-se alguma vulnerabilidade nas categorias de economia e vida social e religiosa do primeiro para o segundo período: se entre 1663 e 1666 os números foram em certa medida positivos, o prisma em 1667 modificou-se, pelo que se assistiu a um declínio acentuado dos valores.

Quanto às restantes temáticas, o *Mercúrio Português* não se coibiu de as inscrever no temário, todavia com menor frequência. Notícias sobre crimes que lesavam a pátria, infracções puníveis aos olhos da sociedade, assassinatos e julgamentos, naufrágios e mau tempo, a fome que assolava determinadas povoações, passando por episódios miraculosos e tentativas de fuga da prisão, até relatos de avistamentos de cometas e abertura de novas estradas, foram alistadas no periódico seiscentista, que provou ser capaz de introduzir matérias quotidianas que interessariam a uma franja mais alargada da população.

De resto, convém reiterar algumas ideias já formuladas em tabelas anteriores, que ajudarão a compreender o *modus operandi* do *Mercúrio Português* ao longo da sua publicação:

1) O intuito fundamental deste jornal passou pela descrição dos acontecimentos bélicos resultantes do conflito originado após o golpe de 1640, desde o seu nascimento em Janeiro de 1663 até ao seu desaparecimento em Julho de 1667. A maior fatia correspondeu a embates sangrentos, de maior ou menor envergadura, com perdas para ambos os lados, no entanto foram também incluídas novidades sobre fugidas à luta, a construção ou reparo de fortificações, policiamentos marítimos e saques de parte a parte.

2) Não se pode negar a índole propagandística associada ao nascimento do jornal. A Guerra da Restauração levava já mais de 20 anos e urgia criar novos mecanismos de que ao mesmo tempo servissem de defesa e de ataque. Ora, o *Mercúrio* materializou esse intento, uma vez que 10% das matérias e 9% das linhas totais concerniam a assuntos com um pendor propagandístico efectivo. Esta ilação já se adivinhava, devido ao elevado número de conteúdos comentados que os quadros 4 e 5 preconizavam. Porém, apenas com estes dados se pôde inferir

que uma parte significativa das matérias visava os estímulos propagandísticos como forma de elevação perante Castela.

3) Avaliando estes dois factores, aduzindo igualmente o desígnio acima formulado de que o *Mercúrio* facultou aos leitores assuntos de toda a espécie, conclui-se que o periódico tinha um carácter eminentemente noticioso. Não restam dúvidas de que a primeira intenção do periódico era relatar as novidades mais interessantes para o público português, especialmente aquelas que mencionavam os pormenores da Guerra da Restauração, mas também parece claro o espírito deliberadamente opinativo e satírico que muitas notícias privilegiaram.

Quadro 10
Localização geográfica dos relatos do *Mercúrio Português* em Portugal (em número de referências)

Período do *Mercúrio*	**Alentejo (%)**	**Lisboa (%)**	**Porto (%)**	**Coimbra (%)**	**Minho (%)**	**Algarve (%)**
1663-1666	35	27	2	1	6	3
1667	51	22	0	4	2	2
Total	**36**	**26**	**2**	**1**	**6**	**2**
	Trás-os-Montes (%)	**Açores e Madeira (%)**	**Possessões Africanas (%)**	**Possessões Orientais (%)**	**Brasil (%)**	**Outros (%)**
1663-1666	14	[0,3]	1	3	4	4
1667	7	0	0	7	2	4
Total	**13**	**[0,3]**	**1**	**3**	**4**	**4**

O quadro 10 documenta as regiões portuguesas mais citadas nas notícias que o *Mercúrio Português* propagava. Examinando os dados na sua totalidade, Trás-os-Montes (13%), Lisboa (26%) e Alentejo (36%) são os locais que recolhem um maior número de referências, pelo que se deve concordar com a hipótese 8, que sugere a existência de muitas matérias afectas a zonas alentejanas.

Na realidade, é no Alentejo que a maioria das matérias ocorre. No primeiro período analisado, as referências correspondem a 35% e essa cifra é ampliada em 1667 para 51%, números que reflectem a relevância que as localidades no Alentejo tiveram ao longo dos 5 anos em que o periódico

foi dado à estampa. Esta abundância justifica-se pelas muitas batalhas e saques que ocorreram nas diversas regiões alentejanas, propícias para a realização de actividades bélicas.

A cidade de Lisboa tem, igualmente, números marcantes, embora algo distantes do Alentejo, sobretudo no segundo período, em que arrecada 22% das matérias, ao contrário dos 27% no primeiro período. A capital de Portugal recolhe uma percentagem respeitável de menções devido às notícias extra guerra. Lisboa era o centro de decisões do país, muitas celebrações tinham lugar no Terreiro do Paço, o porto de Lisboa era um dos focos económicos e, consequentemente, esta importância concretizada em números não surpreende.

Num terceiro plano surge Trás-os-Montes, que apresenta 13% das matérias totais. Não obstante o afrouxamento averbado no segundo período, esta região também se mostrou fértil em relatos sobre as ocorrências bélicas, logrando, assim, uma posição de destaque no que diz respeito às menções regionais.

Sobre as outras zonas que o *Mercúrio Português* apontava, os dados revelam que não lhes foi dada muita visibilidade. Na medida em que Lisboa e as várias localidades alentejanas eram os palcos mais interventivos do panorama português, o resto do país foi secundarizado pelos jornalistas. Porto, Coimbra, Minho, Algarve, ilhas dos Açores e Madeira, Brasil e possessões africanas e orientais, a julgar pelos dados declarados no quadro 10, não colhiam interesse suficiente para que lhes fosse concedida mais atenção e, por consequência, mais notícias.

Como forma de atestar a predominância descrita numericamente, atente-se ao próximo excerto, revelador da importância que diversas regiões tinham na corporização do temário do jornal, designadamente Estremoz, Évora e Lisboa:

> *Mercúrio Português* de Junho de 1663
> Na noite de sábado para Domingo, que se contaram dez deste mês, chegou a nova deste feliz sucesso à Corte de Lisboa, cuja alegria se deixa considerar, e a de todo o Reino por onde logo voou. No mesmo Domingo pela manhã foi Sua Majestade com o senhor Infante em procissão de todos os Religiosos com o Senado da Câmara, da Capela Real à Sé, a dar graças a Deus nosso senhor, e na Capela antes de saírem houve sermão (…)

> Alcançada a vitória, foi o exército refrescar-se a Estremoz, e em cinco dias que ali se deteve meteu guarnição nas praças da fronteira para ficarem prevenidas enquanto ia sobre Évora.

Os relatos do *Mercúrio* não se cingiam apenas ao espaço português. No entanto, encarando os dados fornecidos pelo quadro 11, os resultados totais revelam que 91% das matérias ocorreram em solo ibérico. A propensão para as notícias bélicas e a orientação propagandística em relação a Castela fizeram com que o resto do Mundo não fosse tido em consideração, pelo que ter-se-á de aceitar a hipótese 9 levantada para este caso.

Todavia, é de todo o interesse fazer notar as diferenças registadas entre os dois períodos em análise. De facto, no ano de 1667 pôde assistir-se a um aumento considerável das matérias alusivas a outros localidades europeias, mas sem que isso se traduzisse numa diferença relevante em termos de resultados gerais. França (12%), Inglaterra (8%), Sacro-Império (3%), Flandres e Províncias Unidas (12%) possuem incrementos notáveis, o que leva a concluir que, no segundo período, o *Mercúrio Português* estava talhado para fornecer mais informações do estrangeiro; a saída de Sousa de Macedo dos destinos do periódico e o ingresso de um redactor anónimo contribuíram decisivamente para esta mudança de rumo. A este aumento correspondeu, logicamente, um abaixamento percentual de matérias sobre Portugal e Castela.

Quadro 11
Localização geográfica geral dos relatos do *Mercúrio Português* (em número de referências)

Período do *Mercúrio*	**Portugal (%)**	**Castela (%)**	**França (%)**	**Inglaterra (%)**	**Sacro Império (%)**	**Flandres e Prov. Unidas (%)**	**Outros países e território europeu / Vários países e território europeu (%)**
1663-1666	52	43	2	1	[0,8]	[0,8]	[0,2]
1667	34	22	12	8	3	12	9
Total	**50**	**41**	**3**	**2**	**[0,9]**	**2**	**[0,9]**

O seguinte trecho visa demonstrar esta modificação editorial operada a partir de Janeiro de 1667:

> *Mercúrio Português* de Março de 1667
> A República de Veneza, vendo a grande prevenção do Turco, tem mandado Embaixadores a todos os Príncipes da Cristandade, o que chegou a França, foi logo despedido, porque a paz que El-Rei Cristianíssimo tem feito com o grão Turco, impediu que em público se tratasse dos socorros de França, mas afirmam por certo, que com soma considerável de dinheiro socorre este Rei aquela República.
>
> A Cândia é chegado o primeiro Vizir que partiu de Cânia com muitas tropas, e grande quantidade de instrumentos militares, e fazendo um forte novo em Cândia nova tem começado os aproxes da cidade de Cândia velha, a qual tinha preparado para a defesa o Marquês Villa, como tão grande soldado; e incessantemente a República a vai socorrendo a esta cidade de gente, e munições; o Vizir, persuadindo-se senhor da Ilha tem mandado vir de Moreia, e da Macedónia fez mil mulheres para a povoar. Em Bocina tem feito o Turco a praça de armas dos seus exércitos, e para os sustentar fez contínuas instâncias à cidade de Raguça, para obrigar os seus moradores a darem os bastimentos necessários.

Quadro 12
Ângulo de abordagem de matérias não-informativas do *Mercúrio Português*

Período do *Mercúrio*	**Positivo para D. Pedro II**		**Negativo para D. Pedro II**		**Concomitante positivo para D. Afonso VI e negativo para D. Pedro.**	
	Matérias (%)	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**	**Matérias (%)**	**Linhas (%)**
1663-1666	100	100	0	0	0	0
1667	100	100	0	0	0	0
Total	**100**	**100**	**0**	**0**	**0**	**0**

A existência deste periódico coincidiu com uma etapa conturbada do Portugal seiscentista: para além da já desgastante Guerra da Restauração em que Portugal se via envolvido, o país estava mergulhado numa que-

rela interna pelos destinos do reino; de um lado, estava o partido do regente D. Afonso VI e do conde de Castelo Melhor, do outro, o partido do infante D. Pedro e D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. Ora, esta trica, segundo os dados consignados no quadro 12, foi habilmente camuflada no *Mercúrio Português*. As matérias políticas no jornal não foram assim tão escassas, há inclusivamente múltiplas notícias envolvendo actividades entre D. Afonso VI e D. Pedro, e não há sequer um indício de que o redactor tenha, mesmo ao de leve, exposto a briga entre os partidos dos dois irmãos. Tendo em conta que António de Sousa de Macedo era um dos elementos do núcleo duro do clã de D. Afonso VI, pode dizer-se que esta postura circunspecta era expectável por algumas ordens de razões:

1) Publicar esta briga interna podia comprometer a reputação de uma dinastia que suportava uma guerra com mais de duas décadas;

2) Era necessário mostrar para o exterior que Portugal gozava de saúde governativa e que toda a gente estava focada em vencer o conflito ibérico;

3) D. Afonso VI era já uma pessoa instável a vários níveis e noticiar a fragilidade da relação entre os mais altos representantes do reino podia desencadear uma crise de maiores proporções;

4) As constantes exaltações ao governo, patentes em diversos números, não faziam crer que, de um momento para o outro, se debruçasse sobre um tema tão sensível. Não é de estranhar, portanto, este calculismo. E nem mesmo a saída abrupta de Sousa de Macedo fez com que este tipo de acordo tácito se desfizesse.

Posto isto, a hipótese 10 não se concretiza, por força dos resultados que não deixam margem para dúvidas.

Como já foi aqui exposto, o *Mercúrio Português* tinha como intuito evocar os sucessos mais gloriosos que ia alcançado na Guerra da Restauração; tinha, também, o objectivo declarado de vexar tudo aquilo que dizia respeito a Espanha, como forma de consolidar a sua posição independente do domínio Habsburgo.

Dissecando o quadro 13, pode verificar-se de forma discriminada quais as formas mais utilizadas para propagandear os ideais acoplados

à Guerra da Restauração e a sua evolução do primeiro para o segundo período.

Quadro 13
Ângulo de abordagem das matérias do *Mercúrio Português*

Período do *Mercúrio*	Positivo para Portugal		Negativo para Castela		Concomitantemente positivo para Portugal e negativo para Castela		Outras situações	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	43	41	11	16	36	30	11	13
1667	43	44	14	16	29	31	14	9
Total	**43**	**41**	**11**	**16**	**35**	**31**	**11**	**13**

Em termos globais, os autores do *Mercúrio Português* ocuparam-se com mais insistência com conteúdos cujo teor é marcadamente positivo para as hostes lusitanas: 44% de matérias e 41% de linhas, sem que houvesse grandes oscilações entre 1663-1666 e 1667. Estes dados comprovam que, quando o intuito era o de propagar matérias panfletárias, a via primordial materializava-se através de frases a enaltecer o Portugal restaurado e as vantagens que advieram da conquista da independência e consequente desocupação castelhana.

Contudo, também se sobressaiu o tópico referente às matérias positivas para Portugal e, concomitantemente, de teor negativo para Castela. Durante o primeiro período do jornal, 36% dos assuntos detectados e classificados como propagandísticos eram alusivos a esta questão, ao passo que nos sete números de 1667 essa percentagem decresceu até aos 29%; já as linhas, nas duas fases, andaram à volta dos 30 pontos percentuais. Estas elevadas percentagens indicam que os articulistas do *Mercúrio Português* não raras vezes elogiaram as façanhas lusitanas, embora ao mesmo tempo desconsiderassem qualquer aspecto relacionado com o país vizinho. Este cariz provocatório para com o inimigo pode ser entendido pelas seguintes razões:

1) Urgia fortalecer o estatuto de país independente sem as amarras do domínio castelhano, mostrando que a dinastia brigantina tinha legitimidade e capacidade para dirigir os destinos de um Portugal renascido.

2) Demonstrar que as mais de duas décadas de conflitos não afligiam a ambição dos portugueses e que a guerra promovida após 1640, apesar dos danos infligidos, estava a ser perdida pelos castelhanos, que, supostamente, tinham mais e melhores apetrechos para a enfrentar.

3) Dar o elã necessário ao povo português ostracizado pelas nefastas consequências que os inúmeros conflitos acarretavam; a população, ao tomar conhecimento daquilo que veiculava o jornal, ganhava nova motivação para prosseguir a caminhada de combate, que já ia longa, e que já provocara incalculáveis perdas.

4) Disseminar pelos leitores estrangeiros do *Mercúrio Português* aquela que seria *a verdade* dos factos. Por diversas vezes, o discurso do periódico estava orientado para a desacreditação do que vinha mencionado nas *Gazeta*s castelhanas e, por conseguinte, era determinante que uma outra versão fosse difundida pela Europa fora; para alcançar esse fim, engrandecer os triunfos portugueses e embaraçar o inimigo afigurava-se como uma estratégia credível;

5) Desestabilizar os responsáveis castelhanos e o próprio exército seria também um motivo fundado para que uma boa parte dos conteúdos panfletários fizesse referência a aspectos positivos de Portugal e a aspectos negativos relacionando Castela – assim, poder-se-iam recolher dividendos graças a uma hipotética inquietação que o *Mercúrio* pudesse gerar nas hostes do inimigo.

O desprestígio isolado a Castela também teve uma percentagem significativa, colhendo 11% das matérias totais e 16% das linhas de informação. Outras situações que não se enquadram nas três categorias dispostas tiveram, igualmente, números expressivos. Exemplos como o saque, por parte das tropas portuguesas, de diversos animais que depois se perdiam pelo caminho ou o facto de alguns camponeses serem chamados à luta por vez do exército – acontecimentos classificados como positivos e negativos para Portugal – deram azo a 11% das matérias totais e 13% das linhas informativas.

Assim sendo, a hipótese 11 terá de ser aceite e o seguinte trecho preconiza a ideia subjacente a ela:

> *Mercúrio Português* de Junho de 1665
> Foi verdadeiramente gloriosíssima para Portugal esta defesa pela fraqueza da praça com tão poucos soldados, pelo grande poder e furiosa obstinação dos inimigos, que envergonhados da resistência pelejavam já pela reputação. Sempre viverá a memória de tais defensores, cujos nomes pregoará a fama, ainda que, ou forçada, ou mal cortada, os cale a pena.

Quadro 14
Protagonistas sociais nas matérias do *Mercúrio Português*

Período do *Mercúrio*	**Soberanos e similares (%)**	**Nobres (%)**	**Clérigos (%)**	**Soldados (%)**	**Comerciantes, empreendedores e outros burgueses (%)**	**Povo (%)**
1663-1666	15	22	9	49	2	3
1667	23	18	11	41	2	4
Total	**15**	**21**	**9**	**49**	**2**	**3**

Os quadros das tabelas 8 e 9 comprovam as hipóteses levantadas para cada um destes casos, isto é, as hipóteses 12 e 13.

Com efeito, as notícias abordam na sua essência os homens das elites, geralmente envolvidos nos conflitos bélicos da Restauração, deixando para segundo plano o povo, burgueses e pessoas ligadas ao comércio. Olhando para os números, é possível verificar que quase metade das referências (49%) concerne a soldados; num outro patamar encontram-se os Soberanos e Nobres – que trocam de posições nos dois períodos em análise – com 15% e 21% respectivamente, no total. Os Clérigos também possuem uma cifra assinalável (9%) e, finalmente, com percentagens muito reduzidas, o povo (3%) e indivíduos com ligações ao mercantilismo (2%).

Quadro 15
Protagonismo do género nas matérias do *Mercúrio Português*

Período do *Mercúrio*	Protagonista femininas individuais (%)	Protagonista femininas colectivas (%)	Protagonista masculinos individuais (%)	Protagonista masculinos colectivos (%)	Protagonista institucionais colectivos (%)	Outros protagonistas colectivos (%)
1663-1666	5	3	69	18	3	2
1667	4	2	65	15	9	4
Total	**5**	**3**	**68**	**18**	**4**	**2**

Este privilégio concedido aos soldados é facilmente inteligível, na medida em que o grosso das matérias se reporta aos conflitos que opuseram os países ibéricos. Sobre esta questão, convém salientar a altivez de que os soldados lusos comungavam. Quer fosse pela intrepidez em plena batalha, quer fosse pela lembrança dos serviços manifestados aquando de um falecimento, os soldados portugueses foram alvo de elogios permanentes pelos jornalistas do *Mercúrio Português*.

Pelo estatuto vigente na sociedade seiscentista, também não surpreendem os dados referentes aos Soberanos e Nobres, que, juntos, perfazem 36% dos protagonistas sociais presentes no *Mercúrio Português*. Da mesma forma, considerando o papel fundamental desempenhado pela Igreja na estrutura hierárquica portuguesa, os 9% atribuídos a pessoas ligadas a esta doutrina parecem adequados e comprovam a importância da ordem clerical no funcionamento da sociedade.

No plano do género, os dados dizem que as menções a personagens femininas, sejam individuais ou colectivas, têm uma representatividade muito baixa, ao contrário das personagens masculinas, que detêm a maior fatia nesta problemática. Pode desde logo concluir-se que havia, no período seiscentista, um pendor ideológico, uma vez que respeitava a hierarquia social vigente naquele tempo.

Em termos comparativos entre os dois períodos, a nota de maior realce vai para o aumento da percentagem de protagonistas institucionais colectivos – 3% na primeira fase e 9% na segunda –, algo que coincide com o abrandamento das referências aos protagonistas masculinos individuais (69% para 65%), que, ainda assim, detêm a hegemonia nos dos períodos, assim como nos resultados totais.

Considerações finais

Após uma análise exaustiva do universo discursivo sobre o qual se debruçou o *Mercúrio Português* e do modo como o periódico perspectivou esse mesmo universo, importa que, sinteticamente, se reafirmem as principais ideias a extrair desta pesquisa.

A nível temático, a diversidade de assuntos existiu e foi evidente, muito embora tal não se possa assemelhar àquilo que, por exemplo, ocorre nos jornais generalistas dos tempos presentes. A Guerra da Restauração monopolizou as atenções do periódico e influenciou a acção deste, quer na sua objectividade quer no seu recurso às fontes. Não houve lugar para uma abordagem constante e consistente que assim permitisse uma análise mais aprofundada de outras vertentes temáticas.

As ocorrências políticas, as festas (muitas vezes religiosas e dadas por pessoas de relevância social elevada), ou a menção a assuntos relacionados com as colónias portuguesas assinalaram a excepção a uma regra que se definiu pelo privilégio de notícias sobre o conflito luso-castelhano. Mesmo quando esta regra diferia das habituais referências bélicas e eram mencionados acontecimentos ligados a outros temas, estes poucas vezes eram enfatizados e elevados pelo *Mercúrio*.

É importante também reforçar e sintetizar, a partir do que foi referido atrás nesta reflexão, quais foram os propósitos informativos pelos quais o *Mercúrio* norteou a sua acção noticiosa. Desde logo, o periódico procurou estabelecer-se como concorrente das gazetas sediadas em Castela, cujo compromisso com a imparcialidade e veracidade dos factos seria, no entender do jornal português, dúbio e até inexistente. A tentativa de contradizer a imprensa espanhola foi evidente e ocorreu de um modo transversal por todo o jornal. Esta foi, aliás, uma das marcas que podem ser reconhecidas no *Mercúrio Português*. Os relatos descritivos dos factos associados à Restauração (fossem eles políticos ou militares) não eram suficientes, o *Mercúrio* sentiu a necessidade de, por diversas vezes, consultar e dar conta daquilo que os jornais castelhanos publicavam de modo a poder contestar essas mesmas informações.

Conclui-se que o *Mercúrio Português* tentou sempre ir ao encontro daquelas que considerava ser as necessidades informativas dos portu-

gueses, funcionando ao mesmo tempo como um veículo massificador de apologia das intenções de reposição da independência de Portugal. Para isto, o *Mercúrio* não hesitou em adoptar um tom discursivo hiperbólico que assentava no princípio de uma legitimidade pré-adquirida da autonomia lusa em relação a Espanha. Uma posição nacionalista que toldou e comprometeu, em muitos casos, a objectividade que o jornal, apesar de tudo, apregoou.

O *Mercúrio Português* patenteou, além disso, um carácter excessivamente propagandístico e panegírico em redor dos interesses portugueses na Guerra da Restauração e das figuras dos reis D. João IV e D. Afonso VI. De resto, este registo foi ao encontro de uma conjuntura política, social, diplomática e militar que marcou a sociedade seiscentista portuguesa (Dias, 2010, p. XXXI). O *Mercúrio* procurou defender, ao mesmo tempo, os interesses de Afonso VI, ao assumir-se como órgão defensor da causa restauradora. Isto porque D. Afonso VI apenas poderia ser proclamado rei quando a restauração da independência de Portugal fosse oficializada.

A propensão nacionalista do *Mercúrio* é sustentada, de igual modo, pela referida fidelidade à Casa Real de Bragança. O jornal não aceitou nunca a soberania de Filipe IV de Espanha, nem acatou (apesar da importância que a vertente religiosa assumiu na sua narrativa) a posição da Santa Sé e de nações proeminentes sobre esta matéria. D. Afonso VI era visto como o rei português, ao contrário de Filipe III, mesmo tendo a Igreja uma posição oposta. Tudo isto serviu para oferecer uma visão que remeteu o *Mercúrio Português* para uma posição simplista e fora dos cânones analíticos do jornalismo da actualidade.

Por outro lado, a forma como o periódico espelhou a realidade que o circundava pode ser vista de uma maneira diversa. O primeiro facto a assinalar, e talvez aquele que mais salta à vista, é o modo redutor e limitado como o *Mercúrio* observou o mundo, circunscrevendo-o quase sempre à Península Ibérica e aos seus assuntos. Pouco mais existiu para lá desta área geográfica e dos dois reinos ali localizados. Normalmente, outras nações, que não as de Portugal e Castela, só eram referidas pelo jornal caso a sua acção ou o seu estatuto interferissem com o desenrolar da guerra.

O pensamento maniqueísta e dicotómico alicerçado no conflito entre Portugal e Espanha foi outra das marcas indeléveis deste jornal seiscentista. Segundo o periódico, os portugueses lutavam com fulgor e galhardia, com motivações de uma justiça indiscutível, enquanto os castelhanos procuravam, de uma maneira intolerável e ilegítima, contrariar as aspirações lusas.

Porém, se este simplismo foi evidente, há que realçar também a presença de critérios e marcas tidas, ainda nos dias de hoje, como intemporais ao abrigo dos estudos teóricos de jornalismo. Os acontecimentos que foram noticiados (valores-notícia), a necessidade de reafirmar o compromisso com a veracidade dos factos (objectividade) e a preocupação em sustentar o que era declarado (recurso às fontes de informação) são disto o melhor traço exemplificativo.

Também o registo linguístico assumiu uma certa alternância no seu estilo. As narrações dos acontecimentos que o *Mercúrio* destacou, primavam pelo detalhe, evidenciando uma tendência perceptível para uma escrita descritiva e que procurava, de forma precisa, informar os seus leitores. No entanto, este género mais sóbrio resvalava, em muitas ocasiões, para um género dramático e hiperbólico, que abandonava a função puramente informativa para assumir um cariz politizado e sectário.

Esta dualidade estilística do *Mercúrio Português* fez com que o próprio estudo fosse, também ele, um exercício com marcas dualistas. De um lado os pressupostos comungados actualmente, do outro a necessidade de adaptação do pensamento perante uma concepção própria da época em que o jornal surgiu. Tudo tendo por base um período histórico conturbado para Portugal, que coincidiu com um tomar de consciência do poder do jornalismo por parte de vários reinos europeus.

É também relevante que se retirem ilações relativamente ao prisma quantitativo que direccionou esta investigação. Em primeiro lugar, urge reconhecer a dupla orientação que norteou os conteúdos do *Mercúrio Português*: por um lado, houve a intenção inequívoca de dar a conhecer as mais variadas notícias sobre as individualidades mais marcantes da época, com um claro enfoque para as incidências da Guerra da Restauração, que estava na sua fase final; por outro lado, houve uma tentativa deliberada de imprimir um estilo propagandístico ao jornal, no sentido

de legitimar o movimento restauracionista ocorrido em 1640. Os leitores deste periódico, assim sendo, puderam ler os demais sucessos bélicos (e alguns insucessos) que os portugueses iam conquistando na contenda com os castelhanos, assim como outros assuntos, mas também liam matérias sem cunho noticioso.

O redactor do jornal, António de Sousa de Macedo, assim como o seu prossecutor anónimo, demonstraram uma preocupação em transmitir os acontecimentos positivos da Guerra da Restauração sob o prisma português. Ao longo dos mais de 50 números que compilam o *Mercúrio Português*, pode observar-se uma tendência para relatar os êxitos alcançados, ocultando desaires de envergadura assinalável que, certamente, surgiram e, simultaneamente, desvalorizar o rumo que Castela ia tomando, numa perspectiva comparativa com Portugal. De forma esporádica, apareciam algumas referências negativas para as cores lusitanas (a perda de algum militar com uma alta patente, uma praça perdida para o inimigo, a perda de gado que se furtava), contudo, eram acontecimentos de pouca relevância, quase insignificantes, pelo que era impossível descortinar uma supremacia espanhola no âmbito das batalhas que se iam travando

Outro ponto fulcral para se entender o *Mercúrio Português* prende-se com a tentativa de endeusamento do soldado português. Ora, esta espécie de herói colectivo era alvo de inúmeros galanteios, pelos feitos inigualáveis que granjeava e pela bravura demonstrada perante os inimigos espanhóis. Tal como em relação ao reino e aos seus representantes, Sousa de Macedo não se coibiu de evocar as qualidades que os soldados emprestavam em nome de Portugal renascido. Ainda neste ponto, não é de somenos fazer de novo referência à característica *milagreira* patenteada ao longo dos quase cinco anos de publicação mensal: muitas vezes, procurou-se justificar os avanços conquistados na contenda com menções à intervenção divina; era ela que regulava o conflito e quem impelia a coragem e a ousadia das tropas lusas que se agigantavam face a um inimigo de maior dimensão.

Com o afastamento de Sousa de Macedo, o critério editorial sofreu um ligeiro desvio, atendendo, por exemplo, ao aumento do volume de notícias a respeito de países estrangeiros, que, por sua vez, forneciam

assuntos que porventura agradariam a uma franja considerável dos leitores. Ainda assim, pode afiançar-se que houve uma tentativa deliberada em publicar as matérias mais relevantes e interessantes para o público-alvo. Tal como no jornalismo hodierno, no século XVII ressalvava-se, de alguma forma, a teoria do *agenda-setting* em relação ao *Mercúrio Português*, pois privilegiou os conteúdos em função dos leitores e dos interesses a eles acoplados. Neste caso concreto, os interesses balizavam entre o apologismo ao movimento restauracionista e as novas que decorriam dos conflitos envolvendo Portugal e Espanha.

Pôde verificar-se igualmente que, em comparação com a *Gazeta* da "Restauração", o *Mercúrio Português* apresenta algumas diferenças no que ao volume das notícias diz respeito. Dissecando ambas as publicações, denota-se claramente uma tendência para publicar menos notícias, mas com um desenvolvimento mais amplo, na obra de António de Sousa de Macedo. Esta opção demonstra que houve o cuidado explícito de relatar detalhadamente os acontecimentos, fornecendo muitas pistas para uma compreensão mais bem conseguida. Em alguns casos, aliás, as matérias eram tão densas que poderiam considerar-se como um esboço de um outro género jornalístico, a reportagem.

Outro ponto chamativo concerne à pouca precisão numérica quando se pretendia detalhar um acontecimento. Em algumas situações, o redactor era incapaz de facultar um número exacto – sugeria diversas hipóteses quando, por exemplo, se tratava de um pagamento ou de algum saque cometido contra o inimigo. Esta falta de minúcia pode ser explicada das seguintes formas: i) o jornalista não teve o cuidado de saber o valor rigoroso, revelando, assim, desleixo perante o seu público; ii) a informação ter-lhe-á sido partilhada dessa forma, pelo que as próprias fontes também não sabiam precisar a informação; iii) os meios de que dispunha, numa altura em que a actividade jornalística era incipiente, para averiguar a veracidade não lhe permitiam saber ao certo determinados valores.

Finalmente, convém salientar que os dois períodos do jornal aqui analisados – vigência de Sousa de Macedo entre 1663 e 1666 e os setes meses em 1667 de autoria desconhecida – não apresentam diferenças significativas. Portanto, o autor que terá redigido as matérias de 1667

estava ao corrente dos critérios editoriais que pautaram o seu funcionamento desde 1663 e era, certamente, uma pessoa próxima e da confiança de António de Sousa Macedo. Talvez por essa razão, por não apresentar um estilo dissemelhante, a duração do *Mercúrio* não tenho ido para além de Julho de 1667, fechando um ciclo da imprensa periódica portuguesa seiscentista.

Bibliografia

Anselmo, Artur. (1988). Origens da Imprensa Periódica: Relações, *Gazeta* e *Mercúrio*s. In: *Jornal de Notícias,* suplemento da edição de 1 de Junho de 1988. Porto, pp. 5 e 15.

António Sousa de Macedo. *In:* Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume VI. (1904-1915). Lisboa, João Romano Torres – Editor. [Em linha]. Disponível em http://www.arqnet.pt/dicionario/sousamacedo1.html. [Consultado em 16/05/2011]

Araújo, D. S. (1986). *Vamos Falar de Jornalismo*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social.

Arouca, J. F. (2003). *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVII.* Lisboa: Biblioteca Nacional.

Autor Anónimo [Atribuído a Herculano, A.] (1838, 31 de Março). *Gazeta*s. Origem das *Gazeta*s em Portugal. *Panorama*, n.º 48.

Autor Anónimo [Atribuído à Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis] (1842, 22 de Outubro). António de Sousa de Macedo. *Panorama*, n.º 43.

Azevedo, J. L. (1926). *Cartas do Padre António Vieira, Coordenadas e anotadas por José Lúcio d'Azevedo.* Vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade [Cartas escritas entre 1664 e 1665].

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.

Bernardes, J. A. C. (Dir.) *et al.* (1995). *Biblos.* Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa. Vol. III. Lisboa: Verbo.

Bessa, A. (1904). *O Jornalismo: Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias.* Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares de Castro.

Bigotte Chorão, J. (Ed.) (1999). *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.

Bompiani, V. (Dir.) (1979). *Dicionário Biográfico Universal de Autores.* Vol. IV. Lisboa: Realizações Artis.

Boudon, R. (1989). *Os Métodos em Sociologia*. São Paulo, Editora Ática.

Bryman, A. (2008). *Social Research Methods*. Nova Iorque, Oxford University Press.

Carvalho, F. A. M. (1976). *Dicionário Bibliográfico Militar Português.* Vol. II. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa. [Edição original de 1891].

Castelo-Branco, F. (1990). *Lisboa Seiscentista.* Lisboa: Livros Horizonte.

Castelo-Branco, F. (1956, 2.º trimestre). O primeiro semanário lisboeta e português. *Revista Municipal,* vol. XVII, n.º 69.

Coelho, J.P. (1984). *Dicionário de Literatura*. Vols. I e II. Porto: Figueirinhas.

Crato, N. (1982). *A Imprensa – Iniciação ao Jornalismo e à Comunicação Social.* Lisboa: Presença.

Cruz, A. (1990). Imprensa periódica. *In: Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest e Publicações Alfa Lda.

Cunha, A. (1932). O Jornalismo. As Relações de Manuel Severim de Faria e as *Gazeta*s da Restauração. Os *Mercúrio*s. Quem Foi o Primeiro Periodista Português. *In: Sampaio, A. F. História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Vol. III. Lisboa: Bertrand.

Cunha, A. (1939). Olisipo, Berço do Periodismo Português. O Tricentenário da "*Gazeta*" Cognominada "da Restauração". Separata da revista *Olisipo*, nºs. 7 e 8.

Cunha, A. (1941). *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Separata das Memórias da Academia das Ciências, classe Letras, 4. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Cunha, A. (1941 b). *Relances Sobre os Três Séculos do Jornalismo Português. Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas,* n.º 4 (Comemorativo do Tricentenário da *Gazeta*), Outubro/Novembro/Dezembro de 1941.

Cunha, A. (1898). *La Presse Périodique en Portugal. Bref Mémoire Présenté au Cinquième Congrès International de la Presse, à Lisbonne.* Comunicação ao V Congresso Internacional da Imprensa, Lisboa. Lisboa: Diário de Notícias.

Cunha, A. (1914). *O "Diário de Notícias". A Sua Fundação e os Seus Fundadores. Alguns Factos para a História do Jornalismo Português*. Lisboa: Tipografia Universal.

Cunha, Isabel Ferin. (2004). Repensar a investigação empírica sobre os Media e o Jornalismo. [Em linha]. Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.pdf. [Consultado em 18/01/2012].

Dias, Eurico Gomes. (2010). *Olhares sobre o "Mercurio Portuguez" [1663 - 1667]. Transcrição e comentários.* Lisboa, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Faria, M. I. R. e Faria, M. G. P. (1975). *Índice do "Mercurio Portuguez"*. Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XXXII. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.

Ferreira, Maria Fernanda Casaca. *Mercúrio Português*. [Em linha]. Disponível em http://purl.pt/369/1/ficha-obra-mercurio.html [Consultado em 12/02/2012]

Figaniére, J. C. (1850). *Bibliografia Histórica Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Panorama.

Fonseca, M. (1927). *Elementos Bibliográficos para o Estudo das Guerras Chamadas da Restauração.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

Galtung, Johan e Ruge, Mari Holmboe. (1973). A estrutura do noticiário estrangeiro. A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. *In:* Traquina, Nelson. (org.) (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa, Vega, pp. 61-73.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume XII. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda.

Heitliger, Paulo. (2006). *Tipografia: Origens, Formas e Uso das Letras*. Lisboa, Dinalivro.

Huot, R. (2002). *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas.* Lisboa, Instituto Piaget.

Lemos, M. (Dir.) (1900). *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada – Dicionário Universal.* Vol. VI. Porto: Lemos & Co.

Machado, Á. M. (Org.) (1996). *Dicionário de Literatura Portuguesa.* Lisboa: Presença.

Machado, D. B. (1741). *Biblioteca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica, na Qual Se Compreende a Notícia dos Autores Portugueses, e das Obras que Compuseram Desde o Tempo da Promulgação da Lei da Graça, até o Tempo Presente.* Vol. I. Lisboa Ocidental: António Isidoro da Fonseca. [Versão digitalizada pela Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra].

Martins, R. (1941). *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, Lda.

Marques, A. H. de Oliveira. (2006). *Breve História de Portugal.* Lisboa, Editorial Presença.

Moreirinhas Pinheiro, J. E. (1971). *Notícias Históricas de Lisboa na Época da Restauração. Extractos da Gazeta e do Mercúrio Português*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Neves, J. A. (1989). *História Breve da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo.* Lisboa: Direcção Geral da Comunicação Social.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Porto, Edições Afrontamento.

Pena Rodriguez, A. (1996). História do jornalismo português. In Pizarroso Quintero, A. (Coord.). *História da Imprensa.* Lisboa: Planeta Editora.

Pereira, A. X. S. (1897). *Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada Pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada.* Lisboa: Imprensa de Libano da Silva.

Pinto de Matos, R. (1878). *Manual Bibliográfico Português de Livros Raros, Clássicos e Curiosos.* Porto: Livraria Portuense.
Ramos, Rui (coord.), Monteiro, Nuno Gonçalo e Sousa, Bernardo Vasconcelos e. (2010). *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros.

Remédios, M. (1914). *História da Literatura Portuguesa.* 4ª edição. Coimbra: Atlântida.

Rocha, J. L. M. (1998). *O Essencial Sobre a Imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Rocha, M. M. M. (1990). *A Promoção da Imagem do Rei D. Afonso VI e do Governo de Castelo-Melhor no "Mercurio Portuguez",* Tese de mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa (Época Moderna) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Rodrigues, E. (1998). *Mágico Folhetim – Literatura e Jornalismo em Portugal*, Colecção Artes e Ideias. Lisboa, Editorial Notícias.

Rosado, N. (1966). *A Imprensa.* Colecção Educativa, n.º 11. Lisboa: Ministério da Educação Nacional/Direcção-Geral do Ensino Primário.

Saraiva, A. J. e Lopes, Ó. (1982). *História da Literatura Portuguesa*, 12ª edição. Porto: Porto Editora.

Silva, I. F. (1859). *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Tomos I, III e VI. Lisboa: Imprensa Nacional.

Silva, I. F. S.; Aranha, P. (1987). *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Silva Lopes, V. (1980). *Iniciação ao Jornalismo.* Lisboa: Quid Juris.

Sousa, J. F. (1941). No tricentenário do jornalismo português. *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 4 (Comemorativo do Tricentenário da *Gazeta*), Outubro/Novembro/Dezembro de 1941.

Sousa, J. P. (2008). *Os Estudos Jornalísticos após 1950: a Consolidação de um campo científico.* [Em linha]. Disponível em http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-estudos-jornalisticos-apos-1950.pdf. [Consultado em 10/12/2011].

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media,* 2ª edição revista e ampliada. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. (2008). Uma história do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. *In:* Sousa, J. P. (Coord.) *et al. Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa.* Perspectivas Luso Brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. (2009). A acção jornalística dos gazeteiros portugueses da primeira metade do século XVII. *In: Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, n.º 6, [pp.18 - 28]

Sousa, J. P. (coord.) *et al.* (2010). *O Pensamento Jornalístico Português, das Origens a Abril de 1974.* Covilhã: Livros LabCom.

Sousa, J. P. (2010). Relembrando o contexto histórico: Portugal 1644 – 1974. *In:* Sousa, J. P. *et al.* (2010). *O Pensamento Jornalístico Português.* Vol. I. Covilhã: Livros LabCom.

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição revista e aumentada. Lisboa, Editorial Caminho.

Traquina, Nelson (1988). As notícias. *In :* Traquina, Nelson. (org.) *et al.* (1993). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias".* Lisboa, Vega. pp. 167-176.

Traquina, Nelson. (2002). *Jornalismo*. Lisboa, Quimera Editores, Lda.

Tuchman, Gaye. (1978). A objectividade como ritual estratégico : uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. *In:* Traquina, Nelson. (organ.) *et al.* (1993). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias".* Lisboa, Vega. pp. 74-90.

Túlio, S. (1866). Introdução bibliológica. *In:* AA.VV. I *Brinde Aos Senhores Assinantes do Diário de Notícias.* Lisboa: Tipografia Universal.

Wolf, M. (1995). *Teorias da Comunicação.* Lisboa, Editorial Presença.

Veloso, L. M. (2005). A Gazeta da Restauração e o nascimento da imprensa periódica portuguesa. *In:* Ruas, J. (Coord.). *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: INAPA.

Veríssimo Serrão, J. (1980). *História de Portugal - A Restauração e a Monarquia Absoluta* [1640 - 1750]. Vol. V. Lisboa, Editorial Verbo.

Vieira, A. (1735). Cartas do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu Tomo Primeiro. Offerecido ao Eminentissimo Senhor Nuno da Cunha e Attayde. Lisboa, Officina da Congregação do Oratorio. [Em linha]. Disponível em http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01950810#page/87/mode/1up [Consultado em 06/06/2011].

CAPÍTULO 4

Análise formal do *Mercúrio Português*

Mário Pinto[1]

Se a consulta de um jornal português de antanho for ditada tão-só pela curiosidade de saber que assuntos preenchiam as suas páginas ou como eram tratados (e redigidos), uma leitura de superfície será suficiente para satisfazer tal desiderato. À semelhança, aliás, do que acontece em relação à de qualquer dos seus parentes hodiernos se o motivo for apenas mantermo-nos minimamente informados acerca dos principais temas da actualidade. Sendo diversas as formas de ler um periódico, tudo depende do objectivo perseguido, o qual será determinante do maior ou menor empenho posto na tarefa. E o *Mercúrio Portuguez*, periódico que subjaz a esta reflexão, não constitui excepção.

Ora sendo de outra índole o fim *hic et nunc* visado − fundamentação de um trabalho académico − necessariamente diferente terá de ser a abordagem, a qual é imperioso imbuir da reclamada profundidade, condição *sine qua non* para a consecução da inerente cientificidade. Requisito que não retirando o prazer da leitura antes aumentará o seu deleite em resultado das informações que vão sendo recolhidas e que, uma vez compaginadas e concatenadas, permitirão plena fruição do todo textual.

Tarefa facilitada, na situação em apreço, porquanto a abordagem ora iniciada beneficia da minuciosa contextualização (efectuada nos capítulos precedentes) do *Mercúrio* dos ângulos mais pertinentes, fulcrais para a sua cabal compreensão. Razão bastante para, abstraindo os aspectos conteudísticos, nos debruçarmos preferencialmente sobre os formais: a linguagem, a construção frásica, *et maxime*, sobrepujando-os, a grafia dos vocábulos.

[1] Professor de Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal). Email: mariojfpinto@gmail.com

Antes, porém, de iniciarmos a disquisição propriamente dita justifica-se e impõe-se acrescer aos dados compilados alguns outros elementos tendentes a esclarecer o enquadramento epocal.

Proceder, a partir da hodiernidade e com base nos conceitos vigentes, à exegese dos textos do *Mercúrio Portuguez*, grafados e publicados num passado assaz recuado (mais concretamente entre Janeiro de 1663 e Julho de 1667, portanto, há quase três séculos e meio) e em circunstâncias muito específicas, porque num contexto sócio-cultural, político e económico peculiar, pode constituir um repto aliciante (e assim acontece, de facto), mas cuja concreção implica a superação de numerosos obstáculos e dificuldades de diversa índole (e não só as decorrentes das transformações gráficas entretanto ocorridas), de que se antevê pejado o percurso.

No essencial, por estar em causa uma época, a Clássica, dotada de uma idiossincrasia muito própria, mormente se nos reportarmos ao seu segundo período, o seiscentista (com início no último quartel do século XVI), comummente designado barroco. Com efeito, é na sequência de uma fase a vários títulos estuante da vida nacional e graças à acção da vasta plêiade de artistas que com a sua produção enriqueceram de forma notória as letras pátrias – recordar que nela pontifica, como seu expoente máximo, Camões, é o *quantum satis* para o garantir –, que a língua ganha uma maleabilidade e um amadurecimento que fazem deste o período áureo da prosa nacional, tal como o precedente o fora em relação à poesia. E se, na transição ocorrida, esta regride (artificializando-se e futilizando-se), já a prosa, ao invés, fruto da plasticidade que imbui a língua consegue alcandorar-se, e em todos os seus géneros, a uma elegância assinalável. Seja qual for o ângulo sob o qual a perspectivemos − quer se trate da oratória (com o Padre António Vieira como vulto mais representativo), da didáctica, do epistolar ou do histórico −, é o esplendor da prosa barroca, incisiva, penetrante, mas sempre de uma riqueza ímpar.

Características que vêm acrescer ao carácter hercúleo da tarefa antes referida outras dificuldades, e não de menor monta, entre as quais se destaca a ontogénese entretanto ocorrida (e, com a aplicação do chamado Acordo Ortográfico, ainda em curso), que mais complexifica a sua concreção. Desde logo porque, não sendo a língua um corpo inerte, antes algo em permanente devir, seja na semântica seja na sua estrutura, *ab initio* se adivinhava dela irem emanar surpresas mais ou menos impactantes, e se receavam obstáculos de envergadura, que a disquisição efectuada só parcialmente veio confirmar. De facto, o que mesmo uma primeira leitura (*à vol d'oiseau*) permite inferir – quem sabe se devido ao género que lhe subjaz (o jornalístico) ou ao tom coloquial que,

pontualmente, o embebe – é a inexistência de verdadeiras barreiras intransponíveis para a intelecção do narrado, além de ser digno de realce o rigor e correcção dos textos em análise. Ademais, graças a uma construção frásica em que, em perfeita simbiose, se mesclam e fundem a ordem sintáctica lógica (que visa a correcção) e a ordem sintáctica psicológica (que busca a riqueza expressiva), o resultado é um texto vivo, apelativo, motivador. Razão por que nos deteremos preferencialmente sobre o discurso.

Concluído este preâmbulo contextualizador (sucinto, como deve ser, mas que reputamos clarificador dos objectivos perseguidos), passemos então à análise do conjunto dos textos em apreço. A qual terá necessariamente de ser bipartida de molde a permitir equacionar, num primeiro momento, as vertentes mais usuais – da léxico-semântica à estilística, passando pela morfo-sintáctica –, contempladas, sempre que possível, de diferentes prismas; e, na segunda parte (em que nos deteremos exclusivamente sobre a grafia das palavras à época), a procura de explicações para o uso dessa grafia (aleatória?, legitimada?) e sua posterior evolução até aos nossos dias.

Parte I

1. Discurso

No que ao discurso concerne, o que desde o primeiro contacto chama a atenção é a lhaneza da linguagem, de nível corrente/cuidado mas sem procurar alardear erudição, nível plenamente justificado pelo público-alvo, constituído prioritariamente pela aristocracia, pela burguesia (emergente) endinheirada e pelo clero instruído.

Opção de que resulta pontificar, ao longo dos 58 números do jornal, um discurso claro e coeso, pontualmente com laivos de elaborado e uma construção consentânea, em que nada é descurado e os aspectos fundamentais são escrupulosamente observados: uma escrita aprazível, de assinalável fluidez, polvilhada de termos de uso menos comum, a indiciar elevação, destarte dando inquestionável contributo para o cabal cumprimento da dimensão formativa (complementar da informativa) − de que este exemplo, no nº 54 (de Março de 1667), é lapidar: "Está Albuquerque (cujo nome he corruptella de Alba Quercus, que val o mesmo que Carvalho Branco, armas desta villa)" − que ao periódico impende e à qual este faz plenamente jus.

1.1. Níveis de linguagem

Se, como antes dissemos, o nível corrente é o preferencialmente usado (sem ser hegemónico), tal não constitui óbice às frequentes incursões no domínio do cuidado, de que estes exemplos são prova concludente:

Nº	Mês	Ano	Vocabulário cuidado
5	Mai	1663	"para vinganças & para **latrocinios**"
15	Mar	1664	"cousas **concernentes** às ceremonias"
38	Nov	1665	"domìna muita terra para se auirem muitos lugares" "e nos lugares visinhos temos já **auindos**, tributários, & obedientes mais de quatro mil casaes, com grande contentamento seu."
53	Fev	1667	"por castigo da culpa de virem seruir em hũa guerra injusta, só pelo **estipêndio**" "parecendolhe conueniente mandar queimar as barcas por donde de inuerno se conduzem os **bastimentos** por Guadiana abaixo"
54	Mar	1667	"o dia que cometeo tão **execrando** homicidio"
58	Jul	1667	"cujo maior **encomio** he seu proprio Apelido."

Mas assim como não é visível a preocupação de ostentar erudição, também não se percepcionam cedências ao populismo − até por apenas subsecivamente visar as camadas populares, que, dado o analfabetismo campeante, se cingiam a ouvir ler nas feiras e noutros aglomerados os conteúdos noticiosos − , veleidade que o público-alvo (antes identificado) não lhe consentiria. Do que resulta ser residual o número de palavras (por norma vicárias) e expressões de cariz popular, que, *ipso facto,* não maculam minimamente a globalidade dos textos (compromisso que merece ser sublinhado), como nos exemplos a seguir aduzidos se pode confirmar:

Nº	Mês	Ano	Vocábulos/expressões pendor popular
4	Abr	1663	"& outras **patranhas** nunca imaginadas, & sem algum fundamento."
24	Out	1664	"& ajuntando **cousa de** duzentos lauradores, o fez"
38	Nov	1665	"cheo de horror, & cõfusaõ **a ferro, & fogo**"

39	Dez	1665	"Pudéramos destruir Castella se o não impedira a falta que tiuemos de mantimentos; a **novidade** de trigo"
40	Jan	1666	"sahio de Serpa en 21. deste **cõ cousa** de 2000 cauallos, e outros tãtos infantes"
46	Jul	1666	"& meteo em Chaues **cousa** de duzentos cauallos que sô tinha"
47	Ago	1666	"Este affirma com toda a verdade (a que todas as naçoens contribuem tantos milhares de **testemunhas de vist**a)
51	Dez	1666	"aos Castelhanos, que vendonos mudos, imprimiam licenciosamente relaçoens fantasticas do que dêsejauam […] parecendolhes que **en callarmos, consentiamos;**"

Plebeísmos que só muito esporadicamente descem ao limiar do prosaico (jamais o ultrapassando) e, sempre que tal ocorre, em situações relacionadas com os castelhanos relativamente aos quais é indissimulável a animosidade do(s) redactor(es), como nos próximos exemplos:

Nº	Mês	Ano	Vocábulos/expressões pendor prosaico
14	Fev	1664	"Naõ se pòde negar que saõ **bisarros farsantes** os Castelhanos"
42	Mar	1666	"**Raivosos** os Castelhanos de tantas entradas"
46	Jul	1666	"Pello mar também, sem termos armada, lhe **demos na cabeça.**"
47	Ago	1666	"& cujo applauso deve ser desengano aos Castelhanos, & a seus amigos, **se tiverem olhos**, do que he Portugal"
51	Dez	1666	"Conseguio o intento que o incitou a escreuer, que foi **tapar a boca aos** Castelhanos"

Vocábulos que em casos pontuais caíram em desuso − alguns, como o segundo ("aproxes"[2]), já nem se encontram registados nos dicionários, enquanto outros (o primeiro ("folheiro"), o quarto ("rotas") e o sétimo ("fechos")), conquanto o estejam, não têm significado consentâneo com o contexto em

[2] Apenas se encontra no Houaiss, mas com outra grafia: approche ("entrincheiramento realizado pelo exército em local sitiado, a fim de travar combate e abrigar-se dos efeitos da reacção").

que são utilizados, o que pode constituir obstáculo à descodificação da mensagem − mas que na esmagadora maioria ainda estão dicionarizados (o que atesta a sua vigência) não obstante ser esporádico o seu emprego:

Nº	Mês	Ano	Vocábulos caídos em desuso
8	Ago	1663	"contandolhe o sucesso, & dizendolhe, que o que o ferira se não hauia de ir gabar disso ao **folheiro**"
18	Jun	1664	"Por esta difficuldade se determinou a atacar a Praça com **aproxes**, hum dos quais se encarregou ao Cõde de S. Ioaõ."
20	Jul	1664	"ficàrão os inimigos immoueis, com as **picas** aruoradas, como pasmados"
21	Ago	1664	"âlem de algũas janellas com **rotas**, & comodidades para Damas."
29	Abr	1665	"para **dar comboy âs** carauellas daquella parte para esta."
34	Jul	1665	"pelo que se retirarão, deixando crauada a artilheria, por hauerem fugido os **muleteiros** com as mulas;"
37	Out	1665	"& mais de quinhentos **fechos** de açúcar, alem de outras muitas fazendas"
38	Nov	1665	"Trouxemos quinhentas caualgaduras carregadas de **fato** & outros despojos"
43	Abr	1666	"vinte e sinco cauallos que alli **hauião** chegado **comboyando** hũa cõpanhia de infanteria"
44	Mai	1666	"Veio chegando em **mangas** com o Cõde de Schõberg o resto da gente […]; começauasse a tratar de nos **arrimarmos** com mantas a todo o risco"
45	Jun	1666	"o qual, ficando despido, andaua pedindo pello amor de Deos huma **loba** com que se cobrisse;"
57	Jun	1667	"por ser excesivamente **pingue** o pasto daquelle terreno."

Concomitantemente, outros há cujo significado actual, apesar de manter uma zona comum de significação com a da época a que nos reportamos, adquiriu, com o passar dos anos, novas cambiantes (regra geral pejorativas, exprobráveis) que obstam à sua utilização hodierna. É o caso deste (sublinhado nosso): "& marchou para a peleja na vanguarda da pri-

meira do corno esquerdo" (nº 49, Outubro de 1666), que os dicionários registam ainda na acepção em que foi empregado ("flanco dos exércitos") mas cujo uso seria hoje inimaginável por motivos demasiado óbvios. Não menos paradigmáticos são os casos de 'obrar' (que, significando como verbo transitivo "fabricar; executar; produzir" e como intransitivo "proceder; trabalhar", é usado, na acepção popular, com o sentido de "defecar"), de 'rotos' e de 'mandar àquela parte', cujas 'versões' populares se apresentam imbuídas de conotações objurgáveis:

1.

Nº	Mês	Ano	
31	Jun	1665	"Os mortos não chegâraõ a setecẽntos, passãdo â melhor vida que lhes grãgeou a virtude com que **obràrão** por sua patria." "Não vẽcemos por golpe repentino de fortuna, nẽ por occasião em que o esforço, ou a arte não pudesse **obrar**;"
39	Dez	1665	"embaraços que em seculos naõ concorrem juntos, […] com o que padeceo muito a nossa cauallaria, & não podia **obrar** o a que nos conuidaua a fraqueza do inimigo."
40	Jan	1666	"bem descontente de não **obrar**, estando preparado de muitos dias para esta sahida"
46	Jul	1666	"**obrauam** os inimigos com grande valor"

2.

Nº	Mês	Ano	
42	Mar	1666	"tornou logo a ser **roto**, & deixando a infanteria degolada"
43	Abr	1666	"& sendo ferido mortalmente […] o forte Salamão, hauendo primeiro vingado bem sua morte cõ proezas increiueis, foram **rotos** pello excessivo numero do inimigo;"

3.

Nº	Mês	Ano	
25	Dez	1664	"**mandou** […] com seiscentos cauallos **áquella parte**."

E quase a concluir este breve excurso pelos meandros da vertente léxico-semântica, aduzimos umas quantas situações que se nos afiguram menos cristalinas, por reputarmos duvidosa, no mínimo, a adequação dos vocábulos utilizados aos contextos em que surgem:

Nº	Mês	Ano	Vocábulo de duvidosa adequação
7	Jul	1663	"o montarão em hum cauallo de hum soldado, em que logo sẽ mais **tino** voltou a correr"
12	Dez	1663	"hauia estado **desconfiada da vida**"
17	Mai	1664	"ferindo outros tantos que com **valentia barbara** sairaõ a pelejar em campo razo"
19	Jul	1664	"tomou Deos nosso Senhor as minhas mãos por instrumento do castigo que as **exhorbitancias** do Duque de Osuna merecem"
24	Out	1664	"E o Conde Gouernador das armas he tam **pontual**, que, porque Ioaõ Tristaõ fez aquella entrada sem sua ordem, o mandou prẽder; mas he a causa tal que em certa maneira **doura** as prisoẽs."
30	Mai	1665	"forão neste mez de Mayo em Viana enforcados, & esquartejados, & as cabeças, & **quartos** leuados, & postos em lugares conuenientes."
40	Jan	1666	"que o Conde de Schomberg emviou a S. Magestade a Saluaterra onde **se acha caçado** & S. Magestade mãdou que se puzesse hũ na noua Igreja"
46	Jul	1666	"A vista de tanto poder, nos **desempararam** logo quatro mil dos nossos negros;"

Reparos que de modo algum permitem inferir − e impõe-se sublinhá-lo − constituir o vocabulário usado no *Mercúrio* o seu calcanhar de Aquiles: desde logo por desconhecermos se as reservas atrás formuladas tinham, à época, fundamento (é o risco em que se incorre (talvez mesmo o ónus a suportar) ao analisar à luz dos conceitos vigentes num século (o XXI), algo produzido em outro (o XVII), num contexto epocal sem paralelo com o actual); a que acresce a circunstância, nada despicienda, de considerarmos terem as palavras sido, na esmagadora maioria, objecto de rigorosa triagem, o que, aliado a uma escrita tersa, propicia assinalável visualização do narrado, como o próximo quadro demonstra à saciedade:

Nº	Mês	Ano	Visualização
30	Mai	1665	"forão neste mez de Mayo em Viana **enforcados, & esquartejados, & as cabeças, & quartos leuados**, & postos em lugares conuenientes."
32	Jun*	1665	"El cèlebre Bandarra predixo esta batalla, y la mortandad y gemidos de los vencidos, heridos, y huìdos por toda aquella semana"
34	Jul	1665	"ElRey mesmo […] foi o primeiro que leo a carta […]. Em chegando á palaura destroço, **a deixou cair, ou lhe cahio das mãos**;"
37	Out	1665	"**dando** por desastre o **fogo no payol da poluora**, que **logo a fez voar**, sem de duzentas pessoas que leuaua de mar, & guerra, se salvarẽ mais que cinco"
40	Jan	1666	"sahio de Serpa en 21. deste cõ cousa de 2000 cauallos, e outros tãtos infantes, & marchando nove legoas sẽ descançar atacou a villa […] em que **auia** 4. cõpanhias de cauallo remontadas nas que **auião** sido daquelle famoso regimẽto"
45	Jun	1666	"Era tudo de hum clerigo vindo de Indias, o qual, ficando **despido, andaua pedindo** pello amor de Deos huma **loba** com que se cobrisse; **lastimoso** espectaculo dos **sucessos** da guerra."

1.2. Adjectivo

Ainda no âmbito da linguagem, mas fazendo ponte com a vertente morfo-sintáctica, outro aspecto não menos impactante e, *ipso facto*, a merecer o devido destaque é a adjectivação, copiosa (amiúde dupla ou tripla). Uso que também não pode ser equacionado à luz dos conceitos hodiernos, porquanto (salvaguarda imprescindível), a fazê-lo, forçoso seria ter de o considerar flagrante violação da especificidade do discurso jornalístico informativo cuja neutralidade (peculiaridade que tem, incontornavelmente, de estar omnipresente) não é compaginável com tal profusão de atributos.

Nº	Mês	Ano	Adjectivos
13	Jan	1664	"catorze batalhas **campaes, famosas, & memoraueis**"
38	Nov	1665	"e nos lugares visinhos temos já **auindos, tributários, & obedientes** mais de quatro mil casaes, com grande contentamento seu."

Uso ainda assim facilmente entendível se tivermos em consideração tratar-se, na situação em apreço, de um panegírico, um discurso encomiástico com finalidades explícitas (enaltecimento do rei (concomitante da ocultação dos seus defeitos) e glorificação da campanha da restauração da independência). Desiderato que acaba por justificar (mas não legitimar) a quantidade inusitada de superlativos − propensão adjectivante que leva, por vezes, à junção de dois graus diferentes na mesma frase, aqui exemplificada (nº 43, Abril/1666): "& morreo nelle hum homem **valerosissimo**, & como tal **muito zeloso,** & **fiel** aos Portugueses" −, que os próximos quadros evidenciam:

1.

Nº	Mês	Ano	Superlativo absoluto analítico
4	Abril	1663	"alcançado sobre Lapella grandes vitorias: em Alentejo hũa **muito notauel** de hum exercito Portuguez"
44	Maio	1666	"apresentandose o Gouernador […] com **mũi rasgados** cõprimentos Castelhanos" "porque hauia procedido como soldado **muito honrado.**

2.

Nº	Mês	Ano	Superlativo absoluto sintético
7	Jul	1663	"fazendo nelles **grandissimo** danno."
12	Dez	1663	"poz este Reyno em **grandissimo** cuidado."
15	Mar	1664	"por ser cousa **raríssima** em Espanha"
24	Nov	1664	"por causa de hũa **grandissima** tormenta de Nordeste"

38	Nov	1665	"Villa de setecentos vizinhos & **riquissima**" "Villa grande, & **importantissima** ao inimigo" "terá o inimigo **grandissima** difficuldade" "**abundantissimos,** & os melhores de toda Galiza" "hũa Armada naual **poderosissima** que dominaua" "a executaõ pontual, & **obedientissimamente**" "& outras **valerosissimas** Militares sobre o forte"
39	Dez	1665	"& daquelle exercito **luzidissimo**" "**grandissimo** numero de cavalgaduras de carga" "que he contra a verdade **clarissima** aos presentes" "com hũa **grandissima** preza de gado" "Cidades populosas, & **fortissimas**"
41	Fev	1666	"se tirou logo, com **bonissima** traça" "que será **luzidissimo**"
47	Ago	1666	"ornadas com telas **riquíssimas**"
56	Mai	1667	"& entregou à Raynha nossa Senhora as cartas dos **serenissimos** Duques seus Irmãos"
57	Jun	1667	"colheraõ **riquissimos** despojos […] de grãde comercio, & de **fecũdissimas** herdades; & por isso habitado de Mercadores ricos, & abũdãtes Lavradores" "& panos **finissimos** de lãa, & muito tãbem de linho"

Tom intensificante cuja consecução justifica outrossim o recurso a outros processos (designadamente a aposição do sufixo '*-oso*', indicativo de posse intensa) com o mesmo fim em vista:

Nº	**Mês**	**Ano**	**Adjectivos terminados em 'oso'**
32	Jun	1665	"Esta fue la **gloriosa** victoria de los Portugueses"
37	Out	1665	"Com este **lastimoso** caso entre tãtas felicidades"
45	Jun	1666	"**lastimoso** espectaculo dos sucessos da guerra."
52	Jan	1667	"ainda que se espera em breue mais **bonançosa** aquella tormenta" "do que estes passados annos contenderam em tam **sanguinosas** batalhas." "o nouo gouerno no presente anno, tem manifestado **poderoso** exercito, & **copiosa** armada para esta conquista"

1.3. Construção Fráfica

No que respeita à construção frásica, globalmente considerada, conquanto pontifique o que sem hesitar se pode designar por prosa escorreita – com todos os constituintes correctamente colocados e as concordâncias rigorosamente observadas, o que se traduz numa escrita tersa e fluente – tal não obsta a que, pontualmente, surjam situações passíveis de reparo, quer pelo desconforto que causam quer pelas repercussões que têm no fluir do texto, e que por não serem de somenos, não podem (nem devem) ser aqui elididas.

Indelevelmente afectada por problemas decorrentes da grafia de certos vocábulos (anómala, para os padrões hodiernos) −

Nº	Mês	Ano	
16	Abr	1664	"seguindo differente caminho do que **atêgora**,"
21	Ago	1664	"maiores felicidades [que] **atègora**" "**âlem** de alg**ũ**as jane**ll**as com rotas, & comodidades para Damas."
23	Out	1664	"Estando esta relação **atéqui** impressa"
24	Nov	1664	"ha**u**endo nauegado de Pernambuco **atè alli** com bonança."
24	Nov	1664	"**alẽ** de outras **fazẽdas**, & veio cõ ella outro nauio de guerra" "Veio mais repartida pellos nauios de guerra a **fazenda**"
53	Fev	1667	"& naõ sendo larga a dist**ã**cia daquel**l**e sitio a Gerumenha, **nem** ao estrondo se deu ouuidos, **nẽ** âs luzes olhos"

− à qual, dadas as disparidades evidenciadas, não podia ficar imune, a construção frásica enferma ainda de outros males, além das sempiternas gralhas (de que três exemplos bastarão para demonstrar não diferirem acentuadamente das coevas):

Nº	Mês	Ano	Gralhas
2	Fev	1663	"que se auistauão, & falauão particular**me**te como amigos; depois de descobrio que tratauão cõ ordẽ de seus Reys;"
5	Mai	1663	"a roubar (entre **o** viuas delRey) três Casas"
56	Mai	1667	"que as mais particulares tinha já entregues em audien**a**cia mais particular."

No que a outras anomalias respeita cingir-nos-emos, para não sermos exaustivos, às mais frequentes: faltar uma (ou mais) palavra(s) (casos em que o enunciado fica literalmente destituído de sentido); confusão pontual entre vocábulos incorrectamente usados em lugar de outros (seus homófonos ou parónimos), demonstração de quão intemporais são certos vícios; a utilização de uma adjectivação algo insólita, de difícil justificação − como nos exemplos transcritos no próximo quadro, a propósito dos quais ocorre perguntar: não serão todas as vitórias gloriosas e todas as guerras ingenitamente injustas?; poderá um sucesso (por definição "bom resultado; êxito")[3] ser adjectivado de mau?

Nº	Mês	Ano	
32	Jun	1665	"Esta fue la **gloriosa victoria** de los Portugueses"
36	Set	1665	"insistir nesta **guerra injusta**"
50	Nov	1666	"Os culpados no **màо sucesso** que em Alem-Tejo tiuemos"

Ao que acresce o emprego de determinados verbos em contextos onde nada o justifica e com os quais a sua idiossincrasia não se compadece, porque incompatíveis com o seu ADN, aqui exemplificados:

Nº	Mês	Ano	
43	Abr	1666	"Os infantes com seu Capitão se ficâraõ defendendo á espada admirauelmente, atè que, **morrendo muito**, principalmente dos Alemaens;"

[3] Substantivo que também contempla os significados "efeito de suceder; qualquer coisa que sucede; acontecimento; facto; caso", mas que o nosso imaginário liga de imediato à ideia de êxito

Não menos constrangedora é a situação tipificada pelo uso recorrente de palavras cognatas e/ou diferentes formas dos mesmos verbos, não só pelo tom repetitivo que incutem ao relato como, ademais, hipótese não negligenciável, por poderem indiciar um vocabulário limitado, o que os dois quadros que se seguem plasmam à saciedade:

Nº	Mês	Ano	
40	Jan	1666	"hum **successo**, posto que não grande, **succedido** aos 28. daquelle mez"
56	Mai	1667	"entregou à Raynha nossa Senhora as cartas dos serenissimos Duques seus Irmãos, que as trazia para as dar aquelle dia, que as **mais particulares** tinha já entregues em audienacia [sic] **mais particular.**"
7	Jul	1663	"que elle se **benzeo** mil vezes […] naõ cessou de se **benzer** […] que se benzeo"
8	Ago	1663	"O que notauelmente diminue a gente do inimigo, he a muita que este mez se **passou**, & vai **passando** para as nossas Praças"
18	Jun	1664	"& porque se lhe trouxe noticia de que estaua em estado para se lhe poder **dar** assalto, se deu aquella noite;"
31	Jun	1665	"que em batalha cãpal […] **houuerão** os Portugueses dos Castelhanos, não **hauendo** estes ganhado contra nós nẽ hũa"
45	Jun	1666	"& todos **acharam** muito de que escolher, indo deixando o que traziam por carregarem do mais preciso que depois **achauam**."
53	Fev	1667	"parecendolhe conueniente **mandar queimar** as barcas por donde de inuerno se conduzem os bastimentos por Guadiana abaixo, ordenou ao General […] as **mandasse queimar**;"

Igualmente perturbantes – ainda que, com propriedade, se não possa falar de genuínos solecismos – são determinadas liberdades construtivas que, não raro, redundam em anfibologias, mais perniciosas, ao nível da descodificação do texto, do que certas incongruências (tam-

bém detectadas) do que resulta ficarem algumas frases no limiar do ininteligível.

1.3.1. Verbo

Prosseguindo a presente análise, o que de imediato chama a atenção, neste âmbito, é a preocupação do(s) autor(es) dos textos com a criteriosa utilização do verbo: reconhecendo o lugar chave por este desempenhado como núcleo da oração (e da frase), é notório o seu desvelo em lhe conferir(em) essa posição charneira, usando-o copiosa mas proficientemente na mais vasta panóplia de situações, de modo a tirar pleno partido dos diferentes modos, tempos, conjugações, aspectos e, inclusive, de cambiantes (do verbo de pendor superlativante ao encomiástico, passando pelo depreciativo).

Se, por motivos óbvios, pontifica o indicativo (modo que apresenta o enunciado como real), também o conjuntivo é amplamente usado – apesar das consequências que a incerteza, que lhe é ingénita (por nele o enunciado ser apresentado como mera possibilidade, desejo, eventualidade ou dúvida), pode produzir no espírito do leitor –, sempre que as circunstâncias o exigem ou quando o contexto prova ser o mais indicado (não obstante pouco estimado pela linguagem corrente, a qual prefere às incertezas e hipóteses deste as realidades presentes do indicativo).

Maior *décalage* de uso é a verificada em relação aos tempos, que, é consabido, indicam o momento em que se situa o enunciado expresso pelo verbo. Com efeito, radicando a essência do *Mercúrio* no relato de factos ocorridos, é tão compreensível ser residual o emprego do futuro (que, por razões demasiado evidentes, só em circunstâncias muito peculiares tem cabimento) quanto expectável que os tempos preferencialmente usados sejam os que remetem para o passado, precipuamente o pretérito perfeito simples (tempo da fugacidade por excelência):

Nº	Mês	Ano	Pretérito perfeito
3	Mar	1663	"**saìraõ** ellas ao encõtro; mas os nossos as **inuistiraõ** com tal resoluçaõ, que ás cutiladas as **fizeraõ** recolher pellas portas dẽtro, tomandolhes alguns cauallos, & trazẽdo todo o gado que se **achou** naquelles campos, sem perda algũa nossa."
17	Mai	1664	"No lugar de Alcains **entráraõ** quatrocentos cauallos, & **matâraõ** dez, ou doze lauradores, ferindo outros tantos que com valentia barbara **sairaõ** a pelejar em campo razo"
32*	Jun	1665	"**Encargò** su Majestad […]. **Iuntó** Alfonso Furtado […]. **Escogiò** para entreprender la plaça de Sarça, […]. **Marchô** para Sarça […] **occupô** los puestos a tiro"
42	Mar	1666	"**entràraõ** com hũa partida de cauallaria em duas herdades junto a Eluas, & **matàraõ** a sangue frio as pessoas que nellas **achàraõ**, & **levâraõ** algũs rebanhos de ouelhas."

Idêntica dicotomia se verifica no que à preferência de uso entre o tempo simples e o composto concerne, mormente quando o primeiro se revela insuficiente para explanar com total pregnância a ideia pretendida. Caso em que o(s) autor(es) não hesita(m) em recorrer ao tempo composto, opção na qual, ao contrário dos nossos dias – em que as formas que usam o verbo haver, consideradas artificiais, quase caíram em desuso – , é iniludível a preferência de utilização deste auxiliar:

Nº	Mês	Ano	Auxiliar ter
25	Dez	1664	"por hauer poucos dias que a sangue frio **tinhaõ morto** hũa vigia nossa […] deixandoo atado a hũa aruore."
38	Nov	1665	Passados vinte dias se soube que **tinha entrado** em Cadiz, leuantandose cõ ella o Thenente que era Francez"
Nº	**Mês**	**Ano**	**Auxiliar haver**

4	Abr	1663	"referindo **hauer entrado** na cidade do Porto socorro de oito mil soldados Ingreses: **hauerem** os Castelhanos por Galiza **alcançado** sobre Lapella grandes vitorias:"
9	Set	1663	"**Hauiase defendido** valerosamente o anno passado de varias Armadas dos Olandezes;"
10	Out	1663	"outro que **hauendo ficado** em Castella […] vinha agora a este Reyno preuerter huns parentes" "que sobre tudo lhe pezaua de **hauer offendido** a sua Patria; e tanto, que se tiuera o mesmo pezar do mais em que hauia offendido a Deos, fora infalliuel sua saluação."
24	Nov	1664	"**hauendo nauegado** de Pernambuco atè alli com bonança."
27	Fev	1665	"que se **hauião passado** a Castella"
34	Jul	1665	"outros se consolauão com a grande perda que elle referia **hauermos recebido**." "pelo que se retirarão, deixando crauada a artilheria, por **hauerem fugido** os muleteiros com as mulas; & que com raiua de assi se lhes tirar das mãos a victoria, **hauiaõ morto** a sangre frio todos os oito mil prisioneiros"
38	Nov	1665	"não apareceo, dizendo as outras, que en hũa noite **hauia apagado** o farol que todas seguião."

Sendo ainda inequívoca outra particularidade, quase propensão: a de, além destes e do particípio, se utilizar mais um verbo, regra geral no infinitivo, o que nos remete para o âmbito da conjugação perifrástica, no caso de o conceito a veicular o aconselhar, razão por que é tão profusamente empregada, e com diferentes cambiantes, que tanto podem passar pela combinatória do auxiliar (no tempo que se quer conjugar) com o verbo principal,

1. no infinitivo:

Nº	Mês	Ano	Conjugação perifrástica
7	Jul	1663	"vendo que os seus **começauaõ a fraquear, quis chegarse** a exortalos"

25	Dez	1664	"que os companheiros **quizeraõ vingar** sem piedade."
37	Out	1665	"Em vinte deste **começou a entrar** no porto de Lisboa a frota" "dando por desastre o fogo no payol da poluora, que logo a **fez voar**"
52	Jan	1667	"& para a Primauera **promettem inuadir** Portugal, valendose para isso do cabedal dos particulares que vinha na sua Frota"
53	Fev	1667	"castigo da culpa de **virem seruir** em hũa guerra injusta" "**parecendolhe** conueniente **mandar queimar** as barcas por donde de inuerno se conduzem os bastimentos"

2. no gerúndio:

Nº	Mês	Ano	Conjugação perifrástica
7	Jul	1663	"& assi se **estaõ fabricando** na Ribeira das naos de Lisboa" "**Indo fugindo**, passàrão junto do nosso forte"
20	Jun	1664	"Os lauradores que acudiraõ do Paìz o **hiaõ seguindo** com nuuens de pedradas; por aquellas descidas **foi caindo, dãdo** tõbos, **& rodando** até o rio Águeda, em cujas agoas banhado se refrescou do calor" "Da caualleria forão mortos, & prisioneiros trezentos & trinta; os duzẽtos cauallos se recolhèrão logo; os cento & trinta **forão aparecendo** nos dias seguintes em diuersas partes;"
31	Jun	1665	"vẽcemos […] em cõbate de oito horas cõtinuas, em que palmo a palmo **fomos ganhado** a terra"
37	Out	1665	"cujo casco **se ficou cõcertando** na Bahia."
45	Jun	1666	"& todos acharam muito de que escolher, **indo deixando** o que traziam por carregarem do mais preciso que depois achauam. "hum clerigo vindo de Indias, o qual […] **andaua pedindo**"

3. ou pela utilização simultânea de ambos na mesma frase, como aqui:

Nº	Mês	Ano	Conjugação perifrástica
44	Mai	1666	"**Veyo chegando** em mangas com o Cõde de Schõberg o resto da gente […]; **começauasse a tratar** de nos arrimarmos"
54	Mar	1667	"**se forão retirando** para a Villa, […] **entregar** o sacco," "**se resolverão** depois de dezoito dias **a dezenterrar** o menino"

E, a concluir este parâmetro, uma breve referência ao aspecto, que, servindo para exprimir o desenrolar da acção designada pelo verbo, está intimamente relacionado com a noção de tempo: criteriosamente explorado (como, por norma, acontece), tanto pode assumir (e conferir) um pendor incoativo (a indiciar o progressivo desenrolar da acção) −

Nº	Mês	Ano	
37	Out	1665	"Em vinte deste **começou a entrar** no porto de Lisboa a frota do Brasil"
54	Mar	1667	"**se forão retirando** para a Villa"

− quanto durativo (prolongamento da acção pelo tempo):

Nº	Mês	Ano	
20	Jun	1664	"os duzẽtos cauallos se recolhèrão logo; os cento & trinta **forão aparecendo** nos dias seguintes em diuersas partes;"

Aliás, só esta proficiente utilização das categorias (modos, tempos, formas nominais e adverbiais, vozes e aspectos) e das conjugações verbais, em permanente alternância e meticulosamente concatenadas, consegue imbuir o texto da ductilidade capaz de debelar o tom pesado adveniente do reiterado emprego do gerúndio (que, é consabido, ao apresentar a acção ou o estado no seu desenrolar ou na sua durabilidade propende para o arrastamento).

1.3.1.1. Gerúndio

Elidida a circunstância de constituir um emprego pouco vernáculo, contrário aos usos da linguagem clássica e popular (porque deplorável transposição da construção francesa) e, ademais, destituído de suporte legitimador, a verdade, porém, é que o uso abusivo do gerúndio, a raiar a endorréia (propensão quase omnipresente na escrita hodierna) – mesmo em contextos em que outras construções (designadamente a oração relativa ou a infinitiva) o substituiriam com inquestionável vantagem para a inteligibilidade da frase – , consubstancia um mal (cujas origens se desconhecem) de que já o próprio *Mercúrio* enfermava.

Uso pandémico que, *malgré tout,* persiste, independentemente do rigor das normativas gramaticais na regulamentação da sua utilização, bem como do seu posicionamento na oração (se anteposto, se posposto à oração principal, situação em que indica uma acção). *Et pour cause*, uso indutor de perplexidade disfórica, visto também não subsistirem dúvidas de que, em casos pontuais, o seu emprego traz vantagens estilísticas – precipuamente quando o conteúdo a veicular justifica plenamente o tom arrastado que o gerúndio imprime à frase –, ainda que tal não legitime o seu uso obsessivo, de que o próximo quadro é pálida demonstração:

Nº	Mês	Ano	Gerúndio
7	Jul	1663	"**fazendo** nelles grandissimo danno. **Indo fugindo**, passàrão junto do nosso forte"
8	Ago	1663	"**contandolhe** o sucesso, & **dizendolhe**, que o que o ferira se não hauia de ir gabar disso"
16	Abr	1664	"e sò nas noites hiaõ ao que lhes parecia, ou sós ou **ajũtandose** cõ outros;" "**seguindo** differente caminho"
17	Mai	1664	"No lugar de Alcains entráraõ quatrocentos cauallos, & matâraõ dez, ou doze lauradores, **ferindo** outros tantos"
25	Dez	1664	"a sangue frio tinhaõ morto hũa vigia nossa, **tirandolhe** os olhos, & **deixandoo** atado a hũa aruore."
45	Jun	1666	"o qual, **ficando** despido, andaua **pedindo** pello amor de Deos huma loba com que se cobrisse;"

Ilação a retirar dos exemplos aduzidos – ínfima parte dos encontrados ao longo das páginas do *Mercúrio* –, é ser recorrente a utilização desta forma adverbial do verbo. Constatação que, admitimos (hipótese não despicienda, antes plausível), terá levado o(s) autor(es) dos textos, a fim de evitar(em) incorrer no risco de lhes conferir um tom de arrastamento – não obstante, na maior parte dos casos ser criteriosamente usado quer para traduzir a ideia de continuidade, de perduração da acção (de que certas páginas constituem casos paradigmáticos) quer para realçar os perniciosos efeitos desta – a recorrerem a combinações que, ao mesmo tempo que lhes permitiam ultrapassar esse *handicap*, viabilizavam a agilização do relato dotando-o de uma vivacidade susceptível de traduzir com rigor a consentaneidade acção/relato. Socorrendo-se, para tal, do emprego do pretérito perfeito, que, primorosamente combinado com o gerúndio, quebra o impacto dolente deste, dando origem a uma alternância rítmica (ora lenta, ora rápida), sem hegemonia de qualquer delas, de que resulta ganhar a frase em expressividade e eufonia. Do que os próximos exemplos são apodixe:

Nº	Mês	Ano	
19*	Jun	1664	"**tomou** Deos nosso Senhor as minhas mãos por instrumento do castigo que as exhorbitancias do Duque de Osuna merecem, **escapando** elle entre alguns Officiaes que o **foraõ leuando**, & **carregandoo** de maneira, que **caindolhe** o cauallo, **passou** a pé o rio […], **dando** a hum Ajudante da cauallaria o chapeo com plumas […], **fugindo** sem ellas […] **deixando** também a sua carroça."
29	Abr	1665	"que **leuou** a gente, **& deixou** o casco, **fugindo** com pressa, **vendo** a fragata,"

1.3.1.2. Particípio Passado

Profusamente usado, com assinalável rigor e inegável proficuidade, ao longo dos textos em apreço, o particípio passado merece-nos, ainda assim, um breve comentário (feito, como é evidente, à luz das normativas vigentes).

Consabida a sua importância – desempenhar, no dizer de Celso Cunha e Lindley Cintra (1986: 491), "importantíssimo papel no sistema do verbo com permitir a formação dos tempos compostos que exprimem o aspecto conclusivo do processo verbal" –, nem a destacada função que lhe incumbe obsta a que seja tão maltratado. Mormente nos casos em que o verbo dispõe de dois particípios (um regular e outro irregular, este derivado do latim por via erudita) – situação em que, preconiza a norma, a forma irregular é utilizada para a formação dos tempos compostos com os auxiliares ser e estar, e a forma regular com os auxiliares ter e haver – sendo nesta (a regular) que, regra geral, ocorrem os maiores deslizes.

Nº	**Mês**	**Ano**	
30	Mai	1665	"No mez passado dissemos, que **tinha** o Conde **preso** um soldado, por dar auisos ao inimigo"
56	Mai	1667	"que as mais particulares **tinha** já **entregues** em audienacia" [sic]

Deslizes que nada têm de anódino, como, em relação ao caso particular de matado/morto, nos explica Rodrigues Lapa (1979: 214), com a proficiência que lhe é peculiar:

> Nos chamados particípios irregulares (morto, aceso, ganho, gasto, salvo, etc.), a forma verbal cristalizou, por assim dizer, num adjectivo. Uma vez concluída a acção, surgiu um estado que necessita de ser definido por meio de um adjectivo verbal. Por isso se diz: "O homem está morto". […] são verdadeiros adjectivos que caracterizam o sujeito. Já se dissermos: "Têm matado todas as perdizes" – o particípio regular dá-nos uma noção verbal, activa, do fenómeno realizado.

Dilucidação cuja pertinência é fácil confirmar (até por tornar mais explícita a inadequação) se atentarmos no que o Mestre acrescenta ao explanar o seu pensamento: "Em resumo: com os particípios irregulares exprimimos sobretudo o estado; com os regulares traduzimos a acção. Os primeiros têm um carácter parado, estático; os segundos são vivos e dinâmicos."

E se nos detivermos sobre os próximos exemplos, irrefutável é que

com o particípio 'morto' se perde o impacto da acção, a representação do acto execrável que o assassínio materializa, e concomitantemente, se esbate a vertente hedionda que o acto em si consubstancia e o particípio matado traduziria em toda a sua crueza:

Nº	Mês	Ano	Particípios irregulares (inadequados)
25	Dez	1664	"sem se dar quartel por hauer poucos dias que a sangue frio **tinhaõ morto** hũa vigia nossa"
34	Jul	1665	"& que com raiua de assi se lhes tirar das mãos a victoria, **hauiaõ morto** a sangre frio todos os oito mil prisioneiros"
39	Dez	1665	"& que nos hauião **morto** nove, ou dez mil homens"

1.3.2. Advérbio

A propensão de intensificação (a que atrás aludimos como justificativa do emprego do adjectivo) pode também ser materializada graças ao uso (não menos copioso), do advérbio de modo terminado em *–mente*. Se a função prioritária do advérbio, *lato sensu* considerado, é a de modificador do verbo, cujo sentido determina ou intensifica, é nesta subclasse que as suas potencialidades emergem em toda a plenitude, que mais evidente se torna a polivalência do seu uso.

São, de facto, em número assinalável os casos em que esta subclasse do advérbio se apresenta como o modo de dizer mais expressivo – pregnância que lhe advém não só da circunstância de traduzir na perfeição quer a natureza do acto, quer o modo como este decorre ou é praticado, quer ainda por introduzir outras cambiantes, designadamente de continuidade, intensidade –, o que permite assegurar ser, se utilizado com parcimónia, inquestionável o seu interesse. Ou seja: mesmo abstraídos certos usos peculiares (designados de elevação) são, ainda assim, em quantidade não despicienda as situações em que os fins visados justificam plenamente o emprego do advérbio. Em particular, o anelo intensificador antes referido, o qual é aqui conseguido pelo recurso ao advérbio de modo com função outrossim superlativante:

Nº	Mês	Ano	Advérbio de modo em -mente
5	Mai	1663	"foi tal o feruor do Pouo para a defensa de sua Patria, que concorreo **tumultuozamente** ao Terreiro do Paço clamando todos que queriaõ ir peleijar com o Castelhano."
8	Ago	1663	"O que **notauelmente** diminue a gente do inimigo"
9	Set	1663	"Hauiase defendido **valerosamente** o anno passado de varias Armadas dos Olandezes; & **vltimamẽte** de hũa no mez de Dezẽbro;"
12	Dez	1663	"as grandes virtudes de Sua Magestade se grangeaõ **justamente** aquelle amor"
16	Abr	1664	"quatro embarcaçoẽs de guerra **juntamente** (cousa que nunca se vio nella)"
22	Set	1664	"Entre outros auisos referem **largamente** a falta de dinheiro em que elRey se acha"
25	Dez	1664	"troxe a Pena-Macor as quatrocẽtas ouelhas, que se repartiraõ **alegremente** entre os soldados."
30	Mai	1665	"& sobe taõ **inuisiuel, & insensiuelmẽte**, que quasi parece que tudo fica plano."
34	Jul	1665	"Que posto que os seus hauião pelejado **valerosamente**, naõ pudera escusar seu destroço depois de hum brauo combate" "se retirâra para se refazer, & tornar **breuissimamente** a Portugal"
43	Abr	1666	"Os infantes com seu Capitão se ficâraõ defendendo á espada **admirauelmente**, atè que, morrendo muito, **principalmente** dos Alemaens; & sendo ferido **mortalmente** com sinco cutiladas na cabeça, & hum braço cortado o forte Salamão, hauendo primeiro vingado bem sua morte cõ proezas increiueis, foram rotos pello excessivo numero do inimigo;"
44	Mai	1666	"António Tavares lhe respondeo, que fosse **confiadamente**"

46	Jul	1666	"quatro mil dos nossos negros; pelejaram seis horas **admirauelmente**; obrauam os inimigos com grande valor" "dos Portugueses foram feridos sôs doze, hum **mortalmente**;"
47	Ago	1666	"& cameras dos quartos delRey, & da Rainha, estauam **magnificamente** ornadas com telas riquíssimas"
51	Dez	1666	"Castelhanos, que vendonos mudos, imprimiam **licenciosamente** relaçoens fantasticas do que desejauam"
54	Mar	1667	"o intento do General era saquear o arrabalde o mandou o Conde entregar o sacco, no qual se aproveitàrão **bastantemẽte** os soldados"
56	Mai	1667	"o recebeo dandolhe tratamento de Embaixador de testa coroada; fez **discreta, & gravemente** sua pratica" "chegou o Embaixador, & sobindo à tarima **decorosamente** fez a sua pratica, & entregou à Raynha nossa Senhora as cartas"
57	Jun	1667	"& grande copia de instrumentos militares: que os fugidos **cobardemẽte** deixârao, colheraõ riquissimos" "por ser **excesivamente** pingue o pasto daquelle terreno." "pois não pòde o coração fomentar os mẽbros **desproporcionadamete** distãtes, & menos os desunidos, & assi passando ainda a mayor miséria, foi toda entregue aos incêndios do fogo que **brevemẽte** voraz a cõverteu em funestas cinzas"
58	Jul	1667	"A primeira que se apelida dos Generosos de Lisboa, se cõvoca em casa do grãde Protector das sciencias, & Atlante do firmamento das Musas, o nũca **bastantemente** louvado D. António Alvres da Cunha Trinchante de S. Mag. Aqui cõcorre **ambiciosamẽte** toda a fidalguia, & nobreza"

2. Estilística

Em virtude de os textos a cuja compulsação temos vindo a proceder pertencerem ao género jornalístico e não serem, *ipso facto*, em rigor enquadráveis na qualificação de textos literários − dos quais é característica a maior ou menor frequência de desvios da linguagem corrente, desvios tradicionalmente designados por figuras de retórica −, compreende-se a quase inexistência destes recursos ao longo das páginas disseccionadas. Mais: tal ausência suscita, inclusive, a questão de saber se terá (ou não) havido intencionalidade no uso dos (escassos) identificados. E conquanto admitamos não ter estado no espírito do(s) redactor(es) do *Mercúrio* a utilização desses recursos retórico-estilísticos, a verdade, porém, é evidenciarem os utilizados inquestionável rigor e proficuidade. Não obstante, num caso em particular − o da anáfora (por afectar a concisão) – , colidirem com os requisitos inalienáveis do discurso informativo.

Passando agora aos quadros anexos, cumpre explicar o critério que presidiu à sua composição. Dividindo-se as genericamente designadas figuras de estilo em figuras de sintaxe (as que correspondem a modificações na estrutura sintáctica da frase, através da repetição, da supressão ou da inversão dos respectivos elementos), figuras de pensamento (as que introduzem modificações no conteúdo expresso da frase) e tropos (que, alterando o sentido directo das palavras, fazem ressaltar o seu significado simbólico) que, por seu turno, comportam uma ampla variedade de categorias, a opção foi no sentido de registar apenas as mais frequentes, o que fazemos seguindo a ordem alfabética por se nos afigurar a mais indicada:

1. Figuras de Sintaxe:

Nº	**Mês**	**Ano**	**Anáfora**
7	Jul	1663	"que elle **se benzeo** mil vezes […] naõ cessou de se benzer […] que **se benzeo**"
Nº	**Mês**	**Ano**	**Aliteração**
8	Ago	1663	"mostrando Deos a gloria de quem **p**eleija **p**ella **P**átria"

Nº	**Mês**	**Ano**	**Redundância**
29	Abr	1665	"que leuou a gente […], **fugindo com pressa**,"

2. Figuras de Pensamento:

Nº	**Mês**	**Ano**	**Antítese**
9	Set	1663	"(cumprindo com obrigação de rellatar todas as nouas **prosperas** ou **aduersas**)"
10	Out	1663	"& outros dous Portuguezes, hum que **hia, & vinha** a Castella cõ noticias;
31	Jun	1665	"vẽcemos […] em cõbate de oito horas cõtinuas, em que palmo a palmo **fomos ganhado** a terra que **perdião**, hauẽdo quasi hũa legoa dõde **começou** a batalha aõde se **acabou**;"
36	Set	1665	"He muito para **chorarem** os Castelhanos, & para se **alegrarem** os Portugueses"
Nº	**Mês**	**Ano**	**Eufemismo**
7	Jul	1663	"quis chegarse a exortalos; mas hũa balla de artilheria **lhe leuou o cauallo**"
53	Fev	1667	"que traziaõ hũa leua de Italianos, que **perecéraõ** todos"
45	Jun	1666	"sem terem piedade mais que de si, a deixaram **perecer** toda;"
46	Jul	1666	"A vista de tanto poder, nos **desempararam** logo quatro mil dos nossos negros;"

3. Tropos

Nº	**Mês**	**Ano**	**Hipérbole**
8	Ago	1663	"& que, se for necessário, **resuscitarâ os mortos para nos ajudarem.**" "foraõ **duas mulheres cegas pedirlhe vista, & logo a alcançàraõ.**"
Nº	**Mês**	**Ano**	**Metáfora**

20	Jul	1664	"Os lauradores que acudiraõ do Paìz o hiaõ seguindo com **nuuens de pedradas**;"
46	Jul	1666	"O Rey do Congo com alguma noticia **começou logo a feruer**"
Nº	**Mês**	**Ano**	**Sinédoque***
13	Jan	1664	"Nesta porta se apeárão todos os **títulos** & fidalgos"

* Referência especial para este tropo, que pode considerar-se um caso particular de metonímia. A atribuição do nome de uma realidade a outra fundamenta-se aqui numa relação essencial e não acidental (designa uma parte para significar o todo).

Parte II

1. Análise Ortográfica

Dado estar em causa a exegese de um periódico, que tem na forma gráfica o modo de veiculação da mensagem, afigura-se-nos de toda a pertinência – sem que tal possa indiciar, tampouco significar, a depreciação de outras vertentes outrossim relevantes − prosseguir a análise, cuja segunda parte ora empreendemos, detendo-nos preferencialmente sobre a questão ortográfica (mais concretamente sobre grafia das palavras e a ontogénese por ela sofrida), complementar da precedente e com ela imbricadamente interligada.

Questão que, *lato sensu* considerada, consubstancia um tema pouco pacífico, quando não um extremar de posições – precipuamente por a seu respeito pontificarem as mais díspares sensibilidades, não raro antagónicas –, razão bastante para ser por muitos reputada mais do que mero problema cultural, um problema social e político. O que torna por demais melindrosa a sua abordagem.

Sendo, por definição, a ortografia a "forma correcta de escrever as palavras", importa ter presente não ser a imutabilidade seu apanágio, sequer condição *sine qua non,* mas, ao invés, ter esta sofrido, ao longo dos tempos, alterações mais ou menos profundas, destarte variando o conceito do que é ou não correcto. E se à data em que estes textos foram redigidos, e vieram a lume, a grafia usada – que, impõe-se sublinhá-lo, não estava

ainda definitivamente fixada – era a reputada apropriada (tanto quanto a construção frásica), não menos verdade é não constituir tarefa de fácil consecução para o leitor hodierno manter omnipresente este condicionalismo, conseguir nem por instantes elidir que o texto a cuja consulta procede se reporta a um outro momento, existindo entre ambos (o de produção e o de leitura) um hiato de quase quatro séculos. Lapso temporal que, pela sua dilação, assaz ampla, não pode ter ocorrido sem ocasionar modificações na grafia dos vocábulos, mudanças que terão, forçosamente, repercussões: desde logo, afectarem os menos familiarizados, os quais não encararão sem o mínimo de surpresa certas pretensas anomalias.

E para aquilatar da dimensão das mutações entretanto ocorridas, basta atentarmos nos exemplos a seguir transcritos e comparar com a forma como estas palavras são hoje grafadas. Antes, porém, justifica-se proceder a uma resenha da periodização da ortografia portuguesa em geral.

2. Periodização da Ortografia Portuguesa

Perspectivando a questão do ângulo em epígrafe e recuando no tempo, pode-se afirmar ser consensual a divisão cronológica da ortografia da língua portuguesa em três períodos: o fonético, dos primórdios (século XIII, dos primeiros documentos redigidos em português) até meados do século XVI; o etimológico (ou, como outros pretendem, pseudo-etimológico), do século XVI a 1904, data do aparecimento da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana; e o simplificado (também designado histórico-científico) a partir desta data.

No primeiro, período genericamente caracterizado por uma adesão da escrita à pronúncia, em que a língua era escrita preferencialmente para o ouvido − dado a reter, porque de irrefragável crucialidade e, ademais, amiúde demonstrado −, imperou o princípio fonográfico, que defendia que a ortografia devia estar o mais próximo possível da pronúncia das palavras (razão por que estas eram grafadas de acordo com a pronúncia), o que amiúde acontecia sem sistematização criteriosa e, *ipso facto*, com óbvias flutuações. Na verdade, a falta de um acordo mínimo entre os escribas tornou-se responsável pelas muitas incongruências dos textos, podendo um mesmo som ser representado de modos diversos ou sons

diferentes serem representados por uma única forma gráfica. Afirmação que não legitima, no entanto, a inferência de se tratar de uma escrita estocástica, até porque existia relativa regularidade nessas oscilações. O que acontecia, esclarece Nunes (1969: 193), é que a representação gráfica da fala "nem sempre acompanhou *pari passu* as alterações que se foram dando e por vezes conservou-se antiquada em relação ao desenvolvimento da língua." Não se trata, portanto, de um período de mera transcrição da fala mas, antes, como Ferreira Neto (2001: 26) observa, "de um momento em que várias alternativas de construção de escrita são testadas". Com efeito, é durante este período que a nossa ortografia começa a configurar-se de acordo com as suas particularidades e a haver "o progressivo estabelecimento da escrita portuguesa, a partir dos modelos de escrita que eram conhecidos" (*id.:* 27).

Razão por que há quem (*v.g.* Paul Teyssier) − tendo presente haver sido no século XIII que começaram a estabelecer-se certas tradições gráficas na emergente língua vernácula − considere que, *malgré* as suas imprecisões e incoerências, a grafia do galego-português medieval aparece como mais regular e fonética do que aquela que prevalecerá em português nos séculos subsequentes

A partir do século XVI, e assim entramos no segundo período (o etimológico), com o despertar dos estudos humanísticos (Renascimento) difundiu-se o uso de grafias etimológicas (ou pseudo-etimológicas), que, denotando o desejo de justificar as palavras vernáculas através das suas antecedentes latinas ou gregas (genuínas ou imaginadas), confirmava o entendimento prevalecente: o de as palavras deverem ser grafadas de acordo com as suas origens.

Caracteriza este período − em que a pretexto de uma aproximação artificial com o grego e o latim (critério por demais pretensioso, que, inclusive, contrariava a própria evolução das palavras) se duplicavam as consoantes intervocálicas e se inventaram aleatoriamente símbolos extravagantes −, serem cada vez mais correntes as novas grafias (para o que deu inquestionável contributo o aparecimento da tipografia), abundantes em <ch> (com valor de [k]), <ph>, <rh>, <th> e <y> nas palavras de origem grega ("archaico", "phrase", "rhetorica", "theatro", "estylo", etc.) e <ct>, <gm>, <gn>, <mn>, <mpt> nas palavras de origem latina ("fructo",

"assignatura", "damno", "prompto"), não faltando, também, as falsas etimologias (*v.g.* a de "tesoura" escrita "thesoura", por sugestão de "thesaurus", quando o étimo é "tonsoria").

No entanto, houve sempre gramáticos a criticar (alguns até com aspereza) esta ortografia, inicialmente teorizada por Duarte Nunes de Leão (na *Orthographia da lingoa portuguesa,* de 1576), e que veio a culminar no século XVIII com a obra de Madureira Feijó (*Orthographia, ou Arte de Escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza,* de 1734), apogeu da defesa da etimologia na ortografia portuguesa.

O que conduziu ao restaurar não só letras que tinham deixado de existir no português, como também, em casos específicos, dos sons correspondentes, (por exemplo o <g> de 'digno', quando anteriormente o usual era escrever e pronunciar 'dino'). Curiosidade, mas não de todo negligenciável, é que enquanto a Real Academia Espanhola reformava a ortografia no século XVIII em bases fonéticas racionais, a Academia Real das Sciencias de Lisboa − talvez influenciada pela língua e ortografia francesa ou talvez, com maior probabilidade, pelo desejo de tornar a língua portuguesa o mais diferenciada possível da língua espanhola (até no plano gráfico) − consagrava a etimologia como supremo princípio ortográfico.

O terceiro, o simplificado (por alguns designado histórico-científico, onde se estabeleceu uma ortografia mais normalizada e simplificada), começa em 1904 e assinala a renovação dos estudos linguísticos em Portugal (com Aniceto Reis Gonçalves Viana que, após algumas tentativas, consegue apresentar um sistema racional de grafia, com base na história da língua) − corresponde à escrita actual com as alterações propostas pelo *Vocabulário Ortográfico*, organizado por Rebelo Gonçalves, em 1940.

Importa referir que outras das fontes consultadas apontam 1911 como marco de início deste período. De facto, na sequência da implantação da república foi nomeada uma comissão − da qual, além de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, faziam parte Carolina Michaëlis, Cândido de Figueiredo, Leite de Vasconcelos, Júlio Gonçalves Moreira, José Joaquim Nunes, e Augusto Epifânio da Silva Dias, entre outros − cuja missão era estabelecer uma ''ortografia simplificada'' a usar nas publicações oficiais e no ensino, que foi oficializada por portaria de 1 de Setembro de 1911.

Esta reforma (a primeira oficial em Portugal e que ficou conhecida por

'Reforma Ortográfica de 1911') foi bastante profunda e, ao fazer desaparecer muitas consoantes dobradas e os grupos <ph>, <th>, <rh>, modificou por completo o aspecto da língua escrita, aproximando-o muito do actual. No essencial, representa um retorno, parcial, à ortografia fonética da Idade Média (de que se diferencia, contudo, pela uniformidade com que é aplicada).

Nova ortografia cuja adopção não se fez sem resistências, quer em Portugal quer no Brasil, onde estalou a maior polémica. Apesar de lá existir há já longo tempo uma forte corrente 'foneticista', que se batia pela simplificação ortográfica, o não envolvimento dos brasileiros nesta reforma teve o efeito contrário de reforçar as correntes tradicionalistas, daí resultando ficarem os dois países com ortografias completamente diferentes: Portugal com uma ortografia reformada, o Brasil com a velha ortografia pseudo-etimológica.

Cabe abrir aqui um breve parêntesis para assinalar que conquanto pudéssemos aproveitar o ensejo para sobre ele discorrer, optámos, visto extrapolar o âmbito da presente reflexão, por omitir qualquer alusão à nova tentativa de homogeneização em curso, comummente designada Acordo Ortográfico, que, dada a quantidade de palavras cuja grafia será alterada (por não ser levada em conta a sua relevância no uso quotidiano) virá irrefragavelmente empobrecer ainda mais o idioma. Basta atentar no caso dos acentos e nas inimagináveis dificuldades (e quiproquós) que a sua supressão irá criar aos usuários ou utentes do idioma... Não menos, por certo, que a acarretada pelas consoantes mudas ou não articuladas em Portugal, mas que são normalmente pronunciadas no Brasil. Questões que urge (e se impõe) serem resolvidas até que seja elaborado um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, sem o qual o acordo se torna impraticável. Todavia, 'resolvidas' não no sentido (e nos moldes) em que apontam as alterações preconizadas, pois, ao contrário do que supõem os paladinos do idiomicídio em curso, não se trata de engessar o idioma, mas antes de agir como o jardineiro que, com algumas estacas estrategicamente posicionadas, orienta o crescimento da tenra planta, ajudando-a a medrar de forma plena e saudável.

Lamentavelmente, porém, a impressão que temos (e cremos maioritária) é que nesta controversa problemática o que menos tem importado

é o idioma. Com efeito, se o português já é ecumenicamente considerado uma língua 'difícil' – quer por ter demasiadas regras quer por cada uma delas conter numerosas excepções −, aduzir-lhe outras (ademais sem um estudo real das condições de uso do idioma) só contribuirá para dificultar a sua aprendizagem, *et pour cause* (tendência inelutável) a distanciar ainda mais a norma escrita da prática falada.

Quando, a nosso ver, a questão devia ser: não seria preferível conhecer-se melhor como é usado o idioma em vez de o reenquadrar em novas regras?, e, a partir do uso, então sim, criar regras e zelar para que se consolidem, para que não ocorram desvios que inviabilizem a normatização.

O que justifica a pergunta, nada despicienda: estará desta forma a preparar-se o terreno para eliminar também a padronização dos sons das letras, tendente a facilitar a inclusão nos dicionários hodiernos de risíveis neologismos do cariz dos que os dicionaristas coevos incluíram já como sendo palavras portuguesas? Quando, e isso é pacífico − visto demonstrarem à saciedade os exemplos de todos conhecidos faltarem estudos aprofundados sobre o idioma − , melhor fariam os cultores deste se (descendo à casuística, por exemplo ao caso dos estrangeirismos), usando as próprias regras já existentes, apontassem alternativas em português para as novas expressões surgidas, ou pelo menos indicassem formas de aportuguesamento das novas palavras estrangeiras, acomodando-as à lusofonia[4], do que abandonando o idioma a essas quebras cada vez mais comuns do seu regramento, ao mesmo tempo que tentam quebrar usos já consagrados pela tradição secular, mesmo que diferentes de uma região para outra.

Fechado o parêntesis e voltando um pouco atrás, à periodização antes efectuada, procuremos agora contextualizá-la: foi no século XV, já as línguas românicas se estavam a tornar oficiais, que surgiu a necessidade de se explicar a gramática e normalizar a ortografia; com este fim em vista, o procedimento adoptado foi imprimir os textos o mais próximo da fonética, reprodução tão fiel quanto possível dos sons da fala. E a verdade é que, forçoso se torna reconhecê-lo, uma vez aceites como normais certas flutuações gráficas, a ortografia deste século chegou a um nível de regularidade tal que ainda hoje podemos compreendê-las.

[4] Solução preconizada, há décadas, por Rodrigues Lapa (1979: 52): "Uma coisa é necessária quando o estrangeirismo assentou já raízes na língua nacional: vesti-lo à portuguesa."

Daí que, neste âmbito, o século XVI não tivesse tido motivos de preocupação, pois cada fonema era representado por uma única letra e cada letra representava um único fonema, sendo a ortografia do latim harmónica e variando apenas as palavras de origem grega e os estrangeirismos. Nesta concepção, em que as línguas nacionais se vão prestigiando, surge a necessidade de regularizar a sua ortografia (até por haverem aumentado as publicações e o público). E é justamente aqui que começam as divergências na escolha do modelo a seguir. A adopção da ortografia fonética (um símbolo para cada som) levantava uma questão não despicienda: não sendo a língua a mesma em todas as regiões, a opção por este sistema (que tivesse em conta apenas o aspecto fónico) implicaria representações gráficas distintas. Outro modelo equacionado foi a ortografia etimológica, mas a circunstância de muitos fonemas da língua de origem (latim) terem deixado de soar ou soarem de modo diferente revelou-se obstáculo intransponível; pensou-se então numa ortografia mista (mistura da ortografia fonética com a etimológica) que tivesse em conta as normas linguísticas dominantes e a maior facilidade que o emprego ora de uma grafia mais fonética ora mais etimológica proporcionaria; dualidade de critérios que, concluiu-se, dificultaria a aprendizagem das primeiras letras, razão que levou os gramáticos, para obstarem a essa provável confusão, a optarem por um critério único.

Passemos agora ao século XVII (verdadeiro cerne deste bosquejo) cuja principal peculiaridade foi a de mediar entre a ortografia fonética, de João de Barros, e a etimológica, de Duarte Nunes de Leão. Só que, não sendo a realidade assim tão linear, teve que lidar com problemas inexistentes no século precedente, tais como a equalização sonora do s intervocálico e do z, assim como do ss e do ç, que sempre haviam sido fonemas distintos, além de começar a fazer-se sentir o processo de unificação da pronúncia do 'ch' e do 'x'. (Teyssier, 2001: 50)

Trata-se, no que à ortografia concerne, de um período em que pontificou grande tolerância de posicionamentos (e, convenhamos, alguma indefinição): Vera, que preconiza que deve ser feita de acordo com a etimologia, também não exclui que se possa fazer de outro modo, conforme o uso do povo, isto é, segundo a ortografia fonética: "Porque a boa ortografia consiste em escrever como se pronuncia; e da mesma

maneira pronunciar como escrevemos." Posicionamento diverso (muito mais assertivo) é o de Madureira Feijó que, na primeira obra de vulto a tratar da ortografia no século XVII (a *Orthographia ou Arte de escrever,* atrás citada), faz a apologia da ortografia etimológica, aduzindo em defesa da sua teoria argumentos ponderosos:

> O certo he que lendo nos Auctores as palavras Acto, Dicto, Digno, Damno, Prompto, &c. como vemos as letras, com que escrevêraõ, mas não ouvimos o som, com que pronunciáraõ, huns lem, e pronunciaõ como sábios, louvaõ e imitaõ; outros lem, e pronunciaõ como néscios, estranhaõ e reprovaõ. E menos mal he que estes aprendaõ a pronunciar com acerto para escreverem sem erro, do que lançarmos fora as regras do Orthographia, para nós escrevemos como elles pronunciaõ; porque daqui se seguem estes inconvenientes. (Feijó, 1734: 13-14)

Amplitude de posicionamentos que, demonstrando nem tudo ser assim tão linear e cristalino, aconselha considerarmos outras perspectivas. O que faremos. Designadamente a de Clarice Assalim, um estudo recente e assaz rigoroso, que, *mutatis mutandis*, aproveitaremos.

Comummente caracterizado como resurreição dos estudos clássicos, o Renascimento levou os escritores do século XVI, devido ao fascínio que sobre eles exercia a cultura greco-latina, quer à tradução das obras deste período quer à sua imitação e assimilação. Resultado imediato deste procedimento é a intensificação da penetração, na língua portuguesa, de formas eruditas e semi-eruditas decalcadas do latim. Pelo menos é assim que Teyssier (2001: 69) o reputa:

> O latinismo vai consistir muitas vezes em adoptar uma ortografia etimológica para tornar a forma escrita das palavras mais próxima do latim; ex.: doctor por doutor. […] Em outros casos, o latinismo consistirá em dar preferência, entre as variantes de uma mesma palavra, à que parece mais semelhante à forma etimológica: assim *infamar* sobrepujará *enfamar.*

As consequências deste afluxo terminológico (em que proliferavam as consoantes dobradas e grupos consonantais como ph, th e rh) são fáceis de imaginar, tal como o seu influxo. E se a explicação para muitos deles radicava na própria etimologia, pletora de outros − regra geral

resultado do pretensiosismo de quem, julgando-se conhecedor do latim e do grego, se cingia a 'travestir', conferindo-lhe um aspecto gráfico alatinado, formas vulgares já existentes − não encontrava justificação plausível. E os abusos assim cometidos foram de tal monta que acabaram por ser determinantes para a alteração da designação (e estar-lhe subjacente) do período em questão, como afirma Coutinho (1976: 107):

> PERÍODO PSEUDO-ETIMOLÓGICO – inicia-se no século XVI e vai até o ano de 1904, em que aparece a Ortografia Nacional de Gonçalves Viana. O que caracteriza esse período é o emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonantais impropriamente chamados gregos, de letras como o y, k e w, sempre que ocorriam nas palavras originárias.

Acontece, contudo, que, não obstante ser crescente e inequívoca a adesão à ortografia etimológica e notória a sua primazia, começaram também a emergir vozes dissonantes contra este tipo de escrita, entre as quais pontifica, em 1660, a *Grammaire générale et raisonnée* (mais conhecida por *Gramática de Port-Royal*), de Arnaud e Lancelot, que, mesmo não sendo a precursora (pois já em 1576 Duarte Nunes de Leão propunha, na sua *Ortographia da lingoa portugesa*, uma ortografia simplificada) constitui o marco da ruptura com o modelo latino. Mas, por se nos afigurar que considerar a etimologização gráfica simples tentativa de normalização da língua escrita consubstanciaria uma visão redutora, cremos pertinente abrir aqui um breve parêntesis tendente a esclarecer os antecedentes desta propensão. O que nos propomos fazer de forma sucinta, cingindo-nos aos dados essenciais imprescindíveis para explicar a sua emergência, visto não estar no âmbito deste trabalho uma dissecção das determinantes do *statu quo*.

É consabido que o século que assinala o Renascimento marca também o início da Era Moderna e a inerente transição de sistemas: entre o feudal (corporativo, rural, autoritário), sustentado pela nobreza, e o capitalista (burguês, urbano, democrático), fundamentado na razão e no modo de produção industrial. O crescente poderio da burguesia urbana e a necessidade da obtenção de conhecimentos susceptíveis de a habilitarem a gerir as fortunas acumuladas impele os seus membros a patrocinar

a cultura, até aí incentivada pelo mecenato da nobreza, classe com a qual aquela, emergente, rivalizava mas com quem tinha em comum o desejo de emancipação da ingerência da Igreja na vida social. Razão por que a cultura (que, sendo pagã, as unia) agradava a ambas: à nobreza, por lhe permitir ganhar autonomia em relação ao catolicismo; e à burguesia porque não sendo esta cultura acessível a todos, demarcava fronteiras sociais. Percebe-se assim o empuxo etimológico a que a ortografia foi impelida *et pour cause* o abismo que a etimologização gráfica provocou em relação à modalidade falada da língua, fazendo nascer uma espécie de bilinguismo em que de um lado estava uma minoria escolarizada, culta (que começava a praticar uma modalidade de língua consentânea com o pensamento renascentista) e, do outro, a maioria analfabeta (o grosso das gentes, que continua a usar uma língua decalcada nos padrões medievais).

Dicotomia (a ditadura ortográfica imposta pela escrita etimológica e a consequente elitização da língua) que provocou reacções em nome da simplificação ortográfica que viriam a culminar, em 1904, com a publicação da *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, em cuja introdução se pode ler:

> Estou de há muito convencido, e várias vezes o tenho dito pela imprensa, de que a denominada ortografia etimológica é uma superstição herdada, um erro científico, filho do pedantismo que na época da resssurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar, porque a leitura e a consequente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quase sem protesto.

Importa, a propósito, referir que a perspectivação da língua portuguesa do século XVII como tentativa de renovação da linguagem renascentista com vista à recuperação do poder expressivo da palavra − que ainda assim não consegue erradicar resquícios da tradição medieval, embora de feição arcaizante − é feita a partir do texto poético, cuja produção, é consabido, é da responsabilidade de uma elite social. Pode, por isso, dizer-se que as etimologizações gráficas se misturam nos textos com as

grafias fonéticas, ou seja, conquanto perceptível, a tentativa de escrita etimológica não consegue obstar a que, amiúde, os escribas misturem essa escrita com formas da língua antiga. Razão por que é só após a publicação da *Ortographia* de Madureira Feijó, em 1734, que a escrita etimológica se normaliza.

Conquanto a denominação de pseudo-etimológico atribuída ao período em que se insere o século XVII seja pacífica para os que se dedicam aos estudos diacrónicos, uma compulsação dos tratados de ortografia seiscentistas permite perceber um indissimulável anelo de que se reproduza em letras aquilo que se realiza com palavras:

> o escrever, como se pronũncia, he com a penna imittar a lingua, estampar com letras aquillo, que declaramos com palavras: (não acrescentando nem diminuindo, pois não he necessário, antes fiqua sendo mais perfeito o modo de aquelle, que cõ esta arte imittar a natureza) & quanta mais propriedade tiuer nos pontos & acentos, tãta mais ventajem terá (Vera, 1631: 2v)

O exposto não legitima, tão-pouco permite, afirmar que o português do século XVII apresente apenas vestígios de um período ortográfico decalcado na fonética, ou seja, não é possível, com propriedade, afirmar que o português seiscentista apresente apenas formas residuais da escrita medieval. Como esclarece Mattos e Silva (1996: 17) há também que ter em linha de conta os vários acontecimentos históricos que marcaram o século XVI (*v.g.* o enriquecimento lexical decorrente da expansão marítima; o aparecimento do livro impresso; o surgimento dos primeiros tratados de ortografia) a que acresce, em consonância com o pensamento renascentista, o desejo de aprimorar a língua portuguesa aproximando-a do latim.

À luz das teorias atrás expendidas, cremos estarem criadas as condições para compreender melhor as dissemelhanças (e discrepâncias) patentes na generalidade das edições do *Mercúrio Portuguez,* que os extractos a seguir aduzidos − ínfima parte (conquanto a mais significativa) daquelas com que nos confrontámos aquando da compulsação desses textos − recolhem e concatenam, as quais serão acompanhadas de explicações dos mestres consultados, tendentes a justificarem o seu uso.

2.1. Ortografia do *Mercúrio Portuguez*

Independentemente do interesse conteudístico dos textos do *Mercúrio Portuguez*, por demais evidente − porque ubertosos de informação de inquestionável crucialidade para a compreensão de um período peculiar da nossa História − , o que primeiro desperta a atenção do leitor hodierno, cuja instrução se processou numa época em que a grafia da maioria das palavras é assaz diferente, é a forma como elas aí aparecem escritas. Seja pela sua estranha textura, que pode levar a admitir tratar-se de eventuais gralhas ou erros (como aqui, no caso dos advérbios de modo terminados em *–mente*, e em 'assucares'), seja por as desconhecer:

Nº	Mês	Ano	
38	Nov	1665	"de muitas fazendas, & a**ss**ucares"
41	Fev	1666	"fazerem as demonstraç**a**ens custumadas em taes **a**ccasioens"
40	Jan	1666	"& o foram seguindo a **crauinassos**"
42	Mar	1666	"parte do seu terço estaua **aproxado** ao forte"
46	Jul	1666	"noue deste mez pella manha**m**" "derrotados os inimigos, **namse** pode dizer como"
57	Jun	1667	"fugidos cobarde**mẽte**" "os mẽbros desproporcionada**mete** distãtes, & menos os desunidos" "do fogo que breve**mẽte** voraz a cõverteu em funestas cinzas"
58	Jul	1667	"Aqui cõcorre ambiciosa**mẽte** toda a fidalguia"

E se esta circunstância é já, *de per si,* perturbante q.b. para os menos versados, a surpresa aumenta, acabando por se instalar algum desconforto (ou, em casos extremos, disforia) quando, como com inusitada frequência acontece, reiteradamente deparam com o mesmo vocábulo grafado de duas formas diferentes ('hum'/'hũ', 'nem/'nẽ', 'fazẽdas'/'fazenda', 'hauia'/'auia', 'Cõde'/'Conde'), por vezes três, como acontece em 'Ju rumenha'/'Gerumenha'/'Ieromenha', 'Sãtarẽ'/'Sanctarem'/ 'Sãtarem', 'Concelho'/'Cõcelhos'/'Conselho', 'alẽ'/'âlem'/'àlẽ', ou 'nam'/'nàm'/

'naõ'). Mas nada melhor que, a título de ilustração do afirmado, introduzir um quadro sinóptico de algumas das flutuações mais frequentes:

Nº	Mês	Ano		Nº	Mês	Ano	
4	Abr	1663	"em Alentejo hũa muito notauel de **hum** exercito Portuguez em 21. deste Janeiro passado sobre **Juru**menha"	53	Fev	1667	"& naõ sendo larga a distãcia daquelle sitio a **Geru**menha, **nem** ao estrondo se deu ouuidos, **nẽ** âs luzes olhos"
				49	Out	1666	"sa**h**indo de **Iero**menha aos dous deste me**z**"
54	Mar	1667	"Em **Sanctarem**, Villa notavel do nosso Portugal"	40	Jan	1666	"puzesse **hũ** na noua Igreja de N. S. da Piedade de **Sãtarẽ**"
				58	Jul	1667	"na sempre nobre, & leal Vila de **Sãtarem**"
40	Jan	1666	"o **Conde** de Schomberg emviou a S. Magestade a Saluaterra"	40	Jan	1666	"Neste mez de Ianeiro; sabẽdo o **Cõde** de Schomberg"
44	Mai	1666	"Assi se executou, apresentandose o Gouernador ao **Conde de Schomberg** com mũi rasgados cõprimentos"	44	Mai	1666	"quãdo à tarde fez o castello chamada, & perguntou se estaua alli o **Cõde de Schõberg**?"

56	Mai	1666	"Nuno de Mendoça, Conde de Val do Reys, do **Conselho** de sua Magestade"	55	Abr	1667	"Governava toda esta armada Alexandre de Sousa Freire, do **Concelho** de Guerra de sua Magestade"
							"do **Concelho** de Estado de sua Magestade, que tinha acabado o seu governo"
							"Francisco Ferreira Rebelo, dos **Cõcelhos** da Fazenda, & Vltramarino, que levava as capitulaçoẽs da liga"
41	Fev	1666	"**tãbẽ** do **Conselho** de Estado"	41	Fev	1666	"do mesmo **Cõselho** de Estado"
				48	Set	1666	"com infanteria, porque a aspereza da terra **nam** he capaz de cauallos"
53	Fev	1667	"& **naõ** sendo larga a distãcia daquelle sitio"	46	Jul	1666	"& porque **nam** pode preverter a hum"
				61	Dez	1666	"**nàm** se atreueram a prosseguir"
24	Nov	1666	"Veio mais repartida pellos nauios de guerra a **fazenda**"	24	Nov	1666	"**alẽ** de outras **fazẽdas**, & veio cõ ella outro nauio de guerra"
				13	Jan	1666	"**àlẽ** de outros muitos recontros"
8	Ago	1663	"**álem** dos socorros com que se lhes não falta"	21	Ago	1664	"**âlem** de algũas janellas"

				16	Abr	1664	“seguindo differente caminho do que **atêgora**,”
				21	Ago	1664	“maiores felicidades [que] **atègora**”
				46	Jul	1666	“mas **nam** se buscaram **atégora**”
44	Mai	1666	“que elle **tambem** não deixa de experimentar”	44	Mai	1666	“& **tàbẽ** se deixâraõ ficar algũs soldados”
				47	Ago	1666	“& se foi **tãbẽ** Madama du Puy
47	Ago	1666	“o Bispo leuaua **tambem** huma lindíssima carroça”	41	Fev	1666	“**tãbẽ** do Conselho de Estado”
							“& ferragẽs inuernizadas **tãbem** de negro”
36	Set	1665	“fugisse sem auer pel**ej**ado; nem pel**ej**ou numero que chegasse a”	8	Ago	1663	“a gloria de quem pel**ei**ja pella Patria”
							“pel**ei**jando por seu braço”
			“fugir os inimigos sem pel**ej**arem”				“depois de pel**ei**jar com o mesmo valor”
39	Dez	1665	“mais inclinado a tretas, que a pel**ej**ar em descoberto”				

8	Ago	1663	"alcançar a insigne v**it**oria de Alg**i**barrota"	32	Jun	1665	"Esta fue la gloriosa v**ict**oria de los Portugueses"
*	Jul	1664	"que se devẽ a semelhante v**it**oria"	39	Dez	1665	"custounos tão insigne vi**c**toria"
44	Mai	1666	"**V**ltimamente os deixou o inimigo v**it**oriosos	40	Jan	1666	"animados cõ tantas vi**c**torias"
38	Nov	1665	"determinava seguir a **reta**guarda do inimigo"	38	Nov	1665	"pellos lados, & na **retra**guarda"
							"o inimigo viesse carregarlhe a **retra**guarda"
				42	Mar	1666	"só alguns poucos da **retra**guarda tentarão fazer hũa pequena resistência"
47	Ago	1666	"vinte & tantos soldados da **reta**guarda"	36	Set	1665	
				49	Out	1666	"que logo na primeira marcha lhe seguio a re**tra**guarda"
40	Jan	1666	"O acerto com que Mercurio **prognosticou** nos princípios […] incita os le**y**tores a desejarem que faça tãbem **prognostico** do que começa"	25	Dez	1664	"donde jà se infere o que della se nos póde **pronosticar**"
				41	Fev	1666	"o **Pronostico** que Mercurio fez"

47	Ago	1666	"com hum grande **trem** de coches, & de muita gente." "com o seu **trem** de três bizarras carroças a seis cavallos"	36 46	Set Jul	1665 1666	"algũas mullas do **trein** da artelheria" "com grande **traim** de carros, & gados"
41 47	Fev Ago	1666 1666	"por via do Cabido da Sé ás **Parochias**" "daquella **Parochia** de S. Bertholameu"	41	Fev	1666	"não desse tempo a vir o Senhor da **Parrochia**"
49	Out	1666	"todos hauiam lançado sortes sobre a **pro-**cedência das quadrilhas"	49	Out	1666	"nam quer Mercurio arriscarse à queixa da **pre**cedência das nomeaçoens"
52	Jan	1667	"fo**y** a festa solennissima"	52	Jan	1667	"Fo**i** acompanhado de seus criados"

E se este âmbito − o das grafias dissemelhantes para o mesmo vocábulo − é já em si um foco de indefinição e de aleatório, pelas variantes não raro insólitas que evidencia, a conjugação do verbo haver (com ou sem h) constitui nele um caso particular (paradigma negativo) dada a coincidência, por demais óbvia, de algumas das suas formas com as de outros verbos e, daí decorrente, pelas confusões que propicia (com o verbo ouvir, no segundo exemplo; com o agir, no terceiro e com o aviar no quarto) dando assim origem aos sempre perniciosos equívocos, aqui perspicuamente patentes:

Nº	Mês	Ano		Nº	Mês	Ano	
36	Set	1665	"Aos 28. deste mez chegou auiso de **auer** fallecido ElRey de Castella"	49	Out	1666	"& tambem o auisaua de o **haver** feito a todos aquelles lugares."
18	Jun	1664	na facção **ouue** tambem mortos, & muitos feridos"	27	Fev	1665	"As chuuas, & tempestades que **houue** neste mez"
36	Set	1665	Deos por sua misericordia, lhe **haja** perdoado o insistir nesta guerra injusta"	46	Jul	1666	"Que pelejando **aja** bons ou maos successos, he muito ordinario;"
38	Nov	1665	"& seruia nas nossas fragatas **hauia** dous annos"	40	Jan	1666	"em que **auia** 4. cõpanhias de cauallo remontadas nas que **auião** sido daquelle famoso regimẽto"

O que permite asseverar serem as alterações na grafia das palavras – abstraídas outras, mais ou menos perturbantes para quem queira fazer da leitura do *Mercúrio* um momento de fruição, concomitante da informação – as mais exasperantes. Na verdade, é tal a recorrência das discrepâncias com que amiúde somos confrontados, aquando da leitura, que esta não pode deixar de, em maior ou menor grau, ser afectada, e se algumas dessas dissemelhanças não constituem óbice insuperável para a intelecção global do lido, outras há que a dificultam sobremaneira e, em casos pontuais, inviabilizam mesmo a descodificação da mensagem que se pretendia veicular.

Ainda assim, cremos que, de todas as identificadas, as que mais constrangimentos produzirão serão, sem dúvida, as que concernem às terminações verbais, visto mudarem radicalmente o referente temporal para que aponta o enunciado: sendo, hodiernamente, a terminação **ão** mar-

ca peculiar e indissociável do futuro (algo a acontecer num momento posterior ao da enunciação), o que nos textos em apreço se verifica é remeter a mesma para o passado, como os exemplos a seguir aduzidos demonstram, o que, num momento de desatenção, pode situar o texto no limiar do *non-sens:*

Nº	**Mês**	**Ano**	
2	Fev	1663	"que se auistauão, & falauão particularmete como amigos; depois de descobrio que tratauão cõ ordẽ de seus Reys; tiue**raõ** varias cõferencias, […]. Finalmete em hũa tregoa de hũ mez que acorda**rão** na Prouincia de Entre Douro & Minho & Galiza"
3	Mar	1663	"saì**raõ** ellas ao encõtro; mas os nossos as inuisti**raõ** com tal resoluçaõ, que ás cutiladas as fize**raõ** recolher pellas portas dẽtro"
4	Abr	1663	"Hum Francez, & dous Portuguezes as liaõ no pateo da Capella com tantas risadas que conuid**àraõ** muita gente de varias naçoens a ouuillas."
5	Mai	1663	"clamando todos que quer**iaõ** ir peleijar com o Castelhano." "a roubar (entre o viuas delRey) três Casas onde entend**èraõ** que hauia cabedal; & passar**iaõ** a outras, se os não impedira a authoridade de fidalgos que acod**iraõ**"
6	Jun	1663	"& os nossos mostr**áraõ** bẽ a ventagem que em tudo lhes fazem."
7	Jul	1663	"vendo que os seus começa**uaõ** a fraquear, quis chegarse a exortalos;" "o mont**arão** em hum cauallo de hum soldado, em que logo sẽ mais tino voltou a correr," "Indo fugindo, pass**àrão** junto do nosso forte"
8	Ago	1663	"for**aõ** duas mulheres cegas pedirlhe vista, & logo a alcanç**àraõ**."
10	Out	1663	"ambos for**ão** presos; & depois de enforcados, for**ão** esquartejados, & vltimo tambem arrastado;"

17	Mai	1664	“No lugar de Alcains entr**áraõ** quatrocentos cauallos, & mat**âraõ** dez, ou doze lauradores, ferindo outros tantos que com valentia barbara sai**raõ** a pelejar”
18	Jun	1664	“& dos Portuguezes que lhe for**ão** ser companheiros na facção”
*	Jul	1664	“escapando elle entre alguns Officiaes que o for**aõ** leuando”
20	Jul	1664	“fic**àrão** os inimigos immoueis […] com golpes os despert**àrão** a fugir.” “Os lauradores que acudi**raõ** do Paìz o hi**aõ** seguindo com nuuens de pedradas”
25	Dez	1664	“que os companheiros quize**raõ** vingar sem piedade.”
29	Abr	1665	“leu**ârão** a mais luzida gente que se embarcou há muitos annos”
31	Jun	1665	“Os mortos não cheg**âraõ** a setecẽntos, passãdo â melhor vida que lhes grãgeou a virtude com que obr**àrão** por sua patria.” “que em batalha cãpal […] hou**uerão** os Portugueses” “fomos ganhado a terra que perdi**ão**”
34	Jul	1665	“os seus haui**ão** pelejado valerosamente” “outros se consola**uão** com a grande perda” “pelo que se retir**arão** […]; & que com raiua […] hauiaõ morto a sangre frio todos os oito mil prisioneiros”
37	Out	1665	“nos bateis que acudi**raõ** das outras fragatas que esta**uaõ** à vista.”
38	Nov	1665	“o farol que todas segui**ão**”
40	Jan	1666	“remontadas nas que **auião** sido daquelle famoso regimẽto”
42	Mar	1666	“entr**àraõ** com hũa partida de cauallaria em duas herdades junto a Eluas, & mat**àraõ** a sangue frio as pessoas que nellas ach**àraõ**, & lev**âraõ** algũs rebanhos de ouelhas.”
43	Abr	1666	“se fic**âraõ** defendendo […] for**aõ** rotos pello excessivo numero do inimigo;”

53	Fev	1667	"que trazi**aõ** hũa leua de Italianos, que perec**éraõ** todos" "cõ o que se persuad**iraõ** os soldados Portugueses"
54	Mar	1667	"& os moradores, os que pud**érão** se for**ão** retirando para a Villa, […] o sacco, no qual se aproveit**ùrão** bastantemẽte os soldados" "se resolver**ão** depois de dezoito dias a dezenterrar o menino, & dezenterrando o acha**rão** sem corrupção alguma"
55	Abr	1667	"todos naquella marè dezembocùrão a foz do nosso Tejo"
57	Jun	1667	"que os fugidos cobardemẽte deix**ârao**, colhe**raõ** riquissimos despojos"

* Número extraordinário.

Discrepâncias que dada a exiguidade temporal da amostra – cujo período de análise se cinge, no global, a escassos quatro anos e meio (de Janeiro de 1663 a Julho de 1667, duração da publicação do *Mercúrio*) − e ainda ao facto de, nela, ocorrerem em parágrafos contíguos, quando não na mesma linha, não podem ser imputáveis à evolução natural da língua ao longo dos tempos. Motivo assaz ponderoso para justificar que sobre elas nos detenhamos com vista a encontrar uma explicação minimamente plausível.

Porém, para *ab ovo* nos entendermos e deste modo obviar a qualquer quiproquó, importa saber do que falamos quando aludimos à ortografia e, por isso, começar pela definição do conceito que, não carecendo de ser técnica (conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correcta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais tónicas, abertas ou fechadas, processos fonológicos como a crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintácticas da língua e motivados por tais funções), podemos, de forma sucinta, equacionar como conjunto de regras relativas à forma correcta de escrever as palavras de uma língua.

Conceito que por através dos tempos ter evidenciado sempre inegável falta de uniformização foi, de forma mais acentuada pelo menos desde o século XVI, assunto de discussão entre os estudiosos da língua. Com

efeito, a ortografia constituiu já, sobretudo na sua fase inaugural, durante o século XVI, tema preponderante nos estudos gramaticais da língua portuguesa, tendo estado subjacente ao aparecimento de vários ortógrafos (do século XVII ao XVIII), destarte criando uma verdadeira tradição linguístico-filológica nos estudos do português. Espaço privilegiado de debate, este de que desfrutara, mas que ao longo do século XIX foi progressivamente perdendo para outras abordagens gramaticais da língua, chegando ao ponto, na passagem do século, de quase desaparecer de algumas gramáticas (mesmo das mais conceituadas). Pior, no entanto, foi, em certo sentido, o que aconteceu durante o século passado (XX), em que, apesar de o assunto ter concitado maior consistência teórica e mais fôlego combativo, os estudos acerca da ortografia portuguesa praticamente se reduziram a inconsequentes querelas ortográficas mais proclives a responder aos interesses da política linguística dos países lusófonos (preferível seria dizer das instituições promotoras dessa(s) política(s)) do que a uma genuína preocupação com a questão ortográfica em si.

Imputação fácil de sustentar se atentarmos no facto de em muitas das questões acerca da ortografia da língua portuguesa se terem sobreposto vaidades (e egos) nacionais − é, aliás, indissimulável a prevalência de um difuso sentimento nacionalista, que encontra no âmbito destas questões terreno fértil para o seu incremento − em detrimento de um salutar congregar estudos que tivesse como foco primordial a uniformização da ortografia da língua portuguesa.

A consequência é que apesar dos esforços efectuados (mais aparentes que reais, convenhamos), tendentes a minimizar a reconhecida anarquia que desde os primórdios da língua portuguesa imperou na nossa ortografia, parece que as *démarches* de consolidação de um padrão ortográfico nas nossas gramáticas foram debalde, se revelaram improfícuas, *et pour cause* desiderato remetido para as calendas homogeneizar ao máximo a grafia dos vocábulos (desiderato que se nos afigura acabará por ficar no plano das intenções, tais as divergências que, na prática, subsistem e permanecerão ainda por muito tempo).

Visto serem bastante díspares na sua génese e, daí, heterogéneas as situações tipificadas, amplo o leque de disparidades identificadas (cujo único ponto comum é a dissemelhança em relação à grafia actual), ainda

que nem todas outrossim perturbadoras − de facto, se umas não afectam sobremaneira a fluidez da leitura já outras constituem sérios obstáculos à sua prossecução, quase inviabilizando a intelecção dos conteúdos − afigura-se-nos indicado usar um critério que contemple simultaneamente a vertente quantitativa (de recorrência) e a de constrangimento (desconforto) produzido. E deste prisma é inconcutível serem as terminações dos verbos e os grafemas u/v os que mais dificuldades criam, razão pela qual por eles iniciamos a nossa reflexão.

3. Flutuações ortográficas no *Mercúrio Portuguez* e sua explicação

3.1. Verbos em <-ão> ou <-am>

Com um número residual de ocorrências de futuro (pelo menos identificadas) −

26	Jan	1665	"huns não torna**rão**, outros tra**rão** o numero muito diminuto"
49	Out	1666	"na relaçam deste successo **verà** elle, & ve**ram** todos os leitores"

− o resto divide-se entre presente (muito menos) e passado (maior número) sobre os quais juntamos dois quadros: o próximo, em que fazemos uma listagem de parte considerável dos assinalados; e o segundo, onde, de forma a obter melhor visualização da dissemelhança quantitativa, pomos lado a lado as terminações <ão> e <am> quer para presente quer para passado:

1.

Nº	**Mês**	**Ano**	
2	Fev	1663	"que se auistauão, & falauão particularmete como amigos; depois de descobrio que tratauão cõ ordẽ de seus Reys; tiue**raõ** varias cõferencias, […]. Finalmete em hũa tregoa de hũ mez que acorda**rão** na Prouincia de Entre Douro & Minho & Galiza"

3	Mar	1663	“saì**raõ** ellas ao encõtro; mas os nossos as inuisti**raõ** com tal resoluçaõ, que ás cutiladas as fize**raõ** recolher pellas portas dẽtro”
4	Abr	1663	“Hum Francez, & dous Portuguezes as liaõ no pateo da Capella com tantas risadas que conuid**àraõ** muita gente de varias naçoens a ouuillas.”
5	Mai	1663	“clamando todos que quer**iaõ** ir peleijar com o Castelhano.” “a roubar (entre o viuas delRey) três Casas onde entend**èraõ** que hauia cabedal; & passar**iaõ** a outras, se os não impedira a authoridade de fidalgos que acod**iraõ**”
6	Jun	1663	“& os nossos mostrá**raõ** bẽ a ventagem que em tudo lhes fazem.”
7	Jul	1663	“vendo que os seus começauaõ a fraquear, quis chegarse a exortalos;” “o monta**rão** em hum cauallo de hum soldado, em que logo sẽ mais tino voltou a correr,” “Indo fugindo, pass**àrão** junto do nosso forte”
8	Ago	1663	“for**aõ** duas mulheres cegas pedirlhe vista, & logo a alcanç**àraõ**.”
10	Out	1663	“ambos fo**rão** presos; & depois de enforcados, fo**rão** esquartejados, & vltimo tambem arrastado;”
13	Jan	1664	“& em nenhũa (couza bem admirauel) deix**árão** de ser vencidos” “Nesta porta se ape**árão** todos”
16	Abr	1664	“sustẽtãdose não poucos, cõ despezas maiores do que prometiaõ seus cabedaes, sẽ se saber dõde lhes podiaõ vir.” “for**aõ** presos muitos, & algũs que auia annos inteiros que nunca de dia saìaõ de suas casas, e sò nas noites hiaõ ao que lhes parecia”
17	Mai	1664	“No lugar de Alcains entrár**aõ** quatrocentos cauallos, & matâr**aõ** dez, ou doze lauradores, ferindo outros tantos que com valentia barbara sair**aõ** a pelejar”
18	Jun		“& dos Portuguezes que lhe for**ão** ser companheiros na facção”

*	Jul	1664	“E sendo a noua desta batalha tão digna de aplausos, **não** quis dilatar a V. Mag. a conta della” “escapando elle entre alguns Officiaes que o for**aõ** leuando”
20	Jul	1664	“fic**àrão** os inimigos immoueis […] com golpes os despert**àrão** a fugir.” “Da caualleria for**ão** mortos, & prisioneiros trezentos & trinta; os duzẽtos cauallos se recolh**èrão** logo; os cento & trinta for**ão** aparecendo nos dias seguintes em diuersas partes;” “Os lauradores que acudir**aõ** do Paìz o hiaõ seguindo com nuuens de pedradas”
25	Dez	1664	“que os companheiros quizer**aõ** vingar sem pieda-de.” “que se repartir**aõ** alegremente entre os soldados.”
29	Abr	1665	“leu**ârão** a mais luzida gente que se embarcou há muitos annos”
30	Mai	1665	“for**ão** neste mez de Mayo em Viana enforcados”
31	Jun	1665	“Os mortos não cheg**âraõ** a setecẽntos, passãdo â melhor vida que lhes grãgeou a virtude com que obr**àrão** por sua patria.” “que em batalha cãpal […] hou**uerão** os Portugue-ses” “fomos ganhado a terra que perdi**ão**”
34	Jul	1665	“os seus hau**ião** pelejado valerosamente” “outros se consola**uão** com a grande perda” “pelo que se retirar**ão** […]; & que com raiua […] hau**iaõ** morto a sangre frio todos os oito mil prisio-neiros”
37	Out	1665	“nos bateis que acudir**aõ** das outras fragatas que esta**uaõ** à vista.”
38	Nov	1665	“o farol que todas segui**ão**”
39	Dez	1665	“nos chegar**aõ** muitas ceuadas de varias partes”
40	Jan	1666	“remontadas nas que aui**ão** sido daquelle famoso regimẽto” “Renderaõse, entregado os cauallos armas,”

42	Mar	1666	"entr**àraõ** com hũa partida de cauallaria em duas herdades junto a Eluas, & mat**àraõ** a sangue frio as pessoas que nellas ach**àraõ**, & levâ**raõ** algũs rebanhos de ouelhas."
43	Abr	1666	"de como hi**ão**, & do poder que leuau**ão**." "se ficâr**aõ** defendendo […] foraõ rotos pello excessivo numero do inimigo;"
53	Fev	1667	"que trazi**aõ** hũa leua de Italianos, que perecér**aõ** todos" "cõ o que se persuadìr**aõ** os soldados Portugueses"
54	Mar	1667	"& os moradores, os que pudérão se for**ão** retirando para a Villa, […] o sacco, no qual se aproveit**ârão** bastantemẽte os soldados" "se resolver**ão** depois de dezoito dias a dezenterrar o menino, & dezenterrando o acharão sem corrupção alguma"
55	Abr	1667	"todos naquella marè dezembocàrão a foz do nosso Tejo"
57	Jun	1667	"que os fugidos cobardemẽte deix**ârao**, colher**aõ** riquissimos despojos"
45	Jun	1666	"que padecer**am** o mesmo trabalho; & acabar**am** de enriquecer a todos os soldados" "& todos ach**àram** muito de que escolher, indo deixando o que trazi**am** por carregarem do mais preciso que depois achau**am**."
46	Jul	1666	"A vista de tanto poder, nos desemparar**am** logo quatro mil dos nossos negros;" "peleja**ram** seis horas admirauelmente; obra**uam** os inimigos com grande valor" "dos Portugueses foram feridos sôs doze" "Fizeramse prisioneiros"
47	Ago	1666	"esta**uam** magnificamente ornadas"
50	Nov	1666	"hau**iam** procedido sempre com valor, & como deu**iam**."
51	Dez	1666	"que vendonos mudos, imprim**iam** licenciosamente relaçoens fantasticas do que deseja**uam**"
52	Jan	1667	"contender**am** em tam sanguinosas batalhas."

* Número extraordinário de Julho de 1664

2.
2.1. Presente:

Nº	Mês	Ano	<aõ>	Nº	Mês	Ano	<am>
8	Ago	1663	"pedindo todos com instancia passaportes para suas terras, atê que se lhes pass**aõ** […], com ajudas de custo, que a todos se **daõ** para partirem"	46	Jul	1666	"vejase como h**am** de ser conquistadores"
10	Out	1663	"que estes s**ão** os premios que alcanç**ão** os que seruem a Castella."	49 52	Out Jan	1666 1667	"estam para se fazer ainda nelle justas" "estam entre sy com aquella concordância em que os deixou"
12	Dez	1663	"as grandes virtudes de Sua Magestade se grange**aõ** justamente aquelle amor"	51	Dez	1666	"estas relaçoens h**am** de ser o melhor documento"
17	Mai	1664	"como as fronteiras **são** largas, & he impossiuel [que] as guardas assis**tão*** em todos os lugares"				

58	Jul	1667	"& aqui se escolhẽ, & daqui se lev**ão** os sugeitos benemeritos" "pelos singulares talẽtos, que a ilustr**ão**:"				

* Presente do conjuntivo.

2.2. Passado

Nº	**Mês**	**Ano**	**<aõ>**	**Nº**	**Mês**	**Ano**	**<am>**
2	Fev	1663	"que se auistat**uão**, & falauão particularmete como amigos; depois de descobrio que trata**uão** cõ ordẽ de seus Reys; tiue**raõ** varias cõferencias, […]. Finalmete em hũa tregoa de hũ mez que acorda**rão** na Prouincia de Entre Douro & Minho & Galiza"	45	Jun	1666	"que padece**ram** o mesmo trabalho; & acaba**ram** de enriquecer a todos os soldados" "& todos achàr**am** muito de que escolher, indo deixando o que trazi**am** por carregarem do mais preciso que depois achau**am**."

3	Mar	1663	"saì**raõ** ellas ao encõtro; mas os nossos as inuisti**raõ** com tal resoluçaõ, que ás cutiladas as fize**raõ** recolher pellas portas dẽtro"	46	Jul	1666	"A vista de tanto poder, nos desempa**raram** logo quatro mil dos nossos negros;" "peleja**ram** seis horas admirauelmente; obra**uam** os inimigos com grande valor" "dos Portugueses fo**ram** feridos sôs doze" "Fizer**am**se prisioneiros"
4	Abr	1663	"Hum Francez, & dous Portuguezes as li**aõ** no pateo da Capella com tantas risadas que conuid**àraõ** muita gente de varias naçoens a ouuillas."	47	Ago	1666	"esta**uam** magnificamente ornadas"

5	Mai	1663	“clamando todos que quer**iaõ** ir peleijar com o Castelhano.” “a roubar (entre o viuas delRey) três Casas onde entend**èraõ** que hauia cabedal; & passar**iaõ** a outras, se os não impedira a autho-ridade de fidalgos que acod**ìraõ**”	50	Nov	1666	“hau**iam** proce-dido sempre com valor, & como deu**iam**.”
6	Jun	1663	“& os nossos mostr**áraõ** bẽ a ventagem que em tudo lhes fazem.”	51	Dez	1666	“que vendonos mudos, impri-m**iam** licenciosa-mente relaçoens fantasticas do que desej**auam**”
7	Jul	1663	“vendo que os seus começa**uaõ** a fraquear, quis chegarse a exor-talos;” “o mont**arão** em hum cauallo de hum soldado, em que logo sẽ mais tino voltou a correr,” “Indo fugindo, pass**àrão** junto do nosso forte”	52	Jan	1667	“contende**ram** em tam sanguino-sas batalhas.”

8	Ago	1663	"for**aõ** duas mulheres cegas pedirlhe vista, & logo a alcan-**çàraõ**."				
10	Out	1663	"ambos fo**rão** presos; & depois de enforcados, fo**rão** esquartejados, & vltimo tambem arrastado;"				
13	Jan	1664	"& em nenhũa (couza bem admirauel) deix**árão** de ser vencidos" "Nesta porta se ape**árão** todos"				
16	Abr	1664	"sustẽtãdose não poucos, cõ despezas maiores do que prometi**aõ** seus cabedaes, sẽ se saber dõde lhes podi**aõ** vir." "for**aõ** presos muitos, & algũs que auia annos inteiros que nunca de dia saì**aõ** de suas casas, e sò nas noites hi**aõ** ao que lhes parecia"				

17	Mai	1664	"No lugar de Alcains entr**áraõ** quatrocentos cauallos, & mat**âraõ** dez, ou doze lauradores, ferindo outros tantos que com valentia barbara sair**aõ** a pelejar"				
18	Jun	1664	"& dos Portuguezes que lhe for**ão** ser companheiros na facção"				
*	Jul	1664	"E sendo a noua desta batalha tão digna de aplausos, **não** quis dilatar a V. Mag. a conta della" "escapando elle entre alguns Officiaes que o for**aõ** leuando"				

20	Jul	1664	"fic**àrão** os inimigos immoueis […] com golpes os despert**àrão** a fugir." "Da caualleria for**ão** mortos, & prisioneiros trezentos & trinta; os duzẽtos cauallos se recolh**èrão** logo; os cento & trinta for**ão** aparecendo nos dias seguintes em diuersas partes;" "Os lauradores que acudi**raõ** do Paìz o hi**aõ** seguindo com nuuens de pedradas"				
25	Dez	1664	"que os companheiros quize**raõ** vingar sem piedade." "que se repart**iraõ** alegremente entre os soldados."				
29	Abr	1665	"leu**ârão** a mais luzida gente que se embarcou há muitos annos"				
30	Mai	1665	"fo**rão** neste mez de Mayo em Viana enforcados"				

31	Jun	1665	"Os mortos não cheg**âraõ** a setecẽntos, passãdo â melhor vida que lhes grãgeou a virtude com que obr**àrão** por sua patria." "que em batalha cãpal […] houue-**rão** os Portugueses" "fomos ganhado a terra que perdião"				
34	Jul	1665	"os seus hau**ião** pelejado valerosamente" "outros se consola**uão** com a grande perda" "pelo que se reti**rarão** […]; & que com raiua […] hau**iaõ** morto a sangre frio todos os oito mil prisioneiros"				
37	Out	1665	"nos bateis que acudi**raõ** das outras fragatas que esta**uaõ** à vista."				
38	Nov	1665	"o farol que todas segui**ão**"				
39	Dez	1665	"nos cheg**araõ** muitas ceuadas de varias partes"				

40	Jan	1666	"remontadas nas que **auião** sido daquelle famoso regimẽto" "Rende**raõ**se, entregado os cauallos armas,"				
42	Mar	1666	"**entràraõ** com hũa partida de cauallaria em duas herdades junto a Eluas, & **matàraõ** a sangue frio as pessoas que nellas **achàraõ**, & **levâraõ** algũs rebanhos de ouelhas."				
43	Abr	1666	"& do poder que leua**uão**." "se ficâraõ defendendo […] for**aõ** rotos pello excessivo numero do inimigo;" "de como hi**ão**, & do poder que"				
47	Ago	1666	"por guias delle, hi**aõ** os dous Procuradores"	47	Ago	1666	"Hi**am** logo os Ministros da justiça da Cidade" "Detrás das liteiras hi**am** as carroças" "& com ellas hi**am** as outras Senhoras"

53	Fev	1667	"que trazi**aõ** hũa leua de Italianos, que pere**céraõ** todos" "cõ o que se persuadi**raõ** os soldados Portugueses"				
54	Mar	1667	"& os moradores, os que pudérão se fo**rão** retirando para a Villa, […] o sacco, no qual se aproveità**rão** bastantemẽte os soldados" "se resolve**rão** depois de dezoito dias a dezenterrar o menino, & dezenterrando o acha**rão** sem corrupção alguma"				
55	Abr	1667	"todos naquella marè dezembocà**rão** a foz do nosso Tejo"				
57	Jun	1667	"que os fugidos cobardemẽte deix**ârao**, colhe**raõ** riquissimos despojos"				

Inferência imediata e irrefragável a retirar dos dados atrás concatenados, nos quadros, é ser por demais notória a existência de acentuadas discrepâncias − consubstanciada na oscilação entre as terminações <-am> e <-ão>, seja no passado, presente ou futuro − no que às terminações dos diferentes tempos verbais respeita.

Afigurando-se ser demasiado simplista considerar estas flutuações de grafia entre as formas nasalizadas meros vestígios da forma mais antiga <-am> decidimos ir em busca de uma explicação minimamente plausível para semelhantes discrepâncias. E a primeira conclusão que se nos oferece é estar a consensualidade ausente das regras propostas pelos gramáticos seiscentistas. De facto, se Vera, em total coerência com o preconizado no capítulo em que se debruça sobre esta matéria − "Polo que se quizermos escrever, como pronunciamos, terminemos no ditongo ao todos os verbos, & nomes Portugueses, & não em, am, que he pronunciação alheia, da que lhe damos" (1631: 25 v.) −, termina pelo ditongo <-ão> (independentemente de se tratar de passado, presente ou futuro) todas as formas verbais que emprega, já Bento Pereira (1666: 64), conquanto sem ousar "condenar o vulgar modo de escrever *aõ*, usado de muitos", prefere a forma <-*am*>, precipuamente para diferenciar os tempos verbais:

> os que escrevevem com *ao*, *til, aõ*, estam expostos, como já dissemos, a grande confusam; porque, ou seja, *v.g*. *entráram,* de pretérito, ou entrarám, no futuro, tudo escrevem com *ao, til, aõ*; mas os que usaõ de *am* no pretérito, põem accento na penúltima; *entráram*, no futuro põem o accento na ultima, *entrarám.*

Curiosamente (ou paradoxalmente?), e não obstante a coerência que imbui a sua prescrição, ele mesmo não diferencia, no presente do indicativo, o uso de <-am> e <-ão>, empregando ora 'acabam' ora 'acabaõ' (p. 36); oscilando no pretérito imperfeito entre 'obrigavam' e 'propunhão' (p. A2) e, contrariando a sua própria regra, escreve, na página 20: "Na lingua Latina se usâraõ".

Ilação inquestionável do cotejo das respectivas teses é a falta de consenso entre os dois ortógrafos citados, com o primeiro a dar primazia à pronúncia (que pontifica) e o segundo a pôr a tónica na etimologia.

Passando aos gramáticos contemporâneos, enquanto Teyssier (2001: 46) nos revela que por volta de 1500 "todas as palavras da língua que possuíam primitivamente -an (-*am*) e on (-*om*) convergiram desta maneira para uma só terminação em -*ão*. É o caso das formas verbais tónicas […]; e as formas verbais átonas", já Said Ali (1964) admite a hipó-

tese de ter havido confusão entre as formas finais <-õ> e <-ã>, sobretudo quando não oxítonas, o que poderá ter acelerado o processo de se juntar a <-ã> a vogal <o>, daí resultando o ditongo <-ão>.

Dada a disparidade das teses em presença, a falta de consensualidade entre os ortógrafos seiscentistas − que não são coincidentes nem coerentes com as normas que propõem − e não podendo as flutuações de grafia entre as formas nasalizadas ser consideradas somente vestígios da forma mais antiga <-am>, resta-nos concluir que o que a oscilação entre as terminações <-am> e <-ão> (seja no passado, presente ou futuro) denota é a ausência de outro critério que não o fonético para a escrita dessas mesmas formas verbais.

3.2. Flutuações gráficas entre <u> e <v>

O número de exemplos recolhidos no próximo quadro, assaz pregnante, tende a demonstrar não só quão reiterada é a ocorrência da oscilação em epígrafe − preferível seria dizer abuso − como também a aleatoriedade (com laivos de estocástico) que a imbui, para o que se nos afigura só um critério ser admissível, poder estar-lhe subjacente: ser o <v> usado preferencialmente para iniciar vocábulos e, no interior deles, o <u> (se bem que nem este seja absolutamente seguro, porquanto, como a seguir é possível confirmar, amiúde <u> e <v> alternam seja no início seja no interior dos vocábulos, por vezes na mesma edição do jornal):

Nº	Mês	Ano	
4	Abr	1663	"referindo ha**u**er entrado na cidade do Porto […] ha**u**erem os Castelhanos por Galiza alcançado […] grandes vitorias: em Alentejo hũa muito nota**u**el"
5	Mai	1663	"foi tal o fer**u**or do Po**u**o para a defensa de sua pátria" "para vinganças" "a roubar (entre o vi**u**as delRey) três Casas onde entendèraõ que ha**u**ia cabedal"

7	Jul	1663	“**v**endo que os seus começa**u**aõ a fraquear […] hũa balla de artilheria lhe le**u**ou o ca**u**allo” “o montarão em hum ca**u**allo de hum soldado, em que logo sẽ mais tino voltou a correr”
8	Ago		“O que nota**u**elmente diminue a gente do inimigo, **he** a muita que este mez se passou, & vai passando para as nossas Praças” “& as ruas se **v**em po**u**oadas de Castelhanos”
9	Set	1663	“(obrigação de rellatar todas as no**u**as prosperas ou ad**u**ersas)”
10	Out	1663	“**v**ia que morria condenado justamente; e que sobre tudo lhe peza**u**a de ha**u**er offendido a sua Patria; e tanto, que se ti**u**era o mesmo pezar do mais em que ha**u**ia offendido a Deos, fora infalli**u**el sua sal**u**ação.” “forão esquartejados, & **v**ltimo tambem arrastado;”
11	Nov	1663	“por não ha**u**er cabedal bastante para seu sustento” “em modo que se possa isto por aquella **v**ia remediar”
12	Dez	1663	“ha**u**ia estado desconfiada da vida”
13	Jan	1664	“& em nenhũa (couza bem admira**u**el) deixárão de ser vencidos”
16	Abr	1664	“S. Jorge, cuja festa celebra**u**a a igreja nesta dia” “(cousa que nunca se vio nella)” “sẽ se saber dõde lhes podiaõ **v**ir.”
17	Mai	1664	“he impossi**u**el [que] as guardas assistão em todos os lugares” “matâraõ dez, ou doze la**u**radores, ferindo outros tantos que com **v**alentia barbara sairaõ a pelejar”
18	Jun	1664	“& dos Portuguezes […] ou**u**e tambem mortos”
*	Jun	1664	“E sendo a no**u**a desta batalha tão digna de aplausos” “que o foraõ le**u**ando […] de maneira, que caindo-lhe o ca**u**allo”

20	Jul	1664	“ficàrão os inimigos immo**u**eis, com as picas ar**u**oradas” “forão aparecendo nos dias seguintes em di**u**ersas partes;” “Os la**u**radores que acudiraõ do Paìz o hiaõ seguindo com nu**u**ens de pedradas”
22	Set	1664	“Entre outros a**u**isos referem largamente a falta de dinheiro”
23	Out	1664	“E o Conde Go**u**ernador das armas”
24	Nov	1664	“veio cõ ella outro na**u**io de guerra” “ha**u**endo nauegado de Pernambuco atè alli com bonança.” “Veio mais repartida pellos na**u**ios de guerra a fazenda” “& veio tambem a fazenda de outra na**u**eta”
25	Dez	1664	“por ha**u**er poucos dias que a sangue frio tinhaõ morto hũa vigia nossa […] deixandoo atado a hũa ar**u**ore.” “que os companheiros quizeraõ **v**ingar sem piedade.” “as quatrocẽtas o**u**elhas, que se repartiraõ alegremente entre os soldados.”
27	Fev	1665	“que se ha**u**ião passado a Castella” “As chu**u**as, & tempestades que hou**u**e neste mez”
28	Mar	1665	“os sucessos hão de ser tão vãos, como he o **v**oto;”
29	Abr	1665	“& le**u**ârão a mais luzida gente que se embarcou há muitos annos” “que le**u**ou a gente, & deixou o casco, […], vendo a fragata,” “para dar comboy âs cara**u**ellas daquella parte para esta.”
30	Mai	1665	“por dar a**u**isos ao inimigo” “& as cabeças, & quartos le**u**ados, & postos em lugares con**u**enientes.” “& sobe taõ in**u**isiuel, & insensi**u**elmẽte”

31	Jun	1665	“que em batalha cãpal […] hou**u**erão os Portugueses dos Castelhanos, não ha**u**endo estes ganhado contra nós nẽ hũa” “Não **v**ẽcemos por golpe repentino de fortuna, […]; vẽcemos […] em cõbate de oito horas cõtinuas, […] ha**u**ẽdo quasi hũa legoa”
32	Jun	1665	“Esta fue la gloriosa **v**ictoria de los Portugueses”
34	Jul	1665	“com poucas regras lhe dizia, que ha**u**endo elle” “os seus ha**u**ião pelejado valerosamente […] depois de hum bra**u**o combate” “& tornar bre**u**issimamente a Portugal” “Em chegando á pala**u**ra destroço” “a grande perda que elle referia ha**u**ermos recebido.” “deixando cra**u**ada a artilheria, por ha**u**erem fugido os muleteiros; & que com rai**u**a de assi se lhes tirar das mãos a **v**ictoria, ha**u**iaõ morto a sangre frio todos os oito mil prisioneiros”
37	Out	1665	“dando por desastre o fogo no payol da pol**u**ora, que logo a fez voar, sem de duzentas pessoas que le**u**a**u**a de mar, & guerra, se sal**u**arẽ mais que cinco ou seis nos bateis […] que esta**u**aõ à vista.”
38	Nov	1665	“domìna muita terra para se a**u**irem muitos lugares” “e nos lugares visinhos temos já a**u**indos, tributários” “não apareceo […]. Passados vinte dias se soube que tinha entrado em Cadiz, le**u**antandose cõ ella o Thenente que era Francez […] & ser**u**ia nas nossas fragatas ha**u**ia dous annos” “Logo se marchou â Villa de **V**al**u**erde”
39	Dez	1665	“a falta que ti**u**emos de mantimentos; a novidade de trigo” “a nossa ca**u**allaria, […] nos con**u**idaua a fraqueza do inimigo.” “nos chegaraõ muitas ce**u**adas de varias partes”

40	Jan	1666	“2000 ca**u**allos, e outros tãtos infantes, & marchando no**u**e legoas sẽ descançar atacou a **v**illa […] em que auia 4. cõpanhias de ca**u**allo remontadas nas que **auião** sido daquelle” “os ca**u**allos armas, & estandartes, que o Conde de Schomberg em**v**iou a S. Magestade a Sal**u**aterra onde se acha caçado & S. Magestade mãdou que se puzesse hũ na no**u**a Igreja”
41	Fev	1666	“& que ha**u**endo inconueniente naquelle deposito, **d**e fizesse no Con**u**ento de S. **V**icente”
42	Mar	1666	“Rai**u**osos os Castelhanos de tantas entradas” “hũa partida de ca**u**allaria em duas herdades junto a El**u**as […], & le**v**âraõ algũs rebanhos de o**u**elhas.”
43	Abr	1666	“vinte e sinco ca**u**allos que alli ha**u**ião” “por a**u**iso de hum Castelhano de que se fia**u**a, vizinho da mesma praça […]; a**u**ìsando aos seus […] do poder que le**u**a**u**ão.” “hu Alferes que hia cõ os vinte e sinco ca**u**allos que procurasse retirâllos, que elle fica**u**a morrendo” “defendendo á espada admira**u**elmente, atè que […], ha**u**endo primeiro vingado bem sua morte cõ proezas increi**u**eis” “& morreo nelle hum homem **v**alerosissimo”
44	Mai	1666	“Veyo chegando em mangas com o Cõde de Schõberg o resto da gente […]; começa**u**asse a tratar de nos arrimarmos” “& perguntou se esta**u**a alli o Cõde” “Assi se executou, apresentandose o Go**u**ernador” “António Ta**u**ares lhe respondeo, [….], porque ha**u**ia procedido”
45	Jun	1666	“hum clerigo vindo de Indias, o qual […] anda**u**a pedindo”
46	Jul	1666	“A **v**ista de tanto poder […]” “pelejaram seis horas admira**u**elmente; obra**u**am os inimigos com grande valor” “do irmaõ mais **v**elho, […] & estes trazia consigo, porque nam se le**u**antassem em sua ausência”

47	Ago	1666	“Este affirma com toda a **v**erdade[…] (de testemunhas de **v**ista)” “de**u**e ser desengano aos Castelhanos […], se ti**u**erem olhos”
50	Nov	1666	“rele**u**andoos da pena capital, por se ter respeito a que em outras occasioens ha**u**iam procedido sempre com **v**alor, & como de**u**iam.
51	Dez	1666	“Conseguio o intento que o incitou a escre**u**er, que foi tapar a boca aos Castelhanos, que **v**endonos mudos, imprimiam licenciosamente relaçoens fantasticas do que deseja**u**am” “& cõ a de dar a matéria […] a quem escre**v**er nossas histórias”
52	Jan	1667	“se espera em bre**u**e mais bonançosa aquella tormenta, com a mediaçam com que França quis inter**u**iesse Portugal” “o no**u**o gouerno no presente anno” “& para a Prima**u**era promettem in**u**adir Portugal, **v**alendose para isso do cabedal dos particulares que **v**inha na sua Frota”
53	Fev	1667	“hũa le**u**a de Italianos, que perecéraõ todos” “castigo da culpa de **v**irem ser**u**ir em hũa guerra injusta” “parecendolhe con**u**eniente mandar queimar as barcas por donde de in**u**erno se conduzem os bastimentos” “nem ao estrondo se deu ou**u**idos, […] se persuadìraõ os soldados Portugueses esta**u**a aquella praça com menos guarniçaõ da que con**u**inha”
54	Mar	1667	“que **v**al o mesmo que Carvalho Branco, armas desta **v**illa” “se forão retirando para a **V**illa, […] entregar o sacco, no qual se apro**v**eitàrão bastantemẽte os soldados” “**V**illa nota**v**el do nosso Portugal […] pellos nota**v**eis milagres” “se resol**v**erão depois de dezoito dias a dezenterrar o menino”

55	Abr	1667	"Go**v**erna**v**a toda esta armada […] que hia por Go**v**ernador do Estado do Brasil […] que tinha acabado o seu go**v**erno" "com prospero **v**ento todos naquella marè dezembocàrão" "que le**v**a**v**a as capitulaçoẽs da liga"
56	Mai	1667	"Conde de **V**al do Reys […] & Go**v**ernador que foi […] do Algar**v**e" "fez discreta, & gra**v**emente sua pratica" "respondeo ao Embaixador, que […] te**v**e audiência publica"
57	Jun	1667	"habitado de Mercadores ricos, & abũdãtes La**v**radores" "por ser excesi**v**amente pingue o pasto daquelle terreno." "que bre**v**emẽte **v**oraz a cõ**v**erteu em funestas cinzas"
58	Jul	1667	"se cõ**v**oca em casa do grãde Protector das sciencias, […] o nũca bastantemente lou**v**ado D. António Alvres" "daqui se le**v**ão os sugeitos beneméritos […]. A segũda aquẽ cõstituhio hũa **v**irtuosa in**v**eja da primeira" "na sempre nobre, & leal **V**ila de Sãtarem" "General da artelharia na Pro**v**incia de Alem-Tejo"

*Número extraordinário (Junho 1664)

Tentativas de explicação para semelhante oscilação (tão recorrente quão inaudita e perplexizante para o leitor hodierno) são várias, a primeira das quais, a de Vera, tipifica até uma situação insólita (no mínimo): apesar de não registar um único caso de alternância entre <u> e <v> nos *Breves Louvores da Lingua Portugueza* e de objurgar essa alternância na *Ortographia*, a verdade, contudo, é que ao longo deste tratado de ortografia utiliza, e por diversas vezes, '*mvitos*', '*tiuer*', '*estiuessem*', '*hauendo*'. O que torna patente que embora as ramistas[5] estivessem presentes na língua desde o século anterior, as alternâncias são ainda muito

[5] Diz-se das letras j e v, por terem originalmente sido distinguidas do i e u por Petrus Ramus, filósofo e humanista francês (1515-1572).

usuais no século XVII, razão por que o autor (1631: 3 v.) reconhece a dificuldade existente em se fazer a distinção:

> posto que no principio (em que as cousas sempre são asperas) pareça difficultoso, em pouco tempo se achará per experiencia a muita importancia de assi o irmos introduzindo na nossa escrittura & boa orthographia Portuguesa por serem estas duas letras *j v* differentes das outras que pronunciamos como vogais.

Reconhecimento que, no entanto, não obsta a que no capítulo XXII da *Ortographia* (*Da letra u & da consoante Vê*), em que faz distinção entre a vogal <u> e a consoante <v>, Vera preconize o acrescentamento, ao nosso alfabeto, do grafema <v>, dado o uso diferenciado que tem em relação ao <u>.

Mas não é só a *Ortographia* a tratar da alternância entre <u> e <v>. Também as *Regras* se debruçam sobre a questão, afirmando Bento Pereira, na 11 (intitulada P*ara se usar das letras, i, u, quando sam vogays, & quando sam consoantes* (69)), que, embora seja comum a alternância desses dois grafemas, cada um deles deve ter o seu uso específico:

> nam obstante dizerse vulgarmente que qualquer destas letras, i, u, hũas vezes he vogal, & outras consoante, eu tenho por melhor dizer, que não sam só duas, senam quatro as tays letras, pois cada hũa dellas tem diversa natureza, & sempre se deve escrever com diversa figura.

O autor deixa, pois, cristalina a distinção entre a vogal <u> e a consoante <v>, grafemas cujo uso diferenciado defende independentemente da posição que ocupem no vocábulo: "a vogal sempre se deve escrever assim, u & a consoante assim, v. Digo (sempre) porque alguns só a escrevem no principio, & nam no meyo: v.g. nestas palavras, viuer, valuerde"[6].

Conclusão óbvia a retirar do exposto é a da inexistência (na prática quotidiana) de critério no que ao uso do <u> e <v> concerne, o que torna evidente serem no século XVII (à semelhança, aliás, do que acontecia

[6] Como neste exemplo: "Logo se marchou â **V**illa de **V**al**u**erde" (conferir edição nº 38, de Novembro de 1665).

no português medieval) plenamente aceites as variações gráficas, desde que não implicassem variações fonéticas.

3.3. Sequências nasalizadas

Outro aspecto que não pode deixar de constituir surpresa, *et pour cause* de causar algum desconforto ao leitor hodierno, é a forma como se apresentam grafadas as sequências nasalizadas, relativamente às quais não se vislumbra sistematização coerente nos textos compulsados: de facto, seja no interior dos vocábulos seja no final, o que pontifica é a oscilação entre o uso do til sobreposto à vogal ou à semivogal, do acento circunflexo e o uso da vogal seguida de consoante nasal (ver quadro), sem que se detecte critério aparente. Destarte ficando cristalino, uma vez mais, ser a preocupação norteadora a de se escrever para o ouvido e não para os olhos.

Nº	Mês	Ano	
2	Fev	1663	"depois de descobrio que tratauão c**õ** ord**ẽ** de seus Reys; tiue**raõ** varias cõferencias […]. Final-mete em h**ũ**a tregoa de h**ũ** mez que acorda**rão**"
3	Mar	1663	"sai**raõ** ellas ao enc**õ**tro; mas os nossos […] ás cutiladas as fize**raõ** recolher pellas portas d**ẽ**tro"
6	Jun	1663	"& os nossos mostr**áraõ** b**ẽ** a ve**n**tagem que em tudo lhes fazem."
7	Jul	1663	"o mont**arão** em hum cauallo de hum soldado, em que logo s**ẽ** mais tino voltou a correr"
16	Abr	1664	"sust**ẽtã**dose não poucos, c**õ** despezas maiores do que prometi**aõ** seus cabedaes, s**ẽ** se saber d**õ**de lhes podi**aõ** vir"
57	Jun	1667	"& ab**ũdã**tes Lavradores" "que brevemẽte voraz a c**õ**verteu em funestas cinzas"

58	Jul	1667	"se c**õ**voca em casa do gr**ã**de Protector das sciencias, […] o n**ũ**ca bastantemente louvado" "A seg**ũ**da aqu**ẽ** c**õ**stituhio h**ũ**a virtuosa inveja" "& aqui se escolh**ẽ**, & daqui se le**vão** os sugeitos benemeritos" "pelos singulares talẽtos, que a ilustr**ão**" "Nesta Corte flores**cẽ** duas c**õ** gr**ã**de emula**ção** literária" "a fama tem pintado com a espada em hũa m**aõ**"
oens			
4	Abr	1663	"gente de varias na**çoens** a ouuillas"
12	Dez	1663	"estas rela**çoens** ham de ser o melhor documento"
44	Mai	1666	"por justas rez**oens**"
51	Dez	1666	"vendonos mudos, imprimiam licenciosamente rela**çoens** fantasticas"

No que ao caso particular do ditongo <–ão> concerne, preconiza a *Ortographia* que todos os verbos e nomes devem ser grafados com <-ão>, regra de que exceptua apenas os vocábulos *tam, quam, gram* e *Sam.* Prescrição justificada por Vera por ser esta grafia a que melhor representa a pronúncia do ditongo: "pólo que se quizermos escrever, como pronunciamos, terminemos no ditongo ão todos os verbos, & nomes Portugueses, & não em am, que he pronunciação alheia, da que lhe damos".

Opinião não perfilhada por Bento Pereira que, por seu turno, afirma, nas *Regras* (64-65), ser "grande a contenda entre os peritos, se hemos de usar de aõ, se de am, ou seja os nomes, *Perdigão, Perdigam*, ou nos verbos, *amaraõ, amaram*".

Como que a corroborar a existência da citada contenda e alheia às recomendações de Vera (com as quais está em franca colisão e que reiteradamente viola), eis a grafia preponderante nestes vocábulos (terminados em <-ão> ou <-am>, exceptuados os verbos, dos quais aqui apenas é referido o ser, na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo) em que a tónica são as flutuações (*v.g.* 'capitam'/'capitão', 'tam'/'tão', 'nam'/'não'] e detectável relativa prevalecência da forma 'proibida' (-am):

1.

Nº	Mês	Ano	Capitão	Nº	Mês	Ano	Capitam
*	Jul	1664	"foi servido honrar com o posto de Capit**aõ** de infanteria"	46	Jul	1666	"O Rey igual ao Capit**am** mais valente"
20	Jul	1664	"Capit**ão** de hũa das companhias de sua guarda"	50	Nov	1666	"o foi tambem o valente Capit**am**"
43	Abr	1666	"Os infantes com seu Capit**ão**"				

* Número extraordinário

2.

Nº	Mês	Ano	Tão	Nº	Mês	Ano	Tam
28	Mar	1665	"porque os sucessos hão de ser t**ão** vãos, como he o voto"	24	Out	1664	"E o Conde Gouernador das armas he t**am** pontual"
30	Mai	1665	"& sobe t**aõ** inuisiuel"	45	Jun	1666	"& a inuasam sobre Andaluzia foi t**am** repentina"
54	Mar	1667	"o dia que cometeo t**ão** execrando homicidio"	46	Jul	1666	"t**am** desejada, & esperada hauia muitos dias" "virar as costas **tam** perseguidos" "posto que com poder t**am** inferior"
47	Ago	1666	"querer que se aliviasse t**ão** cedo"	47	Ago	1666	"cousa daquelle genero t**am** perfeita, & t**am** custosa;"
*	Jul	1664	"E sendo a noua desta batalha t**ão** digna de aplausos"	49	Out	1666	"Corte t**am** populosa"
				52	Jan	1667	"contenderam em t**am** sanguinosas batalhas."

3.

Nº	Mês	Ano	Naõ	Nº	Mês	Ano	Nam
*	Jul	1664	"digna de aplausos, **não** quis dilatar a V. Mag. a conta della"	41	Fev	1666	"boa praça, que **nam** poderá ser inuestida"
37	Out	1665	"n**aõ** somos izentos de infortunios"	45	Jun	1666	"**Nam** se fez caso do gado, nem das caualgaduras." "que a mayor parte dellas **nam** ardeo."
45	Jun	1666	"**naõ** se dando por seguros em terra." "para fogirem por mar, **naõ** se dando por seguros em terra."				"porque **nam** se leuantassem em sua ausência"
				46	Jul	1666	"& porque **nam** entrou em Lisboa senam ja em Agosto"
							"que se **nam** nomea por nam se macular"
							"mas que de tempos a esta parte **nam** queiram ja os Castelhanos pelejar, sô busquem o que **nam** tenha opposiçam, & achandoa, **nam** ousem"
							"**nam** sossegando em ElRei do Congo o ódio contra "
							"& porque **nam** pode preverter a hum"
				47	Ago	1666	"mas **nam** se buscaram atégora"
							"parou por **nam** cançar os cauallos"

				48	Set	1666	"porque a aspereza da terra **nam** he capaz de cauallos"
				49	Out	1666	"**Nam** houue da nossa parte mais"
				50	Nov	1666	"**nam** sô para pena do passado"
				51	Dez	1666	"**nàm** se atreueram a prosseguir"

* Número extraordinário

4.

Nº	Mês	Ano	quão	Nº	Mês	Ano	quam
				46	Jul	1666	"se conheceo **quam** superior era o do inimigo."

5.

Nº	Mês	Ano	São	Nº	Mês	Ano	Sam
47	Ago	1666	"o caminho à Rochella, que **são** 120 legoas"	8	Ago	1663	"foi que dia de **Sam** Lourenço"
				47	Ago	1666	"que trazem vara, & **sam** do prouimento do Senado"
				49	Out	1666	"à Fonte Sancta, que **sam** sinco legoas" "a Abril-Longo, que sam duas legoas."

6. Outros

Nº	Mês	Ano	-ao	Nº	Mês	Ano	-am
13	Jan	1664	"por marauilha, & como raz**ão**, celebrão elles"	51	Dez	1666	"em raz**am** de outras occupaçoens"
41	Fev	1666	"& em raz**aõ** do pezo do caixaõ"	52	Jan	1667	"querem mostrar no sucesso, mais que na raz**am** os acertos."
44	Mai	1666	"se pòde com raz**aõ** esperar"	37	Out	1665	"a ley a que Mercurio se tem obrigado por justas rez**oens**"
18	Jun	1664	"companheiros na facç**ão** ouue tambem mortos"	45	Jun	1666	"que foi a mayor facç**am** que os Castelhanos fizeram"
53	Fev	1667	"encomendou o General esta facç**ão**"				
41	Fev	1666	"mas sem maior dilaç**ão**"	46	Jul	1666	"Vendo o Conde de Prado esta dilaç**am** do inimigo"
47	Ago	1666	"as chaues das portas da Cidade da m**ão** do Veador das obras"	47	Ago	1666	"Chegou logo o senhor Infante para lhe beijar a m**am**"
							"as pessoas assima nomeadas, a que deu a m**am** com notauel agrado."
			"trazendo elRey de m**ão** à Sereníssima Rainha"	52	Jan	1667	"toda a Corte que lhe assistia beijou a m**am** a huma, & outra"
49	Out	1666	"seu irm**aõ** com hum pequeno circuito pello lado esquerdo"	49	Out	1666	"Vinha com elle seu irm**am** Franciso"

24	Out	1664	"Estando esta relaç**ão** atéqui impressa"	46	Jul	1666	"como vimos em tantos successos desta relaç**am**"

Mais alguns exemplos da mesma dicotomia, prova factual da sua recorrência e de, como antes afirmámos, ser mais usada a forma não aconselhada:

Nº	**Mês**	**Ano**		**Nº**	**Mês**	**Ano**	
3	Mar	1663	"com tal resoluç**aõ**, que ás cutiladas as fizer**aõ** recolher"	45	Jun	1666	"& hum mel**am** de ouro com cala guarnecida de esmeraldas" "& a inuas**am** sobre Andaluzia foi t**am** repentina" "Leuaua a vanguarda o Bar**am** de Schomberg" "Bem creo que esta acç**am** começou em" "aberta ao arbitrio de qualquer inuas**am**" "nenhuma embarcaç**am** considerauel." "Sua lotaç**am** era de trinta soldados" "para em tempo quieto de ver**am** descansarem junto della alguns barcos"

6	Jun	1663	"ou da afflicç**ão** do espiritu"	46	Jul	1666	"se fez huma procis-s**am** de graças" "& hum bord**am** forrado de veludo" "se viu cair morto na maior confus**am** da batalha" "fazendo grande dano naquella multid**am**" "Era obrigaç**am** soccorrer os amigos" "entre elles de grande opini**am**" "Para diuers**am** nos tocou arma" "n**am** tinha a menor imaginaç**am** de offender a sua amisade" "sô busquem o que n**am** tenha opposiç**am**, & achandoa, n**am** ousem" "ent**am** se attribuio a outro" "& gloria da naç**am** Portugueza"

10	Out	1663	"para deixar estabelicida cõ elles communicaç**ão**." "fora infalliuel sua saluaç**ão**."	47	Ago	1666	"o senhor Infante a fazer oraç**am**" "hauendo posto fogo às casas, & ao p**am** que estaua nellas" "ostentau**am** à vista nouo sofeito de admiraç**am**" "ostentaua a galantaria de Titulo, Soldado, & Cortez**am**."
11	Nov	1663	"para ajuda da criaç**ão** dos ditos engeitados"	49	Out	1666	"& dentro com a mesma armaç**am**" "& com tal occasi**am**."
31	Jun	1665	"nẽ por occasi**ão** em que o esforço"	50	Nov	1666	"que gouernaua outro batalh**am**" "fazer relaç**am** deste sentença"
53	Fev	1667	"estaua aquella praça com menos guarniç**aõ** da que conuinha"	51	Dez	1666	"huma pura narraç**am**." "encarregarse desta occupaç**am**"
54	Mar	1667	"sem corrupç**ão** alguma"	52	Jan	1667	"com a mediaç**am** com que França quis interuiesse Portugal"
57	Jun	1667	"não pòde o coraç**ão** fomentar os mẽbros"				
58	Jul	1667	"Nesta Corte florescẽ duas cõ grãde emulaç**ão** literária:" "a fama tem pintado com a espada em hũa maõ"				

3.4. Consoantes dobradas

Pouco passível de afectar a leitura, no que difere totalmente dos aspectos referenciados nas rubricas precedentes, este (sobre o qual se pronunciaram todos os gramáticos antes citados) é aqui referido apenas pela frequência de aparecimento e por se encontrar convenientemente explicitado.

Não se justificando o levantamento exaustivo das consoantes dobradas com que deparámos ao longo da leitura das 58 edições do jornal em análise (tarefa inexequível e destituída de interesse, além de estulta) apenas para provar a ocorrência dessas duplicações e que a mesma flutua tanto quanto outras situações já disseccionadas, limitar-nos-emos, por isso, ao registo, no próximo quadro, de alguns exemplos dos casos mais recorrentes ('cc' / 'ff' / 'll' / 'mm' / 'nn' / 'pp' / 'tt') e, no segundo, para demonstrar a alternância com as simples, ao registo dos mesmos vocábulos mas grafados sem a duplicação dessas consoantes (quando tal se verifica):

1.

Nº	**Mês**	**Ano**	
			cc
6	Jun	1663	"da affli**cç**ão do espiritu"
54	Mar	1667	"mandou o Conde entregar o sa**cc**o"
55	Abr	1667	"a su**cc**eder ao Conde de Óbidos"
			ff
10	Out	1663	"hauer o**ff**endido a sua Pátria"
51	Dez	1666	"sem a**ff**ectar locuçoens"
			ll
7	Jul	1663	"hum caua**ll**o de hum soldado" "fazendo ne**ll**es grandissimo danno."
9	Set	1663	"obrigação de re**ll**atar todas as nouas
10	Out	1663	"fora infa**ll**iuel sua saluação."
13	Jan	1664	"Estaua a**ll**i hũ pequeno teatro"

54	Mar	1667	“cujo nome he corrupte**ll**a de Alba Quercus, que val o mesmo que Carvalho Branco, armas desta vi**ll**a”
mm			
10	Out	1663	“estabelicida cõ elles co**mm**unicação.”
20	Jul	1664	“ficàrão os inimigos i**mm**oueis”
nn			
13	Jan	1664	“de mais de quinhentos & sincoenta a**nn**os”
52	Jan	1667	“do que estes passados a**nn**os contenderam”
46	Jul	1666	“que fazia i**nn**uteis as nossas armas de fogo” “com solennidade de musica”
pp			
46	Jul	1666	sô busquem o que nam tenha o**pp**osiçam, & achandoa, nam ousem”
47	Ago	1666	“& cujo a**pp**lauso deve ser desengano”
tt			
46	Jul	1666	“entam se a**tt**ribuio a outro disignio”
52	Jan	1667	“& para a Primauera prome**tt**em inuadir Portugal”

2.

Nº	**Mês**	**Ano**		**Nº**	**Mês**	**Ano**	
54	Mar	1667	“mandou o Conde entregar o sa**cc**o” “o sa**cc**o, no qual se aproveitàrão bastantemẽte os soldados”	45 47	Jun Ago	1666 1666	“Alli foi o sa**c**o o mayor que pòde” “resgataram com dinheiro o sa**c**o das casas.”
55	Abr	1667	“a su**cc**eder ao Conde de Óbidos”				
6	Jun	1663	“da a**ff**licção do espiritu”				
10	Out	1663	“hauer o**ff**endido a sua Pátria”				

51	Dez	1666	“sem a**ff**ectar locuçoens”				
7	Jul	1663	“hum caua**ll**o de hum soldado” “fazendo nelles grandissimo danno.”	6 41	Jun Fev	1663 1666	“só com catorze, ou quinze cava**l**os” “mil & quinhentos cava**l**os” “mandou cincoenta cava**l**os a tomar lingoa”
9	Set	1663	“obrigação de re**ll**atar todas as nouas”				
10	Out	1663	“fora infa**ll**iuel sua saluação.”				
13	Jan	1664	“Estaua a**ll**i hũ pequeno teatro”				
54	Mar	1667	“cujo nome he corrupte**ll**a de Alba Quercus, que val o mesmo que Carvalho Branco, armas desta vi**ll**a”	58	Jul	1667	“na sempre nobre, & leal Vi**l**a de Sãtarem”
10	Out	1663	“estabelicida cõ elles co**mm**unicação.”				
20	Jul	1664	“ficàrão os inimigos i**mm**oueis”				
13 52	Jan Jan	1664 1667	“de mais de quinhentos e sincoenta a**nn**os” “do que estes passados a**nn**os contenderam”				

46	Jul	1666	"sô busquem o que nam tenha o**pp**osiçam, & achandoa, nam ousem"				
47	Ago	1666	"& cujo a**p-p**lauso deve ser desengano"	58	Jul	1667	"cõ grãde a**p**lauso"
52	Jan	1667	"& para a Primauera pro-me**tt**em inuadir Portugal"				

A explicação para esta duplicação das consoantes no interior dos vocábulos, cujas causas podem ser várias − designadamente passar pelo uso, por palavras delas derivadas, por diminutivos, pelas composições − , é dada por Vera (na *Ortografia*), que, após advertir não se dever fazê-la no início ou no fim das palavras, trata, em seguida, de cada uma delas em separado:

> C: dobra-se esta consoante no caso de verbos que sejam iniciados por ela, aos quais se juntam os prefixos *ad, ob, sub,* bem como os vocábulos *occidente, succeder, successor* e *accelerar*. Também dobram o c os seguintes vocábulos e seus derivados; *Baccho, bocca, Graccho, peccado, sacco* (e *sacquinho*), *secco, socco, vacca* (e *vacqueiro*)
>
> F: dobra-se esta consoante nos verbos iniciados por ela aos quais se juntam o prefixo *ad*; os verbos iniciados por a, que têm *f* intervocálico; os verbos e nomes compostos iniciados por ela, aos quais se juntam o prefixo *dis, ex, ob* ou *sub*;
>
> L: dobram o *l* os verbos iniciados por esta consoante aos quais se juntam o prefixo *ad*, com, *in*; os diminutivos em *lo, la*; nos nomes cuja consoante seja precedida de *e* tónico; os superlativos oriundos de *–limus* e mais uma série grande de vocábulos em que o *l* se mantém duplicado em razão da etimologia.
>
> M: dobra-se esta consoante nos nomes iniciados por ela, aos quais se juntam *con-, en-, in-,* além dos seguintes vocábulos: *communidade, commum,*

> *communicar, commungar, excommungar, flamma, summariamente, consummado;*
>
> N: dobra-se esta consoante nos nomes iniciados por ela, aos quais se juntam *ad-, in-*, além dos vocábulos *anno*, (e seus derivados), *panno, penna, tinnir, tyranno, bannido, canna, cannaveal, Ionna, Ionne, Britannia, Britanno, Vianna, Viannêses;*
>
> P: dobram esta consoante os nomes ou verbos iniciados por ela, aos quais se juntam *ad-, ob-, sub-*, além dos seguintes vocábulos: *Cappadocia, cappella, cappa, cappello, ceppo, mappa, poppa; e muitos nomes gregos,* acabados em *–ippo;*
>
> T: dobra-se esta consoante nos vocábulos que, em latim, formavam com ela grupos consonantais impróprios *(ct, pt*); os diminutivos em *te, ta*, além dos seguintes vocábulos: *attentar, attenção, attonito, attribuir, attrição, gotta* (e seus derivados)*, bem como prometter, permittir, metter, arremetter, scetta.*

Não são, no entanto, as atrás transcritas as únicas explicações para a propensão identificada (tão copiosa repetição); outras surgem e diferentes. É o caso da aduzida nas *Regras*, que, de forma linear recomenda a duplicação das consoantes apenas e só quando justificada pela etimologia; ou a de Pereira (1933: 83), que, conquanto reconheça terem-se simplificado as geminadas, acrescenta: "a conservação na escripta desse elemento insonoro obedece apenas aos preceitos da orthographia etymologica"; e, por último, a de Said Ali (1964: 32) que a propósito desta duplicação chama a atenção para a geminação de *ff* e *ll*, para a qual aventa a seguinte explicação:

> possível he que com essa curiosa geminação […] quizessem os antigos escriptores significar que em alguns vocábulos, ou em algumas occasióes, a vogal junto a *ll* ou *ff* recebia intonação ou icto forte, mas muito rápido. Os demais casos de consoantes geminadas dever-se-iam explicar pela etimologia.

Tese que o autor complementa com a adução da seguinte explicação: "aonde não podiam chegar os conhecimentos etymologicos, suppria-se, em matéria de geminação, com a fantasia e o capricho, preferindo muitas vezes o supérfluo ao estrictamente bastante".

Relativamente à situação peculiar dos clíticos ('lo', 'la', 'los', 'las'), Said Ali esclarece que visto eles serem ligados aos seus subordinantes

sem separação, assimilavam as consoantes terminais desses subordinantes, duplicando o l (*per + lo = pello; ver + la = vella*). Dilucidação que, justificando-os (e legitimando-os?), nos permite compreender os exemplos a seguir recolhidos:

Nº	Mês	Ano	
4	Abr	1663	"muita gente de varias naçoens a ouvi**ll**as"
38	Nov	1665	"tornaraõ logo a habita**ll**a"
39	Dez	1665	"naõ souberaõ prosegui**ll**as ou naõ ouzàraõ"
37	Out	1665	"naõ permitte particulariza**ll**os mais."
41	Fev	1666	"a busca**ll**a, leuando consigo quinhentos cava**ll**os" "& mil infantes para obriga**ll**a a sair" "& em razaõ do pezo do caixaõ se chegàraõ a ajuda**ll**os"
42	Mar	1666	"hido ao mar a ve**ll**os"

3.5. Vogais dobradas

Nº	Mês	Ano	
8	Ago	1663	"do seu grande Arcebispo Dom Lourenço da Lourinha**ãã**" "em hũa Cappela da S**ee** da Cidade de Braga" "& suas vestiduras tão s**aã**s como se fossem nouas." "achandose pelas manh**ãa**s às portas"
12	Dez	1663	"no mesmo tempo que a Raînha sua irm**ãa**"
41	Fev	1666	"para as onze horas da manh**ãa** do sabbado" "Na mesma manh**ãa** trouxe o Secretario da Rainha" "com todos os sinaes de piedade Christ**ãa**"
44	Maio	1666	"pellas oito horas da manh**ãa** sahiria o Gouernador"
57	Junho	1667	"& panos finissimos de l**ãa**"

Ainda que sem constituir causa particular de dificuldade na leitura ou afectar a intelecção dos textos (à semelhança do que aconteceu com a matéria compulsada na anterior rubrica), a duplicação de vogais justifica, por demasiado recorrente, que sobre ela nos detenhamos para

aquilatar das suas determinantes e indagar se à época era gramaticalmente sustentada, portanto legítima. E o facto de todos os gramáticos consultados se terem debruçado (e opinado) sobre esta repetição, mais do que *quantum satis* é apodixe de não se tratar de algo de somenos.

É o caso das gramáticas históricas, unânimes no reconhecimento de a crase ter ocorrido em fins do século XIV e, entre os temporalmente mais próximos de nós, o de Teyssier (2001: 41) que esclarece: "Desde a época dos *Cancioneiros* começam, porém, as evoluções, que terão como consequência a eliminação de todos esses hiatos.", ao que aduz estar esse processo de redução da dupla vogal já concluído em finais do século XV. De sentido diferente é o posicionamento de Williams (1986: 38), que alerta para a subsistência das vogais duplas ("continuaram a ser usadas por tradição muito depois de se haverem contraído na pronúncia"), acrescentando que já Fernão de Oliveira (na sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa,* de 1536) determina o seu uso para indicar o som aberto da vogal (a, e, e o) sendo o fechado assinalado por uma vogal simples.

Recuando no tempo, ao das gramáticas e tratados seiscentistas, a *Ortographia*, de Vera, dedica ao tema um capítulo, o terceiro (*Das letras que se podem dobrar*), que inicia justamente com as vogais e onde afirma, de modo geral decorrerem de síncope da sonora intervocálica (mala> maa; legere> leer) as palavras que apresentam duplicação de <a>, <e>, <o>, casos em que podem ser substituídas pelo acento circunflexo, o qual funciona como acento indiciador da ocorrência de crase: "porque […] a brevidade satisfaz, quem não quizer dobrar, use do accento circunflexo: como prêgar, gêral, marê, bêsta" (31 r). Acento que, conquanto preferível nos monossílabos, deve ser substituído pela dupla vogal nos casos em que a sua ausência possa ser causa de ambiguidade: "como, se, conjunção, See, cathedral; & sê, verbo" (31 v).

Também Bento Pereira (nas *Regras Geraes*) se detém sobre esta temática, à qual consagra um capítulo (*Para o dobrar das letras vogays, ou consoantes*) onde determina que, como norma, não se deve dobrar vogais que sejam "do mesmo género, & qualidade & pertencendo ao mesmo vocábulo" (43), a menos que apareçam na formação de ditongos, como em *irmãas, maçãas*, "posto que alguns Doutores escrevem

com hũ só a, & com til, maçãs, irmãs" (42). Mais admite Pereira, que, tratadas como ditongos, ambas as letras sejam pronunciadas, mantendo "a mesma força em huma só syllaba" (39), e situa na mesma categoria "tres generos de diptongos": 1) "quando se dá uniam da vogal, y, com algũa das outras vogays, ou se ponha antes, ou depois della"; 2) "quando se dá união da vogal u, com alguma das outras vogays, ou se ponha antes, ou depois della"; 3) "quando duas vogays, ou sejam da mesma, ou de diversa especie, fazem entre si conglutinaçam em huma syllaba, por força do til."(42) Deste modo, as formas nasais <-ãas>, <-ães>, <ões> são igualmente ditongos. Noutro momento (29), porém, afirma que "nunca se devem acrescentar letras, que não se pronunciaõ, como alguns mal acrescentaõ, e, no nome Fee, avendo de escrever Fé &c no nome poo, avendo de escrever pó".

Como se pode verificar (e depreender) das teorias atrás expendidas, no século XVII parece já não existir o hiato provocado pela síncope da consoante intervocálica; as duas vogais contíguas já se ditongaram, o que provocará a posterior crase. Nada legitima, no entanto, afirmar que a crase já tivesse terminado no século XV e que no século XVII só existam vestígios da dupla vogal. O que de facto se observa é ser a dupla vogal ainda uma realidade, autorizada pelos próprios gramáticos seiscentistas, e estar a sua fusão ainda em processamento naquele século.

Ilação a retirar dos vocábulos encontrados nos textos em análise (inclusive dos próprios tratados de ortografia compulsados) e das regras ortográficas apresentadas pelos autores seiscentistas, é, a dupla vogal, decorrente da síncope da sonora intervocálica, persistir ainda, quando nasal, como ditongo, e, quando oral, para marcar a sílaba longa (*Christãa, menhãa*), que, no dizer de Bento Pereira, não deve ser confundida com sílaba tónica: "ha de se advertir que nam he o mesmo ser syllaba predominante, que ser syllaba longa, porque póde a syllaba ser breve, & ser predominante" (59).

3.6. O emprego do grafema <h>

Nº	Mês	Ano	<h> inicial
4	Abr	1663	"em Alentejo **h**ũa muito notauel"
7	Jul	1663	"foi visto **h**ir rodando embrulhado"
8	Ago	1663	"O que notauelmente diminue a gente do inimigo, **h**e a muita que este mez se passou, & vai passando para as nossas Praças"
10	Out	1663	"A causa **h**e sabida, & assi não **h**a para que repetir." "& outros dous Portuguezes, **h**um que **h**ia, & vinha a Castella "**h**uns parentes" "tudo o que **h**e contra Portugal"
28	Mar	1665	"porque os sucessos **h**ão de ser tão vãos, como **h**e o voto;"
37	Out	1665	"que tinhaõ **h**ido"
42	Mar	1666	"**h**ido ao mar"
43	Abr	1666	"de como **h**ião, & do poder que leuavão." "ordenou a **h**u Alferes que **h**ia cõ os vinte e sinco cauallos"
47	Ago	1666	"com suas maças ao **h**ombro"
48	Set	1666	"a aspereza da terra nam **h**e capaz de cauallos"
51	Dez	1666	"estas relaçoens **h**am de ser" "**h**uma pura narraçam."
53	Fev	1667	"que traziaõ **h**ũa leua de Italianos"
55	Abr	1667	"que **h**ia por Governador do Estado do Brasil"
			<h> medial
5	Mai	1663	"se os não impedira a au**th**oridade"
8	Ago	1663	"como referem as nossas **Ch**ronicas"
34	Jul	1665	"formaua cada hum discursos, ou **ch**imeras"
44	Mai	1666	"feito Faraó **Ch**ristão"
14	Fev	1664	"& este Au**th**or conclue, dizendo:"
15	Mar	1664	"Esteue presente o Paro**ch**o, que he o Prior"
47	Ago	1666	"o Paro**ch**o daquella Paro**ch**ia de S. Ber**th**olameu"
*	Jul	1664	"as e**xh**orbitancias do Duque de Osuna
38	Nov	1665	"o **Th**enente que era Francez"

41	Fev	1666	"& Ministros au**th**orisados"
44	Mai	1666	"estauaõ dispostos a fazerem a**th**é a morte o que deuiaõ"
46	Jul	1666	"e**xh**ortandoos com palauras" "seja, fidalgo, ou me**ch**anico, pobre, ou rico" "& pro**ph**etizou sem o entender"
47	Ago	1666	"& o mais glorioso triu**mph**o que se pode imaginar."** "vio Lisboa o mayor triu**mph**o, que pode ser"
49	Out	1666	"na mesma ar**ch**itectura de dous andares"
47	Ago	1666	"a ar**ch**itectura, a pintura, as figuras"
49	Out	1666	"& na mesma ar**ch**itectura de dous andares"
54	Mar	1667	"seu valido, & sua de**sh**onra"
			(para marcar o) Hiato ***
15	Mar	1664	"sa**h**io sua Magestade do seu quarto" "que todos á sa**h**ida da camera beijaraõ a maõ"
16	Abr	1664	"para a**h**i servirẽ"
34	Jul	1665	"ou lhe ca**h**io das mãos;"
40	Jan	1666	"sa**h**io de Serpa en 21. deste" "De a**h**i a sete, ou oito dias mandou"
46	Jul	1666	"foi atra**h**indo ao intento de nossa ruina"
49	Out	1666	"sa**h**indo de Ieromenha"
58	Jul	1667	"A segũda aquẽ cõstitu**h**io hũa virtuosa"

* Números extraordinários

** Alterna, na mesma página, com "aqui triunfaua o amor mais triunfante que no Petrarcha" / "aquella qualidade dos triunfos Romanos."

*** Grupo de duas vogais contíguas que pertencem a sílabas diferentes.

Compulsado o quadro supra é possível afirmar que as etimologizações gráficas se misturam nos textos com as grafias fonéticas e que, de um modo geral, se percebe uma tentativa de escrita etimológica, embora os escribas amiúde mesclem essa escrita com formas da língua antiga.

Apesar de todos incluírem nas suas obras capítulos expressamente dedicados ao uso de consoantes dobradas, desde que elas se justifiquem etimologicamente, os ortógrafos são unânimes na recomendação de que se escreva do modo que se fala.

Inopinado é observar ser a *Ortographia* proclive a que se escreva segundo a origem das palavras, desde que a grafia etimológica seja coincidente com a pronúncia, destarte condenando exageros que possam causar duplo ou falso entendimento. Fiel a este princípio, a *Ortographia* (9 r.), ao tratar do <h>, diz que ele "não he letra mais que na figura: sòmente serve aos Latinos para nota de aspiração que para isso a inventàrão, que he dar força a vogal, a que se junta", acrescentando que "na pronunciação não a sentimos", excepto quando entra na formação dos dígrafos *nh, ch, lh*, "pronunciações próprias da nossa lingua, que os Latinos não conhecerão. Donde errão os que escrevem dicções Portuguesas per *ch* derivadas dos Latinos, & Gregos". Desta forma, Vera condena grafias como *Monarchia e architecto*, que devem ser escritas com *qu*, justificando que "assi os escreveremos, porque da mesma maneira os pronunciamos. Porque a boa ortographia consiste em escrever, como pronunciamos: & da mesma maneira pronunciar como escrevemos" (10 r.). Tese perfilhada por Bento Pereira, que, ao abordar o assunto nas suas *Regras*, não acrescenta qualquer informação diferente das fornecidas por Vera.

Já Franco Barreto (1671: 132), ao mesmo tempo que reconhece a existência de controvérsias entre os autores, garante não ter dúvidas de que, em português, o <h> desempenha três funções: "serve de letra" (na formação dos dígrafos), "de aspiraçã" (nas interjeições *ha; oh*), e "de distinçã" (desfazendo possíveis ambiguidades). Não admitindo que, em respeito à sua etimologia, se grafem com <h> vocábulos portugueses (excepto quando for necessário para desfazer eventuais ambiguidades), aduz:

> erram, os que querem escrever per ch, vocábulos Portuguezes, dirivados dos Gregos, ou Latinos, como choro por coro […] & assi estes nomes Monarchia, Machina, & semelhantes escrevemos sẽ h, & cõ qu como Monarquia, Maquina, &c, diremos tãbẽ Cosmocracia, filosofia, artografia, assi como soa ẽ Portuguez. (136)

Entre as gramáticas históricas, a de Said Ali (1964: 33) refere-se ao uso do *h* inicial como forma de denotar "o pequeno esforço com que proferiram, ou suppunham proferir, a vogal inicial de alguns vocábulos. Isto resalta sobretudo dos monossylabos *he, hũ, hi*, nos quaes se respeitou esta escripta ainda muito tempo depois de modernisado o systema orthogra-

phico medieval", enquanto Pereira (1933: 75), por seu turno, acrescenta que desde o tempo de Cícero o h havia perdido a aspiração, "sendo apenas artificialmente mantido nas escolas e no fallar de gente culta".

Não obstante as divergências (indissimuláveis) atrás expressas e as reservas formuladas (até mesmo objecções levantadas) em alguns dos posicionamentos, o que se verifica é ser grande a quantidade de itens grafados com *h*, percebendo-se, ademais, ser o seu emprego, tal como no português medieval acontecia, bastante arbitrário, sendo usado nas seguintes situações: etimologicamente (*Monarcha*), pseudo-etimologicamente (*hesses*), para marcar o hiato (*sahir*), para 'encorpar' monossílabos (*hum*) ou para os diferenciar de formas átonas (*he*).

3.7. Oscilação entre *<i>, <j> e <y>*

Prática comum entre os escritores quinhentistas e seiscentistas, o emprego do <y> nos ditongos, é no século XVI que, segundo Bento Pereira (1933), se começa a proceder à discriminação dos valores *<i>* e *<j>*. O que não obsta, como no próximo quadro se demonstra, ao seu reiterado aparecimento nos textos do *Mercúrio*:

Nº	Mês	Ano	y	Nº	Mês	Ano	i
12	Dez	1663	"como da Serenissima Raìnha m**ãy**"	47	Ago	1666	"& da Ra**i**nha"
			"poz este Re**y**no em grandissimo cuidado."	58	Jul	1667	"neste Re**i**no Lusitano"

15	Mar	1664	“vestidos de gala com muitas joyas” “mãy do Conde” “tio do Conde irmão de seu pay”				
54	Mar	1667	“chegou a fazer pay da propria filha”				
17	Mai	1664	“& algũs boys dos campos”	36	Set	1665	“gado meudo & sincoẽnta bois”
35	Ago	1665	“se recolheo com preza de quatro centos boys”	40	Jan	1666	“Trouxe mais de 90. bois, & mais de 1000. porcos”
42	Mar	1666	“sessenta ouelhas & trinta boys.”	49	Out	1666	“três mil ouelhas, & cabras, duzentos bois, & mais de” “leuando pouco mais de cem bois” “achassem mais que quarenta & tres bois” “não achàraõ mais que oito bois”

				*	Jul	1664	“o Sargento maior Antonio de Figueiredo”
*	Jul	1664	“o Sargento Mayor”	21	Ago	1664	“maiores felicidades”
45	Jun	1663	“Alli foi o saco o mayor que pòde”	46	Jul	1666	“se viu cair morto na maior confusam da batalha”
57	Jun	1667	“passando ainda a mayor miséria”	51	Dez	1666	“ajustandose sempre com a maior certeza que pode alcançar”
				3	Ago	1663	“Porem maior é a perda”
30	Mai	1665	“forão neste mez de Mayo em Viana enforcados”				
37	Nov	1665	“dando por desastre o fogo no payol da poluora”				
39	Dez	1665	“como o antigo tyrano”				
40	Jan	1666	“porém estâ o Sol muyto benigno”	4	Abr	1663	“em Alentejo hũa muito notauel de hum exercito”
				58	Jul	1667	“ha nele oje muitas Academias particulares”
46	Jul	1666	“hum filho bastardo do mesmo Rey, & dous filhos tambem bastardos do irmaõ mais velho, que elle matou para reynar”	46	Jul	1666	“nam sossegando em ElRei do Congo o ódio”
							“Logo, que reinando o Senhor Rey D. Ioam”

46	Jul	1666	“guarnecido sô de paysanos, que lhe defenderam o forte”	46	Jul	1666	“& hum paisano mortos.”
48	Ago	1666	“em alguns lugares da raya”	2	Fev	1663	“na raia da Prouincia de Entre Douro & Minho”
51	Dez	1666	“O estylo foi simples, & corrente”				
52	Jan	1667	“cujo Rey dependente de sy mesmo”	45	Jun	1666	“sem terem piedade mais que de si”
			“foy a festa solennissima”	52	Jan	1667	“Foi acompanhado de seus criados”
44	Mai	1666	“respõndeoselhe que sy; disse que se queria render;”				
56	Mai	1667	“& ao presente o he do Reyno do Algarve”	38	Nov	1665	“o nouo governo da Rainha tem resoluto”
			“a outro dia teve audiência publica da Raynha”	40	Fev	1666	“da inuocaçaõ da Rainha Sãta”
			“entregou à Raynha nossa Senhora as cartas”				“Na mesma manhãa trouxe o Secretario da Rainha”

Nº	Mês	Ano	I
8	Ago	1663	"nos primeiros de **I**unho passado" "ajudou a ElRey Dom **I**oão o primeiro"
9	Set	1663	"no principio de **I**aneiro"
10	Out	1663	"senhor Rey Dom **I**oão o quarto"
13	Jan	1664	"o **I**uiz de fòra Francisco Luís Carualhosa"
18	Jun	1664	"hum dos quais se encarregou ao Cõde de S. **I**oaõ."
*	Jul	1664	"Henrique **I**aques de Magalhaẽs, a quem V. Mag. foi servido" "os Capitaẽs de cauallos Paulo […], **I**oaõ Soares de Almeida" "o Sargento Mayor **I**oseph de Figueiredo"
20	Jul	1664	"**I**à notamos que"
24	Out	1664	"porque **I**oaõ Tristaõ fez aquella entrada sem sua ordem"
*	Jun	1665	"**I**untó Alfonso Furtado"
39	Jan	1666	"**I**à podemos publicar isto, porque **j**á, a Deos graças, nos chegaraõ"
40	Jan	-	"Neste mez de **I**aneiro"
48	Set	1666	"em alguns lugares da ra**y**a dos que em **I**ulho tinha queimado" "pella parte de **I**erez correspondente a Lindoso"

* Números extraordinários (respectivamente de Julho de 1664 e de Junho de 1665).

Quadros de que uma observação atenta, ao patentear a ausência de critério aparente entre as diversas grafias − cujas flutuações ocorrem com frequência na mesma edição, como acima acontece na extraordinária de Julho de 1664 (em "o Sargento Ma**y**or" e "o Sargento ma**i**or") e na nº 52, de Janeiro de 1667 (em "foy a festa solennissima" e "Foi acompanhado") −, deixa cristalino poderem <i>, <y> e <j> funcionar indistintamente como vogal, semivogal ou consoante, de que resulta depararmos com o mesmo vocábulo grafado de formas diferentes e concomitantemente torna por demais evidente estarmos perante uma escrita destinada preferencialmente ao ouvido (para o qual, contando apenas a sonoridade, é indiferente escrever <raynha>, <rainha>; <reino>, <reyno>; <raya>, <raia>; <foy>, <foi>).

Aliatoriedade (entre <i>, <j> e <y>) que, fazendo deste um caso *sui generis*, deixa intrigados e sem explicação cabal (pelo menos convincente) os próprios gramáticos como transparece das palavras (finais) de Said Ali (1964: 36-37):

> Se na aplicação das letras do alfabeto, feita em português antigo diversamente do modo hodierno, se consegue descobrir em geral algum sistema ou tendência que projecta luz sobre a pronúncia daquele tempo, falham em todo o caso os esforços para explanar a notória confusão que então se fazia com o emprego das letras *i, j e y.*
> Fato admissível como certo é que naquelas palavras onde hoje escrevemos e pronunciamos *j*, a pronúncia antiga não diversificaria da nossa, embora nas ditas palavras pusessem ora *j* ora i, como em *peleja* e *peleia, seja* e *seia, aja* e *aia*, *junto* e *iunto, jaz* e *iaz*. Mas não se percebe o que viria fazer *j* em *ajnda* por *ainda*, nem em *jguaaes* e *iguaaes.*

Oscilações que, não sendo de somenos, constituem preocupação evidenciada por todos os gramáticos consultados. A demonstrá-lo está a premente necessidade de para tal encontrarem explicação, evidente desde logo no facto de tanto a *Ortographia* quanto as *Regras* tratarem da alternância entre <i> e <j>. Vera, na *Ortographia* (capítulo XI, intitulado *Da letra vogal I*), estabelece distinção entre a vogal <i> e a consoante <j>, preconizando a diferenciação gráfica entre os fonemas consonantal e vocálico, conquanto esclareça ser corrente o uso do grafema <i> com valor da consoante <j>. Quanto ao <y>, o autor adverte que o seu uso só é correcto em palavras de origem grega (22 r), concluindo depois: "Basta dizer, que sempre escrevemos per *i* dicções Portuguesas, & sómente per *y*, as que temos Gregas, & as Latinas, que dellas tem origem, & mais não: nem mesmo as trocaremos por *j*, que tem outro significado".

Bento Pereira, que deixa explícito haver distinção entre o <i>, vogal, e o <j>, consoante e defende o uso destes dois grafemas diversos, afirma, na Regra 11 (*Para se usar das letras, i, u, quando sam vogays, & quando sam consoantes* (69)), que, embora a alternância desses dois grafemas seja corrente, cada um deles deve ter o seu uso específico:

> nam obstante dizerse vulgarmente que qualquer destas letras, i, u, hũas vezes he vogal, & outras consoante, eu tenho por melhor dizer, que não

> sam só duas, senam quatro as tays letras, pois cada hũa dellas tem diversa natureza, & sempre se deve escrever com diversa figura.

Ademais, inclui ainda nas suas *Regras* (74-5) um capítulo para diferenciar o uso do <i> e do <y>, no qual, em sintonia com Vera, determina também escreverem-se com <y> palavras de origem grega. A diferença reside em que, para ele, o <y> deve ser outrossim empregado com valor de semivogal, diferenciando-se da vogal <i> e da consoante <j>. Curioso, no mínimo, é que recorrendo ambos os autores ao mesmo exemplo (*cajado, caiado*) para ilustrarem a regra, divirjam acentuadamente no uso dos grafemas. Assim, enquanto Bento Pereira (75) distingue os três usos ("com *y*, *cayado*, significa o que está branqueado com cal; & com *j*, *cajado*, o báculo do pastor: & com *i*, pequeno, *caído*, o que está derrubado"), Vera, por seu turno, objurga o uso do iode[7]:

> porque se deve escrever assi, quando significa bordão, Cajado; & quando está cuberto com cal assi, Caiado. A razão de se não escrever (nem hũ, nem outro) per y, he que a ditta letra cerca de nos he breve vogal; & não consoante: como o he para com os Gregos e para com os Latinos juntamente: & o i, tem valor de dous ii posto que entre duas vogaes: & assi o escrevião os antigos pronũciando, Maiior, Peiior: & escrevendose com y, confunde-se a pronunciação com a dos Castelhanos, que assi bem o escrevem (22v).

Inferência de inconcussa razoabilidade do exposto é não existir critério que presida ao uso do <i> ou <y> − por vezes até do <j> −, o que torna evidente serem, no século XVII (à semelhança do que acontecia no português medieval), plenamente aceites as variações gráficas, desde que tal não implique variações fonéticas.

3.8. Flutuações gráficas diversas

Do cariz dos precedentes, porém não tão recorrente e inquestionavelmente menos perturbante, é o próximo bloco, constituído por sete conjuntos diferentes − a seguir analisados em separado, começando pelas

[7] Semiconsoante ou semivogal que compõe ditongos crescentes ou decrescentes, como nas palavras do português *iaiá* e *jeito*.

variações entre vogais, depois entre consoantes e, no final, um 'misto' − que em comum têm o facto de a oscilação ocorrer num único grafema (excepcionalmente dois).

3.8.1. Oscilação entre <*a*> e <*e*>

É o caso desta, paradigma de mais uma situação de flagrante discrepância entre os elementos por nós recolhidos e afirmações expendidas pelos tratadistas consultados, com as quais colidem. Com efeito, apesar de os tratados de linguística histórica corroborarem a opinião de Said Ali (1964: 34), que garante ser rara a substituição de *a* por *e*, o que a compulsação dos dados abaixo coligidos permite verificar é não ser esporádica, mas, ao invés, recorrente, essa flutuação.

Nº	Mês	Ano		Nº	Mês	Ano	
7	Jul	1663	"mas hũa balla de art**ilhe**ria lhe leuou o cauallo"	58	Jul	1667	"General da art**e**lh**a**ria"
34	Jul	1665	"deixando crauada a art**ilhe**ria"	36	Set	1665	"algũas mullas do trein da art**e**lh**e**ria"
38	Ago	1665	"General de art**ilhe**ria"				
20	Jul	1664	"Da caualler**i**a forão mortos"	39	Dez	1665	"padeceo muito a nossa caualla**r**ia"
				42	Mar	1666	"entràraõ com hũa partida de caualla**r**ia em duas herdades"

Ainda acerca desta variante, Machado (1987: 43) assegura subsistir apenas, no século XVII, a grafia *rezão*[8], tendo as demais oscilações por

[8] Com efeito, só identificámos um exemplo (de um seu derivado): "briosos, ou des**ar**rezoados, pediraõ demasias" (cf. edição nº 38, de Novembro de 1665).

ele registadas desaparecido, no máximo, até ao século XVI. E apesar de garantir que *ventagem* (ou *aventagem*) é própria do século XVI, encontrámos alguns exemplos como neste quadro se confirma:

Nº	**Mês**	**Ano**	
6	Jun	1663	"a **v**entagem que em tudo lhes fazem."
36	Set	1665	"naõ negaua a **ven**tagem que os Napolitanos faziaõ"
38	Nov	1665	"naõ se fiado na v**e**ntagem que tinha"
41	Fev	1666	"puderamos esperar grandes v**e**ntagens"
46	Jul	1666	"elegendo hum sitio de alguma v**e**ntagem"

Tal como de "desemparar", também supostamente desaparecida:

Nº	**Mês**	**Ano**	
36	Set	1665	"deixando sem piedade a infanteria de**sem**parada."
38	Nov	1665	"e o inimigo, de**sem**parandoa logo, se reduzio a hũ grande forte"
46	Jul	1666	"A vista de tanto poder, nos de**sem**pararam logo quatro mil" "que toda fugio de**sem**parando o posto." "Nam queirais des**e**mparar a vosso Rey"

O mesmo se passando em relação a <*camara*> e <*camera*>, cuja oscilação não é, no entanto, significativa:

Nº	Mês	Ano	camara	Nº	Mês	Ano	camera
				47	Ago	1666	"& cameras dos quartos delRey, & da Rainha"
47	Ago	1666	"doze camaras, & antecameras de telas riquíssimas"				"as salas, antecameras & cameras dos quartos"
							"& na camera de suas Magestades"
				15	Mar	1664	"Entradas três, ou quatro cameras, se despedio"
52	Jan	1667	"filhas da sua Camara" "Gẽtilhomem da Camara de S. Alteza				"que todos á sahida da camera beijaraõ a maõ"
				34	Jul	1665	"Soubese logo entre os que estauão na antecamera

e entre <*per*> ou <*pera*> e <*para*>, sem que seja notório o predomínio de qualquer deles:

Nº	Mês	Ano	Para	Nº	Mês	Ano	Pera
38	Nov	1665	"domìna muita terra para se auirem muitos lugares"	58	Jul	1667	"Aqui cõcorre ambiciosamente toda a fidalguia, & nobreza pera esmaltar o claro do sangue […], daqui se levão os sugeitos benemeritos pera todos os sublimes cargos"

54	Mar	1667	"se forão retirando p**a**ra a Villa"	46	Jul	1666	"he muito p**e**ra reparar"
56	Mai	1667	"que as trazia p**a**ra as dar aquelle dia"	47	Ago	1666	"que Lisboa se mudara p**e**ra aquellas prayas"

Sintomático é ainda o facto de o mesmo vocábulo apresentar flutuação gráfica na mesma página − como, entre tantas outras, acontece na edição 49, de Outubro de 1665: "o terço de inf**ã**teria de Cascaes" / "seus dous terços de inf**a**nteria" − o que poderá ter estado subjacente ou (quem sabe) constituído razão determinante para a adução das listas que Bento Pereira e Franco Barreto apresentam, no final das suas obras, semelhantes ao *Appendix Probi*, que têm por objectivo "emmendar, & melhorar as palavras, que a ignorancia do vulgo tẽ corrutas." (Barreto, 1671: 265). Residindo a diferença mais vincada entre ambas (além de divergências pontuais entre aquilo que consideram certo ou errado) na circunstância de a deste (composta de 243 palavras erradas com as respectivas *emmendas*) ser única, enquanto a de Bento Pereira (mais tolerante, na medida em que se limita a dizer serem inadequados, mas tolerados, muitos dos itens lexicais que Barreto afirma estarem errados), que contém uma listagem de 177 palavras erradas, acompanhadas das devidas correcções, anexa outra lista ("Para melhorar") com mais 99 palavras que, embora não sejam correctas, são *Toleradas* (faladas pelo povo: "antre", "desenvergonhado", "menhãa"), podendo ser *melhoradas* (corrigidas pelo autor: "entre", "desavergonhado", "manhãa") respectivamente.

Visto serem numerosas as formas que mostram variação entre <*a*> e <*e*>, presentes em ambos os autores, cingir-nos-emos a aduzir três a título exemplificativo: é o caso, entre as 'erradas', de "alifante", "chançarel" e "pera" para as quais são propostas as 'emendadas' "elefante", "chanceler" e "para" respectivamente.

Ilação a retirar dos itens arrolados, é que a falta de uniformidade gráfica − na situação em apreço a alternância entre <*a*> e <*e*> − , tão peculiar do português medieval, está ainda presente no português seiscentista, mais se observando, pelos dados levantados, a preferência pelas formas mais antigas.

3.8.2. Oscilação entre <*e*> e <*i*>

Nº	Mês	Ano	<e> no lugar de <i>
13	Jan	1664	"catorze batalhas campa**e**s"
16	Abr	1664	"cõ despezas maiores do que prometiaõ seus cabeda**e**s"
26	Jan	1665	"dos qua**e**s huns não tornarão"
35	Ago	1665	"dos qu**a**es nenhum escapou"
41	Fev	1666	"com todos os sin**a**es de piedade Christãa"

Para além dos casos de ditongação, resultante de pluralização de nomes, adjectivos ou pronomes (quadro supra), são ainda várias as situações, identificadas no próximo, em que surge o <e> a substituir o <i> −

Nº	Mês	Ano	<e> no lugar de <i>
8	Ago	1663	"obrigada da fome, **&** mao tratamento, que he p**e**or de sofrer"
14	Fev	1664	"conclu**e**, dizendo:"
15	Mar	1664	"cousas concernentes às cer**e**monias"
44	Mai	1666	"a imposs**e**bilita para outras acçoens" "**&** pessoas que en**tre**uierão nesta facção"
46	Jul	1666	"posto que o Bispo res**e**dia ordinariamente na nossa cidade" "d**e**sparou o forte de Sam Miguel onze peças" "Em Alem-Tejo succedeo aos Castelhanos muito p**e**or."
47	Ago	1666	"com as cer**e**monias da Santa Igreja"
49	Out	1666	"farô**e**s de vidraças douradas" "mas foi o p**e**or ficar o inimigo senhor do campo"

− sendo o inverso (aparecer <i> onde devia estar <e>) outrossim frequente:

Nº	Mês	Ano	<i> no lugar de <e>
10	Out	1663	“para deixar estabel**i**cida cõ elles communicação”
38	Nov	1665	“& Deos quis adu**i**rtir nossa confiança”
40	Jan	1666	“& inu**i**st**i**o com tal impeto” “pella m**i**noridade do Rey” “mas div**i**rt**i**oo a muita chuua que ouue.”
41	Fev	1666	“de que nada passou sem se adu**i**rtir” “& ferragẽs **i**nuernizadas tãbem de negro”
42	Mar	1666	“que o General queria capitular, sem adu**i**rtir”
44	Mai	1666	“para que se diu**i**rtissem” “o Rey m**i**nino feito Faraó” “& hauendo já algũas disposiçoẽs se disistio”
46	Jul	1666	“attribuio a outro d**i**signio” “com seis p**i**quenas tropas”
47	Ago	1666	“por huma p**i**quena ponte leuadiça” “Damas, & m**i**ninas com seu adorno natural” “& as m**i**ninas ostentauam à vista nouo sofeito
49	Out	1666	“aos Ministros **I**nviados dos Reys de França”
52	Jan	1667	“declaràra por Portugal as m**i**lhoras” “& desta maneira ref**i**rirá Mercurio”

ou de uso um tanto aleatório:

Nº	Mês	Ano		Nº	Mês	Ano	
7	Jul	1663	“com ballas m**iu**das lhes foi dando alcance”	17	Mai	1664	“leuou quantidade de gado m**eu**do”
				46	Jul	1666	“vinte & três tiros com balas m**eu**das”
49	Out	1666	“& disparauam artilheria com ba**ll**a m**iu**da”	49	Out	1666	“& muito pouco m**eu**do, porque se hauia tudo retirado”

38	Nov	1665	“& nos lugares v**i**sinhos temos já”	35	Ago	1665	“que tem oitenta ou cem v**e**zinhos”
			“mais de trezentos v**i**sinhos”	52	Jan	1667	“que occasionou guerra tam aspera, & tam v**e**zinha.”
40	Jan	1666	“das Aldeas mais v**i**sinhas á fronteira”				“contrapezando o poder dos Principes v**e**zinhos”
44	Mai	1666	“AyaMonte que fica v**i**zinha”				
46	Jul	1666	“duas companhias auxiliares do d**i**stricto de Villa-Real”	38	Nov	1665	“pelo mesmo d**e**strito de Barrozo”

Conquanto estranha para o leitor hodierno, trata-se, segundo Mattos e Silva (1986: 59), de uma variação usual no português arcaico: “quando na sílaba acentuada estão as altas /i/ ou /u/. Essa variação deve indicar um alteamento da pretónica, fenómeno fonético assimilatório conhecido como harmonização vocálica e que já aparece fixado no século XVI”.

Também Teyssier (2001: 61) esclarece ser a flutuação <e>/<i> (e <o>/<u>) pretónicos fenómeno antigo (“Todas essas variações vocálicas são fenómenos antigos. Ocorrem, com muita frequência, nos textos do século XVI.”), salvaguardando de imediato: “Não se deve, porém, concluir, em nenhum caso, que elas caracterizam uma evolução do sistema e, em particular, uma passagem de [ẹ] a [i] e de [ọ] a [u].”

Contributo importante para a dilucidação deste quesito é o aportado por Nunes (1969: 59), que, descendo à casuística, concretamente à variante *milhor*, esclarece que o “*e* pode passar a *i* quando junto da vibrante ou lateral e das guturais ou palatais.” Mas também Bento Pereira e Franco Barreto relacionam (nos apêndices antes referidos) a alternância entre <e> e <i> aduzindo exemplos das versões erradas (“cileyro”, “comiçou”, “devino”) e das correspondentes emendadas (“celleiro”, “começou”, “divino”.

Em suma: regra geral, a alternância entre <*e*> e <*i*> ocorre quando

na sílaba seguinte temos uma vogal alta (*i, u*) ou semivogal, o que provocaria o alçamento vocálico, como *auezinhar/auizinhar, devedir/dividir, destruhir/distruhir.*

3.8.3. Oscilação entre <*o*> e <*u*>

Nº	Mês	Ano	u	Nº	Mês	Ano	o
36	Set	1665	"leuar m**u**niçoens ao Minho"	9	Set	1663	"por falta de moniç**o**ens"
40	Jan	1666	"De ahi a sete, ou oito dias mandou […] tomar líng**u**a á Enzina"	41	Fev	1666	"mandou cincoenta cavalos a tomar ling**o**a"
				44	Mai	1666	"a tomar ling**o**a a Anzina" "procurar ling**o**as do inimigo"
49	Out	1666	"& mortos de sede, por faltarem ag**u**as" "em que se fingia vinham buscar ag**u**a"	46	Jul	1666	"do mui espantosissimo rio Zaire, suas margens, & ag**o**as vertentes"

De flutuação assaz parcimoniosa quando reportada à mesma palavra, como se vê no quadro supra, é, pelo contrário, de reiterada ocorrência nas formas verbais (precipuamente nos ditongos destas), como nestes se demonstra:

1.

Nº	Mês	Ano	
38	Nov	1665	"se desmandou, & diverti**o** a ir buscar" "desmenti**o**se a opiniaõ que hauia" "se reduzi**o** a hũ grande forte"
46	Julho	1666	"entam se attribui**o** a outro"

2.

Nº	Mês	Ano	
5	Mai	1663	"que concorre**o** tumultuozamente ao Terreiro do Paço"
7	Jul	1663	"que elle se benze**o** mil vezes […] que se benze**o**"
9	Set	1663	"se rende**o** aos dez daquelle mez"
34	Jul	1665	"foi o primeiro que le**o** a carta"
37	Out	1665	"se atreve**o** a levarnos"
38	Nov	1665	"não aparece**o**" "toda se recolhe**o** ferida" "a necessidade os reduzi**o** a aceitarem" "nem pessoa aparece**o**" "& perde**o** onze cavallos" "mas breuemente se rende**o**" "Porem succede**o** o que" "se mete**o** em tal confusaõ" "perde**o** o caminho, & setenta cavallos" "não aparece**o**, dizendo as outras, que"
39	Dez	1665	"com o que padece**o** muito" "A isto acresce**o** que" "mas escreve**o** Caracena"
41	Fev	1666	"& se traria chape**o**" "donde a Rainha nossa Senhora falece**o**" "Recebe**o** sua Magestade o desengano"
43	Abr	1666	"& morre**o** nelle hum homem"
44	Mai	1666	"António Tavares lhe responde**o**"
45	Jun	1666	"nam pode entrar no Forte, como pretende**o**; mas depois aparece**o**, & está preso.
46	Jul	1666	"por lhe sobreuir huma doença de que fallece**o**" "se resolue**o** em fazermos guerra declarada" "Em Alem-Tejo succede**o** aos Castelhanos"
47	Jul	1666	"Na noite que amanhece**o** em quatorze deste Agosto"
56	Mai	1667	"o recebe**o** dandolhe tratamento de Embaixador" "responde**o** ao Embaixador"

Numerosas são ainda as situações em que deparamos, grafados com 'o', com vocábulos que hodiernamente o são com 'u':

Nº	Mês	Ano	
2	Fev	1663	“em hũa treg**o**a de hũ mez”
18	Jun	1664	“Naquellas pequenas treg**o**as”
16	Abr	1664	“& assi se estaõ fabricando na Ribeira das na**o**s de Lisboa” “(cousa que nunca se vi**o** nella)”
43	Abr	1666	“que forão duas na**o**s grandes”
5	Mai	1663	“se os não impedira a authoridade de fidalgos que ac**o**-dìraõ”
36	Set	1665	“A isto ac**o**diraõ Portugueses que”
38	Nov	1665	“& ac**o**dindo os Castelhanos”
49	Out	1666	“& os nossos visinhos que costumam ac**o**dir”
20	Jul	1664	“em cujas ag**o**as banhado se refrescou”
41	Fev	1666	“lançàraõ ag**o**a benta no tumulo”
46	Jul	1666	“do mui espantosissimo rio Zaire, suas margens, & ag**o**as vertentes”
31	Jun	1665	“hauẽdo quasi hũa leg**o**a”
40	Jan	1666	“marchando noue leg**o**as, sẽ descançar ataccou a villa” “que dista sinco leg**o**as de Ciudad Rodrigo”
42	Mar	1666	“mais de hũa leg**o**a”
42	Mar	1666	“& cem cauallos perdidos, f**o**girão
45	Jun	1666	“para f**o**girem por mar.”
38	Nov	1665	“tanto que s**o**speitarem que os nossos os querem buscar”
39	Dez	1665	“nos que erão s**o**speitosos”
8	Ago	1663	“obrigada da fome, & ma**o** tratamento”
38	Nov	1665	“mas em fim preualecéraõ os maos”
44	Mai	1666	“destes maos principios mandou correr as tropas”
45	Jun	1666	“mas o m**ao** modo a fez degenerar em irreuerencia.”
46	Jul	1666	“Que pelejando aja bons ou m**ao**s successos, he muito ordinário”
41	Fev	1666	“& se começou a c**o**mprir o”
43	Abr	1666	“ou se s**o**geitão â fortuna com menos aperto”
44	Mai	1666	“com a sua tropa m**o**niciada”
47	Ago	1666	“s**o**bindo pella Pàdaria à Sé” “em cujo tab**o**leiro diante da porta principal”

Não havendo reciprocidade no inverso, que é esporádico:

Nº	Mês	Ano	
10	Out	1663	"hum teatro c**u**berto de luto"
36	Set	1665	"fortificado com estrada c**u**berta, & estacada"
38	Nov	1665	"cõ ataques atè a estrada c**u**berta" "& outros embaraços que custumaõ trazer"
41	Fev	1666	"c**u**bertos de veludo negro" "Vinha c**u**berta com hum largo pano"
46	Jul	1666	"hum bofete c**u**berto com huma alcatifa"
39	Dez	1665	"& o mais que c**u**stuma acontecer"
41	Fev	1666	"demonstraç**a**ens c**u**stumadas em taes accasioens"
43	Abr	1666	"o mais certo sinal de sua fraqueza c**u**stuma ser"
46	Jul	1666	"c**u**stuma nam espantar os nossos soldados"
47	Ago	1666	"todos os Francezes com o j**u**elho em terra" "pondose todos de j**u**elhos" "o senhor Infante a fazer oraç**am** aj**u**elhados em almofadas"
40	Jan	1666	"reservado à sabed**u**ria diuina"
49	Out	1666	"No Domingo dezasete do mes à tarde, se j**ugàram** canas"

Cabe abrir aqui um breve parêntesis para assinalar o caso singular dos próximos vocábulos, que, apesar de apresentarem à época uma grafia diferente[9] da actual, não sofrem ao longo dos 58 edições do *Mercúrio* qualquer flutuação gráfica, mantendo-a:

Nº	Mês	Ano	
11	Nov	1663	"quem por tantas vias procura o fauor de De**o**s."
39	Dez	1665	"a De**o**s graças, nos chegaraõ muitas ceuadas"
46	Jul	1666	"os particulares fauores do Ce**o**" "mas à vontade do Ce**o** nada resiste."

De salientar outrossim, à semelhança do que atrás referimos a propósito de outras flutuações, é também no atinente à ora equacionada encontrarmos nos apêndices de Pereira e Barreto listas de itens consti-

[9] E errada, como se explica na rubrica 3.8.7.

tuídas pelas versões erradas ("agoa", "molher", "soprir", "sospeyto") e as correspondentes emendadas ("agua", "mulher", "suprir", suspeyto). Aliás, no caso concreto de molher/mulher, Mattos e Silva (1996: 61) concorda com Maia (1986: 408), que estabelece:

> não se pode aplicar uma regra de condicionamento fonético do tipo assimilatório. Parece que, exceptuados os casos de alteamento por harmonização, pode-se admitir que a vogal média posterior seria realizada como [ǫ], articulação que se mantém na língua culta de Lisboa ainda no século XVIII.

3.8.4. Oscilação entre <o> e <e>

Nº	Mês	Ano	o	Nº	Mês	Ano	e
49	Out	1666	"hauiam procedido sempre com val**o**r, & como deuiam"	38	Nov	1665	"& outras val**e**rosissimas Militares"
				43	Abr	1666	"morreo nelle hum homem val**e**rosissimo"
46	Jul	1666	"pelejaram seis horas admirauelmente; […] com grande val**o**r"	38	Nov	1665	"fez sortidas val**e**rosas"
				40	Jan	1666	"soldados val**e**rosos"
				41	Fev	1666	"foi muito val**e**rosa"
				9	Set	1666	"Hauiase defendido val**e**rosamente"
				34	Jul	1666	"Que posto que os seus hauião pelejado val**e**rosamente"

Se esta flutuação (<e> por <o>) foi identificada apenas nos casos supra referidos, o contrário (<o> por <e>) é ainda de mais parco aparecimento:

47	Ago	1666	"por ser vesp**o**ra do Santo Iubileo"

3.8.5. Oscilação entre <s>, <z>, <ç>, <ss>

Reconhecida a inexequibilidade (e improficuidade, convenhamos) da tarefa, atendendo à dimensão do *corpus* e à interminável listagem de vocábulos que daí resultaria, de se proceder a um levantamento exaustivo de todas as ocorrências da variação em epígrafe, afigurou-se-nos mais pertinente o registo (em quadros separados, porque de diferentes objectivos) de uns quantos exemplos de *per si assaz* elucidativos. Assim, enquanto no segundo quadro elencamos exemplos de vocábulos grafados com <z/ç> e que hoje o são com <s> − dado a assinalar é só haver sido apurado um caso de sentido contrário, ou seja, com s no lugar do z actual ("por naturesa", na edição nº 40, de Janeiro de 1666) e outro anómalo ("que fez neste felice dia", na edição extraordinária de Julho de 1664) −, no primeiro, tendente a demonstrar a relativa aliatoriedade de uso, pomos em confronto as duas grafias (que, como logo no exemplo inicial se verifica, podem ocorrer na mesma edição):

1.

Nº	Mês	Ano	z/ç	Nº	Mês	Ano	s
38	Nov	1665	"saqueado, & destruído os circumui**z**inhos"	38	Nov	1665	"de mais de trezentos vi**s**inhos"
				37	Out	1665	"duzentos e sincoenta vi**s**inhos"
			"Villa de setecentos vi**z**inhos"	49	Out	1666	"& os nossos vi**s**inhos que costumam acodir"
43	Abr	1667	"vi**z**inho da mesma praça"	36	Set	1665	"segura pella vi**s**inhança do seu forte
55	Abr	1667	"A 26. **dez**amarrou a frota para o Brasil"	38	Nov	1665	"foraõ forçados a **des**amarrar por causa de hum rijo temporal"

40	Jan	1666	"Com esta pre**z**a, & muito fato com algũas peças de ouro"	40	Jan	1666	"muito cõtentes com hũa pre**s**a riquíssima"
35	Ago	1665	"se recolheo com pre**z**a de quatro centos boys"	49	Out	1666	"& os nossos visinhos que costumam acodir a semelhantes pre**s**as"
	Fev	1666	"Com esta pre**z**a e muito fato"				
	Jul	1666	"Por este se recolhiam com boa pre**z**a de gados"				
38	Nov	1665	"naõ qui**z** ella sair toda"	42	Mar	1666	"naõ qui**s** sair" "nam qu**is** encubrirlhes a gloria que ella lhes dà"
46	Jul	1666	"o qui**z** segurar, protestando"	46	Jul	1666	"o quis destruir com alguns pretextos"
41	Fev	1666	"Em dezoito **fez** Pedro Iaquez outra entrada em Castela"	40	Jan	1666	"o **fes** retirar com muitos feridos, & bem descontente"
49	Out	1666	"no terreiro do Paço; nelle se **fez** uma grande praça em quadro."	47	Ago	1666	"com arenga que hum delles **fes** muito a proposito"

41	Fev	1666	“depois que se naturalizou Portugue**z**”	46	Jul	1666	“três companhias, uma de Portugue**s**es soldados”
45	Jun	1666	“pois era Portugue**z**, & pelejaua como soldado”		Set	1665	“& para se alegrarem os Portugue**s**es”
46	Jul	1666	“alcançaram as Armas Portugue**z**as”				“que elles em Italia eraõ os Portugue**s**es em Espanha”
			“a que nam se fiasse dos Portugue**z**es”				“dizerse que os Portugue**s**es a faziaõ ás mais naçoens”
			“o ódio contra os Portugue**z**es”				
45	Jun	1666	“Em de**z**a**s**ete deste foi com mais de dous mil infantes”	45	Jun	1666	“aprisionamos algũs, & tomamos de**s**a**s**ete caual-los.”
46	Jul	1666	“& aos de**z**a**s**ete passou o rio Minho”				
47	Ago	1666	“Leuaua de**z**aseis laca**y**os com libré”	47	Ago	1666	“o tempo que se deteue que foram de**s**a**s**eis dias.”
41	Fev	1666	“fundando nella hum Conuento de Agostinhas Descal**ç**as”	41	Fev	1666	“Hospício dos Carmelitas Descal**s**os”
46	Jul	1666	“contraíram com nossos Reys ami**z**ade tam estreita”	46	Julho	1666	“nam tinha a menor imaginaçam de offender a sua ami**s**ade”

49	Out	1666	"No Domingo dezasete do mes à tarde"	49	Out	1666	"aos dous deste mez"
				9	Set	1663	"se rendeo aos dez daquelle mez"
				36	Set	1665	"Aos 28. deste mez chegou auiso de auer fallecido ElRey de Castella"
				40	Jan	1666	"succedido aos 28. daquelle mez"

2.

Nº	**Mês**	**Ano**	
16	Abr	1664	"cõ despezas maiores do que prometiaõ seus cabedais"
37	Out	1665	"izentos de infortúnios" "o temor, disse o Poeta, acrescẽta azas."
38	Nov	1665	"hiaõ assolando aquelle paiz" "queimados, & arrazados" "que se logo se naõ entregassem a arrazaria"
46	Jul	1666	"voava com as azas do medo" "ou casa particular que se nam abrazasse" "& queimar, & abrazar em todo elle" "comprehendendo estas freguezias muitos lugares"
54	Mar	1667	"se resolverão […] a dezenterrar o menino, & dezenterrando o acharão sem corrupção alguma […], & dezamortallado o menino"
55	Abr	1667	"todos naquella marè dezembocàrão a foz do nosso Tejo"
40	Jan	1666	"marchando noue legoas, sẽ descançar ataccou a villa"
52	Jan	1667	"no qual hauia de descançar aquella noite" "que ao seu descanço, mandou chamar o Iuiz" "escolherà por partido o descanço, para se refazer"
47	Ago	1666	"porque o vento parece que se cançou de nos cançar." "todos com meas de seda, çapatos brancos"

49	Out	1666	“perdéram quinhentos cavallos de can**ç**ados” “achandose os nossos cavallos tam can**ç**ados”

Havendo ainda a registar excepções às excepções (a primeira grafada de duas formas diferentes em páginas seguidas e a segunda uma grafia inusitada):

Nº	**Mês**	**Ano**	
52	Jan	1667	“França, cujo Principe, com o so**c**ego de tam dilatada paz”
52	Jan	1667	“que com este mesmo so**ss**ego de Europa”
51	Dez	1666	“fizeram ce**ssassam** de armas nas fronteiras”

Curiosa, no mínimo, esta utilização do <ç>, a que Vera, na Ortographia (1631), dedica um capítulo, em que o diferencia do <c> e trata como grafema tão distinto deste, que, considera, deveria fazer parte do nosso alfabeto. Ao mesmo tempo que reputa não ser necessária a cedilha no <c> que antecede <e> ou <i> (como em cinto, certo), esclarece: “mas se se puser não será erro, visto ser esta a sua forma” (7 r.). Informações a que as *Regras Gerais* (1666) acrescentam residir a maior dificuldade não em saber quando se deve ou não usar a cedilha, mas quando diferenciar o <ç> do <ss>, “visto serem estes dous modos a mesma toada” (77). Dificuldade para cuja superação Bento Pereira dá inegável contributo ao preconizar que se o vocábulo tiver origem latina será sempre grafado com <s>, mas “se forem palavras totalmente Portuguezas” deverão ser grafadas com <ç>, esteja ele no início ou no interior do vocábulo.

Em relação ao uso do <s>, a *Ortographia* (17 r.) estabelece que só se dobra entre vogais (“pronunciando a modo de ç”), o que, confirmando o uso dos exemplos do primeiro destes quadros (igual ao hodierno), também legitima grafias do cariz das apresentadas no segundo[10]:

[10] Preceituado a que esta (na edição nº 41, de Fevereiro de 1666) foge: “& ensima hũa cruz de tela branca”

1.

Nº	**Mês**	**Ano**	
12	Dez	1663	"como da Sereni**ss**ima"
20	Jul	1664	"ficando a**ss**i quasi toda"
42	Mar	1666	"cento e se**ss**enta ouelhas"

2.

Nº	**Mês**	**Ano**	
41	Fev	1666	"que a**ss**ima dissemos."
43	Abr	1666	"pello rio Águeda a**ss**ima"
47	Ago	1666	"as pessoas a**ss**ima nomeadas" "a guarda que a**ss**ima dissemos da Rainha" "Chegàram também as pessoas a**ss**ima nomeadas" "as outras Senhoras de que a**ss**ima fallamos."
51	Dez	1666	"fizeram ce**ss**a**ss**am de armas nas fronteiras"

Regra de que exceptua o caso dos pronomes clíticos, para os quais propõe a grafia junta −

Nº	**Mês**	**Ano**	
8	Ago	1663	"achando**se** pelas manhãas às portas"
9	Set	1663	"Hauia**se** defendido valerosamente"
12	Dez	1663	"Coroou**se** a felicidade deste mez
20	Jul	1664	"Tomou**se** toda a artilheria"
49	Out	1666	"achando**se** os nossos cavallos tam cançados"
51	Dez	1666	"O estylo foi simples, & corrente, ajustando**se** sempre"
52	Jan	1667	"valendo**se** para isso do cabedal dos particulares"

− advertindo, mais adiante (36 r.), constituir erro dobrar-se o <s> destes pronomes ("seguese, e não seguesse") o que não obsta à sua relativa proliferação:

Nº	**Mês**	**Ano**	
38	Nov	1665	"& de seus mouimentos avist**asse** a Montouro"
44	Mai	1666	"começau**asse** a tratar"

Apesar de ser perceptível, no atrás exposto, preconizarem os tratados de ortografia que se observe a etimologia, a realidade encarrega-se de provar ser esta recomendação reiteradamente ignorada, como os exemplos transcritos demonstram à saciedade. Aliás, a julgar pela generalidade dos exemplos extraídos do *corpus* − e de que este: "França, cujo Principe, com o socego de tam dilatada paz" / "que com este mesmo sossego de Europa" (na edição nº 52, de Janeiro de 1667), ao grafar em duas páginas seguidas o mesmo vocábulo de forma tão diferente, conquanto com a mesma sonoridade, é paradigmático − o que parece, pelo contrário, é não haver outro critério para as variações gráficas encontradas a não ser o fonético.

3.8.6. Oscilação entre <b> e <v>

Nº	Mês	Ano	'v' por 'b'
8	Ago	1663	"nos nauios que saem dos Portos de Lisboa, & Setu**u**al"
44	Mai	1666	"Que o de Setu**u**al marchasse"
			'b' por 'v'
38	Nov	1665	"o tẽpo terri**b**el do Inuerno"
41	Fev	1666	"o **B**isconde de Villanoua" "& do **B**isconde de Villanoua Estribeiro môr"
45	Junho	1666	"resulta a terri**b**el entrada que"

Confusão assaz vetusta é esta que, não obstante vir de tempos imemoriais − tão provectos que diversas abonações no *Appendix Probi* atestam manifestar-se desde o século I da era cristã, e Pereira (1933: 76) afirma ser comum na transformação do latim para o português − , subsiste ainda na fala dos minhotos, garante este autor: "perdura ainda entre nós, em certas palavras, o syncretismo dessas duas correntes, v.g. *taberna e taverna, cobarde e covarde*".

Se dos tratados antigos apenas a *Ortographia* de Vera se pronuncia sobre a variação em epígrafe (e acima exemplificada) − considerando

a semelhança do <b> com o <u> consoante e afirmando ser usual entre os galegos e alguns portugueses de Entre Douro e Minho a pronúncia *bos*, *bida* por vos, vida − nas gramáticas hodiernas também Teyssier (2001: 49) problematiza a questão, atribuindo tal confusão à influência galega e espanhola, tese para a qual invoca o testemunho de Leão, na segunda metade do século XVI: "Duarte Nunes de Leão, na sua *Ortographia* (1576), menciona a confusão do *b* e do *v***,** e precisa que ela aparece nos galegos e em alguns portugueses dentre Douro e Minho".

Única convergência identificável afigura-se-nos ser a da imputação desta confusão à influência galega, sendo vários os reparos de que é objecto, inclusive nos apêndices de Barreto e Bento Pereira, que preconizam como grafia correcta 'varrer', 'visconde' e 'empobrecer' em vez de 'barrer', 'bisconde' e 'empovrecer'.

3.8.7. Oscilação entre <gu>, <g>, <c>, <qu>, <q>

De aparecimento relativamente esporádico − *et pour cause* ignoradas pela generalidade das gramáticas e tratados de ortografia seiscentistas consultados − , ainda assim deparámos com algumas variações entre <gu>, <g>, <c>, <qu>, <q>. Às quais apenas Vera (na *Ortographia*) alude, advertindo, no que ao uso dos grafemas <q> e <g> respeita, dever-se usar sempre <u> depois deles quando se lhes quiser dar "meia pronunciação de o; como se vê nestas palavras, aguarda, agua, lingua, mingua" (8 v.). Temática a que volta no final da obra (num capítulo intitulado *Regras da Ortographia da língua Portuguesa*) condenando variações de pronúncia de vocábulos em que ela se mantém semelhante à latina:

> As palavras Latinas, de que usamos incorrutas, ou pouco corrutas, não devemos corrõper mais, quãdo a pronunciação Latina he a mesma, que a Portuguesa, por não escurecer sua origem, que não he propriedade da lingua fazer maiores corruções; como em Deus, língua, qualidade, quantidade, quantia, cinquo, melhor, & não milhor, sinco, lingoa, contia, calidade, Deos, que he diversa pronunciação da Portuguesa própria. (44 r.)

Normativa de que não escasseiam as violações, como aqui se demonstra:

Nº	Mês	Ano		Nº	Mês	Ano	
40	Jan	1666	"mandou […] tomar líng**u**a á Enzina"	40	Jan	1666	"parece que a tomar ling**o**a, pella parte de Quadraçaẽs"
				41	Fev	1666	"mandou cincoenta cavalos a tomar ling**o**a"
41	Fev	1666	"das pessoas da maior **qua**lidade"	41	Fev	1666	"toda a pessoa de qualquer **ca**lidade, & condiçaõ"
				39	Dez	1665	"he muito virtuoso, **ca**lidade muito principal"
				40	Jan	1666	"que dista **s**inco leg**o**as de Ciudad Rodrigo"
				43	Abr	1666	"vinte e **s**inco cauallos que alli hauião chegado"
							"hia cõ os vinte e **s**inco cauallos"
							"ferido mortalmente com **s**inco cutiladas"

							“**s**inc**o**enta caualgaduras”
41	Fev	1666	“mandou cinc**o**enta cavalos”	41	Fev	1666	“mais de quinhentos & **s**inc**o**enta annos”
				13	Jan	1664	“**sincoenta** e quatro peças a leuar muniçoens ao Minho” “oito mil cabeças de gado meudo & **sincoẽta** bois”
52	Jan	1667	“com cento & **c**inc**o**enta cavallos, & cincoenta infantes montados”	36	Set	1665	
				46	Jul	1666	“tomamoslhe cento e **s**inc**o**enta cauallos; **s**inc**o**enta se desgarraram por varias partes; outros **s**inc**o**enta chegaram”
				45	Jun	1666	“que foram crecendo ate **qua**torze ou quinze”
46	Jul	1666	“até que aos **ca**torze deram sobre Foyoens”	47	Ago	1666	“Na noite que amanheceo em **qua**torze deste Agosto”

Algo diferente é o posicionamento das gramáticas coevas, *verbi gratia* a de Nunes (1969: 68), que esclarece ser comum a perda do <u> tanto na língua arcaica quanto na dos quinhentistas − tese perfilhada por Câmara Jr. (1985), que, em relação ao grupo <qu> (onde a vogal tende a desaparecer absorvida pela vogal seguinte), adverte remontar esta redução ao latim − e que “na linguagem popular o *–a*, oral ou nasal, que se segue à semivogal, assimila-se a esta, reduzindo-se depois as duas a uma só”. Matéria acerca da qual também Mattos e Silva (1991: 68) se pronuncia, referindo que:

> em face dessa assimetria gráfica em que q e g, seguidos de *ua*, *uo* representam ditongos crescentes e em que *ue, ui* precedidos de q e g não representam, se encontram na escrita arcaica grafias do tipo *guanhar* por *ganhar*, *paguar* por *pagar*, *vaqua* por *vaca* espelhada nas grafias do tipo *que*, *queria* e, talvez, hipercorrectas, já que dialetalmente era provável a existência de pronúncias do tipo *gardar* ou *calquer.*

Seria o caso aqui plasmado:

Nº	**Mês**	**Ano**	
54	Mar	1667	"a fortificação que tẽ he inda aquella anti**gu**a"
58	Jul	1667	"Vniversidades Regias & anti**gu**as"

Afirmação que cotejada com a advertência de Vera sobre a pronúncia correcta das palavras, torna perfeitamente plausível ter havido, ainda no português seiscentista, variações de pronúncia como *cantidade/quantidade.*

4. Comentário global da ortografia

Requisito prévio incontornável para a abordagem da rubrica em epígrafe, dado o seu melindre, é ter sempre presente não poderem os textos do *Mercúrio Portuguez* ser lidos à luz dos conceitos hodiernos do que é certo ou errado, exigência que este exemplo, paradigma das mutações ocorridas (e sua apodixe) justifica plenamente: enquanto a *Ortographia* (17 r.) estabelecia, em relação ao uso do <s>, que só se dobrava entre vogais − regra de que exceptuava o caso dos pronomes clíticos, para os quais preconizava a grafia junta, como aqui: "achandose pelas manhãas às portas" (edição nº 8, de Agosto de 1663), advertindo mesmo, mais adiante (36 r.), constituir erro dobrar-se o <s> destes pronomes ("seguese, e não seguesse") − tal grafia é inaceitável nos nossos dias.

Salvaguardada esta peculiaridade, exemplo representativo de várias outras sem correspondência na hodiernidade, passemos então ao co-

mentário, começando por assinalar que a visão de conjunto propiciada pela análise dos textos do *Mercúrio Portuguez* antes efectuada (de dois ângulos: o formal e o conteudístico) permite − confirmado que ficou conter o seu ADN como elementos fundamentais a objectividade e o rigor − permite, dizíamos, considerar estarem reunidas as condições para um comentário global assaz fundamentado da ortografia usada. Ortografia em relação à qual legam à posteridade um imperdível contributo para a concreção de um acurado estudo da sua evolução.

Ainda que *lato sensu* considerados os textos do *Mercúrio* sejam perfeitamente perceptíveis e não evidenciem obstáculos intransponíveis à sua intelecção, forçoso se torna reconhecer tratar-se de uma grafia bastante estranha para o leitor hodierno, sobretudo para o menos familizarizado que, pontualmente, terá óbvias dificuldades em descodificar o que está escrito. *Malgré* esse *handicap* a verdade contudo, como decorre da análise casuística a que procedemos, é estar pormenorizadamente justificada a maioria das situações, consubstanciando aquelas em que tal desiderato não é conseguido casos anómalos decorrentes quer da falta de consenso entre ortógrafos (e gramáticos), e entre copistas (ou abusos por estes perpetrados) dos períodos precedentes, quer da subsistência de resquícios dessas anomalias. São, de facto, diversas as rubricas em que o consenso entre os próprios gramáticos não é alcançado ou, pior, em que amiúde se contraditam (é, entre outros, o caso das terminações <-am> / <-ão>) o que resulta, no essencial, de se priorizar ora o critério fonético ora o etimológico.

O que não pode deixar de surpreender é esta flutuação (e dualidade de critérios) subsistir ainda no Mercúrio (1663/1667), quando as questões mais problemáticas estavam já (supostamente) solucionadas.

Na verdade, se a partir do século XVI (período etimológico), com o despertar dos estudos humanísticos (devido ao fascínio exercido pela cultura greco-latina) e a pretexto de uma aproximação artificial com o latim e o grego, se difundira o uso de grafias etimológicas (ou pseudo-etimológicas) − que, denotando o desejo de justificar as palavras vernáculas através das suas antecedentes latinas ou gregas (genuínas ou imaginadas), confirmava o entendimento prevalecente: o de as palavras deverem ser grafadas de acordo com as suas origens, o que torna

cada vez mais correntes estas novas grafias (em que se duplicavam as consoantes intervocálicas e se inventaram aleatoriamente símbolos extravagantes) − a orientação mudou no século seguinte. No essencial por o afluxo terminológico precedente − regra geral resultado do pretensiosismo de quem, julgando-se conhecedor do latim e do grego, se cingia a 'travestir', conferindo-lhe um aspecto gráfico alatinado, formas vulgares já existentes − não encontrar justificação plausível (não obstante houvesse muitas palavras para as quais a explicação radicava na própria etimologia).

Razão por que o século XVII − cuja principal peculiaridade foi a de mediar entre a ortografia fonética (de João de Barros) e a etimológica (de Duarte Nunes de Leão) − ao ter que lidar com problemas inexistentes no século anterior (tais como a equalização sonora do s intervocálico e do z, assim como do ss e do ç, que sempre haviam sido fonemas distintos), se viu no imperativo de ter de adoptar, no que à ortografia concerne, uma postura mais abrangente, destarte se tornando um período em que pontificou grande tolerância de posicionamentos (e, convenhamos, alguma indefinição). Plasmada, de forma inconcutível, na dicotomia posicional entre dois dos seus *experts*: assim, enquanto Vera preconiza que deve ser feita de acordo com a etimologia, conquanto não excluísse que pudesse ser feita conforme o uso do povo, isto é, segundo a ortografia fonética (porque, justifica, " a boa ortografia consiste em escrever como se pronuncia; e da mesma maneira pronunciar como escrevemos."), totalmente diverso é o posicionamento de Madureira Feijó, que, aduzindo em defesa da sua teoria argumentos ponderosos, faz a apologia da ortografia etimológica.

Apesar de ser perceptível, do atrás exposto, preconizarem os tratados de ortografia que se observe a etimologia, a realidade encarrega-se de provar ser esta recomendação reiteradamente ignorada, sendo por demais notória a mistura das etimologizações gráficas com as grafias fonéticas, dualidade de critérios a que não são alheios os abusos dos escribas que amiúde mesclam essa escrita com formas da língua antiga.

Oscilações de que não escasseiam vestígios nos textos do *Mercúrio*, como os exemplos transcritos no *corpus* demonstram à saciedade. E a nosso ver só explicáveis − outra hipótese minimamente plausível não

descortinamos − pela primazia conferida à escrita para o ouvido em detrimento do olho, ou seja, ao critério fonético. Tese que sustentamos na generalidade dos exemplos dispersos pelo *corpus* − e de que este, ao grafar (em duas páginas seguidas) o mesmo vocábulo de forma tão diferente, conquanto com a mesma sonoridade, é paradigmático: "com o socego de tam dilatada paz" / "com este mesmo so**ss**ego de Europa" (na edição nº 52, de Janeiro de 1667) − da qual se infere não haver outro critério para as variações gráficas encontradas a não ser o fonético.

Inferência corroborada pela multitude de situações em que, como com inusitada frequência acontece, reiteradamente deparamos com o mesmo vocábulo grafado de duas formas diferentes − 'nem/'nẽ', 'fazẽdas'/'fazenda', 'Cõde'/'Conde', por vezes três, como acontece 'Sãtarẽ'/'Sanctarem'/'Sãtarem', 'alẽ'/'âlem'/'àlẽ' − sendo, no entanto, sempre patente e inequívoca a preocupação de manter a mesma sonoridade. Peculiaridade a que os menos versados não serão, por certo, sensíveis (eventualmente, nem dela se aperceberão), limitando-se a registar apenas as dissemelhanças na grafia − circunstância *de per si* perturbante q.b. e indutora de desconforto − acabando, em casos extremos, por se instalar alguma disforia, porque alheios à orientação de ser o critério prevalecente o de escrever para o ouvido e não para o olho.

Conclusão

Completada a exegese do *Mercúrio Portuguez*, cujas principais virtudes (muitas) e vícios (escassos) identificámos, através da disquisição dos tópicos de maior pertinência e relevância, afigura-se-nos plenamente judicioso reconhecer − afirmação sustentada pela profusão de dados relevantes recolhidos durante a sua compulsação, e, por isso, sobejamente documentada e assaz fundamentada − não desmerecerem os textos que o constituem o espírito da época em que se inserem, espírito que encarnam e de que podem ser reputados paradigma. Antes de mais, por desde o início ter ficado patente o desvelo na consecução do rigor da construção frásica e de uma criteriosa triagem dos vocábulos a utilizar no relato dos factos e sua explanação (de onde o estocástico está quase ausente).

Na verdade, no que à forma respeita, objecto de ecfrástica dissecção, inconcutível é ser o rigor e a sobriedade exigidos pelo discurso jornalístico escrupulosamente observados (são, aliás, marcas indeléveis dos textos disquisicionados), excepto em situações pontuais (duas), em que são manifestos os desvios e irrebatível o estuante unilateralismo – precipuamente quando se reporta às qualidades do monarca (cujo desejo de glorificação subjaz e determina este desvio) e, nos antípodas desta, a detracção do adversário (castelhano) –, momentos em que é iniludível a propensão gratuita para o desmesurado e a tendenciosidade (laudatória, no primeiro caso, o que o aproxima perigosamente do tom panegírico), proclividade dificilmente compaginável com um discurso com as especificidades deste. Desvios que, no entanto, têm, em ambos os casos, de ser equacionados à luz dos condicionalismos da época.

De realçar, outrossim, é, quer a beleza de certos relatos (de que resulta a perfeita visualização do narrado) quer a assunção explícita de uma função didáctica − *v.g.* na edição nº 54 (de Março de 1667), em que é explicada a origem do nome Albuquerque: "(he corruptella de Alba Quercus, que val o mesmo que Carvalho Branco, armas desta villa)".

Do ponto de vista estritamente conteudístico, importa sublinhar o inconcusso interesse da globalidade dos textos, cuja veridicidade como documento da vivência epocal (particularmente sensível no domínio da política) merece ser enaltecida. Mormente por, mesmo quando a grandeza endógena dos factos a narrar possa parecer suspeita, tal não empecer o discernimento do(s) redactor(es), que não evidencia(m) a mínima tendenciosidade (excepto nas duas situações antes referidas), condição *sine qua non* para a consecução da isenção e da equidade que devem ser indissociáveis de um texto jornalístico.

Admitimos – e em nome da cientificidade requerida por uma análise deste cariz não seria justo escamoteá-lo – existirem aspectos menos conseguidos (mormente algumas discrepâncias e incongruências), que, no entanto, devem ser enquadrados no contexto epocal, um tempo em que as noções de correcto e de incorrecto não seriam, por certo, as hodiernas nem tão inflexíveis quanto as que nos regem.

Tidos em consideração estes pressupostos, cremos poder asseverar, sintetizando tudo o atrás explanado, ser imperioso reconhecer – outra

ilação não é compaginável com o antes disseccionado – constituir o *Mercúrio Portuguez* um marco imprescindível (porque de incontornável pertinência dado o imperdível contributo que lega à posteridade) quando se almeja proceder ao estabelecimento da árvore genealógica do jornalismo português, identificar os seus avoengos precursores, com vista ao seu estudo e sistematização.

Razões por que, esquissada em breve sinopse a análise casuística efectuada, acreditamos terem sido cumpridos os objectivos que presidiram a este estudo (e lhe subjazem) e, de início, expusemos.

Bibliografia

Assalim, Clarice. (2007). *A Conservação de Marcas Gramaticais Arcaicas em Manuscritos e Impressos do Português do Século XVII: Ortografia e Nexos de Coordenação nos Textos Seiscentistas Brasileiros*. (Tese de Doutoramento). São Paulo: USP.

Barreto, Ioam Franco. (1671). *Ortografia da Língua Portugueza*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Câmara Jr., J. M. (1985). *História e Estrutura da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Padrão, 4ª ed.

Castro, Ivo, Duarte, Inês, e Leiria, Isabel. (1987). *A Demanda da Ortografia Portuguesa.* Lisboa: Edições João Sá da Costa, Lda.

Coutinho, I. L. (1976). *Gramática Histórica.* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 7ª ed.

Cunha, Celso, e Lindley Cintra, L. F. (1986). *Nova Gramática do Português Contemporâneo.* Lisboa: Ed. Sá da Costa.

Ferreira Neto, W. (2001). *Introdução à Fonologia da Língua Portuguesa.* São Paulo: Hedra.

Lázaro Carreter, Fernando, *et al*. (1977). "El lenguaje periodístico, entre el literario, el administrativo y el vulgar", *In: Lenguaje en periodismo escrito*. Madrid: Fund. Juan March.

Machado, J. P. (1987). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 4ª ed.

Madureira Feijó, João de Morais (1734). *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Ponunciar com Acerto a Lingua Portugueza*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Maia, C. de A. (1986). *História do Galego-português.* Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Marquilhas, Rita (1997). *A Faculdade das Letras. Leitura e Escrita em Portugal no século XVII. (*Tese de Doutoramento) Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Nunes, J. J. (1969). *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa.* Lisboa: Clássica, 7ª ed.

Pereira, Bento. (1666). R*egras Gerays, Breves, & Comprehensivas da Melhor Ortografia, com que se Podem Evitar Erros no Escrever em Língua Latina & Portugueza.* Lisboa: Biblioteca Nacional.

Pereira, E. C. (1933). *Grammatica Historica.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 8ª ed.

Pinto, Mário. (2005). *Ainda bem que Mo Sugeriu: 'Jornalês', que Diabo de Linguagem É Essa?*. Porto: Ed. UFP.

Pinto, Mário. (2006). *Como Evitar o Atamancado do 'Jornalês' – Contributos para uma Boa Prática da Escrita Jornalística.* Porto: Papiro Editora.

Rocha Martins. (1941). *Pequena História da Imprensa Portuguesa.* Lisboa: Editorial Inquérito, Lda.

Rodrigues Lapa, M. (1979). *Estilística da Língua Portuguesa.* Coimbra: Coimbra Editora, 10ª ed.

Said Ali, M. (1964). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa.* São Paulo: Melhoramentos.

Silva, R.V. Mattos (1991). *O Português Arcaico. Fonologia.* São Paulo: Contexto.

Silva Neto, S. (1956). *Fontes do Latim Vulgar: o Appendix Probi.* Rio de Janeiro: Académica. 3ª ed.

Silva Neto, S. (1986). *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/INL, 4ª ed.

Teyssier, P. (2001). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Vera, Álvaro Fereira de (1631). *Orthographia ov modo para escrever certo na língua Portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Williams, E.B. (1986). *Do latim ao português.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 4ª ed.

CAPÍTULO 5

Para o estudo da recepção a'o *Mercúrio Português* (1663 – 1667)[1]

Maria do Carmo Castelo Branco[2]

A problemática da recepção ao periódico seiscentista, *O Mercúrio Português*, envolve uma série de questões estruturantes de carácter metodológico e substantivo que importa referir e que poderão explicar a estrutura deste trabalho:

1. Em primeiro lugar, uma questão de natureza genológica: *O Mercúrio Português* é de facto um texto jornalístico, tal como o pensamos hoje e, consequentemente, distingue-se intrinsecamente da outra "literatura"[3] que o rodeou? O que o poderá separar, por exemplo, no século XVII, do relato histórico, da literatura panfletária, das primeiras cartas volantes,

[1] Todas as páginas referenciadas neste trabalho, respeitantes ao *Mercúrio Português*, reportam-se ao texto de Eurico Gomes Dias, *Olhares Sobre O Mercúrio Português – Transcrição e Comentários*. Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2010.

[2] Professora Catedrática Convidada da Universidade Fernando Pessoa. Doutora em Ciências Literárias pela Universidade do Minho. Email: mcseq@ufp.edu.pt

[3] O lexema literatura sofreu uma larga evolução semântica, desde o termo *literattura* derivado de *littera* (do latim, "letra, maneira de escrever, qualquer obra escrita, obra histórica ou literária"…) até aos nossos dias. Como refere Aguiar e Silva, V.M. (1984: 2 e 3), "nas diversas línguas europeias, até o século XVIII, o conteúdo semântico do lexema literatura foi substancialmente idêntico ao do seu étimo latino, designando literatura, em regra, o saber e a ciência em geral…". Assim, continua o autor, "anteriormente à segunda metade do século XVIII, quando se pretende denominar a arte e o *corpus* textual que actualmente designamos por *literatura*, são utilizados lexemas e sintagmas como *poesia*, *eloquência*, *verso* e *prosa*…". É dentro desta linha evolutiva que nos referimos aqui, reportando-nos ao século XVII, a *literatura*.

das cartas políticas, das *Epanáforas*[4], de Francisco Manuel de Melo, (nomeadamente da *Epanáfora Política* de 1637, sobre a insurreição de Évora), das múltiplas *Relações*, entre elas, da anterior *Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal e mais Províncias do Ocidente desde o mês de Março de 1625 até Todo Setembro de 1626* de Severino de Faria[5], ou de *A Arte de Furtar*, texto que, segundo alguns (essencialmente dos autores brasileiros, Lomelino de Freitas e Afonso de Pena), pertencerá também ao próprio autor do *Mercúrio Português*?

Aceitando, em princípio, alguns aspectos específicos deste texto que o aproximam do jornalismo moderno[6], outra questão se põe: o que poderia significar o lexema "jornalismo", se nos situarmos no século em referência? Discurso noticioso? Anotação de um aparente "real" (ou a falácia do real) a processar-se, no próprio momento da escrita, durante o período limite do mensário? Simples relato de acontecimentos aparentemente factuais (o sentido de *relação*, termo algumas vezes apontado no próprio texto[7])? O seu carácter periódico, regular? O encadeamento do conteúdo, na sua progressão cronológica efectiva? A representação subserviente da política oficial, nos últimos anos da guerra da Restaura-

[4] O autor define este tipo textual, no *Hospital das Letras*, como: "história que sem advertência chegava ao fim de uma acção, havendo de caminho informado os leitores de tudo o que lhe pertencia", de um modo geral, "relações de testemunho pessoal directo" (Lopes, O. e Saraiva, A. J. (s/d: 482).

[5] Esta *relação*, de pendor noticiarista é considerada por muitos como um antepassado do jornalismo actual (cf. Pereira, J.C. (1985: 226).

[6] Há um argumento interessante (para a diferenciação do género) trazido por Bakhtine, que (por não ter a intenção de definir, mas de opor, de distinguir) poderemos acrescentar aqui, em prol da tese afirmativa de que *O Mercúrio Português* é um texto jornalístico. Em síntese: "Le journaliste est avant tout un contemporain. Il est bien obligé de l'être. Il vit dans la sphère des questions qui peuvent être résolues dans la contemporanéité (où, du moins, dans un temps rapproché). Il participe à un dialogue qui peut être clos, à un dialogue qui peut passer à l'action, qui peut se muer en force empirique (…). Dans la dispute rhétorique, on veut triompher de l'adversaire, et non pas se rapprocher de la vérité. C'est la forme inférieur de la rhétorique… » (Bakhtine, M. 1984 : 374 e 375). Sublinhados nossos.

[7] Logo no *Mercúrio* do mês de Fevereiro de 1663, ele dá a designação de *Relação* à totalidade de textos desenvolvidos a partir de Janeiro de 1663: "Avendo dado notícia no mez de Janeiro próximo passado (em que principiamos esta **Relação**)..." (p. 11)

ção, protagonizando já a marca também moderna de escolha do tópico[8] (raramente *tópicos*) a desenvolver, ou o começo, ou continuação outra, do controlo sobre o discurso público[9], mesmo destinando-se só (e apesar da melhoria das condições da comunicação) para um número limitado de leitores internos? Será despiciendo falar também, dentro desta perspectiva e naquela conjuntura, da particularidade da edição anterior em francês (*Le Mercure Portugais*) que, embora não se afastando da política geral de procura de reconhecimento da autonomia portuguesa, era sobretudo centrado no panegírico ao 3º Conde da Vidigueira – o embaixador de Portugal em Paris – mas, de qualquer forma, dentro da mesma linha, destinado a um público específico externo?

• Considerando que a maior parte dos números do periódico comporta sequências textuais de natureza tipológica heterogénea (narrativa, descritiva, epistolar, jurídica, argumentativa…), mas, nitidamente, de dominante argumentativa[10], qual a interferência, na interpretação e avaliação pelo público, dos textos que os vão configurando e cujo título global (*O Mercúrio Português*, *com as novas da guerra entre Portugal e Castela*)[11]

[8] Como afirma José Rebelo, "comunicar é escolher" (2002: 63).

[9] Não por acaso, Óscar Lopes, referindo-se ao *Mercúrio Português*, afirma: que este "alia a função noticiosa à de órgão oficial – função que será completada mais tarde pela Gazeta de Lisboa (1715 – 60, "também vinculada ao poder central" (s/d: 563). Não será também por acaso que estes periódicos surgem acompanhando determinadas ocorrências político/militares e morrem (ou desaparecem) quando os tumultos terminam e surge a paz.

[10] Esta questão da dominância argumentativa no discurso jornalístico tem sido posta várias vezes, nomeadamente no nosso tempo, por Teun A. Van Dick (2005)

[11] Sendo este o título referencial ao longo dos diferentes números do periódico, a verdade é que, interessantemente, surgem, por vezes, acrescendo-os e amplificando-os, outros dados informacionais sumariados na página da capa, geralmente iniciados ou por uma fórmula informativa simples, substantiva (como, por exemplo, na p. 127 – *Mercúrio Português* de Janeiro de 1664 – "Entrada de S. Magestade em Santarém & successos na guerra muito notaueis"), ou na p. 291: Rota da cavalaria …". Outras vezes, são introduzidos pela preposição derivada do latim de (com o sentido de "a respeito de"), preposição muito usual em qualquer tipo de narrativa (utilizada, por exemplo – em termos de indicador sumário e restritivo – pelos cronistas medievais, como Fernão Lopes). Assim acontece, por exemplo, a p. 279: "De como o inimigo voov a sva praça…". Outras ainda, utilizando outras fórmulas elucidativas de sequência tipológica específica (muito utilizadas nos

expressa, de forma abertamente clarificadora, a grande temática latente? Qual o papel da utilização de uma fala, una, monológica[12] que cobre a totalidade deste discurso, abafando qualquer outra fala? E é, de facto, de um monologismo cerrado que falamos – monologismo que se vinha estendendo e continuava a estender-se à restante literatura portuguesa da época, e não nos referimos aqui, evidentemente, a monologismo no sentido de ser uma única voz – neste caso, o director e redactor António de Sousa Macedo – a escolher, a adoptar, a falar, e, intermediamente, a argumentar, mas, utilizamos o termo num sentido mais lato, isto é, no sentido de que é uma voz que cobre e alimenta espessamente todos os discursos oficiais do momento português contra a dominação concreta filipina, implicando e absorvendo a ressonância do período imediatamente anterior, e reflectindo-se, cada vez mais fortemente, no posterior. Diria, com Bakhetine, que se trata aqui e em plenitude de "um facto social, objectivo", externo àquela fala individual, dado através de uma fala que o centraliza e incorpora com uma violência tal que apaga e oblitera o possível, mas, naquele momento, indesejável dialogismo. De facto, como iremos justificar adiante, na retórica utilizada pelo autor do periódico, "il y a le droit incontestable et le tort incontestable, il y a la victoire totale et l'anéantissement de l'adversaire anéantit aussi la sphère dialogique qui assure la vie du mot" (1984 : 371). É, afinal, um discurso que pretende representar uma ordem ideológica, isto é, a ordem de um "mundo português", em trabalho de libertação – "restauração".

2. São estas, algumas das importantes questões que estão subjacentes à problemática da recepção, e que tentaremos configurar, em termos metodológicos, através do velho esquema da comunicação Jakobsiana,

números extraordinários): por exemplo, p. 79 "Rellaçam da gverra que o conde de Sam Joam…", ou, na p.401, "Relacion verdadeira y pontval da la gloriosíssima Victoria…". Sublinhados nossos.

[12] Julia Kristeva (1978: 2), falando da tipologia dos discursos, considera que o termo "narrativa" admite duas variedades, cito: "Por um lado, um discurso monológico que compreende: 1) o modo representativo de descrição e narração (épico); 2) o discurso histórico; 3) o discurso científico. Em todos três assume o sujeito o papel de 1 (Deus), a quem, pelo mesmo movimento, se submete; o diálogo imanente a todo o discurso é abafado por um interdito, por uma censura, de modo que esse discurso recusa voltar-se sobre si mesmo («dialogar»)" (sublinhado nosso).

com os ajustamentos adequados, isto é, com as expansões e alterações teóricas que se lhe seguiram. Dominantemente, analisando, por vezes interactivamente, o contexto, o código, a mensagem, a pessoa do emissor e, verificando como todos estes factores contaminam, necessariamente, o discurso do periódico e, por consequência, o efeito desejado no receptor… Não é, naturalmente, por acaso que o autor da quase totalidade dos números de *O Mercúrio Português* começa, desde Janeiro de 1663, não só por salientar (como base de actuação) o poder da persuasão castelhana sobre o espírito dos estrangeiros (discurso que ele quer eliminar ou, pelo menos, reduzir), como, e por oposição, contrapondo-lhe as deliberadas intenções do *Mercúrio*, isto é, as de contrariar a não verdade castelhana através de uma verificação / demonstração dos factos, e propor antes uma verdade sem suspeita, um pouco (é ele quem o diz) como fez na antiga Roma, Júlio César[13], apesar de (e com todas as consequências), tal como o autor de *De Bello Gallico*, falar dos seus e de si próprio, o que é sempre passível de interferências emocionais…

3. Dentro deste quadro, focaremos, em primeiro lugar e em rápido relance, o contexto em que surge *O Mercúrio Português*, entendendo aqui, com Aguiar e Silva, contexto como "o extraverbal, extratextual e extradiscursivo, isto é, o conjunto de circunstâncias sociais, políticas religiosas, económicas, culturais, que condicionam ou orientam a produção e a interpretação dos textos" (2010: 235).

No presente caso, e dentro desta "grande amplitude semântico/pragmática", o que importa referenciar, para entender o discurso do periódico, é aquele longo *texto*[14] que suporta a tensão prolongada entre Portugal

[13] Esta comparação com Júlio César não deixa de ser interessante, tanto quanto à natureza do discurso e ao conhecimento implícito das regras de enunciação, quanto ao tópico que desenvolveu…

[14] "Definimos aqui texto (enquanto entidade linguística, dentro de um quadro semiótico) com Aguiar e Silva: " O texto, como unidade semântica e pragmática, não é plenamente existente "em si mesmo". Resultando dum acto de enunciação e dum acto de recepção, o texto realiza-se no quadro de um processo comunicativo, implica determinadas «situações pressupositivas complexas», que conglobam factores psicológicos, culturais, sociais, etc, constitui-se segundo determinadas «estratégias comunicativas» do emissor e do receptor, manifesta um certo *potencial ilocutivo* e comporta um certo *potencial perlo-*

e Castela, reflectindo a luta anti-castelhana, entendida como a representação da força e do desejo de uma total emancipação, da qual *O Mercúrio Português* é um prolongamento importante e um argumento que sobressai de outros, interaccionado, por parte do autor, com os vários folhetos que dedicou à polémica com Castela e ao que este país inculcava como *rebeldia* portuguesa, nomeadamente, refutando, em vários textos, o cronista Pellizer; com a obra de 1645, *Lusitania liberata ab injusto Castellanorum domínio* e com o longo trabalho desenvolvido enquanto secretário de embaixada, em Inglaterra e na Holanda.

Por outro lado, *O Mercúrio Português* interage com imensa literatura[15] oral ou manuscrita, algumas vezes impressa, mais ou menos simbólica, por vezes realista, mas sempre valorativa, que começou com as *Trovas do Bandarra* (no século XVI), que cresceu e se foi configurando em sátiras clandestinas atribuídas a Rodrigues Lobo ou nos pasquins eborenses atribuídos a Manuelinho (1637), em romances, cartas, diálogos e entremezes, continuando a manifestar-se, sobretudo, numa das Epanáforas de Francisco Manuel de Melo do mesmo ano e de que já falámos (*A Política*, que remete também para os motins de Évora de 1637), na historiografia senhorial, exemplarmente desenhada na primeira parte da *Monarquia Lusitana* do alcobacense Frei Bernardo de Brito que pretende demonstrar, de forma fabulosa, a identidade étnica e territorial da Lusitânia recuando, ingenuamente, à criação do mundo… e na *Arte de Furtar,* escrita em 1652 "por um português anónimo mui zeloso da Pátria" que, como afirmámos, foi atribuída, entre outros, ao director d' *O Mercúrio Português*. Afinal, uma forma radical e uníssona que podemos entender, com Van Dijk, como forma de controlar o contexto

cutivo que se reportam aos domínios dos universos simbólicos, dos sistemas de crenças e convicções e da interacção social. Assim, a competência textual (…) pressupõe necessariamente a competência linguística de ambos [emissor e receptor], mas requer outros saberes ou competências que se situam num âmbito translinguístico, desde o conhecimento das pressuposições pragmáticas ao conhecimento das regras de argumentação. (…) Não é sem razão que a retórica tem sido considerada como uma disciplina antecessora, sob muitos aspectos, da teoria de texto" (1984: 566 e 567). (sublinhado nosso).

[15] Naturalmente que aplicamos aqui (como já referimos) o lexema literatura, no seu sentido originário – aquele que entrou em Portugal nos princípios do século XVI e foi corrente até o século XVIII, isto é, o que, derivando de *littera*, mantém o seu valor latino de "o saber e a ciência em geral".

nalguns ou em todos os seus aspectos: a situação, a localização (tempo / espaço), as acções em curso (incluindo discursos e géneros do discurso), os participantes (nos diferentes papéis), e, sobretudo, as representações mentais (2005: 24).

4. Naturalmente (e passamos ao segundo ponto) que o funcionamento do "código", isto é, neste caso, o desenvolvimento dos cambiantes linguístico/discursivos[16] que circulam nesses textos, não é sempre o mesmo, mas oferece, em comum, uma componente altamente valorativa que se sobrepõe e contamina o discurso, de forma apelativa e de efeito propagandístico, utilizando vários tons, desde o simbólico, o fantástico e o maravilhoso cristão, ao aparentemente realista, factual e político (por vezes mesmo entrando no plano económico/ financeiro[17]). Assim, o tom narrativo /informativo com que, aparentemente, são geradas as "novas" de *O Mercúrio Português* é, desde o primeiro número, como já referimos, constantemente

[16] Citando Carlos Reis (1987: 61), com ele consideramos que "o funcionamento do código reveste uma função social, envolvendo não apenas as prescrições de uma «gramática», mas também a sua inserção num determinado espaço e tempo histórico, com os inerentes matizes sociais, económicos e culturais a que se não podem furtar os protagonistas da semiose e utentes do código. Trata-se aqui de considerar que o código comporta uma vertente institucional, cuja capacidade normativa varia de acordo com as áreas em que ele se exerce…". Se a isto acrescentarmos um certo sentido de código que Roland Barthes (1980: 22) utiliza ("… o código é uma perspectiva de citações, uma miragem de estruturas (…). Reenviado ao que foi escrito, quer dizer, ao Livro – da cultura, da vida, da vida como cultura –, o código faz do texto o prospecto desse livro") – perspectiva que divide em cinco hipóteses (das quais distinguiríamos a proiarética, isto é, a que respeita aos comportamentos ou acções, e a ideológica), se conjugarmos estas duas concepções de código, dizia, teremos o instrumento de leitura necessário para a análise de *O Mercúrio Português.*

[17] Interessantemente, logo no 2º número (referente ao mês de Fevereiro de 1663), falando do longo período de duração da guerra (22 anos), e para mostrar a diferença de "padecimento" dos castelhanos em relação aos portugueses, o autor aponta como exemplos desta "verdade", não só o facto de Castela "estar despouada de gente", tendo de recorrer a estrangeiros para formar o seu exército (o que economicamente acarreta mais despesa), como à quebra de moeda: "… Os Castelhanos padecem muito mais sem comparação; do que só em duas couzas (auendo outras) daremos demonstração evidente. He hua, bater Castella certa moeda de cobre, em que ao valor intrínseco, acrescentou sete partes de valor extrínseco, para a fazenda Real, sem reparar em que se destrue o Reyno, & os Vassalos com a muita desta moeda que metem os estrangeiros, pello ganho excessivo" (pp.11 e 12).

interceptado e iluminado por esse efeito – efeito que, sendo trabalhado, ao longo dos diferentes meses, com argúcia, *vestiu* Portugal de uma argumentação subtilmente elogiosa, em detrimento de Castela, como poderemos observar ao longo de todo o período de duração do Periódico.

Será que isto põe em causa um discurso pretensamente jornalístico ou haverá algo de seminal nesta escrita que se aproxima daquilo que Roland Barthes apelidou de *Mitologias*, isto é, uma fala que não negando totalmente as coisas, fala constantemente delas, entre o postular de uma significação e o fazer significar os acontecimentos por si só, repetindo e *consistindo*, como faz, na concepção do autor, a ideologia[18]. Diríamos com Van Dijk, que, se ainda o não cumpre inteiramente, pré-anuncia-o, "formando os quadros básicos organizadores das cognições sociais partilhadas [ou a partilhar] pelos membros de grupos sociais, organizações ou instituições" (2005: 118)

É aqui que entra, naturalmente, o factor retórico, argumentativo. De facto, desde o primeiro número, onde se perspectivam as intenções, a condução retórico/argumentativa se torna explícita, entrelaçando-se com a função narrativa dos acontecimentos da guerra[19] – narração que se torna, aliás, uma espécie de exemplificação activa, caminhando ao lado de outros factores importantes (pelo seu poder de persuasão), nomeadamente o da "protecção e justiça divinas", que se *manifestam* perante "o abuso" externo que ataca a "razão" do povo português, factores que transformam (ampliando-a em tom maravilhoso) a argumentação, combinando um dispositivo presumivelmente objectivo e dependente ("contextualmente field-dependent"), com uma espécie de "racionalidade" superior, ou, melhor "vontade superior" – aqui, a de Deus, (manifestamente próxima, na altura, de uma "field invariant")[20]. Assim sendo, cumprem um desígnio específico que não visa somente informar, mas, justificar e, como quer Perelman, "incitar à acção ou, pelo menos,

[18] "A ideologia: aquilo que se repete e *consiste* (através deste último verbo ela é excluída da ordem do significante). Basta portanto que a análise ideológica (ou a contra-ideologia) se repita e consista (proclamando *no próprio local* a sua validade, por um gesto de pura franquia) para que ela se torne um objecto ideológico" (1976: 126)

[19] Este dado, serve, não só uma espécie de elucidação jornalística, mas, igualmente, em termos retóricos, a condução para uma adesão global, através da ligação argumentativa de que o facto narrado é igual a verdade, ou lhe serve de exemplo (Perelman, Ch, 1993: 43…)

[20] Sobre conceitos de "field- invariant" e "fiel-dependent", cf. a interpretação das ideias de Toulmin e de Perelman, por Manuel Maria Carrilho (Carrilho, M. M – 1994: 43- 50).

criar uma disposição para a acção" – disposição "suficientemente forte para superar os eventuais obstáculos" (1993: 31).

4.1. A melhor base para o entendimento da intenção persuasiva dominante no discurso de *O Mercúrio Português,* encontra-se de imediato (quanto a nós, sem ocultação) no texto de Janeiro de 1663 (isto é no seu primeiro número). Interessantemente, há nele, desde logo, dois aspectos importantes a referir: por um lado, a notação, pormenorizada e aparentemente tranquila (com recuo a 3 de Junho de 1662), do momento da entrega do reino, pela rainha regente, D. Luísa de Gusmão a D. Afonso VI, esse rei "partido pelo meio", após a doença maligna que suportou aos três anos de idade e que o tornou hemiplégico e mentalmente incapaz[21]; por outro, a apresentação prévia da dicotomia subjacente a todo o discurso do *Mercúrio Português*, desde este primeiro periódico até, praticamente, 1667: isto é, a oposição da "verdade portuguesa" à "errada interpretação dos acontecimentos por parte dos castelhanos". Em termos de teoria da argumentação, esta dicotomia é a base para a implicação prévia de um procedimento assente na *confirmatio* (encontro e apresentação das provas[22]) e a *confutatio* (refutação das teses do adversário).

São, de facto, estes dois aspectos importantes, que, por razões diferentes (mas com intenção paralela), são apresentados, não por acaso, desde o começo:

– O primeiro, porque omitindo os antecedentes próximos da altera-

[21] Naturalmente que esta descrição tão pacificamente descrita tem antecedentes políticos complexos que são narrados com a autenticidade possível por Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim (2007: 95- 109).

[22] A apresentação das Provas é uma constante ao longo de todos os números, não só narrando os incidentes da guerra, como apresentando registos variados, como, por exemplo, das peças de artilharia que, na Cidade de Évora foram ganhas aos castelhanos após a batalha (p. 54), ou com listas de prisioneiros e de mortos (por exemplo, após a Batalha de Castelo Rodrigo), (pp. 226 e 227), ou só referência à publicação de cartas de ElRey para D. João de Austria e deste para ElRey apreendidas na Batalha do Ameixial (p. 60), e também ainda fazendo afirmações interessantes, onde a elocutio tem o seu papel reforçativo, não só através da ironia, posta, interessantemente, na boca do inimigo: Que se a Galiza se perdia, ao menos se perdesse mais devagar…(p.115), ou em comentário do emissor, metaforicamente jocoso: "Enfastiado já o exercito de tanto destroçar…" (p. 83)

ção do poder, procura confirmar e *legitimar* a validade e a importância política do "conselho de estado" que coloca o rei Afonso VI no poder e irá permitir o *triunvirato*, formado por D. Luís de Vasconcelos e Sousa, 3º Conde de Castelo Melhor, D. Jerónimo de Ataíde, 6º Conde de Atouguia e D. Sebastião César de Meneses – *triunvirato* que rapidamente deslizaria para o poder de um só (o Conde de Castelo Melhor). A justificação desta retrospectiva (porque aparentemente anómala num relato sobre notícias da guerra começado em 1663) é curiosamente explicada por uma espécie de "intervalo *natural*" na narrativa:

> Começa neste Janeiro com o anno de 1663. & porque a inclemência do tempo não permite grandes facções militares, seruirà neste mez de relação hua noticia do Estado em que se acha o gouerno de Portugal, cujo conhecimento conduzirà muito ao diante para melhor se entenderem alguas matérias… (p. 4)

– O segundo, porque dá a conhecer a linha antagónica (verdade / mentira) que tem subjacente uma outra, (força / fraqueza) – dicotomia que estruturará o comentário explícito e implícito da "relação" e dos comportamentos manifestados, respondendo assim aos dois quesitos ou às duas hipóteses de códigos previstos por Roland Barthes, já antes apontados (*cf.* nota 16, p.480): não só o ideológico, como o proiarético, isto é, colocar em contraposição aos acontecimentos narrados "com toda a verdade" pelos portugueses, a narração falseada (mas não apresentada, apenas aludida) pelos castelhanos:

> [Os Castelhanos], porem, ou pouco informados, ou muito ligeiros, ou com demasiada paixaõ, referem as coisas taõ erradamente, que fica a relação sem alma, que he a verdade, & sua lição muito prejudicial a quem lhe dâ crédito (…) [porém] promete Mercúrio debaixo da verdade, que tem protestado, que sempre irâ referindo todos os que forem de consideração, posto que algum (o que Deus naõ permita) suceda contrario; & com esta promessa, pede se naõ dè crédito aos que ele naõ relatar, como a supostos, & inuentados. (pp 7 e 8)

Importante se torna verificar a reiteração de procedimento que, em caso paralelo, esteve presente na escrita do "Prólogo" à *Crónica de D.*

João I, por Fernão Lopes, e, por este explicado à luz do conceito da "mundanall afeiçom":

> Esta mundanall afeiçom fez a alguus estoriadores, que os feitos de Castella, com os de Portugall escrepverom, posto que homees de boa autoridade fossem, desviar da direita estrada, e correr por semideiros escusos, por as mimguas das terras que eram, em certos passos claramente nom serem vistas (…) Nos certamente levamdo outro modo, posta adeparte toda afeiçom, que por azzo das ditas razoões aver podíamos, nosso desejo foi em esta obra escprever verdade, sem outra mestura… (1983: 2)

Naturalmente que sendo a principal intenção destas "novas", logo anunciada no primeiro número, "servuir ao bem publico de Europa com nouas certas da guerra entre Portugueses & Castelhanos", fatalmente que opor a verdade portuguesa à falsidade dos dados de Castela, exigia esse suporte dicotómico de informação /desinformação.

Assim, a reiteração desta "diferença" assume-se como um toque de "consistência" e de propósito, e vai sendo colocada ao longo dos números, em lugares estratégicos, como é, para além de outros casos[23], por exem-

[23] Muitos são, de facto, os casos em que é apontada a diferença, alertando para as "patranhas" surgidas no país vizinho e transmitidas para outros países: por exemplo, o retorno à promessa de sempre dizer a verdade, pedindo para "que naõ se dè crédito aos que inuentarem as gazetas Castelhanas" (p. 15); apontando falsas notícias apresentadas em "relações" impressas castelhanas e comentadas, entre risos, noutros países (pp. 25 e 26)… Por vezes mostrando, directamente, a inconsistência dessas "patranhas" (pp. 41) ou colocando a dúvida em vozes diferentes, como que a demonstrar a universalidade do descrédito (como a do cônsul da Inglaterra, a de "um gentil homem francês, a de "hum moço Portuguez de ingenho muito viuo", a do Consul dos Estados da Ollanda, a de "hum caualleiro do habito de Christo ou a de "hum Capitão reformado"), terminando com um pormenor interessante e comicamente argumentativo que fecha os comentários, dando-lhe factualmente veracidade: "Neste tempo hiaõ passando muitos soldados Italianos fugidos de Castela por mao tratamento dos quaes na fronteira de Alentejo se tem formado alguas companhias, & se vaõ formando outras; com que se divertio este colóquio a falar nelles" ("pp. 106 e 107). Outras vezes, reproduzindo cartas, como a "de um cortesão bem entendido & inteligente" que, de Roma, dá notícia dessas mentiras e dos apupos que merecem: "…Tudo isto fazem a fim de conservar a opinião nesta Curia entre os ignorantes; que os que o não saõ, bem conhecem o seu intento. Mas alguns dos nossos apertão com eles, & lhe oferecem apostar o que quiserem; chegando a este ponto fogem com o corpo; com o que tomão ocasião Italianos para zombar deles, dando-lhes apupadas"… (p. 483).

plo, a afirmação sobre o Marquês de Caracena, no *Mercúrio Português* de Dezembro de 1665:

> Dissemos no mez passado, que por auisos de Madrid sabíamos, que o nouo governo tinha determinado escusar a custosa experiencia das batalhas, & fazer hostilidades com entradas repentinas a roubar, & destruir as terras abertas da fronteira; & que com esta ordem fizera o Marquez de Caracena alguas, das quaes, quando o buscauão, se retirára, ou fugira. Dizem os que o conhecerão fora de Espanha, que este modo de guerra he muito conforme a seu natural, mais inclinado a tretas, que a pelejar em descuberto (ainda que afecte publicar outra cousa;) & assi se acomodou facilmente a vsallo, leuado também do interesse de canonizar em Madrid hum súbito assalto por hua larga campanha, & hua aldeã queimada sem ofensa, por hua praça fortíssima conquistada com muito sangue; *ao que o seu Rey, ou Rainha darâ inteiro crédito, por ser fatal naqueles Reys, o serem enganados; & o mesmo farão os Estrangeiros, principalmente os Italianos; porque sua cegueira tem por summa verdade quanto Castella finge*… (pp. 514 e 515) (sublinhados nossos).

Não por acaso, certamente, esse ponto é altamente valorizado no nº de Dezembro de 1666 (último *Mercúrio* da sua lavra), reforçado com a afirmação de ter cumprido a intenção a que se propusera desde o primeiro número:

> "[Com isto, Mercúrio] conseguio o intento que o incitou a escrever, que foi tapar a boca aos Castelhanos, que vendonos mudos, imprimiam licenciosamente relaçoens fantásticas do que desejauam, fiados em que os Estrãgeiros lhes dauam crédito, parecendolhes que em callarmos, consentíamos; e depois que Mercurio escreueo, nam se atreueram a prosseguir, certo que se estiueramos no tempo daquela cega gentilidade se reputàra por milagre deste seu Deos o auer posto silencio (bem necessário para o nosse século) a taes faladores, sobreos mais perque era venerado. A pena que destes 4 annos escreueu o que ele lhe ditou, se acha cõ esta gloria… (pp. 707 e 708).

4.2. Outro aspecto importante para reforço (quase) documental da veracidade dos factos narrados é, ao longo de todos os textos, a inclusão (em constante e mútua interacção com a dimensão semântico /pragmática ou "configuracional") de outra dimensão – a "sequencial", como a denomina

Jean Michel Adam (1992) – dimensão integradora de sequências tipológicas diferenciadas que, considerando embora a autonomia e importância de cada uma, dará, no entanto, neste caso, dominância à sequência argumentativa, reforçando-a e sobrepondo-a a todas as outras.

Entre as sequências tipológicas dependentes, poderemos aqui, focar, fundamentalmente:

– Algumas narrações e descrições específicas, como, por exemplo, a "Relacion Verdadera Y Pontual de la Gloriosissima Victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançô el Exercito delRey de Portugal …" (pp. 401 – 456) ou a descrição das cerimónias da chegada do Rei a Santarém (p. 145 - 150), ou a das cerimónias de quinta-feira das Endoenças (p.167), ou a interessante e curta descrição de um cometa ("hua grande Estrela barbada, de luzes") (p. 314), ou, ainda, no *Mercúrio Português* de Agosto de 1666, da entrada em Lisboa da Rainha Maria Francisca Isabel de Saboia (pp. 627- 658)[24];

– Cartas ou transcrições de algumas delas, ora de castelhanos, propositadamente eufóricas, que merecem comentários do autor, como estes: "Naõ se pòde negar que saõ bizarros farsantes os Castelhanos; eles inuentão, & se consolaõ como famosos comediantes…" (pp. 151 e 152), ora de portugueses, como a de Pedro Jaques de Magalhães para o Rei (sobre a vitória da Praça de Castelo Rodrigo, pp. 211 – 216); ora cartas tiradas a correios que se dirigiam para Castela, como as que João Leite de Oliveira tomou, e davam conta das dificuldades que passavam os cavaleiros castelhanos (pp. 253 e 254).

Muito interessantes, pela contraposição de dados, duas cartas: uma Carta /Voto do Marquês de Carracena para o seu Rei – cuja cópia chegou a Portugal e foi apresentada no *Mercúrio* de Março de 1665, aproveitada por António de Sousa Macedo, para um breve e inteligente comentário, que,

[24] Não é uma *simples* notícia a descrição da cerimónia e festejos na chegada de D. Maria Francisca: Naturalmente que António de Sousa Macedo tinha interesse não só em promover, como em lhes dar notoriedade, dentro de uma preocupação de mostrar, interna e externamente, a eficácia do governo e limitar a contestação que, cada vez mais fortemente, se fazia a D. Afonso VI. No entanto, seria a mesma D. Maria Francisca, já mulher de Afonso VI, que teria afastado o Conde de Castelo Melhor, depois de afastado, igualmente, António Sousa de Macedo. Na sequência disto, a 24 de Março de 1668, o casamento é anulado, casando D. Maria Francisca, 10 dias depois, com o cunhado D. Pedro.

invertendo as possíveis intenções do "papel", retira delas, por um lado, um forte argumento de repúdio para eventuais afeiçoados a Castela ainda existentes no reino e, por outro, utiliza-as como incentivo para continuar a luta dos portugueses "contra quem se mostra tão cruel inimigo":

> "Chegounos de Madrid hum papel intitulado, Voto do Marquez de Carracena, que serue de loa para a guerra desta campanha, & representa ao viuo o corpo, & alma de todos os Castelhanos em palavras, arrogâncias, vaidade, & ódio, com que destinão a vingança ao desterro, & à morte tudo o que de Portugal poderem alcançar…".

A outra, anónima e igualmente, de um castelhano, serve (talvez *habilmente*) para reiterar, com um "parecer" contrário (não só rebatendo, mas tornando visíveis os aspectos mais negativos do documento de Carracena), e confirmando os argumentos do Director do nosso periódico, com eles, aparentemente, se combinando (pp. 331 – 354).

– Capitulações (pp. 192 – 194);
– Autos de obediência ao Rey (p. 195);
– Salvo-condutos a moradores (pp. 196 e 197);
– Comentários pessoais, de natureza variada, de que já citamos alguns exemplos de natureza política ou de crença religiosa, ou divagações sobre aspectos de astronomia e os receios produzidos pelo aparecimento de um cometa (p. 314), perorações sobre a guerra e a imprevisibilidade dos seus sucessos (p. 291)...

– Epitáfios satíricos[25], como este:

> "Aqui jaz Simom Antom /
> Que matou mui castellom,
> & debaixo de seu couom
> Desafia a quantos som"

[25] É reconhecido, pela Retórica, o poder do riso. Como afirma Perelman: "O receio do ridículo e da desconsideração que acarreta é um meio eficaz de argumentação e de educação" (1993: 75). Assim o reconheceu, na prática argumentativa das *Farpas*, Eça de Queirós, na sua *Campanha Alegre:* "… O riso é uma filosofia. Muitas vezes o riso é uma salvação. E em política constitucional [ou outra]. Pelo menos, o riso é uma opinião." (1965: 15)

– Referências a "letrilhas" de Luís Gôngora que, obrigado como poeta a seguir a regra de Aristóteles de *só imitar o natural*, termina um diálogo entre um Português e um Castelhano, com aquele a declarar, "Era muita que os darei /pancada…", demonstrando, com os dois exemplos, a superioridade dos portugueses perante os castelhanos (pp. 323 e 324);

– Discursos oficiais (pp. 145 – 147).

4.3. Outro ponto importante a considerar ainda é a *dispositio*, essa parte da Retórica que trata da organização do discurso, com as suas componentes de exórdio, narração, argumentação, epílogo.

Neste caso específico (um somatório de textos singulares), a sua estruturação é desenvolvida cronologicamente (de Janeiro de 1663 a Julho de 1667), em números periódicos de dimensão variada mas consecutiva, criando, desta forma, unidades dentro da globalidade dos números que constituem, e que é, no fundo, *o seu grande texto*.

Seria necessário, portanto, para vermos o alcance desta componente retórica, pensar na configuração de cada número (visto isoladamente), mas também na configuração do todo (sobretudo no que diz respeito ao texto do autor primeiro – o que mais nos importa) que, não talvez por acaso, começa a sua publicação com o "implícito"[26] assomar ao poder do Conde de Castelo Melhor, tornado "escrivão da puridade" e para cujas funções se fez regimento próprio[27], e termina, já com outro autor, num outro plano (o cultural)[28], com o elogio final ao conde de Ericeira, tornado presidente da

[26] Consideramos como "implícito", tudo o que no texto não está claramente enunciado, admitindo-se, dentro deste contexto, "o pressuposto" e o "subentendido".

[27] Este documento, "assente sobre o tradicional conceito de *officium* e a *jurisdictio* que lhe estava adstrita, instituía uma situação em que as outras jurisdições lhe eram subalternas". (sobre a interpretação dos poderes conferidos por este regimento (cf. Xavier A.B. e Cardim, A., 2007: 138 – 141).

[28] Como afirma o autor anónimo dos Mercúrios de 1667, "…é justo que *Mercurio* manifeste não somente os sucessos da guerra, mas também os da paz: avendo dado notícia dos progressos das Armas, lhe pareceo dala juntamente dos aumentos das Letras; pois cãpeão de modo neste Reino Lusitano, que sem embaraço do estrondo da milícia, demais da Vniversidades Regias, & antiguas, há nele oje muitas Academias particulares, & modernas adonde concorrem sujeitos de grandes prendas…" (pp. 792 e 793)

"Academia Escalabitana"[29].

Um aspecto importante a relevar na reiteração dos processos textuais configuradores, ao longo da redacção de António de Sousa de Macedo, é o que poderíamos considerar como "efeito de repetição", por um lado e de "prognóstico ou prolepse", por outro, levado a cabo, a partir do primeiro número de 1664 (pp. 128 – 150), e que poderá servir de *exemplum* tanto da construção de um número singular, como da organização global dos números do periódico, como ainda de uma atmosfera latente: a da euforia que pretende transmitir. De facto, neste, como no número de Janeiro do ano seguinte, o autor começa pelo que poderíamos entender, em termos retóricos, como peroração, mas *peroração*, movida do seu lugar e transformada num quase *exórdio*, isto é, passando da *finis* para o *initium*, fazendo a ligação explícita com o número anterior (dando-lhe continuidade discursiva), explicando a sua visão do movimento da guerra (activando a memória para dar sequência lógica à narração seguinte), e ensaiando uma antevisão do desenvolvimento dos acontecimentos.

Assim, pegando no último parágrafo do número de Dezembro de 1663, "No mez de Janeiro do anno que entra, Mercurio ("que é Rey da Mathematica) fará hum juízo do que se póde esperar na campanha seguinte"), reinicia o discurso, retomando a ideia anterior das potencialidades da figura mitológica "Mercúrio", enquanto presciente do futuro, acrescentando, porém, que os astros benignos são igualmente influenciados "pelo arbitrio & disposições humanas".

Desta forma, intensificando o discurso argumentativo, acrescenta ao auxílio dos astros, o que ele próprio conhece sobre as causas do progresso da guerra, enquanto vai estabelecendo um paralelismo entre Portugal e Castela, sempre favorável ao primeiro, a saber: justiça das armas, número e valor dos soldados, suficiência dos mantimentos, dinheiro disponível,

[29] Não deixa de ser importante lembrar que o "aparente" poder de Afonso VI, sustentado (em grande parte) por António de Sousa Macedo e pelo Conde de Castelo Melhor, termina quase com o fim da guerra com Castela e com o fim, consequente, do *Mercúrio Português*. De facto, Pouco tempo depois deste último número, o rei D. Afonso VI (afastados já António de Sousa de Macedo e o Conde de Castelo Maior) é obrigado a abdicar em Novembro de 1667; em Março de 68, o seu casamento é declarado nulo, sendo depois desterrado para Angra do Heroísmo, onde fica até 1774 e, regressado ao reino, é encerrado no palácio de Sintra, até a sua morte, em 1683.

"disposição das coisas" (*materiais*, como as praças e *psicológicas*, como o ânimo dos soldados) e boa fortuna, inclinada também, de uma maneira geral, para o nosso povo. Porque é sempre bom, porém, não desprezar a vontade divina (*Deos sobre tudo*), teve o cuidado de informar que D. Afonso VI não só doou bens para obras de caridade, como ofereceu esmolas menores ao Mosteiro de Alcobaça, às obras da Igreja de Santa Engrácia, em Lisboa, ou ao Hospital Real…

É destes pressupostos que retira a conclusão de que "Castela està de muito peor condição & que podemos pronosticar gloriosos sucessos às Armas Portuguesas". Segue depois com as notícias, terminando, em círculo perfeito, com a promessa de um muito feliz ano para Portugal.

No início do 1º número de 1665 e dando seguimento à conclusão do último número de 1664 ("No mez de Janeiro seguinte faremos, como no do anno passado, nosso pronóstico para o anno futuro por demonstraçoens do que vemos, & experimentamos mais palpauel"), retoma o processo, como se não estivessem (entre estes periódicos considerados) 11 números, enunciando que "ver saído tão certo o pronóstico que Mercurio fez no mez de Janeiro do anno passado" lhe dá confiança para continuar prognosticando.

Desta forma regressa (para os credenciar e actualizar) aos pontos essenciais em que assentava a sua premonição, focando:

- A nossa prosperidade económica (frota chegada do Brasil / riquezas esperadas da Índia) *vs.* ruína de Castela;

- As nossas praças fortificadas *vs.* "Lugares (castelhanos) abertos á fúria" das nossas tropas";

- Soldados portugueses vitoriosos e animados *vs.* soldados castelhanos tímidos e desconfiados;

- Portugal constante e unido (?) *vs.* Castela sem acordo firme…, para terminar com a viagem de S. Magestade para Salvaterra, a caçar… (argumento interessante para demonstrar a nossa segurança num desfecho feliz).

Estes exemplos mostram um processo persuasivo e sequencial, refundido em números de abertura de cada ano, até ao Mercúrio de Dezembro de 1666 – que, por ser o último da sua lavra, nos merece uma referência

especial.

De facto, este número desenvolve-se e é formulado como autêntico discurso de despedida[30]: Depois de um resumo dos últimos acontecimentos, todos favoráveis a Portugal, o autor já não fala do futuro, mas do passado, isto é, do que ele próprio fez pela causa portuguesa nos últimos quatro anos, afirmando que o seu intento fora conseguido, "tapando a boca aos castelhanos" e às suas fantasias, e dando matéria ("que pôde ser que sem este trabalho se perderia") para a narração da nossa História, para a qual "estas relaçoens ham de ser o melhor documento". O tom amargo e, pela primeira vez, simultaneamente emotivo e crítico, revela-se perfeitamente no fim, ao dizer que "em nada disto quer mais ter parte; porque nem tem espírito para martyr, nem cobiça para ladram…".

Para além deste aspecto fundamental, um outro a ele ligado, é, igualmente, de salientar: a interpretação do "estilo" que usou e que (não aceitando qualquer pendor ideológico) pretende aproximar daquilo que se requer para a informação exacta, a ligação estreme do signo à referência: "O estylo foi simples & corrente, ajustando-se sempre com a maior certeza que pode alcançar, sem afectar locuçoens altas que desdissessem da sinceridade de huma pura narração."

No fundo, um documento autenticamente *final*, elucidativo, mas nada inocente, reforçando a "verdade" que, desde o primeiro número (como vimos) sempre considerara opor às "patranhas" dos castelhanos, mas também declarando *a sua verdade intrínseca* – a de não pactuar nunca com situações fraudulentas. A referência ao estilo não parece, igualmente, ser inocente: é a manifestação de que a língua deve ser a imagem dos

[30] D. Maria Francisca Isabel de Saboia (dentro do que a História considera uma autêntica "cabala francesa", ao serviço dos interesses de Luís XIV, interessado na continuação da guerra Castela /Portugal), tendo-se servido de uma acusação (parece que injusta) de descortesia, retirou António Sousa de Macedo das suas funções, afastando-o, consequentemente, do Rei Afonso VI. Por sua vez, o Conde de Castelo Melhor foi igualmente acusado de agravos à rainha e posto fora da corte, obrigando-se a uma ausência de Lisboa durante 20 anos. Estava assim o rei totalmente desprotegido e isolado – o que explica os termos da carta escrita a sua irmã, D. Catarina de Bragança: "Sem liberdade, honra, fama e estado., e cedo sem vida", acrescentando ainda ser ela o único bem para que poderia apelar e de quem poderia esperar algum socorro, ou de outra que tentara enviar ao Pontífice, afirmando, "Vivo sepultado, como se fora morto". Naturalmente que as duas cartas "ficaram sepultadas nos arquivos da Casa real" (Xavier, A.B. e Cardim, 2007: 183).

referentes que persegue… "a maior certeza que pode alcançar".

Mais do que "um outro número do periódico", este é um testemunho que, afinal, passa para quem vai prosseguir a tarefa – tarefa que, segundo alguns será realizada sob a sua directriz, mas não certamente com o seu estilo.

5. Foquemos agora um outro ponto, essencial para a análise que vimos a desenvolver: o que foca o emissor e director do periódico, ou, em termos comunicativos, a pessoa que, de certa forma, comanda este discurso, sem o interromper ou, sequer, dividir a redacção por outros.

Quem é afinal, a sua voz suporte ou difusora? De facto, salvaguardando os últimos sete números (e mesmo estes, possivelmente, não independentes), todo o discurso parte de um só emissor e, certamente, não emissor "inocente".

A quem pertence então essa fala, ou, de outra forma, e num primeiro plano, quem foi António de Sousa de Macedo? A resposta a esta questão é fundamental para percebermos quem está por trás do sujeito do discurso.

5.1. António de Sousa de Macedo, diz-nos qualquer *Dicionário de História de Portugal*[31], pertencia à alta nobreza, mesmo descendente de reis, como ele proclamava já em 1628 (tinha então 22 anos) em *Flores de España, Excelencias de Portugal*. Cursou Direito em Coimbra, depois de ter feito os preparatórios no Colégio Jesuítico de Santo Antão. Seguiu a carreira Diplomática, mas foi também poeta (autor, por exemplo, do poema *Ulissipo*). A partir da Revolução de 1640, desenvolveu uma larga acção diplomática a favor de Portugal, quer em Inglaterra, onde acompanhou, como secretário, D. Antão de Almada e D. Francisco de Andrade Leitão, tendo lá ficado como residente, empenhando-se na libertação do infante D. Duarte de Bragança (irmão de D. João IV, prisioneiro, à ordem de Castela, no Castelo de Milão, onde viria a falecer), mas também

[31] Para o efeito, para além de uma larga bibliografia, podemos consultar o *Dicionário da História de Portugal*, tomo II. (dir. Joel serrão). Lisboa, Iniciativas Editoriais. 1971, pp. 862 – 863) ou o *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal* (Vol. I). Lisboa, Alfa. P.408 ou ainda a referência ao autor, em *Olhares sobre o Mercúrio Português*, pp. XLV e XLVI.

na organização de uma liga entre a França, a Inglaterra e Portugal contra o comércio marítimo de Castela (embora, em nenhum dos casos tenha obtido qualquer resultado, dadas as circunstâncias políticas da época). Igualmente, foi embaixador na Holanda. Depois da subida ao trono de D. Afonso VI, 1662, foi-lhe concedido o lugar de secretário de Estado, e tomou, no ano seguinte, a seu cargo a redacção do *Mercúrio Português*. Devem-se-lhe várias obras ligadas à polémica sobre o que os castelhanos consideravam a rebeldia portuguesa, algumas delas já por nós citadas, como *Lusitania liberata ab injusto castellanorum dominio.*

Neste breve resumo, interessou-nos essencialmente realçar o que sustentou a "enciclopédia" política (interna e externa) e jurídica do autor – isto é, o conjunto de conhecimentos vários nestes domínios que, conjugados com um alto poder de argumentação, lhe permitiram levar a bom êxito a escrita do mensário e sustentar com provas materiais e argumentos técnicos (para além dos factos sobre a guerra de que ia tendo conhecimento), aquilo que poderíamos considerar hoje a *doxa*, a opinião pública[32].

Se quisermos, ligando agora esse conhecimento e essa técnica argumentativa às vozes que se ouvem, com diferentes modalidades, no texto,

[32] De facto, com esses conhecimentos, sustentou habilmente (como pensamos ter demonstrado), aquilo que em termos retóricos, podemos considerar uma *intencionalidade intelectual,* conseguindo conjugar habilmente (para atingir um efeito pragmático sobre o receptor):
- a componente instrutiva (*docere*), informando (através da *narratio*) sobre o percurso progressivamente mais feliz das tropas portuguesas;
- a componente mais fortemente argumentativa (*probare*), através das provas materiais que fornecia ao leitor, isto é, para além dos factos da guerra e, como já referenciámos na nota 21 (p. 7), listas objectivas de mortos, de prisioneiros(alguns feridos) – por vezes em registo isolado, outras inseridas no próprio texto (por ex. p. 235) –, listas de artilharia apreendida, ou mesmo cartas de altos dignitários, para além da apresentação de opiniões, orais ou epistolares – tudo isso persuasivamente amparado por provas técnicas, convertendo, desta forma, mesmo o incerto em certo e o inverosímil em verosímil;
- e mesmo uma componente ética (*monere*), através da qual apelava para princípios jurídicos dos povos, para a razão que nos assistia, entrando portanto um pouco já numa intencionalidade emocional.
(para o estudo desta técnica argumentativa, cf. Heinrich F. Plett, in Varga, K. (coord) *Teoria da Literatura*. Lisboa, Ed. Presença. s/d. (Capítulo "Retórica e Estilística", pp. 97 – 131).

isto é, passando da pessoa ao discurso, poderemos dizer que não é só um nome que escreve: é, com ele, o interesse e a persistência na restauração portuguesa, o apoio a Afonso VI, a actividade enquanto embaixador e enquanto secretário de estado, a inteligência política…, a qualidade argumentativa. É também o desejo de dar continuidade, em Portugal, a um título do jornalismo europeu, com o qual pretende sustentar uma genologia (continuadora da *Gazeta da Restauração*), tornada agora uma outra "fala" – aquela que, tendo toda uma mitologia dinâmica contida, traz essa mitologia para o discurso, fazendo-a jorrar nele desde o princípio do texto (nomeadamente a simbólica do mensageiro veloz e inteligente, ocupando-se de tudo, incluindo a paz e a guerra, o seu dom da eloquência, a sua faculdade de premonição…) e assumindo-a, por vezes, mas de forma indirecta, como sujeito de enunciação. Só alguns exemplos:

– "Diz, pois, Mercúrio assi…" (p. 4)
– "…promete Mercúrio debaixo da verdade, que tem protestado…" (p. 8)
– "No mez passado declarou Mercúrio…" (p. 59)
– "Tambem depois que Mercurio imprimio no mez passado…" (. 203)
– "Com isto tem Mercurio referido em cada mez…" (p. 707)[33]

Sem ou com esta metaforização, o verdadeiro sujeito da escrita arrasta consigo (através de várias modalizações), aquilo que já referimos episodicamente, no começo deste trabalho, isto é, uma aparente e diacrónica pluralidade de vozes transformada, de forma singular, em única e síncrona: a voz multifacetada de toda uma política e de uma obra, revestida de sentimento patriótico, derivada tanto das funções que desempenhou, como dos textos que escreveu, com as tonalidades com que os desenhou, isto é, com diferente cariz e modelização: ou extremamente irónicos (como é o caso da *Harmonia Política dos Documentos Divinos com as Conveniências do Estado* ou, a ser da sua autoria, d'*A Arte de*

[33] Interessantemente, no número de Janeiro de 1667, já com outro redactor, o deus Mercúrio aparece num desenho verboso com epítetos expressivos ("Correio dos deoses, Planeta que não tem outra qualidade mais, que a que lhe dá o com quem concorre…") e em relação com outros astros…, permitindo ao autor do periódico debruçar-se não só sobre Portugal, como sobre todos os países da Europa (França, Inglaterra, Suécia e Dinamarca, Holanda, Castela…).

Furtar); ou dadas através de um discurso subtilmente panegírico, de várias formas argumentado e gerido, como é o caso do poema épico *Ulissipo* (1640) sobre a origem mitológica de Lisboa, ou, um ano depois, da *Lusitania Liberata ab injusto castellanorum jugo* – duas obras que, na sua conjunção, como que entram na linha esotérica da escrita do momento (mas, neste caso, de certa forma racionalizada) de um *quinto império*[34].

Naturalmente que, esta voz síncrona e monológica, dificilmente se apresenta pronominalmente no discurso do *Mercúrio Português* como um "eu" singular e com assinatura (isto é, enquanto António de Sousa de Macedo), embora algumas vezes pareça fazê-lo, mas só quando pretende, em termos autenticamente pessoais, solicitar, ou comentar ou explicitar, ou decidir.

Alguns dos poucos exemplos:

> – "… Que já tenho prometido, & torno a prometer (…), & assi torno a pedir…" (. 15)
> – "…Me persuade a passar em pessoa…" (p. 29)
> – "… Chamo a este ano feliz…" (p. 123)
> – "… Das peças que se tomâraõ peço a Vossa Magestade me faça mercê concederme duas…" (p. 216)

De facto, o sujeito de enunciação, surge, geralmente, na forma plural de um "nós" – sinal de modéstia, mas, igualmente de pluralidade e de conjunção, tanto servindo "o dizer" e o desejar:

> – "Em Deos esperamos que esta paz…" (p. 29)

[34] Como afirmam Maria Lucília Pires e José Adriano de Carvalho, "com o movimento da Restauração, a antiga esperança messiânica é projectada na pessoa de D. João IV. E então uma abundante literatura, em todos os géneros, celebrará o triunfo da causa portuguesa: demonstrando o direito de Portugal à independência e a legitimidade do movimento que a recuperou; celebrando os heróis que no campo de batalha defendiam esse direito; envolvendo numa aura de milagre e de especial protecção divina a história (passada, presente e futura) de Portugal. Uma literatura que assume frequentemente um carácter polémico, refutando as teses espanholas da legitimidade do seu domínio sobre Portugal, e integrando assim a luta diplomática pelo reconhecimento internacional da independência portuguesa. Uma literatura de cunho acentuadamente nacionalista, fomentando a coesão interna em torno da causa restauracionista." (2001: 15 e 16)

– … "como dissemos no mez passado" (p. 280);
– "Naquelle mez dissemos que se ficauão…" (p. 151)

… Como servindo "o fazer" ou acompanhando-o com a palavra":

– "No fim do mez passado deyxamos as terras do inimigo destruídas…" (pp. (p. 99);
– … "cõ temor de que lha tomássemos, & que dela lhe fizéssemos mayores damnos (p. 280).

O sujeito mais utilizado, porém, será o de 3ª pessoa, como próprio de uma narração linear que se pretende sem marcas de subjectividade, como ele próprio teve o cuidado de notar (cf. supra, p. 15), onde estão presentes e, por oposição com a escrita do anónimo que o substituiu nos últimos sete números do periódico, a sua arte simples e clara de narrar, a ironia, os jogos de estilo, o resumo perfeito e nuclear, a formulação geralmente simples, embora nalgumas descrições não possa fugir completamente (era inevitável) aos sinais de uma escrita barroca, embora bem medida com um quase classicismo.

Serão todos estes aspectos ligados à comunicação escrita do periódico que estarão na base do estudo do receptor, aspecto com que terminaremos o trabalho. São eles que explicam o leitor ou são por ele explicados, numa relação perfeitamente recíproca, como justificaremos.

6. Entremos, então neste último item, com uma pergunta: "Para quem foi escrito o *Mercúrio Português*?"

Aparentemente inócua, esta questão é, quanto a nós, muito oportuna e não poderíamos apreendê-la em toda a sua extensão e importância (voltamos a repeti-lo), sem as outras componentes da comunicação que viemos aflorando: o contexto; a "fala" disponibilizada e seu uso epocal; o conhecimento (mesmo que imperfeito e subliminarmente apreendido) dos outros interlocutores, nomeadamente, "o castelhano", isto porque este, sendo o "outro", é muito mais do que isso na escrita do periódico: é uma força actuante na construção do seu próprio discurso, porque, opondo-se ao desejo de recuperação da nossa total independência, se torna igualmente uma das suas forças constituintes

ou actantes[35]. Neste caso, um "oponente" e um oponente forte – a força contrária à nossa, a cuja "voz" é necessário diminuir a intensidade, até a apagar completamente (no terreno da guerra e no terreno da influência estrangeira).

Contexto / Língua / Sujeito do discurso – são aspectos que não poderão ser esquecidos na compreensão da problemática do receptor, sempre desenvolvidos através de um discurso altamente argumentativo. Tal como avisa Bice Mortara Garavelli , e pensando nós aqui mais no discurso escrito (não ouvido) e, consequentemente, no leitor, poderíamos dizer:

> "El problema del auditorio está unido tanto al «adecuación» del discurso como a las opiniones de los oyentes y a su nivel cultural. Esta consideración pragmática de las circunstancias del discurso y de los elementos y factores de la situación comunicativa es un buen motivo para asignar a los estudios perelmianos un puesto relevante en las teorías contemporáneas de análisis del discurso" (1991:59).

De facto, sem as circunstâncias que rodeiam o discurso do periódico, dificilmente se poderia alcançar ou compreender a quem ele poderia ser dirigido. Se pensássemos num público alheio a essas circunstâncias (interno e externo), o *Mercúrio* seria um signo quase mudo, já que não existe acto de fala se não for passível de interagir socialmente[36]. Ora, o *Mercúrio Português* foi escrito, diria, exclusivamente com uma finalidade e com essa finalidade alcançou prestígio e expansão considerável, tendo embora a perfeita noção da percentagem de analfabetismo que reduziria consideravelmente (a cerca de 10%) os leitores concretos pos-

[35] Regressamos aqui a uma designação que mereceu o interesse não só da Linguística, como da Antrologia, como da Literatura, e que, seguindo Greimas, se enquadra num modelo actancial, permitindo encontrar uma possível organização do universo semântico, tal como o fizeram Propp ou Souriau, para o conto e para o teatro, respectivamente. Consideradas essas forças em categorias opostas, o actante (ou força) oponente, articula-se com o actante (ou força) adjuvante, procurando, naturalmente, ao contrário dos adjuvantes, criar obstáculos, à realização dos desejos ou vontade do sujeito (Cf. Greimas, A.J. – 1966: 172 – 191).

[36] Não podemos esquecer com Roland Éluard (1985) que a pragmática linguística depende essencialmente, e como já aflorámos, dos interlocutores, do papel do contexto e ainda do papel dos usos de linguagem.

síveis e mesmo tendo que integrar estes leitores possíveis nas classes sociais cultas, isto é, na alta burguesia, nas altas hierarquias religiosas e na aristocracia palaciana, embora contando já também com o crescimento da burguesia e com o interesse da média aristocracia.

Não pretendendo, no entanto, falar só para estes, necessário se tornava falar para além deles ou através deles, de forma a chegar não só aos soldados e a toda uma sociedade desejosa de autonomia plena, mas cansada da guerra e, por isso mesmo, uma sociedade que era necessário atingir mas também encorajar através de estratégias adequadas, como mostrar factos (mesmo que talvez exageradamente descritos) e, sobretudo rebater argumentos do "inimigo" (as *patranhas* de que falava o autor), desencorajando e arrefecendo as forças castelhanas e anulando a ideia de que a guerra movida pelos lusos era um simples sinal de *rebeldia*, mas antes um direito que assistia ao povo português.

Será necessário acrescentar a isto, um ponto igualmente importante para a discussão do assunto e que diz respeito ao que poderíamos considerar por um lado a transitoriedade e, por outro, a "promiscuidade" das espécies textuais na altura. De facto, pensamos que o que hoje designamos por "jornal" (em crescimento), assimilava ainda muito do panegírico, do panfletário, mas sobretudo do documento histórico (também, por crescente alteração dos públicos, em evolução lenta da narrativa de reflexão moralista e maravilhosa, para uma metodologia mais séria e documentada).

Assim, podemos considerar que a retórica noticiarista deste *jornal* (que mais do que simples junção de novas sobre a guerra, lhes acrescia o que poderíamos considerar hoje reportagens e simulacro de pequenas crónicas) actuava no sentido de uma amplificação. De facto, tudo aponta para que o mensário, aparentemente circunscrito a um tempo e a um espaço restritos, pretenderia, naturalmente, ir mais longe, atingindo outros níveis de audiência e outros tempos de audiência[37]. Situando-

[37] Essa intenção não deixou de estar presente no espírito do redactor, a ponto de ele o ter concretamente afirmado no último número da sua lavra. Como aí refere, a pena que o escreveu não só teve o encargo de silenciar os castelhanos, como deixar o seu testemunho para os vindouros: "[a gloria] de dar a materia (que pôde ser que sem este trabalho se perderia) a quem escrever nossas histórias, para as quaes estas relaçoens ham de ser o melhor documento…" (p. 708). (sublinhado nosso)

-se, enquanto texto, num período de transição em que o género "jornal" (em crescimento) ainda assimilava muito do panegírico, do panfletário, mas sobretudo do documento histórico (também este, por crescente alteração dos públicos, em evolução lenta da narrativa de reflexão moralista e maravilhosa de uma *Monarquia Lusitana*, quase sempre fabulosa ou literária, sobretudo na mão de Frei Bernardo de Brito, mas também nos seus continuadores – como refere José Matoso[38] –, caminhando no sentido de uma metodologia mais séria e documentada), naturalmente que só o facto de estar submetido a essa ligação entre escritos, retirava ou retiraria ao jornal aquele carácter local e efémero[39] que, geralmente se liga a este tipo de discurso. Era quase impossível não procurar alongá-lo no espaço e no tempo.

Nesta conjuntura, pensar em receptores não é só pensar em número exacto de leitores portugueses e europeus (incluindo, naturalmente, os castelhanos) mas pensar também em coisas aparentemente simples e adjacentes, como, por exemplo, perguntarmo-nos por que motivo os números isolados do *Mercúrio Português* se fixaram em volume anual e por que continuaram a merecer a atenção de leitores fora das circunstâncias em que surgiram.

Aceitando este pressuposto, poderemos dividir a recepção em dois momentos:

[38] Sem arquivo que a fundamente, "… a história torna-se uma actividade eminentemente literária, que era preciso submeter aos esquemas, primeiro, da retórica clássica, e depois da retórica barroca…" (2002: 120).

[39] Não podemos deixar de lembrar (extra texto) um poema longo de Alexandre O'Neill (dado aqui em traços largos) que, tendo o título aparentemente paradoxal de "Amanhã aconteceu", começa interrogativamente:
Que é notícia? [e continua]:
Um hoje que nunca é hoje,/ um amanhã que é já ontem/ entre ontens que se perdem /no anteontem dos anos/ no tresantotem dos lustros (…)
Que é notícia? / Notícia é devoração!/ Aí vai ela pela goela/ que há-de engolir tudo e todos! Aí vai ela, lá foi ela!... [e termina]:
Notícia em primeira mão7 na minha mão infantil:/ o papagaio empinado /no claro céu da manhã, / meu jornal publicado/ por cima de tanto afã… / Mas terá sido notícia? / Que é notícia? (O'Neill, A., *De Ombro na Ombreira, in Poesias Completas* (2001). Lisboa: Assírio e Alvim)

1. No presente da sua edição, servindo um receptor específico português, representado pelo Rei, pelo Conselho de Estado (nomeadamente o Conde de Castelo Melhor), pela Igreja, pela nobreza e burguesia crescente, mas também um público mais alargado que lhe tinha, eventualmente, acesso através dos "comerciantes de notícias" que expandiam os conteúdos pela cidade (abrandando com as boas novas o cansaço progressivo da guerra) e, possivelmente, chegando mesmo aos acampamentos dos soldados; mas servindo também algum público castelhano ou português afecto a Castela, residente no país ou fora dele; pretendendo, talvez também, alcançar ainda, no exterior, através da via diplomática, países europeus, como a França, a Inglaterra ou, eventualmente a Santa Sé.

2. No futuro: Podendo actuar, igualmente, como fonte, ficando como acabou por ficar, como um documento histórico dos anos conturbados que Portugal viveu, antes da paz com Castela – documento que pode servir os vindouros como espécie de testemunho da política oficial portuguesa nesse período, bem como da forma determinada com que *pelejou* contra Castela, na guerra interna e na *guerra* diplomática.

Tudo isto foi perfeitamente percebido por António de Sousa de Macedo, como anotamos (nota 37) neste trabalho.

Assim, *O Mercúrio Português* não só nos mostra o *processo* da escrita jornalística no século XVII, na sua função social, como é documento importante para se conhecerem os labirintos da política nesse mesmo século e como eles podem ser condicionados /alimentados pelo discurso da imprensa.

Bibliografia

Adam, J. M. (1992). *Les Textes. Types et Prototypes*. Paris: Nathan.

Aguiar e Silva, V. M. (1984). *Teoria da Literatura.* Coimbra: Almedina.

Aguiar e Silva, V. M.(2010). *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa.* Coimbra: Almedina.

Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la Création Verbale.* Paris : Gallimard.

Barthes, R. (1976). *Roland Barthes por Roland Barthes.* Lisboa: Edições 70.

Barthes, R. (1980). *S/Z.* Lisboa: Edições 70.

Carrilho, M. M. (1994). *Jogos de Racionalidade.* Porto: ASA.

Éluard, R. (1985). *La Pragmatique Linguistique.* Paris: Nathan.

Garavelli, B. M. (1991). *Manual de Retórica.* Madrid. Cátedra.

Greimas, A. J. (1966). *Sémantique Structurale.* Paris: Larousse.

Kristeva, J. (1978). *Semiótica do Romance.* Lisboa: Arcádia.

Lopes, F. (1983). *Crónica de D. João I* (1º Vol.). Porto: Livraria Civilização.

Lopes, O. e Saraiva, A. J. (s/d). *História da Literatura Portuguesa.* Porto: Porto Editora.

Matoso, J. (2002). "A escrita da história", *In: Obras Completas*, Vol. 10. Círculo de Leitores.

Pereira, J. C. (Coord.) (1985). *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal.* (2 Vol.) Lisboa: Alfa.

Perelman, C. H. (1993). *O Império Retórico – Retórica e Argumentação.* Porto: ASA

Plett, H. F. (s/d). Retórica e Estilística", *In:* VARGA, K. *Teoria da Literatura* (s/d). Lisboa: Presença.

Pires, M. L. e Carvalho, J. A. (2001). *História Crítica da Literatura Portuguesa*, Vol. III. Lisboa: Verbo.

Queirós, J. M. E. de (1964). *Uma Campanha Alegre* (1º Vol.). Porto: Lello & Irmão

Rebelo, J. (2002). *O Discurso do Jornal.* Lisboa: Editorial Notícias.

Reis, C. e Lopes, A. C. (1987). *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almedina.

Serrão, J. (1971). *Dicionário da História de Portugal* (4 Vol.). Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Van Dick, T. A. (2005). *Discurso, Notícia, Ideologia.* Porto: Campo de Letras.

Xavier, A. B. e Cardim, P. (2007). *Reis de Portugal – D. Afonso VI*. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

APÊNDICES

Apêndice 1:
Índices-resumo do *Mercúrio Português*

Duarte Pernes e Cláudio Moreira

Janeiro de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Retiro de D. Luísa de Gusmão e consequente "aclamação" de D. Afonso VI, que se via com as condições necessárias para dirigir os destinos do país.
2	Reformas praticadas por D. Afonso VI e os seus seis membros do Conselho de Estado e dois secretários de Estado.
3	Descrição da rotina diária do Rei: escutar a missa pela manhã, dar audiência e jantar em público para alegrar os vassalos; à tarde e noite, o tempo é reservado para o trabalho, não havendo muitas horas disponíveis para o entretenimento.
4	Nomeação de um Conselheiro de Estado para "escrivão da puridade" [o 3.º conde de Castelo Melhor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa].
5	Ida à caça de D. Afonso VI, no dia 19 de Janeiro, em Salvaterra e Almeirim, com o irmão, o infante D. Pedro.
6	Movimentação das tropas castelhanas; o tenente-general do Alentejo, Pedro César de Meneses, tomou todos os 30 cavalos dessa movimentação e apenas escapou o guia.
7	Relato de que a infantaria castelhana foi aprisionada e as seis barcaças em que se encontravam foram queimadas. O acontecimento, protagonizado pelas tropas de Vila Viçosa, teve lugar no rio Guadiana, quando as forças portuguesas preparavam o aprovisionamento da praça de Juromenha.

8	No dia 22, as forças portuguesas irromperam por Monforte e atacaram o exército castelhano desguarnecido que se havia retirado de Entre Douro e Minho. Poucos foram os que escaparam à morte, entre os quais cinco capitães da infantaria e sete ou oito oficiais reformados. Além disso, registaram-se as detenções de um capitão e de cinco alferes. Não houve quaisquer baixas entre os portugueses.

Fevereiro de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Conversações entre portugueses e castelhanos sobre um eventual hiato da guerra que durava há já 22 anos; foi celebrado um mês de tréguas nas zonas de Entre Douro e Minho e Galiza.
2	Nomeação feita pelos reis de Espanha e Portugal das pessoas que iam encetar conversações tendo em vista a paz definitiva entre as duas coroas.
3	Batalha com os castelhanos em terras alentejanas que durou mais de duas horas. Os portugueses provocaram 27 mortes, nas quais se juntaram dois tenentes; as tropas lusas perderam um tenente, 4 soldados e um capitão
4	Constatação de que não houve mais algum reencontro entre os exércitos português e castelhano.
5	Relato de que D. Cristóvão de Meneses (que foi levado ainda novo para Castela) regressou a Portugal para abraçar a pátria que o viu nascer. O Rei aceitou o seu retorno.

Março de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	No dia 8, uma quinta-feira, reuniram-se na Casa grande da Livraria do Convento de S. Francisco, em Lisboa, diversos responsáveis gerais e provinciais de índole religiosa, tendo em vista a discussão de matérias relacionadas com o reino, como a carência de "pastores espirituais" – bispos, pessoas relacionadas com a Igreja.
2	Notícia de que na semana seguinte os mesmos intervenientes reunir-se-iam novamente.

3	No dia 17 deste mês é descrita a inauguração do Convento das Religiosas Agostinhas Descalças, no sítio do Grilo, em Xabregas, para o qual D. Luísa de Gusmão se haveria de retirar; marcaram presença ambos os filhos (o Rei D. Afonso VI e o infante D. Pedro) e toda a Corte;
4	Relato de uma pequena batalha em Zarza la Mayor – não houve perdas para os portugueses comandados por Pedro Jacques de Magalhães, mestre de campo general das Beiras.
5	Descrição de mais uma peleja em terras alentejanas, novamente ganha pelos lusos – tomaram sessenta cavalos e setenta cavalgaduras.
6	Mais a Norte, registou-se mais uma batalha promovida pelos castelhanos. Estes, em maior número, causaram alguns prejuízos aos portugueses, mas acabaram por debandar do pequeno contingente lusitano.
7	Notícia de que a conferência do mês de Fevereiro – subordinada à paz das Coroas – fora adiada devido à ausência do conde de S. João, um dos representantes portugueses.

Abril de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de um ajuntamento de populares (em que se destacavam dois cônsules, um de Inglaterra e outro da Holanda) que vai discutindo e desacreditando algumas gazetas castelhanas que, supostamente, vão contando mentiras sobre os avanços e recuos da Guerra da Restauração; em jeito de diálogo, todos vão afirmando que o conteúdo não é verídico e que não se deve dar crédito aos testemunhos que os gazeteiros castelhanos vão disseminando, pelo que estas pessoas estavam a regozijar-se ao lerem os escritos inimigos.
2	Recepção de diversas cartas que chegaram às mãos do Rei e que contam algumas das novidades na Índia. O realce vai para os confrontos que opuseram portugueses e holandeses; as batalham foram sangrentas para ambos os lados, embora não haja qualquer quantificação das baixas lusitanas.
3	Após as guerras entre portugueses e holandeses, o Mercúrio conta que fora alcançada paz entre as duas nações.
4	Celebração, no Terreiro do Paço, com toda a pompa e circunstância, da paz com os holandeses.
5	Perdão do Rei a um homem condenado pelo tribunal.

6	Relato da convocação do Conselho de Estado e Conselho de Guerra, que contou com a presença do infante D. Pedro. O Rei estava na disposição de ouvir os convocados sobre a possibilidade de ele mesmo se juntar ao exército português e comandá-lo, nomeadamente nas terras alentejanas, dado o elevado caudal bélico que por lá grassava.

Maio de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de que o exército castelhano abandonara Badajoz, ao mesmo tempo que Portugal planeava uma estratégia defensiva para combater o inimigo.
2	Notícia de que os castelhanos tiveram sucesso na sua investida em Évora, embora os portugueses tivessem ripostado à altura. As tropas que estavam em Estremoz rapidamente acudiram na batalha de Évora e o êxito bélico castelhano foi, segundo se consta, muito breve.
3	Relato da apreensão do povo que foi informado da tomada de posse de Évora pelos castelhanos; o povo desejava ardentemente participar na guerra, tal o ser fervor em relação à perda eborense.
4	Menção a alguns assaltos que tiveram lugar enquanto o povo se manifestava no Terreiro do Paço.
5	Notícias vindas de Coimbra dizem que os populares estavam desejosos de ajudar as tropas lusitanas e mostraram a sua disponibilidade a D. Afonso VI através do Reitor da Universidade de Coimbra, Rodrigo de Miranda Henriques.
6	Levantamento de armas em Ourense.

Junho de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Relatos da denominada Batalha do Ameixial, na qual Évora seria reconquistada pelos portugueses. Em termos de perdas, em Portugal contaram-se trezentas mortes, entre elas a do general da cavalaria da província das Beiras, Manuel Freire de Andrade; o exército comandado por João José de Áustria acumulou cerca de 4500 baixas, 6000 prisões de soldados e pessoas de renome. Perdida esta batalha assaz importante, o exército castelhano rumou até Arronches para posteriormente se instalar em Badajoz.

2	É noticiada uma procissão em que participou o infante D. Pedro. Nos dias seguintes, foram realizadas múltiplas celebrações religiosas em honra dos soldados que morreram a lutar.
3	Noticia-se que no dia 25 chega a Lisboa uma frota contendo mais de 40 navios carregados de açúcar, tabaco, couros, pau-do-Brasil, entre outros mantimentos, tudo orçado em sete ou oito milhões de cruzados.
4	Novamente num plano religioso, D. Afonso VI ordena a requalificação de conventos e locais de culto do cristianismo que foram parcialmente destruídos pelos castelhanos.
5	A paz entre Portugal e os Estados Holandeses é confirmada.

Julho de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de que o exército do Alentejo estava doente, pelo que foram suspensas as ofensivas e procedeu-se à divisão do quartel.
2	Batalha na região de Almeida, em mais um ataque castelhano infrutífero; apesar da desvantagem numérica, o exército português foi capaz de suster todas as ofensivas. Feitas as contas, faleceram quase 400 representantes castelhanos, enquanto as perdas lusas se cifraram num alferes e dois soldados.
3	Publicação de diversas correspondências entre D. João José de Áustria e Filipe III de Portugal e cartas de ministros, conselheiros e exército castelhano; as cartas que continham "maiores segredos" ficaram na posse de D. Afonso VI e do Conselho de Estado.

Agosto de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de uma correria em Juromenha, onde foram apropriados setenta infantes, alguns cavalos, entre outras coisas.
2	Narração do descontentamento de bastantes soldados castelhanos em relação às condições que não lhes proporcionavam – fome, maus-tratos e não pagamento dos salários estão entre os motivos invocados –, pelo que se juntaram às tropas portuguesas.
3	Conserto dos navios da Armada Real e construção de um galeão e seis fragatas, um esforço que tem como desiderato fortificar as praças desguarnecidas.

4	Relato de um milagre em Braga: duas mulheres cegas foram a 10 de Agosto, dia de S. Lourenço, orar a este santo para que lhes devolvesse a visão, algo que viria a acontecer.
5	Dá-se conta do aniversário do Rei D. Afonso VI.
6	Festejos do Santo António nos dias 6, 8 e 11 de Agosto: destaca-se o regozijo do povo pelas vitórias alcançadas em diversas batalhas.

Setembro de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Dá-se relevância às provisões destinadas a alimentar o exército e os respectivos cavalos. Os assentistas não cumpriam aquilo que havia sido estabelecido e, por conseguinte, este braço de ferro deixava Portugal algo fragilizado, sem recursos para uma guerra que exigia enormes esforços. Para debelar este imbróglio, o 3.º conde de Castelo Melhor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, arrebataria a Companhia Geral do Comércio do Brasil por 660.000 cruzados. Deste modo, a Coroa via-se livre dos assentistas interesseiros e via as suas praças sem qualquer carência.
2	Pequeno conflito, no dia 2, em que se tomaram dois oficiais e seis soldados de cavalo.
3	No dia 8, furtaram-se vinte cavalos que os castelhanos guardavam entre Olivença e Juromenha.
4	Em mais uma correria, tomaram-se cinquenta cavalos em Elvas.
5	Relato da apropriação de trezentos bois nos campos de Cidade Rodrigo, executada por Pedro Jacques de Magalhães.
6	Apesar dos pequenos êxitos conquistados, o mês de Setembro fica marcado pela derrota de duas companhias de cavalos que caíram numa emboscada – perderam-se trinta cavalos e dois capitães.
7	Através de uma carta, é noticiada a perda da cidade de Cochim, na Índia, para os holandeses. Segundo Sousa de Macedo, esta seria uma conquista temporária, pois as forças militares não estavam ao corrente dos acordos de paz celebrados.
8	Relato da tentativa de fuga do marquês de Eliche, que abusou das liberdades de que dispunha no Castelo de Lisboa. Aproveitou a visita de uma mulher, vestiu as suas roupas e abandonou sem ser revistado, mas seria mais tarde recapturado.
9	O guarda que se deixou enganar pelas vestimentas do marquês de Eliche foi preso.

10	No dia 17, foi lançado ao mar uma das seis fragatas que estavam a ser construídas.
11	Notícia da partida de uma nau inglesa chamada Constancia. Nela estava Amet Xarife de Marrocos, feito prisioneiro em Aguim por pescadores. Sabendo o Rei D. Afonso VI de quem se tratava, ordenou que Xarife fosse reconduzido para o sítio onde fora capturado.

Outubro de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato das preparações dos portugueses, tendo em vista um ataque a Castela.
2	Precavendo-se de eventuais ataques portugueses, os castelhanos trataram de preparar uma estratégia defensiva na Galiza.
3	No dia 1, o conde de São João, D. Luís Álvares de Távora, saiu da praça de Chaves com 5500 infantes, 1300 cavalos, algumas peças de campanha e mantimentos. Penetrando por entre os vales que cercam Monterrey, as tropas arruinaram mais de 170 vilas e locais de significativa dimensão, não havendo em parte alguma uma tentativa de resistência.
4	A campanha ficaria marcada pelas chuvas e tempestades que os portugueses tiveram de superar, chegando quase a ter que nadar pelas águas; no entanto, os portugueses encontraram animais em fartura para se alimentarem (vacas, porcos e galinhas) e debelaram as dificuldades impostas pela intempérie.
5	Regresso do conde de S. João ao posto de Vilarelho.
6	Pormenorização de algumas estratégias utilizadas pelos portugueses – conde de S. João e conde do Prado – para derrotar os castelhanos entre o Minho e Trás-os-Montes.
7	Relato de uma investida capitaneada por D. Francisco de Sousa, 3.º conde do Prado e governador das armas de Entre Douro e Minho, em que as forças portuguesas, após passarem o rio Minho, lutaram contra o inimigo, escalaram o forte de Gaião e venceram a guarnição que lá se encontrava.
8	Na madrugada do dia 25 para o dia 26, precisamente às 2h da manhã, estando o conde do Prado a embarcar as suas tropas, o céu abriu-se com "uma exaltação de notável grandeza" denotando uma cor quase verde clara.
9	Publicação de uma carta escrita por D. Francisco de Sousa, escrita a 27 de Outubro de 1663, em que dá conta dos resultados das últimas diligências.

10	Reconhecimento de D. Afonso VI como Rei pelos moradores das vilas conquistadas.
11	Algumas correrias feitas pelos castelhanos, que conseguiram roubar algum gado e cavalos. Poucos portugueses morreram ao tentar recuperar os animais que perderam.
12	Ocorrência de alguns saques perpetrados por portugueses em terras alentejanas, onde tomaram, ao todo, dezassete cavalos.
13	Descrição de um ataque infrutífero da parte de D. João José de Áustria, que pretendia vingar-se de um outro ataque da autoria do conde de Schomberg. O conflito foi pouco notável.
14	No dia 25, D. Afonso VI deslocou-se até ao campo da Junqueira, em Lisboa, a fim de averiguar como se tinha processado a Batalha do Ameixial. Por ordem do soberano, que estava acompanhado pelo marquês de Marialva, tiveram lugar algumas manobras militares, conduzidas pelo mestre de campo general Gil Vaz Lobo, que visavam a simulação daquele conflito; as pessoas que assistiram a este acontecimento ficaram felizes por esta acção do Rei.
15	Doação de 4 ou 5 mil cruzados aos soldados para que estes fossem jantar; entre pão, fruta e vinho, não faltou comida a ninguém.
16	Destruição da estátua do 4.º duque de Aveiro e 1.º duque de Torres Novas no Rossio, em Lisboa, porque havia desertado para Espanha.
17	Notícia do enforcamento de três pessoas oriundas de Portugal – sendo uma delas soldado – que estariam a servir o inimigo como informadoras. Desse trio, dois foram ainda esquartejados e um deles viu os restos do corpo serem arrastados pelas ruas. Apesar de reconhecerem os erros cometidos, estes indivíduos aceitaram o castigo que lhes foi infligido.

Novembro de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato das últimas conquistas do conde de S. João, governador das armas de Trás-os-Montes, e do conde do Prado, governador das armas de Entre Douro e Minho: o exército do conde de S. João juntou-se ao contingente que estava no Minho, enquanto o conde do Prado, conjuntamente com os seus homens, fortalecia o Forte de Gaião que havia sido devastado anteriormente – tudo isto sob o olhar atento de Baltazar Pantoja, governador das armas inimigo.

2	No dia 8, enquanto as tropas portuguesas procuravam algo para cobrir as barracas, em Temujen, foram ao encontro das tropas castelhanas. Prevendo-se mais um confronto, as tropas lusas adiantaram-se, mas os castelhanos rapidamente bateram em retirada.
3	Na manhã do dia 13, passaram alguns barcos inimigos pelo forte de Ínsua, em Viana do Castelo, e soaram os alarmes nos lugares vizinhos. Porém, subitamente, levantou-se uma tempestade e muitas pessoas foram dadas como desaparecidas. No dia seguinte, os que escaparam com vida, cerca de 2000 homens, retornaram para o exército.
4	Pequena escaramuça, que resultou em muitos feridos, a prisão de um barão e o falecimento de André Gonçalves, ajudante de cavalaria.
5	Relato da tomada da praça do Lindoso. Havia bastantes dúvidas sobre a viabilidade desta iniciativa, mas a bravura dos portugueses suplantou o temor, com destaque para o conde de S. João que mostrou uma postura pró-activa em relação a esta diligência. Este movimento contra o inimigo foi comandado pelo conde do Prado, que por sua vez delegou a tarefa a João Rebelo Leite, tenente de mestre de campo general, que na noite de 21 investiu sobre a trincheira inimiga. Depois, durante alguns dias, estando os portugueses em menor número, multiplicaram-se os pequenos confrontos com o exército que fortificava a praça do Lindoso e no dia 23 as tropas inimigas recolhiam a Castela, derrotadas.
6	Notícia de que a boa nova da tomada da praça do Lindoso chegou a D. Afonso VI. A novidade foi dada por Baltazar Fagundes de Fonseca, no último dia de Novembro, véspera do 23.º aniversário da Restauração da Independência, pelo que as celebrações ganharam mais um motivo de interesse.
7	Ataque perpetrado por Manuel Ferreira Rebelo, a mando de Pedro Jacques de Magalhães, que tinha como objectivo vingar as investidas inimigas ocorridas no mês anterior. A ofensiva materializou-se em saquear e queimar alguns castelhanos.
8	Degolação de oito pessoas moradoras em Pastores, perto de Cidade Rodrigo, e ferimento de muitas outras. Houve ainda a oportunidade de saquear a vila e queimar as casas, sem qualquer perda do lado português.
9	Notícia de mais um ataque castelhano, desta feita em Meimoa, em Penamacor, que julgava desguarnecida devido à ausência de Afonso Furtado de Castro do Rio e Mendonça, governador das armas do partido de Penamacor. Os castelhanos causaram alguns danos nas habitações, mas a prontidão das forças portuguesas impediu males maiores; neste contencioso lamentou-se a morte do capitão Inácio Arnaut.
10	Relato de missões de saque conduzidas pelo conde de Schomberg. Ele e a sua tropa foram desde Castelo de Vide até Castela e saquearam 700 bois, 6000 ovelhas, 3000 cabras, 1500 porcos e 300 cavalgaduras.

11	Entre o dia 23 e 24, o capitão D. Luís de Saldanha invadiu a praça de Arronches e saqueou-a, trazendo 6 bois, 19 cavalgaduras, 400 carneiros, 200 cabras e 60 porcos, que se foram perdendo pelo caminho.
12	Chegada a Lisboa de um prisioneiro, designadamente um filho do conde de Casares, que se terá perdido durante uma viagem com D. João José de Áustria.
13	Partida de oito fragatas inglesas, no dia 5, do porto de Lisboa, que estiveram ao serviço de Portugal. D. Afonso VI, na despedida, ofertou ao almirante John Lawson e aos capitães das fragatas algumas medalhas, colares de ouro e uma rosa de diamantes.
14	No dia 6, celebraram-se as exéquias de D. João IV. Estiveram presentes no Convento de S. Vicente o senador da Câmara, "muitos religiosos de todas as religiões", ministros e fidalgos da Corte.
15	Chegada de cinco naus – carregadas com açúcar, tabaco, pão, entre outras coisas – vindas do Brasil, no dia 14.
16	No dia 22, um alcaide mouro ofereceu a D. Afonso VI comércio livre: cavalos, trigo, cevada, cobre e salitre. O Rei apreciou este gesto e ordenou que o alcaide fosse bem tratado.
17	Relato de uma obra caridosa de D. Afonso VI: num primeiro momento, enquanto dava um passeio de cavalo, avistou um padre e acompanhou-o até à casa de uma pessoa que ia visitar. Depois, sabendo que a pessoa visitada era uma mulher muito pobre, doou 50 cruzados e ordenou que nada lhe faltasse. Retornou à Igreja e ofereceu 1000 cruzados para ornamentar o edifício.
18	Novamente no plano social, é noticiado que D. Afonso VI doou 3000 cruzados anuais, pagos mês a mês, para o sustento das crianças enjeitadas que cada vez mais recorriam aos serviços do Hospital Real de Todos-os-Santos.

Dezembro de 1663

N.º da notícia	Enfoque
1	Notícia de alguns avanços e recuos de ambas as partes. Tendo chegado 1700 homens para o exército castelhano, vindos da Flandres, as forças de Portugal, conduzidas por Pedro Jacques de Magalhães em Almeida e pelo conde de S. João em Trás-os-Montes, solidificaram a sua posição defensiva.

2	Relato da tomada da vila de Guinaldo. Esta investida aconteceu após uma iniciativa castelhana contra os portugueses, da autoria do conde Ossuna, que, com cerca de quase duas mil unidades, almejava assolar a praça de Almeida. Depois deste conflito, os portugueses notaram que a vila de Guinaldo não estava guarnecida. Por isso, investiram na vila com êxito, pois apenas um capitão saiu ferido e morreu um ajudante. Fizeram-se 12 ou 15 prisioneiros, mataram alguns castelhanos e recolheu-se todo o gado encontrado.
3	Como forma de retaliação, o conde de Ossuna decide entrar na aldeia do Mido e atacá-la. No entanto, por ordem de Pedro Jacques de Magalhães, a aldeia tinha sido evacuada, pelo que os castelhanos puderam contentar-se com o incêndio de algumas dezenas de casas.
4	Relato da conquista do lugar da Reigada, obra de Pedro Jacques de Magalhães, que contou com o auxílio de Afonso Furtado, governador das armas do partido de Penamacor, e D. Martinho de Ribera.
5	Chegada de Luigi Poderico, governador das armas e vice-rei da Galiza, a terras galegas, que não pôde impedir a edificação de uma fortificação naquela zona, obra do conde do Prado.
6	Investida de João da Cunha Sotto-Mayor em Chã de Castro, na Galiza, que saqueou todos os lugares circundantes daquela zona. Não se fizeram estragos, não se matou ninguém, não se fez qualquer dano a alguma mulher, nem se entrou numa igreja, mesmo que o objectivo fosse apenas orar.
7	Notícia de um pequeno saque em Elvas, idealizado por 28 cavaleiros; os portugueses acudiram e apenas se escapou o guia, de seu nome Fernandina.
8	Mais um pequeno conflito, desta vez em Campo Maior, em que os portugueses levaram a melhor sobre o inimigo, deixando mesmo em liberdade, num acto de misericórdia, um capitão ferido com gravidade.
9	Notícia de que Francisco da Costa, capitão e assistente em Castelo de Vide, tomou 18 cavalos ao inimigo, mas que dias depois perdeu doze numa emboscada do inimigo.
10	Relato da entrada no porto de Lisboa de um "barco longo" tomado aos castelhanos.
11	Recuperação de uma doença febril que vinha apoquentando D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra.
12	Recuperação do infante D. Pedro, que padecia igualmente de uma febre.

Janeiro de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de que as forças portuguesas foram impedir a construção de um forte perto da Aldeia do Bispo. O inimigo não demonstrou muita resistência, perdeu alguns cavalos e retirou-se.
2	Relato de um confronto entre os dois exércitos, em que se lamentaram a perda de três capitães. Entre avanços e recuos, os portugueses levaram a melhor e concederam duas horas aos castelhanos para retirar os corpos dos soldados mortos.
3	Notícia de que Afonso Furtado Mendonça, após passar por locais vigiados pelo inimigo, repartiu os soldados pelas praças de Almeida.
4	Referência de que o mês de Janeiro fora pródigo em roubo de cavalos e gado.
5	No dia 7, tentou o inimigo derrubar a praça N. S. da Conceição, mas as forças portuguesas responderam com artilharia. O exército castelhano acabou por retirar-se depois de mortos 80 soldados e 10 oficiais.
6	Relato de mais uma escaramuça, após um saque das tropas lusas em Monterrey, local que estava desguarnecido. O inimigo acorreu com 500 infantes, mas os portugueses, capitaneados por Manuel de Paiva Soares e em maior número, não deram hipóteses e mataram cerca de 400 castelhanos.
7	Notícia de algumas movimentações no Alentejo: no dia 10, o tenente-general D. Luís da Costa foi informado de que 25 cavalos do inimigo passaram o Zebre abaixo. Nesse mesmo dia, conseguiu recuperar 8 cavalos e, no dia 21, em Estremoz, tomaram mais 7.
8	Relato da apropriação do correio ordinário que seguiria para Madrid. Os portugueses souberam o dia e a hora em que ia passar pela praça de Campo Maior e, a mando de João Leite de Oliveira, Francisco Galvão e a sua tropa investiram sobre as pessoas que levavam o correio, recolheram-no, mataram 3 ou 4 castelhanos e roubaram ainda 10 mil réis.
9	Nos dias 5 e 6, véspera do dia de Réis, D. Afonso VI deu graças a alguns fidalgos e declarou D. Luís de Almeida, governador do Algarve, com o título de conde de Avintes.
10	Notícia dos progressos que D. Catarina, Rainha de Inglaterra, ia registando da doença que a afectava.
R	Saída do porto de Lisboa da armada da Companhia Geral do Comércio rumo ao Brasil

12	Relato extenso da cerimónia de inauguração de uma igreja em honra de Nossa Senhora da Conceição, em Santarém. É mencionado que D. Pedro, ainda em estado de convalescença, e D. Afonso VI foram assistir a este evento, que contou com discursos de abertura, missa, luminárias e peças teatrais.

Fevereiro de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Menção de que D. Afonso VI, aquando da sua viagem a Santarém, também visitou o Convento dos Religiosos de S. Domingos.
2	Relato de algumas correspondências interceptadas no mês passado. É contado que as cartas de menor relevância tocam temas como as lástimas da guerra, a perda de fazendas, queixas de pobreza, reclamação de roubos e escalamento de casas, pedidos de ajuda divina ou protestos contra o governo. As correspondências mais importantes não foram partilhadas.
3	Em Almeida, o inimigo destruiu alguns locais da raia e aproveitou para derrubar duas pontes; em resposta, os portugueses organizaram alguns saques: António Ferrão de Castelo Branco tomou um conjunto de 24 carretas e algumas cavalgaduras carregadas e alguns portugueses de Almofala roubaram dezenas de bois em Aldeia do Bispo.
4	Relato de mais um encontro entre as duas partes; os portugueses, julgando que o inimigo possuía mais unidades, retiraram-se, mas não sem antes entrar em confronto. O resultado saldou-se num empate, uma vez que ambos os lados perderam algumas unidades.
5	Resumo das operações ocorridas no Alentejo, com destaque para duas ocorrências: i) a entrada de 30 cavalos inimigos nos campos de Moura, que o tenente-general D. Luís da Costa e os seus subordinados conseguiram estancar, alcançando 11 cavalos e ii) o falhanço de uma emboscada dos castelhanos que esperavam pelos portugueses, mas estes estavam numa procissão.
6	Notícia daquilo que se passou na província de Entre Douro e Minho, com os portugueses a tomarem a iniciativa de atacar o forte de S. Luís, que estava a ser vigiado por um governador menos acautelado do que o seu antecessor. A investida foi bem sucedida, tomaram 60 cavalos, fizeram 15 prisioneiros e recolheram alguns coletes e outras coisas que estavam em bom estado.
7	Chegada ao porto de Lisboa do galeão S. Luís vindo de Inglaterra. Trouxe outro navio com 350 soldados franceses

8	Entrada na Corte de D. Afonso VI e D. Pedro, após viagem a Salvaterra; da parte da tarde, partiram para S. Roque, numa visita à Casa professa dos Padres da Companhia de Jesus.
9	Referência a um desentendimento do ponto de vista diplomático envolvendo Castela, França e a Santa Sé.
10	Aprisionamento de um letrado que trocava correspondência com o Governador de Arronches, cujo conteúdo daquilo que escrevia era comprometedor e levantou suspeitas; na manhã seguinte, acabaria por se suicidar.

Março de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Notícia de uma correria orquestrada por João Leite de Oliveira, Governador da praça de Campo Maior.
2	Saída de Monsieur de San-Clá e mais 100 infantes para S. Lucar e Almendralejo, onde recolheram milhares de animais para a sua posse.
3	Relato da edificação de uma ponte destruída. Para esse efeito, houve a necessidade de construir uma atalaia, que o duque de Ossuna e os seus homens iriam tentar derrubar. Gerou-se mais uma escaramuça e o inimigo foi rechaçado com alguma perda.
4	Na campanha de Alfaiates, o Capitão de Couraças António Ferrão de Castelo Branco apanhou 30 cavalos e matou quem os montava, portugueses que se haviam passado para o lado inimigo.
5	Descoberta de um plano de fuga do marquês de Liche, que pretendia evadir-se do Castelo de Lisboa onde estava preso e, posteriormente, embarcar numa fragata holandesa. Prenderam-se o Mestre e o marcador do navio e mais quatro estrangeiros que participavam neste plano.
6	Relato do baptizado do filho do conde de Castelo Melhor, em que D. Afonso VI foi o padrinho.
7	Lançamento de uma segunda fragata de guerra das seis que estavam a ser construídas.
8	Feitura, em Lisboa, de uma fundição de dez peças de artilharia de bronze.
9	Chegada de 100 infantes vindos de França.
10	Informação de que está tudo preparado para a campanha seguinte e que se estava a prevenir, naquele momento, a armada para o mar.

Abril de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Rectificação de que no mês anterior houve no Minho um ataque dos portugueses ao Castelo de Lapela; mataram um alferes e dúzia e meia de soldados.
2	Prisão de um padre da Ordem de S. Francisco, que, por ordem de D. João de Áustria, ia divulgar por todos os conventos de frades para se fazerem orações em favor de Castela e contra Portugal.
3	Relato do aparecimento de cartazes, da autoria do conde de Ossusna, que prometiam dinheiro a quem lhe levasse notícias sobre a praça de Almeida.
4	No dia 8, foram distribuídos 147.000 cruzados aos soldados por dois meses de trabalho.
5	Relato de algumas actividades do Rei D. Afonso VI, nomeadamente participação na cerimónia do Lava-pés e visitas a igrejas.
6	No Terreiro do Paço, fez-se uma demonstração militar sob o olhar atento de D. Afonso VI e D. Pedro.
7	No dia seguinte, fez-se novamente um exercício de demonstração das forças lusas.
8	Relato de uma escaramuça que foi paulatinamente subindo de tom à medida que foram chegando reforços; só do lado castelhano se registaram mortes.
9	Saída de um galeão e de um navio rumo à Índia.
10	Entrada de 10 navios estrangeiros, que traziam sedas e outras mercadorias.
11	Início da construção de 4 navios de guerra na Ribeira das Naus. Trabalhavam mais de 300 homens diariamente nesta tarefa.
12	Notícia da preocupação do reino em se ver livre dos "ociosos" que habitavam o país. Ora prendia-se quem de alguma forma fosse inútil, ora se recrutava gente para os lugares menos penosos da guerra.
13	Relato da preparação do exército português, que sairá em campanha.

Maio de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Nos primeiros dias do mês, registo para alguns saques que os castelhanos operaram pela Beira, devido ao descuido de alguns lavradores que deixaram o gado exposto.
2	Relato de uma correria inimiga mal sucedida, com os próprios moradores de uma aldeia, através de uma espingarda, a defender o território.
3	Numa missão de exploração, o general de artilharia Diogo Gomes foi a Cansadilla e trouxe 15 bois e 6 cavalgaduras.
4	Pela parte de Almeida, fez-se uma emboscada junto à praça de Castelo Bom, o que acabou por originar um duplo conflito, com perdas para ambas as partes.
5	No dia 24, foi Pedro Jacques de Magalhães até ao forte de Fiel para pelejar contra o inimigo. O general de artilharia pôs-se em fuga e dos que não viraram a cara à luta nem um foi poupado: foram degolados quase 200 e mais de 100 presos.
6	O conde da Vidigueira foi armar a cavalaria de Valência de Alcântara, algo que se revelou infrutífero, pois o inimigo não saiu.
7	Roubo de alguns cavalos em Puebla.
8	No dia 29, o capitão Filipe de Azevedo e D. Manuel Lobo, que estavam numa missão de exploração de território, encontraram cerca de 2000 cavalgaduras, das quais trouxeram 90.
9	Chegada de 330 infantes ingleses para o exército.
10	Chegada de 800 infantes, 350 soldados e 72 cavalos vindos de França.
11	É feito um balanço concernente aos homens de cada um dos exércitos, com realce para o facto de muitos soldados castelhanos se juntarem aos portugueses devido à falta de pagamentos, pelo que "das pedras [lhes] nascem soldados".
12	No último dia de Maio, registou-se a saída de uma nova fragata do porto de Lisboa, juntando-se assim a outras duas que já estavam no mar.

Junho de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato pormenorizado do cerco e posterior conquista da praça de Valência de Alcântara. Nesta descrição, incluiu-se um documento intitulado de Capitulações que concede o Marquês de Marialva em nome d'el-Rei Dão Afonso seu senhor, a João de Ávila Mexia Governador da Praça de Valença, que determinava as condições impostas pelos portugueses após a vitória neste conflito. Foi também publicado o auto de obediência feito pelos moradores do lugar de São Vicente, assim como o salvo-conduto escrito pelo marquês de Marialva.
2	Notícia dando conta de que D. Afonso VI foi à Capela Real assistir ao Te Deum e, num outro âmbito, em honra dos préstimos do marquês de Marialva, mandou o "escrivão da puridade" visitar a marquesa daquela região e felicitá-la.
3	No dia 27, foi o Rei e o infante D. Pedro à Igreja da Sé escutar o Te Deum e a missa cantada; à noite, houve momentos de festa.
4	Marcação de uma missa solene na Capela Real, para o dia de Santa Isabel, Rainha de Portugal.
5	Relato do sucesso alcançado numa contenda.
6	Notícia da obediência dos lugares de Santiago e Carbajo a D. Afonso VI; outros lugares, depois, seguiram o mesmo caminho.
7	Repartição de milhares de soldados castelhanos, tendo em vista a defesa de diversas passagens, prevenindo eventuais ataques dos portugueses.
8	Partida de 300 infantes ingleses da praça de Estremoz e de 500 infantes da praça de Évora para se juntarem ao exército. A praça de Évora seria fortificada numa obra orçada em 35000 cruzados.
9	Notícia de que pelo Alentejo e Extremadura as incidências eram parcas por causa das doenças que se contraíam noutras batalhas e pela falta de mantimentos. Ainda assim, registaram-se alguns confrontos.
10	Descrição de um pequeno conflito originado por um saque perpetrado pelo inimigo nos campos de Moura.
11	Notícia de que ainda no mês de Maio se registou uma correria onde se saqueou, entre outras coisas, mais de 1000 cabeças de gado miúdo.
12	Menção de que num dos sucessos bélicos do mês passado estavam três mortos de nacionalidade portuguesa e 2 prisioneiros.
13	Descrição de alguns sucessos pouco significativos dos castelhanos.

14	Relato de mais alguns encontros entre os exércitos comandados pelo duque de Ossuna e por Pedro Jacques de Magalhães. O resultado para Portugal foi satisfatório, pois houve poucos feridos e Pedro Jacques de Magalhães prometeu vingança se alguma vila fosse saqueada ou queimada.
15	Resumo das actividades marítimas que embarcações portuguesas tiveram.
16	Chegada ao porto de Lisboa de 17 caravelas e 4 navios, vindo de Entre Douro e Minho, com abastecimento de pão, vinho, sumagre e uma "boa preza de Castela".
17	Celebração de um novo contrato entre a infantaria, cavalaria e exército do Alentejo, que visava o provimento de trigo e cevada. Neste contexto, são enaltecidas as qualidades do conde de Castelo Melhor.
18	Chegada de 400 infantes vindos de Inglaterra.
19	Fundição de artilharia de nove peças de bronze.
20	Construção de um forte na Barra de vila de Setúbal, em frente à Torre de Otão, obra há muito desejada, mas que só agora dava os primeiros passos.
21	Notícia de uma vingança de Pedro Jacques de Magalhães sobre o conde de Ossuna. Após uma operação de saque, as duas tropas enfrentaram-se e os portugueses tomaram 15 cavalos e 40 prisioneiros.

1º Número extraordinário

N.º da notícia	Enfoque
1	Carta enviada por Pedro Jaques de Magalhães, governador das armas da província da Beira no partido de Almeida, ao Rei D. Afonso VI. A carta dava conta da vitória do exército português em Castelo Rodrigo.

Julho de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato detalhado da vitória alcançada em Castelo Rodrigo das forças de Pedro Jacques de Magalhães frente às forças do conde de Ossuna. É também publicada uma lista dos prisioneiros capturados e do material bélico recolhido após o conflito. Em termos de baixas, Portugal chacinou mais de 1300 homens.
2	Divulgação e publicação de excertos de cartas enviadas por entidades de relevo – D. Diogo de la Torre, o marquês do Trocifal e o próprio reu de Espanha – ao conde de Ossuna, com pormenores sobre as orientações que ele deveria seguir.

3	Relato da estadia de D. Afonso VI na sua quinta em Alcântara: registou-se um clima de festa na cidade, mesmo depois da partida do Rei para Lisboa, com luminárias e procissões de graças.
4	Envio para Castela de mais 170 prisioneiros, devido ao estado debilitado em que se encontravam; sobre outros prisioneiros que ficaram em solo português, decorreu um processo de negociação entre ambas as partes.
5	Relato de um pequeno encontro em Monterrey, que culminou com um pequeno saque dos castelhanos que, mesmo estando em maior número, se retiraram.
6	Pelo Alentejo, é descrito um conflito em que o exército se subdividiu em dois. As coisas não saíram de feição aos portugueses, que perderam 150 homens e contaram 300 feridos.
7	Chegada ao porto de Lisboa de 150 infantes vindos de Inglaterra.
8	Notícia de um confronto bélico marítimo após os castelhanos terem apreendido um navio inglês que vinha com fazendas para o Porto.
9	Mais um conflito bélico, desta vez com um corsário de maior porte pertencente ao inimigo. Este acabou por fugir.
10	Notícia de uma fortificação em Valência de Alcântara, sob a supervisão do marquês de Marialva.
11	Relato das novidades na zona de Estremoz, com investidas de parte a parte e onde são expostos alguns erros estratégicos do lado português, o que custou a vida a 20 homens.
12	Descrição de um saque por entre várias localidades – Arronches, Monforte, Elvas, Badajoz e Mourão.
13	Menção de que algumas fragatas continuavam presas.
14	Lançamento da fragata São Bernardo, a quarta das seis que estavam a ser construídas na Ribeira das Naus.
15	Fundição de 10 peças de artilharia de bronze, em Lisboa, no dia 12.

Agosto de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Saída de 2000 infantes e 700 cavalos, conduzidos por Pedro Jacques de Magalhães, por Castela, com o intuito de vingança pelas acções do conde de Ossuna.
2	Roubo de gado dos castelhanos, sem que fosse feita alguma resistência.

3	Terceira tentativa de ataque de D. Guilherme Gascar pela localidade de Penamacor, depois de duas tentativas frustradas. Esta investida já estava programada pelos portugueses, que antecipadamente fortificaram o local. No final, os portugueses levaram a melhor.
4	Homenagem a alguns combatentes e um ajudante de feridos que faleceram a lutar por Portugal.
5	Relato de um acontecimento milagroso: o duque de Ossuna preparava-se para alojar artilharia no Mosteiro na Nossa Senhora de Aguiar. O abade do Mosteiro não pretendia que nada disto acontecesse e andou pelas ruas a exortar orações à Nossa Senhora de Aguiar e ao São Bernardo, protector de Portugal. Homens, mulheres e crianças rezavam de forma incessante por estas duas figuras e quando os castelhanos se preparavam para chacinar aquela gente, apareceu subitamente o exército português para salvar a população.
6	Morte a sangue frio de 30 portugueses que se entregaram aos castelhanos.
7	Conflito, a partir da praça de Penamacor, originado a partir de um atrevimento que os castelhanos fizeram contra o Rosmaninhal. Afonso Furtado, governador das armas, e Diogo Gomes de Figueiredo, general da artilharia, encabeçaram o movimento.
8	Entrada no Alentejo para recolha de algum gado.
9	Roubo de 10 ou 12 cavalos da praça de Arronches, obra do Comissário-Geral António Coelho de Góis e a sua companhia.
10	Publicação de duas correspondências interceptadas por João Leite de Oliveira, Governador de Campo Maior.
11	Relato de um encontro que esteve para acontecer; os castelhanos quiseram, alegadamente, fugir ao conflito.
12	Notícia de que em Elvas se tomaram seis cavalos e de há fome em Badajoz.
13	Tomada de mais 30 cavalos que se passeavam de Olivença para Jerumenha.
14	Tomada de 20 cavalos de Olivença em estado de saúde debilitado.
15	Tomada de mais cavalos no Alentejo, sem especificar um número.
16	Notícia da quietude que se fazia sentir nas localidades de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes
17	Lançamento, no dia 7, de mais um galeão, este apelidado de S. Pedro de Alcântara.
18	Saída do porto de Lisboa de 3 fragatas e vários barcos de guerra.
19	Auto-de-fé a punir a obstinação de 3 homens e duas melhores.

20	Relato da festa do 21.º aniversário do Rei D. Afonso VI. As celebrações ocorreram no seu palácio e houve uma peça teatral para animar os convidados.
21	Publicação de uma missiva, escrita por D. Afonso VI, dirigida às Câmaras Municipais do reino, a manifestar o seu agrado pelos sucessos militares, com particular destaque para a vitória em Valência de Alcântara. As Câmaras responderam a esta iniciativa, mas só uma foi publicada.

Setembro de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato da recuperação da praça de Arronches, um dos locais estratégicos mais importantes da Guerra da Restauração.
2	Enforcamento de um português ferido que se havia juntado aos castelhanos.
3	Perda de uma dezena de cavalos para os castelhanos.
4	Tomada de 8 cavalos ao inimigo.
5	Notícia de um conflito que se avizinhava, mas o inimigo não apareceu.
6	Tomada e perda de cavalos e cavalgaduras.
7	Relato de uma "boa escaramuça" com os castelhanos. Estes perderam 30 cavalos, tiveram alguns mortos e muitos feridos; os portugueses contaram algumas perdas.
8	Recolha de 5 cavalos de guerra e oito cargas de vinho que iam em direcção ao forte de Vale da Mula.
9	Má notícia para as hostes portuguesas: o governador de Alcântara soube que uns 200 infantes portugueses vinham mudar as guarnições em Penamacor e com mais de 1700 tropas atacaram os portugueses – morreram 22, feriram 35 e aprisionaram 90.
10	Ordenação de saques em algumas regiões próximas de Monterrey, uma vez que o inimigo não saiu das muralhas para combater.
11	Menção de que em Entre Douro e Minho pouco se tem obrado devido às doenças que vêm apoquentando os militares. Ainda assim, são enaltecidos sucessos militares ocorridos no mês transacto nestas regiões.
12	Saída do porto de Lisboa de mais um galeão – o S. Thereza –, juntando-se assim aos galeões de Sacramento, Conceição e S. Joseph.
13	Lançamento desde a Ribeira das Naus de mais um barco de guerra, com o nome N. Senhora da Piedade.

14	Ornamentação de duas igrejas paroquiais de Valência de Alcântara, tendo em vista a celebração de ofícios divinos.
15	Notícia de um perdão – no valor de 4000 cruzados – que D. Afonso VI concedeu ao Colégio de Religiosos de S. Bernardo, em Coimbra.
16	Relato de um lançamento de touros, no Terreiro do Paço, para festejo do S. António, que durou 6 dias.
17	Notícia de que o Companhia do Comércio do Brasil vai passar a ser administrada por D. Afonso VI.
18	Notícia de um navio que trazia soldados estrangeiros para se juntarem às forças castelhanas se perdeu junto a Cádis.
19	Explanação de cartas vindas de Madrid, que referem a falta de dinheiro e algumas situações embaraçosas para Castela.

Outubro de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Notícia do fortalecimento da praça da Codiceira, pois temiam os castelhanos que os portugueses lá fizessem uma investida, após a conquista da praça de Arronches.
2	Tomada de alguns cavalos inimigos, porém, o seu estado desnutrido levou a que fossem abandonados.
3	Roubo de algum gado pelo partido de Penamacor.
4	No partido de Almeida, Pedro Jacques de Magalhães, governador das armas deste local, e os seus comandados rumaram até Fregenal de la Sierra para saquear e queimar as casas, embora as igrejas fossem poupadas.
5	Na parte de Trás-os-Montes, ocorreu uma campanha alargada de pilhagens por dezenas de locais. Os despojos foram distribuídos pelos soldados.
6	Menção de que o conde do Prado não fora fazer mossa na província de Entre o Douro e Minho, que julgava desguarnecida devido às investidas do conde de S. João em Trás-os-Montes.
7	Lançamento da fragata S. Jorge, no dia 2.
8	Prisão do ajudante do tenente João Tristão de Magalhães, por ter andado a pilhar uma região sem o devido beneplácito de D. Francisco de Sousa. 5.º conde do Prado.

Novembro de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Preparação com grande secretismo de uma investida nos primeiros dias de Novembro, mas as chuvas impediram esta acção.
2	Relato de uma súmula de conflitos nas raias fronteiriças, com destaque para a morte do tenente-general D. Alexandre Moreira, militar português que se passou para o lado castelhano. No âmbito português, morreram duas dúzias de homens e houve 25 feridos.
3	Menção de um ajuntamento em Cidade Rodrigo das forças castelhanas, com 1500 cavalos e 3000 infantes.
4	Notícia do abandono do forte de Vale da Mula por parte dos castelhanos que o armadilharam, temendo uma ocupação portuguesa. Segundo o relato, as muralhas do forte estavam pouco arruinadas e pôde recolher-se armas, munições, farinha, bacalhau e ferragens lá esquecidos.
5	Na Galiza, o mestre de campo Diogo de Caldas Barbosa e a sua companhia saquearam cinco lugares. O resultado saldou-se na tomada de 300 bois, 1000 porcos e 1000 cabeças de gado miúdo.
6	Relato sem muito detalhe de algumas escaramuças de proporções reduzidas.
7	Resumo das actividades marítimas entre as duas coroas ibéricas. Realce para a tentativa frustrada dos castelhanos que procuravam capturar a Fragata do Brasil. Milagrosamente, uma tempestade abateu-se no mar e os ventos foram nefastos para os castelhanos e benévolos para os portugueses.
8	Chegada nos dias 19 e 20 de uma frota do Brasil com 30000 caixas de açúcar e 12000 quintais de pau-do-Brasil.
9	Notícia de um conflito, em Campo Maior, cuja iniciativa partiu dos castelhanos. No final, após uma batalha "tão apertada", o inimigo pôs-se em fuga e ambos os exércitos digladiaram por gado e cavalos.

Dezembro de 1664

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de alguns saques em Penamacor, ocorridos ainda no mês passado, que os soldados castelhanos à paisana não conseguiram evitar.
2	Missão de saque em Almeida, da responsabilidade do Capitão Carlos de Torres.

3	Investida em Penha Parda, onde 200 militares queimaram algumas casas e roubaram algum gado.
4	Saída do Capitão Francisco Monteiro até Guinaldo, mas o temor do inimigo prevaleceu e não saiu das muralhas.
5	Súmula das ocorrências em Trás-os-Montes, onde as forças lusas encontraram 20 inimigos e mataram e aprisionaram todos.
6	Saída de Chaves para se saquear alguns locais, esperando que os castelhanos saíssem em defesa, mas acabaram por ficar na praça.
7	Nos últimos dias do mês, o conde de São João fez mais investidas em cerca de uma dezena de localidades e trouxe uma "preza grandíssima".
8	Menção de que no Alentejo e em Entre Douro e Minho não houve acontecimentos bélicos de relevo.
9	Lançamento ao mar de várias embarcações, que mais tarde iriam entrar em conflito com navios piratas castelhanos.
10	Notícia da morte do duque de Medina Sidónia.
11	Resumo dos principais sucessos alcançados ao longo de 1664.
12	Avistamento de um comenta, que "se deixa ver na maior parte do mundo".

Janeiro de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Tomada de uma dúzia de cavalos em Campo Maior; o mau tempo não permitiu o concretizar de outras façanhas.
2	Notícia do falecimento de duas sentinelas, na praça de Almeida, devido ao frio; alguns cavalos acabaram também por não resistir à intempérie.
3	Relato de que o conde de Marsín, mestre de campo general francês ao serviço de Castela, ordenou a um estrangeiro que fosse convencer os soldados franceses que servem Portugal a passarem-se para o lado castelhano. Os soldados recusaram esta mudança, o estrangeiro foi capturado e estava prestes a ser enforcado.
4	Partida de D. Afonso VI e do Infante D. Pedro para Salvaterra, tendo em vista a participação nas habituais caçadas. Registo para uma pequena doença que atormentou o Rei e para a chuva que impediu que se caçasse.

Fevereiro de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de um conflito entre as tropas castelhanas, através de um ataque surpresa, e alguns pastores portugueses. Estes aguentaram o ímpeto de mais de 150 inimigos, mataram 8 homens, capturaram mais alguns e não evitaram a perda de 30 vacas.
2	Chegada de D. Afonso VI e seu irmão à Corte, após a ida até Salvaterra.
3	Notícia do enforcamento de dois ou três portugueses que se haviam passado para Castela e enforcamento, perpetrado pelas forças castelhanas, de sete ou oito desertores que alegadamente mantinham contacto com portugueses.
4	Menção de que o mau tempo inviabilizava a acção da guerra e que apenas duas fragatas andavam no mar a percorrer a costa.
5	Descrição de um ataque feito através da Serra da Gata, recolhendo-se mais de 2000 cabeças de gado; o inimigo retaliou esta acção, mas os portugueses derrotaram facilmente a oposição.
6	Relato de um pequeno embate, depois de os portugueses estarem a explorar praças inimigas.
7	Narração das medidas levadas a cabo para as futuras campanhas.

Março de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Publicação de folhetos afectos a responsáveis castelhanos, que indicavam votos sobre a actualidade da guerra: o primeiro voto foi responsabilidade do marquês de Caracena; o segundo, de um conselheiro que não se nomeou, foi contra as directrizes expostas no primeiro voto. Tentava-se, assim, demonstrar a falta de união em Castela.
2	Relato da tentativa falhada de recuperação de Valência de Alcântara por parte dos castelhanos. O plano do inimigo não resultou como estava previsto, os portugueses descobriram o que se estava a passar e o inimigo retirou-se.
3	Ataque inimigo em Idanha-a-Nova, onde saqueou cinco rebanhos de ovelhas. Os portugueses foram avisados, saíram aos rivais e conseguiram pô-lo em fuga.
4	Notícia do ataque dos pescadores portugueses a quatro barcos inimigos que passavam pela ponte de Tamuge. Mataram um soldado.

5	Relato de dois saques em Trás-os-Montes, a mando do conde de S. João, governador das armas desta zona. Trouxeram-se 700 bois, 1500 ovelhas e algumas cavalgaduras.
6	Menção de pequenos conflitos perto da fronteira; os portugueses, nas trincheiras, aguentaram o ataque dos castelhanos e ambos os lados somaram perdas.
7	Rectificação de uma informação não concedida no mês anterior.
8	Descrição das actividades protagonizadas pela fragata S. Bernardo e dos temores que causava ao inimigo.
9	Rescaldo das entradas e saídas dos navios que vogavam entre o porto de Lisboa e o Brasil.

Abril de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de uma correria em São Silvestre. Tomaram-se 2000 ovelhas, 700 porcos e 12 bois.
2	Resumo das operações em Castelo Branco e Penamacor. O saldo final resultou na tomada de 100 bois e alguns milhares de cabeças de gado.
3	Reforço da praça nova da Conceição, que se encontrava em ruínas.
4	Notícia da protecção do Corregedor de Monção, face a um possível ataque dos castelhanos que acabou por acontecer. Foi feito um prisioneiro.
5	Feitura do ponto de situação da actividade marítima, com destaque para o policiamento da costa e para as transacções com Brasil e Índia.

Maio de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de um confronto na província do Minho, com os portugueses a capturar 14 soldados inimigos. No final, os governadores escalados de cada um dos lados emitiram um boletim sobre a situação dos homens aprisionados.
2	Notícia dos castigos infligidos a traidores à Pátria. Por darem avisos ao inimigo, dois homens foram enforcados e esquartejados; a mulher de um deles, cúmplice, foi açoitada e exilada para Angola.
3	Entrada do inimigo em alguns locais de Trás-os-Montes, sem que tenha feito algo de significativo.

4	Missão de saque levada a cabo por Pedro Jacques de Magalhães. Foram atormentados vários locais e recolhidas 2000 vacas, 6000 cabeças de gado e muitas cavalgaduras.
5	Morte de cinco inimigos, entre os quais dois traidores, perto do forte de Escalhão.
6	Menção de pilhagens em Castelo Branco e tomada de alguns bois.
7	Relato de algumas acções tomadas pelo marquês de Caracena em relação aos portugueses. Entre elas, estavam algumas atrocidades a lavradores cujas mãos foram atadas e queimadas.
8	Aquartelamento do exército comandado pelo marquês de Caracena perto de Arronches.
9	Fundição de 12 peças de artilharia de bronze.
10	Inauguração da Rua Nova de Almada, que ligaria a zona do Chiado ao Bairro Alto.
11	Saída do navio da Companhia do Comércio do Brasil, no dia 6.
12	Chegada a Lisboa do cavaleiro Nicholas Duplessis.
13	Saída de uma fragata para vigiar a costa contra a pirataria.
14	Prevenção de toda a armada marítima, dado que é esperada uma ofensiva castelhana.

Junho de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato das escaramuças decorrentes da defesa que Portugal fez perante o ataque inimigo a Vila Viçosa.
2	Narração pormenorizada de todo o episódio referente a uma das mais importantes batalhas da Guerra da Restauração: a batalha de Montes Claros. Para além da enumeração dos factos mais relevantes, é possível denotar um estilo panfletário exacerbado pela vitória alcançada.
3	Destruição das praças de Zarza la Mayor e de Herrera de Alcántara, como forma de vingança dos portugueses pela brutalidade patenteada pelos inimigos em relação à população portuguesa.
4	Entrada do inimigo em Ribacôa, para roubar e destruir campos. O dano que operou foi insignificante.
5	Queima, por iniciativa de ambas as partes, de mais de três dezenas de povoações.

6	Escaramuça perto da praça de Conceição, na Galiza, onde os portugueses demonstraram superioridade. Ainda assim, perderam um tenente e 5 cavalos.
7	Notícia de uma pequena batalha marítima.
8	Lançamento da fragata de S. António.
9	Saída da fragata Conceição para combater o inimigo em Entre o Douro e Minho.
10	Chegada de 4 fragatas ao porto de Lisboa carregadas com açúcar e outras mercadorias

2º Número extraordinário

N.º da notícia	Enfoque
1	Nomeação, por ordem de D. Afonso VI, de Afonso Furtado de Castro Rio e Mendoza, governador das armas do partido de Castelo Branco, para o Conselho de Guerra na província da Beira. Afonso Furtado ficou encarregado de combater as forças espanholas na praça de Zarza e na vila de Ferreira, onde os portugueses estavam a sofrer pesados danos. O governador das armas português conseguiria ser bem sucedido, obrigando à capitulação das forças castelhanas acordada com Martín Sanchez Pardo.
2	Concretização da capitulação espanhola, com a entrada das forças portuguesas em força na praça de Zarza. Ainda a este propósito, foram mencionados os cabos que haviam prestado a Afonso Furtado, dos quais se destaca o seu filho Jorge Furtado, encarregado de levar as novidades ao Rei.
3	Vitória do exército português sobre os castelhanos na vila de Ferreira, depois de terem passado pelo Tejo, por Montalvão e pelo rio Sever. O Mercúrio fala num ataque implacável e que resultou em apenas sete feridos do lado das forças lusas. O periódico acrescentou ainda que a pesada derrota que o marquês de Caracena havia sofrido antes na batalha de Montes Claros inviabilizou qualquer contra-ataque espanhol.

3º Número extraordinário

N.º da notícia	Enfoque
1	Relatos do estado de desespero em que alegadamente se encontravam os cabos espanhóis.

2	Nomeação do marquês de Caracena, homem muito reputado em Espanha, para chefiar os assuntos relativos à guerra que os castelhanos mantinham com Portugal.
3	Chegada a Badajoz do marquês de Caracena, proveniente de Madrid.
4	Descrição do périplo efectuado pelo marquês de Caracena até chegar a Vila Viçosa.
5	Descrição pormenorizada da cidade de Vila Viçosa e do número de soldados ali presentes.
6	Combate entre os exércitos de Portugal e Castela, do qual resultaram vários mortos do lado espanhol. Do lado português, o Mercúrio destaca a morte do capitão José Magalhães.
7	Menção aos avanços dos castelhanos, com realce para actos de roubo e pilhagem a locais religiosos.
8	Ataque castelhano ao forte de Vila Viçosa e relatos de como se procedeu a defesa portuguesa a este local.
9	Vitória das forças portuguesas na batalha de Montes Claros. No final desta publicação extraordinária, o Mercúrio Português divulgou a lista de prisioneiros espanhóis feitos no decorrer desse conflito.

Julho de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Descrição de como foi veiculada a notícia da vitória na batalha de Montes Claros pelo reino e população. Foi publicada uma comunicação de D. Afonso VI às câmaras municipais, cabidos e comarcas, para que este êxito fosse celebrado intensamente; foi também exposta uma carta de agradecimento ao Rei, seleccionada ao acaso, escrita por alguma daquelas instituições.
2	Relato de algumas actividades desencadeadas pelos portugueses no Alentejo – prisão de um português que era guia dos castelhanos e alguns saques.
3	Prevenção feita pelo conde do Prado, julgando que o exército castelhano iria sair em campanha.
4	Aparição da armada de Castela para defesa da sua frota vinda da Índia. O conde de Avintes e o seu exército "convidaram" a armada a desembarcar, mas esta acabou por desaparecer.
5	Chegada ao porto de Lisboa de duas fragatas que traziam trigo e uma charrua perdida.

Agosto de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Saque da vila do Vermelhal: trouxe-se muitas roupas para além de 400 bois e 100 cavalgaduras.
2	Captura de uma recova – tomou-se um carregamento de vinho e azeite e algumas dezenas de cavalgaduras. Nenhum dos militares que escoltavam este transporte escapou da morte ou da prisão.
3	Relato de algumas escaramuças no partido de Castelo Branco. Apesar da superioridade numérica castelhana, os portugueses conseguiram levar a melhor em duas ocasiões.
4	Captura de um capitão de cavalos que ia para Badajoz.
5	Roubo de 15 cavalos estrangeiros aos portugueses.
6	Saída de três fragatas – S. Joseph, S. Jorge e Sacramento – para policiamento da costa.
7	Elenco das previsões feitas em Janeiro último e confirmação comentada de que o que se aventou acabou por se concretizar.

Setembro de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Encontro dos dois exércitos em Badajoz. Quando estava prestes a iniciar o conflito, a cavalaria do inimigo decide virar as costas e fugir. Uma parte dos portugueses decidiu ir atrás dos fugitivos e conseguiu aprisionar mais de 300 soldados e matar mais alguns.
2	Relato de mais um encontro entre as forças dos países ibéricos. Novamente, os castelhanos furtaram-se ao combate e foram resguardar-se numa grande atalaia; os portugueses atacaram-na e o inimigo rendeu-se pouco tempo depois.
3	Tomada de 8000 cabeças de gado miúdo e 50 bois em Sacrevim.
4	Tomada de 8 cavalos em Castelo Branco.
5	Roubo de 11 cavalgaduras e 1 cavalo.
6	Notícia do falecimento de Filipe IV de Espanha. D. Afonso VI ficou comovido com esta novidade e proibiu quem festejasse esta morte.
7	Partida do porto de Lisboa da fragata S. António para levar munições para o Minho.

8	Publicação de uma carta escrita em Roma, que destaca os sucessos de Portugal na batalha de Montes Claros. Depois, em jeito de comentário, são descredibilizadas as gazetas que contêm "patranhas, dos sucessos, determinações e avisos de Castela tão disparatados".

Outubro de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato dos avanços e recuos do exército pelo Alentejo durante o mês. No dia 31, acabaram por saquear alguns lugares e alojar no Vale do Rosal.
2	Notícia que revela que algumas praças inimigas foram guarnecidas. O exército apareceu aos portugueses, mas logo retirou-se.
3	Narração de algumas investidas, por iniciativa do marquês de Caracena, sobretudo pilhagens, demonstrando que a morte do Rei castelhano não esmorecia o entusiasmo do exército.
4	Sumário dos destaques ocorridos na zona de Moura. Realce para o saque e incêndio de várias casas, depois dos moradores terem mostrado resistência perante as ofensivas lusas. Posteriormente, realizaram-se mais alguns saques.
5	Tomada de 3000 cabeças de gado miúdo e 100 bois, em Cachorrilhas.
6	Tentativa de provocação do inimigo, convidando-o a combater. Tal não sucedeu e foram recolhidos facilmente 1000 porcos e outras tantas ovelhas.
7	Roubo de 8 bois por parte do inimigo, que, mais tarde, haveria de largar a preza para poder fugir.
8	Relato de mais uma tentativa de saque mal sucedida nos campos de Castelo Branco.
9	Entrada dos castelhanos pelas zonas de Ribacôa para fazer pilhagens, mas a vigia que os portugueses providenciaram impediu os intentos do inimigo.
10	Carregamentos efectuados pelo galeão Padre Eterno, o maior do mundo naqueles tempos, que traziam sobretudo açúcar.
11	Explosão no paiol de uma das fragatas portuguesas – a S. Bernardo – e consequente naufrágio, após a realização da escolta da frota vinda do Brasil no porto de Lisboa. Dos 200 tripulantes, salvaram-se apenas 5 ou 6.

Novembro de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Descrição das actividades bélicas realizadas na Galiza. Desta feita, as forças portuguesas saquearam, reduziram a cinzas algumas povoações e ainda conseguiram trazer valiosos despojos, como peças de prata e ouro e muito dinheiro.
2	Ainda na Galiza, é destacada a conquista da vila de La Guardía, cuja fortificação era assinalável. Após o combate, a vitória acabou por sorrir aos portugueses.
3	Ataque do exército castelhano vindo de Cidade Rodrigo. Saqueou e queimou quatro lugares, embora não tenha levado "coisa considerável". Alguns dias mais tarde, outras quatro povoações seriam alvo de destruição.
4	Súmula dos acontecimentos pela província da Beira. Ocorreram alguns saques de pequena dimensão, pois o inimigo estava prevenido.
5	Pequeno conflito frente aos castelhanos, que acabaram por prender um tenente português.
6	Resumo de algumas investidas do governador Afonso Furtado, que, juntamente com as suas tropas, durante quatro dias, saqueou alguns locais, como Vilamel.
7	Confronto de pequenas dimensões, no qual os portugueses tomaram um alferes e 13 cavalos.
8	Tomada de 11 cavalos em Badajoz.
9	Tomada de 9 cavalos em Campo Maior.
10	Saque dos castelhanos, que levaram 8 bois e 7 cavalgaduras.
11	Notícia da morte numa escaramuça de um furriel e de um soldado.
12	Tomada de mais de 10 cavalos em Campo Maior.
13	Tomada de 7 cavalos em Vila Viçosa.
14	Relato de uma investida falhada dos castelhanos, que quiseram atacar por duas vias – Barcarena e Monsaraz –, mas nenhuma delas acabou por fazer jus às aspirações do inimigo.
15	Menção da traição de um comandante francês ao serviço de Portugal: Nicholas Duplessis. Ele era o comandante da fragata S. António e, sem que nada o fizesse prever, acabaria por mudar-se para o lado castelhano.
16	Actualização do progresso dos trabalhos navais que estavam a decorrer em Portugal – Ribeira das Naus, entre S. Martinho do Porto e Nazaré e Ribeira do Ouro – e no Brasil, designadamente a construção dos estaleiros navais do Rio de Janeiro.

Dezembro de 1665

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato das investidas do marquês de Caracena em Santa Olaia, onde queimou casas vazias, e em Alcântara, onde perdeu alguns cavalos.
2	Tentativa de saque de "uma boa preza" dos castelhanos, mas alguns caçadores que estavam ali perto, nos campos de Moura, impediram esta acção.
3	Confronto de duas tropas inimigas que andavam a saquear lugares; os portugueses investiram sobre eles, tomaram alguns cavalos e carabinas e pistolas que os castelhanos perderam na fugida.
4	Resumo de todas as incidências bélicas notáveis que aconteceram durante o ano de 1665.

Janeiro de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Ataque das tropas castelhanas a Portugal pela Galiza.
2	Saída do exército espanhol do forte de São Luís que resultou em nova confrontação com as forças portuguesas em Valença.
3	Ofensiva espanhola na Beira que se revelou infrutífera graças à acção de Pedro Jaques de Magalhães.
4	Nova investida das forças castelhanas na província da Beira, da qual resultaram muitos feridos.
5	Ataque dos soldados portugueses ao Alentejo, até então sob domínio castelhano, e que culminou com a tomada do forte de Alcaria de La Puebla por parte dos lusos.
6	Saída de Estremoz de João de Silva de Sousa até Talavera, onde conseguiria bater o exército de Castela, obrigando mesmo ao seu refúgio em Évora.
7	Ataque do marquês de Caracena a Alandroal.

Fevereiro de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Tentativa de reposição de paz das duas facções por parte do Rei de Inglaterra. Relatos também da vinda de um emissário francês com o mesmo intento.

2	Investida bem-sucedida de Pedro Jaques de Magalhães em Cidade Rodrigo.
3	Ofensiva de Jaques de Magalhães em Castela, com a tomada de várias localidades perto de Salamanca.
4	Tomada do Castelo de Paymogo pelas forças portuguesas. Este acontecimento terá gerado, segundo o *Mercúrio*, grande alvoroço entre os castelhanos.
5	Tomada da cidade de Xerez por D. Luís da Costa, que infligiu vários danos às forças espanholas.
6	Recuperação dos soldados portugueses de algumas centenas de ovelhas que haviam sido conquistadas pelos espanhóis no Alandroal.
7	Relato pormenorizado e longo do funeral da Rainha Dona Luísa de Gusmão.

Março de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Saque da vila Descarga Maria por D. António Maldonado, que agiu sob as ordens de Pedro Jaques de Magalhães.
2	Tomada da localidade de Abadengo pelo exército de Portugal.
3	Entrada em Castela de Pedro Jaques de Magalhães, com relatos de confrontos entre as duas facções na zona de Cidade Rodrigo. Esta investida seria feliz do ponto de vista português.
4	Entrada dos castelhanos no partido de Penamacor, de onde saiu com 500 ovelhas.
5	Confrontos entre portugueses e castelhanos em Penamacor.
6	Conquista de gado dos portugueses em Silheiros.
7	Confrontações entre portugueses e castelhanos. Tudo começou com o ataque espanhol a Elvas, seguindo-se a resposta portuguesa em Olivença, Brossas, Alcântara, Badajoz e Portalegre.
8	Partia do porto de Lisboa para o Brasil dos navios de guerra da Companhia Geral do Comércio.

Abril de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Saque da Vila de Alonso por parte do capitão Salomão.
2	Confrontos acesos entre os soldados portugueses e espanhóis. Do lado português, o Mercúrio realça, entre os mortos em combate, a acção do capitão Salomão.
3	Confrontos levados a cabo por Pedro Jaques de Magalhães em Cidade Rodrigo.
4	Partida do porto de Lisboa de quatro embarcações para a Índia.

Maio de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Conquista das tropas portuguesas de Sanlúcar del Guadiana. Comandado pelo conde de Schomberg, o exército português alcançou este feito sem grande dificuldade, abrindo consequentemente caminho à rendição de outras localidades andaluzas.
2	Publicação de correspondência trocada entre espanhóis, cujo teor evidenciava a descrença castelhana.
3	Comemorações pela vitória em Sanlúcar del Guadiana, com o povo a saudar D. Afonso VI.
4	Vitória dos portugueses em Elvas sobre o exército espanhol.
5	Ataque falhado das forças castelhanas a Vilar de Margo.
6	Entrega do governo da cidade de Cidade Rodrigo a cargo do marquês de Tenório.
7	Tomada de Anzina da parte dos portugueses.
8	Relato de nova vitória portuguesa sobre Castela.
9	Saque dos soldados portugueses em Ferreira.
10	Ataque castelhano, em Penamacor, a soldados portugueses.
11	Relatos de mais confrontos na região de Entre Douro e Minho, com os portugueses a saírem vitoriosos.
12	Menção à saída do exército português em direcção a Baiona. Pelo meio, relatos de lutas com as forças espanholas.
13	Referência a um confronto sangrento ocorrido entre as duas facções no forte dos Medos.

14	Emboscada castelhana perto de Valença, com o Mercúrio a assumir a derrota portuguesa neste confronto.
15	Menção ao facto de, por ordem do Rei castelhano, o conde do Prado ter posto os seus homens em digressão pela Galiza.

Junho de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Registo de várias vitórias que o exército português logrou na Andaluzia e no Alentejo, onde praticamente não encontrou resistência castelhana.
2	Revolta espanhola, em Sevilha, contra Santo António, numa clara demonstração na influência anímica que a fé religiosa tinha na época seiscentista.
3	Fortificação da cidade de Arronches por parte do conde de Schomberg, impedindo assim os castelhanos de a poder tomar.
4	Tomada de mais de duas dezenas de cavalos ao exército espanhol em Olivença.
5	Confrontos em Albuquerque, com as tropas portuguesas a conquistarem algumas cargas e provisões aos soldados espanhóis.
6	Derrota espanhola em Monforte.
7	Ocorrência de uma batalha entre as duas facções em Cidade Rodrigo. O exército português sofreu muitas perdas.
8	Tomada de algum gado espanhol por parte dos soldados portugueses em Vila Velha.
9	Novo saque de gado aos castelhanos, desta vez em Villarmayor.
10	Vitória do exército português numa batalha ocorrida em Entre Douro e Minho.
11	Confrontações entre as duas facções em Rendim, na zona da Galiza, com as forças lusas a saírem vencedoras.
12	Relato de combates entre as duas forças por mar, na região do Algarve. O exército castelhano conseguiria a vitória.
13	Derrota do exército castelhano face ao português em Sagres. Mais tarde, os espanhóis viriam a tomar as Berlengas.

Julho de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de um conflito que se estendeu por vários dias na Galiza. Os portugueses foram superiores, fizeram com o que o inimigo se retirasse e aproveitaram para assolar diversas povoações.
2	Descrição de um ataque perpetrado por Baltazar Pantoja na zona de Trás-os-Montes. A investida acabou por ser perniciosa para os castelhanos, pois os portugueses conseguiram retirar a preza saqueada, tomar 30 cavalos e aprisionar alguns nomes de relevo do exército inimigo. Do lado português, lamentaram-se duas perdas.
3	Notícia de mais uma ofensiva frustrada por parte dos castelhanos, desta feita pelo partido de Penamacor. Os lusos mataram-lhes mais de 100 homens e o inimigo apenas queimou algumas habitações e levou alguns bois e cabeças de gado miúdo.
4	No Alentejo, é descrita uma investida castelhana que acabou em retirada. Os portugueses ainda perseguiram os fugitivos, mas não se verificou qualquer conflito.
5	Na zona de Mértola, a sorte do inimigo não foi melhor. Queimou 4 palheiros, mas vendo o contingente português logo se pôs em fuga.
6	Prisão de 21 castelhanos apanhados de surpresa, quando os portugueses estavam numa missão de exploração em Elvas.
7	Pela via marítima, a armada castelhana também não foi bem sucedida; é relatado um episódio em que acabou por fugir das forças navais lusas.
8	Entrada no porto de Lisboa de dois navios vindos do Brasil carregados com tabaco, açúcar e outras mercadorias.
9	Relato exaustivo da vitória portuguesa em terras angolanas frente ao Rei do Congo. Numa luta desigual em termos numéricos, os portugueses, comandados por D. André Vidal de Negreiros, levaram a melhor, mataram o régulo congolês e acabaram por exibir a sua cabeça como troféu de guerra.
10	Notícia que conta que a futura Rainha de Portugal estava já a caminho de Lisboa.

Agosto de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato minucioso da chegada da princesa Maria Francisca Isabel de Sabóia a Lisboa, para ascender a Rainha de Portugal. Numa descrição altamente pomposa, é possível registar a entrada na capital, as celebrações preparadas em sua homenagem, os locais por onde passou, as actividades que executou, entre outros detalhes.
2	Descrição dos conflitos na Andaluzia. Durante poucos dias, procurou o inimigo causar alguma mossa, mas na contenda perdeu mais de 150 homens e 34 foram feitos prisioneiros.
3	Narração de algumas ofensivas orquestradas pelo marquês de Caracena. Os exércitos portugueses e castelhanos encontraram-se algumas vezes, sem que houvesse um vencedor declarado nestas escaramuças, uma vez que houve dano para ambos os lados.
4	Conflito perto dos campos de Alfaiates: houve feridos de parte a parte e os castelhanos conseguiram ainda tomar 100 cabras, 4 bois e 8 cavalgaduras.
5	Notícia do saque de 300 cabras e 13 bois; na passagem pelo Convento do Sobradilho, o capitão António Fernandes de Carvalho impediu que os soldados se aproveitassem de "mulheres bem vestidas, e armadas com anéis, e outras peças de ouro" que estavam prestes a confessar-se.
6	Tomada de 2 cavalos em Castelo Rodrigo.
7	Apropriação de 13 carretas e algumas cavalgaduras.

Setembro de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Ajuntamento de algumas fracções do exército de Portugal em diversas zonas da fronteira do Alentejo.
2	Tomada de 150 bois, 40 cavalos e éguas, 350 reses e 800 porcos. Uma boa parte destes suínos acabou por morrer pelo caminho.
3	Entrada do exército português em terras castelhanas para incendiar algumas povoações.
4	Saque de muitos locais adstritos a Anzina. Tomaram-se 200 bois e 3000 cabeças de gado miúdo.

Outubro de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Narração detalhada das comemorações do enlace matrimonial entre D. Afonso VI e a princesa Maria Francisca Isabel de Sabóia, que durou alguns dias, até meados do mês de Outubro.
2	Relato de escaramuças de pequena magnitude em algumas zonas da Galiza; as forças portuguesas lamentaram dois feridos e capturaram outros tantos capitães castelhanos.
3	Notícia de um conflito perto do forte dos Medos. Os castelhanos fugiram, mas os portugueses perseguiram-nos e acabaram "fazendo muito sangue".
4	Descrição das atrocidades cometidas em Vale dos Canhos pelo exército português, onde se saqueou e queimou muitas povoações.
5	Retirada do exército português que estava preparado para fazer uma ofensiva. Contudo, havendo notícias de que os castelhanos já o esperavam, achou-se por bem não atacar.
6	Tomada de 43 bois.
7	Tomada de 30 cavalos, 17 cavalgaduras e 14 bois.
8	Ataque castelhano por Montouro, onde começou por incendiar algumas casas e palheiros. Assim que viram o socorro dos portugueses, o inimigo pôs-se em fuga.
9	Tomada de 32 cavalos em Arronches.
10	Apropriação de 8 cavalos.
11	Relato de uma derrota portuguesa em Badajoz. Houve um mau planeamento estratégico, pelo que o contingente português foi amplamente vencido. Vários oficiais e soldados foram inclusivamente capturados. O *Mercúrio Português* referiu ainda que se irão procurar os responsáveis pelo desaire.

Novembro de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Descrição do apuramento das responsabilidades pelo fracasso concedido em Badajoz no mês anterior. Foram condenados à morte vários soldados escolhidos ao acaso e diversos capitães e um tenente foram destituídos dos seus cargos.
2	Tomada de alguns bois e 2 cavalos de Badajoz.

3	Entrada do inimigo em Juromenha com o objectivo de "fazer preza nos muitos gados que andavam naqueles campos"; todavia, não levaram nada.
4	Tomada de 200 porcos, 200 ovelhas, 60 bois, 1 cavalo e algumas cavalgaduras.
5	Relato de mais uma escaramuça entre as duas forças ibéricas, com Portugal, uma vez mais, a revelar superioridade sobre o rival, que mostrava sinais já evidentes de esmorecimento.
6	Tomada de 27 juntas de bois pelos castelhanos devido aos descuidos das sentinelas.
7	Notícia de um pequeno saque perpetrado pelos castelhanos e respectivo contra-ataque de Pedro Jacques de Magalhães.
8	Desvio e publicação de duas missivas castelhanas, que revelavam o estado em que se encontrava o exército. Uma das comunicações foi escrita pelo duque de Alba e o destinatário foi o marquês de Caracena.
9	Demonstração de regozijo pelo facto de as frotas do Brasil terem chegado sem problemas.

Dezembro de 1666

N.º da notícia	Enfoque
1	Notícia de que as chuvas deram azo a um cessar-fogo, mas, ainda assim, fizeram-se alguns saques.
2	Apropriação de 14 carretas encontradas ao largo da Aldeia Nova.
3	Resumo, tal como era apanágio, dos sucessos logrados ao longo dos doze meses do ano.

Janeiro de 1667

N.º da notícia	Enfoque
1	Resumo do panorama político dos principais reinos europeus, nos primórdios de 1667, feito com base em adivinhações. Estes prognósticos visavam sumariar as relações entre as diversas potências da Europa e a influência que teriam no diferendo entre Portugal e Castela.
2	Notícia de que o Inverno rigoroso impediu os sucessos militares portugueses. Apesar das "excessivas neves", as forças portuguesas tiveram oportunidade de realizar algumas vinganças após correrias inimigas.
3	Tomada de 25 cavalos lusos em Alfaiates. No entanto, o mau tempo fez com que o inimigo perdesse mais animais do que aqueles que roubou.

4	Preparação da futura campanha que estava a ser planeada. Os responsáveis foram arquitectar a estratégia em Trás-os-Montes, Estremadura e Entre Douro e Minho.
5	Resumo da estadia, em Portugal, de dois enviados diplomáticos das Majestades britânicas.
6	Nomeação de dois comissários-generais de Cavalaria para negociar a extradição de dois prisioneiros.
7	Descrição da ida dos Reis e do Infante D. Pedro a Santa Engrácia.
8	Partida da Corte, tal como era usual, para Salvaterra de Magos, tendo em vista as caçadas de Inverno. Foram ainda descritas algumas diligências tomadas pro D. Afonso VI e a viagem de retorno ao Palácio.
9	A finalizar o número, é possível, num primeiro momento, vislumbrar uma compilação do que de mais importante continha uma carta de Carlos II de Inglaterra para o Governador das Províncias Unidas; num segundo momento, é exposta a tradução de uma outra carta com os mesmos intervenientes.

Fevereiro de 1667

N.º da notícia	Enfoque
1	Naufrágio de muitos navios no Porto de Cádis, incluindo um que trazia uma fornada de soldados italianos que vinha servir Castela.
2	Assalto e destruição de diversas barcaças, através do rio Guadiana, que transportavam fornecimentos para as praças de Badajoz e Juromenha, tendo em vista a prevenção de hipotéticas investidas dos castelhanos.
3	Missão de saque e aniquilamento de dois lugares em terras galegas e sítios vizinhas do Monterrey. A resistência do inimigo foi pouco contundente e, mais tarde, recolheram-se os despojos dos soldados.
4	No dia 21, ocorreu uma entrada em Arios e recolheu-se uma "boa preza".
5	Relato da resposta dada pelos portugueses a um saque dos castelhanos: investiram sobre eles, retiraram a preza, derrotaram a maioria dos soldados e degolaram alguns
6	Notícia de uma emboscada feita pelos portugueses, que esperavam já uma retaliação dos castelhanos face às vitórias conquistadas pelos lusos.
7	Tomada de 5 cavalos inimigos, ao mesmo tempo que aramava a Cavalaria de Moraleja.
8	Regresso à Corte dos Reis e Infante D. Pedro após viagem pro Salvaterra.
9	Ida da Rainha Maria Isabel Francisca de Sabóia ao Santíssimo Sacramento na Casa professa da Companhia de Jesus.

Março de 1667

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato das relações políticas e militares entre a Candia e o Império Turco.
2	Notícia dos avanços dos Tártaros e dos Cossacos na Polónia, onde fizeram grande destruição.
3	Actualização da situação das tropas suecas alojadas no ducado de Bremen.
4	Relato de diversas disposições do Rei de França.
5	Guarnição e aperfeiçoamento de algumas fortificações a mando do marquês de Castelo Rodrigo, governador dos Países Baixos.
6	Notícia da doação de 400000 cruzados, por parte de um enviado de França, para pagamento às tropas suecas.
7	Menção de que nos Países Baixos há cerca de 30 galeões de guerra, designadamente na Zelândia, apesar das negociações de paz com Inglaterra.
8	Preparação dos navios de guerra de Inglaterra, pois terá pela frente França e Holanda.
9	Relato das intenções de paz entre os enviados diplomáticos de Inglaterra e Holanda.
10	Menção de que o duque de Sabóia pretende novamente dominar Genebra.
11	Descrição das tarefas a cargo do conde de Alba, por comissão da Sua Majestade britânica.
12	Relato das prevenções tomadas pelo Rei da Dinamarca, face a um possível conflito.
13	Notícia de uma campanha idealizada pelos portugueses, comandada pelo conde de Schomberg, em Albuquerque. Para além do relato do saque e da tomada de Albuquerque, o redactor faz uma retrospectiva histórica deste local.
14	Investida do Conde de S. João na Galiza através do vale de Sellas, elevando para 70 o número de locais arruinados nesta zona.
15	Relato da destruição de mais alguns locais e recolha de 6000 ovelhas, 600 porcos e 200 bois.
16	Notícia do resgate de um padre que havia sido raptado pelas forças castelhanas.

17	Descrição extensa de um julgamento que teve a presença de D. Afonso VI. Nela, pode ler-se um relato do espaço onde decorreu a sentença, o sítio onde cada pessoa ou grupo de pessoas se sentava, assim como a cópia da apresentação do caso ao Rei do homicídio que estava a ser analisado.
18	Notícia do infanticídio de uma criança de 4 anos por uma beata que cuidava dele. Depois de algumas suspeitas, o corpo do menino foi desenterrado para averiguar a sua estranha morte e viu-se que ele tinha os mesmos hematomas que Jesus Cristo quando foi sepultado. A beata foi condenada e referem-se ainda outros casos semelhantes já ocorridos noutros países.

Abril de 1667

N.º da notícia	Enfoque
1	Relato de algumas motivações do exército castelhano, antevendo algum assalto dos portugueses.
2	Ordem do conde de Schomberg que mandou os soldados até Castela para estes tomarem conhecimento das intenções do inimigo.
3	Notícia de uma escaramuça em Vila Viçosa – o inimigo tinha o dobro dos homens e os portugueses acabaram por se retirar e ficar com um Capitão preso.
4	Registo das mudanças operadas na governação do Brasil e de Cabo Verde.
5	Partida, no dia 30, de uma embaixada para França.

Maio de 1667

N.º da notícia	Enfoque
1	Descrição do estado do exército português que estava concentrado em três praças: Badajoz, Olivença e Juromenha.
2	Notícia do encontro entre ambos os exércitos perto de Olivença. Em maior número, os castelhanos obrigaram os portugueses a retirar-se.
3	Tomada de 17 cavalos numa escaramuça pouco relevante.
4	Relato pormenorizado de uma embaixada do ducado de Sabóia, que veio até Lisboa saudar os Reis de Portugal. A estadia da comitiva foi referenciada como sendo de grande aparato.
5	Entrada das tropas castelhanas em território português, onde destruíram duas atalaias. Sabendo que os portugueses preparavam o contra-ataque, o inimigo recolheu-se.

Junho de 1667

N.º da notícia	Enfoque
1	Em Entre Douro e Minho, é relatado um confronto com os castelhanos, do qual os portugueses puderam reclamar vitória.
2	Notícia de que um barco vindo da Galiza vinha socorrer os soldados castelhanos, mas quatro carabineiros conseguiram afastá-lo.
3	Prisão de 18 soldados inimigos.
4	Relato aturado da conquista da praça de Ginzo, uma das mais importantes bases inimigas. O espólio recolhido pelos portugueses foi considerável e, por ser impossível uma presença efectiva neste local que não era próximo de Portugal, acabaram por destruí-lo.

Julho de 1667

N.º da notícia	Enfoque
1	Descrição detalhada da conquista da praça de Mesquita. Após oito horas de resistência, o inimigo sucumbiu às ofensivas dos portugueses. Fizeram-se 60 prisioneiros e largaram-se, por piedade, aqueles que estavam feridos com maior gravidade.
2	Ataque perpetrado pelos castelhanos, como represália pelas invasões de que eram vítimas. Investiram sobre três aldeias sem qualquer fortificação, com habitações de palha e moradores exclusivamente campestres. No final, incendiaram algumas palhoças e tomaram 30 bois e 200 ovelhas.
3	Relato de mais uma vingança cometida pelos castelhanos, desta feita em Escalhos de Baixo, onde incendiaram as casas e as searas. Além disso, ainda humilharam alguns moradores, obrigando-os a saírem despidos das suas habitações. Mais tarde, fariam mais um saque numa aldeia perto de Mértola, levando 200 bois.
4	Organização da frota portuguesa, para a qual foi nomeado General Pedro Jacques de Magalhães; ao todo, eram 10 embarcações: duas de pequeno porte e 8 de grande envergadura.
5	São destacados os trabalhos executados por duas Academias: a Academia dos Singulares e a Academia dos Generosos, ambas sitiadas em Lisboa. Em Santarém, é noticiado a nascimento da Academia Escalabitana e os académicos pertencentes deste conjunto tomaram o nome de Solitários.

Apêndice 2:
Cronologia 1663 - 1667

Patrícia Oliveira Teixeira

 # Cronologia portuguesa (1663-1667)

1663
- Janeiro: Inicia-se a publicação do periódico Mercúrio Português, destinado, em especial, às "novas" da Guerra da Restauração.
- Publica-se Europa Portuguesa (ed. póstuma), de Manuel de Faria e Sousa.
- Maio: D. João de Áustria, filho bastardo de Filipe IV, comanda um exército que ocupa Évora e Alcácer do Sal. O país encontra-se numa situação perigosa, pois o Alentejo e o Algarve ficam isolados.
- Junho: Os portugueses, comandados pelo conde de Vila Flor, D. Sancho Manuel, e por Schomberg vencem a mais decisiva vitória da Guerra da Restauração, a batalha dos campos do Ameixial, a poucos quilómetros de Estremoz. Recuperam Évora, vinte dias depois da batalha.
- D. Luísa de Gusmão retira-se da corte.
- O padre António Vieira é desterrado para Coimbra, onde permanece até 1667.
- Portugal ratificou o tratado com a Holanda.
- A moeda portuguesa desvaloriza.

1664
- Batalha de Castelo Rodrigo com nova vitória das armas portuguesas.
- Publicada, em Roma, a I Parte das Cartas Familiares, de D. Francisco Manuel de Melo.

1665

- Julho: Batalha de Montes Claros (última grande batalha das campanhas da Restauração), com derrota definitiva dos espanhóis. A vitória dos exércitos portugueses, comandados pelo marquês de Marialva e por Schomberg, foi saudada como um êxito nacional.
- Castelo Melhor negoceia o casamento entre D. Afonso VI e D. Maria Francisca Isabel de Sabóia.
- Morre Filipe IV.
- Auto de entrega e posse da ilha de Bombaim aos ingleses.
- O padre Manuel Godinho publica Relação do novo caminho que fez por terra e mar da Índia para Portugal.
- D. Francisco Manuel de Melo publica Fidalgo Aprendiz (edição autónoma).
- Francisco Manuel de Melo publica Obras Métricas.

1666

- Morre D. Luísa de Gusmão.
- Casamento de D. Afonso VI com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, Mademoiselle d' Aumale.
- Morre D. Francisco Manuel de Melo.
- Manuel de Faria escreve Ásia Portuguesa (I tomo).
- Chegava a Portugal o engenheiro militar Alain Mannesson Mallet.

1667

- Assinatura do tratado de aliança ofensiva e defensiva (por dez anos) entre Afonso VI e Luís XIV de França, contra Carlos II de Espanha.
- Nova ratificação do tratado com a Holanda.
- Grave crise política. Afastamento forçado (em Setembro) do conde de Castelo Melhor, por pressão dos partidários do infante D. Pedro. A revolução palaciana levou ao afastamento do secretário – e redactor do Mercúrio Português – António de Sousa de Macedo (Outubro). D. Afonso VI foi, também, forçado a abdicar (em Novembro).
- Início da regência de D. Pedro (irmão mais novo de D. Afonso VI).
- Suspenso o Mercúrio Português.
- António de Andrade iniciava a feitura do cadeiral da igreja do mosteiro beneditino de Tibães.

Cronologia internacional (1663-1667)

1663

- Os holandeses ocuparam a colónia portuguesa de Cochim, na Índia.
- No Santo Império, uma Dieta "permanente" reuniu os deputados de 159 principados e estados germânicos, em Ratisbona.
- Em França, era inaugurado um Seminário das Missões, destinado a formar sacerdotes seculares com vista à evangelização das terras de além-mar.
- Também em França, os "intendentes" recebiam a administração dos impostos indirectos nas províncias e absorviam gradualmente todas as tarefas administrativas.
- Colbert, futuro ministro das Finanças do rei francês Luís XIV, reorganizou a academia de pintura e de escultura de Paris que, anteriormente (1648) conferira aos artistas um estatuto oficial e concedera aos seus membros uma determinada posição social. A partir desta data, tornou-se um organismo hierarquizado que exercia fiscalização ideológica e detinha o monopólio do ensino. Foi imposta aos artistas, pela primeira vez, uma carreira controlada pelo Estado.
- O Canadá tornava-se uma colónia francesa directamente dependente da Coroa.
- Os ingleses fundavam, na América do Norte, a colónia de Carolina.

1664

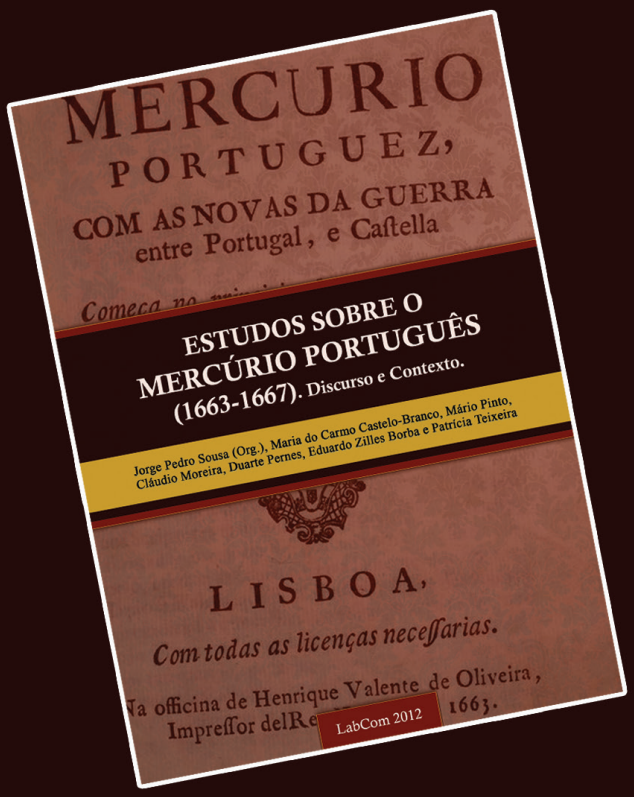
- Paz de Pisa, com Alexandre VII. Luís XIV tinha ocupado Avinhão em consequência de um conflito com a cúria.
- Os ingleses expulsavam os holandeses de Nova Amesterdão. A cidade, a partir dessa data, passou a ser designada por Nova Iorque. A Nova Holanda vai dar lugar às colónias inglesas de Nova Iorque, Nova Jersey e Delaware.
- Em França, a Nicolas Fouquet, caído em desgraça, sucedeu Colbert, que recebeu o novo título de controlador das finanças (vedor-geral das finanças).
- Colbert, grande defensor do mercantilismo, criava as Companhias Francesas das Índias Orientais e das Índias Ocidentais.
- O jansenismo (doutrina religiosa) exerceu uma forte influência de ordem política (contra a qual se dirigiu o poder de Luís XIV). As religiosas da Abadia Port-Royal de Paris foram dispersas (por ordem do rei).
- Um exército, que agrupava forças imperiais, germânicas e francesas, obtinha uma vitória sobre os turcos em São Gotardo (Na altura da paz, que se estabeleceu depois da Batalha de São Gotardo, a maior parte da Hungria permaneceu nas mãos dos turcos).
- Os Maratas (dos Gates Ocidentais) destruíram Surrate.

1665
- Os ingleses e os holandeses entravam em conflito armado. A frota holandesa seria derrotada em Lowestoft.
- Morria Filipe IV, subindo ao trono Carlos II (O declínio da Espanha acentuou-se durante o reinado de Carlos II).
- Áustria: o Tirol foi reunido à Áustria por extinção do ramo tirolês dos Habsburgos.
- A Lex Regia, promulgada pelo rei Frederico III da Dinamarca, contribuiu para abater o poder da aristocracia e lançar as bases de um regime absolutista.
- Deflagrava a grande peste de Londres.
- Os franceses anexavam a metade ocidental de São Domingos.
- Era fundado o Journal des Savants.
- Móliere publica Dom João.
- La Rochefoucauld publica Máximas.
- Bernini chegou a Paris onde foi triunfalmente acolhido e, durante a sua estada, concebeu um projecto barroco para ser aplicado no palácio do Louvre. A França, que só minimamente aderiu àquele estilo, recusou a proposta e o artista regressou a Roma desiludido.

1666
- O Parlamento de Paris perdia o direito de apresentar reclamações públicas ou agravamentos ao rei.
- Colbert era nomeado secretário de Estado da Marinha.
- Londres era destruída por um grande incêndio.
- Colbert fundava a Academia das Ciências.
- Moliére publica O Misantropo.
- Newton realizava a decomposição da luz.
- Foi fundada, em Roma, a Academia Francesa que acolheria numerosos artistas daquele país e viria a desempenhar um importante papel no neoclassicismo francês.

1667
- A administração de Paris era confiada a um magistrado único, o "lugar-tenente general" da polícia, Nicolas de la Reynie.
- A manufactura dos Gobelins foi organizada por Colbert (no quadro da sua política mercantilista).
- Paz de Breda: punha termo à guerra naval anglo-holandesa. A Inglaterra suavizava as leis de navegação a favor do comércio holandês, depois de ter recebido, pela paz de Breda, as colónias holandesas da América do Norte, com excepção

da Guiana.
- Luís XIV conquistava os Países Baixos espanhóis.
- Rússia: eclodiam revoltas camponesas contra a servidão e a exploração senhorial, chefiadas pelo cossaco Stenka (stepan) Razin.
- Aurangzeb submeteu o Afeganistão. O "restaurador" do poderio dos grão-mogóis prosseguiu o movimento expansionista.
- Milton publica O Paraíso Perdido.
- Racine publica Andrómaca.
- Era criado o Observatório de Paris.



Livro produzido no âmbito do projecto "A génese do jornalismo: Periódicos noticiosos do século XVII em Portugal e na Europa", referência PTDC/CCI-JOR/110038/2009, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de Apoio III, comparticipado pelo fundo europeu FEDER.

CIMJ
Centro de Investigação Media e Jornalismo

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL 2007.2013

COMPETE
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

LabCom
LABORATÓRIO DE COMUNICAÇÃO ON-LINE

UBI

FEDER